UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA GERAL

RERISSON CAVALCANTE DE ARAÚJO

NEGAÇÃO ANAFÓRICA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
Negação sentencial, negação enfática e negação de constituinte

São Paulo

2012

RERISSON CAVALCANTE DE ARAÚJO

NEGAÇÃO ANAFÓRICA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:

Negação sentencial, negação enfática e negação de constituinte

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Semiótica e Linguística Geral do Departamento de
Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de Concentração: Semiótica e Linguística
Geral

Orientador: Professor Dr. Jairo Morais Nunes

São Paulo

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C376n Cavalcante, Rerisson
Negação anafórica no português brasileiro: Negação
sentencial, negação enfática e negação de
constituente. / Rerisson Cavalcante ; orientador
Jairo Morais Nunes. - São Paulo, 2012.
456 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Linguística. Área de concentração:
Semiótica e Linguística Geral.

1. Linguística. 2. Sintaxe. 3. Sintaxe Formal. 4.
Gerativismo. 5. Português do Brasil. I. Nunes, Jairo
Morais, orient. II. Título.

Nome: CAVALCANTE, Rerisson.

Título: Negação anafórica no português brasileiro: Negação sentencial, negação enfática e negação de constituinte.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Semiótica e Linguística Geral do Departamento de
Linguística da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Doutor em Linguística.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jairo Morais Nunes (FFLCH/USP)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (FFLCH/USP)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Marcelo Barra Ferreira (FFLCH/USP)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Ilza Maria Oliveira Ribeiro (UFBA)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Sonia Maria Lazzarini Cyrino (UNICAMP)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A Lucinha, Toinho, Duda e Franquinha.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de saber escrever belos e poéticos agradecimentos que deixam emocionadas as pessoas que os lêem, mas cheguei atrasado na fila de distribuição dessa (e de muitas outras!, vocês nem imaginam...) qualidade. Portanto, espero que a intensidade da minha gratidão não seja julgada pela qualidade dessas linhas.

Primeiramente, preciso agradecer Àquele que nos deu o dom de dizer *sim* e *não* e que tem, há um bom tempo, feito por mim bem mais do que eu mereço (o que pode, talvez, soar piegas, mas que é verdade).

Agradeço também aos meus pais, que — apesar de não saberem ao certo o que é linguística ou para que serve — deram todo o apoio que puderam na minha caminhada intelectual e acadêmica.

Agradeço à professora Ilza Ribeiro, que orientou minha dissertação de mestrado que deu origem à investigação desta tese e que foi a principal incentivadora de minha vinda à Universidade de São Paulo.

Agradeço também a Jairo Nunes, que me recebeu na Universidade de São Paulo, orientou esta tese e que sempre mostrou dedicação e compromisso para com o trabalho e a formação de todos os seus orientandos.

Agradeço também aos demais professores do Departamento de Linguística da USP, com quem convivi nos últimos anos, não apenas em aulas, mas em palestras, corredores e demais eventos: Marcelo Ferreira, Esmeralda Negrão, Evani Vioti, Elaine Grolla, Raquel Santos, Marcello Modesto, Ana Paula Scher, Luciana Storto, Marcelo Lopes, Margarida Petter, Cristina Altman.

Agradeço a Érica Flávia de Lima, Robson Dantas Vieira e Ben Hur Euzébio, funcionários do Departamento de Linguística, com que eu e todos os alunos do Programa temos uma relação bem peculiar: recorremos a eles para tentar tornar nossas vidas menos difíceis às custas de tornar as deles menos fáceis.

Agradeço a Norbert Hornstein por me receber como orientando por um ano na University of Maryland e fornecer contribuições valiosas a essa tese.

Agradeço também a professores de fora da Universidade de São Paulo que contribuíram para esta tese com perguntas e sugestões: Mary Kato, Sônia Cyrino, Carlos Miotto, Howard Lasnik, Jane Grimshaw, Mark Baker, Roberta D'Alessandro, Cristina Figueiredo, Heloísa Sales, Ana Maria Martins, Zeljko Bošković, Maria Rita Manzini, Tonia Bleam, Jeffrey Lids,

Andrea Zukowski, dentre outros.

Agradeço a Leonor Simioni, que se transformou em uma irmã querida para mim.

Agradeço a todos os amigos a quem eu importunei com pedidos de julgamentos de aceitabilidade de sentenças. Como eu havia prometido, as respostas de vocês contribuíram para a pesquisa científica. Dentre esses, preciso reforçar os agradecimentos a Vivian Antonino, Vanessa Ponte, Carlos Felipe Pinto, Isis Barros, Daniele Behnmann, Lucinda Hora, Verônica Souza, Sabrina Casagrande e Isabella Fortunato.

Agradeço aos amigos e colegas estudantes da Universidade de São Paulo, com quem compartilhei momentos acadêmicos e não-acadêmicos, especialmente a Luciana Sanchez, João Vinícius Braga, Lara Frutos, Julio Barbosa, Indaiá (Castro) Bassani, Marcus Lunguinho, Rafael Minusi, Renato Lacerda, Caroline Petersen, João Paulo Cyrino, Lucia Helena, Fátima Baia, Daniel Peres.

Agradeço a Dustin Chacón, Kaitlyn, Angela Xiaoxue He, Yakov Kronrod, Bradley Larson, Alexis Wellwood, colegas da University of Maryland.

Agradeço a Natália Nardi por todo apoio na fase final desta tese e — *mais importante* — por me fazer bem.

Esta tese foi financiada pela *Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo* (FAPFESP). Agradeço, portanto, à instituição pelo apoio sem o qual ela não teria sido possível.

Agradeço à *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*, que financiou meu intercâmbio de um ano na University of Maryland através de uma bolsa-sanduíche.

Agradeço também aos contribuintes paulistas e brasileiros, cujos impostos financiaram não apenas esta pesquisa, mas minha formação. Espero ter feito (e continuar a fazer) jus a tal responsabilidade.

Ao ser humano cabe a frustrabilidade de certos atos, que pode ele fazer ou não. Os animais sempre dizem sim à natureza. O homem, porém, pode dizer não. Nesse não está o índice de sua natureza, a abertura de sua elevação, mas, também, o primeiro passo para os seus erros.

(Mário Ferreira dos Santos, filósofo)

RESUMO

CAVALCANTE, Rerisson. **Negação anafórica no português brasileiro: Negação sentencial, negação enfática e negação de constituinte**. 2012. 456 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Nesta tese, analiso, a partir do arcabouço teórico da gramática gerativa (Chomsky 1957 e outros), uma série de fenômenos relacionados à expressão da negação no português brasileiro (PB). Trato de quatro temas principais: (i) a distribuição dos marcadores negativos em diferentes contextos sintáticos; (ii) as formas de codificação da negação enfática; (iii) a negação de constituintes; (iv) e a determinação do escopo em sentenças com adjuntos. Os fenômenos examinados possuem duas propriedades em comum: (a) ao contrário do normalmente esperado para o PB, o marcador não se coloca à esquerda, mas à direita do elemento negado, em uma configuração [X(P) Neg]; (b) o marcador apresenta um requerimento *anafórico*, ocorrendo apenas em contextos em que o constituinte negado tenha sido previamente introduzido no discurso. A tese principal é que a ordem linear e anaforicidade são resultado de uma propriedade sintática básica: esses marcadores são gerados no CP e, portanto, apresentam sensibilidade a propriedades codificadas nesse sistema. Ao longo da tese, demonstro como essa sensibilidade se manifesta em diferentes fenômenos. Quanto à distribuição dos marcadores, mostro que o *não* pós-VP apresenta um série de restrições com propriedades ilocucionárias e sintáticas das sentenças em que ocorre. Argumento que essas propriedades são derivadas de o *não* pós-VP não ser um adjunto verbal nem a realização da polaridade sentencial, mas a realização de uma categoria funcional associada à confirmação e rejeição de proposições prévias, o que aproxima o *não* pós-VP de partículas como o *yes* e *no* do inglês ao invés de marcadores internos como *not*. Quanto à negação enfática, argumento que o *não* pós-VP do PB não é um recurso de ênfase ou reforço da negação pré-verbal enfraquecida. Proponho que o quantificador *nada*, aparecendo em posições não-argumentais, é que pode exercer as funções de negação enfática e de negação exclamativa (ou metalinguística). Quanto à negação de constituintes, mostro que, assim como na negação sentencial, o PB também pode exibir a configuração [X Neg] com a negação agindo sobre DPs, APs, PPs e AdvPs. Argumento que essa configuração só está disponível em contextos em que o elemento negado ocorra isoladamente ou em posição periférica da sentença, sendo proibido em contextos mediais. Defendo, então, que a configuração [X Neg] na negação de constituintes não é derivada por adjunção da negação à direita do elemento

negado, mas pela ativação da mesma categoria (do CP) em que são gerados o *não* pós-VP e o marcador *nada*, com o constituinte não-oracional aparecendo no especificador dessa categoria, com apagamento opcional da estrutura sentencial abaixo da negação. Quanto ao escopo, analiso a interpretação da negação em sentenças com adjuntos verbais e com marcadores pré-verbais (em que há ambiguidade de escopo) e com marcadores pré-verbais e pós-VP (em que a ambiguidade se desfaz). Argumento contra a análise de ambiguidade nas relações de c-comando (cf. Huang 1982; Johnston 1994) e assumo a proposta de Hornstein & Nunes (2008) sobre a opcionalidade de atribuição de rótulo nas operações de adjunção. Proponho que a presença ou ausência de rótulo afeta as relações de escopo negativo ao tornar (ou não) o adjunto visível para o marcador negativo pré-verbal.

Palavras-chave: Negação sentencial, negação enfática, negação de constituintes, sintaxe formal, periferia esquerda da sentença.

ABSTRACT

CAVALCANTE, Rerisson. **Anaphoric Negation in Brazilian Portuguese: Sentential Negation, Emphatic Negation and Constituent Negation**. 2012. 456 f. PhD Dissertation – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

In this Dissertation, I analyze a set of phenomena related to the expression of negation in Brazilian Portuguese (BP). I deal with four main themes: (i) distribution of negative markers in different syntactic contexts, (ii) forms of encoding emphatic negation and (iii) constituent negations, (iv) and negative scope ambiguity in sentences with verbal adjuncts. These phenomena have two properties in common: (a) differently from what is normally expected in BP, the negative marker *não* is not placed at the left, but at the right of the negated constituent, in a configuration like [X(P) Neg]; (b) the marker has an *anaphoric requirement* and is acceptable only in contexts where the negated constituent has been previously introduced in the discourse or in the communicative context. The main hypothesis is that the linear order and the *anaphoric requirement* are the result of a syntactic property: these markers are generated in the CP and therefore are insensitive to properties encoded in the CP-system. Throughout the thesis, I show how this sensitivity appear in different phenomena. As for item (i), I show that post-VP *não* shows a set of restrictions with discursive, illocutionary and syntactic properties of the sentences it occurs. I argue against proposals that analyze post-VP *não* as a verbal adjunct or the head of the sentential polarity category (PolP). I defend that post-VP *não* heads a functional category associated with confirmation and rejection of previous propositions and functions as English particles like *yes* and *no* rather than as internal markers as *not*. As for item (ii), I argue that post-VP *não* is not a form of emphasis or reinforcement of a weakened preverbal marker (in Jespersen's 1917 sense). I propose that the negative quantifier *nada*, in non-argumental positions, is the marker responsible for emphatic negation and exclamative (or metalinguistic) negation in BP. As for item (iii), BP constituent negation behaves like sentential negation in allowing the configuration [X Neg], with the negative marker at the right of non-clausal phrases like DPs, APs, PPs and AdvPs. I show that [X Neg] is available only in contexts where negated XP occurs isolated or in a peripheral position of the sentence and is banned in medial positions. I argue then that [X Neg] in constituents negation also involves the category where post-VP *não* and non-argumental *nada* are generated, with the non-clausal constituent appearing in its specifier. As for item (iv), I examine the interpretation of negation over with verbal adjuncts in sentences with pre-verbal

markers (which show scope ambiguity) and in sentences with both preverbal and post-VP markers (which show no scope ambiguity). I argue against Huang 1982 and Johnston's 1994 analyses, based on differences in c-command relations, and assume Hornstein & Nunes' (2008) proposal on adjunction and labeling. I propose that the presence or absence of label in adjunctions affects scope relations in making verbal adjunct visible or invisible to negative marker.

Key-words: Sentential negation, emphatic negation, constituent negation, formal syntax, left periphery.

SUMÁRIO

Introdução	16
Os fenômenos investigados.....	16
A negação e os três sistemas da estrutura sentencial.....	19
Organização da tese.....	24
1. Negação sentencial e periferia esquerda da sentença	28
1.1. Os marcadores negativos do PB: diferenças discursivas.....	32
1.1.1. A negação sentencial e a pressuposição de uma afirmação.....	35
1.1.2. Negação sentencial e o conceito de pressuposição.....	42
1.1.3. O <i>não</i> pós-VP em sentenças não-declarativas.....	45
1.2. Marcadores negativos do PB: distribuição sintática.....	52
1.2.1. As negativas pós-VP do PE e do PB.....	56
1.2.2. O <i>status</i> dos marcadores negativos do PB.....	61
1.3. Análise: partículas polares iniciais e finais.....	64
1.3.1. Os marcadores pós-VP e as partículas assertivas iniciais.....	64
1.3.2. Uma projeção de polaridade no sistema CP.....	69
1.3.3. O <i>não</i> pós-VP e o tipo ilocucionário da sentença.....	76
1.4. Análises prévias da negação pós-VP no PB.....	84
1.4.1. O <i>não</i> pós-VP como adjunto ao VP.....	85
1.4.2. O <i>não</i> pós-VP como categoria de polaridade sentencial.....	90
1.4.3. Marcadores relacionados ao sistema IP e ao sistema CP.....	97
1.4.4. O <i>não</i> pós-VP como uma categoria do sistema CP.....	99
1.5. Negação pós-VP: assimetria nas sentenças encaixadas.....	109
1.5.1. AstP como categoria restrita aos contextos matrizes.....	110
1.5.2. [Neg VP Neg] em sentenças subordinadas.....	114
1.5.3. [Neg VP Neg] <i>versus</i> [VP Neg].....	117
1.5.4. A interpretação do <i>não</i> pós-verbal (matriz) nas sentenças encaixadas.....	125
1.6. Conclusões do capítulo.....	133
2. Negação enfática e negação exclamativa	135
2.1. Negação pós-verbal, ênfase e o ciclo de Jespersen.....	137
2.2. Definição e tipos de <i>ênfase</i>	149

2.2.1. Heterogeneidade dos fenômenos enfáticos ou expressivos.....	150
2.2.2 <i>Ênfase</i> em termos de quantidade da informação.....	156
2.2.3. Sentenças exclamativas e escalas.....	160
2.3. <i>Nada</i> não-argumental e ênfase.....	165
2.3.1. <i>Nada</i> como marcador negativo no PB.....	165
2.3.2. Estrutura das negativas com o marcador <i>nada</i>	173
2.3.3. Sobre a natureza enfática do marcador <i>nada</i>	182
2.4. Quantificadores negativos em função enfática nas línguas de origem ibérica.....	190
2.4.1. <i>Nada</i> enfático em espanhol platense e no PB.....	191
2.4.2 <i>Nada</i> enfático (ou metalingüístico) do PE.....	203
2.4.3. Tipos de marcadores negativos enfáticos nas línguas ibéricas.....	219
2.5. <i>Nada</i> não-argumental nas línguas germânicas <i>versus</i> nas línguas ibéricas.....	229
2.5.1. Quantificadores negativos não-argumentais em inglês e línguas germânicas.....	230
2.5.2. Quantificador <i>nada/nothing</i> como minimalizador e como marcador negativo.....	235
2.6. Conclusões do capítulo.....	239
 3. Fragmentos negativos, negação de constituintes e negação contrastiva.....	241
3.1. Padrões de negação de constituintes e de negação sentencial nas línguas humanas.....	244
3.2. Negação de constituintes <i>versus</i> negação de itens lexicais no PB.....	250
3.2.1. Negação de constituintes como relação núcleo-complemento.....	251
3.2.2. Negação de constituintes como relação de especificação ou de adjunção.....	259
3.2.3. Negação de constituintes como afixação.....	262
3.3. [Neg X] e [X Neg] em <i>slogans</i> e fragmentos negativos.....	268
3.4. A alternância entre [Neg X] e [X Neg] no PB : negação contrastiva.....	275
3.4.1. Fragmentos negativos em réplicas.....	278
3.4.2. [Neg X] e [X Neg] em <i>bare argument ellipsis</i>	289
3.4.3. Posição pré-sentencial em respostas: tópicos negativos.....	305
3.4.4. Coordenações corretivas.....	312
3.5. A categoria AstP e a negação (contrastiva) de constituintes.....	317
3.5.1. Uma análise para a negação de constituintes.....	318
3.5.2. Evidência em favor da ativação de AstP em [X Neg].....	325
3.5.3. Uma tipologia para o preenchimento de Spec,AstP.....	329
3.6. Conclusões do capítulo.....	331

4. Negação sentencial, adjuntos verbais e escopo negativo.....	333
4.1. Ambigüidade de escopo negativo.....	336
4.2. Análises prévias para a ambigüidade de escopo negativo.....	343
4.2.1. Transformação <i>Not Shift</i> e Regra prosódica.....	343
4.2.2. Escopo negativo, ordem linear e c-comando.....	348
4.2.3. C-comando e adjunção ao VP ou ao TP.....	355
4.3. Problemas para a análise de (ausência de) c-comando.....	360
4.3.1. Licenciamento de anáforas em adjuntos.....	362
4.3.2. Línguas em que NegP domina IP/TP.....	364
4.3.3. Sujeitos negativos.....	368
4.3.4. Controle em adjuntos.....	370
4.3.5. Outras formas negativas acima de TP.....	375
4.3.6. Duas ou três leituras?.....	381
4.4. Línguas como marcadores de negação pós-VP.....	385
4.4.1. Correspondência entre precedência linear e c-comando.....	390
4.4.2. Adjunção do <i>não</i> pós-VP ao VP.....	390
4.4.3. Dois marcadores ligados ao sistema IP.....	393
4.5. Concatenação, adjunção e rotulação.....	397
4.5.1. A opcionalidade na atribuição do rótulo.....	398
4.5.2. Seleção de argumento e projeção do rótulo.....	406
4.6. Derivando as possibilidades de escopo negativo.....	410
4.7. Conclusões do capítulo.....	424
Apêndices ao capítulo 4	
Apêndice I: Rotulação e economia.....	427
Apêndice II: Rotulação e c-comando.....	429
Conclusões e problemas adicionais.....	437
Referências.....	440

Lista de quadros

Quadro 1.1: O <i>status</i> sintático do <i>não</i> pós-VP.....	117
Quadro 2.1: Tipologia das fenômenos expressivos.....	164
Quadro 2.2: Propriedades do <i>nada</i> não-argumental nas línguas ibéricas.....	219
Quadro 2.3: Propriedades das estruturas com o <i>nada</i> não-argumental nas línguas ibéricas...	228
Quadro 2.4: Tipos de <i>nada</i>	239
Quadro 3.1: Distribuição dos padrões de negação de constituinte no PB.....	319
Quadro 3.2: Formas de preenchimento do especificador de AstP.....	330

Introdução

*Dizer do que é que não é, ou do que não é que é, é falso
e dizer do que é que é, ou do que não é que não é, é verdadeiro.*

(Aristóteles)

Os fenômenos investigados

Nesta tese, analiso, a partir do arcabouço teórico da gramática gerativa (Chomsky 1957 e demais trabalhos), uma série de fenômenos linguísticos relacionados à expressão da negação no português brasileiro (PB). Trato, ao longo das páginas seguintes, de quatro temas principais: (i) a distribuição dos marcadores negativos em diferentes contextos sintáticos; (ii) as formas de codificação da negação enfática; (iii) a negação de constituintes não-oracionais; (iv) e a determinação do escopo negativo em sentenças com adjuntos verbais.

A unidade temática deste trabalho, entretanto, não se restringe a uma escolha relativamente aleatória de temas ligados à expressão da negação. As estruturas sintáticas examinadas aqui têm em comum, pelo menos, duas propriedades principais.

A **primeira** delas é o fato de que o marcador negativo não se coloca à esquerda, mas à direita do elemento sobre o qual tem escopo, em uma configuração do tipo [X(P) **Neg**]. Descritivamente, o que torna estes fenômenos peculiares é o fato de que tanto a classificação gramatical tradicional quanto a maior parte dos estudos linguísticos sobre o tema consideram que a forma *default* de negação sintática no PB é a colocação do marcador negativo à esquerda do elemento negado como, por exemplo, à esquerda do verbo.

Isso fez com que as estruturas sintáticas em que a negação ocorre à direita tenham recebido uma atenção secundária na descrição da gramática do PB. Por exemplo, a existência de **negação sentencial** com essa configuração — que corresponde ao item (i) acima — já foi objeto de estudos anteriores (cf. E. Martins 1997; Afonso 2003; Fonseca 2004; dentre outros), mas, até onde vai meu conhecimento, os demais tópicos (como a negação enfática, a negação de constituintes e a ambiguidade de escopo) têm recebido pouca ou nenhuma atenção na literatura sobre o PB.

Mais do que isso, até o momento, não houve na literatura nenhuma tentativa de uma análise ampla dos contextos em que a negação pós-X(P) ocorre. Esta tese é um esforço neste

sentido. Nela, faço um levantamento de diversos contextos em que a negação pode realizar-se através dessa configuração e tento fornecer uma análise unificada para esses diversos fenômenos.

Ainda com relação à configuração, outro aspecto que torna tais construções peculiares diz respeito à relação entre a ordem linear e a estrutura sintática. A maioria das análises sobre a negação sintática no PB considera que o marcador negativo ocupa uma posição de núcleo de uma categoria funcional e c-comanda o elemento negado. Por exemplo, na negação sentencial, o marcador *não* (ou *num*) que aparece em posição pré-verbal seria gerado no núcleo da categoria funcional NegP (no sentido de Pollock 1989) e c-comandaria o próprio verbo e todo o VP sobre o qual tem escopo.

Diante desse quadro e do fato de que o PB é tido como uma língua de núcleo inicial, os casos em que um marcador negativo (sentencial ou não-sentencial) ocorre à direita trazem um problema para a descrição da estrutura sintática desta língua, pois, por hipótese, nessa configuração à direita, o marcador não c-comanda o elemento negado. Esse resultado é ainda mais problemático devido ao fato de que o c-comando tem sido tratado, na literatura sobre o tema, como uma relação essencial para o estabelecimento do escopo negativo.

A **segunda propriedade** em comum que apresentam os fenômenos negativos examinados nesta tese é o fato de que todos eles apresentam um requerimento discursivo que denomino *anafórico*. Em outras palavras, os dados com os marcadores negativos à direita do elemento negado não são discursivamente neutros, mas ocorrem necessariamente em contextos em que a proposição, a propriedade ou o sintagma a ser negado corresponde a uma informação discursivamente velha, ou seja, que foi previamente introduzida no discurso. O requerimento de anaforicidade do elemento a ser negado é o conceito a partir do qual desenvolvo a tentativa de análise unificada dos fenômenos de negação à direita.

A hipótese principal deste trabalho é que a ordem linear e a propriedade anafórica não são acidentais nesses dados, mas são resultado de uma propriedade sintática mais básica. Defendo aqui que as construções de negação sentencial, de negação enfática, de negação de constituinte e de escopo negativo com a configuração [X Neg] têm em comum o fato de que são geradas a partir da ativação de uma categoria funcional na periferia esquerda da sentença, que está associada à codificação de confirmação ou rejeição de informações discursivamente velhas, com a ordem linear sendo derivada de modo semelhante aos processos de topicalização e focalização de constituintes.

Essa hipótese foi apresentada inicialmente em minha dissertação de mestrado *A negação pós-verbal no português brasileiro: análise descritiva e teórica de dialetos rurais de afro-descendentes* (Cavalcante 2007; cf. também 2008a, 2008b, 2008c, 2008d, 2009b e 2010) para os casos de negativas sentenciais com um *não* pós-VP no PB. A investigação realizada nesta tese é um desenvolvimento e ampliação da pesquisa e das ideias lançadas naquele trabalho.

A hipótese, contudo, não se limita a defender essa análise específica para os dados do PB, mas a propor a existência, translinguisticamente, de uma classe de marcadores negativos relacionados ao sistema CP (ao invés de IP ou VP). Esses marcadores possuiriam em comum o fato de apresentarem algum tipo de sensibilidade com propriedades codificadas no sistema CP, enquanto os marcadores negativos relacionados ao IP podem apresentar restrições a propriedades flexionais (i.e. tempo, modo, aspecto) codificadas nesse sistema. No PB, essas restrições estão relacionadas ao requerimento anafórico que faz com que os marcadores pós-XP sejam sensíveis a propriedades ilocucionárias e sintáticas (como o encaixamento). Em outras línguas, as restrições envolvem propriedades distintas, mas também relacionadas à periferia esquerda, como o tipo de complementizador em jogo ou outros tipos de restrições ilocucionárias (como veremos no primeiro capítulo da tese).

O pressuposto em que essa hipótese se baseia é que a escolha quanto à alocação de uma categoria funcional negativa (ou de polaridade) no sistema VP, no sistema IP ou no sistema CP não faz previsões apenas sobre a ordenação linear entre a negação e os demais constituintes e categorias funcionais da sentença, mas também sobre a natureza sintático-semântica do elemento negativo em jogo. Esse pressuposto, presente em Cavalcante (2007) e desenvolvido nesta tese, recebe apoio adicional da proposta desenvolvida independentemente por Farkas (2010) quanto à existência de dois tipos marcação da polaridade sentencial, i.e. uma polaridade interna à sentença, realizada através dos marcadores negativos associados a NegP, e uma polaridade externa à sentença, realizada através das partículas assertivas iniciais. Também é reforçado pelo trabalho de Martins (2010, 2012) sobre marcadores negativos do português europeu que teriam a função específica de codificar negação metalinguística, que também exibem um tipo de requerimento anafórico (mas com diferenças específicas que serão discutidas no primeiro e no segundo capítulo).

Nesta tese, além de defender que essa categoria (responsável pela polaridade externa e relacionada ao requerimento de anaforicidade) pode ser ativada nos processos de negação

A semântica formal de inspiração fregeana, por exemplo, tem uma concepção de negação muito mais próxima à dos estoicos do que à de Aristóteles, por não considerar a negação como um modificador de um predicado, mas ela mesma como um tipo de predicado, i.e. como um operador que toma a sentença ou proposição como seu argumento.

Na sintaxe gerativa, encontramos, desde os primeiros anos, análises para a negação sentencial que refletem tanto a perspectiva de modificação de predicado, mais próxima à visão aristotélica, quanto à de negação da proposição, mais próxima à visão estoica (embora uma comparação mais direta entre as análises formuladas no arcabouço teórico da gerativa e as concepções da Lógica clássica seja evidentemente simplista e não seja o objetivo dessa breve introdução).

Do ponto de vista histórico, entretanto, vemos uma evolução, dentro da teoria, de uma perspectiva (semelhante à) aristotélica para uma (semelhante à) estoica. Em termos gerais, isso corresponde, respectivamente, a análises em que a negação é gerada como um modificador (i.e. um adjunto) de uma categoria verbal e a outras em que a negação é gerada em uma posição externa à proposição.

No modelo original de Chomsky (1955, 1957), por exemplo, as sentenças negativas são geradas através de uma operação de transformação que insere o marcador negativo *not* em uma posição adjacente a categoria Aux(iliar), que, pelas regras de reescritura, é estruturalmente independente do sujeito e do sintagma verbal. A formulação dessa análise não tem o objetivo de representar as relações lógicas de predicação, mas as relações estruturais e de ordem linear, mas, ainda assim, em certo sentido, ela reflete uma concepção da negação mais próxima à visão aristotélica. Dois são os motivos para tal opinião. Primeiro, neste modelo, o sujeito sentencial é gerado em uma posição externa ao VP. Segundo, a categoria auxiliar, responsável pela informação flexional que se anexa ao verbo, pode ser considerada um elemento de ligação entre o sujeito e o predicado.² A adjacência entre a negação e o elemento flexional pode, então, ser vista como uma modificação da relação de predicação.

Em Klima (1964), por outro lado, a negação é gerada, no componente de base, como um elemento pré-sentencial, que antecede e está relacionado (“*in construction with*”) tanto com o NP sujeito quanto com o VP predicado, como na representação em (3). A posição superficial da negação é derivada através de operações de transformação que deslocam a posição do marcador negativo. Esse tipo de análise é mais próxima da concepção estoica, uma vez que a

² Vide, por exemplo, o fato de que modelos posteriores consideram que a atribuição do papel temático do sujeito se dá por intermédio de algum tipo de percolação de traços do verbo para a categoria flexional.

negação não é gerada diretamente como um modificador o predicado ou a predicação, mas de toda a sentença, tanto o sujeito quanto o predicado.

(3)

Vários trabalhos da época seguem essas duas visões sobre a relação entre a negação e a estrutura sentencial, i.e. uma visão chomskyana do marcador negativo como um elemento relacionado à categoria Aux e uma visão, inspirada em Klima (1964), da categoria Neg como um elemento pré-sentencial. O trabalho de Lasnik (1972), por exemplo, discute a interação entre a negação sentencial e certos elementos quantificadores a partir de duas hipóteses, a de que *not* é gerado como elemento adjunto a Aux e a de que é gerado em uma posição pré-sentencial (ou *Pre-S* na nomenclatura do autor).

Uma terceira possibilidade vem de análises como a de Emonds (1978), que consideram a negação como uma categoria adverbial gerada no VP e independente da categoria flexional responsável pelo tempo, de acordo com as estruturas em (4) e (atualizadas) em (5).

(4) a. $S \rightarrow NP \text{ TENSE } VP$

b. $VP \rightarrow (NEG) (ADV) V' \dots$

(Emonds 1978: 165)

(5) Negação como adjunto de VP

a. John did not kiss the girl.

b. $[_{IP/S} \text{ John } [_{I'/Aux} \text{ did } [_{VP} \text{ not } [_{VP} \text{ kiss the girl }]]]]$

c. Jean (ne) aime pas Marie

d. $[_{IP/} \text{ John } [_{I'/Aux} \text{ aime}_i [_{VP} \text{ pas } [_{VP} \text{ t}_i \text{ Marie }]]]]$

A partir da década de 1980, duas mudanças nos pressupostos da teoria resultam na vitória definitiva da perspectiva estoica sobre a aristotélica. A primeira dessas mudanças vem da hipótese de que o sujeito sentencial é gerado em uma posição interna ao VP (cf. Kuroda 1988; Koopman & Sportiche 1991; Huang 1993), como um argumento, sendo posteriormente

movido para a posição de especificador de IP (= Aux). Uma vez que o sujeito é, agora, parte do que era considerado o predicado, a geração da negação como adjunto do VP, como adjunto da flexão ou como uma categoria pré-sentencial faz pouca diferença para as relações lógicas entre sujeito e predicado. A negação do VP, de que faz parte o sujeito, resulta em a negação tendo escopo sobre sujeito e predicado, i.e., tomando toda a proposição como seu argumento.

Por outro lado, essa consequência deve ser relativizada devido à idéia de que as relações semânticas não são definidas exclusivamente em estrutura profunda, mas que as operações de movimento dos constituintes têm efeito sobre a interpretação da sentença. Se a negação for considerada um adjunto do VP, o movimento do sujeito abre novamente a possibilidade de interpretação da negação como um simples modificador do predicado ou como um operador sobre toda a proposição.

A segunda mudança vem da mudança de *status* do marcador negativo a partir do trabalho de Pollock (1989) sobre o movimento do verbo. Com o objetivo de dar conta das diferentes possibilidades de ordenação entre o verbo (finito ou infinitivo) e a negação, o autor promove a negação sentencial de um simples adjunto verbal para a honrosa posição de realização de uma categoria funcional da hierarquia da sentença, gerada entre as categorias de tempo (TP) e de concordância (AgrP), como nas representações em (6) abaixo.

- (6) Negação como categoria funcional
- a. John did not kiss the girl.
 - b. [_{TP} John [_{T'} did [_{NegP} **not** [_{AgrP} [_{VP} kiss the girl]]]]]
 - c. Jean (ne) aime pas Marie
 - d. [_{TP} John [_{T'} aime_i [_{NegP} **not** [_{AgrP} t_i [_{VP} t_i Marie]]]]]

(adaptado de Pollock 1989)

A visão da negação como uma categoria funcional (ao invés de um simples advérbio adjungido ao VP) culmina com a proposta de Laka (1990) sobre a existência de uma categoria mais geral responsável pela polaridade sentencial, denominada Σ P, que codificaria tanto traços afirmativos quanto negativos.

O *status* da negação sentencial como uma categoria funcional independente, alocada entre as projeções funcionais do sistema IP, ao invés de um adjunto do verbo ou do VP, pode ser visto como a vitória da concepção estoica sobre a aristotélica, da negação como um

predicado que toma a proposição como seu complemento, invertendo-lhe o valor de verdade, ao invés de um modificador de predicados.

Por outro lado, a negação como adjunto verbal ou como modificador do predicado permanece presente na teoria gerativa nas análises que tratam dos casos de negação de VPs não-oracionais em sentenças como as de (7), que são comumente tratadas como envolvendo o marcador negativo adjungindo-se ao VP ao invés de projetando uma categoria funcional NegP.

(7) John can always **not** agree.

John has been **not** playing football for many years.

(Choi 2004: 187)

Em outras palavras, dentro da teoria gerativa, o marcador negativo é analisado majoritariamente como um elemento relacionado ao sistema IP, mas a possibilidade de gerá-lo no sistema VP ainda está presente, como opção secundária, com o pressuposto implícito de que existem fenômenos negativos **associados ao sistema IP** (ou ao nível sentencial ou proposicional) e fenômenos negativos **associados ao sistema VP** (ou nível dos predicados ou termos).

Contudo, para a teoria gerativa, a estrutura sentencial não comporta apenas os sistemas VP (responsável pelas relações temáticas e predicativas) e o sistema IP (responsável pelas relações flexionais), mas também um terceiro sistema, encarregado da codificação das relações intersentenciais e extra-sentenciais, i.e., das relações entre a sentença e o discurso ou a estrutura informacional. O aspecto discursivo ou informacional está fora do campo de interesse da Lógica clássica, mas interessa a qualquer teoria sobre a estrutura das línguas, principalmente nos aspectos em que afeta (ou é afetado pela) própria estrutura sintática da sentença.

Considerando, portanto, a existência de um sistema como o CP na hierarquia da sentença, é uma pergunta cabível se há também **fenômenos negativos associados especificamente ao CP**, por oposição aos fenômenos ligados ao IP e ao VP. A análise de Cavalcante (2007) e a investigação desenvolvida nesta tese é uma resposta positiva a essa questão (cf. também Poletto 2009; Farkas 2010; Martins 2010, 2012; Teixeira de Sousa 2008a, 2008b; Hansen 2009; Biberauer & Cyrino 2009, 2010).

Defendo aqui que o que caracteriza os fenômenos (e os marcadores) negativos associados ao sistema CP é o requerimento anafórico, segundo o qual a negação deve se referir a uma proposição previamente introduzida no discurso (semelhantemente ao conceito de *ativação* de Schwenter 2005). Outro aspecto que particulariza os marcadores negativos do sistema CP é o fato de que o escopo negativo é determinado de modo semelhante às relações de topicalização e de focalização, através da relação entre especificador e núcleo, ao invés da relação de c-comando.

Organização da tese

A tese está organizada da seguinte forma.

No primeiro capítulo (*Negação sentencial e periferia esquerda da sentença*), analiso as propriedades das sentenças negativas do PB que exibem um *não* em posição pós-VP em oposição àquelas em que apenas um marcador pré-verbal está presente. Aponto que o *não* pós-VP apresenta uma distribuição mais limitada do que o pré-verbal, estando sujeito a restrições de natureza discursiva, ilocucionária e sintática. A partir dessa caracterização, defendo, com base em Cavalcante (2007), a hipótese de que o *não* pós-VP não pode ser considerado nem um adjunto verbal nem um elemento ligado à marcação da polaridade da sentença, como tem sido defendido na literatura, mas um elemento ligado ao sistema CP, gerado em uma categoria funcional responsável por marcar confirmação e negação ou rejeição de informações ou proposições apresentadas anteriormente no discurso. Para dar apoio a essa análise, aponto também a semelhança entre o comportamento do *não* final e das partículas assertivas iniciais, bem como comparo os dados do PB com os de outras línguas (como o português europeu, o palenquero, o são-tomense e o vêneto) em que há sentenças com configurações similares e que também apresentam restrições a propriedades codificadas no sistema CP. Mostro também que a ideia de associar certos marcadores negativos ao sistema CP tem surgido em alguns trabalhos recentes sobre o tema, seja de modo independente e em trabalhos sobre outras línguas (cf. Poletto 2009; Farkas 2010; Martins 2010, 2012) seja dentro do quadro de discussão das propriedades do *não* pós-VP do PB (cf. Teixeira de Sousa 20081, 2008b; Hansen 2009; Biberauer & Cyrino 2009, 2010), algumas vezes em respostas diretas à análise feita em Cavalcante (2007).

No segundo capítulo (*Negação enfática e negação exclamativa*), discuto os conceitos de negação enfática e de negação exclamativa, rejeitando a hipótese de que o *não* pós-VP do PB seja uma forma de ênfase ou reforço negativo necessária para compensar algum enfraquecimento fonético do marcador pré-verbal, no sentido das etapas iniciais do ciclo de Jespersen (Jespersen 1917). Contrariamente a essa ideia, proponho que o PB possui um outro tipo de marcador negativo responsável pela negação enfática, i.e. o quantificador *nada* em posição não-argumental. De modo a caracterizar as propriedades desse elemento, realizo uma comparação com dados de outras línguas em que um quantificador negativo [-ANIMADO] também pode aparecer em posição não-argumental ou não-temática, a partir dos trabalhos de Di Tullio (2008), Pinto (2010) e Bayer (2009) sobre fenômenos semelhantes no espanhol platense, no português europeu e no inglês. Concluo que quantificadores equivalentes a *nada* podem exercer duas funções não-temáticas, codificando dois tipos de ênfase: (i) podem ocorrer como elementos minimizadores em posições relativamente baixas da hierarquia sentencial, ligados a predicados verbais e/ou adjetivais, codificando *ênfase escalar* (no sentido de Israel 1996, 1998, 2001); (ii) e podem se gramaticalizar como marcadores negativos associados ao sistema CP, codificando um tipo de ênfase associada ao comprometimento do falante com a veracidade (ou assertabilidade) da proposição, que pode ser classificada como *ênfase ilocucionária*, negação exclamativa ou, ainda, como “usos exclamativos na negação metalinguística” (para usar a expressão de Drozd 2001). Encerro o capítulo apontando que a gramaticalização do *nada* não-argumental do PB e do português europeu em um marcador negativo associado à ênfase pode ser visto como um desvio em relação ao processo conhecido como ciclo de Jespersen, por não envolver a perda do conteúdo enfático (mas a mudança no tipo de ênfase codificada) nem substituir do antigo marcador pré-verbal pelo novo marcador pós-VP.

No terceiro capítulo (*Fragmentos negativos, negação de constituintes e negação contrastiva*), saio do nível sentencial para examinar casos de negação de constituintes (não-oracionais). Mostro que, assim como na negação sentencial, também na negação de constituintes o PB pode exibir um marcador negativo à direita do elemento sobre o qual tem escopo. Examinando diversos contextos de negação de constituintes e identifico (i) aqueles em que apenas o padrão [Neg X] é possível; (ii) aqueles em que [Neg X] alterna com [X Neg] (surpreendentemente, com a preferência, por parte dos falantes, da configuração em que negação aparece à direita) e (iii) aqueles em que apenas [X Neg] é possível. No primeiro tipo,

estão os casos de negação de itens lexicais, em que o marcador negativo pode ser considerado um afixo, que, por restrições de natureza mais morfológica do que sintática, ocorre em ordem rígida. Também estão nesse tipo os casos de coordenações de sintagmas não-oracionais, que envolvem uma função corretiva ou contrastiva. O que há em comum entre esses dois casos é a possibilidade de tais elementos ocorrerem em posição medial da sentença. No segundo tipo, estão outros casos que também envolvem algum tipo de leitura contrastiva da negação, mas com o elemento negado ocorrendo ou em posição isolada ou em posição periférica na sentença. São os casos de fragmentos de sentenças usados como respostas, de *bare argument ellipsis* e de tópicos negativos. No terceiro tipo, estão os casos de *slogans* negativos usados com a função de rejeição de temas. A configuração [Neg X(P) Neg] está totalmente indisponível nos processos de negação de constituintes no PB, apesar de ser documentadas em outras línguas. Com base nessa distribuição, defendo que a configuração [X Neg] na negação de constituintes no PB não é derivada por adjunção da negação à direita do elemento negado, mas através da ativação da mesma categoria funcional em que são gerado o *não* pós-VP e o marcador *nada*, na periferia esquerda da sentença, com o constituinte não-oracional ocorrendo no especificador dessa categoria, com apagamento opcional da estrutura sentencial abaixo da negação.

No quarto capítulo (*Negação sentencial, adjuntos verbais e escopo negativo*), analiso estruturas que são formalmente de negação sentencial, mas em que o escopo negativo recai sobre apenas uma parte da sentença. Trata-se do fenômeno de interação entre a negação sentencial e certos adjuntos verbais (de causa, finalidade e tempo), que podem apresentar a leitura (i) de negação exclusiva do predicado, excluindo o adjunto; (ii) ou de negação exclusiva do adjunto, excluindo o predicado. Demonstro que a análise clássica para o fenômeno (cf. Huang 1982; Takubo 1985; Johnston 1994), baseada na ambiguidade nas relações de c-comando, apresenta uma série de problemas com estruturas em que, de acordo com a análise, uma das leituras deveria ser excluída. Mostro, adicionalmente, que a presença do marcador negativo pós-VP do PB e de outras línguas afeta as relações de escopo, cancelando a ambiguidade interpretativa e permitindo apenas umas das leituras, a depender da posição em que esse marcador é inserido em relação ao adjunto. Esse fato apresenta problemas adicionais para a análise de c-comando. Como solução para esses problemas, recorro à proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) a respeito da opcionalidade na atribuição de rótulo nas operações de adjunção. Proponho que a presença ou

ausência de rótulo afeta as relações de escopo negativo ao tornar (ou não) o adjunto visível para o marcador negativo pré-verbal. Argumento que essa análise faz a previsão adequada tanto das características semânticas quanto das diferenças prosódicas entre as leituras de negação de predicado e de adjunto, não apenas em sentenças em que há apenas um marcador negativo pré-VP, mas também naquelas em que ocorre, adicionalmente, um marcador pós-VP.

Por fim, nas *Conclusões e problemas adicionais*, encerro a tese com uma recapitulação dos principais resultados encontrados e das principais ideias defendidas, apontando também fenômenos e problemas adicionais (que não puderam ser tratados ao longo dessa tese) para serem objeto de pesquisa futura sobre o tema.

1. Negação sentencial e periferia esquerda da sentença

Seja, porém, o vosso falar:

Sim, sim; Não, não.

(Jesus de Nazaré)

O presente trabalho é fruto do desenvolvimento de questões levantadas inicialmente em Cavalcante (2007) sobre a variação, distribuição e propriedades estruturais das negativas pós-verbais do PB (cf. também Cavalcante 2008c, 2008d, 2009a, 2009d), em que identifiquei contextos sintáticos em que o [Neg VP Neg] e [VP Neg] são inaceitáveis e argumento que o marcador negativo final do PB é sensível a traços codificados na periferia esquerda da sentença (uma propriedade que, como se verá aqui, também é compartilhada por marcadores negativos de outras línguas).

No português brasileiro (doravante PB), há duas partículas distintas, embora fonologicamente semelhantes, responsáveis pela expressão da negação sentencial: a primeira, realizada como *não* ou mais frequentemente como *num*,¹ ocorre sempre em posição imediatamente pré-verbal², enquanto a segunda, realizada sempre como *não*, aparece em posição pós-VP ou final de sentença (após complementos e adjuntos verbais). As duas podem ocorrer isoladamente ou simultaneamente, gerando os três padrões de negação sentencial exemplificados abaixo: [Neg VP], [Neg VP Neg] e [VP Neg].

(1)	a. Num assisti esse filme.	[Neg VP]
	b. Num assisti esse filme não .	[Neg VP Neg]
	c. Assisti esse filme não .	[VP Neg]

¹ O estudo de Ramos (1999) sobre o dialeto de Belo Horizonte encontra 45% de realização da forma *num*, mas esses números dizem respeito a dados do *não* ou *num* em qualquer posição da sentença. Considerando apenas os dados em posição pré-verbal, que é o único contexto em que *não* pode ser pronunciado como *num*, esse número sobe para 59%.

Já Mata (1999) encontra 86,6% de *num* (em posição pré-verbal) na cidade de João Pessoa. Cardoso (1979) encontra 47% da forma *num* no dialeto rural de Gararu (Sergipe), mas o percentual chega a 59% quando contamos apenas as ocorrências em contextos não-finais. Cavalcante (2004) encontra 92% de *num* (também em posição pré-verbal) em um *corpus* de fala da Salvador. E Cavalcante (2007) aponta um percentual de 96% de realização *num* em contexto pré-verbal em comunidades rurais do interior da Bahia.

Com base nesses dados, podemos considerar que, **em posição pré-verbal**, a realização *default* do marcador negativo é como *num*, ao menos em parte dos dialetos brasileiros. A pronúncia como *não* pode ser influenciada pelo processo de escolarização e de letramento.

² Apenas clíticos verbais podem romper a adjacência entre o marcador pré-verbal e o verbo, como em (i).

(i) Eu **num** **me** lembro disso.

Os exemplos em (1) revelam que ambas as partículas possuem a capacidade de negar a sentença independentemente, em uma situação claramente distinta, por exemplo, do francês, em que, apesar da existência de duas partículas negativas (uma em posição pré-verbal e outra em posição pós-verbal, i.e. *ne* e *pas*, respectivamente), apenas a segunda delas pode ser analisada como o marcador negativo, por ser a única capaz de negar a sentença independentemente.

Por outro lado, apesar de ambas as partículas negativas do PB possuírem a capacidade de negar a sentença independentemente, muitos autores e falantes manifestam a intuição de que elas não desempenham a mesma função e de que a partícula pós-verbal desempenha um papel distinto ou mais específico nas sentenças em que ocorre. Reforça essa intuição o fato de que a estrutura [Neg VP], representada em (1a), é a mais antiga da língua³ e de uso mais frequente, sendo, então, considerada a negativa *default* do PB. Outro fato que corrobora essa visão é o fato de que a forma [VP Neg] possui uma distribuição geográfica mais restrita, não estando presente em todos os dialetos do PB.⁴

De fato, como se verá nas seções 1.1 e 1.2, as duas partículas não se comportam de maneira idêntica. Antes, os contextos (sintáticos e discursivos) em que o segundo item ocorre são apenas um subconjunto daqueles em que o primeiro pode ocorrer. Neste capítulo, discuto as propriedades discursivas e sintáticas que diferenciam [Neg VP Neg] e [VP Neg] da construção *default* [Neg VP] e apresento uma análise alternativa para a derivação das sentenças com o marcador negativo final no PB.

Na literatura sobre o tema, o *não* pós-VP tem sido analisado ou (i) como um simples elemento adverbial adjungido livremente a alguma das camadas do VP ou (ii) como um elemento codificador da polaridade sentencial, relacionado ao sistema IP⁵, de modo

³ Tentando traçar a evolução histórica das negativas pós-verbais do português brasileiro, Sousa (1999) relata que não encontrou dados de [VP Neg] em pesquisa feita em dados dos séculos XIII ao XIV. Nesse período, a autora encontrou apenas sete ocorrências de [Neg VP Neg] em um total de 5.151 dados.

⁴ Em muitos dialetos do sul e sudeste do Brasil, [VP Neg] está ausente, ainda que [Neg VP Neg] seja uma forma disponível. A forma [VP Neg] também é muitas vezes considerada, por falantes sulistas, como um estereótipo da fala nordestina, embora não esteja restrita a essa região. Alkmim (1999; 2002a; 2002b), por exemplo, analisa a distribuição em *corpus* de comunidades rurais de Minas Gerais e encontra 40 exemplos de [VP Neg], de um total de 2.322 dados, o que equivale a 1,7% das sentenças negativas. Examinando o dialeto mineiro de Belo Horizonte, Camargos (2000) encontra 3% de [VP Neg] em um total de 980 dados. Apesar de baixo, esses percentuais são maiores do que os que Cunha (1996, 2001) encontra em Natal (RN). Nesta capital nordestina, Cunha encontra 0,6% de [VP Neg] em um *corpus* de 1.465 sentenças negativas. Veremos também, na subseção 1.2.1, que por muito tempo a literatura sobre a negação no português assumiu que [VP Neg] fosse uma estrutura totalmente ausente do português europeu, sendo uma inovação do PB. Esse pressuposto foi derrubado por dados apresentados por autoras como Pinto (2010) e Martins (2012), que apontam a existência de [VP Neg] no português europeu, embora com uma função ligeiramente distinta.

⁵ Na literatura gerativista, o termo “IP” é ambíguo entre (i) uma categoria sintática única equivalente à categoria Aux dos primeiros trabalhos de Chomsky (1957, 1965 entre outros); (ii) uma representação

semelhante ao *não/num* pré-verbal. Análises semelhantes podem ser encontradas na literatura sobre outras línguas que também apresentam dois ou três dos padrões apresentados em (1) (cf. a seção 1.4). Ao longo do capítulo, argumento que essas análises fazem previsões incorretas (a) sobre as propriedades distribucionais do marcador negativo pós-VP e (b) sobre a relação entre a polaridade da sentença e a polaridade do marcador.

Como alternativa, defendo que o marcador negativo pós-VP do PB não projeta uma categoria adverbial nem uma categoria responsável pela polaridade (interna da sentença), mas uma categoria relacionada ao sistema CP. De acordo com essa análise, o *não* pós-verbal do PB é gerado como núcleo de uma categoria funcional acima do CP (ou das camadas mais baixas do CP), como na representação em (2a). A derivação completa de uma sentença como (1b) e (1c) envolve também o movimento de toda a oração para o especificador da categoria em que o marcador pós-VP ocorre, como na representação em (2b).

- (2) a. [_{X'} **não** [_{CP} [_{TP} (num) assisti esse filme]]]
 b. [_{XP} [_{CP/TP} (num) assisti esse filme] [_{X'} **não** [_{CP} [_{TP} (~~num~~) ~~assisti esse filme~~]]]]

A derivação em (2) é uma adaptação da proposta feita em Cavalcante (2007), em que adoto uma implementação distinta para a mesma ideia (cf. subseção 1.4.4). A ideia básica, porém, é que as propriedades discursivas e sintáticas das sentenças com um *não* pós-VP resultam de este ser um elemento relacionado ao sistema CP.⁶ A reformulação da análise visa a dar conta de aspectos dessas estruturas que eram problemáticos para a implementação anterior.

A opção de gerar a posição pós-VP do marcador negativo através do movimento de toda a oração também é adotada por outros autores como Fonseca (2004) e E. Martins (1997) (discutirei análises de outros autores em 1.4), que relacionam esse marcador ao sistema IP. A

resumida de duas categorias funcionais distintas TP e AgrP, no sentido de Pollock (1989); (iii) um rótulo alternativo para a categoria TP (por oposição a AgrP); (iv) e como a representação de parte da estrutura sentencial que abarca todas as categorias funcionais entre CP e VP, como os próprios TP e AgrP, mas também Asp(ectual)P, ModoP etc.

Nesta tese, utilizo “IP” em dois sentidos:

(a) como o sistema de categoriais funcionais que codificam informações **flexionais** (i.e. tempo, aspecto, modo, concordância etc) entre CP e VP (o que excluiria do IP as categorias de tópico e foco baixos da periferia do VP, propostas por Belletti (2001));

(b) e como sinônimo da categoria flexional que aloja o verbo e o sujeito em línguas como o inglês e o PB.

Quando possível, evito a ambiguidade através da expressão “sistema IP” para o primeiro caso.

⁶ Confira também Teixeira de Sousa (2008a, 2008b), Hansen (2009) e Martins (2010, 2012) para outras análises que adotam a ideia de que o marcador pós-VP estaria relacionado ao CP.

opção, que faço neste trabalho, por gerar o *não* pós-VP no sistema CP ao invés de no sistema IP não é um aleatória, mas uma tentativa de captar uma propriedade básica desse marcador.

Ao alocar o *não* pós-VP no sistema CP, proponho que esse item não tem a função de marcar a polaridade sentencial através de um processo de checagem dos traços da própria sentença (como propõem Fonseca (2004) e E. Martins (1997)), mas que ocorre em uma categoria funcional responsável pela codificação de um tipo de ponto de vista do falante com relação a uma proposição. Trata-se de uma função semelhante às das partículas assertivas pré-sentenciais como *yes* e *no*, do inglês, e de *sim*, *é* e *não* iniciais (ou pré-sentenciais) do português e que não deve ser confundida por a que é exercida por marcadores relacionados ao IP ou I°, como o *não/num* pré-verbal do PB, o *not* pós-verbal do inglês, o *pas* pós-verbal do francês, o *no* do espanhol, etc. Ao longo do texto, veremos como essa proposta pode dar conta das propriedades distribucionais da partícula negativa final do PB.

Do ponto de vista estrutural, a diferença que proponho entre os marcadores relacionados ao IP e as partículas iniciais/finais como o *não* pós-VP, relacionados ao CP, é semelhante à proposta de Laka (1990), que diferencia os marcadores de polaridade gerados em NegP (ou ΣP) e as partículas assertivas do sistema CP. Do ponto de vista semântico (ou semântico-discursivo), a análise encontra suporte na distinção feita, independentemente, por Farkas (2010) entre *inner polarity* e *outer polarity*.

Este capítulo está organizado da seguinte forma: na seção 1.1, discuto as propriedades discursivas ou pragmáticas que diferenciam as sentenças que contêm apenas o marcador pré-verbal e as sentenças em que o marcador pós-VP está presente. Na seção 1.2, discuto as diferenças na distribuição sintática entre os três tipos de sentenças negativas. Na seção 1.3, ofereço uma proposta de análise para a derivação das sentenças com estrutura [Neg VP Neg] e [VP Neg], relacionando tais construções às sentenças com partículas assertivas iniciais usadas como réplicas. Demonstro como essa proposta fornece uma análise unificada para as restrições desses elementos ao tipo ilocucionário da sentença. Em 1.4, discuto outras propostas encontradas na literatura gerativista para a derivação das [Neg VP Neg] e [VP Neg] no PB. Na seção 1.5, discuto o problema adicional da possibilidade de o marcador negativo pós-VP ocorrer em sentenças encaixadas e da distribuição irregular de [Neg VP Neg] nesse contexto. Na seção 1.6, concluo o capítulo.

1.1. Os marcadores negativos do PB: diferenças discursivas

Uma análise adequada das sentenças negativas com o *não* pós-VP deve começar com uma caracterização adequada dos contextos em que esse marcador pode ocorrer. Veremos que, para a proposta a ser apresentada neste capítulo, uma descrição puramente sintática não é suficiente, mas é necessária também uma descrição das características discursivas deste marcador.

Nesta e na próxima seção, apresento as propriedades distribucionais dos dois marcadores negativos do PB com relação a esses dois critérios. Início com uma descrição, nesta seção, dos contextos discursivos em que as sentenças com [(Neg) VP Neg] podem aparecer por oposição àqueles em que [Neg VP] ocorrem, deixando a comparação sintática para a seção 1.2. O objetivo principal é identificar qual o traço ou conjunto de traços que diferencia as construções negativas com o marcador final daquelas em que ele está ausente. Veremos, ao longo da seção, que, para caracterizar o *não* final, é preciso explicitar uma intuição que tem sido descritiva, na literatura, imprecisamente como “*negação de pressuposições*”. A razão dessa imprecisão diz respeito ao conceito de *pressuposição* utilizado na descrição.

Primeiramente, é preciso apontar que o marcador negativo pós-VP é menos frequente do que o *num* pré-verbal em qualquer *corpus* de língua falada.⁷ Além disso, ele apresenta uma distribuição mais restrita quanto aos tipos de contextos em que pode ocorrer. A literatura sobre o tema aponta que as sentenças com o *não* final ocorrem prioritariamente em contextos de respostas (cf. Cunha (1996, 2001); Roncarati (1996)), como em (3).

(3) [Neg VP Neg] e [VP Neg] em respostas

A: Você convidou João para a festa?

a. B: Num convidei (ele) **não**.

b. B: Convidei (ele) **não**.

O contexto de *resposta* deve ser entendido de modo mais amplo do que simplesmente

⁷ Os resultados das pesquisas quantitativas sobre a variação entre as três negativas sentenciais apontam para as seguintes frequências: [Neg VP] varia, em geral, entre 64% e 88% dos casos, a depender da comunidade; [Neg VP Neg] varia entre 10% e 33%, também a depender da comunidade; e [VP Neg] ocorre entre 1% e 6%. Em comunidades rurais do interior da Bahia, por exemplo, as frequências são, respectivamente, 66%, 28% e 6%. Confira o capítulo 1 de Cavalcante (2007) e também Cavalcante (2009a) para uma comparação entre os resultados de várias pesquisas quantitativas.

resposta a perguntas (diretas ou indiretas), mas como qualquer réplica a algo que seja formulado como pergunta ou não.

Além do contexto de respostas, E. Martins (1997: 42) também aponta que [VP Neg], especificamente, é frequente em contextos de ordens negativas, como em (4b). Apesar de E. Martins (1997: 42) se referir apenas a [VP Neg], o exemplo em (4a) mostra que esse também é um contexto aceitável para [Neg VP Neg].

(4) [Neg VP Neg] e [VP Neg] em respostas

A: Acho que vou convidar João para a festa.

a. B: Num convide (ele) **não**!⁸ [Neg VP Neg]

b. B: Convide (ele) **não**! [VP Neg]

Além de ocorrer em respostas e em imperativos negativos, um terceiro contexto em que [Neg VP Neg] e [VP Neg] podem ser usados produtivamente, mas que não é normalmente discutido na literatura sobre o tema, é o caso de perguntas polares (cf. Souza 2004; Cavalcante 2007: 29-35), como nos exemplos em (5), a que voltaremos na seção 1.2 e em 1.3.3.

(5) A: (Acho que) João num veio para festa.

B: E nem era pra ele vir.

A: (Num) convidou ele **não**? (Pensei que você tivesse convidado...)

Em resumo: as sentenças com o *não* final ocorrem em contextos discursivos de réplicas, de ordens e de perguntas polares, três contextos que não parecem possuir propriedades em comum ou constituir uma classe natural. Especificamente, os contextos de ordens e de perguntas polares representam situações opostas aos casos de respostas ou réplicas, que são considerados os casos típicos de ocorrência das negativas [Neg VP Neg] e [VP Neg]. Como dar conta, então, dessa distribuição do *não* pós-VP?

As tentativas de caracterização da função discursiva do *não* final, em geral se baseiam apenas no uso do *não* final em sentenças do tipo declarativo, que são usadas mais frequentemente como réplica (seja a perguntas diretas ou não). É com base quase

⁸ Usarei sistematicamente o sinal de exclamação nos exemplos com sentenças imperativas para indicar a diferença em relação a sentenças declarativas e interrogativas, ainda que tais exemplos não tenham um tom enfático ou exclamativo. Sobre negativas enfáticas e/ou exclamativas, vide o capítulo 2 desta tese.

exclusivamente no uso no contexto declarativo que autores como Cunha (1996, 2001) e Roncarati (1996) descrevem as sentenças do tipo [(Neg) VP Neg] como ocorrendo em contextos que disparam leituras de quebra de pressuposições, quebra de expectativas e de crenças do interlocutor. A função específica do marcador negativo final é, portanto, definida como negação de *pressuposições*.

Posição semelhante foi adotada por mim, em Cavalcante (2007), em que — opondo-me a análises do *não* final como um simples marcador da polaridade (cf. Fonseca 2004) — o caracterizo como responsável pela *negação de pressuposições prévias*, que deve ser entendida de modo mais restrito do que a caracterização de quebra de expectativas e de pressuposições, como ficará claro ao longo desta seção.

Se assumirmos que o *não* pós-VP ocorre tipicamente em contextos discursivamente marcados, disparando leituras de quebra de expectativas e de pressuposições, é possível apontar que a partícula pré-verbal *não/num* se comporta como o marcador *default*, operando uma negação neutra da sentença sobre a qual tem escopo, invertendo o seu valor de verdade⁹, enquanto o marcador final opera um tipo de negação não-neutra, com caráter pressuposicional. Em outras palavras, é possível dizer que a função principal do *não* pós-VP não é alterar o valor de verdade da sentença (embora esta função também esteja presente), mas expressar uma negação discursivamente marcada, que podemos caracterizar, inicialmente, como negação de pressuposições. A distinção entre as funções exercidas pelo *num* e *não* pode ser identificada, *a priori*, pelos rótulos **negação versus denegação**.

Essa distinção, contudo, não é suficiente para a caracterização das propriedades dos dois tipos de marcadores negativos e, na verdade, nos coloca o problema de como definir tanto o conceito de denegação *versus* negação quanto o caráter pressuposicional do marcador pós-VP. Mais especificamente, as dificuldades são de duas naturezas. É preciso explicitar, por um lado, (i) a relação da negação com o elemento (a sentença, a proposição etc) tida como pressuposta e, por outro lado, (ii) o próprio conceito de pressuposição usado na caracterização do *não* final.

A explicitação destes dois pontos enfrenta dois tipos de dificuldades que são, inesperadamente, opostas entre si. Em primeiro lugar, grande parte da literatura

⁹ É necessário não confundir a função de inverter o valor de verdade de uma sentença com o ato cognitivo de julgar o valor de verdade de uma sentença ou proposição, ou seja, como o ato de declarar que uma sentença é falsa. Uma sentença negativa continua sendo uma proposição sobre um estado de coisas que pode, ela mesma, ser julgada como verdadeira ou falsa (cf. Frege 1918). Este tipo de negação recebe muitas vezes, na literatura, o rótulo de *negação interna* ou *negação descritiva*. Confira também Heinemann (1944:143) para a diferença entre *not-P* e “*p is not valid*”.

(especialmente lógica e filosófica) sobre a negação propõe a existência de um caráter pressuposicional em todas as sentenças negativas, indistintamente. Em segundo lugar e, de modo oposto, o trabalho de Schwenter (2005) é bastante enfático em rejeitar o caráter supostamente *pressuposicional* das negativas [Neg VP Neg] e [VP Neg] do PB.

Veremos, entretanto, que estas dificuldades são apenas aparentes. A questão deve ser resolvida de duas formas: identificando o conceito de *pressuposição* utilizado na análise do *não* pós-VP e explicitando que o que diferencia esse marcador não é o caráter pressuposicional, mas a forma como a pressuposição é introduzida no discurso.

Discuto as duas dificuldades nas próximas duas subseções.

1.1.1. A negação sentencial e a pressuposição de uma afirmação

A primeira dificuldade para a caracterização do *não* final como um marcador negativo com caráter pressuposicional e o *num* pré-verbal como um marcador neutro resulta da ideia, longamente debatida na literatura lógica e filosófica, de que todo ato de negação teria um caráter pressuposicional, por conter ou pressupor uma proposição afirmativa que é negada¹⁰. Esta ideia é parte de uma discussão lógico-filosófica mais ampla sobre a relação simétrica ou assimétrica entre as sentenças afirmativas (que seriam mais básicas ou primárias) e as sentenças negativas (que seriam **menos** básicas ou secundárias em relação às afirmativas) (cf. Horn 1989: 63-79 para uma revisão sobre o tema).

A dificuldade que essa hipótese levanta é clara. Se um caráter pressuposicional já está presente na própria operação básica de negar uma sentença, este não pode ser considerado o elemento que distingue *negação* e *denegação*, ou seja, que distingue uma negação neutra e uma não-neutra representadas pelos marcadores pré-verbal e pós-VP do PB. Antes de oferecer uma solução para esse problema, vale a pena entender um pouco melhor a hipótese do caráter pressuposicional de toda negação, tal como aparece na literatura.

A negação sentencial é, por definição, uma operação que toma uma proposição afirmativa *p* e inverte-lhe a polaridade ou o valor de verdade, resultando em $\neg p$.¹¹ Nesse

¹⁰ Agradeço a Marcelo Ferreira (comunicação pessoal) por me chamar a atenção para esse aspecto das sentenças negativas.

¹¹ Ao menos de acordo com a lógica proposicional desenvolvida pelos estoicos, por Frege e pela semântica formal. Na lógica aristotélica, a negação afeta ou um termo ou um predicado ou, mais especificamente, a relação entre o sujeito e o predicado (cf. Horn 1989: 1-35). Essa diferença, entretanto, não afeta a natureza do raciocínio, pois mesmo na lógica aristotélica, a adição do marcador negativo terá o efeito de transformar uma

sentido, para muitos autores, a negação não deve ser considerada como um elemento primitivo, do mesmo nível que uma afirmação, mas sim como uma *afirmação de segunda ordem* (cf. Horn 1989: 3). Ou seja, enquanto as sentenças afirmativas são proposições sobre o mundo, sobre um estado de coisas etc, as sentenças negativas não seriam proposições diretas sobre o mundo, mas proposições sobre outras proposições, a saber, sobre proposições afirmativas (o que concederia a toda sentença negativa um certo caráter metalinguístico; cf. seção 1.2.1). Sigwart (1895), por exemplo, afirma explicitamente que a negação pressupõe a sentença afirmativa correspondente.

“The negative judgment presupposes the attempt, or at least the thought, or an affirmation. (...) Immediately and directly, the negation is a judgment concerning a positive judgment that has been essayed or passed”.

(Sigwart 1895: 119, 122)

Se assumirmos que toda negação é uma proposição sobre uma outra proposição (afirmativa, declarativa), não fica claro em que sentido as sentenças com o marcador negativo final do PB seriam diferente daquelas com o pré-verbal. A tese da assimetria entre as proposições afirmativas e negativas bem como a hipótese de que a negação pressupõe uma afirmação também tem vários adversários na literatura lógico-filosófica, mas a simples existência do debate já coloca em questão a adequação da caracterização feita por Cunha (1996, 2001), Roncarati (1996) e Cavalcante (2007). Uma questão possível, por outro lado, é se essa prioridade da contraparte afirmativa sobre a negação diz respeito a uma precedência puramente lógica e/ou ontológica ou se caracteriza também as dimensões linguística e discursiva do ato de negar.

A prioridade da afirmação sobre a negação (ou o requerimento de a negação pressupor uma afirmação) também do ponto de vista discursivo é apontada por Givón (1978), segundo o qual uma sentença negativa só é usada em contextos em que a contraparte afirmativa tenha sido efetivamente levantada no discurso ou, alternativamente, se o falante, ao menos, assume que o ouvinte crê e tem familiaridade com a proposição afirmativa em questão. Em suas próprias palavras,

sentença p em $\neg p$, ainda que a operação em si não seja tratada nestes termos.

“... negatives are uttered in a in contexts where the corresponding affirmatives have already been discussed, or else where the speaker assumes the hearer’s belief in — and thus familiarity with — the corresponding affirmatives.”

(Givón 1978: 109).

Dessa forma, segundo Givón (1978), sentenças como (6a) (ou (6b)) só podem ocorrer em um contexto em que a probabilidade ou possibilidade da gravidez esteja em discussão ou tenha sido levantada anteriormente. Em outras palavras, a sentença em (6b), mesmo com a negação pré-verbal, ocorreria obrigatoriamente em contextos de quebra ou negação de pressuposições e de expectativas.

- (6) a. Oh, my wife’s not pregnant.
- b. Ah, minha esposa não está grávida.

Diante desse problema, a pergunta que surge é: como, então, distinguir o caráter pressuposicional específico de uma classe de marcadores negativos, considerando-se que todo ato negativo é, em si, pressuposicional?

Proponho que a distinção entre os marcadores negativos *neutros* (como o *num* pré-verbal) e os não-neutros (como o *não* final) não está propriamente na natureza pressuposicional ou de contra-expectativa, mas na forma pela qual a proposição, tida como pressuposta, é introduzida (ou ativada) no discurso. Para explicitar essa distinção, vejamos a diferença entre as sentenças em (7) e em (8), abaixo.

- (7) Os contemporâneos de Colombo **não** acreditavam que a Terra era chata.

- (8) a. Os contemporâneos de Colombo **não** acreditavam que a Terra era chata **não**.
- b. Os contemporâneos dele **não** acreditavam *nisso* **não**.
- c. Eles **não** acreditavam *nisso* **não**.

No exemplo (7), a sentença negativa não requer que a proposição ou pressuposição afirmativa correspondente (“*os contemporâneos de Colombo acreditavam que a Terra era chata*”) tenha sido previamente introduzida no discurso. Ao contrário, é a própria sentença negativa que ativa a atenção do interlocutor para a proposição ou pressuposição afirmativa a que a sentença (7) se opõe. Isso faz com que uma sentença como (7) possa ser usada mesmo em certos contextos *out of blue*. Por exemplo, como sentença de abertura de livro ou frase inicial de uma aula ou palestra.

Uma sentença como a de (7) também pode aparecer no meio de um discurso como o apresentado em (9), em um fluxo contínuo, sem diálogo, em que essa sentença não aparece como a negação de uma proposição ou pressuposição expressa anteriormente, mas como uma exemplificação de uma tese (a de que há várias ideias atuais sobre a Idade Média que são falsas ou inventadas). Também neste exemplo, é a própria sentença negativa que ativa (ou introduz na conversação) a proposição ou pressuposição afirmativa que o marcador negativo nega. No exemplo, essa proposição é inclusive explicitada *após* a sentença negativa, e não *antes* dela.

(9) (Contexto possível: aula de história sobre a Idade Média)

A renascença e o iluminismo inventaram vários mitos pejorativos sobre a Idade Média, que até hoje são tidos como verdadeiros e até mesmo ensinados regularmente em escolas. Por exemplos: *os medievais e os contemporâneos de Colombo não acreditavam que a Terra era chata*, mas até hoje muitas pessoas, inclusive intelectuais e professores, citam esse mito como exemplo de obscurantismo que teria dominado a Europa medieval cristã.

Os exemplos em (8), por outro lado, tem um caráter diferente. A rigor, eles têm o mesmo efeito de negar a proposição ou pressuposição afirmativa “*os contemporâneos de Colombo acreditavam que a Terra era chata*”. Ao fazê-lo, também estão rejeitando uma pressuposição que é compartilhada pela maioria das pessoas (nos termos de Givón (1978), uma proposição em que os ouvintes acreditam e com a qual estão familiarizados), podendo, então, ser considerado um exemplo de quebra ou negação de pressuposições.

Apesar dessas semelhanças entre (7) e (8), a presença do marcador negativo final faz com que as sentenças em (8) sejam pragmaticamente inadequadas em alguns contextos *out of*

the blue em que (7) seria perfeitamente aceitável, o que não pode ser explicado apenas pelo ato negativo em si ou pela postulação de um caráter pressuposicional para a partícula negativa final. O que ocorre nos casos em (8) é que tais sentenças requerem que a proposição pressuposta negada tenha aparecido previamente no discurso, de modo independentemente.

Em outras palavras, o marcador negativo pós-VP pode ser usado em contextos em que se nega ou se rejeita uma proposição ou pressuposição que tenha sido inserida ou disponibilizada *recentemente* no discurso. Essa disponibilização pode ter ocorrido através de uma afirmação prévia explícita, como em (10) e (11), ou de uma inferência a partir da situação comunicativa, como em (12) (veremos em 1.1.2 que Schwenter (2005) também apresenta uma caracterização em termos semelhantes).

(10) A: Todo mundo sabe que os contemporâneos de Colombo acreditavam que a Terra era chata.

B: (Isso num é verdade!) Os contemporâneos de Colombo num acreditavam nisso **(não)**!

(11) A: Colombo desafiou a visão de seus contemporâneos de que a Terra era chata.

B: (Isso num é verdade.) Os contemporâneos de Colombo num acreditavam nisso **(não)**!

(12) A: Poucas pessoas têm a mesma coragem para desafiar consensos que Colombo teve.

B: (Olha, isso é um mito.) Os contemporâneos de Colombo num acreditavam que a Terra era chata **(não)**! Ele num desafiou consenso nenhum... O consenso era exatamente o oposto durante toda a Idade Média. Que a Terra era redonda.

O uso do *não* final não pode ocorrer em contextos em que a pressuposição afirmativa é apenas parte do conhecimento prévio compartilhado pelos interlocutores, como no exemplo (7) e (9). Neste contexto, o uso do marcador pré-verbal *num* sozinho é a opção pragmaticamente mais adequada.

Os parênteses ensanduichando o *não* final nas réplicas em (10), (11) e (12) têm o objetivo de mostrar que, nesses contextos, apesar da disponibilidade de [Neg VP Neg], a

estrutura [Neg VP] também é aceitável. Isso nos revela que não se trata exatamente uma situação de distribuição complementar entre [Neg VP] e [(Neg) VP Neg], em que a possibilidade de uma estrutura impede ou bloqueia a realização da outra. A estrutura com negação (apenas) pré-verbal [Neg VP] pode ocorrer tanto em contextos *out of the blue* quanto em situações caracterizadas genericamente como de quebra de pressuposições, ou seja, em que a proposição negada esteja disponível no discurso prévio. O inverso, contudo, não é verdade. A presença do marcador negativo final em um contexto equivalente ao de (9) é inaceitável (ou pragmaticamente inadequada), como mostra (13).

- (13) A modernidade inventou vários mitos pejorativos sobre a Idade Média, que até hoje são tidos como verdadeiros e até mesmo ensinados em escolas. Por exemplos: *os medievais e os contemporâneos de Colombo não acreditavam que a Terra era chata (*não)*, mas...

Esses dados mostram que, para o uso da negação pós-VP ser pragmaticamente adequada, a proposição ou pressuposição afirmativa deve ter sido tornada disponível no discurso, explícita ou implicitamente. Essa é a diferença entre o (possível) caráter pressuposicional geral de toda sentença negativa e o caráter pressuposicional específico do marcador negativo final do PB.

Nos termos de Givón (1978), podemos dizer que a negação pré-verbal pode ocorrer em contextos em que a proposição afirmativa correspondente está presente no discurso ou quando ela não está no discurso, mas se espera que o ouvinte esteja familiarizado com ela. A negação final, por outro lado, só pode ocorrer em contextos em que a proposição afirmativa esteja presente no discurso, mas não pode ocorrer se houver apenas familiaridade do ouvinte com a proposição (i.e. conhecimento de mundo), mas não tenha sido introduzida previamente na situação discursiva.

Nesse sentido, é necessário rejeitar parte da caracterização feita por Cunha (1996, 2001) e por Roncarati (1996) do *não* final como marcador de contra-expectativa ou negação de crenças, atendo-nos apenas à função de negação de pressuposições. Cunha (2001), por exemplo, aponta que, além de pressuposições, esse marcador também está relacionado “*expectativas e convenções sociais*”. Como vimos, mesmo que uma proposição a ser negada seja parte das expectativas do ouvinte (como a ideia corrente sobre a Idade Média e o formato

da Terra) e das convenções sociais, o uso do *não* final não é pragmaticamente adequado a menos que a proposição tenha sido “*levantada ou inferível pelo contexto discursivo*” (Cavalcante 2007: 121).

Em outras palavras, o *não* final deve ser considerado, mais do que pressuposicional, como um elemento *anafórico*. O que individualiza esse item não é marcar a negação de *pressuposições*, mas o contexto anafórico que ele requer.

“Anafórico”, aqui, não deve ser entendido no sentido técnico em que o termo é usado na teoria da ligação da gramática gerativa, indicando o requerimento de certos elementos (pro)nominais serem A-ligados por um termo co-referente em um domínio sintático restrito, mas no sentido de requerer um antecedente (explícito ou implícito) no discurso precedente (sentido em que o termo é utilizado, por exemplo, na linguística textual). Nesse mesmo sentido, o termo anafórico é usado na literatura sociolinguística e mesmo nos estudos gerativistas em referência ao chamado *objeto direto anafórico* do PB (cf. Duarte 1986; Cyrino 1997).

Esse caráter anafórico requerido pelo marcador negativo final é reforçado inclusive pela maior naturalidade da versão (b) e (c) das sentenças em (8), repetidas aqui em (14), em que o complemento direto *que a Terra era chata* e DP *Colombo*, parte do adjunto adnominal do sujeito, ou todo o sujeito *os contemporâneos de Colombo* são substituído (ou retomados) pelo elementos pronominais *(n)isso*, *(d)eles* e *eles*, respectivamente, ao invés de serem expressos plenamente.

- (14) a. Os contemporâneos *dele* **num** acreditavam *nisso* **não**.
 b. *Eles* num acreditavam *nisso* **não**.

Uma das características das construções [Neg VP Neg] e [VP Neg] é justamente o desfavorecimento da realização lexical plena dos argumentos verbais, que tendem a ser realizados nulos ou por pronomes, especialmente quando o marcador pré-verbal está ausente. Estudos quantitativos mostram que a estrutura [VP Neg], sem o marcador pré-verbal ocorre majoritariamente com os argumentos verbais nulos (embora não seja restrita a esses contextos), como (15) (cf. Cavalcante 2007: 56-59). Isso contraria até mesmo a tendência que existe no PB contemporâneo de um aumento no preenchimento do sujeito referencial (cf. Duarte 1993) e está diretamente relacionado ao caráter anafórico dessas construções.

- (15) a. Quero **não**.
 b. Vou **não**.
 c. Sei **não**.
 d. Tenho **não**.

A caracterização do *não* final como negação de pressuposições pode, portanto, ser entendida nesse sentido específico de *negação anafórica*, que faz referência mais ao modo de introdução da pressuposição no discurso do que ao fato de este marcador negar ou não uma pressuposição.

Na literatura sobre o tema, porém, a descrição pressuposicional do *não* final abarca mais do que esse caráter anafórico, sendo mais próxima ao conceito de negação pressuposicional presente no trabalho de Givón (1978). O trabalho de Schwenter (2005), a ser discutido na próxima subseção, oferece um maior refinamento na descrição do *não* final, rejeitando, inclusive, a interpretação de contra-expectativa e mesmo a interpretação pressuposicional.

1.1.2. Negação sentencial e o conceito de pressuposição

Na subseção anterior, vimos que uma parte da literatura sobre a negação defende que toda proposição negativa pressupõe a sua contraparte afirmativa, o que faria de toda negação uma operação pressuposicional e traria problemas para a distinção que propusemos entre um marcador negativo neutro (o *num* pré-verbal) e um não-neutro (o *não* final).

Vimos também que esse problema é apenas aparente, pois mesmo que toda negação pressuponha uma proposição afirmativa, as negativas com o *não* final se diferenciam por requerer especificamente que essa proposição a ser negada tenha sido inserida previamente no discurso (ou seja inferível a partir da situação comunicativa). A diferença entre o *num* pré-verbal e o *não* final, dessa forma, não diria respeito ao caráter pressuposicional, mas à forma como a negação se relaciona com a pressuposição. Apesar da explicitação desta distinção entre a modalidade neutra e a anafórica, ainda é preciso clarificar a natureza do caráter pressuposicional presente na negação.

Horn (1989) aponta que autores como Śankara, Spinoza e Hegel, diferentemente de

Sigwart (1895) e outros, consideram que a proposição afirmativa pressuposta pela negação não é sua contraparte afirmativa, mas o contexto positivo que permite veracidade da negação. Em outras palavras, uma proposição negativa como a expressa em (16a) não pressuporia sua contraparte afirmativa em (16b), mas sim uma sentença como (16c), que é a pressuposição que serve a base positiva (*positive basis* ou *positive ground*) para a veracidade de (16a). Note-se que, enquanto (16a) e (16b) não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo (ou falsas ao mesmo tempo), (16a) e (16c) têm que ser verdadeiras ao mesmo tempo.

- (16) a. O lápis não é vermelho.
 b. O lápis é vermelho.
 c. O lápis é de alguma outra cor, diferente de vermelho. (Por exemplo, preto).

Se o pressuposto positivo de uma proposição negativa não é sua contraparte afirmativa, como defende Sigwart (1895), então o problema levantado inicialmente na subseção anterior é parcialmente desfeito, pois haveria uma nítida diferença entre (i) pressupor uma afirmação e (ii) negar uma pressuposição.

Claramente, nessa visão, negar a proposição afirmativa pressuposta não seria uma característica intrínseca de toda proposição negativa, uma vez que a veracidade da pressuposição não deve ser negada. Assim, não seria contraditório considerar que, por um lado, toda sentença negativa pressupõe uma afirmação e que, por outro, as sentenças negativas com o *não* final têm a função de negação de pressuposições (prévias), se entendemos que a primeira afirmação pressuposta e a segunda pressuposição negada se referem a proposições distintas: a afirmação pressuposta é a base positiva para a possibilidade de enunciar uma certa sentença negativa e a pressuposição negada é apenas a contraparte afirmativa da sentença negativa.

Por outro lado, essa visão levanta um outro problema, que é a própria definição do conceito de *pressuposição* utilizado na caracterização do *não* final. Pressuposição, na literatura lógica e semântica, não diz respeito a um significado que é evocado por uma proposição A, mas a uma proposição B cuja veracidade é pré-requisito tanto para a veracidade quanto para a falsidade de A.

O trabalho de Schwenter (2005) rejeita a caracterização do *não* final como negação de pressuposições justamente por tomar o termo pressuposição no sentido específico da lógica.

Schwenter (2005) aponta que, em exemplos como (17) e (18), a negação pré-verbal pode servir tanto para negar a sentença (ou proposição) prévia enunciada pelo interlocutor A (a proposição de que *João deixou de fumar*) (cf. (17)) quanto a pressuposição subjacente a essa proposição (que *João fumava antes*) (cf. (18)). O *não* final, entretanto, seria compatível apenas com a negação da sentença ou proposição expressa por A (cf. 17)), mas não pode ser usada para a negação da pressuposição subjacente a esta proposição (cf. (18)).

(17) A: O João já deixou de fumar.

B: Ele não deixou de fumar (**não**), ele ainda fuma.

(18) A: O João já deixou de fumar.

B: Ele não deixou de fumar (# **não**), ele nunca fumou.

(Schwenter 2005: 1443)

Note-se que, na ausência de uma continuação como “*ele ainda fuma*” ou “*ele nunca fumou*”, a interpretação *default* para a sentença negativa, com ou sem o marcador final, é simplesmente de negação da proposição “*ele deixou de fumar*”, emitida pelo interlocutor A. Se o *não* final tivesse a função específica de negar pressuposições (no sentido lógico e semântico do conceito de *pressuposição*), a diferença entre a negativa [Neg VP] e [Neg VP Neg] já poderia ser vista nesse ponto, independentemente da possível continuação do discurso, o que não acontece.

Isso já é suficiente para, conforme aponta Schwenter (2005), rejeitar a caracterização do *não* final como tendo a função de negação de pressuposições. Mas ainda assim, quando há a continuação do discurso, o resultado é o oposto do que o inicialmente esperado. Apenas [Neg VP] é compatível com um contexto de rejeição de uma proposição antes tida como um pressuposto, enquanto [Neg VP Neg] é incompatível com este uso. Com base nisso, Schwenter (2005) rejeita explicitamente a análise de Cunha (2001) e de Roncarati (1996) do *não* final como negação de pressuposições.

Mas, na literatura sintática, o termo *pressuposição* também é usado com um outro sentido. Na caracterização dos fenômenos de topicalização e focalização, por exemplo, os tópicos correspondem a informações discursivamente velhas ou *pressupostas*. Em outras palavras, com relação aos aspectos discursivos da linguagem, o termo *pressuposição* é utilizado

como sinônimo de informação velha, ou seja, já introduzida anteriormente no discurso, relacionado ao conceito de tópico (no esquema tópico-foco) ou tema (no esquema tema-remática), embora muitas vezes esse conceito de pressuposição não esteja explícito nos textos em que é usado.

O conceito de pressuposição utilizado em Cavalcante (2007) está ligado à noção de informação discursivamente velha e não ao conceito de pressuposição lógica conforme discutido por Schwenter (2005). Se entendermos as referências de Cunha (1996, 2001) e Roncarati (1996) a “*negação de pressuposições*” como negação de informações discursivamente velhas, equivalentes ao conceito de tópico, é possível reconciliar esse aspecto da análise das duas autoras com a posição de Schwenter (2005) sobre o *não* pós-VP. De fato, Schwenter (2005) propõe que o marcador final do PB apresenta um requerimento de se referir uma proposição que tenha sido previamente ativada no discurso. Como diz o autor, “*the postverbal negative indexes the negated proposition as one that is discourse-old and activated in the prior discourse context*” (Schwenter 2005: 1442).

O conceito de *ativação* utilizado por Schwenter (2005) é semelhante ao conceito de negação anafórica utilizado nesta tese e próximo ao conceito de pressuposição como informação velha utilizado por Cunha (1996, 2001) e Roncarati (1996), desde que entendida no sentido de Cavalcante (2007) de proposições previamente mencionadas, mas também não-mencionadas, mas inferíveis pelo discurso e/ou situação comunicativa.

O conceito de pressuposição utilizado por Cunha (1996, 2001) e Roncaratti (1996), entretanto, parece não se limitar ao conceito de tópico discursivo, mas também ao conhecimento de mundo compartilhado pelos falantes. Levando em conta a ambiguidade do termo *pressuposição* e as advertências de Schwenter (2005), considero adequado o abandono do termo *pressuposicional* ou *negação de pressuposições* para a caracterização do *não* final e recorro ao termo *negação anafórica*, entendido como definido na subseção anterior.

1.1.3. O *não* pós-VP em sentenças não-declarativas

Como apontei anteriormente, os trabalhos descritivos sobre a distribuição e uso das negativas [Neg VP Neg] e [VP Neg] concentram-se, basicamente, no seu uso em sentenças declarativas usadas em contextos de réplicas, principalmente respostas a perguntas diretas (cf.

Cunha, 1996, 2001; Roncarati, 1996).

É E. Martins (1997) quem aponta as sentenças imperativas como um segundo contexto em que as sentenças com o *não* final seriam produtivas¹², embora ela não faça referência ao [Neg VP Neg] nesse mesmo contexto nem forneça uma tentativa de caracterização da função do marcador negativo final em sentenças imperativas. E. Martins (1997) fala sobre [VP Neg] possuir, em respostas, uma leitura de tópico/comentário, mas não dá palavra sobre qual seria a leitura presente uma sentença imperativa com o mesmo formato.

À primeira vista, o uso do marcador negativo final é inesperado em sentenças imperativas, justamente por não expressarem uma resposta ou uma negação a uma proposição prévia. A pergunta que se coloca diante da existência de sentenças imperativas negativas com a estrutura [(Neg) VP Neg] é: se o marcador negativo final de alguma forma se refere a uma proposição previamente ativada no discurso, que contribuição ele pode fornecer a uma sentença imperativa, que não é tipicamente usada como resposta ou réplica, mas como uma ordem, pedido ou conselho sobre ações futuras?¹³

Levando essa questão em consideração, primeiramente é importante observar que as sentenças imperativas negativas são melhor caracterizadas como expressando uma proibição ou reprovação de ação, ao invés de uma ordem, um pedido ou um conselho de ações futuras. Um imperativo negativo como como “*Num abra a porta!*” não é uma ordem ou conselho para praticar uma ação específica, mas para se abster de praticá-la. É justamente esse caráter de proibição ou reprovação de uma ação que permite a existência de um caráter pressuposicional ou anafórico em imperativos negativos, como pode ser identificado nos exemplos em (19) e (20) abaixo.

(19) A: Acho que vou convidar João para a festa.

a. B: (Num) convida (ele) **não**!

A: Tô pensando em assistir o novo filme de Xuxa.

b. B: (Num) assista **não**! Eu já vi, é muito ruim.

¹² Autores trabalhando especificamente com a variação e caracterização das sentenças imperativas do PB, como Scherre, Cardoso, Lunguinho e Salles (2007), também apontam o uso do *não* pós-VP nesse contexto, embora não se dediquem à caracterização das negativas com esse tipo de marcador.

¹³ O termo “ação” é usado aqui de modo impreciso, pois, evidentemente, um imperativo, assim como uma declarativa, pode se referir a estados, mudanças de estado, etc, como nos exemplos abaixo.

(i) Seja corajoso!

(ii) Durma cedo!

A: Talvez eu compre um Fiat Uno.

c. B: (Num) compre Uno **não!** Você já viu o novo Ka?

(20) Contexto: o interlocutor pega o celular e começa a discar.

a. (Num) ligue (pra ele) agora **não!**

Contexto: uma criança ameaçando outra.

b. Ei, (num) bata nele **não!**

Contexto: Alguém prestes a entrar num quarto

c. (Num) entre agora **não!** Eu estou me vestindo.

Contexto: Alguém ouve batidas na porta e se encaminha em direção a ela.

d. (Num) abra a porta **não!** Você num sabe quem é.

Uma sentença imperativa com um marcador negativo final pode ser usada para indicar uma proibição de uma ação cuja intenção de realização foi expressa anteriormente no discurso, como nos exemplos em (19), ou inferida a partir do contexto, como em (20).

Por outro lado, o marcador final parece ser inadequado em contextos de ordens, instruções e proibições que podemos chamar de *neutras*, ou seja, em que a intenção do interlocutor (de praticar a ação a ser proibida) não está claramente dada ou pressuposta no contexto, como nos exemplos em (21), que podem ocorrer até mesmo em contextos que não são de diálogo, como em placas e outras formas de avisos escritos.

(21) a. Não fale com o motorista!

b. Não saia sem protetor solar!

c. Não fume!

d. Não ponha os pés no capô!

e. Não esqueça de reciclar!

Se, porém, as mesmas sentenças em (21) forem usadas em contextos em que haja

pressuposição da intenção de realização das referidas ações, o uso do marcador negativo final é perfeitamente adequado. Por exemplo, (21a) pode ocorrer como uma placa ou como um instrução inicial dada por um funcionário de uma empresa de ônibus aos passageiros que vão fazer uma viagem. Nesse contexto, o *não* final não pode ocorrer. Se a frase, por outro lado, é dita por um passageiro reclamando de outro, que estiver conversando ou tentando puxar conversa com o motorista, o uso do *não* final é perfeitamente aceitável. Situações semelhantes podem ser imaginadas pelo leitor para os demais casos em (21).

Em outras palavras, as imperativas com o *não* final podem ser consideradas anafóricas no sentido de que são proibições utilizadas como *réplicas a uma situação* definida previamente no discurso ou na situação comunicativa mais ampla.

Um terceiro contexto em que [Neg VP Neg] e [VP Neg] podem ser usados produtivamente, mas que não é normalmente discutido na literatura sobre o tema, é o caso de perguntas polares (cf. Souza 2004; Cavalcante 2007: 29-35). O uso do marcador negativo final nesse contexto também parece contrariar a intuição de que essas negativas seriam usadas tipicamente em respostas, por expressarem negação ou rejeição de proposições prévias.

No caso das perguntas polares, a intuição sobre o caráter anafórico se torna ainda mais problemática do que o caso anterior das sentenças imperativas, uma vez que não é tão claro como uma pergunta pode ser ou expressar, *ela mesma*, uma negação de proposições pré-existentes na situação discursiva, uma vez que perguntas são tipicamente pedidos de informação, ao invés de posicionamento sobre o estado das coisas.

Para caracterizar de modo mais preciso a contribuição da negação pós-VP às perguntas polares, é preciso ter em mente, inicialmente, que a própria escolha da polaridade positiva ou negativa em uma pergunta polar não é uma escolha neutra, mas depende, ao menos parcialmente, dos objetivos do falante na conversação, como aponta a literatura sobre o tema.

Rooy & Šafářová (2003) e outros apontam que, de acordo com a teoria semântica aplicada à descrição das perguntas, a denotação de uma sentença interrogativa Q seria o conjunto de possíveis respostas corretas (ou “*good answers*”) para Q. Dada essa teoria, a denotação de uma pergunta polar P seria o conjunto com as duas respostas possíveis a P (a saber $\{p, \neg p\}$) independentemente de a pergunta polar ter a forma afirmativa ou negativa (cf. Groenendijk & Stokhof 1985).

Autores como Ladd (1981), Rooy & Šafářová (2003) e Romero & Han (2004), entretanto, apontam que tal definição não é adequada para a caracterização das perguntas

polares, uma vez que perguntas polares afirmativas e negativas não são intercambiáveis em todos os contextos. De um modo geral, as perguntas polares apresentem um viés com relação à resposta esperada, se p ou $\neg p$.

Segundo Romero & Han (2004), em inglês, uma pergunta polar positiva apresenta uma implicatura de que o falante acredita ou espera que $\neg p$. Por outro lado, as perguntas polares negativas apresentam um comportamento distinto a depender da posição do marcador negativo. As perguntas polares em que o marcador *not* é frontado (junto com o verbo) para C° possuem a implicatura oposta que as polares positivas, ou seja, que o falante acredita ou espera que p , por outro lado, as polares negativas em que *not* não é frontado, a implicatura p não necessariamente existe.¹⁴

Com relação às perguntas polares negativas do PB, o que parece ocorrer é que o uso do marcador final em perguntas polares indica, não exatamente uma rejeição de uma pressuposição prévia, mas aponta a expectativa de uma resposta negativa por parte do interlocutor, com base em alguma evidência presente no discurso ou na situação comunicativa. O uso do marcador negativo final pode, assim, ser visto como indicativo da expectativa de confirmação da negativa da proposição objeto da pergunta.

Essa expectativa de resposta negativa é que seria, portanto, consequência de uma proposição ou inferência presente no contexto. Daí, então, decorre o caráter anafórico de uma interrogativa polar com um marcador negativo pós-VP: não é o caso de que as perguntas polares com o *não* final efetivamente neguem uma proposição previamente ativada no discurso, mas que elas dependem de uma proposição prévia para estabelecer a expectativa de resposta. A proposição, então, ativa a expectativa de resposta negativa (ou de confirmação da versão negativa da proposição), que é codificada pela presença do *não* final. É o que ocorre nos exemplos em (22) e (23).

(22) Contexto: A chega em casa e vê B sentado no sofá.

- a. (Num) foi pra aula hoje **não**?
- b. (Num) teve aula hoje **não**?

¹⁴ Ladd (1981) utiliza os termos *inner negative polar question* e *outer negative polar question* ao discutir as diferenças de expectativas presentes, respectivamente, na pergunta negativa sem e com o frontamento da negação. O autor enfatiza que essas diferenças de expectativas estão relacionadas a uma ambiguidade sintático-semântica decorrente de diferenças nas relações de c-comando.

(23) Contexto: A avisa a B que o carro ainda está na oficina.

a. O mecânico num consertou ainda **não**?

b. Consertou ainda **não**?¹⁵

Já perguntas polares com a estrutura [Neg VP], ao invés de expressarem uma expectativa de resposta afirmativa/positiva, parecem não ser restritas ao tipo de expectativa com relação à resposta, podendo ocorrer em contextos de expectativa neutra e de expectativa de resposta positiva ou negativa. Por exemplo, em (22) e (23), uma pergunta na forma [Neg VP] seria igualmente aceitável.

Da mesma forma, no exemplo (24), a pergunta polar na fala do aluno, no formato [Neg VP], indica a sua expectativa de resposta positiva ou, para ser mais exato, indica a sua crença na pressuposição afirmativa correspondente (i.e., a de que os pensadores medievais de fato acreditassem que a Terra era chata).

(24) Professor: O que você afirma, no seu trabalho, sobre os pensadores da Idade Média, está equivocado.

Aluno: Equivocado? Como assim? *Eles **num** acreditavam que a Terra era chata?*

Professor: Não, isso é um mito.

Vejamos outros exemplos a partir do diálogo abaixo.

(25) a. A: João ainda **num** chegou?

b. B: Ele sempre se atrasa. **Num** lembra da última vez? Esperamos ele por 1 h.

c. A: Foi? [com expressão de dúvida]

d. B: Foi. (**Num**) lembra **não**?

Nos exemplos em (25), temos o seguinte: a pergunta em (25a), com a negativa pré-verbal [Neg VP], expressa ou um pedido simples de informação ou uma surpresa do interlocutor A com a não-chegada de João, mas pode também ser usada com uma expectativa de resposta negativa. Nesse último contexto, uma pergunta com [(Neg) VP Neg] também seria aceitável.

¹⁵ Vide seção 1.5.3 para considerações sobre a aparente exigência de sujeito nulo com [VP Neg].

Já a pergunta em (25b), também no formato [Neg VP], indica claramente uma expectativa (por parte do interlocutor B) de resposta afirmativa do interlocutor A. Mais especificamente, o objetivo da pergunta é ativar a memória dele para o evento citado. Em outras palavras, apesar de a pergunta ser no formato negativo, ela não é usada com expectativa de uma resposta negativa. A resposta típica esperada por B é algo como “claro, eu lembro”. Pode ser o caso de que, antes da pergunta, seja verdadeiro que A não lembre da situação citada, mas a própria pergunta ativa essa lembrança e leva (ou deveria levar) à resposta afirmativa esperada. Dados como (25b) são muitas vezes chamados de *negação expletiva*, justamente por se considerar que a negação não contribui ou altera o significado da sentença. Note-se que a versão afirmativa da pergunta (“Lembra da última vez?”) teria praticamente o mesmo efeito.

Já a pergunta em (25d), com o marcador pós-VP, apresenta claramente uma expectativa de resposta negativa, que, no contexto do diálogo, é inferida a partir da reação anterior do interlocutor A. A mesma expectativa negativa poderia ser expressa com a sentença [Neg VP] da pergunta (i.e. “Não lembra?”) e uma entonação específica, mas a troca de [Neg VP] por [Neg VP Neg] na pergunta anterior, (25b), mudaria a expectativa de resposta.

O que esses dados nos mostram, tanto nos casos de sentenças declarativas quanto nos de imperativos e os de perguntas polares, é que a existência de uma proposição expressa explicitamente ou inferida a partir do contexto desempenha um importante papel na disponibilidade do uso do marcador negativo pós-VP nas sentenças. Os dados nos mostram também uma primeira amostra de como as sentenças com o marcador pós-VP e as que têm apenas o marcador pré-verbal não apresentam uma distribuição complementar, mas, como dito anteriormente, as primeiras ocorrem em um subconjunto de contextos em que as segundas podem ocorrer.

Até aqui, tentei caracterizar, de modo resumido, a distribuição do marcador negativo pós-VP com base em propriedades discursivas que ele apresenta. A partir de agora, passo a tratar das propriedades e restrições de natureza sintática à ocorrência do mesmo marcador. Como se verá, podemos identificar uma situação similar em que o *não* final ocorre em um subconjunto dos contextos em que o *não/num* pré-verbal pode aparecer.

Considerando essa interação entre o marcador negativo final e relações discursivas ou anafóricas entre sentenças e considerando que a periferia esquerda da sentença (i.e. o sistema CP) é vista como o local prototípico de codificação de relações (inter-)discursivas e inter-

sentenciais, vale a pena analisar mais detalhadamente a interação entre a partícula negativa final e as propriedades sintáticas relacionadas ao sistema CP, como é objetivo deste trabalho.

Na próxima seção, 1.2, discuto a distribuição sintática dos marcadores negativos pré-verbal e pós-VP do PB.

1.2. Marcadores negativos do PB: distribuição sintática

A primeira partícula negativa do PB (o *não* ou *num* pré-verbal) pode ocorrer em todos os tipos de sentenças, sempre em posição imediatamente pré-verbal, seja em orações matrizes ou subordinadas, finitas ou infinitas, declarativas, interrogativas ou imperativas, como mostram os exemplos em (26).

(26) a. Pedro num trabalhou / tinha trabalhado ontem.	(declarativa matriz)
b. Eu acho <i>que</i> Pedro num trabalhou ontem.	(declarativa subordinada)
c. Pedro achou melhor num trabalhar hoje.	(infinita)
d. Você num saiu ainda?	(interrogativa polar)
e. Quem/Quantos alunos você num aprovou?	(interrogativa QU)
f. Você num aprovou quem/quantos alunos?	(interrogativa QU <i>in situ</i>)
g. Num faça isso!	(imperativa)

Na presença de um verbo auxiliar (cf. (26a)), esse marcador sempre o antecede, o que mostra que não se trata simplesmente de uma partícula pré-verbal, como usualmente é referida na literatura, mas pré-*I*^o. No restante desta tese, os termos *pré-verbal* e *pré-I*^o serão usados como sinônimos, em referência a partículas que ocorrem imediatamente antes de verbos (finitos ou infinitivos) movidos para o IP ou gerados diretamente nesta posição, como o *ne* do francês, o *no* do espanhol, o *num/não* do português etc; já os termos *pós-I*^o será usado em referência a partículas que ocorrem em posição imediatamente pós-verbal, ou seja, à direita de *I*^o, mas ainda antecedendo os elementos do VP, como o *pas* do francês, a versão não-clítica do *not* do inglês, o *nicht* do alemão etc. Já o termo *pré-VP* será usado para quaisquer marcadores que antecedam os elementos do VP, independentemente de ocorrerem em posição pré-*I*^o ou pós-*I*^o. Ou seja, esse termo fará referência a quaisquer marcadores

relacionados ao IP.

Em resumo, o marcador *não/num* pré-verbal é possível em qualquer tipo de sentença, independentemente do tipo ilocucionário (declarativa, interrogativa, imperativa) ou do estatuto sintático (matriz, subordinada).

E o marcador pós-VP?

Já em trabalhos anteriores (Cavalcante 2007, 2008), apresentei dados que apontam que as sentenças com o marcador negativo final são sensíveis a certas construções que envolvem a ativação da periferia esquerda. Apesar de serem aceitáveis e produtivas em perguntas polares, como visto em 1.1.3, tanto [Neg VP Neg] quanto [VP Neg] são incompatíveis com interrogativas QU, como mostram os exemplos em (27) e em (28).

(27) [Neg V Neg] em interrogativas QU

- a. *O que* (que) ele num fez (***não**)?
- b. *Por que* (que) ele num saiu de casa (***não**)?
- c. *Que horas* (que) você num está ocupado (***não**)?
- d. *O que* (que) Maria num pagou (***não**)?
- e. *Quando* (foi que) eu num te paguei (***não**)?
- f. Ele num fez *o quê* (***não**)?¹⁶
- g. Ele num saiu de casa *por quê* (***não**)?

(28) [VP Neg] em interrogativas QU

- a. *O que* (foi que) ele fez (***não**)?
- b. *Por que* ele saiu de casa (***não**)?
- c. *Que horas* você está ocupado (***não**)?
- d. *O que* (que) Maria pagou (***não**)?
- e. *Quando* (foi que) eu te paguei (***não**)?
- f. Fez *o quê* (***não**)?¹⁷
- g. Saiu de casa *por quê* (***não**)?

Esses exemplos também mostram que a incompatibilidade de [Neg VP Neg] e [VP Neg]

¹⁶ Os exemplos (27f), (27g), (28f) e (28g) são inaceitáveis mesmo na possibilidade de o elemento QU ocorrer após o marcador negativo.

¹⁷ Vide nota anterior.

com interrogativas QU não depende da posição em que os constituintes QU ocorrem. A incompatibilidade é a mesma quando o QU ocorre frontado ou quando ocorre *in situ*.

A inaceitabilidade do *não* pós-VP em interrogativas QU traz a primeira grande dificuldade para qualquer proposta de derivação sintática que tente captar as propriedades desse marcador. A dificuldade diz respeito ao fato de que esse marcador apresenta um comportamento imprevisível com relação ao tipo ilocucionário das sentenças: o *não* pós-VP ocorre em sentenças declarativas, imperativas e interrogativas polares, mas não ocorre em interrogativas QU. A pergunta que deve ser feita diante desse padrão é: por que as interrogativas polares e as interrogativas QU não se comportam do mesmo modo, uma vez que são representantes do mesmo tipo ilocucionário? Ou, em outras palavras, por que as interrogativas polares se aproximam das declarativas e das imperativas ao invés de se comportarem como as interrogativas QU?

Além da incompatibilidade com perguntas QU, o marcador negativo final é fortemente restringido em contextos de encaixamento, mas há diferenças de comportamento quando o *não*/num pré-verbal está presente ou não na sentença.

Os exemplos em (29) mostram que a construção em que a partícula final aparece sozinha, [VP Neg], é inaceitável em sentenças subordinadas de qualquer tipo (cf. também Schwegler 1991b), sejam elas completivas (cf. (29a) e (29b)), relativas (cf. (29c) e (29d)), subjetivas (cf. (29e) e (29f)) ou adverbiais (cf. (29g) (29h)).

(29) [VP Neg] em encaixadas

a. * Ele disse <i>que conseguiu não</i> .	(completiva)
b. * Eles lembram <i>que você viajou não</i> .	(completiva)
c. ?? Ele já foi buscar o livro <i>que Maria trouxe não</i> .	(relativa)
d. ?? Um suplente é um senador <i>que recebeu nenhum voto não</i> .	(relativa)
e. * É bom para a saúde <i>comer gordura não</i> .	(subjetiva)
f. * <i>Comer gordura não</i> , é bom para a saúde.	(subjetiva)
g. * <i>Se a banda tocar não</i> , o show vai ser cancelado.	(adverbial)
h. * <i>Quando ela voltou pra casa não</i> , fiquei preocupado.	(adverbial)

Já as sentenças em que as duas partículas negativas co-ocorrem, [Neg VP Neg], apresentam um comportamento semelhante, embora não tão restrito: assim como [VP Neg] as

construções [Neg VP Neg] são inaceitáveis em subjetivas (cf. (30e)) e (30f)) e adverbiais (cf. (30g) e (30h)), mas, diferentemente, são marginais em relativas (cf. (30c) e (30d)), e, mais importante, são perfeitamente aceitáveis em encaixadas completivas (cf. (30a) e (30b)).

(30) [Neg V Neg]

a. Ele disse <i>que</i> num conseguiu não .	(completiva)
b. Eles lembram <i>que</i> você num viajou não .	(completiva)
c. ? Ele já foi buscar o livro <i>que</i> Maria num trouxe não .	(relativa)
d. ? Um suplente é um senador <i>que</i> num recebeu nenhum voto não .	(relativa)
e. * É bom para a saúde num comer gordura não .	(subjetiva)
f. * Num comer gordura não , é bom para a saúde.	(subjetiva)
g. * <i>Se a banda</i> num tocar não , o show vai ser cancelado.	(adverbial)
h. * <i>Quando ela</i> num voltou pra casa não , fiquei preocupado.	(adverbial)

Em suma, o marcador pré-verbal não apresenta nenhum tipo de restrição sintática (ou ilocucionária), enquanto o pós-VP se mostra sensível a diversas propriedades codificadas no sistema CP, como encaixamento (ou presença de complementizadores) e elementos QU, o que pode ser resumido na generalização em (31).

(31) Generalização sobre a negação final no PB

O marcador negativo final é incompatível (ou tem sérias restrições de co-ocorrência) com elementos associados ao sistema CP, como complementizadores e elementos QU.

Outra característica sintática importante das negativas com o marcador pós-VP não se manifesta em termos absolutos de aceitabilidade *versus* inaceitabilidade, mas de tendência. Trata-se do fato, já comentado na subseção 1.1.1, de que, nesse tipo de sentença, é frequente a realização foneticamente nula dos argumentos verbais. Essa característica reflete diretamente o aspecto discursivo que condiciona o uso de tais sentenças, que é o seu caráter anafórico.

Na próxima subseção, 1.2.1, comparo os dados de [Neg VP Neg] e [VP Neg] do PB com os do português europeu (PE). A importância dessa comparação está no fato de que grande parte da literatura sobre as mudanças linguísticas e as especificidades morfossintáticas

do PB tem considerado que as negativas com dois marcadores negativos e com apenas um marcador pós-VP são estruturas específicas e originais do PB, inexistentes no PE, sendo possivelmente resultado de influência do contato com línguas africanas (cf. Petter 1994; Lucchesi 2001; Fonseca 2010; dentre outros).

1.2.1. As negativas pós-VP do PE e do PB

Ao comparar a estrutura morfossintática do PB com a do PE, muitos autores incluem as chamadas construções de “dupla negação”¹⁸ (i.e. [Neg VP Neg]) e as de negação final (i.e. [VP Neg]) entre as características que diferem as duas línguas. Lucchesi (2001), por exemplo, lista a estrutura com dois marcadores negativos como um dos resultados do processo de transmissão linguística irregular que caracterizou a história da difusão da língua portuguesa no território brasileiro e que teria, então, produzido uma situação de *crioulização leve*, que teria originado as principais diferenças morfossintáticas entre o PB e o PE (cf. também Lucchesi, Baxter & Ribeiro 2009).

Fonseca (2010) considera que a negativa final do PB “*pode ser interpretada como resíduo de marcas deixadas por línguas em contato, ausentes no português europeu*” (cf. também Fonseca 2011). Posição semelhante com relação à origem africana dos dois tipos de negativas finais é encontrada em Petter (1994).

Entretanto, essa posição quanto à originalidade do PB quanto às estruturas negativas pós-verbais se devia mais ao desconhecimento de certas características do PE. Trabalhos mais recentes da linguística portuguesa como Martins (2010, 2012) e Pinto (2010) têm apontado a existência não apenas de [Neg VP Neg], mas também de [VP Neg] no PE — embora com uma frequência reduzida —, como mostram os exemplos em (32).

¹⁸ A expressão “dupla negação” é ambígua dentro da literatura linguística, pois pode se referir a uma propriedade semântica ou sintática. Ou seja, ora a expressão é usada para indicar a propriedade de algumas línguas como inglês, em que a presença de mais um elemento negativo na mesma sentença provoca uma leitura de cancelamento da negação, resultando em uma sentença semanticamente afirmativa; ora a mesma expressão é usada para se referir à simples existência material de mais de um elemento negativo na sentença. E mesmo nesse segundo sentido, a expressão às vezes se refere à co-ocorrência de dois marcadores negativos e às vezes à co-ocorrência de um marcador negativo e de alguma outra categoria sintática (como pronomes indefinidos) que também possuem algum traço negativo secundário. Nesta tese, evito o uso do termo “dupla negação”, optando pela fórmula [Neg VP Neg] para me referir a essas estruturas equivalentes às do PB.

(32) Português europeu (Martins 2010: 572)

- a. A: O Pedro disse que vendeu o carro.
- b. B: O Pedro **não** disse que vendeu o carro **não**.

Português europeu (Martins 2010: 572)

- c. A: Ela não gosta de ninguém.
- d. B: Não acredito.
- e. A: **Não** gosta de ninguém **não**.

Português europeu (Pinto 2010: 50)

- f. A: A criança comeu a sopa toda.
- g. B: **Não** comeu a sopa toda, **não**. Deixou metade no prato.
- h. B: Comeu a sopa toda, **não**. Deixou metade no prato.

Esses dados do PE são suficientes para desautorizar qualquer interpretação que tome [Neg VP Neg] e [VP Neg] como construções exclusivas do PB. Eles também prejudicam as tentativas de atribuir o surgimento dessas sentenças a processos de influência e de transferência direta de estruturas linguísticas a partir de línguas africanas para o PB. Também a hipótese da reformulação da gramática como consequência da transmissão linguística irregular fica enfraquecida diante desses dados, mas não é necessariamente refutada, pois ainda é possível investigar, a partir de um ponto de vista diacrônico, se as negativas [Neg VP Neg] e [VP Neg] do PB são uma continuação das estruturas equivalentes no PE ou se elas se desenvolveram de modo independente nas duas línguas.

Em Cavalcante (2007, capítulo 1), apontei que os dados de comunidades linguísticas rurais isoladas, formadas a partir de comunidades de (ex-)escravos, não autorizavam a interpretação de que [Neg VP Neg] fosse uma estrutura inovadora do PB. O exame do que a teoria sociolinguística denomina como *variação no tempo aparente* revelava um processo de variação estável entre as diferentes faixas etárias, sem nenhuma indicação de incremento de [Neg VP Neg] na faixa etária mais velha ou na faixa mais jovem em relação às demais.¹⁹

¹⁹ A existência de [Neg VP Neg] e, principalmente, de [VP Neg] no PE pode levar a uma inversão da questão sobre a distribuição limitada desse último tipo de negativa nos dialetos do PB. Se antes considerávamos que os dialetos nordestinos (e similares) era o caso especial por apresentarem uma estrutura negativa inexistente nos outros, agora os dialetos do sul e sudeste que não possuem [VP Neg] é que são, de algum modo,

Deixando de lado a questão sobre a origem (sócio-)histórica (ou sociolinguística) das negativas pós-VP nas duas línguas, voltemo-nos agora para as características discursivas e, principalmente, sintáticas dessas negativas no PE. Os exemplos em (32) mostram que, no PE, essas estruturas ocorrem em contextos responsivos, ou seja, como réplicas a proposições previamente mencionadas no discurso, de modo semelhante ao que ocorre no PB. Entretanto, essa semelhança é apenas parcial. Martins (2012, comunicação pessoal) aponta que, no PE, o *não* pós-VP só pode ocorrer em contextos em que a proposição tenha sido explicitamente enunciada. Em contextos em que a proposição é apenas inferível pelo contexto, apenas [Neg VP] é possível.

Essa diferença mostra que o contexto de licenciamento do *não* pós-VP do PE é mais restrito do que o de licenciamento do *não* pós-VP do PB, o que revela que o conceito de negação anafórica talvez não seja adequado para caracterizar o caso do PE. Martins (2010, 2012) e Pinto (2010) utilizam o conceito de *negação metalinguística* para explicitar a natureza dos exemplos com [VP Neg], enquanto consideram os exemplos de [Neg VP Neg] como negação enfática. Das estruturas de negação enfática, tratarei detalhadamente no capítulo 2 desta tese.

O conceito de *negação metalinguística* usado pelas autoras se baseia na definição de Horn (1985, 1989), segundo o qual esse tipo de negação difere da negação descritiva²⁰ por não ter a função de negar a veracidade da sentença, mas uma rejeição à sua assertabilidade. A rejeição à assertabilidade da sentença não decorre necessariamente da sua falsidade, mas pode decorrer de outros fatores. Assim, a rejeição efetuada pela negação metalinguística pode ter como alvo uma pressuposição, uma implicatura ou mesmo algum aspecto estilístico da fala, como a realização morfológica ou fonética, a escolha lexical etc, como em (33) abaixo.

- (33) a. Some men aren't chauvinists — all men are chauvinists.
 b. Grandpa isn't feeling lousy, Johnny, he's just a tad indisposed.
 c. He didn't call the [pólís], he called the [polís].
 d. No, he's not meeting a woman this evening — he's meeting his wife!
 e. I'm not a "colored lady" — I'm a black woman!

(Horn 1989: 370, 371, 373)

desviantes em relação ao PE e parte do PB.

²⁰ Cf. nota 9.

Por essa perspectiva, a negação pré-verbal do português apresenta uma função metalinguística nos exemplos em (34) abaixo. Interessantemente, vimos na seção 1.1.2 que Schwenter (2005) aponta que o *não* pós-VP não tem a função de negar pressuposições. Além de o marcador final ser pragmaticamente inadequado em contextos de negação de pressuposições, como em (34h) (cf. (18)), ele é perfeitamente aceitável em contextos que não efetuam negação de pressuposição, como em (34l) e (34m) (cf. (17)). Mais do que isso, o contraste entre os exemplos em (34e), (34f) e (34g), de um lado, e (34i), (34j) e (34k), de outro, mostra que o *não* pós-VP do PB não está associado à negação da assertabilidade da sentença no sentido de Horn (1985, 1989).

(34) **Uso metalinguístico do *não/num* pré-verbal**

- a. Ele num está ligeiramente acima do peso. Ele está obeso mesmo.
- b. Ele não tiveram dois filhos. Eles tiveram cinco.
- c. Eu não gosto do meu professor, eu adoro ele! (Schwenter 2005: 1443)
- d. Ele num deixou de fumar. Ele nunca fumou.

Uso metalinguístico do *não* pós-VP do PB

- e. Ele num está ligeiramente acima do peso (#*não*). Ele está obeso mesmo.
- f. Ele não tiveram dois filhos (#*não*). Eles tiveram cinco.
- g. Eu não gosto do meu professor (#*não*), eu adoro ele! (Schwenter 2005: 1443)
- h. Ele num deixou de fumar (#*não*). Ele nunca fumou.

Uso não-metalinguístico do *não* pós-VP do PB

- i. (Num) está obeso **não**. Ele está magro.
- j. (Num) tiveram dois filhos **não**. Só tiveram um.
- k. Eu não gosto do meu professor (*não*), eu odeio ele! (Schwenter 2005: 1443)
- l. (Num) deixei de fumar **não**. Eu ainda fumo.
- m. Ele num deixou de fumar **não**. Ele ainda fuma.

Isso mostra que, ainda que a necessidade de legitimação discursiva por meio de uma proposição presente no contexto seja um elemento necessário para a veiculação de uma negação metalinguística, esse conceito e o de negação anafórica não podem ser considerados

equivalentes. Ou, dito de outra maneira, não é possível reduzir os casos de negação anafórica aos de negação metalinguística nem vice-versa. Isso não significa que a continuação da pesquisa sobre os temas não possa deixar mais clara a existência de um mecanismo comum responsável pelos dois tipos de negação não-descritiva, mas que os casos de negação anafórica podem ser descritos como um fenômeno relativamente distinto da negação metalinguística, evitando erros de caracterização.

Outra diferença importante entre as duas línguas diz respeito ao tipo de sentença em que o *não* pós-VP do PE pode aparecer. Segundo Martins (comunicação pessoal), tanto [Neg VP Neg] quanto [VP Neg] podem ocorrer apenas em sentenças declarativas, sendo inteiramente inaceitáveis em sentenças de outros tipos ilocucionários, como imperativas, interrogativas polares e interrogativas QU.

Adicionalmente, Martins (2010) mostra que [Neg VP Neg] é exclusiva de sentenças matrizes, sendo excluída em qualquer tipo de sentença encaixada, mesmo em encaixadas do tipo completivo, como mostra o exemplo em (35). A exclusão em todas as encaixadas também vale para os dados de [VP Neg], segundo Pinto (2010).

(35) Português europeu (Martins 2010: 572)

*O Pedro disse que **não** vendeu o carro **não**.

A inaceitabilidade de [Neg VP Neg] em qualquer encaixada do PE é uma diferença importante pois contrasta com a mesma estrutura no PB. Como apontei antes, nas encaixadas completivas, [Neg VP Neg] do PB difere de [VP Neg] justamente por ser perfeitamente aceitável.

Outra diferença entre o PB e o PE diz respeito ao fato de que, no PE, existiria sempre uma pequena pausa entre a sentença e o marcador negativo pós-VP. No PB, por outro lado, não há necessidade de pausa antes desse marcador.

Em resumo, [Neg VP Neg] e [VP Neg] apresentam um uso mais restrito no PE do que no PB, em relação ao contexto discursivo de licenciamento, ao tipo ilocucionário e ao tipo sintático das sentenças em que podem ocorrer.

1.2.2. O *status* dos marcadores negativos do PB

Na literatura sobre o PB, o marcador pré-verbal é quase unanimemente analisado como o núcleo da categoria negativa NegP²¹, que tem propriedades de clítico e se prende ao verbo, movendo-se junto com este. Análises semelhantes são adotadas também para o *não* pré-verbal do PE (cf. Martins 1994).

Essas análises se baseiam nas propostas de Pollock (1989) e de Laka (1990), que concedem à negação sentencial o *status* de categoria funcional da estrutura sentencial. Para Pollock (1989), os marcadores negativos como *ne* e *pas* do francês e *not* do inglês não seriam simples adjuntos do VP, mas seriam gerados, como núcleos ou especificadores, em uma projeção funcional com a função específica de marcar a negação sentencial, NegP. Laka (1990) adota uma visão ligeiramente distinta ao propor que NegP não seja considerada uma categoria apenas negativa, mas uma categoria que pode manifestar traços negativos (através de um marcador negativo explícito) ou positivos (através de um morfema afirmativo foneticamente zero ou nulo), responsável, então, por marcar negação ou afirmação sentencial. Essa categoria é denominada ΣP por Laka (1990).

Nessas análises, há discordância entre os autores sobre a posição em que esse elemento NegP deve ocorrer na sentença. Autores como Vitral (1999) posiciona NegP imediatamente acima do VP e abaixo, portanto, do TP e demais categorias funcionais que possam existir no sistema flexional, como na representação em (36), adaptada. Em seu sistema, a posição pré-verbal desse marcador é derivada pelo fato de o *não/num* ser um clítico, que se moveria junto com o núcleo verbal para o núcleo de T°. Posição semelhante é adotada por Fonseca (2004), embora dentro de uma proposta de análise com características e implicações diferentes, como discutirei em 1.4.2.

(36) [CP [TP T [NegP *não/num* [VP ...]]]]

Mioto (1992), diferentemente, posiciona NegP diretamente acima de IP, como na representação simplificado em (37). Nessa análise, o verbo se moveria para I° e, posteriormente, para Neg°, em decorrência de a negação ser um clítico e, então, apresentar

²¹ O trabalho de Camargos (2002) é uma exceção, por considerar que não há uma projeção NegP e que o *não* pré-verbal, ao invés de ser núcleo de uma projeção funcional independente, é gerado diretamente em adjunção ao V°.

uma necessidade morfológica de ser apoiada por um outro constituinte. Também ocorreria o movimento do sujeito do especificador de IP para o especificador de NegP. Esse movimento seria motivado justamente pelo movimento prévio do verbo (ou do complexo V^o+I^o), que tornaria o especificador de NegP uma posição argumental. Namiuti (2008) adota uma estrutura semelhante à de Miotto (1992), com NegP acima de IP/TP, mas deriva a posição posterior ao sujeito, com cliticização ao verbo, de modo diferente, através de operações pós-sintáticas que se aplicariam no componente morfológico.

$$(37) \left[{}_{CP} \left[{}_{NegP} \text{ não/num } \left[{}_{IP} I^o \left[{}_{VP} \dots \right] \right] \right] \right]$$

Outras análises seguem a proposta original de Pollock (1989), para o francês e inglês, de fusão da categoria IP em duas categorias funcionais distintas, e consideram que, também no PB, NegP seria gerado em uma posição intermediária entre os núcleos TP e AgrP, como em (38). Essa é a posição de autores como E. Martins (1997).

$$(38) \left[{}_{CP} \left[{}_{AgrP} Agr^o \left[{}_{NegP} \text{ não/num } \left[{}_{TP} T^o \left[{}_{VP} \dots \right] \right] \right] \right] \right]$$

Além da posição em que NegP é gerado, uma outra questão discutida nas análises sobre o marcador pré-verbal diz respeito ao número de categorias negativas efetivamente presentes na derivação e, mais especificamente, no sistema IP. Zanuttini (1994), examinando dialetos italianos, propõe a existência de uma categoria negativa NegP em que os marcadores negativos são gerados e a existência de uma outra categoria PolP (*Polarity Phrase*), responsável pela checagem da polaridade sentencial, para a qual os marcadores negativos são movidos. Com base em Zanuttini (1994) e em Martins (1994), autores como E. Martins (1997) e Fonseca (2004) propõem que, no PB, além da categoria NegP, gerada abaixo (ou em posição medial) do IP, existiria também uma projeção do tipo PolP, acima de todo o IP, para a qual o marcador negativo teria que se mover (na sintaxe visível ou em LF) para a checagem de seus traços negativos.

É importante ter em vista que, a rigor, o ΣP de Laka (1990) e o PolP de Zanuttini (1994) não são categorias equivalentes e, portanto, tais rótulos não deveriam ser intercambiáveis, pois ΣP substituiria o próprio NegP, onde os marcadores polares são **gerados**, enquanto PolP seria uma categoria adicional, ao lado de NegP, para onde os marcadores são movidos (antes

ou depois de LF) para terem seus traços checados. Entretanto, muitas vezes na literatura sobre a negação ou a polaridade sentencial, os autores tomam os rótulos ΣP e PolP como mais ou menos equivalentes, opondo-os ao simples NegP. Assim, a projeção ΣP é ora concebida como um rótulo mais genérico para NegP, ora como um outro nome para PolP.

Quanto aos fenômenos tratados nesta tese, a posição específica em que NegP é gerado, em geral, não afeta a argumentação e a análise a ser desenvolvida.²² Em outras palavras, a análise que ofereço neste capítulo para o marcador pós-VP do PB é relativamente neutra quanto às análises conhecidas para o marcador pré-verbal. O que será importante é que o *não/num* é um núcleo funcional associado a uma projeção relacionada ao sistema IP, que tem o efeito de inverter a polaridade da sentença.

Já a discussão com relação à existência ou não de uma categoria do tipo PolP será importante na medida em que essa projeção desempenha um papel importante em algumas análises prévias sobre a derivação das negativas pós-VP do PB.

Como veremos em 1.4, as análises para o *não* pós-VP não são tão unânimes, diferindo entre si não apenas na posição específica em que esse marcador é gerado, mas no *status* sintático e semântico que esse marcador teria. As principais análises para este elemento o consideram (i) ou como um elemento adverbial adjungido ao sistema VP (ii) ou como realização da categoria responsável pela checagem dos traços de polaridade da sentença, como PolP.

Diante deste quadro, este capítulo tem o objetivo de responder às seguintes perguntas:

(39)

- I. Qual a posição estrutural do marcador negativo final *não* do PB e qual a relação entre essa posição e a interpretação anafórica deste marcador?
- II. Como são derivadas as estruturas [Neg VP Neg] e [VP Neg]?
- III. De que decorrem as restrições de aceitabilidade do *não* final com perguntas QU e com (certos tipos de) sentenças encaixadas?
- IV. Qual a diferença estrutural entre [Neg VP Neg] e [VP Neg]?

²² Nos momentos em que essa posição do marcador pré-verbal for importante, como, por exemplo, no capítulo 4, retomo essa discussão.

1.3. Análise: partículas polares iniciais e finais

1.3.1. Os marcadores pós-VP e as partículas assertivas iniciais

A análise que ofereço para as negativas do tipo [Neg VP Neg] e [VP Neg] do PB parte da ideia de que o marcador negativo final possui uma natureza distinta da do marcador pré-verbal ou medial, aproximando-se mais das características do que chamo de *partículas assertivas* que ocorrem em posição pré-sentencial (ou posição “absoluta”, como resposta isolada) como *sim*, *é* e *não* do PB, em (40), e *yes* e *no* do inglês, em (41).

(40) Você fez o trabalho?

- a. **Não**, (eu num fiz).
- b. **Sim**, (eu fiz).
- c. **É**, (eu fiz).

(41) Did you do it?

- a. **Yes**, (I did).
- b. **No**, (I didn't).

A hipótese que defendo é que o marcador negativo final do PB é gerado na mesma posição estrutural que essas partículas assertivas e que essa posição é uma categoria funcional do sistema CP, que possui propriedades anafóricas.

Parte da literatura sobre as partículas iniciais do tipo *yes* e *no* assume que esses itens são como simples adjuntos de alguma categoria do sistema IP, como o próprio TP ou mesmo NegP. Kramer & Rawlins (2008), por exemplo, defendem que *yes* e *no* são categorias adverbiais que projetam AdvPs, que se adjungem à categoria TP (ou a Σ P, entendido pelas autoras como uma categoria distinta de NegP²³, equivalente a PolP de Zanuttini (1994) e gerada acima de TP), como nas representações em (42b).

²³ NegP, em inglês, ficaria abaixo de TP. Kramer & Rawlins (2008) usam o rótulo Σ P de Laka (1990), mas o usam em um sentido mais próximo ao do PolP de Zanuttini (1994), uma vez que, para Laka (1990), Σ P não se acrescenta à lista de categoriais funcionais, ao lado de NegP, mas o substitui.

- (42) A: Is Alfonso coming to the party?
- a. B: **Yes**, (he is coming to the party). / **No**, (he isn't coming to the party).
- b. $[_{\Sigma P} \text{ yes / no } [_{\Sigma P} [_{\Sigma'} \Sigma^o [_{TP} \text{ he is } [_{TP} \text{ coming } [_{PP} \text{ to the party }]]]]]]]]$
- c. $[_{\Sigma P} \text{ yes / no } [_{\Sigma P} [_{\Sigma'} \Sigma^o [_{TP} \text{ he is } [_{\text{NegP}} \text{ not } [_{TP} \text{ coming } [_{PP} \text{ to the party }]]]]]]]]]]$

Também Martins (2006, 2007), discutindo a estrutura de sentenças responsivas com *sim* no PE, considera que esse elemento seria um adjunto da categoria ΣP .²⁴ No sistema da autora, ΣP é equivalente a NegP , gerado acima de TP e em cujo núcleo seria gerado o marcador negativo pré-verbal (nas sentenças negativas) ou um morfema zero (nas sentenças afirmativas). Para Martins (2006, 2007), uma sentença semelhante a (39b), como (43a) abaixo, teria a derivação em (43b), com o verbo se movendo para o núcleo de Σ^o (= Neg^o) e o *sim* adjungido ao ΣP (= NegP).

- (43) Português europeu
- a. Sim, comprou.
- b. $[_{\Sigma P} \text{ sim } [_{\Sigma P} [_{\Sigma'} \text{ comprou } [_{TP} \dots]]]]]$

Segundo Martins (2006, 2007), sentenças como (43a) teriam, no PE, o valor de respostas neutras. Mas o *sim* também pode ocorrer em posição final em sentenças em que apenas o verbo e a partícula ocorrem, na configuração $[V^o \text{ sim}]$, e em sentenças completas, na configuração $[\text{sentença-sim}]$, como em (44a) e (44b). Esses dois tipos de sentenças, segundo a autora, teriam o valor de respostas enfáticas.

- (44) Português europeu
- a. Comprou, **sim**. (resposta enfática “reduzida”)
- b. Ele comprou o carro, **sim**. (resposta enfática “completa”)

(Martins 2007)

Martins (2006, 2007) analisa as sentenças com o padrão $[V^o \text{ sim}]$ como derivadas a partir da estrutura em (44b), com o movimento adicional do verbo, a partir da posição de Σ^o

²⁴ Em trabalhos mais recentes, a autora muda de posição e adota a hipótese de que o *não* inicial/final seria gerado no sistema CP, como veremos na seção [XXX](#).

(48)

(Oliveira, 1996: 48)

Oliveira (1996) também sugere que essa derivação poderia ser estendida para as sentenças com a partícula *não* em posição final em respostas, com o *não* ocupando a posição Σ^o no lugar da partícula *sim*. O trabalho da autora não tem como foco principal as construções negativas (com o marcador pós-VP) e por isso a proposta para a negação não é desenvolvida em detalhes.

Apesar de interessante, a análise de Oliveira (1996) apresenta como grave problema o fato de que, em seu sistema, baseado em Martins (1994), ΣP substitui o próprio NegP. Σ^o é, portanto, a posição em que é gerado o próprio marcador negativo pré-verbal. Num sistema como esse, então, não há como diferenciar a partícula *não* que ocorre em posição final em respostas e o marcador negativo *não/num* que aparece em posição medial, pré-IP, uma vez que ambos seriam gerados na mesma posição. Uma consequência disso é que essa análise não tem como gerar as sentenças com dois marcadores negativos co-ocorrendo como em [Neg VP Neg], mas apenas as estrutura com u único marcador, como [VP Neg] e [Neg VP].

O problema de propostas como as de Oliveira (1996), Martins (2006, 2007) e Kramer & Rawlins (2008) (cf. também a subseção 1.4.2) é associar as partículas assertivas iniciais do tipo *yes* e *no* ao sistema IP e à categoria responsável por marcar a polaridade da própria sentença que introduzem. Em Cavalcante (2007), argumento que a polaridade das partículas assertivas (iniciais) e polaridade sentencial são independentes e podem apresentar valores opostos.

Os exemplos em (49) mostram que uma sentença introduzida por uma partícula positiva, como *sim* ou *é*, pode ter polaridade negativa. Semelhantemente, uma sentença introduzida por uma partícula negativa, como *sim* ou *é*, pode ter polaridade positiva.

(49) A: Você (ainda) num fez o trabalho? / Você num fez o trabalho!

a. B: **É** / **sim**, eu num fiz.

b. B: **Não**, eu fiz!

Ou seja, a polaridade sentencial pode ser oposta à polaridade expressa na partícula assertiva inicial (pré-sentencial). Essa mesma diferença de polaridade entre a partícula assertiva pré-sentencial e a sentença que ela introduz ocorre também em outras línguas, como mostram os exemplos em (50) e (51).

- (50) — Is it true that Michael won't sing anymore?
 — **Yes**, he won't sing anymore. (Laka 1990: 155)
- (51) — You haven't done the work yet, right?
 a. **Yes**, I didn't.
 b. **No**, I did!

Comparando os dados em (49) com os de (52), pode-se apontar que a concordância de valores polares entre a partícula assertiva e a sentença só é obrigatória quando a partícula assertiva ocorre em posição final (i.e. quando há fronteamto do IP, como se verá adiante).

- (52) A: Você (ainda) num fez o trabalho? / Você num fez o trabalho!
 a. B: Fiz (o trabalho) **sim**.
 b. B: (Num) fiz (o trabalho) **não**!

Isso fica ainda mais claro com os exemplos em (53), que mostram a incompatibilidade entre uma partícula assertiva positiva e uma sentença com o marcador negativo pré-verbal.

- (53) a. # Num fiz **sim**. (E daí?)
 b. **Sim** / **é**, eu num fiz. (E daí?)

Note-se que há um contraste entre os três exemplos. A sentença (53a) é pragmaticamente inadequada e pode ser considerada inaceitável ou agramatical. Por outro lado, o uso da partícula inicial *sim* em sentenças com o *não/num* pré-verbal, como em (53b), embora pareça menos frequente no PB atual do que no PE, não apresenta nenhuma incompatibilidade semântica ou pragmática. Isso fica ainda mais claro com o uso de *é*, que

tem substituído o *sim* como partícula assertiva positiva/afirmativa em muitos (mas não todos) contextos (cf. Oliveira 1996 para uma descrição dos contextos de uso da partícula inicial *sim* no PB).

A independência entre a polaridade da partícula assertiva inicial e a polaridade da sentença, como visto em (49), é um fato inteiramente inesperado numa análise que assume que essas partículas são a realização da projeção funcional ΣP ou $PolP$, responsável pela polaridade da sentença, ou mesmo se são elementos adjungidos a essa projeção.

Em uma perspectiva em que o movimento da sentença (= do IP) para o especificador de $PolP$ (antes de *Spell-Out*) ou ΣP é tido como obrigatório para a checagem da polaridade²⁵, sentenças como as exemplificadas (49), sem o movimento, deveriam ser agramaticais justamente por o traço polar permanecer sem ser checado.

Com base na independência entre a polaridade sentencial e a polaridade das partículas pré-sentenciais, defendo que estas devem ser consideradas como elementos gerados em uma posição estrutural independente do IP e da projeção funcional responsável pela polaridade da sentença. Em outras palavras, essas partículas devem ser geradas no sistema CP. Na próxima subseção, apresento a proposta para a posição estrutural das partículas assertivas e dos marcadores polares finais em mais detalhes.

1.3.2. Uma projeção de polaridade no sistema CP

A análise que defendo aqui, segundo a qual as partículas polares pré-sentenciais seriam geradas no sistema CP, já está, em certo sentido, delimitada na proposta original de Laka (1990) para tais elementos.

As análises que colocam as partículas do tipo *yes* e *no* na categoria de polaridade sentencial ΣP , no sentido de Laka (1990) ou mesmo de Zanuttini (1994), causam estranheza justamente porque a própria Laka (1990) estabelece uma distinção nítida entre os marcadores (negativos) sentenciais alocados em ΣP e elementos como *yes* e *no* que, segundo a autora, ocupariam uma posição estrutural distinta e mais externa em relação à sentença, que seria o núcleo C^o .

²⁵ Consequência de Pol^o (ou Σ^o) possuir um traço forte nos sistemas de Oliveira (1996), de Martins (1997) e de Fonseca (2004) (cf. seção 1.4) — o que pode ser traduzido para abordagens mais recentes na forma de um traço EPP no núcleo Pol^o .

Segundo Laka (1990), então, partículas polares usada em contexto de resposta, como *yes* e *no* do inglês e *bai* e *ez* do basco, como nas sentenças em (54) e (55), seriam geradas no núcleo C° e não na categoria polar ΣP.

- (54) a. **Bai**, badakit. (basco)
 b. **Yes**, I (do) know it. (inglês)
 ‘Sim, eu sei’

(Laka, 1990:137)

- (55) a. **Ez**, ez dakit. (basco)
 b. **No**, I don’t know it. (inglês)
 ‘Não, eu não sei’

(Laka, 1990:137)

O trabalho de Laka (1990) precede a cisão do CP em várias categorias distintas, feita por Rizzi (1997). Em seu sistema, então, o CP é uma categoria unitária, e, então, as partículas assertivas, consideradas como elementos nucleares, só podiam ocupar a posição de núcleo do próprio CP.

Adotando uma estrutura mais rica para o sistema CP, em que diferentes propriedades são codificadas por diferentes núcleos/categorias, como proposto por Rizzi (1997), é preciso identificar de modo mais específico em que posição essas partículas são geradas. Defendo que, ao invés de considerarmos que *yes*, *no*, *sim* e *não* iniciais são gerados na posição do C(omplementizador), devemos assumir a existência de uma categoria funcional específica que tem como função marcar o ponto de vista do falante (confirmação ou refutação) com relação a uma proposição anterior. Para os propósitos dessa exposição, podemos chamar essa categoria de AstP, em referência a “assertive”, mas a denominação específica que escolhermos não é determinante para a análise.

Assumo que categoria AstP não seria simplesmente gerada acima de TP, como se estivesse no limite entre os sistemas TP e CP (que, aliás, é a posição assumida em muitos trabalhos para a categoria polar NegP ou ΣP (cf. Mioto 1992)), conforme a representação em (56).

- (56) Representação rejeitada para as partículas iniciais

[_{CP} C [_{AstP} **sim** / **não** [_{TP} ...]]

Neste trabalho, defendo que o AstP seria gerado acima do próprio CP ou, pelo menos, de alguma de suas camadas mais baixas (como o FinP de Rizzi 1997), como na representação em (57).

(57) [_{Ast'} **não** [_{CP/FinP} C/Fin [_{TP} ...]]

Um argumento em favor dessa proposta é a existência de construções com a partícula assertiva imediatamente seguida por um complementizador em algumas línguas românicas, como em dialetos italianos, no espanhol e no catalão, como mostram as sentenças em (58), (59) e (60).

- (58) a. No **che** non ci vado. (Italian regional)
 NO that not there go
 b. No **che** non ghe vado. (Italiano, dialeto de Veneto)
 NO that not there go
 ‘I won’t go there’
 c. Sì **che** ci vado. (Italiano regional)
 Yes that there go

(Poletto 2009: 181-182).

- (59) Sí **que** ha venido. (Espanhol)
 Yes that (he) has come

(Hernanz 2006: 125)

(60) Catalão

- a. No **que** no ha vingut la Lola.
 Not that not has come the Lola
 ‘But Lola did not come’

 b. No **que** no ballarà la Maria avui.
 Not that not will dance the Maria today
 ‘But Maria is not going to dance today’

(Hernanz 2006: 128)

Sentenças com o *sim* ou *não* iniciais como (61), do PB, devem, então, ser derivadas a partir da presença da partícula *sim* ou *não* no núcleo da categoria funcional AstP, gerada no sistema CP, como em (62). Nessas representações, o núcleo Ast^o marca uma negação ou confirmação de uma proposição previamente ativada (explícita ou implicitamente) no discurso, que pode ser representada como uma categoria nula no especificador de AstP.

(61) Você (num) fez o trabalho?

a. **Sim**, eu (num) fiz.

b. **Não**, eu (num) fiz!

(62) a. [_{AstP} $\emptyset$ [_{Ast'} **sim** [_{CP} [_{TP} eu (num) fiz]]]

b. [_{AstP} $\emptyset$ [_{Ast'} **não** [_{CP} [_{TP} eu (num) fiz]]]

Uma palavra deve ser dita sobre o *status* nuclear dessas partículas. Martins (2006, 2007) assume que elas seriam adjuntos de Σ P, e Oliveira (1996), que elas seriam o próprio núcleo de Σ P. Transportando o mesmo tipo de relação para a categoria AstP, elas poderiam ser adjuntos de AstP ou o seu núcleo. Em Cavalcante (2007), assumi que elas seriam o especificador da projeção, que teria o núcleo ocupado por um traço sem representação fonética.²⁶ Adotei essa análise pois o *não* inicial (e final), diferentemente do *não/num* pré-verbal, não se comporta como um elemento clítico. Esse fato poderia ser interpretado como indício de esse *não* corresponde a uma projeção máxima. Entretanto, a simples ausência de comportamento clítico não é suficiente para considerar essas partículas como ocupando a posição de especificador.

Nesta tese, adoto a ideia de que as partículas assertivas ocupam o núcleo da categoria (AstP) em que são geradas por uma razão semântica. Uma vez que, em (61), elas introduzem uma oração, mas se referem a uma outra proposição que é retomada a partir do discurso prévio, é possível considerá-las como elementos predicaadores de dois lugares.

Essa é uma posição semelhante à adotada por Holmberg (2001) para as respostas polares do finlandês. Segundo esse autor, o operador de “*polarity focus*” que ocorre em respostas é um núcleo que toma dois argumentos, assim definidos: uma *pressuposição* e uma *asserção*.²⁷ Ele considera que o argumento *pressuposição* é uma sentença com a polaridade

²⁶ Embora nesse trabalho, tenha usado outro rótulo para a categoria AstP. Cf. subseção 1.4.3.

²⁷ O leitor deve notar que o termo *pressuposição* é usado por Holmberg (2001) no sentido da estrutura

variável ou em aberto, enquanto o argumento *asserção* seria uma sentença em que um dos dois valores polares está definido. Podemos entender a *polaridade variável* da pressuposição no sentido de que esta teria sua polaridade definida pelo valor da partícula assertiva que a nega ou a confirma; e a *polaridade definida* da asserção no sentido de que a polaridade é independente do valor da partícula assertiva.

Aplicando essa análise ao PB, temos a seguinte situação. Nos exemplos em (61) e (62), a pressuposição que apresenta uma “polaridade variável” corresponde justamente à proposição expressa pela pergunta ou discurso anterior, e indicada na representação da derivação através de algum elemento nulo no especificador de AstP, como em (62).

Uma categoria que toma dois argumentos (uma pressuposição e uma asserção) é compatível com a análise de que as partículas assertivas *sim* e *não* sejam a realização do núcleo de AstP, como em (63), ao invés de seu adjunto ou mesmo especificador, hipótese em que elas mesmas seriam um dos argumentos, representando a pressuposição.

(63)

Como apontado anteriormente, na seção 1.1, o requerimento de uma proposição expressa ou inferida previamente no discurso é o que caracteriza o uso do marcador negativo final em [Neg VP Neg] e [VP Neg], confirmando a semelhança entre essas construções e os casos de respostas diretas com partículas assertivas iniciais.

A proposta que defendo aqui é que as sentenças com estrutura [Neg VP Neg] e [VP Neg] são derivadas de modo semelhante a (62), com o *não* pós-VP sendo gerado na mesma posição de núcleo de AstP, mas com o movimento adicional da sentença (CP ou TP) para a posição de especificador de AstP. A intuição é que esse movimento é possível justamente por causa da identidade que há entre a proposição (ou pressuposição) prévia e o conteúdo referencial da sentença, que passa a ocupar a posição correspondente a de tópico nulo de (60),

informativa da sentença ou discurso, de modo mais parecido com o conceito de *tópico* ou *tema*, e não no sentido de pressuposição lógica ou semântica, conforme discutido em 1.1.2.

como representado em (64b) e (64d).

- (64) a. Num quero ir **não**.
 b. $[_{AstP} [_{CP/TP} \text{ num quero }] [_{Ast'} \text{ não } [_{CP} [_{TP} \text{ quero ir }]]]]$
 c. Quero ir **não**.
 b. $[_{AstP} [_{CP/TP} \text{ quero ir }] [_{Ast'} \text{ não } [_{CP} [_{TP} \text{ quero ir }]]]]$

Note o leitor que essa estrutura argumental representada em (63) também é semelhante à assumida por Rizzi (1997) para outras duas categorias que relacionam a sentença a propriedades discursivas, a saber, TopP e FocP. No sistema de Rizzi (1997), o núcleo Top° toma como complemento um comentário e como especificador um tópico, como na representação em (65a); e Foc° toma como complemento uma pressuposição e como especificador um elemento focalizado, de acordo com a representação em (65b).

(65) a.

b.

(Rizzi, 1997: 286-287)

Segundo essa proposta, no PB, o AstP funciona de modo semelhante às categorias discursivas de Tópico e Foco, exigindo o movimento de um elemento com traço discursivo semelhante para o seu especificador, gerando, assim, as construções [Neg VP Neg] e [VP Neg].

A essência dessa proposta é que o marcador negativo final do PB não pertence à mesma classe de marcadores negativos que agrupa elementos como o *not* do inglês, o *ne* ou o *pas* do francês, o *no* do espanhol, o *non* do italiano etc, mas à classe das partículas assertivas (negativas) como o *no* do inglês, o *non* do francês e o *no* do italiano (em outras línguas, esses dois tipos de marcadores, apesar de funcionalmente distintos, são foneticamente idênticos, como no espanhol) etc, que codificam uma negação ou confirmação de um elemento

proposicional previamente ativado no discurso.

Essa análise, proposta em Cavalcante (2007) e defendida nesta tese, encontra respaldo na proposta desenvolvida independentemente por Farkas (2010) sobre as propriedades das partículas assertivas de línguas como o inglês e o romeno. A autora diferencia dois tipos de polaridade, que ela denomina *inner polarity* e *outer polarity*.

Segundo ela, *inner polarity* equivale ao valor polar da sentença, como entendido tradicionalmente, e corresponde aos valores afirmativo e negativo (ou [+] e [-]). Farkas (2010) que esses valores são codificados na categoria ΣP (equivalente ao NegP de Pollock (1989) e ao próprio ΣP de Laka (1990) através do marcador negativo *not* [-] (no caso do inglês) ou da sua ausência de marcação [+].

Já a *outer polarity*, na proposta de Farkas (2010), corresponde à polaridade expressa por partículas como *yes* e *no*, que ocorrem numa posição mais à esquerda da sentença. Segundo a autora, a *outer polarity* expressa um comprometimento ou uma rejeição do falante para com uma asserção feita pelo interlocutor. Farkas (2010) reserva o rótulo PolP para a categoria da periferia esquerda em que essas partículas ocorrem, ou seja, em que a *outer polarity* é codificada. O rótulo PolP para Farkas (2010), então, não denomina uma categoria como o PolP de Zanuttini (1994), nem o NegP de Pollock (1989) ou o ΣP de Laka (1990), mas equivalente ao AstP desta tese (ou DenP de Cavalcante 2007), que, em Laka (1990), corresponderia a uma das funções do próprio núcleo C°.

No sistema de Farkas (2010), então, PolP é a categoria mais externa enquanto ΣP é, de certa forma, interna ao sistema IP (apesar de provavelmente tomar o TP como complemento), conforme na representação em (66).

(66) [Pol [... ΣP]]

Para a autora, os traços de PolP podem ser codificados de duas maneiras. No primeiro caso, os traços de PolP permanecem semanticamente inativos e tão somente concordam com os traços dos operadores em ΣP , como na representação em (67). Os valores decorrentes dessa concordância são definidos em termos absolutos de [+] ou [-].

(67) a. [Pol [+] [... $\Sigma P[aff]$...]]

b. [Pol [-] [... $\Sigma P[neg]$...]]

Alternativamente, PolP pode ser ativo e codificar valores independentes dos presentes em ΣP . Ao invés dos valores absolutos [+] e [-], PolP pode codificar traços que podem ser considerados relativos, a saber: [*same*] e [*reverse*], que equivalem à confirmação ou refutação. Ou seja, expressam um comprometimento ou uma rejeição do falante a uma proposição anterior.²⁸

Essa independência de PolP (= AstP) em relação aos traços de ΣP (= NegP) seria responsável pelo fato que apontei em 1.3.1 de que a polaridade das partículas assertivas é independente da polaridade sentencial.

Na próxima subseção, mostro como essa análise do *não* pós-VP como um elemento do sistema CP (com as partículas pré-sentenciais) pode dar conta da diferença de distribuição entre o marcador pré-verbal e o pós-verbal em função do tipo ilocucionário da sentença.

1.3.3. O *não* pós-VP e o tipo ilocucionário da sentença

Como apontei em 1.2, as construções com o marcador negativo final, [Neg VP Neg] e [VP Neg], são usadas em três contextos principais: (i) em sentenças declarativas; (ii) em sentenças imperativas; (iii) e em interrogativas polares, como se pode ver nos exemplos em (68a), (68b) e (68c). Por outro lado, o marcador negativo final não pode ocorrer em interrogativas QU, como em (68d).

(68) a. (Num) assisti esse filme não .	(declarativa)
b. Num assista esse filme não !	(imperativa)
c. (Num) assistiu esse filme não ?	(interrogativa polar)
d. * O que você (num) assistiu não ?	(interrogativa QU)

Além disso, o *não* final apresenta uma distribuição irregular em sentenças encaixadas, nas quais é geralmente agramatical, embora com algumas exceções. Esses fatos parecem nos mostrar que os dois fatores importantes para a caracterização da distribuição (e das restrições) do marcador negativo final são o tipo ilocucionário da sentença e o tipo de encaixamento.

²⁸ No sistema de Farkas (2010), o ΣP toma o IP como um argumento na interpretação semântica, mas não é o objetivo da autora discutir se o ΣP toma o IP como complemento na representação sintática e, portanto, não é claro se a autora se compromete em essa configuração. Já PolP é apresentado como, de certa forma, externo à sentença, na periferia esquerda, mas a sua posição estrutural específica não é discutida.

Nesta seção, trato da distribuição da negação final quanto ao tipo ilocucionário, de modo a derivar a agramaticalidade de [Neg VP Neg] e [VP Neg] em sentenças como (66d), e deixo a questão do encaixamento para ser discutida na seção 1.5.

A distribuição ilustrada em (68) é inesperada uma vez que se postule (simplesmente) que o *não* final é um elemento relacionado ao contexto de respostas. Considerando esse pressuposto, seria de se esperar que o *não* final ocorresse apenas em tipos sentenciais que podem, tipicamente, funcionar como respostas, ou seja, apenas em sentenças declarativas, não ocorrendo em nenhum tipo de sentença não-declarativa. Mais inesperado do que a presença do *não* final em sentenças não-declarativas (como imperativas e interrogativas) é o comportamento diferenciado nos dois tipos de interrogativas, a saber, a aceitabilidade do *não* final em interrogativas polares *versus* a inaceitabilidade em interrogativas QU.

A pergunta que se faz diante deste quadro é: o que faz com que sentenças declarativas, imperativas e interrogativas polares formem uma classe natural que exclui as interrogativas QU? Ou, de modo mais específico, o que faz com que as interrogativas polares se comportem de modo mais semelhante às declarativas do que às interrogativas QU?

Em Cavalcante (2007 e 2008c), levantei a hipótese de que a agramaticalidade de [Neg VP Neg] e [VP Neg] com perguntas QU decorresse do traço de foco presente no pronome interrogativo. A ideia era que, uma vez que o *não* final negava uma proposição previamente apresentada (ou inferida) no discurso, a sentença movida para o especificador de AstP deveria funcionar como uma pressuposição ou um tópico. Dessa forma, a presença de um elemento QU levaria à agramaticalidade, uma vez que se assume que os pronomes interrogativos possuem um traço [+foco], o que seria incompatível ou com a posição de tópico em si mesma ou com o requerimento de que a sentença movida funcione como uma pressuposição, informação velha.

Em Cavalcante (2008d), aponto que essa análise explicaria também por que a posição do elemento QU na sentença não é importante, ou seja, por que a agramaticalidade ocorre tanto com o QU movido quanto *in situ*, como nas sentenças em (69).

- (69) a. *O que* ele num fez (**não*)?
 b. Ele num fez *o quê* (**não*)?

Essa análise, entretanto, apresenta alguns problemas. Inicialmente, ela faz a previsão

incorreta de que [Neg VP Neg] e [VP Neg] seriam agramaticais com quaisquer outros elementos lexicais que são analisados como possuidores de traços de foco. Por exemplo, uma sentença com o advérbio *só* não deveria aceitar o *não* final, ao contrário do que podemos perceber nos exemplos em (70).

(70) Eu num fui *só* pra cinema **não**. (Eu também fui à biblioteca)

A análise também faz a previsão errada de que o *não* final deveria ser inaceitável em sentenças com quantificadores, uma vez que estes são incompatíveis com a leitura de topicalização, como mostram os exemplos (71). Contudo, como se pode ver nos exemplos em (72), sentenças com quantificadores como *ninguém* são perfeitamente aceitáveis com o *não* final, o que revela que um traço de foco interno a uma sentença com o valor de proposição prévia não afeta a aceitabilidade da sentença.

- (71) a. **Alguém*, João me disse que está doente.
 b. * *Ninguém*, João me disse que está doente.
 c. * *Ninguém*, eu vi.

- (72) a. *Ninguém* saiu não.
 b. Num vi *ninguém* não.

Note-se que os casos em (71) e (72) são, de fato, diferentes, pois em (71) haveria o movimento (i.e. a topicalização) do próprio quantificador, enquanto em (72) o movimento seria de uma estrutura maior, da qual o quantificador é apenas uma parte. Essa diferença, contudo, não invalida o argumento *contra* a análise, pois a situação seria a mesma para os casos de perguntas QU: a análise diz que, mesmo não sendo o elemento QU em si a ser movido para o especificador de AstP, mas uma estrutura maior, o traço de foco no QU ainda assim levaria a uma incompatibilidade. Dessa forma, essa análise faz a previsão incorreta de que as sentenças em (69) e (72) deveriam ser excluídas pela mesma razão.

Mais importante ainda é que a análise também prediz, incorretamente, que o *não* final deveria ser excluído em construções que têm a propriedade de, especificamente, codificar relações de foco e indicar informações novas, como as construções clivadas. Os exemplos em

(73), (74) e (75), entretanto, mostram que uma sentença clivada pode perfeitamente aceitar um marcador negativo final.

(73) A: Acho que João num vai entregar a tese a tempo.

B: Ele que num entregue **não**, pra ele ver!

(74) A: Nem João nem Paulo vieram pra cerimônia.

B: (Não.) ?Foi João que num veio **não**.

(75) A: Eu soube que Alfredo foi preso pela polícia ontem.

B: Num foi ele que foi preso **não**!

O que esses dados parecem mostrar é que, embora a categoria AstP tome como um argumento uma proposição previamente ativada ou inferida no discurso, a sentença movida para o seu especificador não precisa ter propriedades específicas de tópico. Ou melhor, o especificador de AstP não é essencialmente incompatível com constituintes que contenham (internamente) elementos com traços de [+foco] ou que codifiquem informação nova ou contrastiva.²⁹ Esses fatos tornam necessária uma análise alternativa para a incompatibilidade do *não* final com perguntas QU.

Para apresentar uma análise que dê conta desse comportamento inesperado das negativas pós-VP em função do tipo ilocucionário das sentenças, em primeiro lugar, é preciso mostrar que esse comportamento da negação anafórica, na verdade, não é tão inesperado assim, mas reflete um padrão que já está presente no caso das respostas introduzidas por partículas assertivas do tipo *yes* e *no*.

Analisando os sistemas de partículas polares do inglês e do romeno, Farkas (2010) aponta que as partículas *yes* e *no* do inglês e *da* e *nu* do romeno, tipicamente utilizadas em respostas curtas, ocorrem em três tipos de contextos: (i) em **réplicas** a sentenças declarativas, como em (76); (ii) em **réplicas** a sentenças imperativas, como em (77); (iii) e em **réplicas** a sentenças interrogativas polares, como em (78).

²⁹ Sobre a interação entre o *não* e foco, vide o capítulo 2 (sobre negação enfática) e o capítulo 3 (sobre negação de constituintes em contextos contrastivos).

(76) A: Alice has just arrived.

a. B: **Yes**, I know.

b. B: **No**, she didn't.

(Farkas 2010)

(77) A: Has Alice just arrived?

a. B: **Yes**, I know.

b. B: **No**, she didn't.

(Farkas 2010)

(78) A: Go clean your room, Johnny!

a. B: **Yes**, go clean your room!

b. B: **No**, don't clean your room!

(Farkas 2010)

Por outro lado, as respostas com as partículas iniciais do tipo *yes* e *no* são inaceitáveis como réplicas a interrogativas QU, como nos exemplos em (79).

(79) Who brought these cookies?

a. # **Yes**, Sylvia.

b. # **No**, Sylvia.

(Farkas 2010)

Aplicando os mesmos testes para as partículas assertivas *sim*, *é* e *não* que ocorrem isoladas ou em posição pré-sentencial no PB, temos também os mesmos resultados. Elas podem ser usada em réplicas a sentenças declarativas, imperativas e interrogativas polares, mas não em réplicas a interrogativas QU.

(80) A: Alice acabou de chegar.

a. B: **Sim**, eu sei.

b. B: **É / Não**, num chegou.

- (81) A: Alice já chegou?
 a. B **Sim**, já chegou.
 b. B **Não**, num chegou.
- (82) A: Vá limpar seu quarto!
 a. B: **Sim**³⁰ / **É**, vá limpar seu quarto!
 b. B: **Não**, num vá limpar (agora)!
- (83) A: Quem comprou esse bolo?
 a. B: # **Sim** / **É**, Sílvia.
 b. B: # **Não**, Sílvia.

É preciso notar que a distribuição das partículas assertivas é, de fato, semelhante à distribuição das sentenças com o marcador negativo em posição final (com uma diferença para a qual chamo atenção mais à frente). Esses dados confirmam a existência de um paralelismo entre as construções de respostas com partículas assertivas iniciais e as sentenças negativas com o *não* final. Tanto as partículas assertivas iniciais quanto o marcador final estão relacionados a sentenças declarativas, a imperativas e a interrogativas polares, mas não podem estabelecer uma relação com as interrogativas QU. Somando isso ao fato de que os dois tipos de elementos possuem um traço que pode ser denominado *anafórico*, esse comportamento é uma evidência adicional para considerar que o marcador negativo pós-VP do PB é gerado na mesma posição estrutural das partículas iniciais do tipo *yes* e *no*.

Há, contudo, uma diferença importante entre as sentenças **introduzidas** por partículas assertivas e as sentenças com o marcador pós-VP do PB no modo como elas se relacionam com as sentenças não-declarativas. As primeiras partículas ocorrem **em réplicas** a sentenças declarativas, imperativos e perguntas polares, enquanto as últimas ocorrem em sentenças que são elas mesmas declarativas, imperativos e perguntas polares.

Essa diferença é facilmente explicada se consideramos que as sentenças (declarativas, imperativas e interrogativas polares) que antecedem o marcador final, como em (68), ocupam

³⁰ Para alguns falantes do PB, a partícula *é* soa mais natural nesse contexto do que a partícula *sim*. No PE, por outro lado, o *sim* é perfeitamente natural nesse tipo de exemplo.

a mesma posição que, nas sentenças (76), (77), (78), (80), (81) e (82), é ocupada por um elemento nulo que retoma as sentenças (declarativas, imperativas e interrogativas polares) a que replicam, conforme a derivação que propus em 1.3.2, segundo a qual há movimento de CP/TP para o especificador de AstP.

É plenamente possível postular, então, que a distribuição de [Neg VP Neg] e [VP Neg] quanto à força ilocucionária das sentenças é a manifestação da mesma restrição que tem lugar em respostas com *yes*, *no*, *não* e *sim* iniciais. Essa identificação já é suficiente para dar suporte à análise esboçada em Cavalcante (2007) e desenvolvida nesta tese. Mas a descoberta do paralelismo entre as réplicas com partículas polares pré-sentenciais e as negativas com o *não* pós-VP leva necessariamente à questão sobre a natureza desse comportamento. Seria possível formular a causa sintática e/ou semântica para a incompatibilidade das partículas anafóricas iniciais e finais com perguntas QU?

A primeira intuição a respeito dessa incompatibilidade está relacionada ao fato de que as perguntas QU são pedidos de informações específicas, que exigem algum constituinte para ocupar a posição sintática relacionada ao pronome interrogativo, o que faz com que tais perguntas não sejam compatíveis com uma resposta dada apenas em termos da indicação da polaridade sentencial.

Farkas (2010) oferece uma análise formal para esse tipo de incompatibilidade. Segundo a autora, as partículas *yes* e *no* são usadas como *responses* a proposições que estão presentes na *Table* da conversação. Segundo ela, a categoria de polaridade externa (“*outer polarity*”, cf. seção 1.3.2) PolP (= AstP) possui um traço anafórico e exige uma proposição³¹ a respeito da qual ela (i.e. a partícula polar) apresenta uma confirmação ou refutação. Para dar conta da distribuição das respostas assertivas, Farkas (2010) defende que tanto as sentenças declarativas e imperativas quanto as perguntas polares podem fornecer esse conteúdo equivalente ao de uma proposição, mas as interrogativas QU não podem.

Como se assume na literatura semântica, a denotação de uma interrogativa polar P é constituído pelo conjunto de respostas possíveis a P, que, no caso, corresponde à sentença declarativa equivalente, em sua versão afirmativa e negativa. Ou seja, o significado de uma pergunta polar P é o conjunto $\{p, \neg p\}$, que são as respostas possíveis a P.³² Para Farkas (2010), as perguntas polares positivas e negativas diferem em qual item da denotação está no

³¹ Farkas (2010) aponta que essa proposição deve ser um “*topic*”.

³² Farkas (2010) define uma pergunta polar como uma instrução para adicionar $\langle S[I], \{p, \neg p\} \rangle$ à *Table* da conversação e para projetar duas possíveis (futuros) *common grounds*: $\{cg \cup p, cg \cup \neg p\}$.

foreground e qual está no *background*. Numa pergunta polar positiva, p estaria no *foreground* e $\neg p$ está no *background*; já numa pergunta polar negativa, $\neg p$ estaria no *foreground* e p no *background*. O radical sentencial de uma pergunta polar é a proposição (ou p ou $\neg p$) que está em seu *foreground* e que é o elemento disponível para a sequência do discurso e, portanto, para a réplica feita por uma partícula assertiva.

Nesse quadro, o problema essencial com as interrogativas QU é que estas, ao contrário das polares, não denotam uma proposição (completa). Ou, dito de outro modo, não existe um proposição única em seu *foreground*, que possa servir para o discurso seguinte, de modo a ser tomada como argumento por Ast^o.

A visão de que as perguntas QU são proposições incompletas não é nova. Essa é, por exemplo, a posição de Frege (1918), que diferencia as interrogativas de constituinte e as interrogativas polares, caracterizando as primeiras como equivalentes a proposições incompletas e as últimas como proposições completas.

A análise apresentada nesta seção 1.3 oferece uma resposta para parte das questões apresentadas em (39) e repetidas aqui em (84). A derivação proposta para as réplicas com partículas polares iniciais e para as sentenças com o *não* final responde às perguntas I e II de (84) e responde à parte da pergunta III que corresponde à inaceitabilidade das negativas finais com perguntas QU.

(84)

- I. Qual a posição estrutural do marcador negativo final *não* do PB e qual a relação entre essa posição e a interpretação anafórica deste marcador?
- II. Como são derivadas as estruturas [Neg VP Neg] e [VP Neg]?
- III. De que decorrem as restrições de aceitabilidade do *não* final com perguntas QU e com (certos tipos de) sentenças encaixadas?
- IV. Qual a diferença estrutural entre [Neg VP Neg] e [VP Neg]?

Uma análise completa do fenômeno sob investigação requer também uma explicação sobre as restrições de [Neg VP Neg] e [VP Neg] em sentenças encaixadas, o que também está relacionado a uma descrição das diferenças (aparentes ou reais) entre [Neg VP Neg] e [VP Neg], que é o tema da pergunta IV.

Antes de oferecer uma proposta de análise para esses pontos, na próxima seção, discuto

as análises de outros autores para as sentenças com o marcador final do PB. Incluo também na discussão algumas análises feitas para outras línguas que também apresentam uma alternância entre um marcador negativo pré-verbal e um pós-VP, como o são-tomense e o palenquero. Defendo, com base nos dados dessas línguas, que a existência de um marcador negativo associado ao sistema CP não é um acidente do PB, mas que translinguisticamente é possível identificar uma classe de marcadores negativos relacionados à periferia esquerda e caracterizados por apresentarem certas restrições a propriedades funcionais codificadas no CP (ao invés de reagirem a propriedades do IP), embora o conjunto específico dessas propriedades possa variar de língua para a língua, algo que, entretanto, não é inesperado.

1.4. Análises prévias da negação pós-VP no PB

Nesta seção, apresento e discuto outras propostas existentes na literatura sobre a derivação das negativas sentenciais do PB que contêm um marcador negativo em posição pós-VP ou final de sentença. Também comparo tais propostas com análises semelhantes apresentadas para outras línguas em que um marcador pós-VP é possível em acréscimo ao marcador *default* medial e pré-I°.

As propostas podem ser divididas em três grupos. Os dois primeiros grupos correspondem (i) às análises que consideram o *não* pós-VP como um (simples) adjunto verbal, gerado em associação a alguma das camadas do VP; e (ii) às análises que tomam esse elemento como um marcador negativo associado ao sistema IP como a realização da projeção funcional de checagem da polaridade sentencial.

O terceiro grupo de propostas é representado por Cavalcante (2007) e por trabalhos posteriores de outros autores, que assumem a ideia básica de que o *não* pós-VP estaria associado ao sistema CP, embora adotem uma implementação técnica distinta.

Começo, na próxima subseção, 1.4.1, com as propostas para o PB e outras línguas que analisam o marcador pós-VP como adjungido ao VP.

1.4.1. O *não* pós-VP como adjunto ao VP

A hipótese neutra com relação ao estatuto estrutural do *não* pós-VP seria considerá-lo simplesmente um adjunto verbal, assim como os marcadores que aparecem em posição medial (como o *not* do inglês, o *pas* do francês e o próprio *não/num* do português) também já foram analisados como adjuntos (à esquerda) do VP (cf. Emonds 1978) ou do verbo auxiliar (cf. Chomsky 1957, Lasnik 1972), até que trabalhos como Pollock (1989) e Laka (1990) forneceram evidência de que a negação (e afirmação) deveria(m) projetar sua própria categoria funcional independente.³³

Essa proposta sobre o *não* pós-VP, dita neutra, é encontrada de forma independente em Afonso (2003) e E. Martins (1997). A análise de Afonso (2003) trata o *não* final como um elemento adjungido à direita da projeção máxima VP, tanto nas sentenças com estrutura [Neg VP Neg] quanto nas [VP Neg], como na representação em (85).

(85)³⁴

E. Martins (1997), por outro lado, diferencia o *não* final que ocorre nesses dois tipos de estruturas negativas. Para a autora, apenas o *não* final de [Neg VP Neg] seria um adjunto verbal simples, enquanto o que ocorre em [VP Neg] seria de outra natureza, como discuto em mais detalhes na próxima seção.

A análise de E. Martins (1997) também se diferencia da de Afonso (2003) na forma como deriva a posição linear desse marcador. Enquanto Afonso (2003) se baseia na concepção

³³ As propostas que analisavam o *not* do inglês como gerado sob a categoria Aux(iliar) podem ser vistas variantes da análise de adjunção a um elemento verbal, especialmente considerando que, em algumas das tentativas de representação do componente de base, Aux era colocado como parte do VP (e às vezes como elemento independente, como constituinte imediato da S(entença)).

³⁴ Por questões de exposição, omito, nas representações em (85) e (86), a posição do marcador negativo pré-verbal que, em ambos os trabalhos, ocorre como núcleo da categoria NegP, gerada entre TP e AgrP. A hierarquia dessas categorias, porém, difere nos dois sistemas: em Afonso (2004), temos [TP [NegP [AgrP]]]; em E. Martins (1997), [AgrP [NegP [TP]]].

clássica da teoria X-barr de adjunção à categoria máxima VP, E. Martins (1997) adota a hipótese do *VP shell* (cf. Larson 1988; Chomsky 1995) e considera que o adjunto *não* é o elemento mais encaixado do sistema VP, concatenado diretamente ao V(erbo) antes mesmo da introdução dos complementos na derivação. No sistema de E. Martins (1997), uma sentença com [Neg VP Neg] tem, então, a representação em (86).

(86)

Uma análise semelhante a estas duas pode ser encontrada no trabalho de Dieck (2000) sobre o palenquero, crioulo de base espanhola falado na Colômbia. Esta língua também apresenta as três possibilidades de estruturas negativas que há no PB, com o marcador negativo *nu* podendo ocorrer em posição pré-VP e/ou pós-VP: [Neg VP], [Neg VP Neg] e [VP Neg], como podemos ver nos exemplos em (87).

(87) Palenquero

a. Si Ana **nu** keba regañado, ané á keba aséloba. [Neg VP]

‘Si A. no los hubiera regañado, ellos lo hubieron hecho’

‘Se Ana não os tivesse repreendido, eles o teriam feito’

b. **Nu** krelo **nu**. [Neg VP Neg]

‘No le creas’ (= ‘Não acredite!’)

c. Í kelé traje mu prieto **nu**. [VP Neg] (estrutura *default*)

‘No quiero un traje demasiado negro’

‘Eu não quero uma roupa muito escura’

(Dieck, 2000: 27, 52, 26)

Uma diferença importante com relação ao PB é que, em palenquero, [VP **Neg**] é a estrutura *default* (no sentido de ser a mais frequente e a mais típica de sentenças declarativas matrizes).

Dieck (2000) analisa o *nu* pré-verbal como o núcleo de categoria NegP, situada entre TP e VP, de modo semelhante à análise de Pollock (1989) para o *ne* do francês (cf. também Vitral 1999 para o *não* pré-verbal do PB). Já quanto ao *nu* em final de sentença, a autora o analisa como sendo gerado em adjunção à direita do VP, como na representação em (88), semelhante à de Afonso (2003) para o PB.³⁵

$$(88) \quad [_{CP} C [_{IP} I [_{NegP} nu [_{VP} [_{VP} \text{sujeito} [_{V'} V \text{ objeto}]] [_{AdvP} \textbf{nu}]]]]]^{36}$$

As análises de E. Martins (1997) e de Afonso (2004) sobre o PB fazem a previsão incorreta de que, por ser um simples adjunto verbal, o *não* pós-VP deveria estar disponível em todos os tipos de sentenças, independentemente do tipo **ilocucionário** ou do tipo **sintático** (matrizes, subordinadas etc). Típicos adjuntos verbais como adjuntos causais e finais³⁷ não apresentam restrições quanto ao tipo ilocucionário ou o tipo sintático.

Na análise que propus, na seção 1.3, a restrição em função do tipo ilocucionário decorre de o *não* pós-VP ser um elemento anafórico relacionado ao sistema CP, duas propriedades interdependentes.

A princípio, poderíamos pensar que a análise de adjunção ao VP (na linha de E. Martins (1997) e Afonso (2004)) pode ser salva se apenas adicionássemos o pressuposto de que o *não* pós-VP é um elemento anafórico, independentemente de estar relacionado ao VP ou ao CP (ou melhor: ao VP *ao invés de* ao CP). Uma objeção a essa solução vem de seu caráter arbitrário. Alocar o *não* pós-VP no CP ou no VP seria, nessa perspectiva, uma decisão quase arbitrária e não se apoiaria na intuição de que relações inter-sentenciais e inter-discursivas devem estar relacionados às posições mais altas da hierarquia da sentença.

Ainda que deixemos de lado essa objeção e assumamos que a restrição ao tipo ilocucionário da sentença é de natureza mais semântica do que estrutural, as restrições de

³⁵ E também de modo semelhante à de E. Martins (1997) para [Neg VP Neg], se considerarmos que a adjunção ao VP ou diretamente a V^o com o sistema do VP *shell* são variantes notacionais que tentam capturar as mesmas propriedades da adjunção.

³⁶ Por razões meramente expositivas, o sujeito e o verbo (e o objeto) estão representados em suas posições originais, antes de quaisquer movimentos.

³⁷ E mesmo adjuntos que são ambíguos entre adjunção ao VP ou ao IP/TP, como os adjuntos temporais.

[Neg VP Neg] e [VP Neg] com sentenças encaixadas ainda constituem uma forte argumento contra a análise do *não* pós-VP como adjunto, pois os adjuntos verbais não apresentam restrições de ocorrência em decorrência da função sintática da sentença como o fato de ela ser subordinada ou matriz, o que pode ser considerado mais uma evidência, ainda que indireta, de que esse marcador está relacionado a posições hierarquicamente mais altas da sentença.

Com relação à análise de adjunção ao VP oferecida por Dieck (2000) para o palenquero, os dados dessa língua apresentam uma dificuldade a mais que os dados do PB. Trata-se do fato de que a estrutura [VP Neg] pode ser considerada *default* nesta língua por ser a construção típica (ou seja, mais frequente) de sentenças declarativas matrizes. Esse caráter *default* leva à pergunta se o *nu* pós-VP do palenquero deve ser considerado um simples adjunto verbal ou se deve ser visto como um elemento relacionado a alguma categoria funcional da sentença, assim como os marcadores *default* de outras línguas.

Por outro lado, em palenquero, a situação é um pouco mais complicada do que isso. Ainda que [VP Neg] seja a opção mais produtiva ou *default*, essa estrutura também sofre várias restrições em contextos que envolvem a ativação do CP, de modo semelhante, embora não idêntico, ao que ocorre no PB. A negativa [VP Neg] do palenquero é obrigatoriamente substituída por [Neg VP Neg] ou [Neg VP] em alguns contextos sintáticos.

Por exemplo, a estrutura [VP Neg] é bloqueada nos seguintes casos:

I. Em sentenças encaixadas introduzidas pelos complementizadores *pa* (cf. (89)), *si* (cf. (90a)), *kumo* (cf. (90b)) e pelo complementador relativo *lo ke* (cf. (91)). De modo mais específico, *pa* e *lo ke* exigem a estrutura [Neg VP], enquanto *si* e *kumo* exigem [Neg VP Neg].

(89) Palenquero: sentenças adverbiais (finais) exigem [Neg VP]

a. **P'**í **nu** tem má monasito.

‘Para yo no tener más niños’

‘Para eu não ter mais filhos’

b. **Pa** suto **nu** tra água akí má.

‘Para que nosotros no traigamos más el a. [sic] para acá’

‘Para nós não trazermos mais água para cá’

c. **Pa** e **nu** sabé kuá jué suto salí.

‘Para que ella no sepa por cuál fue que salimos, ¿oíste?’

‘Para ela não saber por qual foi que nós saímos’

(Dieck, 2000: 42 e 56)

(90) Palenquero: sentenças adverbiais (condicionais) exigem [**Neg VP Neg**]

a. Á ten ke tá rregando, i **si nu** tené água pa rregá **nu**, á sé morí. (Dieck, 2000: 43)

‘Hay que estar regando, y si no hay agua para regar, se mueren’

‘Tem que estar regando, e se não tiver água para regar, morre’

b. **Kumo** agua à tá yobé... **nu** tá yobé **nu**, sino e puro só, á sé mori ese aló.

‘Como esté lloviendo... como no esté lloviendo, sino que hace/esté haciendo puro sol, se muere... ese arroz’

‘Como não está chovendo, mas fazendo sol, o arroz vai morrer’

(91) Palenquero: sentenças relativas exigem [**Neg VP**]

(Jende) **lo ke nu** siribí. (Dieck, 2000: 56)

‘(gente) que no sirve’

‘(Gente) que não presta’

(Dieck, 2000: 43 e 56)

II. Em perguntas retóricas, que exigem especificamente a ocorrência de [**Neg VP**], como em (92).

(92) Palenquero

Suto **nu** ta trabaja?

‘¿No estamos trabajando?’

‘Nós não estamos trabalhando?’

(Dieck, 2000: 47)

III. Em sentenças imperativas, que exigem [Neg VP Neg], como em (93).

(93) Palenquero

a. Aora **nu** ba arí **nu**!

‘¡Ahora no te vas a reír’

‘Agora não ria não’

b. ¡Nu krelo nu!

‘!No le creas!’

‘Não acredite!’

(Dieck, 2000: 79)

A distribuição de [VP Neg], [Neg VP Neg] e [Neg VP] em palenquero não é a mesma encontrada no PB. Ainda assim, a partir dos exemplos, é possível perceber que, assim como no PB, as estruturas negativas com o marcador final do palenquero, [(Neg) VP **Neg**], têm sua aceitabilidade definida em função de propriedade codificadas no sistema CP: (i) o tipo de sentença encaixada ou de conjunção subordinativa; (ii) o tipo de força ilocucionária (como em sentenças interrogativas e imperativas).

Esse comportamento pode ser tomado como evidência para a existência de uma classe de marcadores negativos que está associada ao sistema CP, o que faz do *não* pós-VP do PB apenas uma das possibilidades de marcador associado à periferia esquerda. Voltarei a esse ponto. Na próxima subseção, trato das análises que consideram o *não* pós-VP como um elemento de polaridade sentencial.

1.4.2. O *não* pós-VP como categoria de polaridade sentencial

Assim como os marcadores negativos mediais (pré-I° ou pós-I°) passaram a ser considerados não apenas como elementos adverbiais adjungidos ao VP, mas realizações de projeções funcionais independentes associadas à negação (cf. Pollock 1989; Laka 1990), alguns trabalhos sobre o PB também analisaram o seu marcador negativo final como o núcleo de uma projeção funcional autônoma.

Oliveira (1996) é provavelmente a primeira a propor algo nesse sentido para o PB, ao sugerir que o *não* final pudesse ser o núcleo de ΣP assim como o era, no seu modelo, o *sim* inicial/final em respostas diretas. Na subseção 1.3.1, discuti a sugestão de Oliveira (1996) e seus problemas. Além de ela só poder gerar [Neg VP] e [VP Neg], pois o marcador pré-verbal e o pós-VP seriam gerados na mesma posição, a autora não desenvolve em detalhes sua sugestão.

Dois trabalhos que explicitamente diferenciam o marcador negativo pré-verbal e o pós-verbal são o de E. Martins (1997) e o de Fonseca (2004). Os dois são desenvolvidos independentemente um do outro e independentemente da sugestão de Oliveira (1996).

Como apontei na subseção anterior, E. Martins (1997) defende que o *não* final de [Neg VP Neg] e o de [VP Neg] são gerados em posições distintas da estrutura. No primeiro caso, o *não* final é, para E. Martins (1997), um adjunto de VP, enquanto o *não/num* pré-verbal é gerado em NegP, entre AgrP e TP.

Já para o caso de [VP Neg], entretanto, ela propõe que o *não* final seria gerado diretamente no núcleo da categoria ΣP , acima de AgrP, como na representação em (94). Nessa derivação, o *não/num* pré-verbal está simplesmente ausente.

(94) $[_\Sigma \text{ não } [_{\text{AgrP}} \text{ sujeito } [_{\text{Agr}'} \text{ verbo } [_{\text{TP}} \text{ t}_{\text{suj}} [_{\text{T}'} \text{ t}_{\text{verbo}} [_{\text{VP}} (\dots)]]]]]]]]$

Diferentemente do trabalho de Oliveira (1996), no sistema de E. Martins (1997), ΣP é uma categoria distinta de NegP (gerada entre AgrP e TP), pois é a projeção para a qual o marcador negativo (gerado em NegP) deve se mover para checar a polaridade sentencial nas frases do tipo [Neg VP (Neg)].³⁸

Com base em Martins (1994), E. Martins (1997) propõe que, em [VP Neg], a categoria NegP simplesmente não é projetada. Ao invés disso, o *não* sofre *merge* diretamente na posição de Σ^0 .³⁹ A autora propões que a posição linear final do *não* decorre de um processo de topicalização de toda a sentença, movida para o especificador de TopP, acima de CP, como na representação em (95).

³⁸ Nesse sistema, então, ΣP não funciona como o ΣP de Laka (1990), que é o próprio NegP, mas como o PolP de Zanuttini (1995).

³⁹ Note-se que esse *não*, que é concatenado diretamente em Σ^0 , também é diferente do marcador pré-verbal *não/num*, pois seria um elemento com traço negativo forte, que requer checagem de seus traços pré-*Spell-Out*, enquanto *não/num* é fraco e tem seus traços checados apenas em LF.

- (95) a. [_{TopP} [_{AgrP} sujeito verbo (...)] [_{Top'} [_{CP} [_{ΣP} **não** [_{AgrP} ~~sujeito verbo (...)~~]]]]]
 b. Vai **não**.
 c. [_{TopP} [_{AgrP} vai] [_{Top'} [_{CP} [_{ΣP} **não** [_{AgrP} ~~vai~~]]]]]

Para E. Martins (1997), então, o movimento não ocorre por um processo de checagem da polaridade da sentença, mas por uma topicalização, que se reflete na posição de pouso, que não é o especificador de ΣP , mas de $TopP$, entendida como categoria acima de CP . Segundo a autora, o movimento do IP para uma posição de tópico dá conta da intuição de que, em [VP Neg], toda a sentença funciona como um tópico e a negação como um comentário ou predicação sobre esse tópico.

Uma análise nessa mesma linha é a de Fonseca (2004), que propõe, independentemente, que o marcador final *não*, tanto em [$Neg VP Neg$] quanto em [$VP Neg$], é gerado em uma categoria diferente de $NegP$ (em que é gerado o *num/não* pré-verbal), a saber: como núcleo da categoria responsável pela checagem dos traços de polaridade das partículas negativas, denominada pela autora como $PolP$ (com base em Zanuttini 1994).

Também na análise de Fonseca (2004), o *não* pré-verbal é um item fraco, que só checa seus traços (por movimento para Pol^0) em LF , enquanto o *não* pós- VP é forte (“fortíssimo”, nas palavras da autora) e é inserido diretamente⁴⁰ em Pol^0 e, adicionalmente, requer o movimento de toda a sentença (do TP) para o especificador de $PolP$, para checar a polaridade, conforme representado em (96).

- (96) a. Eu num vi **não**.
 b. [_{Pol^0} **não**] [_{TP} eu num vi (...)]]
 c. [_{$PolP$} [_{TP} eu num vi (...)] [_{Pol^0} **não**] [_{TP} ~~eu num vi (...)~~]]

Os sistemas de E. Martins (1997) e Fonseca (2004) diferem, assim, em três pontos: (i) na forma como a polaridade é codificada; (ii) na posição para a qual a sentença ($IP = AgrP$ ou TP) se move e (iii) no *status* da construção [$Neg VP Neg$] em oposição a [$VP Neg$]. Em E.

⁴⁰ Para quem adota o sistema de *Bare Phrase Structure* (Chomsky 1995a), a expressão “*ser inserido diretamente no núcleo X*” perde o sentido, uma vez que neste sistema finda de vez a distinção entre o núcleo de uma categoria sintática e o item lexical que efetivamente ocupa esse núcleo.

Em tese, um item lexical só pode ser concatenado com um núcleo por movimento, uma vez que ele mesmo é um núcleo. Nesse sentido, o *não* pós-VB não é **inserido** sob Pol^0 ou Σ^0 , mas deveria ser considerado o próprio núcleo Pol^0 ou Σ^0 , que projeta a categoria de polaridade.

Martins (1997), a polaridade negativa é definida simplesmente pela inserção do *não* em Σ^0 (= Pol⁰). A sentença se move para o especificador de TopP por razões independentes, a saber, por ser um tópico. Já em Fonseca (2004), a polaridade é definida pela combinação da inserção do *não* em Pol⁰ com o movimento da própria sentença para ter sua polaridade checada no especificador de PolP (de modo semelhante à análise de Oliveira (1996)). Não está claro, entretanto, se o movimento (visível) da sentença é uma (outra) consequência do caráter forte do marcador pós-VP *não* (o que pode ser traduzido como um traço EPP em propostas mais recentes (cf. Chomsky 1998)) ou um requerimento do próprio TP de ter sua polaridade checada.

Por fim, para E. Martins (1997), [Neg VP Neg] e [VP Neg] derivam de estruturas diferentes; já para Fonseca (2004), ambas as negativas teriam exatamente a mesma estrutura e derivação sintática, sendo a ordem visível [VP Neg] consequência de algum processo independente de apagamento fonético do marcador pré-verbal, cujo funcionamento precisaria, segundo a autora, ser melhor definido. (Veremos na seção 1.5.3 que a hipótese de apagamento fonético do *não/num* faz previsões incorretas sobre o escopo negativo em LF).

Com relação a outras línguas que também apresentam os padrões [Neg VP], [Neg VP Neg] e [VP Neg], uma análise semelhante às de Martins (1997) e Fonseca (2004) pode ser encontrada no trabalho de Hagemeijer (2007) sobre o *são-tomense*, um crioulo de base portuguesa, que possui um marcador pré-verbal *na* e um final *fa*, que podem ocorrer isoladamente ou em conjunto, a depender do contexto.

Diferentemente do PB e do palenquero, em *são-tomense* a estrutura negativa *default* é [Neg VP Neg], com os dois marcadores co-ocorrendo obrigatoriamente, sendo [Neg VP] e [VP Neg] as opções marcadas da língua.

Hagemeijer (2007) propõe que a negação em *são-tomense* é realizada obrigatoriamente através da presença de duas categorias funcionais, que ele denomina genericamente NegP-1 e NegP-2. Em seu sistema, a primeira categoria, NegP-1, é gerada acima de TP e aloja o marcador pré-verbal *na*; já a segunda categoria é gerada entre TP e Asp(ectual)P e aloja o marcador *fa*, como mostra a representação em (97a). A ordem linear é derivada pelo movimento da categoria AspP para o especificador de NegP-2, como em (97b).⁴¹

⁴¹ Hagemeijer (2009) chega a discutir a possibilidade de *fa* ser gerado acima de TP (e de NegP-1 (= *na*)), como na representação em (i) e de a sua posição final ser derivada do movimento da sentença (do NegP-1/TP) para o especificador dessa categoria (de modo semelhante à proposta de Fonseca (2004), mas desiste dessa ideia.

a. [_{NegP-2} **fa** [_{NegP-2} *na* [TP]]]

b. [_{NegP-2} [_{NegP-1} *na* [TP]]]_i [_{Neg'-2} **fa** [_{NegP-2} *na* [TP]]]_i]

- (97) a. [_{NegP-1} na [_{TP} [_{NegP-2} **fa** [_{AspP} VP]]]]
 b. [_{NegP-1} na [_{TP} [_{NegP-2} [_{AspP} VP]_i [_{NegP-2} **fa** [_{AspP} ~~VP~~]_i]]]]

Apesar das posições em que são geradas, as categorias NegP-1 e NegP-2 de Hagemeijer (2007) não podem ser consideradas equivalentes a PolP (no sentido de Zanuttini 1994) e a NegP (no sentido de Pollock 1989). Hagemeijer (2007) não define explicitamente nenhuma das duas categorias NegPs de seu sistema como responsável pela checagem de traços negativos/afirmativos (gerados em outra categoria) no sentido que E. Martins (1997) e Fonseca (2004) atribuem a Σ P ou PolP.

O autor, porém, aponta a presença da segunda categoria (bem como o movimento do AspP para o especificador de NegP-2) como requisito para a interpretação negativa da sentença — nesse sentido, essa interpretação é menos fruto da presença de *na* ou *fa* (comandando o VP) do que da relação especificador-núcleo com *fa*, após o movimento de AspP para o especificador de NegP-2.

Dessa forma, NegP-2, no sistema de Hagemeijer, é (i) uma categoria funcional relacionada ao sistema IP e (ii) responsável de fato pela interpretação da polaridade negativa da sentença. É nesse sentido que a análise do autor é semelhante à de E. Martins (1997) e à Fonseca (2004).

Com relação aos trabalhos de E. Martins (1997) e de Fonseca (2004) sobre o PB, o grande problema para essas análises é o mesmo que apontei na subseção anterior para as análises de adjunção ao VP. A postulação de que o *não* final do é o núcleo responsável pela

O argumento de Hagemeijer (2007) para excluir a análise é justamente a possibilidade de alguns adjuntos, como por exemplo os causais, ocorrerem à esquerda ou à direita de *fa*, implicando em alteração do escopo negativo: quando à esquerda, o adjunto recebe escopo da negação; quando à direita, não recebe.

- (i) Zon na ka fla **fa** *plôvya migu dê*.
 girl NEG ASP speak NEG because friend POS
 ‘The girl didn’t speak because of her friend.’
 (Hagemeijer, 2007: 236)
 ‘A garota não fala por causa da amiga dela’

- (ii) Zon na ka fla [*plôvya tudu inen kwa se*] **fa**.
 ‘Zon doesn’t speak because of all these things.’
 Intenção: ‘It isn’t because of all these things that he doesn’t speak.’
 (Hagemeijer, 2007: 236)
 ‘Não é por causa de todas essas coisas que ela não fala’

Essa alternância na ordem entre o marcador pós-VP e certos adjuntos verbais também ocorre no PB. No capítulo 4 desta tese, trato desse fenômeno ao discutir casos de ambiguidade de escopo negativo em sentenças com adjuntos verbais.

polaridade sentencial faz a previsão incorreta de que esse marcador deveria estar disponível em todos os tipos de sentenças, independentemente do tipo ilocucionário ou sintático.

O motivo para isso é simples: todas as orações possuem algum valor quanto à polaridade, se positiva ou se negativa. Como decorrência desse fato, a categoria de checagem da polaridade sentencial deveria estar disponível em todos os tipos de sentença. A incompatibilidade do *não* pós-VP em interrogativas QU e em sentenças encaixadas torna-se inesperada nessas análises.

Na análise de E. Martins (1997), essa incompatibilidade é ainda mais inesperada, uma vez que ela atinge tanto o *não* final gerado em Σ^o (em [VP Neg]) quanto o *não* final gerado em adjunção ao verbo (em [Neg VP Neg]). Por que elementos com funções e *status* tão distintos teriam o mesmo comportamento?

A possibilidade de contornar parte desses problemas através do acréscimo, a essas análises, da postulação de que o *não* pós-VP seria um elemento com um traço (ou requerimento) anafórico é mais difícil nesse caso, pois no sistema das autoras esse marcador é responsável especificamente pela polaridade da própria sentença em que ocorre, sendo equivalente ao conceito de *inner polarity* de Farkas (2010). As análises também não conseguem dar conta do comportamento similar entre o *não* pós-VP e as partículas polares pré-sentenciais do tipo *yes* e *no*. Não é possível adotar, no sistema de E. Martins (1997) e Fonseca (2004) que o *sim* e o *não* iniciais seriam gerados em Σ^o ou Pol^o , assim como o *não* final, pois a ausência de movimento do IP para o especificador de ΣP ou PolP deixaria a sentença sem ter sua polaridade checada. As sentenças em que *sim* e *não* ocorrem em início de sentença deveriam, portanto, ser agramaticais, sob essa perspectiva.

Vejamos agora o caso do marcador pós-VP do são-tomense. Como apontado acima, nessa língua, a estrutura negativa *default* é [Neg VP Neg]. Ainda assim, ela é bloqueada em vários contextos sintáticos relacionados a propriedades do CP, em que apenas [Neg VP] é aceitável, como aponta o próprio Hagemeijer (2007).

No são-tomense, a estrutura [Neg VP Neg] é inaceitável em:

I. Encaixadas adverbiais finais introduzidas pelo complementador *pa* e sentenças de advertência encabeçadas pelos termos *milhon* e *kwidadu* (que selecionam *pa*) requerem [Neg VP], como em (98) e (99) (cf. Hagemeijer, 2007: 186).

- (98) São-tomense: encaixadas com complementador *pa* requerem [Neg VP]

N fuji fala *pa fala na lêlê mu.*

1SG flee rumor for rumor NEG1 follow me

‘I fled from the rumors, so they wouldn’t follow me.’

- (99) São-tomense: sentenças de advertência requerem [Neg VP]

a. Milhon *pa bô na b’êlê.*

better for 2SG NEG see-3SG

‘You had better not see him.’

b. Kwidadu *pa manjinga se ku n sa ku ê na subli mu.*

careful for aggressive person SP REL 1SG be with 3SG NEG go up 1SG

‘Be careful that the aggressive person in me doesn’t take over.’

II. Interrogativas polares, quando exibem o marcador interrogativo *an*⁴², exigem [Neg VP] (cf. Hagemeijer, 2007: 186).

- (100) São-tomense: Interrogativas com marcador *an* exigem [Neg VP]

Kloson *na ka dwê sun an (*fa)?*

heart NEG ASP hurt 2SG INT NEG

‘Doesn’t your heart ach?’

III. Sentenças negativas exclamativas e enfáticas também requerem [Neg VP] (cf. Hagemeijer, 2007: 188).

- (101) a. Ê na pô nganha posta se!

3SG NEG1 can win bet SP

‘No way could he win that bet!’

⁴² Na ausência do marcador interrogativo AN, o marcador negativo final é permitido.

(i) Bô *na* bê nadaxi di bisu ni kabêsa mu *fa*?

(ii) Bô *na* bê nadaxi di bisu ni kabêsa mu *an*?

2SG NEG1 see nothing of animal on head POS {NEG/INT}

‘Haven’t you seen any animals on my head?’

(Hagemeijer, 2007: 187)

‘Você vê algum animal na minha cabeça?’

b. Inen **na** sêbê mo inen nganha ke!?

3PL NEP1 know how 3PL arrive house

‘They know how they got home!’

Esses dados mostram que, ainda que [Neg VP Neg] seja a estrutura *default* em sentenças declarativas matrizes, o marcador negativo final do são-tomense também apresenta algum tipo de sensibilidade a propriedades codificadas no sistema CP, de forma semelhante aos marcadores finais do PB e do palenquero, um fato não capturado pela análise de Hagemeijer (2007). Comento essa questão em mais detalhes na próxima subseção.⁴³

1.4.3. Marcadores relacionados ao sistema IP e ao sistema CP

É importante salientar que as restrições apresentadas pelo *não* final do PB, pelo *nu* final do palenquero e pelo *fa* do são-tomense não são as mesmas, o que requer que, para cada língua, se adote uma análise técnica distinta para dar conta de suas propriedades específicas.

O importante aqui é que esses três marcadores pós-VP apresentam algum tipo de incompatibilidade com propriedades codificadas na periferia esquerda da sentença. Esse é um comportamento distinto do que ocorre com os marcadores que são considerados relacionados ao sistema IP.

Marcadores negativos associados ao IP apresentam algum tipo de sensibilidade a propriedades sintáticas flexionais como tempo, modo e aspecto — ou seja, propriedades também codificadas no sistema IP. Isso ocorre especialmente quando uma língua possui duas formas para o marcador negativo, que muitas vezes entram em variação complementar em função de propriedades flexionais das sentenças em que ocorrem (cf. Zanuttini, 1995: 141-142). Zanuttini (2001: 511) dá como exemplo desse tipo de situação os casos das partículas *ne* e *nem* do húngaro, sensíveis ao modo, e de *lam* e *la* do árabe, sensíveis ao tempo e aspecto verbal.

Também em algumas línguas é comum que a presença do marcador negativo tenha

⁴³ Outro trabalho que analisa o marcador pós-VP (especificamente em [Neg VP Neg]) como associado à categoria de polaridade sentencial é Biberauer & Cyrino (2009, 2010). Discutirei a proposta das autoras em 1.5, pois elas tratam especificamente da distribuição do *não* final em sentenças encaixadas e ainda discutem especificamente a hipótese presente em Cavalcante (2007) de que o *não* final estaria associado ao CP.

efeitos sobre o sistema flexional. Em karitiana, língua indígena falada no Brasil, a presença do marcador negativo leva à omissão obrigatória dos morfemas de tempo e de aspecto do verbo (Storto 1999).

No caso do PB, do palenquero e do são-tomense, a situação é diferente, pois as restrições sintáticas que os marcadores pós-VP apresentam não são com propriedades codificadas no sistema IP, como tempo, modo e aspecto, mas, ao menos aparentemente, com traços do sistema CP. Defendo que esse fato deve ser considerado como evidência em favor da existência de uma classe de marcadores negativos que são gerados em posição hierarquicamente mais alta na estrutura sentencial, a saber, no sistema CP.

Ao contrário dos marcadores relacionados ao sistema flexional, *pré* ou *pós-I^o*,⁴⁴ que podem apresentar sensibilidade a propriedades sintáticas como tempo, modo e aspecto (cf. Zanuttini, 1995: 141-142), os marcadores finais seriam sensíveis a propriedades codificadas neste domínio, possivelmente a propriedades ilocucionárias, codificadas em Force. Os tipos específicos de restrições que esses marcadores apresentam, contudo, não seriam necessariamente as mesmas, pois dependeriam também dos traços sintático-semânticos específicos que esses itens codificam. As características do *não* pós-VP do PB, por exemplo, estão diretamente relacionada ao fato de que esse item deriva de uma partícula assertiva inicial do tipo *yes / no*, que possui valor assertivo. Já as restrições apresentadas pelo *fa* do são-tomense (cuja análise foge aos limites desta tese) devem ser consequência do fato de que este item deriva de um marcador enfático (não-negativo) *fan*, que assumiu um valor negativo (cf. Hagemeijer 2007).

O marcador negativo final do PB é, nessa visão, um dos representantes dessa classe de marcadores, e as restrições sintáticas que ele manifesta são consequências da interação entre as suas propriedades sintático-semânticas e informações sobre a força ilocucionária codificadas no CP.

Na próxima subseção, 1.3.4, apresento resumidamente a análise formulada em Cavalcante (2007) para as negativas pós-VP do PB e algumas outras análises que consideram o marcador negativo pós-VP como gerado em alguma (outra) posição do sistema CP.

⁴⁴ Como os marcadores pós-I^o *pas* do francês e o *not* do inglês e os pré-I^o *ne* do francês, *no* do espanhol, o *non* do italiano e o próprio *não* pré-verbal do português.

1.4.4. O *não* pós-VP como uma categoria do sistema CP

Em Cavalcante (2007), apresentei a proposta de que o marcador negativo pós-VP deve ser considerado um elemento gerado no sistema CP, em uma categoria específica relacionada à confirmação ou refutação de proposições prévias. Defendi também que essa categoria era a mesma em que seria gerado o *não* inicial do PB, uma categoria distinta de NegP, em que ocorre o marcador pré-verbal *não/num*.

A implementação técnica que adotei nesse trabalho é que o *não* seria gerado no especificador desta categoria, denominada Den(ial)P (equivalente ao AstP que uso neste trabalho), que teria seu núcleo preenchido por um traço sem realização fonética. Como apontei em 1.3, adotei a análise de que o *não* pós-VP seria um especificador por considerá-lo como uma categoria máxima em oposição ao marcador pré-verbal, que seria um núcleo. Essa decisão foi baseada no comportamento não-clítico do *não* pós-VP, que não precisa se apoiar em outro elemento. Nesta tese, em 1.3.2, reconheço que esse fato não é suficiente para concluir que o *não* pós-VP é um especificador. Reconhecê-lo como um elemento não-clítico (no núcleo ou no especificador) é suficiente. Mas passei a considerá-lo, nesta tese (cf. também Cavalcante 2009), como um núcleo que toma dois argumentos.

No sistema de Cavalcante (2007), a ordem linear da sentença também seria derivada pelo movimento da sentença (TP ou FinP) para a periferia esquerda, mas a posição de pouso da sentença não poderia ser o especificador da categoria DenP (= AstP), pois esta já seria ocupada pelo próprio marcador negativo. Adotei, então, a solução técnica de mover o TP/FinP para o especificador de uma categoria adicional de tópico gerada acima do sistema CP, ou seja, acima de ForceP, como nas representações em (102), o que aproxima esse movimento da solução de topicalização adotada por E. Martins (1997), embora a posição de tópico utilizada em cada proposta seja distinta.

(102) a. Eu num fiz não.

b. [_{TopP} [_{TP} eu num fiz]] [_{Top'} [_{DenP} **não** [_{Den'} [_{CP} [_{TP} ~~eu num fiz~~]]]]

c. Eu num comprei a casa **não**.

d. [_{TopP} [_{TP} eu num comprei a casa]] [_{Top'} [_{DenP} **não** [_{Den'} [_{CP} [_{TP} ~~eu num comprei a casa~~]]]]

De acordo com essa proposta, a inaceitabilidade do marcador pós-VP com interrogativas QU seria consequência da operação de topicalização, que seria incompatível com o traço de foco no pronome interrogativo. Como apontei em 1.3.3, essa solução não é adequada para gerar essa incompatibilidade, pois o marcador pós-VP é compatível com outras estruturas (como as clivadas) que também possuem traços de foco. A solução adotada em 1.3.3, inspirada na proposta de Farkas (2010), segundo a qual as partículas de *outer polarity* requerem uma proposição completa, é mais adequada do que a solução que propus em Cavalcante (2007).

Outro aspecto importante de comparação entre Cavalcante (2007) e a análise atual diz respeito à diferença entre [Neg VP Neg] e [VP Neg]. Em Cavalcante (2007), a diferença não está no próprio marcador pós-VP, como proposto por E. Martins (1997). Também não está em alguma operação de apagamento fonético do marcador pré-verbal, como proposto por Fonseca (2004). As sentenças com [VP Neg] diferem das com [Neg VP Neg] pela inexistência do marcador negativo *não/num* na numeração, que tem como consequência a impossibilidade de se projetar a categoria NegP. Isso faz com que [VP Neg] tenha uma derivação semelhante à de uma sentença afirmativa até o ponto em que o núcleo Den^o entra na computação, como na representação em (103).

(103) a. Comprei a casa **não**.

b. [_{TopP} [_{TP} comprei a casa] [_{Top'} [_{DenP} **não** [_{Den'} [_{CP} [_{TP} ~~comprei a casa~~]]]]

Essa também é a posição que adoto nesta tese para explicar a diferença entre as sentenças negativas com a estrutura [Neg VP Neg] e [VP Neg]: a presença ou ausência do marcador negativo pré-verbal (e, consequentemente, do núcleo Neg^o) na derivação. Isso não quer dizer que, em algumas ocorrências específicas, na fala, a ausência do marcador pré-verbal não possa ser considerada tão somente consequência de um processo fonético ligado ao desempenho (à respeito da redução fonética do *não/num* pré-verbal, cf. Teixeira de Sousa 2007). Mas a proposta prevê que existe uma classe de sentenças com formato [VP Neg] em que NegP está, de fato, ausente da derivação, e nas quais essa ausência tem repercussões sintático-semânticas sobre outros elementos da sentença.

Por exemplo, a maior restrição que [VP Neg] apresenta, em relação a [Neg VP Neg], em contextos encaixados (ou, dito de outro modo, a distribuição mais ampla de [Neg VP Neg]

nesses contextos) seria consequência direta da presença ou ausência de NegP na derivação. Análises que considerem que essas duas estruturas diferem apenas quanto à possibilidade de apagamento fonético do marcador pré-verbal, como Fonseca (2004), fazem a previsão incorreta de que [VP Neg] deveria (i) ter o mesmo comportamento que [Neg VP Neg] e (ii) estar disponível em todos os tipos de sentenças encaixadas. Voltarei a esse ponto na seção 1.5.

Após Cavalcante (2007), outras propostas surgiram na literatura analisando os marcadores negativos pós-VP como elementos associados a alguma projeção da periferia esquerda da sentença.

Teixeira de Sousa (2008a, 2008b), por exemplo, propõe que o *não* final do PB ocorre sob o núcleo da categoria de foco sentencial FocP e que a ordem linear em [Neg VP Neg] e [VP Neg] decorre do fronteamento de toda a sentença através do movimento do TP para o especificador de FocP, como na representação adaptada em (104).

(104) [_{FocP} [_{TP} sentença] [_{Foc'} **não** [(...) t_{TP}]]]

A intuição que está por trás da análise de Teixeira de Sousa (2008a, 2008b) é de que o *não* pós-VP seria o foco da sentença e, por isso, deve ser gerado como a realização do núcleo de foco.

Sobre a incompatibilidade entre o *não* final e as perguntas QU, a autora sugeriu, em comunicação pessoal, que isso pode decorrer de uma impossibilidade de co-ocorrência de dois elementos focais na mesma sentença, a saber, o próprio marcador negativo e o pronome interrogativo.

Embora a tentativa de derivar a interação do *não* final com a estrutura informacional da sentença (e do discurso) através dos núcleos do sistema CP relacionados à codificação de informação nova (não-suposta) e velha (suposta) seja interessante, parece-me que a análise de Teixeira de Sousa (2008a, 2008b) não é compatível com o que se assume na literatura sobre a categoria de foco. O elemento que recebe a interpretação de foco ou informação não-suposta não é o próprio marcador de foco, mas o elemento ao qual este marcador está relacionado (i.e. o elemento que ocorre no especificador da categoria de foco). Dessa forma, a sentença movida para o especificador de FocP é que deve ser o elemento focal, ao invés do próprio marcador negativo *não*. Uma vez que o elemento interrogativo faz parte da sentença que é marcada com foco, não é tão claro como pode haver uma incompatibilidade

pela ocorrência de dois focos na mesma estrutura.⁴⁵

Com relação às interrogativas QU, a meu ver, a análise de Teixeira de Sousa (2008a, 2008b) é baseada na mesma intuição que a proposta que defendi em Cavalcante (2007), i.e. que a agramaticalidade se deve ao traço focal no elemento QU ser incompatível com o marcador negativo pós-VP. Sua proposta, portanto, apresenta os mesmos problemas face aos dados apresentados anteriormente em 1.3.3. Ou seja, a análise de Teixeira de Sousa (2008a, 2008b) também prediz incorretamente que o *não* final deveria ser incompatível com outros marcadores de foco, com quantificadores e, especialmente, com sentenças clivadas, uma vez que as análises sobre clivagem no PB assumem que o complementizador *que* é a realização do núcleo C° ou, numa visão mais articulada da estrutura sentencial, ao núcleo Foc° (cf. Miotto 2003), onde deveria ser gerado o *não* final para Teixeira de Sousa (2008a, 2008b).

Adicionalmente, Teixeira de Sousa (2008a, 2008b) não tenta oferecer uma explicação para as restrições de [Neg VP Neg] e [VP Neg] em sentenças encaixadas. Discutirei esse problema em mais detalhes na seção 1.5.

Outra análise recente sobre a negação pós-VP do PB que relaciona o marcador negativo à periferia esquerda da sentença e que merece consideração é o trabalho de Hansen (2009). O autor discute especificamente a proposta apresentada em Cavalcante (2007) e levanta uma análise alternativa para a posição estrutural do *não* final.

Baseando-se no requerimento de que a sentença negada pelo *não* final funcione como pressuposição ou, mais especificamente, como informação velha (“*discourse-old information*”) (cf. as subseções 1.1.1 e 1.1.2 neste capítulo), Hansen (2009) propõe que o *não* final seja a realização do núcleo funcional responsável pelos tópicos sentenciais, i.e. TopP. De acordo com essa análise, em sentenças como [Neg VP Neg] e [VP Neg], o núcleo Top° codificaria o conjunto de traços [+NEG], [+TOP].

A ordem linear encontrada nessas sentenças decorreria, segundo Hansen (2009), do movimento de um TP com o traço [+TOP] para o especificador de TopP, de acordo com a representação em (105).

(105) a. Gosto dele **não**.

b. [CP [TopP [TP gosto dele] [Top° **não** [~~TP-gosto dele~~]]]

⁴⁵ A intuição em que a proposta da autora se baseia talvez pudesse ser melhor captada se assumíssemos que o *não* final ocorre, não no núcleo, mas no especificador de FocP, e que a sentença (o TP) é movida para uma categoria independente, como o especificador de TopP.

Hansen (2009) assume que o *não* final ocorre em Top° porque aceita a ideia de que a proposição negada nessas sentenças seja um elemento com traço de tópico, mas rejeita a implementação técnica que adotei em Cavalcante (2007), segundo a qual a sentença é movida para uma categoria **diferente** daquela em que o *não* final é gerado.

Considerando uma análise como a apresentada aqui, na seção 1.3, em que a sentença é movida para o especificador da mesma categoria em que o *não* é gerado, não é claro, ao menos para mim, em que medida a análise apresentada neste capítulo e a análise de Hansen (2009) não são essencialmente a mesma análise, com a diferença se resumindo à utilização de rótulos diferentes para as mesmas entidades. Um modo de diferenciar as propostas seria examinar qual posição as partículas polares iniciais (como *sim*, *não*, *yes* e *no*) ocorreriam na análise de Hansen (2009). O autor, contudo, não tratou desses elementos.

Assumindo, porém, para o efeito da discussão, que as duas análises sejam distintas, o que a proposta de Hansen (2009) parece prevê é a impossibilidade (ou, ao menos, uma maior restrição) de topicalização de outro constituinte além da própria sentença, em razão do fato de que a posição de tópico já está preenchida pelo próprio TP. Sentenças como (106), em que um tópico co-ocorre com o *não* pós-VP, enfraquecem essa proposta.

(106) a. *Esse livro*, eu num gosto **não**.

b. *(Pr)o show dela*, eu num foi **não**.

Na minha análise, a aceitabilidade de sentenças como (106) decorre do fato de que a sentença movida e o tópico à esquerda não ocupam a mesma posição, mas são deslocados para especificadores distintos: a sentença é deslocada para o especificador de AstP (i.e. do *não* final) e o tópico ocorre no especificador de TopP (gerado nesta posição ou movido para ela). Há duas maneiras de derivar essas sentenças na minha análise, que dependem essencialmente da hierarquia entre a categoria de TopP e a de AstP. Como apontei na subseção 1.3.2, AstP deve dominar o CP ou pelo menos alguma(s) da(s) camada(s) mais baixas do CP (i.e. pelo menos FinP). A questão em aberto é se AstP domina também TopP. Os dados em que co-ocorrem a topicalização e o *não* final são ambíguos.

Assumindo que AstP gerado acima de TopP, o deslocamento da sentença para o especificador de AstP é um movimento de uma categoria igual ou maior do que Top. A posição inicial do tópico é resultado de este ser deslocado junto com a sentença para o

especificador de AstP, como na representação em (107).

(107) AstP acima de TopP

[_{AstP} [_{TopP} esse livro Top° [_{CP/TP} eu num gosto]] [_{Ast'} **não** [~~_{TopP} esse livro Top° [_{CP/TP} eu num gosto]~~]]

Assumindo, por outro lado, que AstP é gerado abaixo de TopP, a posição inicial do tópico resulta simplesmente de este ser gerado em (ou movido para) o especificador de TopP, enquanto a sentença (equivalente a FinP ou IP/TP) ser movida para o especificador de AstP como mostra a representação em (108).

(108) AstP abaixo de TopP

[_{TopP} esse livro [_{Top'} Top° [_{AstP} [_{CP/TP} eu num gosto] [_{Ast'} **não** [~~_{CP/TP} eu num gosto]~~]]

Com relação à agramaticalidade de [Neg VP Neg] e [VP Neg] com sentenças interrogativas QU, o trabalho de Hansen (2009) não rejeita explicitamente a hipótese de Cavalcante (2007) de que haja uma incompatibilidade entre o traço de foco no elemento QU e o requisito de que a sentença negada seja um tópico, mas o autor formula uma explicação alternativa baseada em restrições ao movimento a partir de ilhas.

Segundo Hansen (2009), ao ser movida para o especificador TopP, a sentença (ou seja, o TP, em sua análise) se tornaria uma ilha, impedindo, assim, a extração do elemento QU para o especificador da categoria que aloja os pronomes interrogativos.

Essa alternativa de análise para a inaceitabilidade do *não* final em interrogativas QU é bastante interessante, mas é preciso perceber que ela se baseia em certos pressupostos que podem ser questionados.

Primeiro, ela se baseia na ideia de que a projeção de tópico em que o *não* final é gerado está sempre **abaixo** da categoria funcional para a qual os elementos QU são movidos, o que faz que o movimento de topicalização da sentença tenha necessariamente que preceder o movimento do elemento QU, gerando uma ilha para esse movimento.

Sentenças como (109) mostram que um tópico pode anteceder um elemento interrogativo movido para a periferia esquerda, o que mostra que deve haver uma projeção de TopP acima da posição de pouso dos elementos QU.

- (109) a. Os livros, quais você comprou/leu?
 b. A carta, a quem (que) você entregou?
 c. O seu filho, em que (que) ele trabalha?

Caso não assumamos que TopP tenha que estar abaixo da posição de pouso dos interrogativos, seria possível que o elemento QU se movesse antes da topicalização do TP. Por essa derivação, seria impossível gerar a ordem em que o elemento QU ocorre em posição inicial, mas, uma vez que é possível haver tópicos à esquerda de elementos interrogativos deslocados, como em (109), seria possível gerar uma ordem em que toda a sentença é deslocada para a posição do tópico, à esquerda do QU, fazendo com que o pronome interrogativo seja realizado, linearmente, no final da sentença, aparentemente *in situ*, como em (110). Esse tipo de sentença, entretanto, é inaceitável, ao contrário do que prevê a análise de ilha de Hansen (2009).

- (110) a. * Você num viu não o que?
 b.

Em segundo lugar, também não está claro qual seria o motivo da inaceitabilidade do *não* final mesmo em interrogativas com o elemento QU *in situ*, como em (69b), repetida aqui

em (111), em que não haveria violação de ilha.

(111) Ele num fez *o quê* (*não)?

Em terceiro lugar, ainda que a proposta consiga lidar com os problemas anteriores, ela ainda apresenta os mesmos problemas da análise de Cavalcante (2007) com relação aos fatos apresentados na subseção 1.3.3, especialmente com relação aos dados de clivagem. Ou seja, se todo o TP deve ser interpretado como tópico, espera-se que elementos focais não possam ocorrer internamente ao TP.

Dessa forma, considero que nem a proposta original de Cavalcante (2007), nem as propostas de Teixeira de Sousa (2008a, 2008b) e de Hansen (2009) conseguem explicar adequadamente a restrição à ocorrência do *não* final com interrogativas QU. Assumo, então, a hipótese que apresentei em 1.3.3, com base na ideia formulada por Farkas (2010) para as partículas polares *yes* e *no*.

Uma outra análise que vale a pena ser mencionada aqui é a de Poletto (2009), desenvolvida independentemente para os casos de [Neg VP Neg] em Veneto. Nesse dialeto, a negação sentencial pode ser expressa pelas duas estruturas [Neg VP] e [Neg VP Neg], como nos exemplos em (112). A forma [VP Neg], entretanto, não está disponível.

(112) [Neg VP Neg] em dialetos italianos

a. Non ci vado NO! (Italiano regional)

Not there go NO

b. No ghe vado NO! (Veneto)

Not there go NO

‘I won’t go there’

(Poletto 2009: 180)

Poletto (2009) aponta que [Neg VP Neg] no italiano regional é utilizado em contextos de respostas enfáticas. Nesse sentido, esse tipo de sentença alterna com as respostas curtas dadas apenas com as partículas *no* e *sí* do italiano, usadas como respostas neutras. A autora aponta também que, com o valor enfático, [Neg VP Neg] alterna com sentenças apresentadas anteriormente em (58), na subseção 1.3.2, e repetidas aqui em (113), iniciadas pelo *no* e pelo

complementizador com valor enfático *che*.

(113) a. No **che** non ci vado. (Italian regional)

NO that not there go

b. No **che** non ghe vado. (Italiano, Veneto)

NO that not there go

‘I won’t go there’

c. Sì **che** ci vado. (Italiano regional)

Yes that there go

(Poletto 2009: 181-182)

Poletto (2009) formula, então, uma análise semelhante à de Cavalcante (2007) e desta tese, propondo que o marcador *no* que ocorre em posição final nesse dialeto italiano equivale ao mesmo elemento *no* que ocorre em respostas isoladas e em posição pré-sentencial. Uma evidência em favor dessa análise é o próprio fato de que a partícula pré-sentencial e final *no* e o marcador negativo medial (pré-I°) *non* possuem formas distintas no italiano, assim como *no* e *not* diferem no inglês.

A partir dessa ideia, a autora propõe que as partículas assertivas iniciais/finais *sí* e *no* do italiano se comportam como operadores de foco, ocorrendo na posição de especificador da categoria CP/FocP, acima do CP/FinP em que é gerado o complementizador *che*. Assim, uma sentença iniciada por “*no che*” ou “*sí che*” teria a estrutura em (114).

(114) a. NO *che* no ghe so ndà!

NO that not there am gone

b. [_{CPFocus} NO [_{FinP} [_{Fin°} *che* ... [_{IP} no ghe so ndà]]]

(Poletto 2009: 186)

As sentenças em que o *sí* ou o *no* ocorrem no final da sentença também seriam geradas, segundo Poletto (2009), com a partícula *sí* ou *no* ocorrendo no especificador de FocP, porém a ordem linear seria derivada pelo movimento do TP, não para o especificador do FocP, mas para o especificador de uma categoria funcional distinta, denominada GroundP (com um pouso intermediário na posição de especificador de FinP, onde é estabelecida uma relação que

faz com que o complementizador *che* não precise ser realizado), como na representação (adaptada) em (115).

(115) [_{GroundP} [_{IP} no ghe so ndà] [_{Ground'} Ground° [_{CPFocus} NO [_{FinP} [_{HP} ~~no ghe so ndà~~] [_{Fin'} Fin°
[_{HP} ~~no ghe so ndà~~]]]]]]

(Poletto 2009: 188)

A proposta de Poletto (2009) é semelhante à que propus em Cavalcante (2007) e neste capítulo por tentar relacionar o marcador negativo final às partículas polares pré-sentenciais e por associar esses elementos a uma projeção funcional do sistema CP, distinta da projeção NegP ou ΣP onde é gerado o marcador pré-verbal *non*. Os dados do italiano e a análise de Poletto (2009) são, então, uma evidência adicional em favor da intuição básica por trás da análise de Cavalcante (2007) e desta tese.

Por outro lado, a análise de Poletto (2009) também se assemelha à de Teixeira de Sousa (2008a, 2008b) por fazer uso da categoria FocP, como meio de dar conta do caráter enfático que [Neg VP Neg] teria no italiano regional. A diferença entre as duas propostas está no fato que Poletto (2009) não considera o *no* final como o núcleo de FocP, mas como um operador que ocupa a posição de especificador, e no fato de que o movimento do TP não tem FocP como pouso, mas uma categoria distinta.

A versão de Poletto (2009) para [Neg VP Neg], entretanto, não pode ser adotada para os dados de PB, pois, diferentemente do italiano regional, no PB a estrutura [Neg VP Neg] não possui necessariamente um valor enfático. Essas negativas do italiano são mais semelhantes ao uso do [Neg VP Neg] no PE, em que esse tipo de negativa também é usado como forma de negação enfática (cf. Martins 2010, 2012; Pinto 2010; cf. também a subseção 1.2.1).

A semelhança entre o italiano regional e o PE também pode ser vista no fato de que, nas duas línguas, [Neg VP Neg] ocorre apenas como respostas, o que significa que podem ocorrer apenas em sentenças declarativas, enquanto no PB [Neg VP Neg] e [VP Neg] ocorrem em declarativas, imperativas e interrogativas polares.

Os dados do italiano regional são, então, uma evidência adicional para a hipótese da existência de uma classe de marcadores negativos que está associada ao sistema CP ao invés de ao sistema IP ou VP.

Uma outra proposta que deve ser discutida em quaisquer trabalhos sobre a negação final no PB é a de Biberauer & Cyrino (2009, 2010). Essas autoras formulam uma proposta que

pode ser considerada mista, por envolver tanto o sistema IP quanto o sistema CP para a derivação do *não* final. Quanto a [VP Neg], elas aceitam uma análise nos termos de Cavalcante (2007), mas discordam da hipótese de que o marcador final de [Neg VP Neg] possa ser gerado da mesma forma, propondo, então, uma análise que associa esse marcador à categoria de polaridade sentencial PolP. Discutirei em mais detalhes a proposta de Biberauer & Cyrino (2009, 2010) na seção 1.5, ao tratar do comportamento do *não* final em sentenças encaixadas.

Por fim, também é importante apontar a mudança na posição de Martins (2010, 2012, comunicação pessoal) sobre a posição do marcador pós-VP no PE. Como vimos em 1.3.1, a autora, ao tratar dos casos de respostas (afirmativas) neutras e enfáticas do PE (cf. Martins 2006, 2007), analisou o *sim* inicial/final como um elemento adjungido à categoria ΣP , entendida como a projeção mais alta do sistema IP, responsável pela polaridade da sentença. Nos últimos trabalhos, porém, ao dar ênfase ao conceito de negação metalinguística, a autora tem assumido que os marcadores negativos periféricos responsáveis pela função metalinguística devem ser analisados como relacionados ao sistema CP, seja por serem diretamente gerados no CP seja por se moverem para o CP a partir de uma posição interna à sentença.

1.5. Negação pós-VP: assimetria nas sentenças encaixadas

Um último aspecto que qualquer análise das sentenças negativas do PB precisa abordar é a distribuição destas estruturas em sentenças encaixadas. Além de explicar a inaceitabilidade de [VP Neg] em sentenças subordinadas de qualquer tipo, também é necessário apontar porque [Neg VP Neg] é inaceitável em certos tipos de sentenças encaixadas, mas não em outros, o que implica as restrições de aceitabilidade a diferenças estruturais que possam existir entre as duas negativas pós-VP.

Essa questão corresponde às perguntas III e IV apresentadas em (38), na subseção 1.2.2, e repetidas aqui em (116).

(116) (...)

- III. De que decorrem as restrições de aceitabilidade do *não* final com perguntas QU e com (certos tipos de) sentenças encaixadas?
- IV. Qual a diferença estrutural entre [Neg VP Neg] e [VP Neg]?

Nesta seção, antes de oferecer uma proposta de tratamento desse problema, discuto propostas anteriores que tentaram dar conta deste fenômeno. Começo com a análise que apresentei em Cavalcante (2007). Discuto também a crítica e a proposta alternativa feita por Biberauer & Cyrino (2009, 2010).

1.5.1. AstP como categoria restrita aos contextos matrizes

Até onde vai meu conhecimento, as análises anteriores a Cavalcante (2007) não tentaram dar conta das restrições que o *não* final apresenta em sentenças encaixadas, muito menos da assimetria entre os dois tipos de negativas pós-VP. Como apontei em 1.4.1 e 1.4.2, as análises de adjunção ao VP e as de geração em Pol^o simplesmente fazem a previsão incorreta de que [Neg VP Neg] e [VP Neg] deveriam estar disponíveis em quaisquer tipos de sentenças, sem restrição.

Em Cavalcante (2007), apontei que o *não* final sofre restrições em sentenças encaixadas, embora haja uma assimetria no comportamento de [Neg VP Neg] e de [VP Neg]. Enquanto [VP Neg] seria inaceitável em todos os tipos de encaixadas (completivas, adverbiais e relativas), como mostram os exemplos em (117), [Neg VP Neg] seria plenamente excluída apenas em encaixadas adverbiais, como em (118a) e (118b), sendo plenamente aceitável ao menos em completivas, como em (118c) e (118d).

(117) [VP Neg] em sentenças encaixadas

- a. **Se a banda tocar não*, o show vai ser cancelado.
- b. *Tenho vários alunos *que gostam de sintaxe não*.
- c. *Ele disse *que viajou não*.⁴⁶
- d. *Eu sei que ele conseguiu *não*.

⁴⁶ Note-se que uma sentença como (117a) pode ser marginalmente aceitável com o sentido de negação da sentença matriz, ou seja, com a interpretação “*ele não disse que viajou*”.

(118) [Neg VP Neg] em sentenças encaixadas

- a. **Se a banda **num** tocar **não***, o show vai ser cancelado.
- b. ?*Tenho vários alunos *que num gostam de sintaxe não*.*
- c. Ele disse *que num viajou não*.
- d. Eu sei *que ele num conseguiu não*.

A diferença de comportamento entre [Neg VP Neg] e [VP Neg] em sentenças encaixadas, por hipótese, está relacionada às diferenças estruturais entre as duas sentenças, já que esse é o único contexto em que tais estruturais não têm o mesmo *status*.

Em Cavalcante (2007), assumi que o comportamento de [VP Neg] seria a situação *default*, por ser a mais homogênea, e que o comportamento de [Neg VP Neg] seria a exceção. Argumentei, então, em favor de uma assimetria na disponibilidade de AstP em matrizes e encaixadas, propondo que essa categoria, por estar relacionada à rejeição de proposições previamente ativadas no discurso, era restrita a contextos matrizes, não sendo selecionada por verbos ou por complementadores, ou seja, não ocorrendo em sentenças encaixadas.

Essa postulação, que me parece plausível em decorrência da função das partículas assertivas, explicaria imediatamente a impossibilidade de [VP Neg] em qualquer tipo de sentença encaixada: o *não* final simplesmente não pode ser gerado nessas configurações.

Essa análise traz imediatamente um problema para os dados de [Neg VP Neg], pois faz a previsão de que essa construção também deveria ser completamente excluída em sentenças subordinadas, ao contrário do que, de fato, testemunhamos.⁴⁷ Como, então, permitir a geração de [Neg VP Neg] em encaixadas, mas ainda manter a exclusão de [VP Neg] no mesmo contexto?

A intuição que segui em Cavalcante (2007) foi a de que era a própria presença do marcador negativo pré-verbal *não/num* que, de alguma forma, permitia uma opção alternativa de licenciamento do *não* final. Como tentativa de implementação técnica dessa ideia, sugeri que, em encaixadas completivas como (119a), o *não* final pudesse se adjungir ao TP com traço [+NEG] da sentença encaixada, conforme a representação em (119b).⁴⁸

⁴⁷ Uma análise nesses termos pode ser apropriada para os dados do PE, em que o marcador negativo pós-VP é totalmente excluído em subordinadas, seja em [Neg VP Neg] ou em [VP Neg].

⁴⁸ A proposta de o TP manifesta traços [±NEG] tem por base a ideia de que o movimento do núcleo negativo Neg^o para a posição de núcleo T^o ou é motivada por um processo de checagem de traço ou resulta em um

(119) a. Ele disse que *num viajou não*.

b. $[_{TP[+neg]} \textbf{não} [_{TP[+neg]} \textit{pro} [_T \textit{num+viajou} T_{[+neg]} [_{Neg'} \textit{num viajou} [_{VP} \textit{pro} \textit{viajou}]]]]$

c.

A ordem linear, com o *não* ao final da sentença, seria derivada de forma semelhante ao que ocorre nas sentenças matrizes, com o movimento (necessariamente) do TP (mas não de uma categoria maior que o TP) para o especificador de TopP. O movimento, entretanto, deixaria para trás o *não* adjungido ao TP/NegP, como na representação em (118c). Esse movimento de TP seria um processo semelhante ao movimento de ΣP deixando para trás a partícula *sim* que lhe é adjungida, na análise de Martins (2006, 2007) para os casos de [sentença-*sim*] do PE, discutidos na subseção 1.1.3.

Essa análise consegue explicar a aceitabilidade de [Neg VP Neg] em sentenças encaixadas, mas sem permitir [VP Neg] no mesmo contexto. Uma vez que as sentenças com [VP Neg] não possuem o núcleo Neg^o (ou o marcador negativo *não/num* na numeração), o seu TP não possui um traço [+NEG] que possa licenciar a adjunção do *não* final. A inclusão de um traço [+NEG] na numeração resultaria na co-ocorrência automática do *não/num* pré-verbal, gerando [Neg VP Neg] ao invés de [VP Neg].

compartilhamento de traços. Para a ideia de compartilhamento de traços entre Neg^o e I^o após o movimento de núcleo, cf. Mioto (1992). Uma implementação alternativa seria a adjunção do *não* ao próprio NegP, em uma análise que considere que NegP é gerado acima de TP.

Essa análise, porém, apresenta vários problemas. Além de recorrer ao movimento de um segmento de categoria (a saber, o TP mais baixo), um tipo de movimento que tem um *status* indesejado na teoria por atingir um elemento que não pode ser considerado um átomo sintático (cf. porém, as seções 4.5 e 4.6 do capítulo 4 desta tese para casos de movimentos de constituintes que deixam para trás seus adjuntos), ela não consegue prever a distribuição distinta de [Neg VP Neg] em diferentes tipos de sentenças encaixadas. Ou seja, a análise faz a previsão incorreta de que [Neg VP Neg] também deveria ser possível em sentenças encaixadas de qualquer natureza e não apenas nas encaixadas completivas.

Em outras palavras, essa análise consegue dar conta apenas de uma oposição em termos de **tudo** ou **nada** para a disponibilidade de [Neg VP Neg] *versus* [VP Neg] nas sentenças subordinadas, que não corresponde ao que, de fato, ocorre no PB.

Além disso, postular que o *não* final poderia ser licenciado por adjunção ao TP (ou NegP) contraria a argumentação apresentada aqui de que essa partícula não é um elemento (nuclear ou adjunto) do sistema IP, mas um elemento mais externo. Ou a solução de adjunção a TP deve substituir a proposta (apresentada neste capítulo) de geração em Ast^o ou, então, teríamos em mãos um terceiro tipo de marcador negativo, com propriedades diferentes tanto do *não/num* gerado em Neg^o quanto do típico *não* final de sentenças matrizes, gerado em Ast^o. Essa multiplicação das instâncias do *não* final não parece desejável (a não ser que houvesse mais evidências independentes para isso) uma vez que o *não* final parece ter as mesmas propriedades anafóricas e o mesmo comportamento em função do tipo ilocucionário da sentença seja em [Neg VP Neg] seja em [VP Neg].

Esse licenciamento alternativo por adjunção também criaria, imediatamente, uma duplicidade de recursos de geração de [Neg VP Neg] em sentenças matrizes. Ou seja: as sentenças matrizes com [Neg VP Neg] poderiam ser derivadas por geração do segundo *não* em Ast^o ou em adjunção ao TP, a não ser que postulássemos que a adjunção ao TP/NegP só pode ocorrer em sentenças encaixadas, algo não facilmente derivável. A duplicidade de geração de [Neg VP Neg] em matrizes é indesejável do ponto de vista da aquisição da linguagem e deve ser evitada.

Esses problemas mostram que, embora seja interessante a intuição de que é o traço negativo presente independentemente no *não/num* pré-verbal a tornar disponível o *não* final em encaixadas, essa primeira tentativa de análise não se sustenta. Uma análise alternativa (ou uma implementação técnica alternativa) é, então, necessária e é será apresentada na subseção

1.5.4. Antes disso, na próxima subseção, examinemos em mais detalhes o comportamento de [Neg VP Neg] em sentenças subordinadas.

1.5.2. [Neg VP Neg] em sentenças subordinadas

Um exame mais detalhado da distribuição de [Neg VP Neg] em tipos diferentes de sentenças encaixadas revela uma situação mais complexa do que a que foi tratada inicialmente na análise que apresentei em Cavalcante (2007).

Por um lado, já apontei que [Neg VP Neg] é inaceitável em adverbiais e em subjetivas, mas aceitável em completivas. Por outro lado, essa estrutura tem um *status* intermediário em relativas. Em Cavalcante (2008b, 2008d, 2009), aponto que, enquanto [VP Neg] continua igualmente inaceitável em relativas, os julgamentos quanto a [Neg VP Neg] são variáveis entre *inaceitável* e *marginalmente aceitável*, como mostram os contrastes em (120), (121) e (122).

(120) a. *Eu encontrei a carta *que você {achou / tava achando}* **não**.

b. ?Eu encontrei a carta *que você **num** {achou / tava achando}* **não**.

Interpretação pretendida: ‘Eu encontrei a carta que você não achou/não estava achando’.

(121) a. *Ele já foi buscar o livro *que Maria trouxe* **não**.

b. ?Ele já foi buscar o livro *que Maria **num** trouxe* **não**.

Interpretação pretendida: ‘Ele já foi buscar o livro que Maria não trouxe’.

(122) a. *Eu tive uma briga feia com o professor *que me aprovou* **não**.

b. ?Eu tive uma briga feia com o professor *que **num** me aprovou* **não**.

Interpretação pretendida: ‘Eu tive uma briga feia com o professor que não me aprovou’

Ainda que a gramaticalidade de [Neg VP Neg] em sentenças relativas possa ser questionada, esses dados mostram um claro aumento da aceitabilidade em relação às versões

com [VP Neg]. Seria desejável (embora não tão simples de se alcançar) que uma análise da distribuição do *não* final em encaixadas pudesse dar conta dessa diferença de *status*.

O trabalho de Hansen (2009) também trata da diferença de *status* de [Neg VP Neg] em relativas. Discutindo a descrição e análise feitas em Cavalcante (2007), Hansen (2009) concorda com os julgamentos de agramaticalidade de [VP Neg] em quaisquer tipos de sentenças relativas, mas considera que [Neg VP Neg] seria aceitável no mesmo tipo de sentenças, ao invés de simplesmente marginal, como aponto aqui.

Mais importante do que isso, o autor aponta a existência de uma outra assimetria com relação a [Neg VP Neg] em relativas. Segundo ele, [Neg VP Neg] é aceitável apenas em **relativas de objeto** que ocorram em posição final da sentença, mas inaceitável em relativas de objeto que ocorrem em posição medial, como mostra o contraste entre (123a) e (123b).

(123) a. João ajudou o menino *que não usa óculos não*.⁴⁹ (relativa de objeto/final)

b. * João deu pro menino [*que não usa óculos não*] o livro. (rel. de objeto/medial)

(Hansen 2007: 8)

Outro fato importante apontado por Hansen (2007) é que [Neg VP Neg] também seria inaceitável em relativas de sujeito, como mostra o exemplo em (124).

(124) * O menino [*que não usa óculos não*] ajudou o João. (relativa de sujeito)

(Hansen 2007: 9)

Os dados sobre relativas apresentados por Hansen (2009) parecem apontar para uma generalização que o autor não faz (ao menos, não explicitamente). A maior ou menor aceitabilidade de [Neg VP Neg] em relativas parece ter menos a ver com a função sintática do DP relativizado do que com a **posição** que a relativa ocupa na sentença. [Neg VP Neg] é mais aceitável quando a relativa está na posição final da sentença e menos aceitável quando ela está em posição medial. (Essa generalização se mostrará relevante para a análise que proponho na seção 1.5.4).

⁴⁹ Os julgamentos de (in)aceitabilidade são de Hansen (2009). Eu atribuiria uma interrogação a (123a) para indicar que ela não tem a mesma aceitabilidade que a mesma estrutura [Neg VP Neg] tem em uma sentença completiva. Entretanto, concordo com o autor quanto ao julgamento de (123a) é melhor do que (123b) e (124).

Quanto aos falantes consultados, parte deles julgou (123a) como ligeiramente melhor do que (123b) e (124). Outros, porém, julgaram dos três padrões igualmente ruins.

A princípio, é estranho que a posição medial ou final da sentença relativa determine a sua estrutura sentencial, ou melhor, determinem quais as categorias funcionais podem estar presentes ou ativas dentro da relativa. Uma questão que a análise deve responder é como essa diferença na posição da sentença subordinada por ter efeito sobre a disponibilidade de [Neg VP Neg], mas, por outro lado, não ter efeito sobre [VP Neg].

Um outro dado importante sobre o comportamento das relativas é apontado por Esmeralda Negrão (comunicação pessoal). A pesquisadora chama a atenção para o fato de que [Neg VP Neg] é aceitável em relativas não-restritivas, como mostra o exemplo (125). Nesse caso, a aceitabilidade não depende da posição da relativa ou função sintática do elemento relativizado.

(125) Os japoneses, *que **num** são bestas **não***, investem muito mais em educação.

A aceitabilidade de (125) é esperada se assumimos que as chamadas relativas explicativas são, na verdade, um tipo especial de sentença coordenada⁵⁰, que teria, dessa forma, propriedades semelhantes às de uma sentença matriz, permitindo, portanto, a presença do *não* final.

Em resumo, teríamos, então, o seguinte quadro: [VP Neg] é inaceitável em todos os tipos de sentenças subordinadas. Já [Neg VP Neg] é **inaceitável** em encaixadas adverbiais e subjetivas, é **aceitável** em completivas, mas tem um *status marginal* variável em relativas, com maior aceitabilidade quando a relativa ocorre em posição final *versus* inaceitabilidade quando ela ocorre em posição medial da sentença.

Na próxima subseção, discuto a diferença estrutural entre [Neg VP Neg] e [VP Neg]. Para isso, revejo a posição das análises apresentadas anteriormente sobre o status da ausência do marcador pré-verbal em [VP Neg] e, adicionalmente, discuto a análise realizada por Biberauer & Cyrino (2009, 2010) para o comportamento do *não* pós-VP no PB.

⁵⁰ “The basic intuition that most authors have expressed about the semantics of nonrestrictive modification is that nonrestrictive modifiers are not semantically composed at all with the phrases they modify.” (Heim & Kratzer 1998).

1.5.3. [Neg VP Neg] *versus* [VP Neg]

Para ter uma visão mais adequada do comportamento da negação pós-VP em sentenças encaixadas e das diferenças entre [Neg VP Neg] e [VP Neg], é necessário discutirmos como as análises presentes na literatura dão conta da diferença entre essas duas estruturas. A questão deve ser examinada em função de dois aspectos principais:

- (126) a. O *não* final que ocorre nessas duas estruturas tem as mesmas propriedades?
 b. Qual é o *status* da presença/ausência do marcador negativo pré-verbal?

Com relação à pergunta em (126a), vimos ao longo deste trabalho que há propostas que consideram que o *não* final é o mesmo elemento em ambas as construções; outras propostas, alternativamente, consideram que há dois tipos diferentes de *não* final.

E. Martins (1997), por exemplo, considera que, em [Neg VP Neg], o *não* pós-verbal é um simples adjunto do VP, mas que, em [VP Neg], ele é o núcleo da categoria de polaridade negativa ΣP , que domina todo o IP. Já em Fonseca (2004), Teixeira de Sousa (2008a, 2008b) e Hansen (2009) o *não* pós-VP é analisado de modo homogêneo, tanto em [Neg VP Neg] quanto em [VP Neg], como núcleo de uma mesma categoria sintática específica (que varia de autor para autor). Também Afonso (2003) considera que o *não* pós-VP é gerado da mesma forma em ambas as estruturas, mas como adjunto ao VP. Essas posições são resumidas no Quadro 1.1.

Autor	Em [Neg VP Neg]	Em [VP Neg]
E. Martins	Adjunto de VP	Núcleo de ΣP
Afonso	Adjunto do VP	
Fonseca	Núcleo de PolP	
Teixeira de Sousa	Núcleo de FocP	
Hansen	Núcleo de TopP	

Quadro 1.1: O *status* sintático do *não* pós-VP

Quanto à segunda pergunta, em (126b), também vimos ao longo do trabalho duas posições distintas: para E. Martins (1997), o *não/num* e a categoria funcional correspondente,

NegP, está simplesmente ausente em [VP Neg]. Essa também parece ser a visão adotada por Hansen (2009). Já Fonseca (2004) considera que tanto o marcador quanto a categoria NegP estão presentes na derivação e que a ordem [VP Neg] resulta de um processo de apagamento fonético-fonológico do *não/num* em PF.⁵¹ Teixeira de Sousa (2008a, 2008b) não explicita sua posição com relação a esse tópico.

Dessa forma, podemos apontar que, para Fonseca (2004), [Neg VP Neg] e [VP Neg] têm exatamente a mesma estrutura, enquanto para Hansen (2009) e, principalmente, para E. Martins (1997), estamos lidando com estruturas sintáticas distintas.

A pergunta que coloco é: qual desses tipos de análise pode contribuir para dar conta das diferenças distribucionais de [Neg VP Neg] e [VP Neg] em sentenças encaixadas?

A proposta apresentada nesta tese considera o *não* final de [Neg VP Neg] e de [VP Neg] como sendo o mesmo elemento. Proponho, então, que as diferenças entre as duas construções não devem ser derivadas da postulação de diferenças entre dois tipos de *não* pós-VP que ocorrem em cada uma delas, mas da presença/ausência do marcador negativo pré-verbal, ou seja, da categoria NegP.

Uma evidência em favor da análise de ausência de NegP em [VP Neg] vem da comparação entre as sentenças (127a) e (127b), nas quais o *não* inicial e o final seriam gerados na mesma posição.

(127) a. Fiz **não**.

b. **Não**, (eu) fiz!

Se o NegP estivesse presente na derivação dessas sentenças (e apenas não-realizado foneticamente), então (127b) deveria ser interpretada como (128a), pois teria a estrutura sintática representada em (129b). As sentenças, entretanto, possuem interpretações diferentes, com valores polares opostos, o que mostra que a interpretação negativa em (127) não é dada

⁵¹ Autores funcionalistas como Cunha (1996, 2001) e Roncarati (1996) atribuem o desenvolvimento do *não* final a um processo de enfraquecimento (fonético-fonológico) e, conseqüentemente, desaparecimento do *não/num* pré-verbal, nos moldes do ciclo de Jespersen (Jespersen 1917). Tendo em vista que essa partícula não desapareceu totalmente no PB, em princípio, essa visão funcionalista é compatível tanto com a ausência completa de Neg^o na derivação de [VP Neg] quanto do seu apagamento apenas no nível fonológico, PF. Entretanto, devo apontar que não compartilho da visão de que o *não* final do PB seria derivado por uma tendência de reforço da negação (embora essa questão tenha sido levantada em Cavalcante 2007) e, conseqüentemente, discordo da ideia de que o fenômeno do PB se enquadraria no processo do ciclo de Jespersen. Minha posição quanto a isso é semelhante à de Biberauer & Cyrino (2009). Esse tema será discutido em mais detalhes no capítulo 2 desta tese.

por um Neg^o, mas pelo movimento da sentença para o especificador da categoria em que o *não* final é ocorre.

(128) a. **Não**, (eu) **num** fiz!

b. [_{Ast} **não** [_{CP/TP} eu num fiz]]

(129) a. **Não**, eu ~~num~~ fiz!

b. [_{Ast} **não** [_{CP/TP} eu ~~num~~ fiz]]

Para a avaliação dessa proposta, é necessário atentar para a discussão levantada por Biberauer & Cyrino (2009, 2010) sobre o *status* do *não* final. As autoras desenvolvem uma posição distinta, considerando que [Neg VP Neg] e [VP Neg] possuem estruturas distintas (aproximando-se da posição de Cavalcante 2007), mas que essa distinção se encontra no status do *não* final.

As autoras comparam a negação pós-VP encontrada no africâner⁵² e no PB e discutem a proposta esboçada originalmente em Cavalcante (2007), argumentando contra a ideia de que o *não* final desses dois tipos de negativas do PB pode ser considerado o mesmo elemento.

Biberauer & Cyrino (2009, 2010) concordam que o *não* de [VP Neg] é o mesmo elemento de negação anafórica, utilizado em posição pré-sentencial (e como forma isolada em respostas curtas), que elas apontam ser pouco integrado à estrutura da sentença. Por outro lado, elas argumentam que o *não* final de [Neg VP Neg] e o de [VP Neg] têm propriedades sintáticas e discursivas distintas e devem, portanto, ser analisado como dois itens formalmente distintos. De acordo com a distinção proposta pelas autoras, o PB não teria dois tipos distintos de *não*, mas três tipos, a saber:

(130) (i) o **não**₁ é o *não/num* pré-verbal gerado em NegP.

(ii) o **não**₂ é um elemento de concordância negativa que ocorre em [Neg VP Neg] e é gerado numa categoria de polaridade PolP, acima de TP⁵³;

(iii) e o **não**₃ equivale à pro-forma usada em respostas diretas (i.e. à “partícula assertiva”), que é menos integrada à estrutura.

⁵² O africâner, assim como o PB, possui um marcador negativo *nie* em posição pré-verbal e outro marcador, opcional, fonologicamente idêntico em posição final, apresentando, assim, as estruturas [Neg VP] e [Neg VP Neg]. Diferentemente do PB, entretanto, o *nie* pré-verbal não é pré-I^o, mas pós-I^o, de modo semelhante ao marcador negativo do holandês, do qual o africâner se origina, do inglês e do alemão.

⁵³ De modo semelhante às propostas de Oliveira (1996), Martins (1997) e Fonseca (2004).

Biberauer & Cyrino (2009, 2010) apresentam os seguintes argumentos em favor da necessidade de distinguir o *não*₂ de [Neg VP Neg] do *não*₃ de [VP Neg]:

A. O *não*₂ (que é o *não* final de [Neg VP Neg]) ocorre tanto em sentenças matrizes quanto em subordinadas, diferentemente do *não*₃ (de [VP Neg]), que seria excluído em sentenças encaixadas, conforme os exemplos dados em (131).

(131) a. Ele disse que ele num/não comprou a casa **não**.

b. * Ele disse que ele comprou a casa **não**.

(Biberauer & Cyrino 2010)

B. O *não*₂ pode ocorrer em interrogativas polares, enquanto *não*₃, segundo as autoras, é excluído nesse contexto. Elas apresentam os seguintes exemplos:

(132) a. Você num/não comprou a casa **não**?

b. % Você comprou a casa **não**?

(Biberauer & Cyrino 2010)

C. Da mesma forma, o *não*₂ também pode ocorrer em perguntas polidas, como em (133a), mas o *não*₃ não pode, como mostram os exemplos (133b).

(133) a. Você não/num quer tomar um cafezinho (**não**)?

b. *Você quer tomar um cafezinho **não**?

(Biberauer & Cyrino 2010)

D. O *não*₂ é compatível com o uso de expressões idiomáticas que funcionam como itens de polaridade negativa, como em (134b). O *não*₃, por outro lado, é incompatível com tais expressões idiomáticas, como mostra o exemplo (134c). O uso de [VP Neg] leva à perda da interpretação idiomática, como em (134), em que a expressão é interpretada literalmente, como mostra mais claramente o exemplo (135).

DI.

(134) A: O João é rico!

- a. B: O quê? Ele num/não tem um tostão furado! [Neg VP]
 b. B: O quê? Ele num/não tem um tostão furado **não**! [Neg VP Neg]
 c. B: *O quê? Ele tem um tostão furado **não**! [VP Neg]
 ‘Ele não tem nenhum dinheiro’

(135) Ele tem um tostão furado **não**; ele tem um inteiro! [VP Neg]

As autoras acrescentam que o *não*₂ pode ser omitido, sem que se perca a interpretação negativa da sentença. O *não*₃, por outro lado, não pode ser omitido, sob pena de se perder a interpretação negativa pretendida.

Biberauer & Cyrino (2009, 2010) argumentam, então, que os fatos apresentados em A, B, C e D acima são um problema para a análise apresentada em Cavalcante (2007), que considera que o *não* pós-VP de [Neg VP Neg] e [VP Neg] são o mesmo elemento. Como alternativa a essa análise, elas propõem que o *não*₂, de [Neg VP Neg], é de natureza distinta do *não*₃, de [VP Neg].

O *não*₃ corresponderia, segundo elas, a uma partícula assertiva, não inteiramente integrada à estrutura da sentença, que tem distribuição restrita a contextos matrizes, de modo semelhante ao proposto em Cavalcante (2007) e neste capítulo. O *não*₂, por outro lado, contrariamente à proposta de Cavalcante (2007), seria um elemento de concordância negativa, gerado numa categoria de polaridade acima de TP, como na representação em (136).

(136) ForceP > TopicP > FocP > FinP > **PolP** > TP

De modo simplificado, pode-se dizer que Biberauer & Cyrino (2009) apresentam argumentos para considerar que o *não* pós-VP de [Neg VP Neg] corresponde ao *não* da análise de Fonseca (2004) (é o núcleo da categoria de polaridade sentencial) e o *não* de [VP Neg] corresponde à de Cavalcante (2007) (é o núcleo de uma categoria assertiva mais externa).

Na análise dada pelas autoras, o PolP estaria sempre presente na derivação das sentenças negativas (e afirmativas) e entraria numa relação de concordância com os traços

negativos presentes em NegP. A diferença entre a simples negação pré-verbal com formato [Neg VP] e a negação “redobrada” em [Neg VP Neg] estaria relacionada à existência de **traços enfáticos** em PolP. Biberauer & Cyrino (2009) propõem que, em casos de negação simples, [Neg VP], o núcleo Pol^o não possui traços enfáticos. Há simplesmente um processo de concordância negativa entre Pol^o e Neg^o, mas Pol^o é pronunciado como $\emptyset$, como em (137).

(137) Ele disse que [_{PolP} $\emptyset$ [_{TP} num/não₁ comprou]]

Já em casos de negação enfática, [Neg VP Neg], as autoras propõem que Pol^o possuiria um traço enfático adicional, que dispararia o movimento do TP para o especificador de PolP e resulta também na realização fonética de Pol^o como *não*, como em (138).

(138) Ele disse que [_{PolP} [_{TP} num/não₁ comprou] **não**₂ <TP>]

De modo resumido, as diferenças entre [Neg VP], [Neg VP Neg] e [VP Neg], de acordo com a proposta das autoras, seriam as que resumo em (139).

- (139) a. Em [Neg VP]: presença de NegP e de PolP com núcleo nulo, sem traço enfático.
 b. Em [Neg VP Neg]: presença de NegP e de um PolP com traço enfático.
 c. Em [VP Neg]: ausência de NegP e PolP. Presença da negação anafórica.

Segundo as autoras, a adoção dessa análise para [Neg VP Neg] pode derivar corretamente as diferenças entre [Neg VP Neg] e [VP Neg] apresentadas nos item A, B, C e D acima. Para discutir alguns problemas dessa proposta, portanto, é necessário considerar mais atentamente os fatos apresentados pelas autoras.

Primeiramente, com relação ao fato no item A, é preciso notar que não existe uma oposição absoluta entre [Neg VP Neg] sendo totalmente permitido em (quaisquer) contextos encaixados e [VP Neg] sendo totalmente excluído em (todos) contextos encaixados. Como apontado na seção 1.2 e na subseção 1.5.1 e 1.5.2, a diferença entre [Neg VP Neg] e [VP Neg] em encaixadas não é definida em termos de tudo ou nada. Tanto [Neg VP Neg] quanto [VP Neg] são, de uma maneira geral, restritos em contextos encaixados, mas em encaixadas completivas, em que [VP Neg] é inaceitável, [Neg VP Neg] é perfeitamente aceitável; por

outro lado, em encaixadas relativas, [Neg VP Neg] é, pelo menos, marginal.

Dito de outra forma, a estrutura [VP Neg] é degradada em todos os tipos de sentenças encaixadas; já o *status* de [Neg VP Neg] varia em cada tipo de encaixada. A diferença que Biberauer & Cyrino (2009, 2010) postulam entre o *não*₂ e o *não*₃ não consegue derivar explicitamente essa diferença de comportamento, pois resulta numa oposição tudo/nada entre [Neg VP Neg] e [VP Neg], assim como na proposta (inadequada) que ofereci em Cavalcante (2007).

Sendo o *não*₂ o núcleo da categoria de polaridade sentencial que é presente em todas as orações (e sendo também a função de ênfase disponível em todos os tipos de orações), [Neg VP Neg] deveria ser aceitável em todos os tipos de encaixadas, sem distinção, a não ser que se adotasse alguma estipulação adicional quanto à realização fonética do *não*₂ em determinados contextos sintáticos.

Antes de apresentar uma alternativa às duas análises, vejamos os outros fatos apresentados por Biberauer & Cyrino (2009, 2010).

Com relação aos fatos listados nos itens B e C, relacionados à (in)disponibilidade de [VP Neg] em interrogativas polares e perguntas polidas, é preciso notar que a inaceitabilidade dos dados apresentados pelas autoras em (132) e (133) está relacionada a um fator independente da negação. Por ser usada como resposta ou réplica, existe uma forte tendência de se usar a estrutura [VP Neg] com os argumentos apagados, especialmente o sujeito (o que é uma tendência geral em contextos de respostas, de ordens e de perguntas diretas ao ouvinte; cf. Oliveira 1996). As mesmas sentenças em (132) e (133) são perfeitamente aceitáveis com [VP Neg], caso o sujeito seja nulo, como em (140), o que mostra que não há nada de essencialmente incompatível entre o *não* final que ocorre nesse tipo de negativa e perguntas polares ou perguntas polidas.

(140) a. Comprou a casa (ainda) **não**?

b. Quer tomar um cafezinho **não**?

Mais do que isso, em certos dialetos, parece haver inclusive uma maior aceitabilidade do uso do sujeito em [VP Neg]. Em Cavalcante (2007), em que analisei (no primeiro capítulo) dialetos de comunidades do interior da Bahia, pude coletar dados de [VP Neg] com interrogativas polares mesmo com o sujeito realizado, como nos exemplos em (141).

- (141) a. E o rapaz tamém é noivo **não**? (português baiano rural)
 b. Tu já foi **não**?
 c. Tu faz jarro dento de casa **não**?
 d. Tu viu na televisão **não**?

(Cavalcante 2007: 31,34)

A possibilidade de ocorrência do sujeito nulo ou do sujeito realizado em sentenças com [VP Neg] não é um problema para minha análise, pois ela não assume a existência de alguma incompatibilidade entre a realização do sujeito e o marcador negativo pós-VP. Segundo a proposta, a maior tendência à realização nula do sujeito decorre de um fator pragmático que é o uso dessas negativas como réplicas (a proposições explícitas ou implícitas), que é um fator que contribui para a ocorrência do sujeito nulo, mas que não a determina. A análise de Biberauer & Cyrino (2009, 2010), porém, baseia-se na existência de uma incompatibilidade entre sujeito e negação final para postular a existência de dois tipos de marcadores finais.

Passemos agora para o fato apontado no item D.

Biberauer & Cyrino (2009, 2010) também apontam que, ao contrário de [Neg VP Neg], a estrutura [VP Neg] é incompatível com expressões idiomáticas. Trata-se inegavelmente de um contraste bastante interessante para o exame das diferenças entre [VP Neg] e [Neg VP Neg]. As autoras consideram que esse comportamento diferente deriva justamente da natureza distinta do *não* final que ocorre em cada estrutura, atribuindo ao chamado *não*₃ a incompatibilidade de com tais expressões. Essa interpretação, entretanto, depende justamente da assunção prévia de que estamos lidando com duas partículas diferentes.

É preciso lembrar que a única diferença transparente entre [Neg VP Neg] e [VP Neg] é a presença/ausência do marcador negativo pré-verbal, um elemento que normalmente licencia expressões idiomáticas do tipo considerado aqui. A compatibilidade de [Neg VP Neg] com tais expressões pode perfeitamente ser vista como uma propriedade independente da natureza da partícula pós-VP, mas resultado da presença do marcador pré-verbal. A incompatibilidade de [VP Neg], por outro lado, decorre justamente da ausência do marcador pré-verbal, o que deixa a expressão idiomática sem ser licenciada. Não é preciso postular uma diferença entre o marcador negativo pós-VP que ocorre em [Neg VP Neg] e o que ocorre em [VP Neg]. A presença *versus* ausência do marcador pré-verbal (e do NegP) é suficiente.

Dessa forma, a diferença de comportamento com expressões idiomáticas, apontada por Biberauer & Cyrino (2009, 2010) indica uma importante diferença entre [Neg VP Neg] e [VP Neg], mas que está relacionada ao estatuto da omissão do marcador pré-verbal em [VP Neg]. Isso pode ser considerado uma evidência de que, em [VP Neg], a categoria NegP está simplesmente ausente da derivação. Se a omissão de *não/num* decorresse apenas de um apagamento fonético (como sugerido por Fonseca 2004), os traços semânticos de NegP ainda estariam presentes em LF e deveriam ser capazes de licenciar expressões idiomáticas, ao contrário do fato.

Em resumo, vimos que os fatos apontados nos itens A, B e C estavam apenas parcialmente caracterizados. Examinando-os em mais detalhes, vemos, quanto ao item A, que a oposição entre [Neg VP Neg] e [VP Neg] em sentenças encaixadas é bem mais complexa. Já os problemas dos exemplos em B e C se devem a outros fatores e não ao marcador negativo final, não havendo, portanto, incompatibilidade entre [VP Neg] e perguntas polares ou polidas. Quanto ao item D, o não-licenciamento de expressões idiomáticas em [VP Neg] pode ser derivado da simples ausência do *não/num* pré-verbal, sem a necessidade de postulação de propriedades distintas para dois tipos de *não* final.

Na próxima subseção, apresento uma análise alternativa para a derivação de [Neg VP Neg] em sentenças encaixadas.

1.5.4. A interpretação do *não* pós-verbal (matriz) nas sentenças encaixadas

Nesta subseção, apresento uma proposta de análise da distribuição de [Neg VP Neg] e [VP Neg] em sentenças encaixadas do PB. Nesta análise, sigo a mesma intuição expressa em Cavalcante (2007) de que a presença *versus* ausência de NegP é que seria responsável pela aceitabilidade de [Neg VP Neg] e a inaceitabilidade de [VP Neg] em sentenças encaixadas completivas. Ou, dito de outro modo, é o NegP que “salvaria” a negação pós-VP que, de outra maneira, seria incompatível com esse contexto.

Mantenho a análise original de que a categoria AstP (“DenP” em Cavalcante 2007) é gerada apenas em sentenças matrizes, mas considero também que não é preciso recorrer a nenhum recurso alternativo para gerar o *não* final em alguma outra posição sintática nas sentenças encaixadas. Pelo contrário, proponho que mesmo em sentenças completivas com

[Neg VP Neg], o *não* final é gerado no CP **da sentença matriz** e **não na sentença encaixada**.

A proposta é que uma sentença com uma negativa encaixada, como (143), é derivada da mesma forma como uma sentença com uma negativa matriz, como em (142). Ou seja, pelo movimento do CP (ou TP) mais alto para o especificador de AstP, levando consigo a sentença encaixada e produzindo a ordem correta, com o *não* ao final de toda a frase. (cf. também Cavalcante 2009).

(142) [Neg VP Neg] em sentença matriz

- a. Pedro num viajou **não**.
- b. [_{Ast} **não** [_{CP/TP} Pedro num viajou]]
- c. [_{Ast} [_{CP/TP} Pedro num viajou] [_{Ast} **não** [_{CP/TP} ~~Pedro num viajou~~]]]

(143) [Neg VP Neg] em sentença encaixada (completiva)

- a. João disse *que Pedro num viajou não*.
- b. [_{Ast} **não** [_{CP-1} João disse [_{CP-2} *que Pedro num viajou*]]]
- c. [_{Ast} [_{CP-1} João disse [_{CP-2} *que Pedro num viajou*]] [_{Ast} **não** [_{CP-1} ~~João disse~~ [_{CP-2} ~~*que ...*~~]]]

Essa análise dá conta do fato de que é impossível a co-ocorrência de duas instâncias do *não* ao final em situações de negação tanto da sentença matriz quanto da encaixada. No exemplo (144a) abaixo, em que há a negativa da matriz, o *não* ocorre ao final de toda a frase, assim como ocorreria em (144a) e (144b), em que há a negativa da sentença encaixada. Se assumíssemos que o *não* final de (143a) e de (144b) é, de fato, gerado na encaixada, a sentença (144c) deveria ser aceitável. No entanto, a tentativa de produzir simultaneamente uma estrutura [Neg VP Neg] negando a matriz e outra estrutura [Neg VP Neg] negando a encaixada, como em (144c), é inaceitável e mostra a impossibilidade de ocorrência de mais de um *não*.

- (144) a. João **num** disse [*que Pedro viajou*] **não**.
- b. João disse [*que Pedro num viajou não*].
- c. *João **num** disse [*que Pedro num viajou não*] **não**.

A agramaticalidade de (144c) é inesperada se os dois *nãos* estão em posições diferentes na estrutura ou, mais do que isso, em orações diferentes. Mas esse fato é derivado se assumimos que o *não*, mesmo quando aparentemente ocorre em uma completiva, na verdade está sempre no AstP que fica na matriz, como em (143c), e é impossível a geração de mais de um AstP, mesmo no mesmo CP matriz.⁵⁴ Isso significa que a representação mais apropriada para (143a) não é (144b), mas (145) abaixo.

(145) João disse [que Pedro **num** viajou] **não**.

Uma pergunta que pode ser lançada, imediatamente, diante dessa análise, é: se em (143a), o que se move para o especificador de AstP é, tecnicamente, a sentença matriz, de que decorre a interpretação de que a negação sentencial recai apenas sobre a sentença encaixada?

A resposta a essa pergunta é que o único elemento que realmente realiza a polaridade negativa nesse tipo de sentença é, de fato, o *não/num* pré-verbal, que está presente unicamente na sentença encaixada. Lembre-se o leitor de que mesmo nos casos de [(Neg) VP Neg] em sentenças matrizes, o *não* final não tem a função de inversão da polaridade da sentença, mas de negação ou rejeição de uma proposição ativada previamente no discurso, de uma proposição contextualmente saliente. No caso de [Neg VP Neg], há adicionalmente algum processo de concordância negativa entre o *não* final e o *não/num* pré-verbal⁵⁵, já que essas sentenças não são interpretadas como a negação ou rejeição da versão negativa da proposição, mas de sua versão positiva.⁵⁶

⁵⁴ Talvez a situação deva ser melhor definida como a impossibilidade do movimento de material para mais de um AstP. A repetição do *não* e do *sim* em posição pré-sentencial é plenamente possível, como em (i) a (ii), mesmo com a co-ocorrência do movimento.

(i) Não, não, não, eu num fiz (não).

(ii) Sim, sim, sim, eu fiz (sim).

O exemplo em (iii) mostra até que o Ast° mais baixo (que dispara o movimento da sentença) pode ter um valor diferente dos demais Ast°s (que não dispararam o movimento)

(iii) Não, não, não, eu fiz **sim**.

Mas a repetição do *não* ao final da sentença, como em (iv) já soa estranho e artificial. Isso mostra que, ainda que seja possível uma geração recursiva de AstP (na matriz), não é possível realizar o movimento da sentença para o primeiro AstP e depois para o segundo.

(iv) *Eu num fiz não, não.

⁵⁵ Ou, dito de outro modo, por uma concordância entre a polaridade externa expressa por Pol° (= Ast°) e a polaridade interna da sentença encaixada, expressa em Σ° (= Neg°), nos termos de Farkas (2010), entre Pol° (= Ast°) e Σ° (= Neg°). Vide seção 1.3.2.

⁵⁶ Essa concordância não necessariamente decorre de uma relação do tipo *Agree*, como a que pode ser imaginada a respeito do processo de concordância negativa entre um marcador negativo pré-verbal e quantificadores negativos pós-verbais em línguas como o português, o espanhol e o italiano. Ao invés disso,

Proponho aqui que, na interpretação de sentenças [Neg VP Neg] completivas, também ocorre o mesmo processo de concordância negativa entre a partícula no AstP matriz e o *não/num* no NegP encaixado. É nesse sentido que é a presença do NegP encaixadas que permite o licenciamento do *não* final em encaixadas. O *não* final não está efetivamente na encaixada, mas é interpretado desse modo devido à presença de NegP.

Essa possibilidade interpretativa é similar (mas não necessariamente idêntica) ao fenômeno conhecido como *Neg Raising*,⁵⁷ que, em inglês, permite que um marcador negativo realizado em uma sentença matriz seja interpretado como pertencente à sentença encaixada. Sentenças como (146a) e (147a) são, então, interpretadas como sinônimas de (146b) e (147b).

(146) a. John doesn't think Bill likes Harriet.

b. John thinks Bill doesn't like Harriet.

(Klooster 2004)

(147) a. He doesn't expect you to leave.

b. He expects you **not** to leave.

(Klooster 2004)

Em outras palavras, os casos de *Neg Raising* mostram que o fenômeno de interpretação negativa através de fronteiras sentenciais existe de modo independente.

Corroborar essa hipótese o fato de que [Neg VP Neg], na verdade, parece ser aceitável apenas em encaixadas completivas que são selecionadas por alguns tipos de verbos, como os *discendi*. Sentenças que são complementos de verbos factivos, por exemplo, se comportam de modo diferente, por não permitirem sequer [Neg VP Neg], como no exemplo em (148). A queda de aceitabilidade de uma sentença como (148) é incompatível com a hipótese de que o *não* final pode ser gerado livremente em encaixadas.

(148) ?? (Eu) lamento *que ele num tenha vencido a corrida não*.

Interpretação: 'Eu lamento que ele **não** tenha vencido a corrida' (RUIM)

Interpretação: 'Eu **não** lamento que ele não tenha vencido a corrida' (BOA)

ela pode ser vista como um processo em LF (ou mesmo no sistema intencional-conceitual), uma vez que o licenciamento do *não* final é, como vimos anteriormente, sensível a propriedades pragmático-discursivas, i.e., a proposição (matriz ou encaixada) a ser negada deve atender à restrição de anaforicidade definida na subseção 1.1.1, sendo, de algum modo, **contextualmente saliente**.

⁵⁷ Agradeço a Jairo Nunes por me chamar a atenção para esse ponto.

Para alguns falantes, por outro lado, uma sentença como (148) pode ter a interpretação de que o *não* final nega o verbo da sentença matriz (i.e. *lamentar*) ao invés do verbo encaixado (i.e. *vencer*). Em outras palavras, nesse contexto, nem mesmo a presença do NegP encaixado é suficiente para permitir a interpretação encaixada do *não* final, o que pode ser interpretado como consequência de as sentenças factivas não serem transparentes ao fenômeno de *Neg Raising* ou fenômenos similares de escopo negativo agindo entre sentenças.

Completivas introduzidas por verbos como *dizer*, *saber*, *contar* etc seriam, dessa forma, mais transparentes a esse processo interpretativo de concordância negativa através de fronteiras sentenciais do que completivas factivas e outros tipos de sentenças não-completivas.

Aliás, essa análise consegue também explicar esse fenômeno inesperado de que, na impossibilidade de interpretação encaixada, o *não* final poder ser (marginalmente) interpretado como modificando a matriz, mesmo que apareça linearmente após uma completiva. Esse não é apenas o caso de completivas factivas, como em (149), mas também sentenças com verbos *discendi*, como em (149a), que pode, marginalmente, ter a interpretação em (149b), de negação da matriz, mas não pode ter a interpretação de negação da encaixada.

(149) a. ? (Eu) disse que Pedro saiu não.

b. $\approx$ ‘Eu não disse que Pedro saiu’

c. $\neq$ ‘Eu disse que Pedro não saiu’

Esse fenômeno é esperado se o *não* final está sempre no CP matriz e ocorre movimento da sentença matriz (carregando a encaixada) para o especificador de AstP. A interpretação *default*, nesse caso, é a de que a negação recaia sobre a matriz, a não ser que a interpretação na encaixada seja permitida pela presença de um NegP encaixado em um contexto que seja transparente à concordância.

Outro caso de interpretação na subordinada de uma negação gerada na matriz é apontado para o PB por Miotto (1992). Em sentenças como (150), quantificadores negativos na sentença encaixada são licenciados pela ocorrência da negação na sentença matriz. Mais do que isso, tais sentenças são interpretadas como veiculando uma única negação, sendo equivalente às paráfrases em (151). Nisso, elas diferem de sentenças com (152), em que a

ocorrência de um marcador negativo na matriz e um quantificador na encaixada produz duas negações independentes.

(150) a. Não desejo que nenhum político ajude João.

b. Eu não desejo que ele prejudique ninguém.

(Miotto 1992: 158)

c. Ele não quer que ninguém se machuque.

(Mendes & Oliveira 2008: 28)

(151) a. Eu desejo/espero que nenhum político ajude João.

b. Eu desejo/espero que ele não prejudique ninguém.

c. Ele deseja/espera que ninguém se machuque.

(152) a. Ele não afirmou que nenhum político ajudou João.

b. Ele não afirmou que ninguém se machucou.

Miotto (1992) aponta que essa possibilidade de uma negativa na matriz licenciar um quantificador na encaixada e a interpretação de negação única decorrem do fato de verbos desse tipo selecionarem complementos sentenciais (subjuntivos) que estabelecem uma relação de dependência temporal em relação ao tempo da matriz, como apontado por Raposo (1985).⁵⁸ As sentenças subordinadas em (150) não possuiriam um domínio autônomo, enquanto as encaixadas em (152) seriam temporalmente autônomas.⁵⁹ Esse seria o motivo para permitir, nesse caso específico, que o escopo negativo de um marcador na matriz tenha efeito sobre a sentença subordinada.

O fenômeno apontado por Miotto (1992) não acontece com todos os tipos de sentenças completivas com o verbo no subjuntivo. O autor aponta que o licenciamento por parte de uma negação matriz não ocorre com subjuntivos que sejam complementos factivos, como nos exemplos em (153).

⁵⁸ Esse tipo de subjuntivo alterna com sentenças infinitivas com o sujeito controlado. A esse respeito, vide Petersen (2011).

⁵⁹ Raposo (1985) dá conta desse fenômeno propondo que o núcleo do CP complemento de verbos como *confirmar* e *afirmar* possuem um operador abstrato [+TEMPO] e o núcleo do CP complemento de verbos como *querer* seriam marcados como [-TEMPO].

(153) a. *Eu não lamento que venha ninguém.

b. *Não me agrada que venha ninguém.

(Miotto 1992: 159)

Os que os casos de *Neg Raising* e os casos excepcionais de licenciamento mostram é que a possibilidade de uma negação matriz ser interpretada na encaixada e/ou de uma negação na matriz realizar concordância com uma negação na encaixada existem de modo independente nas línguas humanas. O que o processo de concordância entre o núcleo Ast^o (na sentença matriz) e o Neg^o (na encaixada) possui de específico é o fato de que esse processo é sensível ao requerimento de anaforicidade da proposição a ser negada pelo *não* pós-VP.⁶⁰ Em outras palavras, o fato de a proposição expressa pela sentença encaixada ter sido ativada previamente no discurso é uma pré-condição para o processo de concordância.⁶¹

Mas e quanto às sentenças relativas?

A análise de que o *não* pós-VP é gerado na sentença matriz mesmo quando aparentemente ocorre na sentença encaixada também consegue dar conta da aceitabilidade (ou simples marginalidade) de [Neg VP Neg] em relativas. Mais ainda: consegue também dar

⁶⁰ Na fase final de elaboração desta tese, encontrei alguns falantes baianos que, ao contrário dos demais falantes consultados, consideram frases como (i), abaixo, como aceitáveis mesmo com a interpretação de negação da sentença encaixada.

(i) *João disse *que (Pedro) conseguiu/viajou/comprou não*.

Se tais julgamentos forem confirmados, isso levanta questões adicionais sobre a distribuição dialetal das negativas pós-VP. Ou seja, pode haver dialetos que, por algum motivo a ser investigado, permitem a geração do marcador pós-VP em sentenças encaixadas.

Esses julgamentos, entretanto, não invalidam a análise formulada neste capítulo. No máximo, seria necessário considerar que ela vale apenas para uma das gramáticas do PB, cujos falantes rejeitam [VP Neg] em subordinadas de qualquer tipo, mas aceitam [Neg VP Neg] em encaixadas completivas e, marginalmente, em relativas em posição final.

Por outro lado, os falantes que afirmam aceitar [VP Neg] em encaixadas mostram, nesse contexto, um padrão de julgamento oposto ao que apresentam para o mesmo tipo de estrutura em sentenças matrizes. [VP Neg] é uma estrutura que ocorre tipicamente com os argumentos verbais elípticos, o que faz com que alguns falantes passem a julgar a mesma estrutura como marginal caso o sujeito sentencial seja realizado (cf. a subseção 1.5.3). Os falantes que aceitam [VP Neg] em (i) mantêm essa tendência a preferir, nas matrizes, [VP Neg] em sentenças mais curtas; nas encaixadas, a tendência se inverte e os mesmos falantes consideram melhores os casos de [VP Neg] em que há mais material fonológico na sentença. Ou seja, aceitam sentenças como (ii) mais facilmente que sentenças como (iii).

(ii) *João disse *que Pedro viajou pra São Paulo ontem não*.

(iii) *Disse *que viajou não*.

Tomo isso como indício que esses julgamentos podem ser afetados por questões de processamento e que tais falantes podem estar atribuindo a (i) e (ii) uma representação sintática em que o marcador negativo pré-verbal *não/num* ocorre como sob uma forma reduzida (cf. Teixeira de Sousa 2007).

⁶¹ É importante observar que o licenciamento de [Neg VP Neg] em sentenças encaixadas difere dos casos de *Neg Raising* pois estes últimos não envolvem a concordância entre dois elementos negativos.

conta da assimetria apontada por Hansen (2009) quanto à posição medial ou final em que a relativa ocorre. Como registrado na seção 1.5.1, Hansen (2009) aponta que essa negativa só é aceitável com relativas de objeto em posição final, mas não com relativas de sujeito ou com relativas de objeto em posição medial.

De modo resumido, [Neg VP Neg] é aceitável (ou apenas marginal) em relativas em final de sentença. Esse fato é facilmente derivável a partir da análise proposta aqui, se consideramos que ocorre o mesmo que há nos casos de completivas. Há movimento do CP/TP matriz para o especificador de AstP, carregando consigo a relativa, e fazendo o *não* aparecer ao final de toda a sequência, como em (154). A interpretação de [Neg VP Neg] na relativa ocorre por concordância entre Ast° e o Neg° encaixado. Uma hipótese para a possibilidade dessa concordância entre um elemento na matriz e outra em uma relativa é que o complementizador *que* é igualmente transparente tanto nas completivas e quanto nas relativas.

(154) [Neg VP Neg] em relativas

- a. João ajudou o menino *que num usa óculos não*
- b. [_{Ast} **não** [_{CP-1} João ajudou [_{DP} o menino [_{CP-2} *que num usa óculos*]]]
- c. [_{Ast} [_{CP-1} João ajudou [_{DP} o menino [_{CP-2} *que num usa óculos*]]] [_{Ast} **não** {_{CP+} (→) }]]

Na ausência do marcador pré-verbal na relativa, ocorre algo semelhante ao já apontado para as completivas com [VP Neg]: o *não* final é marginalmente interpretado como negando a sentença matriz e não a relativa, como também percebe Hansen (2009) e como mostra a inversão na interpretação que ocorre entre os exemplos em (155) e (156), (A versão (b) desses exemplos é adaptada de Hansen (2009)).

(155) [Neg VP Neg] em relativa

- a. Encontrei a carta *que você num tava achando não*.

Interpretação: ‘Encontrei a carta que você não estava achando’. (OK)

Interpretação: ‘Não encontrei a carta que você não estava achando’. (RUIM)

- b. João ajudou o menino *que num usa óculos não*.

Interpretação: ‘João ajudou o menino que **não** usa óculos’. (OK)

Interpretação: ‘João **não** ajudou o menino que usa óculos’. (RUIM)

(156) [VP Neg] em relativa

a. Encontrei a carta *que você tava achando* **não**.

Interpretação: ‘Encontrei a carta que você **não** estava achando’. (RUIM)

Interpretação: ‘**Não** encontrei a carta que você estava achando’. (OK)

b. João ajudou o menino *que usa óculos* **não**.

Interpretação: ‘João ajudou o menino que **não** usa óculos’. (RUIM)

Interpretação: ‘João **não** ajudou o menino que usa óculos’. (OK)

1.6. Conclusões do capítulo

Neste capítulo, mostrei que o marcador negativo pós-VP do PB difere do marcador pré-verbal por apresentar um requerimento anafórico, ou seja, a proposição negada por esse marcador deve estar, de algum modo, acessível no discurso anterior, seja explicitamente mencionada seja inferível a partir da situação comunicativa. O *não* pós-VP também apresenta restrições a propriedades ilocucionárias e sintáticas das sentenças, sendo aceitável em sentenças declarativas, imperativas e interrogativas polares, mas inaceitável em interrogativas QU.

De acordo com a proposta de análise apresentada aqui, essas duas propriedades decorrem do fato de que o *não* pós-VP não é um marcador negativo do mesmo tipo dos marcadores mediais relacionados ao sistema IP, responsáveis pela polaridade sentencial, mas é um elemento da mesma classe das partículas assertivas pré-sentenciais como *yes*, *no*, *sim* e *é*, que são relacionadas ao sistema CP, codificando um posicionamento do falante com relação a alguma proposição externa à sentença em que ocorre. Essa diferença pode ser captada através da distinção, feita por Farkas (2010), entre *inner polarity* e *outer polarity* e é semelhante (mas não equivalente) ao conceito de negação metalinguística de Horn (1985, 1989) e Martins (2010, 2012).

As sentenças negativas com um marcador pós-VP também apresentam restrições de ocorrência em sentenças subordinadas. Pela análise aqui apresentada, essas restrições também derivam do caráter anafórico desse marcador, que faz com que ele só esteja disponível no CP

matriz, onde pode estabelecer uma relação com uma proposição previamente ativada no discurso.

A análise do *não* pós-VP como um elemento anafórico vai na contramão de outras análises que o consideram como uma força de ênfase ou de reforço negativo, que é a posição adotada por autores como Cunha (1996, 2001), Roncarati (1996) e Biberauer & Cyrino (2009, 2010) dentre outros. No próximo capítulo, discuto especificamente alguns processos de negação enfática no PB (em comparação com outras línguas). Procuro demonstrar que as sentenças com [Neg VP Neg] e [VP Neg] não possuem a função de codificar negação enfática, mas que o PB possui um outro item lexical responsável por essa função.

2. Negação enfática, negação metalinguística e negação exclamativa

*Pois com o tempo desenvolveu-se nele uma certa tendência à negação,
uma flexível dialética do sentimento, que o leva facilmente a descobrir
um mal em coisas que todos julgam boas; e, em compensação, a defender
coisas proibidas, e a rejeitar obrigações com uma má-vontade
nascida da vontade de criar suas próprias obrigações.*
(Robert Musil, em *O homem sem qualidades*)

No capítulo anterior, vimos que o marcador negativo pós-VP tem um comportamento distinto do marcador pré-verbal por codificar um tipo de negação anafórica, que é dependente da presença de uma proposição ou previamente ativada do discurso ou inferível diretamente da situação comunicativa. Vimos também que o *não* pós-VP apresenta uma série de incompatibilidades com construções sintáticas que envolvem a periferia esquerda da sentença.

Para dar conta das propriedades semântico-discursivas e da distribuição sintática do *não* pós-VP, propus que esta partícula não é gerada como adjunto verbal (cf. E. Martins 1997; Afonso 2003) nem como núcleo de uma categoria de polaridade sentencial relacionada ao sistema IP (cf. Fonseca 2004; Martins 2006, 2007), mas sim na periferia esquerda da sentença, em uma categoria específica responsável pela confirmação ou rejeição de proposições prévias, que denominei AstP, de acordo com uma proposta que levantei em Cavalcante (2007) (cf. também Teixeira de Sousa 2008a, 2008b; Hansen 2009; Martins 2010, 2012). Desta forma, o *não* pós-VP corresponde ao *não* que ocorre em posição pré-sentencial em respostas e réplicas (equivalente ao *no* do inglês), uma vez que as sentenças com o *não* pré-sentencial e as com [(Não) VP Não] apresentam a mesma distribuição quanto à força ilocucionária das sentenças que negam: ambas as construções são aceitáveis com sentenças declarativas, imperativas e interrogativas polares, mas inaceitáveis com interrogativas QU.

Vimos também que a oposição entre uma categoria responsável pela polaridade sentencial, como NegP, e uma categoria anafórica responsável pela confirmação e refutação de proposições, como AstP, é compatível com o sistema de dois tipos de polaridade, proposto por Farkas (2010), a saber, a polaridade interna à sentença (*inner polarity*), que seleciona e modifica um IP/TP, e a polaridade externa à sentença (*outter polarity*), que se realiza no sistema CP e está ligada ao discurso.

Neste segundo capítulo, discutirei outro conjunto de dados com relação à realização da negação sentencial no PB e em outras línguas. Trata-se da existência de marcadores negativos que codificam, adicionalmente, um traço enfático, expressando o que podemos caracterizar, *a priori*, como uma rejeição “mais forte” a uma proposição. Veremos que o quantificador *nada* pode exercer, em certos contextos, uma função não-temática e não-argumental que concede uma maior expressividade à sentença, podendo ser considerado um tipo de marcador de negação enfática em um sentido semelhante ao que é definido no conhecido ciclo de Jespersen (Jespersen 1917).

O capítulo está organizado da seguinte maneira: na seção 2.1, veremos que parte da literatura sobre o PB caracteriza o *não* pós-verbal como um tipo de negação enfática, relacionando o surgimento deste marcador com o ciclo de Jespersen. Contra essa posição, mostrarei que o *não* pós-VP do PB não tem uma função enfática intrínseca e que também não pode ser considerado como um estágio do processo de mudança linguística caracterizado no ciclo de Jespersen. Para dar sustentação a essa análise, discuto, na seção 2.2, o conceito de ênfase e adoto a proposta de Israel (1996, 1998, 2001), que define ênfase em termos de quantidade de informação veiculada. A partir desta proposta, distingo ênfase de outros fenômenos que concedem maior expressividade à sentença e que muitas vezes são também caracterizados como enfáticos de um ponto de vista intuitivo e a-teórico. Na seção 2.3, argumento que o PB possui um outro item lexical que pode ser considerado como um elemento codificador de negação enfática, a saber, o quantificador negativo *nada*, quando utilizado em uma posição não-argumental (ou não-temática). Ainda nesta seção, apresento minha proposta de análise deste marcador de negação enfática, que tenta capturar as propriedades semelhantes compartilhadas pelo *não* final e pelo marcador de negação enfática. Na seção 2.4, veremos uma caracterização mais detalhada das propriedades do marcador de negação enfática do PB através da comparação deste com contrapartes encontradas em outras línguas de origem ibérica como o espanhol platense e o português europeu. A comparação se baseará principalmente nos trabalhos de Di Tullio (2008) sobre o espanhol platense e de Pinto (2010) e Martins (2010) sobre o PE e apontará a existência de um núcleo de propriedades comuns entre os marcadores das três línguas, mas também diferenças distribucionais que particularizam os três itens e dificultam uma análise unificada. Finalizo a seção com uma tentativa de captar estruturalmente as diferenças entre os três marcadores enfáticos do PB, do PE e do espanhol platense a partir da proposta apresentada na seção 2.3 e da análise de

Martins (2010), que aponta a existência de dois tipos de marcadores de negação enfática quanto à posição intra ou extra-sentencial. Na seção 2.5, discuto, com base em Bayer (2009), a existência de quantificadores negativos com função não-temática e enfática também em línguas germânicas como o inglês, o alemão e o holandês. Demonstro, entretanto, que os quantificadores negativos não-argumentais e enfáticos das línguas germânicas documentados por Bayer (2009) se distinguem dos quantificadores negativos usados como marcadores enfáticos nas línguas ibéricas. Finalizo este capítulo argumentando, na seção 2.6, em favor da existência de dois tipos de usos não-argumentais de tais quantificadores negativos e analisando a relação destes dois tipos com o ciclo de Jespersen.

2.1. Negação pós-verbal, ênfase e o ciclo de Jespersen

Em alguns estudos descritivos (especialmente os de caráter funcionalista) sobre a variação e uso das estruturas de negação sentencial no PB, o marcador negativo pós-VP é descrito como uma partícula enfática e/ou como um recurso de reforço da negação (cf. Cunha 1996, 2001; Roncarati 1996; Lucchesi 2001). De acordo com essa visão, a presença do marcador pós-VP em [Neg VP Neg] realizaria uma negação de algum modo mais forte ou mais saliente do que [Neg VP], que seria uma forma neutra ou fraca quanto à intensidade da negação. Também muitos falantes de PB, ao comentarem sobre a variação nas formas de negação, expressam a intuição ou impressão de que a estrutura com dois marcadores teria um caráter mais “enfático” ou mais “forte” do que [Neg VP].

Nessa perspectiva, autores como Cunha (1996, 2001) e Roncarati (1996) apontam que o desenvolvimento das estruturas [Neg VP Neg] e [VP Neg] estaria relacionado ao fenômeno descrito pelo ciclo de Jespersen (Jespersen 1917), um processo de mudança linguística em que uma língua com um padrão pré-verbal de negação passa a exibir um padrão pós-verbal, após uma fase intermediária de co-ocorrência de duas partículas.

As fases do processo podem ser descritas da seguinte forma: em um momento inicial, a língua disporia de um marcador negativo pré-verbal que é foneticamente fraco e, em geral, monossilábico; a fraqueza fonética da partícula pré-verbal cria a necessidade de reforço da negação, que seria suprida a partir do uso de partículas ou expressões enfáticas em posição pós-verbal; essas expressões são, em geral, minimizadores equivalentes a *um passo, uma*

migalha etc. Essas partículas não são inerentemente negativas e o seu uso, a princípio, é opcional, mas, em um segundo momento, elas adquirem um traço negativo e passam a co-ocorrer obrigatoriamente com o marcador pré-verbal. Em uma fase final do processo, a partícula ou expressão pós-verbal perde conteúdo lexical e se torna o verdadeiro marcador negativo da sentença enquanto o marcador pré-verbal se torna opcional e pode, eventualmente, desaparecer por completo.

(1) Resumo das etapas do processo:

I. Neg V

II. Neg V (PRT)

III. Neg V Neg

IV. V Neg.

Esse processo pode ser exemplificado com o caso da negação sentencial em francês, que evoluiu de um padrão pré-verbal para um padrão essencialmente pós-verbal (cf. também Rowlett 1998; Savary 2005). No francês antigo, o elemento nominal *pas* ('passo') começou a ser usado com verbos que indicavam movimento para reforçar o conteúdo negativo que era expresso pelo marcador foneticamente fraco *ne* (cf. (2)).

(2) Francês

a. Jeo ne di.

'I don't say'

(Rowlett 1998: 90)

b. Il ne peut venir ce soir.

c. Il ne peut **pas** venir ce soir.

he NEG can NEG come this night

'He can't come tonight.'

(Auwera 2011)

O uso de *pas* foi expandido para outros contextos, sendo usado com verbos que não indicavam movimento. Com o tempo, o item *pas* — até então, um elemento nominal sem

traço negativo inerente — passa a co-ocorrer obrigatoriamente com o marcador pré-verbal (cf. (3)).¹

- (3) a. Je ne dis (**pas**)
 b. Je ne dis ***(pas)**
 ‘I don’t say’

(Rowlett 1998: 90, adaptado)

No francês moderno, a partícula *pas* incorporou definitivamente o conteúdo negativo e se tornou o verdadeiro marcador negativo da sentença, com o item *ne* podendo ser facilmente omitido na linguagem coloquial, o que mostra que o *ne* é que se tornou o elemento opcional para a marcação da negação.

- (4) Je (ne) dis **pas**.
 ‘I don’t say’

(Rowlett 1998: 90, adaptado)

Processo de mudança semelhante também é identificado na evolução histórica do inglês. No inglês antigo, o marcador pré-verbal *ne*, sendo foneticamente fraco, passou a ser reforçado pela co-ocorrência da partícula *not* e suas variantes *noght* e *nought* (‘nada, nulo, zero’). Este elemento difere do *pas* do francês por possuir um traço negativo, mas que é secundário em relação à sua função nominal ou pronominal principal.

- (5) Inglês (Rowlett 1998: 90, adaptado)
 I) ic ne secge.
 eu NEG digo
 II) I ne seye not.
 eu NEG digo nada

¹ Reinterpretando o fenômeno de acordo com o sistema de traços interpretáveis e não-interpretáveis de Chomsky (1995 em diante), podemos considerar o *pas* como carregando um traço negativo não-interpretável, enquanto o marcador *ne* codificaria o verdadeiro conteúdo negativo da sentença, através de um traço negativo interpretável. Roberts (2004) adota uma análise nesses termos. Segundo o autor, no início do processo, o marcador *ne* tem um traço negativo interpretável [i-Neg] e passa, no final, a ter um traço não-interpretável [u-Neg]. O item *pas*, por outro lado, não tem traço negativo no início, mas desenvolve um traço [Neg].

III) I say not.

eu digo_{NEG}

IV) I do not say / I don't say.²

eu_{AUX NEG} digo

‘Eu não digo’

Examinando o caso do PB a partir da perspectiva do ciclo de Jespersen, o desenvolvimento de [Neg VP Neg] e de [VP Neg] em oposição à estrutura mais antiga [Neg VP], bem como o fato de que [VP Neg] ainda tem um uso estatisticamente reduzido em comparação com as outras duas estruturas³, fornece base para o levantamento da hipótese de que o PB estaria passando por um processo semelhante ao do francês e do inglês (e de outras línguas), caminhando de um padrão [Neg VP] para um [VP Neg], passando por uma fase intermediária de [Neg VP Neg]. Essa hipótese foi, se não abertamente defendida, apontada na literatura por vários autores (cf. Roncarati 1996; Cunha 1996, 2001; Vitral 1999; Fonseca 2011; Cavalcante 2007).

De acordo com essa hipótese, o uso do *não* em posição pós-VP decorreria do caráter fraco e átono do marcador pré-verbal e possivelmente do seu caráter de elemento clítico.⁴ Cunha (1996, 2001) e Roncarati (1996) apontam que a forma de pronúncia *num* como uma evidência do enfraquecimento ou “erosão” fonética do *não* pré-verbal, que levaria à necessidade de reforço da negação a partir de uma partícula pós-verbal (cf. também Ramos 2002). Reforçaria essa análise a impressão de que sentenças com [Neg VP Neg] expressam alguma forma de negação “mais forte” do que [Neg VP].

2 Este quarto estágio é ambíguo entre um padrão pré-verbal (considerando o verbo principal) e um padrão pós-verbal (considerando o verbo auxiliar). Esta ambiguidade de critério pode ser vista no fato de que o marcador pré-verbal do francês antecede sempre o primeiro verbo, quando há locução. Nesta tese, tenho apontado que a partícula *not* do inglês deve, na verdade, ser considerado pós-I^o como meio de apontar sua especificidade.

3 Pode-se acrescentar a esse argumento o fato de que, no PB, [VP Neg] ainda é dialetalmente restrito.

4 As análises estruturais são praticamente unânimes em considerar o *não/num* pré-verbal tanto do PB quanto do PE como um núcleo funcional e um elemento clítico (cf. Mioto 1992; Martins 1994; E. Martins 1997; Vitral 1999; Fonseca 2004; Cavalcante 2007. Para uma exceção a essa visão, cf. Camargos 2002), como o *ne* do francês.

Por outro lado, algumas análises variacionistas consideram que o *num/não* pré-verbal estaria em um processo de cliticização, de acordo com a teoria da gramaticalização, sendo a forma *num* a versão foneticamente mais fraca e, portanto, clítica do *não* (cf. Ramos 2002; Teixeira de Sousa 2007). A ausência da forma *num* em posição isolada ou posição final absoluta (como no caso do *não* pós-VP) é um dos argumentos para essa análise. Um dos problemas para essa análise é o fato de que a passagem de *não* a *num* não ocorre no PE e ainda assim a literatura considera que o *não* do PE tem a mesma distribuição de clítico que sua contraparte no PB.

É necessário fazer uma distinção, entretanto, entre a função de **reforçar** (a negação), que visa a tornar uma informação já presente na sentença mais transparente para a interpretação ou identificação (pelo ouvinte), e a função de **expressar** um conteúdo enfático, que (em princípio) adiciona algum tipo de informação à sentença. A literatura sobre o surgimento de novos marcadores negativos, em geral, não distingue entre a função de reforço e a de ênfase nem oferece uma definição precisa do conceito de ênfase, mantendo-se em um uso intuitivo deste termo. Na próxima seção, tentarei superar essa deficiência recorrendo ao conceito de *ênfase* fornecido por Israel (1996, 1998, 2001).

No quadro da gramática gerativa, Vitral (1999) discute as propriedades do *não/num* pré-verbal no PB a partir da teoria da gramaticalização e do ciclo de Jespersen (cf. seção 3.2 no capítulo 3 para outros aspectos da proposta de Vitral). O autor considera que o comportamento clítico do *não/num* pré-verbal é uma etapa do processo de enfraquecimento fonético previsto no ciclo de Jespersen e constitui uma fase do processo de gramaticalização, com a mudança de categoria do marcador negativo.

Vital (1999) aponta os seguintes estágios para o processo de gramaticalização: (i) passagem de forma plena (categoria máxima) para núcleo; (ii) de núcleo para clítico; (iii) de clítico para afixo e, possivelmente, (iv) para zero, como explicitado na representação em (6).

(6) projeção máxima > núcleo > clítico > afixo > zero

Para Vitral (1999), o marcador pré-verbal do PB estaria na segunda fase do processo, tendo passado de categoria máxima para um núcleo e, posteriormente, para um núcleo de caráter clítico.

Também Teixeira de Sousa (2007) argumenta em favor de um processo de redução fonética da negação pré-verbal evidenciado pela forma *num*. Mas a autora dá um passo adicional e considera a forma reduzida *n-*, presente em contextos específicos antecedendo verbos iniciados por uma vogal, como em (7), como uma possível forma afixal do marcador de negação sentencial.

- (7) a. *Né* aquele médico que vai te atender... passar remédio.
 b. Na época, *n'*aceitava.
 c. ... que *n'*adianta nada fazer greve.

(Teixeira de Sousa 2007)

Biberauer & Cyrino (2010) discutem especificamente o estatuto da negação pós-verbal do PB com relação ao ciclo de Jespersen. Como visto na subseção 1.5.3 do capítulo 1, as autoras analisam o *não* pós-VP de [Neg VP Neg] como o *Spell-Out* de um traço de [$\pm$ ênfase].

Por relacionar a negação final à codificação da ênfase, a princípio, essa análise permitiria uma interpretação do fenômeno nos termos do ciclo de Jespersen, de modo semelhante a Cunha (1996), Roncarati (1996) e outros. Contudo, Biberauer & Cyrino (2010) consideram que esse item não está relacionado ao processo descrito pelo ciclo, posição com a qual concordo.⁵

O argumento das autoras é que a generalização descrita pelo ciclo diz respeito apenas ao surgimento e evolução de itens negativos gerados em posições hierarquicamente baixas na estrutura sentencial. De acordo com a análise de Biberauer & Cyrino (2010), o *não* pós-VP estaria fora da previsão do ciclo por ser gerado em uma posição estruturalmente alta, a saber, no núcleo de PolP (acima de TP/IP). O mesmo se aplicaria para o *não* final da estrutura [VP Neg], para o qual as autoras adotam uma análise na mesma linha defendida no primeiro capítulo desta tese (e em Cavalcante 2007), considerando-o equivalente à partícula inicial de respostas negativas, não totalmente integrado à estrutura sentencial.⁶

É importante notar que esse argumento independe da posição específica ou do rótulo específico da projeção em que o *não* pós-VP é gerado nas duas negativas. Em quaisquer dos trabalhos discutidos no capítulo 1 que rejeitem a análise do *não* como um simples adjunto do VP⁷ (cf. seção 1.4 no capítulo 1), o *não* estaria em uma posição alta demais (i.e. Pol°, Σ °, Ast°, Foc° ou Top°) para ser acomodado no ciclo de Jespersen.⁸

Assumindo que o *não* final está ou em Pol° ou em uma posição não inteiramente

-
- 5 Em Cavalcante (2007), especialmente na *Introdução*, ao descrever as variantes estruturais para a expressão da negação sentencial no PB, falei sobre o ciclo de Jespersen como ponto de referência nos estudos sobre o desenvolvimento de marcadores negativos pós-verbais, sem, entretanto, me comprometer (nem rejeitar) com a ideia de que o PB se enquadraria no ciclo de modo a percorrer todas as suas etapas — posição que talvez não tenha ficado clara. Amadureço esta posição neste trabalho, em que argumento que o processo de surgimento do marcador pós-VP tem propriedades distintas das que caracterizam o ciclo, como se verá ao longo do capítulo.
 - 6 Martins (2010) concorda explicitamente com a posição de Biberauer & Cyrino (2010) de que o *não* pós-VP e a estrutura [VP Neg] do PB não resultariam do processo do ciclo de Jespersen. Ao invés disso, Martins (2010) considera que [VP Neg], no PB, deve ser considerado como um caso de negação metalinguística. (Na subseção 1.2.1 do capítulo 1, argumentei, contudo, que, no PB, tem propriedades distintas da construção equivalente no PE).
 - 7 Ou seja, Fonseca (2004), Cavalcante (2007), Teixeira de Sousa (2008), Hansen (2009) e Biberauer & Cyrino (2010).
 - 8 As autoras, entretanto, não explicitam quão baixa deve ser posição de um elemento negativo para que ele possa ser relacionado ao ciclo de Jespersen. Ou seja, não está claro que é necessário que ele faça parte do sistema VP ou se um elemento baixo do sistema IP também pode se enquadrar nessa situação.

integrada à estrutura sentencial (equivalente a Ast^o), Biberauer & Cyrino (2010) concluem que (i) o PB não está em um processo de mudança com relação ao tipo de negação sentencial e (fazem a previsão de) que (ii) o padrão [Neg VP] não será substituído por [VP Neg].⁹

Em concordância com o argumento e com a conclusão das autoras, acrescento a seguinte diferença entre o caso do PB e os casos tradicionais analisados sob a ótica do ciclo: as partículas pós-verbais descritas por Jespersen não são inerentemente negativas, mas incorporaram esse traço com o tempo, como consequência de um uso frequente em um contexto de negação sentencial, passando por uma fase intermediária como NPIs, por precisarem ser licenciados nesse contexto negativo.¹⁰ Originalmente, são elementos nominais usados com função enfática.¹¹ Willis (2012) escreve que “*such markers seem to develop almost entirely out of nouns, in particular, generic nouns and minimizers, often, but not always, via an indefinite pronoun*”.¹²

O *não* pós-VP, por outro lado, não é derivado de um elemento nominal não-negativo, mas é desde o início idêntico ao marcador negativo pré-verbal (ao menos em uma de suas possibilidades de pronúncia, justamente a mais antiga, já que a forma *num* deve ser considerada *inovadora* no sentido da teoria sociolinguística (cf. Labov 1972 e demais trabalhos)) e ao *não* que ocorre isoladamente. Uma vez que o *não* pós-VP não adquire conteúdo negativo diacronicamente pela co-ocorrência com um marcador pré-verbal, o surgimento de [Neg VP Neg] no PB (e no PE) já difere do que caracteriza as fases iniciais do ciclo de Jespersen. A diferença categorial e semântica entre o *não* pós-VP e os marcadores negativos originados de nominais minimalizadores será mais explorada na seção 2.2.

Note-se, porém, que, apesar de excluírem a possibilidade de o *não* pós-VP se encaixar no processo do ciclo de Jespersen, Biberauer & Cyrino (2010) ainda consideram que a

9 A formulação de Biberauer & Cyrino (2010) sobre o *não* final não se enquadrar no ciclo de Jespersen talvez possa ser reduzida ao conceito de gramaticalização, que descreve a passagem de elementos lexicais para gramaticais. Os marcadores que surgem a partir do ciclo são elementos que passam de [+lexicais] e, portanto, relacionados a posições estruturalmente baixas, a [+funcionais], o que pode ser descrito como uma passagem do sistema VP para o sistema IP.

Por outro lado, o PolP de Biberauer & Cyrino (2010), onde estaria o *não* final de [Neg VP Neg], está no limite entre o sistema IP e o CP. Uma análise que considere este marcador como relacionado ao sistema CP faz uma previsão mais transparente com relação a ele não ser afetado pelo processo do ciclo.

10 Isso é verdade mesmo no caso do inglês em que a forma *naught* é um indefinido formado por *wiht* (‘coisa’) e o marcador negativo *ne*.

11 A posição estruturalmente baixa pode, então, ser vista como relacionada ao caráter nominal e à função argumental inicial, embora não seja possível adotar a hipótese de que elementos originalmente argumentais sempre serão gramaticalizados em posições estruturalmente baixas. Cf. seção 2.2.

12 Analisando a aplicação do ciclo de Jespersen no galês, Willis (2012) descreve o desaparecimento do marcador pré-verbal *nid* (que tinha a forma *ny(t)* no galês médio), que é substituído pela partícula *ddim*, derivada do nominal indefinido *dim* (‘coisa’), que era usando como um NPI equivalente a *anything* no galês médio.

estrutura [Neg VP Neg] tem um conteúdo enfático e que esse marcador realiza traços formais relacionados à ênfase. Como vimos em 1.5.3, no capítulo 1, elas consideram que o núcleo Pol^o se realiza foneticamente ou como um zero, na ausência de traços enfáticos (ou, em outros termos, como resultado do traço [-ENFÁTICO]), ou como *não*, o se Pol^o possuir em si traços enfáticos.¹³

Já vimos no capítulo 1 argumentos contra a ideia de que qualquer das instâncias do *não* final fosse a realização de Pol^o, entendido como o núcleo que efetivamente codifica a polaridade sentencial. Argumentei que o *não* pós-VP é o mesmo *não* inicial de réplicas, não sendo equivalente ao *not* do inglês nem ao *pas* do francês, mas ao *no* do inglês, codificando uma tipo de negação que denominei de anafórica. Entretanto, não discuti explicitamente a possibilidade de o *não* final codificar ênfase. Para efeito de discussão, então, assumamos temporariamente a hipótese de Biberauer & Cyrino (2010) de que [Neg VP Neg] realiza negação enfática, mas não em Pol^o, como as autoras defendem, mas em Ast^o, como propus no capítulo 1. A partir desta hipótese temporária, vejamos como essa possibilidade poderia ser implementada no sistema defendido no nesta tese.

Se [Neg VP Neg] realmente tem uma leitura de ênfase, este traço [$\pm$ ENFÁTICO] seria codificado em Ast^o. Seguindo Biberauer & Cyrino (2010), a presença do *não* pós-VP seria resultado da presença do traço [+ENFÁTICO] em Ast^o, disparando também o movimento de CP/TP. A ausência do *não* pós-VP, por outro lado, seria consequência do traço [-ENFÁTICO].

Há, porém, um problema. Se [Neg VP Neg] tem realmente uma leitura enfática, devido à realização fonética do núcleo de Ast^o, essa leitura não pode ser derivada a partir da simples presença do elemento *não* anafórico na sentença, pois não há leitura de ênfase em sentenças como (8), com o *não* inicial (ou seja, sem o frontamento da sentença). Como argumentei no capítulo 1, este elemento inicial e o final têm as mesmas propriedades, sendo, portanto, o mesmo item lexical, gerando em Ast^o.

- (8) a. **Não**, eu num fui.
b. **Não**, eu fui.

Para a hipótese de que [Neg VP Neg] é negação enfática, a codificação desse traço, então, não poderia decorrer do item *não* em si, mas do frontamento do CP/TP. Seria preciso

13 Nessa análise, provavelmente essa função enfática do *não* pós-VP não estaria relacionada ao reforço da própria negação, de modo a torná-la mais transparente para interpretação, mas à expressão de uma negação “forte”, ou seja, de uma rejeição mais forte da veracidade da versão afirmativa da sentença negada.

distinguir entre a presença do item *não* e o fronteamento, chegando-se à conclusão parcial de que o *não* pós-VP em si não tem função enfática, mas que esta pode ser adicionada a ele. Note-se, porém, que, na análise de Biberauer & Cyrino (2010), a presença do item *não* e o fronteamento da sentença não são independentes. As autoras precisam, então, postular que, em [Neg VP Neg] e em [VP Neg], estão em jogo marcadores negativos diferentes e que o *não* final de [Neg VP Neg] não tem relação com o *não* inicial das sentenças em (8).

Dentro do sistema que proponho nesta tese, uma forma de implementar tecnicamente a ideia (de Biberauer & Cyrino 2010) de que a ênfase é derivada do movimento (e não da presença do marcador em Ast°) é propor que o Ast° (já preenchido pelo marcador) pode ter um traço enfático **adicional** e que este está necessariamente relacionado/combinado a um traço EPP. Ou seja, Ast° pode ser preenchido pelo item *não* independentemente de qualquer traço enfático, gerando sentenças como as de (8) — algo não previsto pelas autoras. Mas, a um Ast° preenchido por *não*, pode ser acrescentado um traço [+ENFÁTICO], que carrega junto um traço EPP, que dispara o movimento da sentença para o especificador de AstP, resultando na interpretação enfática na ordem [Neg VP Neg], com o *não* final. Adotando essa análise, em sentenças em que o *não* permanece em posição inicial ou pré-sentencial, a leitura não-enfática e a posição linear decorreriam da ausência do traço enfático e do EPP.

Essa hipótese é favorecida pelo fato de que, no PE, respostas com o formato *sentença-sim* (ou [VP sim]) e *verbo-sim* (ou [V sim]) têm interpretação de respostas enfáticas, enquanto respostas com o formato *sim-sentença* têm interpretação de respostas neutras, conforme apontado por Martins (2006, 2007) (cf. subseção 1.3.1 do capítulo 1). A mesma interpretação enfática ocorre, segundo Martins (2010) e Pinto (2010), com a estrutura [Neg VP Neg] do PE (cf. 1.2.1 no capítulo 1).¹⁴ Ou seja, ao menos no PE, é plausível a análise de que o traço enfático está relacionado a um traço EPP que dispara o movimento (de parte) da sentença para a periferia esquerda.¹⁵ Entretanto, a situação do PB é diferente.

Note-se, a princípio, que a previsão de relacionar o fronteamento à ênfase faz a previsão de que não apenas [Neg VP Neg], mas também [VP Neg] tenha uma interpretação enfática. Essa previsão, entretanto, não é feita nem por Biberauer & Cyrino (2010)¹⁶ nem por outros

14 O leitor deve lembrar que [Neg VP Neg] tem, no PE, frequência menor do que no PB e que é possível apenas com uma pausa antes do marcador final, ao contrário do que ocorre no PB, em que não há pausa.

15 Note-se, porém, que essa proposta de implementação técnica difere da forma como Martins (2006, 2007) deriva as estruturas [VP sim] e [V sim], pois o movimento da sentença ou do verbo não é para o especificador da mesma categoria em que o *sim* (e o *não*) inicial/final é gerado, já que a autora não analisa o *sim* inicial/final como um núcleo, mas como um adjunto da categoria de polaridade sentencial ΣP.

16 Lembre o leitor de que Biberauer & Cyrino (2010) fornecem estruturas sintáticas distintas para [Neg VP Neg] e para [VP Neg]. Em [VP Neg], a negação não seria gerada na mesma posição Pol°, o que impede qualquer

autores como Cunha (1996) ou Roncarati (1996), que consideram exclusivamente [Neg VP Neg] como uma negativa enfática. Mesmo os falantes que atribuem uma possível leitura enfática para [Neg VP Neg] costumam considerar [VP Neg] como uma forma mais informal, espontânea e “despachada” (cf. Roncarati 1996) de negar.

Mas não é apenas [VP Neg] que foge da previsão. Em Cavalcante (2007), apontei que o *não* pós-VP tanto de [Neg VP Neg] quanto de [VP Neg] não tem a função específica de realizar ênfase, mas de negar uma pressuposição (i.e. uma *proposição*) introduzida previamente no discurso. Schwenter (2005) também aponta que a interpretação do *não* final como negação enfática é equivocada (cf. seção 1.1.2 do capítulo 1).

Na verdade, no PB não há relação biunívoca entre o tipo de negativa sentencial (com os marcadores *não/num* e/ou *não*) e a possibilidade de expressão de ênfase na sentença. Pode haver interpretação enfática tanto em [Neg VP Neg] quanto em [VP Neg] e mesmo em [Neg VP]. Nesses casos, a ênfase é realizada a partir da prosódia atribuída à sentença e não à estrutura em si. Assim, a ênfase definitivamente não pode ser considerada como derivada dos marcadores negativos *num* (pré-verbal) ou *não* (pós-verbal). Nos exemplos em (9), temos casos de [Neg VP] com prosódia enfática. (9a) pode ser usada em um contexto em que alguém está insistindo em oferecer algo ao interlocutor, que responde de forma a enfatizar sua rejeição à oferta. De modo semelhante, (9b) pode ser usada em um contexto em que alguém insiste para que o falante vá a determinado lugar. E (9c) pode ser usada para, através da ênfase, insistir na (importância da) ordem dada. Note-se que, nestes casos, as sentenças apresentam uma entoação que muitas vezes pode ser considerada exclamativa. Voltarei a este ponto na seção 2.2.3 e 2.3.3.

- (9) a. Eu NÃO QUERO!
 b. Eu já disse que NÃO VOU!
 c. NÃO SAIA daí!

É possível que, nos dialetos brasileiros em que o uso de [Neg VP Neg] seja mais frequente (nos dialetos nordestinos, por exemplo), seja mais comum produzir sentenças enfáticas ou exclamativas como (9) com o acréscimo do *não* pós-verbal, até pelo caráter anafórico que essas negativas geralmente têm, e que esta seja a razão da impressão de alguns

previsão de que [VP Neg] deva ter caráter enfático.

falantes de que [Neg VP Neg] seria necessariamente uma forma enfática de negação. Mas a presença do *não* pós-VP é claramente opcional, portanto não é este elemento que deriva a ênfase. Da mesma forma, [Neg VP Neg] e [VP Neg] ocorrem majoritariamente em contextos em que não expressam ênfase, mas apenas negação anafórica, sem interpretação enfática, como nos exemplos em (10). Não é surpreendente que muitos falantes usem o termo “ênfase” de modo impreciso para se referir a esse requerimento anafórico das negativas finais.

- (10) a. Quero **não**, obrigado.
 b. Num lembro **não**.
 c. Num teve aula **não**?
 d. (Ô, por favor,) num saia hoje **não**!

O julgamento de vários falantes quanto ao caráter supostamente enfático do *não* pós-VP, em minha opinião, decorre de uma combinação de fatores: (i) a tentativa de dar uma explicação para a presença de mais de um marcador negativo leva à interpretação tentadora de que a quantidade de elementos negativos se refletiria em uma maior **intensidade** de negação (em especial para os falantes que percebem que uma negação não nega a outra); (ii) a existência de um conjunto de dados com [Neg VP Neg] que pode efetivamente ter uma função semelhante à enfática (devido à prosódia atribuída independentemente e não à presença segundo marcador); (iii) a tentativa de expressar a intuição de que o segundo *não* é *anafórico* ao invés de descritivo” ou “interno” (cf. nota 9 do capítulo 1).

As análises de Cunha (1996) e Roncarati (1996) são ambíguas com relação ao *status* enfático do *não* pós-VP. Nem sempre é claro se a tese é de que a estrutura [Neg VP Neg] seria enfática no PB contemporâneo ou se teria sido enfática em um período anterior — na origem da estrutura —, mas não atualmente.

Desta forma, determinar o *status* não-enfático do *não* final no PB contemporâneo resolve apenas um lado da questão. O outro lado, que diz respeito ao *status* enfático **na origem** destas construções, ainda permanece. Independentemente do *status* que tenha o *não* final hoje no PB, permanece em aberto a hipótese de que o seu surgimento tenha sido associado a um processo de ênfase ou reforço para compensar o enfraquecimento do marcador pré-verbal¹⁷, especialmente devido ao confronto com os dados de negação final no PE atual.

¹⁷ Também com relação à hipótese do enfraquecimento, precisamos notar que o *não* final é usado mesmo em contextos em que a negação pré-verbal está perfeitamente nítida e clara, ou seja, em que inexistente necessidade

Em outras palavras, é possível que a origem da estrutura [Neg VP Neg] tenha sido expressar ênfase ou reforço da negação, ainda que, com o tempo, ela tenha perdido tal função como resultado de um processo semelhante ao da gramaticalização.

A escassez de dados históricos sobre a negação final em textos tanto brasileiros quanto portugueses (cf. Alkmim 2002 e Sousa 1999 para uma perspectiva histórica sobre a negação pós-VP) torna a questão mais difícil de ser resolvida. Os autores que tentaram investigar a negação final diacronicamente apontam que a escassez nos textos escritos se deve ao marcador final ocorrer tipicamente em contextos de diálogo, o que reforça a interpretação deste como um elemento tão somente anafórico, mas não necessariamente enfático. Por outro lado, para uma melhor compreensão desta questão, precisamos antes de uma compreensão mais acurada do conceito de ênfase, que será discutido na próxima seção.

Como conclusões desta seção, aponto:

(11)

- (i) no PB contemporâneo, a estrutura [Neg VP Neg] não está associada a uma forma de reforço de uma negação pré-verbal enfraquecida.
- (ii) ainda que possa, no PE, codificar negação enfática, o *não* pós-VP do PB, tanto em [Neg VP Neg] quanto em [VP Neg] não codifica ênfase.
- (iii) o *não* pós-VP do PB (e, possivelmente também o do PE) não se conforma ao processo descrito pelo ciclo de Jespersen, por ocorrer em uma posição hierarquicamente alta na estrutura sentencial.

No restante deste capítulo, analisarei uma outra estrutura negativa do PB que, ao

de reforço da negação. Tais são os casos de sentenças em que o *não* final co-ocorre com advérbios ou quantificadores negativos em posição pré-verbal, como (i) e (ii). Nesses exemplos, não se pode alegar que exista uma necessidade de uma clarificação do conteúdo negativo da sentença nem de uma compensação de alguma fraqueza fonética do elemento negativo pré-verbal.

i. Ninguém saiu **não**.

ii. Nunca cheguei a gostar muito **não**. (Camargos 2000: 5)

Formas como *ninguém* e *nunca* não podem ser consideradas foneticamente fracas de modo a necessitarem uma partícula de reforço. A função do *não* final não pode, portanto, deixar mais saliente o conteúdo da negação pré-verbal. Pode, no entanto, ser a veiculação de um conteúdo adicional.

A função do *não* final nestas sentenças do PB é, antes, anafórica, no sentido definido no capítulo anterior. De modo semelhante, a forma *num*, ainda que seja considerada foneticamente reduzida em relação a *não*, não pode ser considerada a versão clítica do marcador pré-verbal, pois mesmo a versão *não* tem propriedades de um núcleo clítico, que se prende ao verbo no seu movimento, como na quase totalidade das análises da negação pré-verbal no PB e mesmo no PE (cf. Mioto 1992; Martins 1994; Fonseca 2004; Namiuti 2002; e outros).

contrário de [Neg VP Neg], pode ser considerada como diretamente relacionada à codificação de uma negação enfática ou “forte”. Voltarei também à questão sobre o caráter enfático de [Neg VP Neg] no PE versus a ausência de ênfase na mesma estrutura do PB. Mas antes disso, na próxima seção, 2.2, discutirei o conceito de ênfase que possa ajudar a compreender a natureza do fenômeno investigado.

2.2. Definição e tipos de ênfase

Até aqui, tenho falado sobre a possível função enfática de determinados marcadores negativos pós-verbais de modo apenas intuitivo e a-teórico, sem definir o conceito de ênfase. Isso se deve ao fato de, até onde vai o meu conhecimento, os trabalhos sobre sintaxe que discutem o surgimento desse tipo de marcadores negativos também não oferecerem uma definição deste termo, mantendo-se apenas no nível intuitivo, como, aliás, o fazem muitos outros trabalhos que não tratam especificamente da negação dita enfática (a esse respeito, cf. também J. Fonseca 1985). Quanto aos estudos especificamente sobre a negação no PB, Schwenter (2005), por exemplo, aponta que

*“... emphasis is an intuitive label that is most typically left undefined by those who employ it, though other scholars who have not worked on BP negation have in fact given principled definitions of the concept.”*¹⁸ (Schwenter 2005: 1429)

Por outro lado, uma definição precisa de ênfase é necessária para servir de critério para julgar se uma determinada forma, como o *não* pós-VP do PB ou PE, tem uma função enfática ou não. A maior dificuldade que se coloca ao tentarmos definir esse conceito se deve ao fato de haver uma quantidade variada de fenômenos heterogêneos que são denominados ou, ao menos, caracterizados pelo rótulo de ênfase. Veremos, nesta seção, que, a princípio, há pelo

18 “... ênfase é um rótulo intuitivo que geralmente é deixado sem definição por aqueles que o empregam, embora outros autores que não trabalharam com a negação no PB tenham, de fato, oferecido definições baseadas em princípios para o conceito.” (tradução minha)

menos quatro tipos de fenômenos que podem ser considerados, de um modo geral, como formas de expressar ênfase, dos quais apenas dois serão importantes para este trabalho.

2.2.1. Heterogeneidade dos fenômenos enfáticos ou expressivos

Podemos classificar os fenômenos que recebem, na literatura, o nome de ênfase em quatro tipos, em função da forma dos recursos utilizados para a sua codificação ou expressão: (i) formas morfossintáticas; (ii) formas prosódicas; (iii) formas léxico-semânticas; (iv) e formas ilocucionárias de expressão da ênfase.

O leitor deve estar atento para o fato de que o uso do rótulo *ênfase* ao longo desta seção pode ser ambíguo entre um conceito **geral** de ênfase, abarcando todos os fenômenos caracterizados como enfáticos na literatura e um conceito mais **específico**, que diz respeito apenas aos fenômenos de negação enfática, relacionada ao ciclo de Jespersen. No final da seção, tento resolver esta tensão com uma proposta de tipologia dos fenômenos ligados à expressividade, dos quais o fenômeno específico de ênfase é um subtipo.

I. Recursos morfossintáticos de ênfase ou focalização de constituintes

Trata-se dos processos conhecidos tradicionalmente como *focalização*, que se realizam através de recursos sintáticos como movimento (por exemplo, para a periferia da sentença), clivagem ou pseudo-clivagem e mesmo a focalização através de partículas morfológicas específicas. Os três tipos são exemplificados abaixo, de (12) a (15).

Esses fenômenos não costumam ser diretamente denominados de *ênfase*, recebendo, na maioria dos trabalhos, o rótulo de *foco*, mas inúmeras vezes na literatura as leituras resultantes dos processos são caracterizados como enfáticas (para alguns exemplos, cf. Casteleiro 1979; Gonçalves 1999; Ross 2004; Pinto 2008: 7).

(12) Focalização¹⁹

a. **John**, I saw.

¹⁹ A diferença entre os fenômenos sintáticos de topicalização e focalização podem, para os propósitos deste trabalho e desta caracterização geral, ser ignorados.

b. **De Beatles**, eu gosto.

(13) Clivagem

a. It was **London** that I visited.

b. É/foi **Pedro** que Maria viu.

(14) Morfologia de foco

João y-**ti**-ahoj-ø yn-o. (Karitiana)

J. 1-CFO²⁰-rir-NFUT eu-ENF

‘Do João, eu ri’

(Storto 2008)

(15) Ilé Ifón I-awà ti wá o. (Iorubá)

casa I. foc-1pl de vir ENF

‘Nós viemos da cidade de Ifón’

(Nogueira 2008: 97)

Parece claro que esse não é o tipo de fenômeno que temos em mãos quando lidamos com os casos de negação enfática discutidos anteriormente. Tais casos de ênfase, descritos pelas fases iniciais do ciclo de Jespersen (bem como pelo potencial uso enfático de sentenças negativas do PE e do PB) não dizem respeito a processos de focalização ou clivagem da própria negação nem de focalização dos elementos sobre os quais a negação age. Os termos *ênfase* e *enfático*, quando usados em relação aos processos de focalização, parecem se referir à função de *pôr em evidência* um determinado constituinte da sentença.²¹

Fica, então, em aberto a questão sobre se esses fenômenos de focalização, por um lado, e os de ênfase relacionados ao ciclo de Jespersen, por outro, devem ser considerados subtipos (bem) distintos de um processo mais abstrato e genérico de *ênfase* ou se é necessário fazer uma distinção entre os processos de focalização e o fenômeno específico de *ênfase*

20 Na nomenclatura de Storto (2008):

CFO: construção de foco do objeto (não-declarativa). NFUT: tempo não-futuro. ENF: enfático.

21 Com isso, não quero dizer que os efeitos semânticos da focalização e da clivagem se resumam a evidenciar um elemento, mas que que essa é uma propriedade comum dos diversos tipos de construções de foco. A literatura sobre as leituras semânticas veiculadas por esses dois processos é bastante ampla e o tópico vai além dos limites deste trabalho. Para uma visão geral sobre o tema, vide Modesto (2001).

propriamente dito.

II. Recursos prosódicos de ênfase ou focalização de constituintes

Trata-se de casos em que o foco ou a ênfase é atribuída, não através de um recurso morfossintático como o deslocamento e a clivagem, mas apenas através de uma prosódia especial — um *stress* ou acento distintivo — em uma parte da sentença que permanece, ainda assim, *in situ*, como nos exemplos em (16).

- (16) a. Eu dei UMA BOLA pro Pedro.²² (Modesto 2001: 107)
 b. I saw a grey DOG. (Not a *cat*...)
 c. I saw a GREY dog. (Not a *black* one...)

À primeira vista, este poderia ser considerado apenas um subtipo do item anterior, pois muitos são os casos em que esse recurso é usado em contextos em que produz um efeito de foco, principalmente foco contrastivo, como nos exemplos acima. Há, contudo, algumas diferenças importantes entre a atribuição de *stress* e os processos de focalização (morfossintática).

De um modo geral, o acento prosódico é mais permissivo do que a focalização. Em primeiro lugar, a ênfase por prosódia pode afetar mais de um item (contíguo ou não-contíguo) da sentença, como em (17), o que não pode ocorrer com a focalização ou clivagem. Em segundo lugar, o acento pode recair sobre apenas parte de um constituinte, como em (18), o que não está disponível para estratégias baseadas em movimento, que não podem mover parte de um item lexical. Em terceiro lugar, esse recurso pode afetar constituintes ou itens que não podem sofrer focalização morfossintática por deslocamento ou clivagem, como verbos auxiliares, determinantes e marcadores negativos, como em (19).

- (17) a. JOHN didn't see BILL. (MARY saw SUSAN).
 b. MARY saw SUSAN (not JOHN saw BILL).

²² Note o leitor que alguns casos de ênfase pela prosódia, como o de (16a), podem ser considerados como resultantes de movimento para posição estruturais específicas, como por exemplo no modelo de Belletti (1999, 2002) da periferia do VP, mas a possibilidade de movimento é bem mais controversa em dados como os de (16b), (16c) e de (17) a (19). Nos casos de (17), por exemplo, uma vez que se assume que o verbo não sai do vP/VP, não se pode considerar que o acento esteja relacionado a uma operação de movimento do complemento.

(Lasnik 1972: 87)

(18) Eu disse para você REtificar o documento. (Não Ratificar).

- (19) a. John didn't get THE result, but he got A result. (Lasnik 1972: 84)
 b. Eu (já disse que) NÃO saí ontem.
 c. Eu disse que VOU sair; num saí ainda.

Em quarto lugar, esse tipo de ênfase pode ser usada em contextos em que não são de focalização contrastiva, mas apenas de clarificação ou destaque de um determinado elemento. Uma sentença como (20), por exemplo, pode ser usada em um contexto em que o interlocutor já emitiu a informação, mas o fez esperando que o ouvinte se surpreendesse com ela. A falta de reação do ouvinte — talvez por não ter ouvido ou por não ter prestado atenção — pode levar à necessidade de repetir a informação com um tipo de ênfase prosódica sobre o elemento ao qual se quer dar algum destaque. Neste contexto, (20) pode ser usada (também) com uma função não-contrastiva.

(20) Você não me ouviu direito: eu disse que eu saí COM JOANA ontem.

Em resumo, apenas um subconjunto dos casos de *foco por acento* pode ser considerado como tendo efeito de foco contrastivo. Adicionalmente, o foco por acento pode afetar elementos de tipos mais variados do que a focalização morfossintática, o que aponta que o acento é um recurso mais geral. Por razões de clareza expositiva, para distinguir o foco por acento (ou “ênfase prosódica”), de um lado, da propriedade mais geral de ênfase e, de outro, das construções de focalização morfossintática (o item I desta subseção), podemos reservar a esse processo prosódico o rótulo de *destaque*.

Como mostra o exemplo em (19b), esse recurso pode ser usado para provocar um efeito enfático sobre uma sentença negativa independentemente de o marcador negativo possuir um traço inerentemente enfático. Essa possibilidade, como apontei na seção 2.1, deve ser vista como completamente independente de alguma função enfática específica de um marcador negativo como o *não* final do PB, que pode ocorrer com o seu um reforço prosódico.

A semelhança entre esse recurso de *destaque* e a *focalização* está em ambos os recursos produzirem um efeito de *evidenciar* algum elemento da sentença, o que conduz à mesma pergunta feita com relação aos fenômenos do item I, ou seja, se o *destaque* prosódico deve ser considerado um tipo específico de ênfase ou se deve ser considerado um fenômeno de tipo distinto. Essa questão ficará mais clara quando eu apresentar a definição de ênfase que assumirei no restante do capítulo.

III. *Formas léxico-semânticas de ênfase*

O terceiro tipo de fenômeno é o de casos de ênfase que são produzidos pela presença de determinados itens lexicais que provocam um efeito de “intensificação” no conteúdo das proposições em que ocorrem, como no contraste em (21).

- (21) a. Ele num tem vergonha na cara.
b. Ele num tem *um pingo de* vergonha na cara.

Trata-se de um resultado qualitativamente distinto do efeito de evidenciar ou destacar um elemento da sentença, pois estes elementos constituem eles mesmos algum tipo de acréscimo à versão neutra da sentença ou proposição. Como veremos adiante, esses são os casos de sentenças com itens denominados maximizadores e minimalizadores. Antes de discutir, em mais detalhes, esse fenômeno e o conceito de ênfase que ele envolve, vejamos qual o quarto tipo de fenômeno enfático encontrado na literatura.

IV. *Formas ilocucionais de ênfase*

O quarto tipo de ênfase é o de sentenças exclamativas como nos exemplos (22) abaixo. Este tipo de sentença, em geral, possui uma sintaxe específica e distinta dos outros tipos ilocucionais como declarativas, interrogativas e imperativas, como veremos adiante.

- (22) a. Que dia lindo!²³

23 Para um trabalho sobre sentenças exclamativas no PB, cf. Sibaldo (2009).

b. What a beautiful day!

Além das sentenças propriamente exclamativas, que possuem propriedades sintáticas próprias, podemos considerar como casos de ênfase realizada por meios ilocucionários os exemplos de atribuição de uma prosódia exclamativa a sentenças de outros tipos ilocucionais, como (23).

(23) a. He's so cute!

b. Isn't he the cutest thing!

(Zanuttini & Portner 2003: 41)

Esse segundo tipo de ênfase ilocucionária (atribuição de uma prosódia exclamativa a uma sentença não-exclamativa) guarda uma relação estreita com a forma de ênfase prosódia descrita no item II. A diferença está no fato de que os casos em II se referem à atribuição de ênfase ou *stress* a um constituinte, item lexical ou mesmo parte de um item lexical específico, que o destaca em relação a outros elementos da própria sentença que não recebem o *stress*. Os casos em (23) — assim como os de (22) — envolvem uma prosódia “enfática” para toda a sentença, não destacando nenhum de seus constituintes dos demais.

Como veremos adiante, as sentenças exclamativas também diferem dos fenômenos de focalização e de destaque, por não envolverem um mecanismo de pôr em evidência determinado item da sentença, mas promoverem uma intensificação do conteúdo semântico da proposição, aproximando-se dos fenômenos do item III.

O que fiz até aqui, nesta seção, foi apresentar uma visão geral sobre tipos de fenômenos que são muitas vezes caracterizados como enfáticos, independentemente de um conceito explícito que abarque todos.²⁴ Esse quadro geral é necessário para clarear a visão sobre os dados, de modo a podermos delimitar melhor o fenômeno investigado. Não é o objetivo deste capítulo, entretanto, fornecer uma definição que abarque os quatro tipos de *ênfase* ou *foco* apresentados acima, mas identificar qual o conceito de ênfase mais adequado para o debate sobre a natureza enfática ou não-enfática dos marcadores negativos do PB e de outras línguas.

²⁴ Para uma visão mais completa do fenômeno, talvez seja necessário também considerar estratégias enfáticas que se aplicam no nível discursivo ou textual, como a repetição de palavras ou expressões ao longo de um discurso para marcar a importância e/ou chamar a atenção do leitor/interlocutor para as ideias expressas por elas.

Na próxima subseção, 2.2.2, discuto este conceito de ênfase em casos de ênfase codificada a partir de recursos léxico-semânticos, correspondentes ao item III citado nesta subseção. Para o restante da discussão deste capítulo, interessarão os dois últimos tipos de estratégia de ênfase, que são os importantes para a caracterização dos marcadores ou itens negativos com propriedade enfática.

2.2.2 Ênfase em termos de quantidade da informação

Aponteí, na subseção anterior, 2.1, que podemos agrupar os quatro tipos de fenômenos expressivos em dois grupos maiores a depender de eles produzirem um efeito de **pôr em evidência** um determinado item (ou mais) da sentença ou de promoverem uma **intensificação** do conteúdo semântico da proposição. No primeiro grupo, estão os fenômenos de focalização e os de destaque. No segundo, os fenômenos de ênfase por recursos léxico-semânticos e os recursos exclamativos. Nesta subseção, concentro-me nos casos do segundo grupo, especialmente os do item III, a partir dos quais podemos caracterizar o fenômeno de ênfase que subjaz ao processo descrito pelo ciclo de Jespersen.

Para definir *ênfase*, recorro ao conceito formulado por Israel (1996, 1998, 2001) para tratar de um subconjunto dos itens de polaridade positiva e negativa que funcionam como elementos maximizadores e minimizadores. O autor define *ênfase* em termos informacionais, apontando que uma proposição é enfática se é mais informativa, ou seja, se excede a quantidade de informação normalmente esperada em uma enunciação (se “*it exceeds what one would normally expect to be asserted*” (Israel 1998: 47).²⁵ O grau de informatividade, por sua vez, é definido em termos de predicados escalares. Uma proposição é mais informativa quando instancia algum grau elevado em relação a uma determinada escala introduzida pela sentença.

Vejamos alguns exemplos. Israel (1996, 1998, 2001) aponta que itens de polaridade (positiva e negativa) se caracterizam por introduzir uma *escala semântica* e expressar graus acima ou abaixo da média desta escala. Dentre itens de polaridade, há um subconjunto compostos por aqueles que funcionam como maximizadores e minimalizadores, que, por sua vez, expressam as graus extremos das escalas consideradas.

25 Vide também J. Fonseca (1985), que aponta a relação intuitiva entre *ênfase* e *expressividade*.

Por exemplo, itens de polaridade positiva (PPIs) como *a heap*, *insanely* e *outrageously* expressam o grau mais elevado de uma escala de quantidade ou intensidade. Dessa forma, segundo análise de Israel (1996, 1998, 2001), sentenças como as (24), com tais expressões, são mais informativas do que suas versões sem esse PPI, em (25). Elas enunciam uma quantidade de informação acima do esperado e podem, então, ser consideradas enfáticas neste sentido. Um teste possível para a maior informatividade é que as sentenças em (24a) e (24b) acarretam suas versões em (25), sem tais expressões.

- (24) a. Boy, are you in *a heap* of trouble! (Israel 1996)
 b. She is *insanely* good-looking, and *outrageously* cruel. (Israel 2001)

- (25) a. Boy, are you in trouble!
 b. She is good-looking, and cruel.

Em sentenças negativas, o mesmo efeito ocorre, mas de modo inverso. Itens de polaridade negativa (NPIs) não expressam o grau máximo de intensidade ou quantidade de uma escala, mas o grau mais baixo, ou seja, a mínima quantidade ou intensidade possível para a escala. Os minimalizadores produzem, em sentenças negativas, o efeito enfático ou intensificador correspondente aos maximizadores em sentenças afirmativas.

Israel (1996, 1998) aponta que sentenças como as em (26), com expressões como *a drop* e *a wink*, são mais informativas do que suas contrapartes sem tais expressões, em (27). Note o leitor, adicionalmente, que as sentenças com esses NPIs, em (26), de fato, acarretam suas contrapartes sem os NPIs, em (27).

- (26) a. She didn't drink *a drop* of her milk. (Israel 1998)
 b. Margo didn't sleep *a wink* before her big test. (Israel 1996)

- (27) a. She didn't drink her milk.
 b. Margo didn't sleep before her big test.

Dessa forma, expressões escalares que designam graus extremos têm efeitos inversos a depender da ocorrência em contextos afirmativos ou negativos de tal forma que

maximizadores em contextos afirmativos e minimizadores em contextos negativos expressam conteúdos enfáticos ou mais informativos do que suas contrapartes sem tais expressões.²⁶

O trabalho de Israel (1996, 1998, 2001) é importante para esta pesquisa, não apenas por fornecer um conceito de *ênfase*, mas por desenvolvê-lo justamente a partir da caracterização da contribuição informativa de elementos como NPI minimizadores.

A discussão sobre o desenvolvimento de novos marcadores negativos a partir de usos enfáticos gira exatamente em torno de casos como o do francês, cujo marcador negativo *pas* deriva de uma forma nominal que exercia uma função equivalente a de um minimizador, expressando a menor quantidade possível de movimento, i.e. um único passo (quando ocorria apenas com verbos de deslocamento), antes de ser expandido para outros contextos. No segundo momento, quando passa a ser usado com verbos que não indicavam movimento, o uso do *pas* como minimizador expressava, não uma escala de **quantidade** de movimento, mas um significado mais geral de **intensidade** (i.e. a menor intensidade possível). Em suma, antes de se tornar um marcador negativo secundário, mas obrigatório (e, posteriormente, o marcador principal), o item *pas* era um NPI que veiculava o valor extremo (mínimo) de uma escala. Daí decorria o seu conteúdo enfático, algumas vezes descrito com reforço da negação pré-verbal.

O mesmo pode se dizer sobre o marcador *not*, do inglês, que deriva do nominal indefinido ou *wiht* ('coisa') modificado pela negação *ne* (*ne* + *wiht* = *naught* > *not*), que também funcionava como um minimizador com propriedades de NPIs. O caso do galês, analisado por Willis (2012), também é parecido, pois o marcador pós-verbal *dim* é derivado a partir de um indefinido *ddim*, que tinha originalmente o significado de 'coisa' (como o caso de *wiht/naught* do inglês) e era usado como um NPI com valor semelhante a *anything*, expressando, portanto, a menor quantidade possível para qualquer complemento verbal.

Seguindo esse conceito de ênfase definida em termos de grau de informatividade e codificada através de predicados escalares, não podemos considerar como ênfase as estratégias de *foco* e *destaque* apresentadas, respectivamente, nos itens I e II (discutirei o caso do item IV adiante) na subseção 2.2.1. Ainda que se possa achar um conceito mais geral de ênfase que abarque os quatro tipos de fenômenos listado acima, a discussão sobre o ciclo de Jespersen e o surgimento de novos marcadores negativos pós-verbais diz respeito ao

26 Talvez neste grupo possam ser incluídas as construções que Fonseca (1985) denomina de *emblemáticas*, que são os casos de sentenças comparativas como as de (i) e (ii).

(i) João é tão simpático como Pedro. (p. 223)

(ii) Pedro é (tão) alto como uma torre. (p. 230)

fenômeno de *ênfase* como capturado por Israel (1996, 1998, 2001).

Para evitar a confusão com relação ao uso genérico do termo *ênfase* ou o uso específico para os processos que envolvem maximizadores e minimalizadores, utilizarei o termo *ênfase escalar* para os fenômenos descritos por Israel.²⁷

Voltando a atenção especificamente para os processos de negação, podemos perceber que o marcador negativo final do português nas construções [Neg VP Neg] e [VP Neg] não pode ser considerado como enfático no mesmo sentido definido por Israel (1996, 1998, 2001), pois não introduz um predicado escalar e nem intensifica a informatividade da sentença através da codificação do grau mínimo (ou máximo) de uma escala introduzida pelo próprio marcador.

Essa análise reforça a posição de Biberauer & Cyrino (2010) de que o *não* (ou os *nãos*) pós-VP do PB não se encaixa no processo do ciclo de Jespersen por ser um elemento gerado em uma posição demasiado alta na estrutura da sentença. Apontei, na seção 2.1, que esta diferença na posição hierárquica do marcador poderia estar relacionada à categoria a que o marcador pertencia e à função que desempenhava na origem do processo, ou seja, ao fato de que o *não* final não era um elemento nominal e não-negativo como o *pas* do francês.

A proposta de Israel (1996, 1998, 2001) dá mais substância à distinção de Biberauer & Cyrino (2010) uma vez que mostra como a função enfática está ligada diretamente aos elementos do tipo NPI com função minimalizadora e à expressão de predicados escalares. Por essa perspectiva, ainda que as construções do tipo [(Neg) VP Neg] pudessem codificar alguma informação do tipo enfática, não seria o mesmo tipo de fenômeno que é codificado pelos itens e expressões caracterizadas na literatura como de reforço da negação pré-verbal (vide nota 17 nesta seção).

Por outro lado, segundo a definição de Israel (1996, 1998, 2001), também outros tipos de sentenças com marcadores de polaridade não podem ser considerados como estruturas enfáticas ainda que nos pareçam, intuitivamente, veicular uma maior expressividade. O primeiro é o caso das estruturas com o *sim* pós-verbal e final em sentenças do tipo verbo-*sim* e sentença-*sim*, caracterizadas como enfáticas por Martins (2006, 2007). O segundo caso é, por simetria, o das sentenças do tipo [Neg VP Neg] também do PE, também caracterizadas como enfáticas por Martins (2010) e Pinto (2010) (cf. seção 2.1 neste capítulo e subseção

²⁷ O leitor deve estar atento ao fato de que a nomenclatura escolhida não é tão importante aqui, mas sim a relação entre os tipos de fenômeno. Se escolhermos utilizar o termo *ênfase* apenas para o fenômeno de *ênfase léxico-semântica* do item III e forjarmos um rótulo diferente para abarcar todos quatro tipos de fenômenos apresentados na subseção 2.2.1.

1.2.1 do capítulo 1).

Assim como o *não* final do PB, também o *sim* e o *não* final do PE não podem ser considerados minimalizadores e, portanto, não poderiam ser considerados como elementos que desempenham uma função enfática. Como dar conta, então, do caráter enfático que essas sentenças parecem ter no PE — por oposição ao PB — e que é reconhecido por autores como Martins (2010) e Pinto (2010)?

Voltarei a esta questão na subseção 2.3.3. Por ora, é importante que qualquer que seja a melhor forma de caracterizar o aspecto enfático que está presente nestas sentenças do PE, essa mesma propriedade não está presente em [(Neg) VP Neg] do PB e, mais importante ainda, essa propriedade não é a mesma que define o conceito de ênfase (escalar) que opera no processo de gramaticalização descrito pelo ciclo de Jespersen.

Para finalizar esta seção 2.2 sobre o conceito de ênfase e a tipologia da expressividade, na próxima subseção, discuto, em mais detalhes, o quarto tipo de fenômeno expressivo listado em 2.2.1.

2.2.3. Sentenças exclamativas e escalas

Para encerrar esta seção 2.2, voltemos agora para os casos de ênfase (no sentido genérico do termo) codificada através de *meios ilocucionários*, que é o recurso de exclamação.

O aspecto material mais chamativo das sentenças exclamativas é possuírem uma prosódia característica que transmite uma intuição de maior expressividade ou maior intensidade da asserção, o que tem servido muitas vezes, na tradição gramatical, para caracterizar as orações exclamativas como um tipo de sentença enfática, relacionada à expressão de emoções como surpresa, contra-expectativa, etc.²⁸

A associação entre exclamação e ênfase é tão forte que o sinal exclamativo “!” é usado produtivamente na escrita para marcar uma entonação enfática ou exclamativa mesmo em sequências que não poderiam corresponder formalmente ao tipo exclamativo (se assumimos que as exclamativas são um tipo ilocucionário ao lado de declarativas, imperativas e

28 Rocha Lima (2002: 233) define a sentença exclamativa como aquela “*com a qual exteriorizamos principalmente o nosso estado de alma (admiração, repulsa, irritação, desprezo, etc.)*”.

interrogativas), como em (28).²⁹

- (28) a. He's so cute! (declarativa)
 b. Isn't he the cutest thing! (interrogativa)
 (Zanuttini & Portner 2003)
 c. O quê?!

Dado esse quadro, uma hipótese possível é que sentenças sem expressões minimalizadoras ou maximizadoras podem, quando usadas com uma prosódia especial, constituir casos de orações exclamativas, daí decorrendo a sua interpretação de maior expressividade associada.³⁰

A literatura sobre as sentenças exclamativas, entretanto, descreve uma série de propriedades específicas desse tipo de oração. Elliott (1974) e Grimshaw (1979) apontam que as sentenças exclamativas são factivas (cf. também; Zanuttini & Portner 2003), como demonstra o fato de que uma sentença exclamativa como (29a) só poder ser encaixada quando selecionada por predicados factivos.

- (29) a. How very cute he is!
 b. Mary knows/*thinks/*wonders *how very cute he is*.
 c. * I don't know/realize *how very cute he is*.
 (Zanuttini & Portner 2003: 46-47)

Sentenças exclamativas também não podem ocorrer em pares pergunta-resposta. Ou seja, elas não são respondíveis, como revela o contraste entre (30a) e (30b), mas também não podem elas mesmas servirem de resposta a perguntas, como mostra (31).

- (30) a. A: How tall is he?
 B: Seven feet.

²⁹ Vide também o fato de que as interjeições costumam ser marcadas pelo sinal de exclamação.

³⁰ Como apontei anteriormente, em 2.2.1, a diferença entre a prosódia exclamativa e a prosódia usada para foco ou destaque diz respeito ao fato de que a última atinge apenas uma parte da sentença, como um constituinte específico que é destacado dentre os outros, enquanto a prosódia exclamativa seria uma propriedade de toda a sentença.

b. A: How very tall he is!

B: *Seven feet. / He really is! / Indeed! / No he's not!

(Zanuttini & Portner 2003: 48)

(31) A: How tall is Tony's child?

B: * How very tall he is!

(Zanuttini & Portner 2003: 48)

Zanuttini & Portner (2003) também apontam que uma das principais características das sentenças exclamativas é introduzir implicaturas escalares. Segundo os autores, a intuição sobre a maior expressividade, a expressão de sentimentos, de surpresa etc, que geralmente associamos às exclamativas, vem do fato de tal tipo de sentença introduzir uma implicatura escalar e expressar um grau extremo da escala. Sentenças como (29a) e (30b), por exemplo, introduzem uma escala de “*cuteness*” e de “*tallness*” e afirmam que o sujeito está em um ponto elevado desta escala.

Assumindo essa perspectiva, as sentenças exclamativas seriam semelhantes aos casos de ênfase codificados através de maximizadores e minimalizadores, pois também envolveriam a expressão de graus extremos dentro de uma implicatura escalar. Qual seria, então, a diferença entre as sentenças (declarativas, interrogativas e imperativas) como maximizadores e minimalizadores, como (24) e (26), e as sentenças exclamativas como (29a) e (30b)?

Além do fato de que as sentenças enfáticas poderem ser encaixadas em predicados não-factivos (cf. (32)) e de poderem ocorrer em pares pergunta-resposta, as exclamativas parecem atualizar a implicatura escalar de modo distinto.

(32) a. She didn't know/realize *I only slept a wink*.

b. Eu lamento que *ele não tenha um pinga de vergonha na cara*.

Zanuttini & Portner (2003) propõem que o que caracteriza as exclamativas é a atuação da operação que denominam de *widening*. Essas sentenças não apenas expressam uma implicatura escalar, mas a ampliação do domínio de uma escala. Em outras palavras, elas não expressam o ponto extremo de uma escala, mas um ponto para além do ponto extremo da

escala considera. Por exemplo, uma sentença como (30b) não veicula a informação de que o sujeito possui maior altura possível, mas que, considerando a escala esperada de variação normal de altura dos indivíduos, o sujeito está em grau além dessa escala.

Essas características já são suficientes para mostrar que sentenças usadas com uma prosódia mais “expressiva”, como o caso das estruturas sentença-*sim* e verbo-*sim* do PE ou mesmo as negativas finais do PB³¹ e do PE não poderiam ser consideradas exclamativas, no sentido estrito do termo. Ainda que se possa discutir se elas são ou não são factivas, elas claramente podem servir de respostas a perguntas diretas — que é, na verdade, a função principal desse tipo de sentenças polares.

As negativas finais do PB também podem ocorrer como perguntas polares. Por outro lado, no PE, como apontei no capítulo 1 (cf. subseção 1.2.1), sentenças com o *não* final só podem ocorrer em declarativas, nunca como perguntas. O mesmo pode ser dito para sentenças com o *sim* final do PE.

A ocorrência como respostas ou réplicas já é suficiente para marcar a diferença entre essas sentenças do PE e do PB e as sentenças exclamativas. A possibilidade adicional de [Neg VP Neg] e [VP Neg] do PB poderem ser também perguntas é um argumento a mais contra tal análise.

As sentenças com *sim/não* finais podem receber prosódia semelhante à das exclamativas, tornando-se, de algum modo, mais expressivas, mas não apresentam as propriedades semântico-estruturais das orações exclamativas. Adicionalmente, há o mesmo problema já apontado em relação aos casos de *ênfase (escalar)*. As partículas *sim* e *não* não introduzem implicaturas escalares, nem exprimem um grau extremo de uma escala nem a extensão do domínio de uma escala regular.

Sentenças que recebem uma entonação exclamativa, mas que não apresentam as propriedades típicas desse tipo sentencial listadas aqui, não podem ser consideradas exclamativas verdadeiras, mas, no máximo, **pseudo-exclamativas** (retomarei este conceito na subseção 2.3.3).

Encerro essa seção assumindo o conceito de *ênfase (escalar)* ligada à expressão de implicaturas escalares, que se realiza nas sentenças enfáticas típicas (com elementos

31 O leitor deve ter em mente que, ao tratar do suposto caráter enfático ou “mais expressivo” do *não* final do PB (junto com o *não* e o *sim* final do PE), não estou me referindo a todas as instâncias das [(Neg) VP Neg] do PB, mas apenas à possibilidade de atribuição de uma prosódia mais “enfática”, dado que, como visto na seção anterior, [(Neg) VP Neg] no PB tem, na maioria dos casos, leitura neutra (do ponto de vista de uma escala de intensidade ou expressividade).

minimalizadores e maximizadores) e nas sentenças exclamativas que expressam ampliação de um domínio escalar. Nessa perspectiva, a diferença entre o processo lexical e o processo ilocucionário de *ênfase* (escalar) diz respeito ao primeiro expressar um grau elevado ou máximo de uma escala introduzida por um minimizador ou maximizador; já o segundo expressa uma extensão, uma ampliação de uma escala “média” ou “normal”.

Os processos de *ênfase* e *exclamação* se diferenciam, por sua vez, dos fenômenos de *foco* e de *destaque* por expressarem uma **intensificação no conteúdo** da proposição, enquanto os outros são usados para **pôr em evidência** determinados elementos que fazem parte da sentença. Um resumo da tipologia dos fenômenos expressivos discutidos nesta seção 2.2 pode ser visto no quadro 2.1 abaixo.

FUNÇÃO	FORMA	TIPOS	RÓTULO
Evidenciar constituintes da sentença	Recursos morfossintáticos de focalização de constituintes	Ex.: focalização, clivagem e marcação morfológica de foco	Foco
	Recursos prosódicos de focalização de constituintes	Ex.: atribuição de acento prosódico; foco <i>in situ</i> .	Destaque
Intensificar o conteúdo da proposição	Recursos léxico-semânticos de intensificação	Ex.: NPIs e PPIs com efeitos de minimalizadores e maximizadores	Ênfase (escalar)
	Recursos ilocucionários de intensificação	Ex.: sentenças exclamativas	Exclamação

Quadro 2.1: Tipologia das fenômenos expressivos

De acordo com o conceito de ênfase escalar assumido aqui (com base em Israel 1996, 1998, 2001), o *não* final do PB não pode ser considerado um elemento enfático da mesma natureza que as partículas enfáticas que deram origem a novos marcadores negativos pós-verbais em línguas como o francês.

Na próxima seção, apresento e discuto outro tipo de sentença negativa do PB que pode ser analisada como tendo a função específica de codificar negação enfática.

2.3. *Nada* não-argumental e ênfase

Nas seções anteriores, vimos que, ao contrário da hipótese levantada em algumas pesquisas funcionalistas, no PB, a estrutura [Neg VP Neg] não pode ser considerada uma forma de negação enfática resultante de um processo semelhante ao ciclo de Jespersen, primeiramente porque ela pode ocorrer em contextos expressivamente neutros (cf. seção 2.1) e, em segundo lugar, ela não é compatível com a definição de ênfase escalar relevante para o ciclo (cf. seção 2.2.2).

Nesta seção, veremos que o PB possui uma outra estrutura específica que parece ser responsável pela codificação de negação enfática. Trata-se do uso do quantificador negativo *nada* em função que se pode considerar não-argumental ou não-temática (cf. Cavalcante 2009b: 73-77), como uma espécie de marcador negativo.

2.3.1. *Nada* como marcador negativo no PB

Como se sabe, o *nada*, como um elemento pronominal e quantificador, exerce uma função de tipo (pro)nominal, como argumento de elementos predadores. Nos exemplos abaixo, em (33), podemos ver o *nada* como argumento (externo ou interno) de verbos e preposições.

(33) *Nada* na função de argumento

- a. Eu não vi *nada*. (argumento interno e complemento verbal)
- b. *Nada* aconteceu. (arg. interno e sujeito sentencial)
- c. *Nada* causaria esse defeito na máquina. (arg. externo e sujeito sentencial)
- d. Eu não perderia isso por *nada*. (arg. interno e complemento da preposição)

Mas no PB o *nada* pode aparecer em certas frases claramente ocupando uma posição que não é argumental, como nos exemplos em (34) e (35). Em (34), o *nada* não é o argumento interno ou complemento do verbo *fazer*, pois essa função é exercida pelo DP “o trabalho” (ou por um objeto nulo que o retome). Da mesma forma, em (35), não é o quantificador *nada*, mas o DP “muito palavrão” (ou o objeto nulo que o retoma) que exerce a função de argumento ou complemento do verbo *falar*.³²

32 Jairo Nunes (comunicação pessoal) chama a atenção para o fato de que expressões pejorativas como *porra nenhuma* e *o caralho* podem ocorrer na mesma posição que o *nada* não-argumental, exercendo uma função

(34) A: — Ele fez o trabalho que eu pedi?

B: — Fez (o trabalho) *nada*! (não-argumental)

(35) A: — Você fala muito palavrão!

B: — Falo (palavrão) *nada*! (não-argumental)

Nessas frases, o *nada* não poderia nem mesmo ser considerado um tipo de segundo complemento desses verbos, pois não recebe uma interpretação típica de um segundo argumento interno, como seria o caso de um complemento dativo, que é interpretado como um beneficiário, uma meta, fonte, origem, posse etc (cf. Torres Morais 2007). Mas qual é, então, a função exercida pelo quantificador nesse tipo de sentença?

Dada a função claramente não-argumental, a princípio, poderíamos considerar que o *nada* exerce uma função de adjunto adverbial, modificando o predicado verbal sem ser um argumento. Entretanto, essa caracterização não é suficiente para explicitar a natureza do *nada* em sentenças como (34) e (35) acima.³³

Primeiramente, notemos que as sentenças em (34) e (35) são interpretadas como negativas e o *nada* é o único elemento negativo presente, o que permite a sua análise como um marcador de negação sentencial. Em outras palavras, é plausível considerar que esse tipo de *nada* ocorre sob uma projeção funcional específica na estrutura sentencial (na posição de núcleo ou de especificador, a definir).

Em segundo lugar, as sentenças não expressam uma negação discursivamente neutra, proferível em contextos *out of the blue*, mas anafórica, no sentido definido no capítulo 1 desta tese (cf. subseção 1.1.1), pois indicam necessariamente uma rejeição a uma proposição apresentada previamente (ou inferível) no discurso. Até aqui, temos propriedades semelhantes às do *não* pós-VP, especialmente na construção [VP Neg].

Por outro lado, em sentenças do tipo (34) e (35), a negação ou rejeição da proposição prévia apresenta uma propriedade adicional, a saber, uma maior expressividade que corresponde ao conceito intuitivo (e a-teórico) de ênfase referido na seção 2.1 deste capítulo (e nos estudos funcionalista).³⁴ Vou assumir, nesta seção, que esse uso não-argumental do

enfática semelhante.

³³ Nas seções 2.4.3 e 2.5, veremos um outro uso de quantificadores negativos equivalente a *nada* que pode ser considerado como adverbial por modificar predicados verbais.

³⁴ Jairo Nunes (comunicação pessoal) chama a atenção para o fato de que o *nada* não-argumental de sentenças

quantificador *nada* é enfático, sem maiores discussões no momento.³⁵ Mais adiante, discutirei em que sentido este marcador negativo pode ser considerado enfático a partir da caracterização dos fenômenos expressivos apresentada em 2.2.

O quantificador *nada* em (34) e (35) parece, então, acumular três propriedades: (i) ser não-argumental; (ii) codificar negação anafórica; (iii) e (por hipótese) expressar negação do tipo enfática. A construção exemplificada (34) e (35) é, dessa forma, legítima concorrente ao posto de estrutura responsável por codificar negação enfática no PB em lugar das construções com o *não* final.

Diante desse quadro, a hipótese que vou desenvolver ao longo deste capítulo é a de que o *nada*, enquanto marcador negativo enfático, também deve ser considerado um núcleo funcional projetado em uma categoria do sistema CP, de modo semelhante ao *não* pós-VP (cf. Cavalcante 2009b: 73-77).

Em outras palavras, da mesma forma que argumentado para o *não* final no capítulo 1, o marcador negativo *nada* não deve ser considerado como um elemento adverbial adjungido ao sistema VP nem como um marcador de polaridade sentencial do sistema IP, mas, por seu caráter anafórico e por sua distribuição sintática, deve ser gerado no sistema CP de modo a combinar os traços sintático-semânticos de [+ênfase] e [+negação]. A posição linear do *nada* ao final de toda a sentença seria, então, derivada de modo semelhante à derivação da posição linear do *não* final, i.e. pelo fronteamento da sentença, como na representação em (36).

(36) Derivação do *nada* enfático (1ª alternativa de análise; 1ª versão)

a. Fez o trabalho *nada*!

como (34) e (35) parece exercer uma função semelhante a de expressões como “*nem um pouco*” e “*de jeito nenhum*”, que também ocorrem em posição pós-verbal ou pós-VP, como em (i) e (ii).

(i) Num vai ter aula amanhã { *de jeito nenhum* / *nada* }.

(ii) Num gosto (*nem um pouco* / *nada*) de você (*nem um pouco* / *nada*).

De fato, o quantificador *nada* também pode ocorrer em uma posição não-argumental modificando adjetivos, como em (iii), alternando com expressões como *nem um pouco*.

(iii) Ele não é { *nada* / *nem um pouco* } inteligente.

Veremos na subseção 2.4.2 que, apesar disso, o *nada* não-argumental apresenta diferenças consideráveis em relação a essas expressões.

35 Como veremos na seção 2.4.1, Di Tullio (2008) também caracteriza o uso não-argumental do *nada* no espanhol platense como típico de contextos enfáticos. Por outro lado, Pinto (2010), analisando uso semelhante no PE, não caracteriza o *nada* não-argumental como enfático, mas como *metalinguístico*, seguindo a análise de Martins (2010) para certas expressões idiomáticas que veiculam um tipo de negação não-descritiva ou não-neutra (cf. 2.4.2).

- b. [_{X'} **nada** [... [_{CP/TP} fez o trabalho]]]
 c. [_{XP} [_{CP/TP} fez o trabalho] [_{X'} **nada** [... t_{CP/TP}]]]

Veremos que essa hipótese consegue explicar uma série de propriedades semelhantes compartilhadas pelo *não* pós-VP e pelo *nada* enfático, como o caráter anafórico e a distribuição sintático-discursiva.

Dois fatos sobre a distribuição do marcador *nada* e do *não* pós-VP são importantes para a proposta aqui formulada. Trata-se da distribuição do *nada* (i) em contextos encaixados e (ii) em função do tipo ilocucionário da sentença.

Com relação ao encaixamento, veremos, na seção 2.4.2, que os marcadores de negação enfática semelhantes a *nada* não podem ocorrer em sentenças encaixadas (cf. Martins 2010: 571 e Pinto 2010: 19), em um comportamento idêntico ao da estrutura [VP Neg] e quase idêntico ao de [Neg VP Neg].

Lembre-mos de que a estrutura com dois marcadores (i.e. com um *num/não* pré-verbal e outro final) é possível em encaixadas completivas. Assumi, contudo, que mesmo nesse caso das completivas o *não* final não é gerado na sentença encaixada, mas na sentença matriz, com o alçamento de toda a sentença (matriz + encaixada) (cf. 1.5.4). Por essa análise, a ordem aparente [Neg VP Neg] em uma sentença encaixada como em (37a) é resultado desse movimento, representado em (37b) e (37c), e a interpretação de dupla marcação negativa na encaixada é derivada pela concordância negativa gerada pela presença do *não/num* pré-verbal na sentença encaixada.

(37) [Neg VP Neg] em sentença encaixada (completiva)

- a. João disse *que Pedro num viajou* **não**.
 b. [_{Ast} **não** [_{CP-1} João disse [_{CP-2} que Pedro num viajou]]]
 c. [_{Ast} [_{CP-1} João disse [_{CP-2} que Pedro **num** viajou]] [_{Ast} **não** [_{CP+1} João disse [_{CP-2} que ...]]]]

Uma vez que as sentenças com o *nada* não-argumental ocorrem sem o marcador negativo pré-verbal (cf. seção 2.4), o esperado é que elas se comportem de modo idêntico a [VP Neg], não sendo aceitáveis nem sequer em subordinadas completivas. Esse comportamento é facilmente derivado se assumimos que o marcador *nada*, assim como o *não*

final, só pode ser gerado no CP matriz. O motivo de o *nada* não ocorrer (linearmente) em encaixadas seria justamente pela ausência de um *num* pré-verbal para possibilitar a concordância negativa entre o NegP (encaixado) e o marcador *nada* (no sistema CP da matriz), de modo a permitir que este seja interpretado na encaixada.

O segundo fator distribucional importante para a proposta é a interação entre o *nada* enfático e a força ilocucionária da sentença. Vimos, no capítulo 1, que o *não* pós-VP tem a mesma distribuição que as partículas assertivas iniciais do tipo *yes* e *no* (i.e. o *não* e o *sim* isolados ou pré-sentenciais) quanto ao tipo ilocucional das sentenças a que remetem, podendo servir de réplica a sentenças declarativas, imperativas e interrogativas polares, mas não como réplicas a interrogativas QU.

Da mesma forma, as sentenças com o marcador enfático *nada* podem ser usadas como réplica a sentenças declarativas (cf. (38)), imperativas (cf. (39)) e interrogativas polares (cf. (40)), de modo semelhante às partículas assertivas iniciais e ao *não* final.

(38) *Nada* enfático, partículas assertivas e *não* final em **réplica a declarativas**

A: Finalmente terminei a tese!

a. B: *Não*, você ainda num terminou. Ainda falta um capítulo.

b. B: Terminou *não*. Ainda falta um capítulo.

c. B: Terminou *nada*! Ainda falta um capítulo.

(39) *Nada* enfático, partículas assertivas e *não* final em **réplica a imperativas**

A: Vá lavar a louça!

a. B: *Não*, eu num vou. Vá você!

b. B; Vou *não*. Vá você!

c. B: Vou *nada*! Vá você!

(40) *Nada* enfático, partículas assertivas e *não* final em **réplica a perguntas polares**

A: Teve aula hoje?

a. B: *Não*, num teve.

b. B: Teve aula *não*!

c. B: Teve aula *nada*!

Por outro lado, o marcador *nada*, assim como as partículas assertivas iniciais e o *não*

final, não pode ocorrer como réplica a perguntas QU, como mostram os exemplos em (41) e (42). Note-se que, em sentenças como (41c), o *nada* pode marginalmente ser interpretado como o complemento do verbo, mas não como o marcador negativo enfático.

Nada enfático, partículas assertivas e *não* final em **réplica a interrogativas QU**

(41) A: O que / quem você viu ontem?

- a. # Não.
- b. # Vi *não*.
- c. # Vi *nada*!

(42) A: Quem apagou a luz?

- a. # *Não*.
- b. # Apagou *não*.
- c. # Apagou *nada*!

Em outras palavras, com relação à força ilocucionária, o *nada*, enquanto marcador negativo, tem um comportamento semelhante ao das partículas assertivas (aí incluído o *não* final) que foram analisadas no capítulo 1 como geradas no sistema CP, no núcleo da categoria AstP (responsável pela *outer polarity* no sistema de Farkas 2010). Esse comportamento semelhante favorece uma análise que considere que o marcador *nada* e essas partículas são geradas no sistema CP e relacionadas à mesma posição estrutural ou categoria funcional.

Há, contudo, uma diferença entre o *nada* enfático e as partículas assertivas. Como vimos no capítulo 1, quando em posição final de sentença, o *não* do PB pode não apenas servir de réplica a declarativas, imperativas e interrogativas polares, mas também **ocorrer** em sentenças desses três tipos. Se o *nada* enfático é derivado da mesma forma que o *não* final, com o alçamento de toda a sentença, é de se esperar *a priori* que ele também possa, não apenas servir de *réplica a*, mas também ocorrer nesses três tipos de sentenças. Essa expectativa, entretanto, não se confirma. Os exemplos em (43) e (44) mostram que o *nada* enfático, diferentemente do *não* final, não pode ocorrer em imperativas ou em perguntas polares.

(43) a. (Num) convide ele *não*!

b. * Convide ele *nada*!

(44) a. (Num) teve aula hoje **não**?

b. * (Num) teve aula hoje **nada**?

A sentença (43b) não pode ser interpretada com um imperativo negativo equivalente a (43a). Semelhantemente, (44b) não pode ser interpretada como uma pergunta polar negativa equivalente a (44a). Em outras palavras, é impossível formar imperativos e perguntas negativas através do uso do *nada* como marcador negativo.

Temos, então, uma diferença importante entre o *não* final e o *nada* enfático com relação ao modo como os dois elementos interagem com sentenças imperativas e interrogativas polares. Como vimos no capítulo 1, o caráter anafórico do *não* final se realiza diferentemente nas imperativas e interrogativas em comparação com as declarativas. Nas declarativas, o traço anafórico do *não* final se traduz em um requerimento de negar uma proposição previamente ativada (explícita ou implicitamente) no discurso. Já nas imperativas, o *não* final não é uma negação de um imperativo previamente enunciado no discurso. Um imperativo com o *não* final se constitui em uma proibição de uma ação cuja possibilidade (ou probabilidade) de realização está dada (ou é iminente) no contexto. Em outras palavras, ao invés de um imperativo previamente ativado (a ser negado), há uma possibilidade de ação previamente ativada (a ser proibida). Já em perguntas polares, o *não* final também não se realiza como a negação de uma pergunta previamente ativada, mas ocorre em contextos discursivos que criam a expectativa de resposta negativa. De modo semelhante ao que ocorre com imperativos, as perguntas com o *não* final não exigem perguntas previamente ativadas, mas a ativação de uma expectativa de resposta.

Com o marcador *nada*, a situação é distinta. Já que a função principal do *nada* é justamente codificar uma negação ou rejeição expressivamente mais forte, o seu traço anafórico não se realiza com imperativos e perguntas da mesma forma que o *não* final. O *nada* enfático realmente exige uma sentença imperativa ou interrogativa polar previamente ativada no discurso, mas de modo a funcionar, não como a forma negativa de uma ordem ou de uma questão, e sim como uma rejeição à própria ordem ou questão.

O caráter anafórico compartilhado pelo *não* inicial/final e pelo marcador *nada* e a

distribuição sintático-discursiva semelhante (quanto ao encaixamento e à força ilocucionária) favorece a hipótese de que o *não* final e o *nada* enfático podem ser analisados como marcadores negativos anafóricos associados à periferia esquerda da sentença, possivelmente à mesma categoria funcional AstP, como discutirei adiante, ainda nesta seção. As diferenças específicas entre os dois itens (ao menos às que dizem respeito à interpretação que têm quando associados a sentenças imperativas e interrogativas polares) resultariam, por hipótese, de o marcador *nada* codificar um traço semântico-discursivo adicional, a saber, um traço relacionado à ênfase, ausente no *não* final. (Tento fornecer uma formulação mais adequada para esta restrição ao final desta seção).

Isso nos remete imediatamente ao caso das negativas finais do PE, que também só podem aparecer em contextos declarativos, sendo bloqueadas em interrogativas e em imperativas. A estrutura [VP *nada*], nesse sentido, se aproxima mais de [Neg VP Neg] e [VP Neg] do PE do que das estruturas equivalentes no PB.

Esse fato coloca-nos diante da questão sobre se é adequado considerar [VP *nada*] do PB como um tipo de negação **anafórica** como as demais negativas pós-VP do PB ou como negação **metalinguística** no sentido de Martins (2010, 2012) (cf. 1.2.1 no capítulo 1). Essa questão será discutida ao longo deste capítulo ao compararmos as propriedades de [VP *nada*] do PB com uma estrutura semelhante existente no PE, na subseção 2.4.2

Neste momento, é importante apontar que o bloqueio a [VP *nada*] em interrogativas e imperativas não é suficiente para caracterizar o marcador *nada* como um elemento metalinguístico, pois essa restrição, no PE, não atinge apenas negativas metalinguísticas como [VP Neg], mas também a negativa enfática (mas não metalinguística) [Neg VP Neg].³⁶

Na próxima subseção, discuto em mais detalhes a estrutura proposta as sentenças com a configuração [VP *nada*] no PB.

2.3.2. Estrutura das negativas com o marcador *nada*

³⁶ Lembro ao leitor que estou usando o termo *enfático*, para [VP *nada*], de modo impreciso, como na caracterização de Martins (2010) e Pinto (2010). Ao final desta seção 2.3, na subseção 2.3.3, tentarei formular um conceito específico de ênfase que abarque estas negativas do PB e do PE.

Nesta seção, discuto em mais detalhes a estrutura das sentenças negativas com o marcador *nada* apresentada na subseção anterior em (36) e repetida aqui em (45). De acordo com a proposta que defendo aqui, este marcador é gerado em uma posição periférica da sentença de modo semelhante ao *não* inicial/final e sua posição linear é gerada pelo movimento de toda a sentença para a esquerda. Na seção 2.4.2, veremos que Pinto (2010) apresenta uma análise semelhante para o PE (cf. também Cavalcante 2009b: 73-77).

(45) Derivação do *nada* enfático (1ª alternativa de análise; 1ª versão)

- a. Fez o trabalho *nada*!
- b. [_{X'} **nada** [... [_{CP/TP} fez o trabalho]]]
- c. [_{XP} [_{CP/TP} fez o trabalho] [_{X'} **nada** [... t_{CP/TP}]]

Esta proposta guarda semelhanças com a análise feita por Drozd (2001) para dados de negação pré-sentencial em inglês, que o autor considera como casos de *usos enfáticos da função de negação metalinguística*. Drozd (2001) analisa sentenças negativas do inglês que ocorrem na linguagem infantil, em que o único marcador negativo é a partícula *no* (às vezes realizada como *not*) na posição inicial da sentença (precedendo inclusive o sujeito), como em (46). Esse tipo de dado é agramatical na linguagem adulta.³⁷

- (46) a. *No* the sun shinning.
 b. *No* mommy doing.
 c. *No* Leila have a turn.
 d. *No* I see truck.

(Drozd 2001: 49)

37 Note-se que os exemplos em (46) diferem essencialmente dos exemplos com a mesma forma na linguagem adulta, como em (i), que não são interpretados com sentenças negativas, mas afirmativas que se seguem a uma rejeição de uma proposição prévia.

(i) **No**, the sun is shinning.

Drozd (2001) aponta também que, nessas sentenças infantis, o uso do marcador *no* é não-anafórico para indicar que o *no* não serve para negar uma sentença prévia, mas para negar a própria sentença em que ocorre, ao contrário dos dados adultos como em (i). O uso do termo (*não*)-*anafórico* por Drozd (2001) é ligeiramente distinto do que uso que faço nesta tese, pois utilizo *anafórico* também para sentenças em que um marcador age sobre a própria sentença em que ocorre, desde que essa sentença se refira a uma proposição previamente ativada no discurso. Assim, os dados do inglês infantil também podem ser considerados anafóricos se, para serem licenciados, tiverem que ocorrer necessariamente em réplicas. Drozd (2001), como veremos, dá conta dessa propriedade através do conceito de *negação metalinguística* que, como apontei no capítulo 1 (cf. seção 1.2.1), é apenas parcialmente equivalente ao de *negação anafórica*.

Apesar da impossibilidade de a partícula *no* ser usada, na linguagem adulta, em posição pré-sentencial com interpretação de marcador negativo, Drozd (2001) rejeita a ideia de que esse tipo de estrutura de negação pré-sentencial seja exclusiva da linguagem infantil, como um tipo de estágio intermediário em direção à construção da gramática adulta, como defendido por parte da literatura (cf. Radford 1990; Pierce 1992; Deprez & Pierce 1994). Contra essa hipótese, Drozd (2001) aponta a existência de uma simetria entre dados de aquisição registrados em (46) e um outro conjunto de sentenças da linguagem adulta. Trata-se de sentenças com expressões idiomáticas em posição inicial, veiculando uma interpretação de negação ou rejeição enfática, como em (47).

- (47) a. *No way* I love you!
 b. *The hell* it's Stewe Bunny. It's Civet de Lapin.
 c. *Like hell* he had a drink — that was a Shirley Temple.
 d. *My eyes* Bruno broke a finger. He's still got his original ten.

(Drozd 2001: 52, 55, 56)

Drozd (2001) trata dados (da linguagem adulta) como os (47) como exemplos do fenômeno de negação metalinguística, conforme definido por Horn (1985, 1989) (cf. seção 1.2.1 do capítulo 1). O autor sugere, então, que sentenças do inglês infantil como as de (46) devem ser consideradas como casos do mesmo fenômeno. Mais especificamente, ele propõe que elas sejam analisadas como casos de usos *exclamativos* da negação metalinguística. (Retornarei ao *status* exclamativo desse tipo de sentença ao final da seção).

O autor rejeita a hipótese de que o marcador *no* que aparece na linguagem infantil seja gerado em posição interna à sentença, sob a categoria NegP, por exemplo, com a posição pré-sentencial (ou pré-sujeito) sendo derivada pela ausência do movimento do sujeito para Spec,IP. Dado o paralelismo com as sentenças com expressões idiomáticas iniciais, Drozd (2001) propõe que o *no* infantil é gerado em uma posição pré-sentencial, em CP, codificando a rejeição enfática a uma proposição prévia.

Assumindo a análise estrutural proposta por Drozd (2001), o *nada* enfático do PB, a negação pré-sentencial do inglês infantil e as expressões idiomáticas negativas em posição inicial no inglês adulto podem ser considerados como exemplos do mesmo tipo de fenômeno, a saber, o de elementos que ao mesmo tempo apresentam um requisito anafórico e que

codificam negação enfática, sendo gerados diretamente no sistema CP.

Na proposta de Drozd (2001), o *no* infantil pode ser considerado como gerado diretamente na posição de núcleo de CP (em uma perspectiva que considere CP como uma categoria única). Menos clara é a posição em que deveriam ser geradas as expressões idiomáticas como *no way*, *like hell*, *the hell*, *my eye* etc, que aparentam ser sintagmas pleno, projeções máximas, ao invés de núcleos.

Uma vez que o foco de seu trabalho é a análise da negação pré-sentencial infantil, Drozd (2001) não explicita qual a análise estrutural adequada para as sentenças com tais expressões idiomáticas. Uma alternativa é considerarmos que, diferentemente do marcador *no*, essas expressões não são geradas em uma posição de núcleo, mas de especificador. Essa posição é assumida por Martins (2010) para casos de sentenças com expressões idiomáticas no PE que exercem uma função de negação metalinguística, exemplificadas em (48).

(48) Português europeu

- a. Ela canta bem *uma ova*.
- b. *Uma ova* é que canta bem.
- c. Ele viveu sempre em Paris *agora*.
- d. *Agora* viveu. (dialectos minhotos)
- e. Eu estou {*lá/cá/agora*} um pouco preocupado.

(Martins 2010: 569, 573)

De acordo com Martins (2010, 2012), as sentenças em (48) teriam as estruturas representadas em (49), como as expressões idiomáticas funcionando como marcadores de negação metalinguística associados ao sistema CP, tanto quando ocorrem em posições periféricas (inicial ou final) quanto quando ocorrem em posições medial. Assim, (48a) e (48c) teriam a estrutura em (49), como *agora* e *uma ova* sendo gerados no especificador de CP e a ordem linear sendo derivada pela topicalização de toda a sentença (= ΣP) para o especificador de TopP. Já sentenças como (48d), com *agora* em posição pré-sentencial, equivalente às sentenças do inglês apresentadas por Drozd (2001) em (46) e (47), seriam derivadas a partir de uma estrutura semelhante a (49), com *agora* no especificador do CP, mas sem o movimento de topicalização da sentença.

(49) [_{TopP} [_{ΣP} O João deu um carro à Maria]_k [_{Top'} [_{CP} { **agora** / **uma ova** } [_{C'} [_{ΣP} ~~O João~~

Não é objetivo desse capítulo analisar sistematicamente todos os tipos de partículas usadas como marcadores de negação anafórica e/ou enfática, mas é importante apontar o paralelismo que há entre o *nada* enfático do PB e outros elementos.

Diante da análise de Drozd (2001) e da proposta apresentada aqui, uma pergunta que deve ser respondida é se o marcador *nada* e o *não* final do PB (bem como os itens enfáticos do inglês) seriam gerados exatamente na mesma posição estrutural, ou seja, na categoria denominada como AstP, ou em posições/categorias distintas, embora ainda no sistema CP. No primeiro caso, os rótulos XP e X° da representação em (36) devem ser substituídos por AstP e Ast°, respectivamente, como na representação em (51).

(51) Derivação do *nada* enfático (1ª alternativa de análise; 2ª versão)

[_{AstP} [_{CP/TP} fez o trabalho] [_{Ast°} **nada** / **não** [... t_{CP/TP}]]

A análise parece plausível considerando a função anafórica, a posição linear e a distribuição sintático-discursiva do *não* final e do *nada* enfático, discutidas na subseção anterior, 2.3.1. A análise ganha mais força se consideramos a proposta, no capítulo 1, de que o *não* final do PB seja equivalente ao *não* inicial/pré-sentencial de respostas e ao *no* do inglês (adulto). Se o mesmo *no* pode ter, na linguagem infantil, a função do tipo enfático equivalente à do marcador *nada*, a princípio não parecer haver razões para não assumir que o marcador *nada* e o *não* final do PB (assim como as expressões idiomáticas negativas e o *no* adulto e infantil do inglês) sejam gerados exatamente na mesma posição estrutural, o núcleo de Ast°. (Ficaria, entretanto, em aberto por que o *no* do inglês adulto e o *não* inicial do PB não podem negar a sentença que introduzem, enquanto o *no* infantil e as expressões idiomáticas podem.⁴⁰

Uma possível evidência para essa análise é que, em geral, o *nada* enfático e o *não* final não podem co-ocorrer na mesma sentença, como mostram os exemplos em (52).

(52) a. A: Ele fez o trabalho que eu pedi?

b. B: * Fez (o trabalho) **nada não**!

c. B: * Fez (o trabalho) **não nada**!

Quando aceitável, a co-ocorrência do *não* final e do *nada* leva a uma leitura pronominal

(i) Mas **nada** de vc sair comentando isso com todo mundo, hein?

40 Cf. nota 38.

do *nada*, como argumento interno do verbo, como mostra o exemplo (53), ao invés de uma leitura como marcador de negação (enfática).

(53) A: Você comprou alguma coisa?

B: Comprei nada **não!** (= ‘Não, não comprei coisa alguma’)

A incompatibilidade entre o *não* final e o marcador *nada* pode ser facilmente derivada se ambos os itens são gerados na mesma posição, excluindo-se mutuamente. Note-se, contudo, que essa opção de análise não é obrigatória. Dois elementos podem se excluir mutuamente por concorrerem pela mesma posição estrutural ou, alternativamente, por serem incompatíveis entre si, apesar de ocorrerem em posições estruturais diferentes (por exemplo, por incompatibilidade seletional).⁴¹ Seria, então, também possível assumir que, uma vez que o *nada* já codifica negação anafórica, a presença do *não* final poderia ser dispensável, mesmo que os dois elementos não ocorressem sob a mesma categoria. De qualquer forma, sem evidência adicional para propor que marcador *nada* e *não* final são gerados em posições distintas, a hipótese neutra é que ambos os marcadores ocupam a mesma posição estrutural, sendo gerados sob o mesmo núcleo Ast^o.⁴²

No entanto, há pelo menos um contexto em que o marcador *nada* e o *não* final podem co-ocorrer. Trata-se do contexto de réplicas (ou tréplicas) a sentenças em que já ocorre uma partícula assertiva do tipo *sim/não*, como no exemplo (54)⁴³, abaixo.

(54) a. A: Você num trabalhou!

b. B: Trabalhei sim!

c. A: (Num) trabalhou **nada não!** / (Num) trabalhou **não (*nada)!**

Note-se também que a única ordem em que a co-ocorrência é aceitável é [*nada não*]. A ordem [*não nada*] permanece inaceitável mesmo neste contexto. Antes de tudo, é preciso investigar se o uso do item *nada* no exemplo em (54c) é equivalente ao uso em (34) e (35), ou seja, se podemos considerar que o *nada* está na mesma posição estrutural em ambos os tipos de dados.

41 Agradeço a Jairo Nunes (em aula) por chamar a atenção para esse aspecto.

42 Jairo Nunes (comunicação pessoal) aponta que essa análise pode ser aplicada também a sentenças em que expressões pejorativas como *porra nenhuma* e *o caralho* que ocorrem em posição final, citadas na nota X.

43 Exemplos de Marcelo Ferreira (comunicação pessoal).

Em (54c), não apenas o marcador final, mas também o marcador pré-verbal pode co-ocorrer com o *nada*, e a interpretação da sentença, nesse caso, ainda é a de negação ou rejeição da sua versão afirmativa. Em outras sentenças, por outro lado, o *nada* pode se combinar com sentenças negativas resultando em uma interpretação de rejeição da versão negativa (ao invés da versão afirmativa) da sentença (cf. Pinto 2010), como exemplificado em (55) e (56), abaixo.

(55) a. A: Eu num/nunca falo palavrão.

b. B: *Num* fala palavrão **nada!** (Você fala sim!)

(56) a. A: Eu num beije ninguém na festa.

b. B: *Num* beijou ninguém **nada!** (Eu vi que você ficou com três pessoas...)

Note-se que, nesse tipo de sentença, em (55b) e (56b), não ocorre concordância negativa entre o marcador *nada* e o marcador negativo pré-verbal, ao contrário do que ocorre em (54c).

A possibilidade do marcador *nada* negar uma negação em sentenças como (55b) e (56b) pode ser uma pista de que dados como os de (54c), em que há concordância negativa entre o *nada* e os marcadores pré-verbal e pós-VP, são de um tipo distinto e, por isso, não constituem um contra-exemplo à análise representada em (51). A compreensão da relação entre o marcador *nada* e a polaridade sentencial expressa é, então, um ponto chave para a definição da estrutura das sentenças em que este marcador ocorre. Para resolver completamente essa questão, será necessário comparar os dados do PB com o de outras línguas que também manifestam quantificadores negativos em posição não-argumental, como farei nas seções 2.4 e 2.5.

Antes de fazer esta comparação, é possível levantar alguma alternativa à análise representada em (51) de modo a dar conta simultaneamente dos dados de (54c), por um lado, e de (34) e (35), de outro. Essa segunda alternativa deve partir da ideia de que o marcador *nada* e o *não* pós-VP não são gerados na mesma posição estrutural. Há duas formas de implementação desta alternativa.

Na primeira forma de implementação, *nada* seria gerado em um núcleo X° **acima** de Ast° e o movimento da sentença tem como posição de pouso, não o especificador de AstP (embora possa passar por esta posição), mas o especificador da categoria X° mais alta,

conforme em (57).

(57) Derivação do *nada* enfático (2ª alternativa de análise; 1ª versão)

$$[_{XP} [_{CP/TP} \text{ trabalhei }] [_{X'} \text{ nada } [_{AstP} (t_{CP/TP}) [_{Ast'} \text{ não } [\dots t_{CP/TP}]]]]]$$

Na segunda forma de implementação, *nada* é gerado em um núcleo X° **abaixo** de Ast°. Nesse caso, a ordem linear [*nada não*], com adjacência obrigatória entre os dois marcadores, seria derivada pelo movimento do marcador *nada* para Ast°, adjungindo-se à partícula *não*, como na representação em (58).

(58) Derivação do *nada* enfático (2ª alternativa de análise; 2ª versão)

$$[_{AstP} [_{CP/TP} (\text{eu num}) \text{ trabalhei }] [_{Ast'} \text{ nada (não) } [_{XP} [_{X'} t_{nada} [\dots t_{CP/TP}]]]]]$$

A implementação em (58) é capaz de predizer a impossibilidade de ocorrência de algum elemento entre o *nada* e o *não*. Os dois marcadores podem, nessa perspectiva, ser vistos como formando um núcleo complexo. A posição final da sentença, nessa análise, permaneceria sendo o especificador de AstP, como nas sentenças que têm apenas o *não* final (com possível movimento intermediário para o especificador do XP em que o *nada* é gerado), de modo semelhante à primeira alternativa de análise, apresentada em (36) e (51).⁴⁴

A adoção dessa segunda alternativa de análise para a sentença em (54c), seja na forma da derivação em (57) ou em (58), deixa em aberto a questão sobre se o movimento de *nada* para Ast° se dá apenas quando este está preenchido pelo núcleo *não* ou também quando o *não* final não é lexicalizado. Ou seja, se ela deve ser aplicada apenas a exemplos como o de (54c) ou também a (34) e a (35).

Na hipótese da aplicação desta segunda análise também a (34) e (35), a intuição expressa na análise é que os traços de negação anafórica e de negação enfática codificados pelo marcador *nada* resultariam de este elemento ser gerado em uma posição associada a algum tipo de foco e ser posteriormente movido para outra posição associada à codificação de denegação.

O *merge* com uma posição de foco e com uma posição de negação anafórica seria

⁴⁴ Uma terceira forma de implementação é de que, após o movimento da sentença para o especificador do *nada* (i.e. o Spec,XP na representação em (51)), gerado abaixo de AstP, haja o movimento de toda essa categoria que inclui a sentença e o *nada* para o especificador do *não* final (i.e. o Spec,AstP).

responsável pela dualidade de trações do marcador *nada*. Nessa perspectiva, a categoria XP da representação em (58) equivale à categoria de FocP. O *nada* enfático seria, então, gerado em Foc° e se moveria para Ast° por também possuir um traço anafórico. A representação em (58) deveria, portanto, ser re-interpretada como (59), com o rótulo X° e XP sendo substituídos por Foc° e FocP, respectivamente.

(59) Derivação do *nada* enfático (2ª alternativa de análise; 3ª versão)

[_{AstP} [_{CP/TP} trabalhei] [_{Ast'} **nada** (não) [_{FocP} (t_{CP/TP}) [_{Foc'} t_{nada} [... t_{CP/TP}]]]]

Mas o leitor precisa ter em mente que, como aponte, essa alternativa de análise ainda depende do pressuposto de que, em sentenças com a configuração [Neg VP *nada* (Neg)] (e **com** concordância negativa), como em (54c), o item *nada* possui as mesmas propriedades e é gerado na mesma posição que nas sentenças com configuração [VP *nada*] ou [(Neg) VP *nada*] (e sem concordância negativa).

A comparação, nas seções 2.4 e 2.5, com os dados de outras línguas que também apresentam usos não-argumentais de um quantificador negativo equivalente a *nada* revelará a existência de dois tipos de usos não-argumentais (ou não-temáticos) de quantificadores negativos, dois quais apenas um poderá ser considerado um marcador negativo.

Encerro esta subseção assumindo, para as sentenças do PB em (34), (35), (55b) e (56b), com a configuração [VP *nada*] (ou [IP *nada*]), a análise apresentada em (51), repetida em (60), de acordo com a qual o item *nada* é um marcador de negação enfática associado ao sistema CP, gerado na mesma posição de núcleo Ast° em que é gerado o *não* pós-VP.

(60) (= (51) Derivação do *nada* enfático em [IP/VP *nada*])

[_{AstP} [_{CP/TP} fez o trabalho] [_{Ast'} **nada / não** [... t_{CP/TP}]]]

Por outro lado, a estrutura das sentenças com a configuração [Neg VP *nada* (Neg)] ficará em aberto até o confronto com dados de outras línguas que possam esclarecer a natureza dessa construção e do marcador que nela ocorre.

Na próxima subseção, discuto o conceito de ênfase que pode ser atribuído às sentenças como o marcador *nada*.

2.3.3. Sobre a natureza enfática do marcador *nada*

Antes de encerrar esta seção 2.3, é preciso voltar à questão sobre a natureza enfática do marcador *nada*, que assumi sem maior discussão no início da seção (em 2.3.1). As sentenças com o *nada* não-argumental funcionando como um marcador negativo são claramente mais expressivas do que aquelas (com a negação pré-verbal e) sem o *nada*. São até mais expressivas do que aquelas em que aparece o *não* final ao invés do *nada*, ou seja, com [Neg VP Neg].

Por outro lado, se as intuições de linguistas portugueses como Martins (2006, 2007) sobre uma função enfática de sentenças com o *sim* e o *não* finais no PE estão certas, então as sentenças com o marcador *nada* (e não aquelas com o *não* final) é que seriam suas contrapartes enfáticas no PB, contrariando a hipótese de Cunha (1996) e Roncarati (1996).

Resta, porém, definir em que consiste essa maior expressividade do marcador *nada* do PB à luz da tipologia apresentada na seção 2.2 (e resumida no quadro 2.1 ao final da subseção 2.2.3). Parece-me claro que as sentenças com o marcador *nada* não realizam as operações que denominei como *foco* e *destaque*, pois a ênfase nessas sentenças não afeta um constituinte sentencial em detrimento dos demais, ou seja, não tem o objetivo de pôr em evidência ou conceder um *status* informativo distinto a uma parte específica da sentença.

A hipótese mais plausível é que o marcador *nada* codifique *ênfase escalar* no sentido definido por Israel (1996, 1998, 2001), que está relacionada não ao *status* informacional, mas à quantidade de informação veiculada. Por outro lado, Drozd (2001) considera as negativas enfáticas com o *no* na linguagem infantil e com expressões idiomáticas na linguagem adulta como formas exclamativas de negação (metalinguística). Discutirei nesta subseção as duas alternativas quanto à ênfase escalar e ao uso exclamativo.

Na verdade, essas duas hipóteses não são tão diferentes em si, pois, como apontei na seção 2.2.2 e 2.2.3, tanto a ênfase quanto a exclamação são caracterizadas por envolver implicaturas escalares e expressar graus extremos da escala.

As sentenças com ênfase escalar (i.e. com a estratégia léxico-semântica) envolvem a interação entre a negação sentencial e NPIs minimalizadores para produzir um efeito de maior informatividade.⁴⁵ Portanto, para considerar sentenças negativas como (61) como enfáticas neste sentido, seria necessário analisar o *nada* como um elemento minimalizador semelhante a expressões como *a drop*, *a wink*, *a red cent*, *um passo*, *um tostão furado* etc.

(61) a. A: Quando ele soube das irregularidades, ele denunciou o fiscal à polícia?

45 Assim se dá no caso de sentenças negativas. Nas afirmativas, o mesmo efeito é proporcionado pela interação entre a polaridade positiva e os maximizadores, como visto na seção 2.2.

b. B: Denunciou **nada**! Ele ficou foi calado, com medo.

Apesar de quantificadores equivalentes a *nada* não serem (sincronicamente) considerados na lista de elementos minimalizadores, a proposta é plausível se analisarmos este elemento como expressando um ponto em uma escala de quantidade. A diferença específica seria que um minimalizador expressa a mínima quantidade, intensidade ou equivalente possível dentro de uma escala, enquanto o *nada* vai além e expressa o grau zero da escala.⁴⁶ Comparemos (62) com (63).

(62) Eu não ganhei/vi/comprei/ouvi *nada*.

(63) a. Eu não ganhei *um centavo furado*.

b. I didn't earn *a red cent*.

Se considerarmos que o uso de *nada* como marcador em sentenças como (51b) é derivado do seu uso como quantificador negativo em dados como os de (62)⁴⁷, podemos considerar que a expressividade dessas sentenças é derivada da possibilidade de o *nada* ser interpretado de modo semelhante a um elemento minimalizador, mas que codifica em si tanto a informação escalar quanto a informação negativa.⁴⁸

A dificuldade para essa análise é que, ainda que se possa reconhecer que o *nada* pode introduzir uma escala em sentenças como (62) (no caso, uma escala de quantidade em relação

46 Outro fator que favorece essa análise é o fato de que alguns quantificadores negativos de elementos minimalizadores. Este é o caso do *ddim/dim* do galês antigo, *wiht/naught* do inglês antigo e do próprio quantificador *nada* do português.

47 Entre as diferenças quanto ao uso de *nada* em (62) e em (61b) estão: (A) Em (62), *nada* é claramente argumental. O item recebe um papel temático de tema do verbo, (B) podendo inclusive ser passivizado, como em (i). Nesse tipo de uso, (C) o *nada* também pode ocorrer em sentenças não-declarativas como perguntas polares, perguntas QU, imperativos e em declarativas não-matrizes, como mostram os exemplos em (ii).

(i) *Nada* foi denunciado/comprado/visto/etc.

(ii) a. Você num fez/viu/comprou/denunciou *nada*?

b. Por que ele num fez/viu/comprou/denunciou *nada*?

c. Num faça/veja/compre/denuncie *nada*!

d. Ele disse que você num fez/viu/comprou/denunciou *nada*.

O marcador *nada*, por outro lado, como apontei antes, é não-argumental, não pode ser passivizado e não ocorre em sentenças não-declarativas nem em não-matrizes. Cf. nota 34 e seção 2.4.2.

48 Sobre quantificadores codificando simultaneamente um traço negativo e um traço do tipo NPI, vide seção 2.5 sobre o caso das línguas germânicas em que quantificadores negativos não precisam ser licenciados por uma negação pré-verbal.

às atividades de *ganhar*, *ver*, *comprar*, etc), não é claro qual poderia ser o predicado escalar expresso em sentenças (61b). A presença do *nada* em (61b) não significa que houve a menor quantidade possível de uma escala de intensidade relacionada à *denúncia*. Mesmo que se interprete que a não-realização da denúncia é, em certo sentido, o grau mais baixo de uma escala de intensidade, essa interpretação não difere da veiculada pela versão da mesma sentença com um marcador negativo pré-verbal, como em (64), em que a não-ocorrência da denúncia não pode ser interpretada como envolvendo um ponto mínimo em uma escala.

(64) (Não,) ele não (as) denunciou.

Comparemos o contraste entre (65b) e (65c) com o contraste entre os exemplos (27a) e (26a), repetidos aqui em (66a) e (66b). O item *nada* em (65b) expressa que o objeto da denúncia foi equivalente a zero. Esse exemplo pode ser considerado, em relação a (57a), como equivalente ou semelhante ao exemplo (66b) em relação a (66a), por indicar uma quantidade mínima.

- (65) a. Ele não denunciou as irregularidades.
 b. Ele não denunciou *nada*.
 c. Denunciou *nada*!

- (66) a. She didn't drink her milk.
 b. She didn't drink *a drop of* her milk.

Já no exemplo (65b), por outro lado, o item *nada* representa uma rejeição da ideia de ter existido uma denúncia. O item *nada* não pode ser considerado um minimalizador.

As condições de verdade de (65a), (65b) e (65c) são as mesmas, mas o modo como essas condições de verdade são expressas difere significativamente.⁴⁹ Em outras palavras, devemos reconhecer que (61b) é, de fato, mais expressiva do que (64), mas essa maior expressividade não está relacionada a uma intensificação da **quantidade** de informação veiculada pela proposição.

49 Para usar os termos de Frege (1918), podemos dizer que as três sentenças têm a mesma *referência*, mas não o mesmo *sentido*.

A mesma observação vale para a hipótese de que as sentenças com o marcador *nada* veiculam negação exclamativa (em conformidade com a análise de Drozd (2003) para as negativas com *no(t)* ou expressões idiomáticas pré-sentenciais). Como vimos na seção 2.2.3, a veiculação de um escala de quantidade ou intensidade também caracteriza as sentenças exclamativas, que expressam um grau extremo de uma escala semântica.

Na formulação de Zanuttini & Portner (2003), as sentenças exclamativas envolvem *widening*, ou seja, a ampliação da escala **normalmente esperada** para uma situação.⁵⁰ Sentenças exclamativas como (67a) e (67b), por exemplo, asseveram que as coisas que o sujeito faz para impressionar seus amigos estão acima da escala normal do que é esperado para esse objetivo. Semelhantemente, exemplos como (67c) e (67d) não expressam apenas que a beleza do dia se encontra em um grau elevado da escala de beleza, mas que supera a beleza normalmente esperada para os dias.

(67) a. What he does to impress his friends!

b. The things he does to impress his friends!

(Zanuttini & Portner 2003: 62)

c. Que dia lindo!

d. What a beautiful day!

Diferentemente de sentenças como as de (67), a negativa em (61b) não expressa um grau para além de um escala normalmente esperada, pois o par pergunta-resposta em (61) define um conjunto de proposições com apenas duas opções, a saber p e $\neg p$. E a resposta em (61b) (i.e. $\neg p$) faz parte deste par previamente definido.⁵¹

Há duas outras dificuldades para a análise do marcador *nada* como negação exclamativa. Primeiro, como vimos na seção 2.2.3, as sentenças exclamativas não podem servir como respostas a perguntas e esta é simplesmente a função prototípica as sentenças com o marcador *nada*. Segundo, sentenças exclamativas, em geral, não são afetadas pela negação. Por exemplo, o *num/não* (pré-verbal) em uma sentença como (68a) é interpretado como uma instância de negação expletiva e a sentença inteira é interpretada como equivalente

50 Assim, enquanto a ênfase léxico-semântica (item III da subseção 2.2.1) parte da simples introdução de uma escala, a ênfase ilocucionária (item IV da mesma subseção) parte de uma escala média, que pode ser considerada uma subparte da escala introduzida por minimizadores.

51 Zanuttini & Portner (2003) assumem que as sentenças exclamativas definem um conjunto de proposições alternativas, como resultado de uma estrutura operador-variável, assim como as interrogativas QU.

a uma afirmação, sendo sinônima de (68b).⁵²

- (68) a. O que eu **num** faço por você!
b. As coisas que eu faço por você!

Por outro lado, Villalba (2004) mostra que algumas exclamativas são compatíveis com a negação, sem resultar em uma interpretação de negação expletiva, mas de negação *standard*, descritiva, como nos exemplos em (69). Tais casos mostram que o problema de compatibilidade com a negação deve ser relativizado, mas ainda assim os demais problemas trazem dificuldades suficientes para a ideia de que a estrutura [TP/VP *nada*] (de exemplos como (34) e (35)) seja um tipo de sentença exclamativa.

- (69) a. ¡Cuántos libros **no** pudiste leer jamás!
b. ¡Caramba, la de cosas que **no** compró nadie!

(Villalba 2004: 2)

Temos, então, a seguinte tensão. As sentenças com o marcador negativo *nada* têm claramente uma maior expressividade em relação às sentenças negativas com a estrutura [Neg VP], [Neg VP Neg] e [VP Neg] (do próprio PB) e podem ser descritas intuitivamente como enfáticas, mas o tipo de ênfase que elas expressam não pode ser reduzida aos casos de *ênfase* (*escalar*) definida em termos informacionais e codificada por implicaturas escalares, como as sentenças com minimizadores e as sentenças exclamativas.

Como, então, dar conta do efeito de intensidade da negação que é veiculada por este marcador?

A solução que proponho nesta subseção se inspira na diferença apontada por Hübler (1983) entre dois tipos de atenuação: *hedge* e *understatement*. Atenuação é uma estratégia de “*saying less than one means*” (Israel 1996), ou seja, corresponde ao oposto do conceito de ênfase (escalar), por veicular uma quantidade de informação menor do que o esperado.

Segundo Hübler (1983), há duas estratégias para realizar isso. *Understatement* (ou

⁵² Como as sentenças exclamativas são consideradas como aparentadas das interrogativas QU e, de fato, a grande maioria delas têm constituintes QU em sua formação, podemos considerar esta um problema a mais para a análise exclamativa das sentenças como o marcador *nada*, pois este é incompatível com sentenças com constituintes interrogativos, assim como o *não* inicial/final. Em outras palavras, não é possível assumir que a restrição que os exclamativos apresentam diz respeito apenas à negação interna, codificada em NegP.

atenuação propriamente dita) é um recurso de minimização do **conteúdo** expresso pela proposição, como na sentença em (70b) em comparação com (70a). *Hedge*, por outro lado, é uma estratégia de minimização do **comprometimento** do falante com o conteúdo da proposição veiculada, como em (70c) em comparação com (70a).

- (70) a. Stella is very clever.
 b. Stella is fairly clever. (*understatement*)
 c. I guess Stella is clever. (*hedge*)

Assim como há dois tipos de estratégias de atenuação (ou seja, de expressar sentenças *menos* informativas) podemos considerar que há dois tipos de intensificação ou ênfase, a depender se há uma intensificação do **conteúdo** da proposição ou do **comprometimento** do falante para com esse conteúdo.

Uma vez que (i) há argumentos para considerar que o marcador *nada* está relacionado à mesma categoria funcional em que se realizam as partículas assertivas e uma vez que (ii) essa categoria é responsável por codificar a confirmação ou rejeição do falante em relação a uma proposição ativada no discurso, se o marcador *nada* representa uma função mais enfática ou “intensa” em relação ao *não* inicial/final, então essa intensificação deve ser, não no **conteúdo** da proposição, mas na relação entre a denegação (por parte do falante) e o conteúdo proposicional negado (pelo falante).

Em outras palavras, enquanto os minimalizadores ligados ao sistema VP (como os que deram origem a marcadores pós-I^o como o *pas* do francês) expressam uma *ênfase informacional* ou *escalar*, aumentando a expressividade do conteúdo proposicional (negativo), marcadores enfáticos relacionados a AstP (ou mais genericamente ao CP) expressam uma *ênfase ilocucionária*, aumentando o comprometimento do falante com o ato de (de)negação.

A interação entre o caráter exclamativo e a função anafórica dessas construções fornece meios de explicar as particularidades de [VP *nada*] em relação a [(Neg) VP Neg] que vimos nesta seção. Especificamente, a possibilidade de [VP *nada*] servir como resposta a sentenças interrogativas polares (ou, de modo mais geral, como réplica a interrogativas polares, imperativas e declarativas) é, então, derivada da ativação de Ast^o e de o marcador *nada* ser, em última análise, como uma partícula assertiva do tipo *yes* e *no*.

Por outro lado, a impossibilidade de o marcador *nada* ocorrer em imperativas e interrogativas, mesmo polares (de modo contrário do *não* final), decorre da função exclamativa que as sentenças com o marcador *nada* exprimem adicionalmente. O caráter exclamativo do marcador *nada* torna [VP *nada*] “irrespondível” no sentido de ser incompatível com os traços ilocucionários interrogativo e imperativo.

Podemos, então, definir sentenças **pseudo-exclamativas** como sentenças de tipos ilocucionários não-exclamativos, mas que recebem uma prosódia exclamativa e veiculam uma intensificação da enunciação, entendida como a expressão de um grau acima do esperado no comprometimento do falante com a proposição enunciada.⁵³

De acordo com essa definição, podem ser consideradas como sentenças pseudo-exclamativas casos como os de (71), tratados por Chomsky (1957) e outros autores (cf. também Laka 1990: 86-106) como envolvendo um tipo de transformação afirmativa ou enfática.

- (71) a. John *does* arrive.⁵⁴ (Chomsky 1957: 65)
 b. I *do* love you.

Construções do tipo (71) são sistematicamente tratadas como enfáticas na literatura, especialmente por conterem um peso prosódico (um *stress*) no elemento auxiliar. Entretanto, em (71) não há apenas um destaque ou foco *in situ* sobre este item. A interpretação é que toda a sentença é enfática e não apenas o elemento flexional. Por outro lado, essas sentenças não se encaixam na definição escalar de ênfase, conforme Israel (1996, 1998, 2001). A maior expressividade dos exemplos em (71) deve, assim, ser vista como ligada ao maior comprometimento do falante para com o conteúdo da proposição. Dessa forma, tais exemplos podem, adotando o sistema proposto neste capítulo, ser considerados casos de pseudo-exclamativas.⁵⁵

53 Tais sentenças não devem ser confundidas com a expressão da **evidencialidade**, que diz respeito à explicitação do tipo de evidência que sustenta uma afirmação factual e não ao grau de certeza do falante (cf. Palmer 2001).

54 Note-se que esse tipo de ênfase sobre toda a sentença é diferente dos casos em que toda a sentença é focalizada e recebe, portanto, a interpretação de informação nova.

55 Novamente, o rótulo adotado é o aspecto menos importante. Se quisermos manter o termo *ênfase* para englobar todos os casos de aumento da expressividade descritos nos itens I a IV da seção 2.2.1, então os casos descritos por Chomsky (1957), Laka (1990) e outros pode manter o rótulo de ênfase (ou afirmação enfática). O mais importante aqui é que se trata de um tipo de ênfase diferente da que é expressa pelos processos de focalização (sintática ou *in situ*), dos processos de uso de itens lexicais enfáticos e mesmo do processo de ênfase ilocucionária.

Negativas exclamativas são sentenças negativas com estrutura declarativa e que codificam negação anafórica, expressando um grau mais elevado de comprometimento ou certeza do falante quanto à (de)negação expressa. As sentenças (34), (35) e (61b) não expressam apenas a negação do evento expresso pelo verbo ou a negação da proposição. Elas expressam uma improbabilidade ou impossibilidade do evento ocorrer ou ter ocorrido, ao menos sob a perspectiva do falante.

As sentenças do tipo [Neg VP Neg] e [VP sim] do PE, caracterizadas como enfáticas por Martins (2006, 2007), podem, então, ser analisadas como enfáticas neste mesmo sentido atribuído a [VP *nada*] do PB. A função delas não é destacar um constituinte específico da sentença nem expressar uma quantidade de informação maior do que o esperado, mas expressar uma maior certeza do falante, uma maior comprometimento, com negação ou confirmação realizada.

Como apontei anteriormente, Martins (2006, 2007, 2010) utiliza os termos *ênfase* e *enfático* para se referir a [VP sim] e a [Neg VP Neg], sem, contudo, oferecer uma definição explícita de ênfase. Mais recentemente, Martins (2012 e em comunicação pessoal) afirmou que o conceito de ênfase associado a essas estruturas do PE deve envolver algum tipo de inclusão do falante naquilo que é dito. Essa tentativa de definir a semântica do *sim* e *não* finais no PE pode ser vista como convergente com o conceito de ênfase ilocucionária que envolveria as negativas exclamativas, apresentado nesta subseção.

Este conceito de pseudo-exclamativas pode ser considerado similar ao conceito de *verum focus* proposto por Höhle (1992, apud Romero & Han 2004) para sentenças do alemão que recebem um acento em elementos que ocupam a posição de núcleo de C° (como o complementizador e verbos em sentenças V2), resultando em uma leitura que, segundo o autor, pode ser descrita como ênfase na veracidade da proposição.

Se o comprometimento do falante com o conteúdo da proposição for resultado da presença de um traço associado a *verum focus* no sistema CP (possivelmente, mas não necessariamente, em C°), a estrutura proposta na subseção 2.3.2 para as sentenças com o marcador *nada* (em (32), (33) e (53b)) associado a duas posições sintáticas pode ser interpretada em termos da associação deste marcador ao traço de *verum focus* e ao traço anafórico em Ast°.

Nas próximas seções, apresento uma caracterização mais acurada das propriedades sintáticas do *nada* enfático. Para isso, comparo o *nada* do PB com quantificadores negativos

equivalentes (ou seja, com o traço [-animado]) também usados em função não-argumental e enfática (i) em outras línguas ibéricas⁵⁶ como o espanhol platense e o PE e (ii) em línguas germânicas como o inglês, o alemão e o holandês. Começo, na próxima seção, 2.4, com a comparação do PB com o *nada* não-argumental do espanhol platense e do PE.

2.4. Quantificadores negativos em função enfática nas línguas de origem ibérica

O emprego de um quantificador negativo com traço [-ANIMADO] equivalente a *nada* com função não-argumental e enfática, equivalente à de um marcador negativo, também ocorre em outras línguas além do PB. Esse uso é encontrado em outras línguas de origem ibérica como o espanhol platense e o PE, conforme descrevem Di Tullio (2008) e Pinto (2010).

Nesta seção, discuto as propriedades sintáticas do marcador *nada* do PB em comparação com suas contrapartes no espanhol platense e no PE, a partir das análises realizadas pelas duas autoras. Veremos que o *nada* das três línguas apresenta um núcleo de propriedades comuns, mas também apresentam propriedades específicas os diferenciam, especialmente quanto à posição linear em que ocorrem na sentença.

À primeira vista, o *nada* do PB e o do espanhol platense parecem se situar em polos distintos, por apresentarem mais diferenças entre si, enquanto o *nada* do PE possui características mistas, com um comportamento que ora se aproxima do PB, ora do espanhol platense. Por outro lado, o *nada* platense difere dos demais por suas propriedades de licenciamento, o que leva a uma possível questionamento sobre se este elemento pode ou não ser considerado um marcador negativo no mesmo sentido do *nada* do PB que ocorre em [TP/VP *nada*].

2.4.1. *Nada* enfático em espanhol platense e no PB

56 Note o leitor que o termo *línguas ibéricas*, aqui, está sendo usado com referência à **origem geográfica** das línguas históricas denominadas português e espanhol, e não como indicação do local em que as variedades ou dialetos estudados aqui são falados atualmente. Emprego o termo línguas ibéricas (para me opor às línguas germânicas) ao invés de *línguas românicas* para evitar generalizações indevidas com relação a outras línguas românica (não-ibéricas), como o francês e o italiano, que não foram analisadas neste trabalho.

O trabalho de Di Tullio (2008) aponta que, nos dialetos platenses do espanhol, o quantificador negativo *nada* pode ser usado em contextos enfáticos, diferindo do seu uso mais prototípico como elemento pronominal. Trata-se, como veremos, de uma possibilidade semelhante à descrita na seção 2.3 para o PB. Di Tullio (2008) levanta uma lista de propriedades do *nada* enfático do espanhol platense que não são compartilhadas por sua contraparte pronominal, a saber:

I. *Posição não-argumental*

O *nada* enfático não ocupa posição argumental, como mostram os exemplos em (72). Em (64a), o *nada* não pode ser considerado um argumento do verbo *voy* (i.e. *ir*), que não seleciona DPs. Já em (64b), o *nada* não exerce a função de argumento, que é desempenhada pelo clítico *lo*.

- (72) a. No voy *nada*!
b. No se lo dijo *nada*!

II. *Tipo de predicados*

Os exemplos em (72), acima, também mostram que o *nada* enfático pode se juntar a predicados transitivos ou intransitivos, indistintamente. Isso mostra que a presença do *nada* enfático na sentença não depende das propriedades argumentais do predicado.

III. *Não-modificação*

Di Tullio (2008) também mostra que, ao contrário do *nada* pronominal, o *nada* enfático não admite expansão ou modificação por determinantes, modificadores adjetivais ou orações relativas, como mostra o contraste entre os exemplos em (73).

- (73) Espanhol platense (Di Tullio 2008)
a. No le dijo *nada* de lo que habia pensado! (pronome)

- b. No se lo dijo *nada* {* de eso / parecido / de lo que habia pensado} (enfático)

IV. Posição imediatamente pós-verbal (i.e. pós-I°)

Di Tullio (2008) mostra que o *nada* enfático do espanhol platense nunca ocorre em posição pré-verbal, mas sempre pós-verbal, ou seja, à direita do elemento negado, como em (74). Esta corresponde ao que tenho denominado neste tese de posição pós-I° (cf. seção 1.2 no capítulo 1).

- (74) a. * *Nada* voy.
b. * *Nada* se lo dijo.

V. Não-ocorrência isolada

Ao contrário da versão pronominal, o *nada* enfático do espanhol platense não pode ocorrer como resposta isolada, como mostra Di Tullio (2008) com o contraste entre (75) e (76).

- (75) A: ¿Qué le dijiste?
B: *Nada*. (pronome)

- (76) A: ¿Se lo dijiste?
B: * *Nada*. (enfático)

Essas cinco características são suficientes para registrar que o uso argumental e o uso enfático do quantificador *nada* no espanhol platense apresentam várias diferenças que não podem ser ignoradas. Em Cavalcante (2009b: 73-77), aponto que muitas dessas características identificadas por Di Tullio (2008) também são encontradas no uso enfático do *nada* no PB, como se pode perceber pela caracterização apresentada na seção 2.3. A similaridade, entretanto, é apenas parcial, pois entre as duas línguas há também diferenças importantes.

Vejamos, primeiramente, as semelhanças e, depois, as diferenças.

A. *Primeira semelhança: posição não-argumental*

Em (34) e (35), repetidos em (77) abaixo, o *nada* enfático ocorre com verbos transitivos no PB, mas nitidamente não ocupa a posição de argumento, como apontado anteriormente, da mesma forma como apontado por Di Tullio para o espanhol platense (cf. (72)).

- (77) a. Fez (o trabalho) *nada*!
b. Falo (palavrão) *nada*!

B. *Segunda semelhança: tipo de predicados*

No PB, o *nada* enfático também ocorre com verbos intransitivos, como em (78).

- (78) A: Você trabalhou até tarde ontem, não foi?
B: Trabalhei *nada*! Não consegui por causa da dor de cabeça...

C. *Terceira semelhança: ausência de modificação*

Na função argumental, o *nada* pode sofrer modificação (por exemplo, por elementos adjetivais e orações relativas), mas, na função enfática, não pode, como mostra o contraste apresentado nos exemplos em (79) *versus* (80) e (81).

- (79) *Nada* argumental
a. Ele não comprou *nada que eu pedi*.
b. Ela não comprou *nada azul*.

- (80) *Nada* enfático
A: Você comprou muita coisa que eu não pedi!
B: * Comprei *nada que você não pediu*!

Interpretação pretendida: ‘Não é verdade que eu comprei muitas coisas que você não pediu’.

(81) A: Você comprou muita coisa azul!

B: * Comprei *nada azul*!

Interpretação pretendida: ‘Não é verdade que eu comprei muita coisa azul’.

D. Quarta semelhança: inaceitabilidade em posição pré-verbal

Assim como no espanhol platense, a presença do *nada* em posição pré-verbal no PB é inaceitável, como mostram os contrastes em (82).⁵⁷

(82) a. Vou *nada*!

b. **Nada* vou!

c. Comprei *nada*!

d. **Nada* comprei!

e. Falo (palavrão) *nada*!

f. **Nada* falo (palavrão)!

Alguns desses exemplos, como (82d), podem ser interpretados como casos de deslocamento do complemento verbal para uma posição pré-verbal (como em “*Nada fiz para merecer isso*”). No entanto, mesmo nesses casos, essa interpretação só é possível pela ausência de preenchimento (fonológico) da posição de argumento interno do verbo, de modo a permitir a interpretação de que o quantificador é gerado nesta posição.

Essas quatro propriedades em comum, mais a interpretação enfática, já são suficientes para considerarmos que temos um fenômeno semelhante no PB e no espanhol platense. Entretanto, também é necessário perceber que as construções com o *nada* nas duas línguas diferem entre si em pelo menos quatro propriedades. São elas:

⁵⁷ Confira nota 36 sobre casos de *nada (de)* introduzindo sentenças.

A'. Primeira diferença: Licenciamento por uma negação pré-verbal (pré-I°)

No espanhol platense, o *nada* enfático só pode ocorrer na presença de outro elemento negativo pré-verbal (cf. (83)), que funcione como seu licenciador, como o marcador negativo *no* ou outro quantificador negativo.

- (83) a. *Voy *nada*.
b. *Se lo dijo *nada*.

Por outro lado, no PB, como apontei em 2.3.2, o marcador *nada* pode dispensar a presença de itens negativos pré-verbais como o marcador *não/num*, e é até mais frequente sem eles, como mostram os exemplos do PB apresentados até então.

Uma hipótese plausível para derivar essa diferença entre as duas línguas é que a possibilidade de omissão do marcador negativo pré-verbal com o *nada* enfático seja consequência da possibilidade independente de omissão do *num/não* pré-verbal no PB (em [VP Neg], por exemplo) *versus* a impossibilidade de omissão do *no* em espanhol.⁵⁸

Por outro lado, essa diferença de comportamento leva necessariamente à questão sobre a natureza do *nada* enfático nas duas línguas. A necessidade de licenciamento do *nada* enfático do espanhol platense por outro item negativo aponta que seu traço negativo pode não ser considerado uma propriedade independente deste item, mas resultado de um processo de concordância negativa. Em outras palavras, podemos considerar que o *nada* enfático do PB codifica em si mesmo tanto a negação sentencial quanto a ênfase e pode, portanto, ser considerado como a realização de uma projeção funcional independente. No espanhol platense, a dependência do *nada* enfático pode indicar que este não é gerado pelo mesmo tipo de estrutura que gera sua (aparente) contraparte no PB.

Como apontado anteriormente, na subseção 2.3.2, nas sentenças do PB em que o *nada* enfático co-ocorre com o marcador pré-verbal, há dois tipos de comportamento: pode haver uma interpretação de concordância negativa ou uma interpretação de negação de uma negação prévia (discordância). O *status* do *nada* enfático nas sentenças em que há (co-ocorrência e)

⁵⁸ Jairo Nunes (comunicação pessoal) aponta que é preciso levar em consideração que a omissão do *não/num* pré-verbal que gera [VP Neg] não é livre em todos os dialetos brasileiros, mesmo quando a estrutura enfática [VP *nada*] é aceitável, o que mostra que a omissão do marcador pré-verbal nos dois casos pode ser resultado de processos distintos.

concordância com um marcador pré-verbal ainda está em aberto neste ponto de discussão, mas os casos do espanhol platense, em que apenas os casos de co-ocorrência e concordância são possíveis, podem contribuir para o esclarecimento dessa diferença: a qual dos dois usos do *nada* não-argumental no PB corresponde o *nada* enfático do espanhol platense?

B'. *Segunda diferença: ocorrência em fragmentos de sentença*

Uma outra diferença com relação à sua contraparte no espanhol é o fato de que, no PB, o *nada* enfático pode ocorrer como resposta isolada, como em (84).

- (84) a. A: A encomenda já chegou?
 b. B: (Que) *nada*!
 c. B: (Chegou) *nada*!

Como mostra o exemplo (76b), a ocorrência do *nada* enfático em posição isolada pode ser visto como uma redução em relação à ocorrência na expressão *que nada*!, também usada como repostas negativa enfática. No espanhol platense, o *nada* enfático não pode ocorrer nem mesmo nesse tipo de expressão, precedido pelo item *que*.

Esse uso de *nada* nessa expressão levanta uma questão sobre a possibilidade de modificação do marcador enfático e é incompatível com a análise do *nada* como o núcleo de Ast°. Como apontado anteriormente, nas duas línguas o *nada* enfático não pode ser modificado por determinantes e modificadores como adjetivos, orações relativas, etc. O item *que* em (84b) pode ser analisado de duas formas: (i) como um determinante de natureza WH, como em perguntas *d-liked* e em exclamações como em (85); (ii) e como um complementizador que ocupa o núcleo C° e introduz uma estrutura sentencial (elíptica), como em (86).

- (85) a. *Que/qual* livro (você comprou __ ontem)?
 b. [CP [DP **que** [NP livro]] [~~TP você comprou ontem~~]]
 c. *Que* livro (eu li __ ontem)!
 d. [CP [DP **que** [NP livro]] [~~TP eu li ontem~~]]
 (86) a. (Disse) que a encomenda chegou.
 b. [CP [C' **que** [TP a encomenda chegou]]]]

De acordo com a primeira análise, o *nada* em (85b) seria um elemento (pro)nominal modificado ou selecionado pelo determinante *que*, como em (87). Fica em aberto se esse fragmento resulta de uma estrutura sentencial maior, mas sujeita a uma operação de elipse, como em (87a), ou de uma estrutura não-oracional, como em (87b).⁵⁹

- (87) a. [_{CP} [_{DP} **que** [_{NP} nada]] C° [_{TP} ~~a encomenda chegou~~]]
 b. [_{DP} **que** [_{NP} nada]]

O problema causado pelo fato de *nada* ser modificado pelo determinante pode ser relativizado, na medida que, nessa análise, ele seria selecionado como complemento de outra categoria funcional, ao invés de ser modificado diretamente por um adjunto do tipo adjetival ou preposicional. A seleção de *nada* por algum núcleo deve estar disponível independentemente do *status* categorial deste elemento.

A questão que permanece é por que o *nada* enfático pode ser complemento de determinantes com traço WH como o *que*, mas não pode ser complemento de determinantes não-WH. Por outro lado, um aspecto positivo dessa análise é o fato de que ela relaciona os casos semelhantes a (84b) aos de sentenças exclamativas discutidos na subseção 2.2.3. Um aspecto negativo diz respeito ao *status* de *nada* nessa análise, que deve ser considerado como um tipo de nominal ou pronominal equivalente à expressão “*qual o quê?*”.

Já de acordo com a segunda análise, o *nada* em (84b) ocorre em uma categoria funcional dominada pelo complementizador *que*, com a elipse do conteúdo oracional dominado por *nada*, como em (88).

- (88) [_{CP} [_{C'} **que** [_{XP} [_{X°} nada] (...) [_{TP} ~~(a encomenda) chegou~~]]]]

Por essa análise, o *nada* seria gerado abaixo do núcleo complementizador. Por sua vez, o complementizador pode ser analisado como o núcleo introdutor de orações em Fin° ou como um marcador de foco em Foc°. Gerar o *que* em Foc° pode explicar a interpretação de rejeição enfática dessa expressão em (84b). Por outro lado, no capítulo 1 desta tese (cf.

⁵⁹ Cf. a seção 3.3 no capítulo 3 para uma discussão sobre a natureza dos fragmentos de sentença em contexto de resposta.

subseção 1.3.2), argumentei que a categoria Ast° deve ser gerada nas camadas mais altas do sistema CP, acima do complementizador (finito ou focal). A estrutura proposta em (80) traz, portanto, problemas para a análise formulada em 2.3.2, segundo a qual o marcador *nada* está relacionado à posição Ast° (por geração direta nesta categoria ou por movimento).

Por outro lado, a expressão “*que nada*” envolve problemas maiores do que a definição da relação entre os dois itens lexicais. Como aponta Jairo Nunes (comunicação pessoal), o paradigma parece ser mais complexo, com mais elementos ocorrendo entre *que* e *nada*. Vejamos alguns exemplos em (89).

(89) A: João (disse que) comprou uma limusine.

- a. B: Que *nada*!
- b. B: Que comprou *nada*!
- c. B: Que limusine *nada*!
- d. B: Que comprou que *nada*!
- e. B: Que limusine que *nada*!
- f. B: Que comprou o quê!
- g. B: Que limusine o quê!
- h. B: Que o quê!

Em (89b) e (89c) respectivamente, ocorrem um verbo e um nome logo após o *que*. Em (84b), o item *que* poderia ser interpretado com um elemento modificando diretamente o *nada* (cf. (79)). Nos exemplos em (89b) e (89c), por outro lado, o *que* parece modificar diretamente o verbo e o nome.

Uma análise possível para esses casos é que toda a expressão “*que X*” ocupe o especificador da categoria preenchida pelo marcador *nada*, como em (82a), ou gerada diretamente nesta posição ou movida a partir de uma posição interna à sentença.⁶⁰

- (90) a. Que {comprou / limusine } *nada*! (= (89b), (89c))
 b. [_{AstP} [_{DP} **que** {comprou / limusine }] [_{Ast'} *nada* [_{CP/TP} (...)]]]

Outra alternativa é considerar que o elemento inicial *que* seja uma interjeição

⁶⁰ Note-se que o caso da modificação do verbo é mais complicado pois envolveria a modificação, pelo determinante WH, de uma categoria verbal ao invés de nominal. É possível que, mesmo nesse caso, o verbo não seja tratado como um núcleo verbal, mas como um elemento nominal, pois ser tomado como uma citação.

independente da negativa seguinte, em que o *nada* age apenas sobre o item nominal/verbal, como representado em (91). A proposta é plausível na medida em que o item “*quê!*” também pode servir isoladamente como rejeição enfática. A separação entre *que* e o elemento verbal *comprou*, em (91a), parece mais natural do que a separação entre *que* e o elemento nominal *limusine*, possivelmente devido ao fato de que a sequência à direita de *que* corresponde a uma estrutura que semelhante a uma sentença. A questão é menos clara para (91b). Voltarei adiante aos dados de *nada* agindo apenas sobre elementos não-oracionais.

- (91) a. Que! Comprou *nada*!
b. Que! Limusine *nada*!

Já nos exemplos (89d) e (89e), além de um elemento nominal ou verbal, há duas instâncias de *que*, uma antecedendo e seguindo o elemento nominal ou verbal em questão, de acordo com a fórmula “*que X que Y*”, em que *Y* corresponde a *nada*. Nesses exemplos, a presença do segundo *que* traz problemas para a formação de uma proposta de derivação.

Podemos tentar manter uma análise segundo a qual o primeiro *que* modifica diretamente o elemento nominal ou verbal, como na representação em (90b) para os exemplos em (89b) e (89c). A questão remanescente é sobre o *status* do segundo *que*, que precede o *nada*. Mais do que isso: o *que* solitário em (84b) corresponde à primeira ou à segunda instância de *que* dos exemplos em (89d) e (89e). Uma possibilidade é analisar o segundo *que* como um complementizador gerado como núcleo acima da categoria em que o *nada* ocorre (contrariando a análise segundo a qual *Ast*^o é gerado acima de CP/FinP), enquanto o constituinte “*que X*” ocorre em uma posição de especificador acima do segundo *que*, como em (92).

- (92) a. Que {comprou / limusine} *que nada*!
b. [_{CP} [_{DP} **que** {comprou / limusine}]] [_{C'} *que* [_{AstP} *nada* [_{TP} (...)]]]

Entretanto, os exemplos em (89f) e (89g) mostram que, na fórmula “*que X (que) Y*”, o elemento correspondente a “*(que) Y*” (i.e. “*(que) nada*”) pode ser substituído pelo interrogativo “*o quê*”. Na verdade, fica em aberto se o interrogativo substitui a parte “*que nada*” (cf. (89d) e (89e)) ou apenas o quantificador *nada* (cf. (89b) e (89c)).

A possibilidade de substituição de *nada* ou “*que nada*” por “*o quê*” traz dificuldades para qualquer análise dos dados em (89), pela co-ocorrência de dois sintagmas com traço WH (i.e. o constituinte *d-linked* “*que X*” e pronome interrogativo “*o quê*”). Dados como (89h), em que não ocorre nenhum elemento entre o *que* e o interrogativo “*o quê*” dificultam ainda mais a análise, pois o *que* não pode ser considerado como um modificador de “*o quê*” nem como um complementador gerado acima deste interrogativo.

Uma alternativa é considerar simplesmente que esse tipo de expressão fixa traz tão somente duas interjeições em adjacência (possivelmente, mas não necessariamente, em coordenação), a primeira delas formada por um *que* isolado ou por um elemento *d-linked* introduzido pelo mesmo *que*, a segunda por outra expressão enfática como “*(que) nada!*” e “*o quê!*”. Mesmo de acordo com essa alternativa, permanece obscura a relação entre o *nada* em réplicas curtas e o *nada* em posição pós-VP.

C'. Terceira diferença: negação de constituintes não-oracionais

Di Tullio (2008) afirma que, no espanhol platense, o *nada* enfático não nega constituintes não-oracionais, como DPs, APs e PPs. No PB, o *nada* enfático pode negar constituintes não-oracionais como mostram os exemplos em (93), (94) e (95).

(93) A: Foi Paulo que convidou Angelina pra festa?

B: Paulo *nada*, foi Jennifer.

(94) A: A ordem para o lançamento veio do general

B: Do general *nada*, do presidente!

(95) A: Ele comprou um carro muito econômico.

B: Econômico *nada*, valorizado.

É preciso notar que, nesses exemplos, os constituintes não-oracionais não aparecem como parte de uma estrutura oracional mais ampla, mas em contextos elípticos ou periféricos.

D'. *Quarta diferença: posição pós-verbal ou pós-VP*

Di Tullio (2008) também aponta que, no espanhol, o *nada* enfático ocorre em posição imediatamente posterior ao verbo, antes dos complementos, como em (96).

- (96) a. No se lo dijo *nada* a Luisa.
b. *No se lo dijo a Luisa *nada*.

No PB, porém, essa ordem é excluída. O *nada* enfático ocorre em posição final de VP ou de sentença⁶¹, como nos exemplos em (97) e (98). Assumindo que o verbo se move para I° em ambas as línguas, podemos dizer que o *nada* enfático é pós-I° no espanhol platense, mas pós-VP no PB.

- (97) A: Ele fez o trabalho que eu pedi?
B: * Fez *nada* o trabalho!

- (98) A: Ele fez o trabalho que eu pedi?
B: Fez o trabalho *nada*!

Em resumo, a comparação com os resultados da pesquisa de Di Tullio (2008) nos mostram que o *nada* enfático do espanhol platense e do PB se assemelham por (i) ocuparem uma posição não-argumental; (ii) por ocorrerem com verbos transitivos e intransitivos indistintamente; (iii) não serem modificados por adjetivos, sintagmas preposicionados e orações adjetivas; (iv) e por serem excluídos em posição pré-verbal.

Eles, porém, se diferenciam quanto: (a) à co-ocorrência obrigatória (no espanhol platense) *versus* opcional (no PB) de um licenciador negativo pré-verbal; (b) à possibilidade de ocorrer (no PB) em posição isolada, como em fragmento de resposta; (c) à possibilidade (no PB) de negar constituintes não-oracionais (APs, DPs, PPs), embora em uma configuração distinta; (d) e quanto à posição imediatamente pós-verbal (i.e. pós-I°) ou pós-VP (no espanhol platense e no PB, respectivamente).

61 Com a exceção clara dos casos em que o *nada* “nega” constituintes não-oracionais.

Levando em consideração a interpretação enfática, a função não-argumental e a posição linear do *nada* na sentença, Di Tullio (2008) analisa esse elemento como ocorrendo em uma categoria funcional de foco baixo, gerada abaixo do TP, de acordo com a proposta de Belletti (2002) sobre a periferia do vP/VP. O *nada* enfático ocuparia a posição de especificador dessa posição baixa ao invés de aparecer em uma posição de núcleo na periferia esquerda da sentença, como propus para o PB (cf. seção 2.3.2).

Segundo Di Tullio (2008), a ordem linear [verbo + **nada** + complementos] no espanhol platense seria derivada pelo movimento do verbo para T°, passando por cima de *nada* no especificador do TocP baixo, como na representação em (99).

(99) a. No voy *nada*!

b. $[_{CP} [_{\Sigma P} [_{\Sigma^o} \text{no} [_{TP} [_{T^o} \text{voy}_i [_{FocP} \text{nada} [_{VP} t_i]]]]]]]]]]$

A princípio, essa análise parece ser adequada para os dados do espanhol, mas claramente não pode ser assumida para os casos de [IP/VP *nada*] o PB, devido, principalmente, à diferença quanto à posição em que o *nada* ocorre. A posição pós-VP não poderia ser gerada apenas pelo movimento do verbo para T°/I°.

Uma análise unificada que desse conta do *nada* enfático das duas línguas através dos mesmos mecanismos é claramente o objetivo ideal. Por outro lado, as diferenças entre o comportamento deste item nas duas línguas pode justificar uma análise distinta para as sentenças em que eles ocorrem.

Uma questão que pode ser levantada é se o *nada* enfático do espanhol platense deve ser considerado equivalente ao *nada* não-argumental do PB, em quais de seus usos, ou se pode ser considerado como mais próximo do *nada* não-argumental que ocorre na configuração [Neg VP *nada*], como concordância negativa entre *nada* e o marcador negativo pré-verbal.

Essa hipótese tornaria mais clara a diferença quanto ao fato de o *nada* enfático platense depender do licenciamento por um elemento negativo pré-verbal, enquanto o marcador *nada* do PB dispensa a co-ocorrência de um licenciador.

O que se conclui, até aqui, de acordo com as duas análises, o *nada* enfático não é um elemento relacionado ao sistema VP (seja um item argumental, receptor de papel temático, seja um elemento (adverbial) que funcione como adjunto verbal), mas um item relacionado (como núcleo no PB e como especificador no espanhol platense) a uma categoria funcional

específica externa ao sistema VP.

Para prosseguir na tentativa de compreensão das propriedades do *nada* como marcador de negação enfática, veremos, na próxima subseção, a descrição de um uso semelhante do quantificador *nada* no PE, de acordo com o trabalho de Pinto (2010). As propriedades identificadas por Pinto (2010) para o PE serão comparadas com as propriedades do PB e do espanhol platense.

2.4.2. *Nada* enfático (ou metalinguístico) do PE

O trabalho de Pinto (2010) mostra que, no PE, o quantificador *nada* pode exercer uma função não-argumental como a de um marcador negativo, como no exemplo em (100). Essa função pode ser considerada equivalente ao uso enfático do *nada* do PB, como descrito na seção 2.3.

(100) A: O Pedro deu um relógio à Maria. (PE)

B: Deu *nada* um relógio à Maria! Deu-lhe um vestido! (PE)

(Pinto 2010: 1)

A existência de um uso não-argumental e enfático do item *nada* no PE traz apoio adicional à análise de que esse elemento exerceria uma função de marcador negativo ao invés de ser um elemento (pro)nominal. Por outro lado, isso também traz questões adicionais quanto ao *status* das sentenças com [VP *nada*] no PB em comparação com o PE.

Na subseção 1.2.1 do primeiro capítulo, apontei que Martins (2010, 2012) e Pinto (2010) consideram a estrutura [VP Neg] do PE como responsável pela codificação de negação metalinguística, enquanto a estrutura [Neg VP Neg] seria negação enfática. Ainda em 1.2.1, apontei que a mesma análise metalinguística não poderia ser adotada para [VP Neg] (nem para [Neg VP Neg]) do PB, devido às propriedades distribucionais distintas das negativas pós-verbais nas duas línguas.

Neste segundo capítulo, apontei também que a análise como negação enfática não poderia ser adotada para [Neg VP Neg] (nem para [VP Neg]) do PB, pois essa negativa possui propriedades não-enfáticas.

A questão agora em jogo é se as negativas com o marcador *nada* no PE e no PB devem ser consideradas enfáticas (assim como [Neg VP Neg] do PE) ou metalinguísticas (assim como [VP Neg] também do PE) ou como uma combinação de ambas as propriedades.

Uma vez que o PE, diferentemente do PB, já possui um tipo de negativa especificamente enfática (i.e. [Neg VP Neg]) e outra especificamente metalinguística (i.e. [VP Neg]), não é suficiente apenas investigar a semelhança entre [IP/VP *nada*] do PB e [Neg VP Neg] do PE. É necessário investigar:

(101)

- I. Se as negativas pós-VP do PE realizam funções que, no PB, são exercidas apenas pela estrutura [TP/VP *nada*].
- II. Se apenas uma das negativas do PE é equivalente a [TP/VP *nada*] no PB.
- III. Ou se [TP/VP *nada*] do PB tem suas próprias propriedades e não pode ser totalmente identificador com nenhuma das negativas do PE.

Como veremos ao longo desta subseção, Pinto (2010) defende que o marcador *nada* do PE não é um marcador enfático, mas um *negação metalinguística*, conforme definição dada por Horn (1985, 1989) e aplicada por Martins (2010, 2012) a itens como *lá*, *cá*, *agora* e *uma ova*, como vimos na subseção 2.3.2.

Se o marcador *nada* do PE não for enfático, mas (especificamente) metalinguístico, teríamos uma situação em que [TP/VP *nada*] do PB não corresponde, no PE, a [V(P) *nada*], mas apenas a [Neg VP Neg], como propus anteriormente na subseção 2.3.3. O marcador *nada* nessas duas línguas teria de semelhante apenas a função não-argumental de marcador negativo, mas o tipo de negação expressa seria distinta: enfática no PB e metalinguística no PE.

Por outro lado, também há fatos que favorecem uma análise do *nada* do PB como um elemento metalinguístico no sentido definido por Pinto (2010) e Martins (2010) para o *nada* do PE. Vimos na subseção 2.3.1 que os contextos de distribuição do marcador *nada* do PB são um subconjunto dos contextos em que as negativas [Neg VP Neg] e [VP Neg], com o *não* pós-VP, podem aparecer. O marcador *nada* do PB é, por exemplo, limitado a contextos declarativos (e excluído em interrogativas e imperativas) de modo semelhante ao *não* pós-VP do PE. Mas também aponte que essa limitação não é conclusiva, pois o mesmo *não* pós-VP

do PE é considerado enfático em [Neg VP Neg] e metalinguístico em [VP Neg].

Por enquanto, farei referência ao *nada* do PE indistintamente como enfático ou metalinguístico.

Passo agora a apresentar as características do marcador *nada* do PE com base no trabalho de Pinto (2010). Compararei as propriedades desse item no PE com as propriedades de suas contrapartes no PB e no espanhol platense. Começarei com as propriedades que são comuns às três línguas, mas não agruparei as propriedades por semelhança e por diferença, como na subseção anterior, tendo em vista que a comparação é entre três e não entre duas línguas. Ao final desta subseção, apresentarei um resumo das semelhanças e diferenças entre elas.

I. *Anaforicidade ou necessidade de legitimação discursiva*

Pinto (2010: 14) mostra que, no PE, o quantificador *nada* pode ocorrer em posição não-argumental, como no exemplo anterior em (100), em que *nada* não pode ser considerado um complemento do verbo, que já tem os dois argumentos internos requeridos pelo verbo (tema e dativo) estão expressos independentemente.

O *nada* enfático (ou metalinguístico) do PE exerce uma função que pode ser considerada anafórica. Nos termos de Pinto (2010), ele necessita de “*legitimação discursiva prévia*”, como mostram os exemplos de (102) e (103). O exemplo em (103a) mostra que a negação pré-verbal pode ocorrer em contextos *out of the blue*, enquanto o exemplo (103b) mostra que a negação através do marcador *nada* é inadequada.

(102) Português europeu (rural)

INF1:Fumava muito. E o homem dizia... O homem fumava muito. E eu dizia para ele: “Ó senhor doutor isso mata-o”! “Mata *nada*, não faz mal”! Fumava assim por uma caneta como a senhora, assim como...

(Cordial-Sin - COV35-N)

(103) Português europeu (Pinto 2010: 15)

[Dois amigos estão juntos numa esplanada e quando chega a hora de pagar, um

deles não tem dinheiro.]

a. Não tenho dinheiro. Pagas-me o café?

b. *Tenho *nada* dinheiro! Pagas-me o café?

É importante, contudo, apontar que o contexto de licenciamento do *nada* enfático do PE é mais restrito do que o que denominei, no primeiro capítulo, de requerimento anafórico associado ao *não* pós-VP no PB. O marcador *nada* do PE exige que a proposição a ser negada esteja explicitamente presente no contexto⁶², enquanto o *não* pós-VP em [Neg VP Neg] e [VP Neg] do PB pode ser licenciado por proposições implícitas e inferíveis pela situação linguística e pelo contexto extra-linguístico.

Em uma situação semelhante à descrita em (103), após fazer o gesto para procurar o dinheiro e não achá-lo, um interlocutor pode dirigir-se ao outro com a sentença em (104a), no PB, com o *não* pós-VP, o que mostra que a função anafórica é mais geral do que a metalinguística. Por outro lado, mesmo no PB, uma sentença como (104b), com o *nada* como marcador negativo, é bem menos aceitável neste contexto.⁶³

(104) a. Tenho (dinheiro) *não*. Paga pra mim?

b. ??/* Tenho (dinheiro) *nada*. Paga pra mim?

II. Ausência de modificação

Pinto (2010) aponta que *nada* enfático (ou metalinguístico) também não pode ser modificado por adjetivos, advérbios, orações relativas etc, como mostra o contraste entre a versão (a) e (b) dos exemplos em (105) e (106).

(105) Português europeu (Pinto 2010: 1-2)

a. O Pedro não comprou *nada* o livro. Comprou a bicicleta!

⁶² Agradeço à professora Ana Maria Martins por chamar minha atenção para este fato.

⁶³ Novamente, essa diferença do marcador *nada* do PB em relação ao *não* final do PB (e a semelhança com o marcador *nada* do PE) não é suficiente para considerar [TP/VP *nada*] do PB como uma construção metalinguística, pois essa restrição se aplica tanto à negativa metalinguística [VP Neg] (do PE) quanto à negativa enfática [Neg VP Neg].

b. *O Pedro não comprou **absolutamente** *nada* esse livro. Comprou a bicicleta.

(106) Português europeu (Pinto 2010: 1-2)

A: O Pedro caiu das escadas!

a. B: Caiu *nada* das escadas! Foi empurrado!

b. B: * Caiu **absolutamente** *nada* das escadas! Foi empurrado!

Na subseção anterior, 2.4.1, vimos que a impossibilidade de modificação também era uma característica do *nada* enfático do PB e do espanhol platense.

III. *Tipo de predicado*

Os dados do PE também mostram que, assim como no PB e no espanhol platense, o *nada* enfático dessa língua pode se combinar livremente com predicados transitivos ou intransitivos (embora de Pinto (2010) não chame a atenção para isso), como mostram os exemplos de (100), (105), (106) e (107), o que reforça a análise de que este elemento não está ligado a uma função ou posição argumental.

(107) Português europeu (Pinto 2010: 28)

A: O avô nunca dorme.

B: Nunca dorme, *nada*!

IV. *Não-ocorrência em contextos encaixados*

Pinto (2010) também registra que o marcador *nada* do PE é excluído em sentenças subordinadas, como mostra o contraste em (108).

(108) A: A Maria disse que foi à missa. (PE)

a. B: Disse *nada* que foi à missa. (PE)

- b. B: * Disse que foi *nada* à missa. (PE)
(Pinto 2010: 19)

Como apontei na seção 2.3.1, o o *nada* enfático do PB também é bloqueado em contextos encaixados. Esse, porém, é um fato difícil de ser verificado uma vez que, no PB, o marcador *nada* ocorre ao final de toda a sentença, após os complementos, o que faz com que ele possa seguir uma sentença encaixada completiva mesmo quando é gerado na sentença matriz.

Mas em exemplos como (109) é possível perceber que o marcador *nada* modifica a sentença matriz ao invés de a subordinada. Em (109a), há uma rejeição ou negação do evento da descoberta e não da traição. Semelhantemente, em (109b), a rejeição ou negação recai sobre a ação de provar, por parte do jornalista, e não sobre a culpa, por parte do deputado.

- (109) a. O ministro descobriu que era traído pela esposa **nada**!
b. O jornalista provou que o deputado é culpado **nada**!

Podemos concluir, portanto, que tanto no PE quanto no PB, o marcador *nada* ocorre exclusivamente em sentenças matrizes.

A exclusão do marcador *nada* em encaixadas é apontada por Pinto (2010) como um dos argumentos para a hipótese de que o marcador *nada* do PE é um marcador metalinguístico, com base em Martins (2010, 2012). Por essa perspectiva, isso também seria um argumento em favor da análise do marcador *nada* do PB como metalinguístico.

Por outro lado, é importante registrar que a própria Martins (2010: 571) aponta explicitamente que essa restrição em encaixadas caracterizaria tanto os casos de negação metalinguística quanto os de negação enfática. Diante desse fato, a inaceitabilidade de [VP *nada*] em sentenças subordinadas pode ser considerada como consequência de um traço enfático ou metalinguístico.

V. Compatibilidade com PPIs

A quinta propriedade do marcador *nada* do PE identificada por Pinto (2010) é a compatibilidade com itens de polaridade positiva (PPIs), que são elementos caracterizados justamente pela impossibilidade de ocorrerem em contextos negativos. Os exemplos em (110) e (111) mostram que, no PE, as expressões “*e pêras*” e “*uma sorte dos diabos*” são aceitáveis em contextos afirmativos, mas inaceitáveis em contextos de negação sentencial.

(110) Português europeu (Pinto 2010: 17)

- a. O Pedro é um nadador *e pêras*.
- b.* O Pedro **não** é um nadador *e pêras*.

(111) Português europeu (Pinto 2010: 17)

- a. A Maria teve *uma sorte dos diabos* no exame de condução.
- b. *A Maria **não** teve *uma sorte dos diabos* no exame de condução.

Os exemplos em (112) e (113) mostram, por outro lado, que essas mesmas expressões podem ocorrer em sentenças com o *nada* enfático, sem prejuízo da aceitabilidade.

(112) Português europeu (Pinto 2010: 17)

- A: O Pedro é um atleta *e pêras*!
- B: É **nada** um atleta *e pêras*! Fica sempre em último lugar nas competições.

(113) Português europeu (Pinto 2010: 17)

- A: A Maria teve *uma sorte dos diabos*!
- B: Teve **nada** *uma sorte dos diabos*! Teve foi azar!

O mesmo pode ser dito com relação ao PB. A expressão idiomática “*sorte dos diabos*”, que também funciona como um PPI no PB, pode ocorrer com o marcador enfático *nada*, como no exemplo (114).

(114) A: Você teve *uma sorte dos diabos*!

- B: Tive *uma sorte dos diabos* **nada**! Tive foi azar!

A compatibilidade com PPIs seria, de acordo com Pinto (2010), com base em Martins (2010) e Horn (1985, 1989), a segunda propriedade do marcador *nada* do PE que o caracterizaria como um marcador de negação metalinguística. O pressuposto por trás dessa ideia é que a negação metalinguística não afeta os PPIs pois age sobre um componente distinto da sentença, negando a sua assertabilidade ao invés de a sua veracidade (cf. seção 1.2.1 do capítulo 1). Em outras palavras, a negação metalinguística não tem a função de inverter a polaridade da sentença, mas de declarar a sua inadequação, a sua impossibilidade de ser asseverada.⁶⁴ O problema, como vimos no capítulo 1, é que o conceito de negação anafórica também pressupõe que a sua função não é a de definição da polaridade sentencial.

Uma questão que pode ser levantada é se essa compatibilidade entre esses PPIs e o marcador *nada* decorre de uma propriedade semântica desse marcador (ou seja, do seu caráter metalinguístico, anafórico ou enfático) ou de uma propriedade sintática das sentenças em que ele ocorre (por exemplo, do fato de ele ocorrer em posição final e, portanto, não c-comandar o PPI nem haver um outro elemento negativo (pré-verbal) que o c-comande). Isso pode ser testado com exemplos de PPIs em sentenças com [Neg VP Neg] e [VP Neg] no PE e no PB.

Os PPIs são excluídos em [Neg VP Neg] tanto no PE quanto no PB, como mostra (115a), mas isso pode ser considerado como resultante da simples presença do marcador pré-verbal, que funciona como uma anti-licenciador dos PPIs. Com relação a [VP Neg] no PE, Pinto (2010) aponta que essa negativa se comporta do mesmo modo que [VP *nada*], permitindo PPIs, como em (115b).

(115) Português europeu

A: A Ana teve uma sorte dos diabos.

a. B: ?? **Não** teve *uma sorte dos diabos*, **não**. Teve foi azar.

b. B: Teve *uma sorte dos diabos*, **não**. Teve foi azar.

O mesmo também se pode dizer sobre [VP Neg] do PB, que não funciona como um elemento metalinguístico. Com o acréscimo de uma sequência contrastiva como em (115b), [VP Neg] do PB também se torna compatível com PPI. Isso faz com que o teste da

⁶⁴ Pinto (2010) tenta explicar essa propriedade das sentenças como o marcador *nada* do PE adotando a proposta de Carston (1996), segundo o qual, em casos de negação metalinguística, há um uso ecóico (de acordo com o conceito de Sperber e Wilson (1986, 1988)) dos constituintes que ocorrem na sentença como elementos citados e não efetivamente usados, disponíveis para modificação.

compatibilidade com PPIs se torne um pouco menos claro, uma vez que assumamos que, no PB, [VP Neg] não tem a mesma função que no PE. Mais importante ainda é o fato de que, ainda que [VP *nada*] e [VP Neg] do PB tenham o mesmo comportamento com PPIs, as duas negativas têm funções muito distintas. É, portanto, muito difícil assumir que [VP *nada*] do PB se diferencie das demais negativas por um traço metalinguístico.

VI. Não-licenciamento de NPIs

Pinto (2010) mostra que o marcador *nada* do PE se comporta de modo oposto com relação aos NPIs. Os exemplos em (116) e (117) mostram que itens como *nenhum* e *nem (morta)* são aceitáveis quando co-ocorrem com uma negação sentencial simples, pré-verbal (em posição de c-comando), mas não são inaceitáveis quando co-ocorrem com o marcador *nada*.

(116) Português europeu

A: O Pedro deu um erro na composição.

a. B: *Deu **nada** erro *nenhum*! A composição estava perfeita. [VP *nada*]

b. B: **Não** deu erro *nenhum*! A composição estava perfeita. [Neg VP]

(117) Português europeu

A: Hoje vais tu limpar o pó!

a. B: *Limpo **nada** o pó *nem morta*! [VP *nada*]

b. B: **Não** limpo o pó *nem morta*! [Neg VP]

Pinto (2010) também aponta que [Neg VP Neg] do PE se comporta como a negativa pré-VP simples (i.e. [Neg VP]), licenciando NPIs, como em (118a) (cf. (116b) e (117b)). Já [VP Neg] do PE se comporta como [V(P) *nada*], sendo incompatível com NPIs, como em (118b) (cf. (116a) e (117a)).

(118) Português europeu

A: O Pedro disse uma mentira.

- a. B: **Não** disse mentira *nenhuma*, **não**. [Neg VP Neg]
 b. B: *Disse mentira *nenhuma*, **não**. [VP Neg]
 c. B: *Disse **nada** mentira *nenhuma*. [VP *nada*]

Esse comportamento é esperado dentro da análise de que, no PE, tanto [VP Neg] quanto [V(P) *nada*] representam negativas metalinguísticas, enquanto [Neg VP Neg] é uma negativa enfática e não-metalinguística. Este é, de fato, o terceiro argumento que Pinto (2010) apresenta para a análise do marcador *nada* do PE é metalinguístico.

O teste da compatibilidade com PPIs e a incompatibilidade com NPIs para a identificação da negação metalinguística é oferecido por Horn (1985, 1989). Alguns dos exemplos que o autor dá para essas duas propriedades são reproduzidos aqui em (119).

- (119) a. Chris managed to solve *some* problems.
 b. Chris didn't manage to solve *any* problems
 c. Chris didn't manage to solve {*some*/**any*} problems. He solved them easily.

(Horn 1989: 368)

O PPI *some* ocorre em sentenças afirmativas como em (119a), enquanto o NPI *any* ocorre em negativas descritivas como em (119b), com o marcador *not/n't* usado como negação descritiva. Já em (119c), as relações são inversas. O uso metalinguístico *not/n't* de em (119c) faz com que *some* passe a ser aceitável e *any* inaceitável. Essa inaceitabilidade com NPIs decorreria, segundo Horn (1989), do mesmo fator que gera a aceitabilidade com PPIs, ou seja, do fato de que a negação metalinguística atua sobre um outro nível da sentença e não sobre a polaridade ou veracidade da proposição.

Com relação ao PB, os exemplos em (120) e (121) mostram que a inabilidade de licenciar NPIs também vale para o marcador *nada*.

- (120) A: Você é rico?
 a. B: *Num* tenho um *tostão furado*!
 b. B: * Tenho um *tostão furado nada*!⁶⁵

- (121) A: Hoje você vai limpar a casa!

65 Note-se que a sentença (114b) seria aceitável como réplica a (i), abaixo, mas nesse caso a expressão “*tostão furado*” teria significado literal, o que confirma a impossibilidade de licenciar NPIs.

(i) A: Você tem um tostão furado.

B: Tenho um tostão furado *nada*! (Ele está inteiro)

- a. B: **Não** vou limpar (a casa) *nem morto*!
- b. B: * Vou limpar (a casa) *nem morto nada*!

De acordo com a visão de Horn (1989), Martins (2010) e Pinto (2010), a incompatibilidade do marcador *nada* do PB com NPI também seria um argumento em favor de uma análise como marcador de negação metalinguística. Mas vimos no capítulo 1 (cf. subseção 1.5.2) que Biberauer & Cyrino (2010) apontam que [VP Neg] do PB não é compatível com expressões idiomáticas que funcionam como NPIs, ao passo que [Neg VP Neg] é. Em outras palavras, no PB, [Neg VP Neg] funciona como [Neg VP], e [VP Neg] funciona como [VP *nada*], como mostram os exemplos em (122) e (123).

(122) A: Você é rico?

- a. B: **Num** tenho *um tostão furado não*!
- b. B: * Tenho *um tostão furado não*!

(Biberauer & Cyrino 2010)

(123) A: Hoje você vai limpar a casa!

- a. B: ?**Não** vou limpar (a casa) *nem morto não*!
- b. B: * Vou limpar (a casa) *nem morto não*!

Aqui temos o mesmo problema que apontei para a compatibilidade com PPIs. No PB, [TP/VP *nada*] tem uma função muito diferente de [VP Neg]. É problemático considerar que ambas as negativas se distinguem de todas as outras por serem metalinguísticas.⁶⁶

É possível, inclusive, levantar a questão sobre a papel da configuração sintática nesses casos. A incompatibilidade com NPI também pode ser vista como resultante do fato de que o *nada* do PB ocupa uma posição pós-verbal e não c-comanda os NPIs de modo a licenciá-los. No PE, essa questão não se levanta para [V(P) *nada*] (mas pode ser levantada para [VP Neg]), pois em (118c) os NPIs ocorrem à direita do marcador *nada*, sendo, por hipótese, c-comandados por ele.

⁶⁶ A situação é ainda menos clara no espanhol platense, em que a co-ocorrência do marcador pré-verbal *no* (ou outro item negativo em posição pré-verbal) é obrigatória nas sentenças com o marcador enfático *nada*, conforme apontado por Di Tullio (2008). O marcador negativo pré-verbal pode, ele mesmo, licenciar itens de polaridade negativa independentemente da inabilidade do *nada* enfático fazê-lo.

VII. Não-substituição por “nem um pouco”

Além da interação com PPIs e NPIs, Pinto (2008) apresenta outro teste que não é usado por Di Tullio (2008), a saber, a possibilidade de substituição. Pinto (2010) mostra que, ao contrário de sua contraparte argumental e quantificacional, o *nada* enfático (ou metalinguístico) não pode ser substituído por expressões quantificadas como *nem um pouco*, como mostra o contraste entre as versões (a) e (b) dos exemplos em (124) e (125).

(124) Português europeu (Pinto 2010: 1-2)

- a. O Pedro não comprou *nada* o livro. Comprou a bicicleta!
- b. * O Pedro não comprou *nem um pouco* esse livro. Comprou a bicicleta!

(125) Português europeu (Pinto 2010: 1-2)

- A: O Pedro caiu das escadas!
- a. B: Caiu *nada* das escadas! Foi empurrado!
- b. B: * Caiu *nem um pouco* das escadas! Foi empurrado!

Curiosamente, essa impossibilidade de substituição não pode ser considerada consequência da ausência do marcador negativo pré-verbal, pois a sua presença também resultaria na inaceitabilidade de (124b) e (125b), com “*nem um pouco*”. Por outro lado, a impossibilidade dessa alternância poderia ser vista como resultante da posição não-final em que o *nada* ou “*nem um pouco*” ocorreria nessas sentenças. Essa hipótese, entretanto, é falsa, pois o deslocamento de “*nem um pouco*” para o final da sentença não a torna mais aceitável. Trata-se de uma incompatibilidade mais básica entre a intensidade veiculada pela expressão “*nem um pouco*” (um minimizador) e o evento expresso pelo verbo *cair*.

Na nota 34, subseção 2.3.1, aponte que o *nada* enfático do PB parece ser substituível por expressões como “*nem um pouco*” ou “*de jeito nenhum*”, como mostram os exemplos em (126).

- (126) a. Num vai ter aula amanhã { *de jeito nenhum* / *nada* }.
- b. Num gosto de você (*nem um pouco* / *nada*).

Essa possibilidade de substituição, entretanto, é apenas aparente, pois também no PB há contextos em que o *nada* pode ocorrer, mas “*nem um pouco*” e “*de jeito nenhum*” não podem, bem como contextos em que essas expressões podem ocorrer, mas o *nada* enfático não pode.

Em primeiro lugar, a substituição em (126) só é possível devido à presença do *não/num* pré-verbal. Na ausência deste marcador, as expressões “*nem um pouco*” e “*de jeito nenhum*” em sentenças equivalentes (126) são inaceitáveis. Por outro lado, o licenciamento do marcador *nada* do PB não é afetado pela omissão do marcador pré-verbal.

Outra propriedade que distingue o *nada* enfático do PB e “*nem um pouco*” e “*de jeito nenhum*” é que essas expressões negativas podem ocorrer em diversos tipos de sentenças em que o *nada* enfático do PB não pode. Os exemplos em (127) mostram que essas expressões negativas podem aparecer normalmente em sentenças encaixadas, em perguntas polares e em perguntas QU, em que o *nada* enfático não pode ocorrer (cf. 2.3.1).

- (127) a. O professor disse que [num vai ter aula amanhã *de jeito nenhum*].
 b. Eu disse [que num gosto (nem um pouco) de você (*nem um pouco*)].
 c. Ele não saiu *de jeito nenhum*?
 d. Quem não saiu *de jeito nenhum* (apesar de você insistir)?

As expressões “*nem um pouco*”, “*de jeito nenhum*” e outras semelhantes são exemplos de expressões negativas que agem como minimalizadores, funcionando como elementos codificadores de ênfase (escalar) no sentido de Israel (1996, 1998, 2001). O fato de que, tanto no PB quanto no PE, a distribuição do marcador *nada* não coincide com a distribuição desses minimalizadores é um argumento adicional para que o *nada* não seja considerado um elemento enfático no sentido definido por Israel (1996, 1998, 2001) e que corresponde às primeiras etapas do ciclo de Jespersen.⁶⁷

VIII. (Não) licenciamento por uma negação pré-verbal

⁶⁷ Por outro lado, o marcador *nada* pode ser o resultado de um processo de gramaticalização de expressões que manifesta(va)m este tipo. Defendo esta posição na subseção 2.5.2, em que argumento que o verdadeiro representante o ciclo de Jespersen em português é o marcador *nada* ao invés do não pós-VP.

De modo semelhante ao PB, o *nada* do PE não depende da co-ocorrência do marcador negativo pré-verbal para ser licenciado, podendo, portanto, ocorrer como o único marcador negativo da sentença, como em (106) repetido em (128).

(128) Português europeu (Pinto 2010: 1)

A: O Pedro caiu das escadas!

B: Caiu **nada** das escadas!

Como aponte na subseção 2.4.1, Di Tullio (2008) registra que o *nada* enfático do espanhol platense só pode ocorrer sob licenciamento de um item negativo ocorrendo em posição pré-verbal. Nesse ponto, então, o *nada* do PE e do PB se aproximam, diferenciando-se do *nada* do espanhol platense.

IX. *Negação de constituintes não-oracionais*

O marcador *nada* do PE, assim como o do PB, também pode negar constituintes não-oracionais como DPs, APs e PPs, como em (129) e (130). Vimos, na subseção 2.4.1, que o *nada* platense não possui essa característica.

(129) Português europeu (Pinto 2010: 24)

A: O bolo está saboroso!

B: Saboroso, *nada*! Está intragável!

(130) Português europeu (Pinto 2010: 24)

A: A Ana acabou de adoptar um cãozinho!

B: Um cãozinho, *nada*! É uma cadelinha!

X. *Posição isolada em fragmentos de resposta*

Apesar de poder ocorrer em respostas não-sentenciais em (129) e (130), o marcador *nada* do PE não pode ocorrer em posição isolada, como fragmento de resposta, como mostra (131). Pinto (2010) também deixa claro que a expressão “*que nada!*” e suas variantes (“*que X*

que nada!”) não ocorre no PE, sendo exclusiva do PB.

(131) Português europeu (Pinto 2010: 43)

A: O Pedro vai casar amanhã!

B: a. * *Nada!*

Nesse aspecto, o PE se aproximaria mais do espanhol platense do que do PB. Por outro lado, como apontei em 2.4.1, o uso isolado do *nada* enfático no PB parece ser uma redução da expressão “*que nada!*” (também inexistente no PE). A relação entre “*que nada*” e o marcador *nada*, no PB, não é clara.

XI. Posição pós-I° versus pós-VP

A principal diferença entre o PE e o PB está na posição linear em que o marcador *nada* pode ocorrer. O *nada* do PE parece ter propriedades mistas, podendo ocorrer tanto em posição imediatamente pós-verbal (ou pós-I°), antecedendo os complementos do verbo, quanto em posição final de VP ou final de sentença, seguindo os complementos verbais, como mostram os exemplos em (132).⁶⁸

(132) Português europeu (Pinto 2010: 35)

A: Amanhã vou à praia, quer queiras, quer não!

a. B: Vais *nada* à praia!

b. B: Vais à praia, *nada*!

O exemplo em (133) mostra que o *nada* do PE não pode ocorrer em qualquer posição do VP. A adjacência entre este marcador e o verbo só pode ser rompida se o marcador aparecer em posição final absoluta. O *nada* não pode aparecer entre dois complementos do verbo, por exemplo.

(133) Português europeu (Pinto 2010: 32)

A: A Maria contou ao Pedro o teu segredo, por telefone.

⁶⁸ Essa alternância entre pós-I° e pós-VP é a razão para a referência a essa estrutura no PE como [V(P) *nada*], com o “P” de *phrase* (sintagma) entre parênteses.

- a. B: *Contou ao Pedro *nada* o meu segredo!
- b. B: *Contou por telefone *nada* o meu segredo!

A posição pós-I° aproxima o PE do espanhol platense. Como apontado em 2.4.1, o *nada* enfático platense só pode ocorrer imediatamente após o verbo. Já a posição pós-VP aproxima o PE do PB. Por outro lado, o fato de que o *nada* do PE pode aparecer em duas posições distintas, enquanto suas contrapartes no PB e no espanhol platense só podem ocorrer em uma, levanta uma questão adicional sobre como dar conta da estrutura a partir da qual essas ordens são derivadas nas três línguas. O ideal é que as duas possibilidades de ordenação no PE possam ser derivadas a partir da mesma estrutura básica, mas a análise de Di Tullio (2008) para a posição pós-I° e a minha análise para a posição pós-VP não são compatíveis.

Para qualquer análise a ser proposta, é importante apontar que, apesar de apresentar as duas possibilidades de ordenação, o marcador *nada* do PE se assemelha mais ao caso do espanhol platense. Pinto (2010) aponta que a ordem [V-*nada* Compl], com o *nada* em posição pós-I°, é bem mais produtiva que a ordem [VP *nada*] e deve ser considerada a forma *default* no PE.

XII. Inaceitabilidade em posição pré-verbal

Ainda com relação à ordem linear, o marcador *nada* do PE se comporta do mesmo modo que suas contrapartes no PB e no espanhol platense com relação à impossibilidade de ocorrer em posição pré-verbal, como mostra o contraste em (134).

(134) Português europeu (Pinto 2010: 32)

- A: O Pedro comeu camarão frito.
- a. B: Comeu *nada*.
- b. B: **Nada* comeu.

No quadro 2.2, abaixo, resumo as propriedades do *nada* enfático (ou metalinguístico) nas três línguas ibéricas examinadas neste capítulo. Vimos na subseção anterior que, apesar de

compartilharem uma série propriedades básicas, o *nada* do PB e o do espanhol platense também apresentavam diferenças importantes. Dada a proximidade genética entre o PE e o PB, é de se esperar que o *nada* enfático do PE se comporte de modo idêntico à sua contraparte no PB. Essa expectativa, entretanto, não se confirma. O *nada* do PE se assemelha ao *nada* do PB em alguns aspectos e ao *nada* do espanhol platense em outros.

PROPRIEDADES	PB	PE	ESPL
Ordem [V° <i>nada</i> Compl]	—	X	X
Ordem [VP <i>nada</i>]	X	—	—
Ocorrência em posição isolada	X	—	—
Negação de constituintes não-oracionais	X	X	—
Obrigatoriamente do marcador pré-verbal	—	—	X
Compatibilidade com PPIs	X	X	—
Incompatibilidade com NPIs	X	X	—

Quadro 2.2: Propriedades do *nada* não-argumental nas línguas ibéricas

Na próxima subseção, 2.4.3, discuto a derivação proposta com Pinto (2010) para dar conta das propriedades estruturais do marcador *nada* no PE e confronto essa proposta com a análise de Di Tullio (2008) para o espanhol platense e a minha para o PB, assumindo que, apesar das propriedades mistas, o *nada* do PE deve ser analisado de modo semelhante ao do PB. Discuto também a questão sobre a natureza enfática ou metalinguística dos marcadores do PE e do PB, que também está relacionada à questão sobre qual a melhor caracterização do *nada* platense.

2.4.3. Tipos de marcadores negativos enfáticos nas línguas ibéricas

A diferença mais evidente entre o *nada* enfático (ou metalinguístico) das três línguas em discussão é a ordem linear em que ocorrem. Como visto em 2.4.1 e 2.4.2, o marcador *nada* do PB ocupa sempre a posição final da sentença, após todos os constituintes do VP, mas, no espanhol platense, diferentemente, o *nada* enfático ocupa uma posição imediatamente pós-verbal, ou pós-I°, antecedendo todos os demais constituintes do VP como complementos e

adjuntos.

Em 2.3.2, propus uma análise para o PB na mesma linha da análise aplicada ao *não* pós-VP em [Neg VP Neg] e [VP Neg], com o *nada* ocupando uma posição de núcleo na periferia e disparando o movimento de toda a sentença para o especificador dessa categoria, possivelmente o AstP em que o *não* pós-VP é gerado (cf. capítulo 1). Esse movimento gera a ordem linear [VP *nada*] (ou [TP *nada*]). Com relação ao espanhol platense, Di Tullio (2008) propõe que o *nada* enfático é gerado no especificador da categoria de foco baixo proposta por Belletti (2002), entre TP e VP. A ordem [V *nada* Compl] (ou [I° *nada* VP]) do espanhol é derivada pelo movimento do verbo para I°/T°.

As análises são muito distintas entre si no sentido de que atribuem ao elemento *nada* de cada língua um *status* distinto. Apesar disso, ambos podem ser, de fato, adequadas para cada língua específica, não apenas devido à diferença na ordem, mas também devido ao fato de que o *nada* do espanhol não pode ocorrer sem a presença de um outro elemento negativo pré-verbal, o que pode indicar que ele depende de concordância negativa para ser licenciado, enquanto o *nada* do PB pode ser considerado um marcador funcional independente. Assumindo que o licenciamento do *nada* platense pressupõe c-comando, esse deveria ocorrer em uma posição estruturalmente mais baixa que o marcador negativo pré-verbal e o I°, diferentemente do *nada* do PB.

A diferença de comportamento com relação a PPIs e NPIs seria consequência da presença obrigatória de um elemento negativo pré-verbal nas sentenças do espanhol, mas ausência nas do PB, e não diretamente de alguma característica do *nada* enfático de cada língua.

O caso do PE, por outro lado, traz complicações a esse quadro. Quanto à ordem, o *nada* do PE apresenta tanto o padrão do PB quanto o do espanhol platense, ou seja, ele pode ocorrer em posição final de sentença (após todos os constituintes do VP) ou em posição imediatamente pós-verbal (i.e. pós-I°). Em resumo, ele aparece em sentenças com a ordem [TP/VP *nada*] e [I° *nada* VP]. Apesar desse comportamento duplo, uma das duas ordens pode ser considerada *default* por ser a mais natural e mais produtiva, de acordo com Pinto (2010). Essa ordem *default*, porém, não é equivalente à do PB (como se poderia esperar pela proximidade das duas línguas), mas à do espanhol platense, i.e. a ordem pós-I°.

Por outro lado, apesar de se aproximar mais do espanhol platense quanto à ordem, o *nada* do PE se assemelha ao do PB na propriedade de ocorrer independentemente de um item

negativo pré-verbal que o licencie.

A análise que Pinto (2010) adota para o *nada* do PE é baseada na análise formulada por Martins (2010) para certas expressões idiomáticas do PE que funcionam como marcadores de negação metalinguística como *agora*, *cá*, *lá* e *uma ova*, e na análise de Drozd (2001) para o *no* pré-sentencial do inglês infantil (cf. subseção 2.3.2).

Pinto (2010) analisa o marcador *nada* do PE como gerado na posição de núcleo do CP como na representação em (135).⁶⁹ Nessa derivação, a ordem [*I° nada VP*] é gerada pelo movimento do verbo para o núcleo C°, onde ocorre uma fusão morfológica entre o verbo e o marcador.⁷⁰ O sujeito nulo é realizado através de um *pro*, que se mantém em uma posição interna ao IP (como o especificador de IP).

(135) a. Comprou *nada* um Ferrari.

b. [_C *nada* [_{IP} *pro* comprou [_{VP} ~~comprou~~ um Ferrari]]]

c. [_{CP} [_C [_{C°} comprou_i *nada*] [_{IP} *pro* ~~comprou~~ [_{VP} ~~comprou~~ um Ferrari]]]

Nessa análise, é importante, então, que as negativas com o marcador *nada* (e sem o *não* pré-verbal) do PE ocorram com o sujeito nulo, pois, caso contrário, a derivação geraria uma ordem em que o sujeito aparece à direita do marcador *nada*, ou, alternativamente, seria necessário postular um movimento adicional do sujeito para uma posição acima de C°, como a de especificador do próprio CP (ou de alguma camada distinta do CP). Porém, todos os dados apresentados por Pinto (2010) para o marcador *nada* são também dados de sujeito nulo, o que pode também ser visto como consequência de esses dados sempre representarem casos de respostas ou réplicas (de acordo com o requerimento anafórico do marcador).

Os únicos dados em que há co-ocorrência de um sujeito realizado e de um *nada* não-argumental (em posição medial) são de sentenças em que o *não* pré-verbal está presente, com concordância negativa entre o *nada* e esse marcador pré-verbal, como em (136). Pinto (2010) considera que o *nada* que ocorre em tais dados não é o marcador (metalinguístico) que ocorre como único elemento negativo da sentença.⁷¹

69 Note-se, porém, que, Martins (2010, 2012) gera as expressões idiomáticas *lá*, *cá*, *agora* e *uma ova*, usadas como marcadores metalinguísticos, em uma posição de especificador de CP (ou em adjunção ao TP, com posterior movimento para o especificador de CP) e não no seu núcleo.

70 Por essa análise, então, a ordem [*I° nada VP*] corresponderia, efetivamente, a uma estrutura [*V° nada IP*] ou a [*C° nada IP*] ou ainda a [*V+nada+C° IP*]. Mantenho, porém, a descrição [*I° nada VP*], assim como mantive [(Neg) VP Neg], usando-a para indicar a ordem linear visível da sentença, que é independente da análise ou implementação técnica escolhida.

71 Também no PB, aponte, na subseção 2.3.3, que o *nada* que co-ocorre em concordância negativa com um

A autora considera que sentenças como (136), com o *nada* em concordância negativa (doravante me referirei a esse tipo de ocorrência de *nada* como “quase-marcador” para diferenciá-lo do *nada* que ocorre como único elemento negativo da sentença e/ou sem concordância negativa) não são casos de negação metalinguística, mas de negação enfática.

(136) Português europeu (Pinto 2008: 1, 2)

- a. O Pedro **não** comprou *nada* o livro. Comprou a bicicleta!
- b. **Não** deu *nada* um relógio à Maria! Deu-lhe um vestido!

Em outras palavras, as sentenças em (136) se assemelham às sentenças com a estrutura [Neg VP Neg] que são consideradas enfáticas por Martins (2010, 2012) e Pinto (2010), e não com a estrutura [VP Neg].

Com relação às sentenças em que o *nada* ocorre na posição final de sentença (sem concordância negativa), na configuração [TP/VP *nada*], Pinto (2010) analisa tais dados como envolvendo a topicalização de todo o IP através do movimento para uma posição de especificador, como na representação em (137).

(137) a. O Pedro disse a verdade *nada*.

- b. [_{CP} [_{IP} O Pedro disse a verdade]_i [_{CP} [_{C'} *nada* [_{IP} ~~O Pedro disse a verdade~~]_i]]]

A ideia defendida pela autora é que o marcador *nada* apresenta um requerimento de ocorrer na segunda posição da sentença e que a ordem [TP/VP *nada*] é derivada pelo movimento de um constituinte (i.e. o verbo em (135) e o IP em (137)) para antes do *nada*. Isso explica, por exemplo, a inaceitabilidade de sentenças como (133), da subseção anterior, em que o elemento que ocorre antes do *nada* não forma um constituinte.⁷²

Chamei a atenção para o fato de que a análise de Pinto (2010) para [I° *nada* VP] no PE

elemento negativo pré-verbal apresenta características distintas do *nada* que ocorre como único elemento da sentença.

72 Os exemplos em que o marcador *nada* nega um constituinte não-oracional como em (i) também são analisados por Pinto (2010) como envolvendo o movimento de toda a sentença, i.e. a topicalização de todo o IP, com posterior apagamento de quase todo o IP movido, com exceção do constituinte mais proeminente, como na representação em (ii). Essa análise tem como problema o fato de que o apagamento atinge elementos descontínuos, que não formam um constituinte. Discutirei tais dados de negação de fragmentos no capítulo 3.

(i) A: O Luís contou a verdade à irmã.

B:: A verdade, *nada*!

(ii) [_{CP} [_{IP} ~~O Pedro disse a verdade~~]_i [_{CP} [_{C'} *nada* [_{IP} ~~O Pedro disse a verdade~~]_i]]]

pressupõe que essa estrutura ocorra apenas com o sujeito nulo. Uma vez que sua análise para [TP/VP *nada*] envolve o movimento de todo o IP, ela pode dar conta também da possibilidade de o sujeito ocorrer (foneticamente realizado) em posição pré-verbal, como em (138a).

A análise de Pinto (2010) para os casos de [TP/VP *nada*] no PE é bastante semelhante à análise desenvolvida aqui independentemente para o PB, por também assumir que o marcador *nada*, assim como o *não* pós-VP do PB, é gerado em uma posição da periferia da sentença, envolvendo, portanto, um nível da sentença que está associado a relações discursivas e inter-sentenciais.

A diferença entre as análises está no fato de que a proposta que defendo para o PB (cf. a subseção 2.3.2) associa o *nada*, não ao núcleo complementizador, mas a uma projeção específica do sistema CP, ligada à função de réplica, em que também ocorrem as partículas assertivas do tipo *yes* e *no* como o *não* e o *sim* não-pré-verbais.⁷³

Outra diferença diz respeito à motivação para o movimento do IP. Pinto (2010) considera tal movimento um caso de topicalização do IP. Uma vez que ela considera que a ordem *default* do PE não é esta, mas [I° *nada* VP], o movimento do IP não pode ser algo essencial para a interpretação da função negativa do marcador, mas seria fruto de um requerimento sintático. De acordo com minha análise, o movimento da sentença, em [TP/VP *nada*] no PB, para o especificador de AstP tem a mesma motivação do movimento da sentença em [(Neg) VP Neg], ou seja, a sentença se move especificamente para se tornar um argumento da partícula assertiva, de modo a cair sobre o efeito da negação (ou confirmação). Na proposta de Pinto (2010), a contribuição do marcador *nada* para a sentença é independente do movimento do verbo ou do IP, que atende a um requerimento apenas sintático. Para o PE, essa análise encontra apoio no comportamento das expressões idiomáticas como *uma ova* e *agora*, que segundo Martins (2010), podem ocorrer em posição inicial de sentença (como no inglês adulto e infantil, cf. subseção 2.3.2) com a mesma interpretação de negação enfática ou metalinguística (ou exclamativa).

Um diferença adicional está no fato de que a derivação em que *nada* ocorre em [I° *nada* VP] não seria possível no PB. A exclusão dessa derivação pode ser vista como consequência da ausência do movimento do verbo para C° (i.e. para qualquer posição de núcleo no sistema CP) no PB. Por outro lado, ela também pode ser consequência de o *nada* do PB não possuir um requerimento de fusão morfológica (dessa forma não sendo um fator desencadeador do

⁷³ Mas essa diferença pode ser considerada apenas notacional se a autora considerar que o *sim* e *não* iniciais e finais do PE devem ser gerados na mesma posição de núcleo, no sistema CP, em que o marcador *nada* ocorre.

movimento do verbo), mas possuir um traço do tipo EPP, que força o movimento de algum constituinte que corresponda à proposição a ser negada, como ocorre em [Neg VP Neg], de acordo com a análise apresentada no capítulo 1.

Assumo que o que há de comum entre as derivações das negativas com o marcador *nada* no PB e no PE é o fato de que ambas envolvem a ativação do sistema CP. As possibilidades diferentes de ordenação, por outro lado, são um argumento em favor da postulação de diferenças na derivação das negativas com o marcador *nada* nas duas línguas. Por esse ponto de vista, então, o marcador *nada* do PE e o do PB diferem de sua contraparte platense, apesar do PE e do espanhol platense possuírem a ordem imediatamente pós-I°. Segundo a análise de Di Tullio (2008), o *nada* platense não ocorreria na periferia esquerda.

Entretanto, também é possível lançar a questão sobre a natureza do *nada* enfático do espanhol platense e sobre a adequação da análise formulada por Di Tullio (2008). Em outras palavras, podemos investigar a possibilidade adotar uma análise unificada para as três línguas, estendendo para o espanhol platense a proposta de que o *nada* não-argumental desta língua ocorre na periferia da sentença ao invés de ser gerado como especificador de uma projeção de foco baixo entre o IP e o VP.

A questão que deve ser feita sobre o *nada* enfático do espanhol platense é se ele é um marcador negativo enfático (ou metalinguístico) no mesmo sentido que o marcador *nada* do PB e do PE, mas com requerimentos sintáticos distintos, ou se ele é um elemento de outra natureza, equivalente ao “quase-marcador” *nada*, também do PB e do PE, que aparecem em configuração de licenciamento e concordância com uma negação pré-verbal independente.⁷⁴

O principal argumento para a manutenção da análise de Di Tullio (2008), como apontei no começo dessa subseção, é o fato de que o *nada* enfático do espanhol é possível apenas em sentenças em que o marcador negativo *no* (ou outro constituinte negativo) ocorre em posição pré-verbal. O *nada* não-argumental do espanhol parece depender do licenciamento de uma negação pré-verbal assim como os quantificadores negativos argumentais. Para compreender melhor o *status* desse *nada* enfático platense, podemos examiná-lo em comparação com as sentenças do PB e do PE em que um *nada* não-argumental co-ocorre com o marcador pré-verbal, opção não-obrigatória, mas possível nessas línguas. O exame do *nada* não-argumental do PE que ocorre em configuração de concordância negativa contribuirá para a discussão da natureza do *nada* enfático do espanhol platense.

74 Agradeço a Ana Maria Martins (comunicação pessoal) por chamar minha atenção para essa questão.

Pinto (2010) considera que o quase marcador *nada* não exerce uma função enfática, mas metalinguística, mas que exerce uma função enfática de reforço da negação semelhante à função desempenhada pelo *não* pós-VP em sentenças com [Neg VP Neg].⁷⁵

(138) Português europeu (Pinto 2010: 20)

- a. O Pedro não fugiu **nada** de casa!
- b. O Pedro não fugiu de casa, **não**!

A diferença principal entre o quase marcador *nada* (o “*nada* enfático” para Pinto 2010) e o marcador *nada* (o “*nada* metalinguístico” para Pinto 2010) diz respeito à possibilidade de o *nada* negar uma sentença em que ocorre uma outra negação pré-verbal, mas sem haver concordância negativa, mas, ao invés disso, ocorrer uma interpretação de rejeição da negação como no contraste em (139).

(139) Português europeu (Pinto 2010: 22)

- A: Nunca mais comi bolos!
- a. B: *Nunca* mais comeste bolos, **nada**! Ainda ontem te vi comer um palmier.
- b. B: **Nunca* mais **não** comeste **nada** bolos! Ainda ontem te vi comer um palmier.
- c. B: **Nunca* mais **não** comeste bolos **nada**! Ainda ontem te vi comer um palmier.

Outra diferença importante é da possibilidade de quantificadores afirmativos aparecerem na função de sujeito, como em (140).

(140) A: Alguém comeu o bolo!

- a. B: *Alguém* comeu o bolo, **nada**! Que eu saiba, foste tu que o comeste!
- b. B: **Alguém não* comeu **nada** o bolo! Que eu saiba, foste tu que o comeste!
- c. B: **Alguém não* comeu o bolo **nada**! Que eu saiba, foste tu que o comeste!

Pinto (2010) não oferece uma análise estrutural para sentenças como as de (136) e (138a), mas presumivelmente, pela diferença apontada pela autora, elas envolveriam um tipo

⁷⁵ Lembre-se, porém, o leitor de que, em 2.3.3, considerei que [Neg VP Neg] do PE não veiculava ênfase como uma intensificação do conteúdo da proposição, mas do comprometimento do falante com a veracidade da proposição.

de derivação distinta da apresentada em (135) e (137), com a ativação do CP. Quanto ao PB, aponte, na subseção 2.3.3, que os dados de [Neg VP *nada*] em sentenças como (141) talvez possuam uma estrutura diferente dos de [VP *nada*] devido à possibilidade de concordância ou discordância negativa. Assumo aqui, para o PB, a distinção feita por Pinto (2010) quanto a dois tipos de *nada* não-argumental no PE. Deixo, por enquanto, em aberto se essa diferença deve ser tratada nos termos da distinção *enfático* versus *metalinguístico*.

(141) a. Ele **num** comprou o livro *nada*!

b. **Num** conversei com ela *nada*!

É possível, então, que as negativas enfáticas do espanhol platense sejam o equivalente, nessa língua, das sentenças do PE em (135) e do PB em (141), o que justificaria a análise de Di Tullio (2008) para o *nada* enfático platense ser gerado em uma posição estruturalmente baixa da sentença. Nessa perspectiva, além de ser mantida para o espanhol, a análise de Di Tullio (2008) também poderia ser estendida para os dados de [Neg V(P) *nada*] do PE em (133), enquanto se mantém a análise envolvendo o CP apenas para [TP/VP *nada*] do PE.

Por essa perspectiva, ao invés de ser rejeitada, a análise de Di Tullio (2008) pode ser aplicada aos dados das três línguas, i.e., a todas as sentenças em que o *nada* aparece em posição não-argumental, mas manifesta concordância negativa com um elemento pré-verbal: (i) às sentenças com [Neg I° *nada* VP] do espanhol platense; (ii) às com [Neg I° *nada* VP] do PE; (iii) e às com [Neg VP *nada*] do PB.

É preciso perceber, porém, que essa análise tem que receber uma adaptação para ser aplicada aos dados do PB, devido ao fato de que o quase-marcador *nada* nesta língua não aparece em posição pós-I°, mas em posição pós-VP, o que parece indicar que esse elemento não pode estar alocado no especificador da categoria de tópico baixo. Deixo essa questão em aberto por enquanto. O essencial, por agora, é que, nas três línguas esse elemento pode ser considerado como gerado fora do CP, em uma posição baixa da estrutura sentencial, mais próxima ao VP. A formulação de uma análise para esses dados depende também da compreensão da natureza enfática ou metalinguística dos dois tipos de quantificador *nada* em função não-argumental.

Volto agora à questão levantada no início da subseção 2.4.1 sobre a natureza enfática, anafórica ou metalinguística do *nada* não-argumental do PE e, consequentemente, do PB. A

posição de Pinto (2010) quanto à existência de dois tipos de *nada* em função não-argumental muda a questão. Não se trata de definir se o marcador *nada*, tido como um elemento **enfático**, deve ser considerado adicionalmente como anafórico (no sentido do capítulo 1 desta tese) ou metalinguístico (no sentido de Horn (1989) e Martins (2010)).

Ao caracterizar a estrutura [Neg I° *nada*] como enfática e as estruturas [TP/VP *nada*] e [I° *nada* VP] como metalinguísticas, Pinto (2010) considera que a propriedade metalinguística (ou anafórica) e a enfática são excludentes, no sentido de que se aplicam a elementos ou construções sintáticas distintas. O marcador *nada* do PE, portanto, não seria enfático e metalinguístico, mas sim metalinguístico **ao invés de** enfático, para a autora.

Essa posição vai contra a análise que ofereci em 2.3 para o *nada* do PB como um elemento que marca especificamente uma forma enfática de negação. O marcador *nada* do PB expressa uma rejeição ou negação evidentemente mais forte em relação às demais formas de negar uma sentença, de modo que é muito difícil não assumir que ele possua um valor enfático.

Uma alternativa seria simplesmente classificar tanto o marcador *nada* do PB de [TP/VP *nada*] quanto o **quase**-marcador do PE de [Neg V(P) *nada*] como enfáticos por oposição ao marcador do mesmo PE de [VP *nada*] e [I° *nada* VP]. Essa solução não parece natural devido ao fato de que o próprio PB possui a distinção entre dois tipos de *nada* não-argumental. Além disso, classificar os marcadores do PE e do PB diferentemente, aproximando o do PB de uma estrutura do PE e do próprio PB que pode ser considerada mais próxima do espanhol platense também parece contra-intuitivo.

Uma dos passos para esclarecer a questão é atentar para o sentido que Pinto (2010) dá para os termos *ênfase* e *enfático*, uma vez que ela pode estar simplesmente utilizando um conceito de ênfase distinto daquele que assumi para o marcador *nada* do PB em 2.3.3. Embora sem oferecer uma definição explícita do conceito, a autora se refere à ênfase expressa por [Neg VP Neg] e por [VP *nada*] e [I° *nada* VP] como um “reforço da negação”. Trata-se, portanto, de uma posição semelhante à de Cunha (1996, 2001) e Roncarati (1996) sobre o *não* pós-VP do PB, que foi rejeitada neste capítulo (cf. seção 2.1), e semelhante à caracterização tradicional das estadas iniciais do ciclo de Jespersen. A propriedade *enfática* que Pinto (2010) atribui ao quase-marcador, mas rejeita para o marcador *nada* do PE, pode, então, referir-se a um conceito distinto do utilizado para caracterizar o marcador *nada* do PB.

Assumo que o quase-marcador do PE e do PB nas estruturas [Neg V(P) *nada*] é um NPI

que codifica *ênfase escalar*, no sentido definido por Israel (1996, 1998, 2001), enquanto o marcador *nada* do PE e do PB em [TP/VP *nada*] e [I° *nada* VP] é um marcador negativo enfático, sintaticamente independente, que não codifica ênfase escalar, mas um tipo de *ênfase ilocucionária* no sentido definido em 2.3.3, ou seja, um maior comprometimento do falante com o conteúdo da proposição, com a negação expressa.

Esse tipo de ênfase (também chamada *negação exclamativa*) pode ser visto como um tipo de realização do traço de *verum focus* (no sentido de Höhle 1992) ou como um tipo específico de negação metalinguística (no sentido de Horn 1989, Martins 2010 e Pinto 2010) ou de “uso exclamativo da negação metalinguística”⁷⁶ (no sentido de Drozd 2001). Por essa perspectiva, o *nada* não-argumental platense, por se comportar como o quase-marcador do PE e do PB, deve ser reinterpretado como *enfático* no sentido *escalar* discutido em 2.2.2 e 2.2.3 ao invés de ser um caso de negação exclamativa.

No quadro 2.3, abaixo, resumo as propriedades dos marcadores e quase-marcadores do PB, PE e do espanhol platense.

Estrutura negativa	Anafórico	Enfático (ilocucionário) ou exclamativo	Enfático (escalar) ou minimizador
[TP/VP <i>nada</i>] do PB	X	X	---
[Neg VP <i>nada</i>] do PB	---	---	X
[I° <i>nada</i> VP] do PE	X	X	---
[Neg VP <i>nada</i>] do PE	---	---	X
[Neg I° <i>nada</i> VP] do espanhol platense	---	---	X

Quadro 2.3: Propriedades das estruturas com o *nada* não-argumental nas línguas ibéricas

Para compreendermos melhor a natureza desses dois tipos de *nada* não-argumental, discutirei, na próxima seção, o uso não-argumental de um quantificador negativo [-ANIMADO] equivalente a *nada* em outras línguas não-ibéricas, a saber, em línguas de origem germânica como o inglês (principalmente), o alemão e o holandês.

Além de ampliar o conjunto de dados sob análise, o exame de tais línguas trará uma vantagem adicional, que é o fato de que elas não apresentam o requerimento de concordância negativa, de modo que um quantificador negativo em posição pós-verbal não depende de um

⁷⁶ Expressão que sugere que a simples classificação como negação metalinguística pode não ser suficiente.

marcador negativo pré-verbal para ser licenciado. Veremos, entretanto, que ainda assim o uso não-argumental no inglês e nas duas outras línguas se aproxima mais do caso do quase-marcador negativo do PB e do PE (e, consequentemente, do *nada* platense) do que do marcador negativo exclamativo ou metalinguístico.

2.5. *Nada* não-argumental nas línguas germânicas *versus* nas línguas ibéricas

Nas seções anteriores, discuti dois tipos de uso do quantificador *nada* em posição não-argumental e com função enfática em três línguas, o PB, o PE e o espanhol da região platense. Vimos que, no PB e no PE, o *nada* pode ocorrer como o único item negativo da sentença, sendo responsável por codificar um tipo especial de ênfase ilocucionária, que diz respeito ao comprometimento do falante com a veracidade da proposição, ou melhor, com a veracidade da versão negativa de uma proposição ativada previamente no discurso. Nessa função, assumi que o *nada* não exerce uma função pronominal nem adverbial, mas a de marcador negativo, posição semelhante à assumida por Pinto (2010) para o *nada* não-argumental do PE, que também ocorre como único item negativo da sentença. Esse tipo de uso também pode ser classificado como exclamativo, metalinguístico ou como um “*uso exclamativo da negação metalinguística*”.

Por outro lado, constatamos também a existência, não apenas no PB e PE, mas também no espanhol platense, de um segundo tipo de uso não-argumental do quantificador *nada*, que também pode ser considerado enfático, mas não no mesmo sentido apontado no parágrafo anterior. Nesse uso, porém, o *nada* depende da co-ocorrência de um marcador negativo pré-verbal que o licencie. Para melhor entendermos as funções desempenhadas pelo item *nada*, examino, nesta seção, o uso de quantificadores equivalentes⁷⁷ a *nada* também em função não-argumental em outras línguas, como o inglês. A comparação com os dados do inglês é importante devido ao fato de que esta não é uma língua de concordância negativa, o que faz com que os quantificadores negativos nunca dependam de outro item negativo que os licencie, mesmo em função argumental.

77 Ou seja: quantificadores negativos que possuem traço não-animado.

2.5.1. Quantificadores negativos não-argumentais em inglês e línguas germânicas

Bayer (2009) descreve um uso do quantificador *nothing* de inglês que teria, aparentemente, as características de ser (i) não-argumental (ii) e de expressar negação enfática, de modo semelhante ao *nada* enfático das três línguas ibéricas discutidas neste capítulo.

Bayer (2009) considera este um uso adverbial de *nothing*. O autor enfatiza que esse tipo de uso é identificado apenas para o quantificador *nothing*, mas não para os demais quantificadores negativos, como *nobody*, etc. Em (142), temos exemplos de usos de *nothing* exercendo as funções sintáticas típicas de argumentos, a saber sujeito e complemento verbal.

- (142) a. *Nothing* went wrong. (sujeito)
 b. I ate *nothing*. (complemento / argumento interno)

Nos exemplos em (143), por outro lado, *nothing* ocorre com verbos que são tipicamente intransitivos, não podendo, portanto, ser considerado um complemento verbal. No levantamento realizado por Bayer (2009), esse tipo de uso de *nothing* foi encontrado com verbos como *sleep, dance, complain, protest, lobby, work*.

- (143) a. I know the Mayor and he looks ***nothing*** like that.
 eu conheço o prefeito e ele parece nada como isso
- b. First of all she talks ***nothing*** like that, second of all, ...
 primeiro de tudo ela fala nada como isso segundo de tudo
- c. (...) this current situation appears ***nothing*** like that.
 essa atual situação parece nada como isso
- d. My car runs ***nothing*** like that though.
 meu carro corre nada como isso pois
- e. Geese walk ***nothing*** like that.
 gansos andam nada como isso

f. A dodo flies ***nothing like that***.

um dodó voa nada como isso

(Dados de Bayer 2009)

O item *nothing* também pode ocorrer em contextos em que parece modificar predicados adjetivais, como nos exemplos em (144).

(144) a. I was therein ***nothing blameful***.⁷⁸

eu era então nada culpável

b. She is ***nothing afraid***.

ela está nada com-medo

c. I am ***nothing pleased*** with inculcation or wresting-in of matters.

eu estou nada contente com doutrinação ou imposição de assuntos

(Dados de Bayer 2009)

A leitura de negação enfática, segundo Bayer (2009), vem de *nothing* (quando usado na função adverbial) ser interpretado ao mesmo tempo como negação sentencial e como um item de polaridade negativa (NPI). Nas sentenças em (143), a expressão “*nothing like that*” é interpretada como “*anything like that*” ou como “*at all*” quando sob c-comando de outro elemento negativo, como mostra a comparação entre os exemplos (145a) e (145b).

(145) a. I know the Mayor and he looks ***nothing like that***.

b. I know the Mayor and he doesn’t look ***anything like that at all***.

(Dados de Bayer 2009)

Bayer (2009) identifica o mesmo uso adverbial de um quantificador equivalente a *nothing* (i.e. equivalentes à combinação entre negação e um indefinido (*no/not* + *thing*) e com interpretação não-animada) em outras línguas germânicas como alemão e holandês, a saber: o

⁷⁸ Retirado da obra de Mark Twain (citado por Bayer 2009).

quantificador *nichts* do alemão e o *niets* do holandês — os quais se contrapõem, nessas línguas, respectivamente, aos marcadores negativos *nicht* e *niet*.

Esses usos dos quantificadores negativos como elementos enfáticos ocorrem com predicados adjetivais e como verbos intransitivos como: *slapen* ('dormir'), *heulen/huilen* ('chorar'), *protestieren* ('protestar'), *lügen/liggen* ('mentir'), etc, como nos exemplos do alemão em (146). No par (146a) e (146b), vemos especificamente a alternância entre o uso do quantificador *nichts* ('nada') e do marcador negativo *nicht* ('não').

(146) Alemão

a. Karl hat *nichts* gearbeitet.

K. has nothing worked

b. Karl hat *nicht* gearbeitet.

K. has not worked

c. Da wird *nichts* gelogen.

there becomes nothing lied

'There will/must be no lying.'

d. Brauchst *nix* ze greina.

(dialeto do nordeste da Bavaria)

need-2sg nothing to cry

'You don't need to cry.'

(Dados de Bayer 2009)

O mesmo uso é documentado por Bayer (2009) para o quantificador *niets* do holandês, que ocorre modificando predicados adjetivais e predicados verbais intransitivos como *slapen* ('dormir'), *huilen* ('chorar'), *protesteren* ('protestar'), *liggen* ('mentir'), como nos exemplos em (147).

(147) Holandês

a. Je bent *niets* beter dan je vader.

you are nothing better than your father

‘You aren’t any better than your father.’

b. Je bent *niks* aardig.

you are nothing nice

‘You are not nice at all.’

c. Ik heb bijna *niets* geslapen, ...

I have almost nothing slept

‘I have almost not slept at all, ...’

d. Ik heb een spuitje gehad en ik heb *niets* gehuild! Flink he!

I have an injection had and I have nothing cried tough isn’t it

‘I got an injection, and I didn’t cry at all. Tough, isn’t it?’

(Bayer 2009)

Bayer (2009) salienta que o uso de *nothing* / *nichts* / *niets* como elemento adverbial só ocorre com verbos intransitivos e com verbos que selecionam PPs. Segundo o autor, os poucos casos de *nichts* adverbial com verbos transitivos documentados em alemão são possíveis apenas em sentenças em que o sujeito é não-agentivo, o que o leva a formular a hipótese de que a interpretação agentiva bloqueia automaticamente esse uso de *nothing* / *nichts* / *niets*.

O quantificador *nichts* pode, por exemplo, aparecer com o verbo *helfen* (‘ajudar’). Bayer (2009), porém, mostra que nesse contexto *nichts* pode alternar com a expressão *eine Dreck* (literalmente ‘a dirt’, equivalente à expressão ‘a damn’), que é um NPI minimizador, como mostram os exemplos em (148), entretanto, o resultado é agramatical se o sujeito *Das Sozialamt* for interpretado como agente ao invés de “instrument or stimulus”.

(148) Alemão

a. Das Sozialamt hilft uns *einen Dreck* da sie noch verheiratet sind.

the social security office helps us a dirt because they still married are

‘The social security office does not help us at all because they (= the speaker’s parents) are still married.’

b. (*) Das Sozialamt hilft uns *nichts* da sie noch verheiratet sind.

(Dados de Bayer 2009)

Bayer (2009) propõe, então, que *nothing* / *nichts* / *niets* com valor adverbial (por questões de exposição, doravante, usarei as expressões “*nothing adverbial*” e “*nothing enfático*” para me referir aos três itens quando usados com esse valor) está em competição por uma posição de um objeto introduzida pelo sujeito agentivo. O autor formula a seguinte generalização em (149).

(149) Generalization about the attachment of non-argumental NQP⁷⁹

The non-argumental NQP *nothing/nichts* is merged in the structural object position of a predicate to which no theta-role has been assigned.

Ou seja, a análise aponta que, com verbos intransitivos, o *nothing* adverbial pode se concatenar, pois não há um DP para ocupar a posição de argumento interno. Que a posição de argumento interno de um verbo intransitivo está, de certo modo, disponível para ser preenchida em situações especiais por algum constituinte é algo sabido devido aos casos dos chamados *complementos cognatos*, que funcionam exatamente como argumentos internos de verbos normalmente intransitivos.

Ainda de acordo com a análise de Bayer (2009), com verbos transitivos (com sujeito agentivo) e inacusativos, por outro lado, o *nothing* adverbial é bloqueado, pois há um DP argumento interno competindo pela posição de complemento.⁸⁰

Diante dessa análise, é preciso perceber que a caracterização do quantificador *nothing* como “*não-argumental*” nesses casos talvez não seja inteiramente adequada, uma vez que, a rigor, o quantificador ocuparia sim uma posição correspondente à de argumento interno, ao menos quando modifica predicados verbais.⁸¹ Não seria, portanto, um simples adjunto ao

⁷⁹ NQP = *Negative Quantifier Phrase*.

⁸⁰ Segundo van der Wouden (1994:158), o item *niks* (forma variante para *niets*) do holandês “*functions here as an adverbial modifier rather than as a quantifier*”.

⁸¹ A rigor, a generalização e a análise de Bayer (2009) deixa de lado os exemplos de *nothing* modificando predicados adjetivais.

VP.⁸²

A diferença entre o *nothing* pronominal (que exerce funções de sujeito sentencial e complemento verbal) e o *nothing* enfático ou adverbial não é a oposição argumental *versus* não-argumental, mas a oposição com relação a receber um papel temático do predicado ou não.⁸³ É nesse sentido de não ser licenciado pela atribuição de um papel temático que podemos considerar esse uso do *nothing* como adverbial, uma vez que modifica um predicado sem receber papel temático.⁸⁴

Na próxima subseção, comparo os dados de *nothing* adverbial ou enfático do inglês com os usos enfáticos do quantificador *nada* nas línguas ibéricas, especialmente no PB. A partir dessa comparação, ofereço uma proposta que considera que o marcador negativo *nada*, o quase-marcador e o *nothing* enfático representam etapas distintas de um contínuo de gramaticalização que pode ser visto como uma realização diferenciada do ciclo de Jespersen no português.

2.5.2. Quantificador *nada* / *nothing* como minimalizador e como marcador negativo

Uma vez que o *nothing* enfático estaria relacionado ao sistema VP e possuiria um valor semelhante ao de um NPI c-comandado por uma negação, ele parece ser mais semelhante ao segundo tipo de uso não-argumental do item *nada* nas línguas ibéricas. Ou seja, por hipótese, o *nothing* enfático não corresponde ao marcador negativo *nada* do PB e do PE, mas ao chamado *quase-marcador* (cf. subseção 2.4.3) dessas duas línguas e do espanhol platense.

Uma comparação entre o *nothing* e o *nada* enfático revela que o *nada* do PB e do PE pode ocorrer nos mesmos contextos, modificando predicados verbais intransitivos e predicados adjetivais, como nos exemplos em (150).

(150) a. Ele ?/*(num) é *nada* inteligente.⁸⁵

82 Esse fato também pode levar ao questionamento da caracterização como elemento “*adverbial*”.

83 A formulação da diferença em termos de recebimento ou não-recebimento de papel temático consegue abarcar os casos de *nothing* modificando adjetivos. Isso, entretanto, não significa que o conceito de um elemento simultaneamente não-temático mas argumental seja não-problemático.

84 Também é importante o fato de que tal elemento parece não depender de Caso para ser licenciado.

85 No próximo capítulo, sobre negação de constituinte não oracionais, comentarei a diferença entre exemplos como (i) e (ii), em que o constituinte ocorre como fragmento de sentença ou em uma posição periférica da sentença:

(i) Ele não é *nada* inteligente. (= ‘Ele é burro’)

- b. Ele ?/*(num) se comportou *nada* como/conforme o esperado.
- c. O quarto do hotel ?/*(num) parece *nada* como no website.
- d. A tela feita de papel eletrônico ?/*(num) se parece *nada* como uma tela de computador.
- e. Jesus ?/*(num) se parece *nada* como se vê nas pinturas.
- f. Ele ?/*(num) se parece *nada* como o meu pai.

(Os exemplos de (b) a (f) são retirados da internet e adaptados)

Uma primeira diferença entre o *nothing* enfático e esse uso de *nada* com predicados verbais intransitivos e adjetivais está no fato de que as sentenças do PB e do PE sem a presença do marcador pré-verbal *não/num* são marginais ou inaceitáveis, o que mostra que esse uso do item *nada* necessita de licenciamento. A ausência de um marcador pré-verbal no inglês se deve ao fato de que o inglês não é uma língua de concordância negativa, mas de dupla negação, na qual, portanto, os quantificadores negativos não dependem de licenciamento independente.

Como apontado na subseção 2.4.2, o quase-marcador *nada* pode ser substituído por expressões equivalentes a NPIs, como “*nem um pouco*” e “*de jeito nenhum*”, de modo semelhante ao *nothing* enfático.

No PB e no PE, o quase-marcador também pode ser modificado por expressões equivalentes a “*like that*”, como mostram os exemplos de (150b) a (150f), mas também há contextos em que esse elemento não pode receber modificação, como em (151) do PE e (152) do PB, como, aliás, apontado por Di Tullio (2008) sobre o *nada* enfático platense (cf. (73b), repetido em (153)).

(151) Português europeu

- a. O Pedro não comprou *nada* (**como esperado/pedido*) o livro.
- b. O Pedro não comprou (**absolutamente*) *nada* esse livro.

(152) a. O Pedro não comprou o livro *nada* (**como esperado/pedido*).

- b. O Pedro não comprou esse livro (**absolutamente*) *nada*.

(ii) Inteligente *nada*! Ele é esperto. (≠ ‘Ele é burro’)

(153) Espanhol platense (Di Tullio 2008)

No se lo dijo *nada* {* de eso / parecido / de lo que habia pensado}

Por outro lado, o quase-marcador *nada* do PB não apresenta o mesmo tipo de restrição que o *nothing* enfático com relação à transitividade do predicado, pois pode ocorrer com predicados transitivos com sujeitos agentivos (cf. (151), (152) e (153)).

Uma diferença entre o *nothing* enfático e o quase-marcador *nada*, por um lado, e o marcador *nada*, por outro, diz respeito ao modo de modificação de predicados adjetivais. Enquanto os dois primeiros negam adjetivos colocando-se à esquerda destes (em uma ordem em que pode ser considerada um especificador do AdjP), o último nega adjetivos colocando-se à direita destes (cf. seção 3.2 do capítulo 3).

(154) a. Ele não é *nada* tolo.

b. Tolo *nada*!, ele é dissimulado.

O que essa comparação revela é que o quase-marcador *nada* do PB, PE e espanhol platense possui um *status* intermediário entre o *nothing* enfático e o marcador *nada*, pois, diferentemente do marcador *nada*, não pode ser considerado um marcador negativo independente, dependendo do licenciamento de um marcador negativo pré-verbal, mas também diferindo do *nothing* enfático por não apresentar as mesmas restrições com as propriedades argumentais do predicado.

O *nothing* enfático e o quase-marcador *nada* podem ser analisados como elementos minimizadores que codificam ênfase escalar, no sentido de Israel (1996, 1998, 2001), conforme discutido na subseção 2.2.2, que reforça o conteúdo da proposição negada, enquanto o marcador *nada* codifica a ênfase exclamativa focada no comprometimento do falante. Os minimizadores *nothing* e *nada* podem ser vistos como equivalentes aos processos de ênfase e reforço negativo documentados nas fases iniciais do ciclo de Jespersen. Ou seja, eles são semelhantes aos usos de *pas* do francês, do *not* / *noght* / *nought* do inglês e do *ddim* do galês, etc.

Já o marcador *nada* pode ser visto como resultado de um processo de gramaticalização do minimizador *nothing/nada* em um marcador negativo. Nesse sentido, nem o *não* pós-VP

nem o marcador *nada* podem ser considerados recursos enfáticos no sentido de reforçarem a negação pré-verbal ou intensificarem o conteúdo negativo de uma sentença, mas o marcador *nada* pode sim ser considerado o verdadeiro representante do processo do ciclo de Jespersen no português, no sentido de que evoluiu de uma função de elemento minimizador responsável por intensificar o conteúdo de uma proposição para uma função de marcador negativo.

Nesse sentido, o marcador *nada* apresenta uma diferença importante em relação ao processo normalmente descrito no ciclo de Jespersen, uma vez que o *nada* não perdeu totalmente o conteúdo enfático para se tornar o marcador negativo neutro e, conseqüentemente, também não substituiu o marcador pré-verbal. O item *nada* evoluiu de tal forma a marcar um tipo distinto de ênfase, tornando-se um marcador negativo especializado, enquanto o *não/num* pré-verbal (neutro) permanece em pleno uso.

Isso significa que o PB e o PE não estão passando por processo de gramaticalização do *não* final em direção ao ciclo de Jespersen, mas que ambas as línguas já passaram por tal processo, com a gramaticalização do minimizador *nada* em um marcador negativo, mas que esse processo, contudo, tomou um caminho distinto, pois o marcador *nada* não substituiu o marcador associado ao sistema IP, mas ligou-se ao sistema CP. A situação do PB e do PE aponta para a necessidade de reavaliar as características tradicionalmente associadas ao ciclo de Jespersen, com o questionamento do pressuposto de que esse ciclo sempre teria o mesmo resultado pré-determinado.

Quanto às diferenças entre *nothing* e *nada* como minimizadores podem ser vistas como resultado de etapas distintas do processo de gramaticalização. O *nothing* enfático é sensível a propriedades argumentais por ainda estar ligado a uma posição (ainda que não-temática) de argumento, enquanto o minimizador *nada* é independente de uma posição de argumento, embora ainda esteja, de certo modo, associado ao VP. Essa diferença pode ser realizada através da análise de Di Tullio (2008), que coloca o *nada* platense no especificador de uma categoria de foco baixo ou mesmo através de uma análise alternativa que tome o minimizador *nada* como um elemento adverbial adjungido ao VP.

No caso de adjunção ao VP, a diferença de ordem do PB (em que o minimizador *nada* ocorre ao final do VP) e do espanhol platense e do PE (em que ocorre entre I° e o VP) resultaria da adjunção à direita ou à esquerda do VP.⁸⁶

86 Essa análise guarda semelhança com a proposta de Willis (2012) para o galês médio. Descrevendo a evolução do minimizador NPI *dim* em um marcador negativo (neutro) *ddim* no galês, Willis (2012) propõe que no galês médio esse elemento foi reanalisado de um argumento verbal para uma adjunto do VP, passando, então, de pronome indefinido para categoria AdvP.

No quadro 3 abaixo, apresento um resumo dos quatro tipos de usos documentados para quantificadores negativos equivalentes a *nada* nas línguas ibéricas e germânicas. O primeiro é o uso pronominal típico, em que *nada* desempenha uma função argumental, recebendo papel temático. O segundo uso é como um elemento minimizador ainda ligado diretamente a uma função argumental, ainda sensível às propriedades seletivas do predicado verbal, embora sem o recebimento de papel temático, como um intensificador, correspondendo ao *nothing* enfático do inglês, alemão e holandês. O terceiro uso é ainda como um minimizador responsável pela intensificação da proposição (i.e. ênfase escalar), mas sem apresentar sensibilidade às propriedades argumentais do predicado.⁸⁷ Já o quarto uso é como um marcador negativo independente, responsável pela codificação de ênfase ligada à veracidade da proposição ou ao grau de comprometimento com o conteúdo da proposição.

TIPOS	CARACTERÍSTICAS
Temático e argumental	Pronominal. Quantificador. Ligado ao VP como argumento interno e externo. Sem valor enfático.
Não-temático e argumental	Não pronominal. Minimizador. Intensificador. Sensível à transitividade verbal. Ênfase escalar. Ligado ao VP.
Não-temático e não-argumental	Minimizador. Intensificador. Dependente de licenciamento. Não-sensível à transitividade verbal. Ênfase escalar. Adjungido ao VP ou na periferia baixa do VP.
	Marcador. Independente de licenciamento. Proposicional. Ênfase ilocucionária ou exclamativa. Ligado ao sistema CP.

Quadro 2.4: Tipos de *nada*

2.6. Conclusões do capítulo

Encerro este capítulo apresentando um resumo sobre o *status* das construções negativas pós-verbais examinadas aqui.

Primeiramente, temos os casos das negativas do PB com o *não* pós-VP nas configurações [Neg VP Neg] e [VP Neg]. Ambas devem ser consideradas como estruturas que

Willis (2012) considera a hipótese de *dim* sofrer *merge* em uma posição não-temática de objeto direto (como na análise feita por Bayer (2009) para *nothing* enfático do inglês), mas com movimento da posição de objeto para a de adjunção do próprio VP, como tentativa de dar conta da tendência de *dim* não ocorrer com objetos diretos, mas o autor descarta essa possibilidade devido ao caráter problemático de um movimento da posição de argumento para a de adjunto.

Nessa fase do desenvolvimento de *dim*, porém, este elemento ainda não ocorria com verbos intransitivos.

⁸⁷ É possível que o uso de *nada/nothing* como modificador de predicados adjetivais seja o contexto que permite a reinterpretação do segundo tipo para o terceiro tipo de uso de *nada/nothing*.

codificam negação anafórica, mas que são neutras com relação a quaisquer tipos de ênfase.

Em segundo lugar, estão os casos das estruturas equivalentes a [Neg VP Neg] e [VP Neg] no PE. Apesar de possuírem também um requerimento anafórico, elas não podem ser descritas apenas nesses termos. Assumo, junto com Martins (2010, 2012) e Pinto (2010), que a estrutura [Neg VP Neg] deve ser considerada enfática e [VP Neg], metalinguística. Considero, entretanto, que a ênfase que [Neg VP Neg] codifica não deve ser vista no sentido das etapas iniciais do ciclo de Jespersen, como um reforço (do conteúdo) da negação, mas como um maior comprometimento do falante com a proposição. Em termos técnicos, [Neg VP Neg] não codifica ênfase escalar, mas ênfase ilocucionária (ou negação exclamativa).

Em terceiro lugar, há o caso do *nada* não-argumental do PB e do PE que ocorre em configuração de licenciamento e concordância negativa com uma negação pré-verbal. Esse tipo de *nada* foi chamado aqui de quase-marcador e pode ser considerado um tipo de intensificador, que funciona como NPI, codificando ênfase escalar. O *nada* enfático do espanhol platense e o *nothing* não-argumental e enfático do inglês (e seus equivalentes em alemão e holandês) podem ser agrupados junto com o quase-marcador do PB e do PE.

Por fim, temos os casos do *nada* não-argumental e enfático do PE e do PB que ocorrem como o único marcador negativo da sentença. Esses elementos não codificam ênfase escalar, mas o que denominei de ênfase ilocucionária, realizando negação metalinguística e exclamativa. A dupla caracterização é necessária para distinguir as sentenças com o marcador *nada* das estruturas [Neg VP Neg] (que é exclamativa, mas não metalinguística) e [VP Neg] (que é metalinguística, mas não exclamativa), ambas do PE.

No próximo capítulo, discuto as propriedades de outro conjunto de dados negativos, que se diferenciam dos que foram discutidos até aqui por não envolverem a negação sentencial, mas a negação de constituintes não-oracionais. Mostrarei que, assim como ocorre no nível sentencial, também no nível não-sentencial, o PB conta com um conjunto de dados em que o marcador negativo ocorre à direita do constituinte negado.

3. Fragmentos negativos, negação de constituintes e negação contrastiva

*A conscious voluntary action is possible only
to a being who understands the meaning of not.*
(Laurence Horn, *A Natural History of Negation*)

No capítulo 1 desta tese, aponte a diferença existente entre os marcadores negativos que ocupam uma posição imediatamente pós-verbal (como o *pas* do francês e o *not* do inglês) e os que ocupam uma posição posterior aos complementos e adjuntos verbais (como o *não* do PB e o *fa* do são-tomense), argumentando que o primeiro tipo, na verdade, deveria ser considerado como um marcador pós-I^o, uma vez que ele seguia, necessariamente, o verbo flexionado, e o segundo, como um marcador pós-VP (ou mesmo pós-IP), uma vez que ocorre ao final de todo o VP ou de toda a sentença. De modo semelhante, tanto os marcadores pré-verbais e os (imediatamente) pós-verbais (respectivamente, pré-I^o e pós-I^o) podem ser agrupados sobre o rótulo de marcadores pré-VP.

Dentro dessa perspectiva, os marcadores negativos podem ser classificados quanto à posição linear de acordo com dois critérios: (i) como pré-V ou pós-V; (b) e como pré-VP ou pós-VP¹. Esses dois critérios de classificação são, em certo sentido, resultado de uma propriedade mais geral que é a possibilidade de o marcador negativo ocorrer à esquerda ou à direita do constituinte negado.

Essa é a propriedade que leva ao fenômeno, também discutido no capítulo 1, de alternância entre três padrões de negação sentencial em função da quantidade e da posição do(s) marcador(es) negativo(s) em relação ao verbo ou ao VP. O primeiro padrão é aquele em que a negação **precede** o verbo (ou o VP), de acordo com a estrutura [Neg V(P)]. O segundo padrão é aquele em que a negação **segue** o verbo ou o VP, na configuração em [V(P) Neg]. Já o terceiro padrão é aquele em que a negação se realiza de modo descontínuo, ocorrendo

¹ Uma alternativa é substituir totalmente o verbo pela flexão verbal como critério de descrição da posição do marcador. Dessa forma, a posição do marcador é definida ou (i) com relação ao núcleo flexional I^o; (ii) ou com relação a todo o sintagma flexional IP (ou TP).

Note-se que os rótulos pré-IP e pré-VP não são totalmente equivalentes, ou seja, não recobrem o mesmo conjunto de casos. O rótulo pré-VP se aplica indistintamente aos marcadores pré-I^o e pós-I^o como o *ne* e *pas* do francês, respectivamente. Já o rótulo pré-IP diz respeito apenas a marcadores como o *num/não* pré-verbal do PB, assumindo-se que estes ocorrem acima do IP/TP, como na análise de Mioto (1992).

Parece, então, mais adequado que as descrições sobre a realização da negação sentencial nas línguas considerem ambos os critérios ao invés de substituir um por outro.

simultaneamente em posição pré-V° e pós-V° (ou pré-VP e pós-VP), como na estrutura em [Neg V(P) Neg]². Os três padrões, já bem conhecidos neste ponto da discussão, são representados novamente nas sentenças do PB em (1) e do francês em (2).

- (1) a. **Num** vou sair hoje. [Neg VP]
 b. **Num** vou sair hoje **não**. [Neg VP Neg]
 c. Vou sair hoje **não**. [VP Neg]
- (2) Francês
 a. Je **ne** vais travailler demain. (arcaico) [Neg V°]
 b. Je **ne** vais **pas** travailler demain. [Neg V° Neg]
 c. Je vais **pas** travailler demain. (coloquial) [V° Neg]
 eu (NEG) AUX (NEG) trabalhar amanhã
 ‘Eu não vou trabalhar amanhã’

A mesma alternância com relação na posição do marcador é encontrada também nos casos de negação enfática. No capítulo 2, mostrei que a negação sentencial com valor enfático ou exclamativo se realiza, no PB, no PE e no espanhol platense, através do uso do quantificador *nada* em função não-argumental e não-temática, como um marcador negativo, em posição pós-IP ou pós-I°, como nos exemplo de (3), (4) e (5).

- (3) PB
 A: Você vai ao show amanhã?
 B: Vou **nada**! (Tenho que estudar.) [VP Neg]
- (4) PE
 A: O Pedro caiu das escadas!
 B: Caiu **nada** das escadas! [VP Neg]
- (5) Espanhol platense
No voy **nada**! [Neg V(P) Neg]

² A diferença quanto ao segundo marcador ocorrer após o verbo ou após o VP não é trivial, como apontei no capítulo 1, e está ligada ao *status* e à posição estrutural em que esse marcador é gerado. Mas a posição pós-V e a posição pós-VP podem ser vistas como dois subtipos de uma possibilidade mais geral de o marcador negativo ocorrer após (ou antes de) o elemento negado.

Em uma tipologia dos processos negativos com relação à ordem linear, a negação enfática, no PB e no PE, em (3) e (4), respectivamente, se reduz ao padrão exemplificado em (1c) e (2c), com a estrutura [V(P) Neg]. Já no espanhol platense, em que a co-ocorrência do marcador pré-Iº *no* é obrigatória, como no exemplo em (5), a negação enfática é codificada a partir de uma estrutura que pode ser reduzida ao padrão [Neg V(P) Neg].³

Esses padrões mostram que, na negação sentencial, a posição do marcador negativo pode variar com relação ao elemento verbal que define um constituinte como sentencial ou oracional. Mas a sentença não é o único tipo de constituinte que pode cair sob o efeito da operação de negação. Constituintes não-oracionais também podem ser negados (seja no interior de uma estrutura oracional maior seja como fragmentos de sentenças que ocorrem isoladamente), em um fenômeno denominado genericamente como *negação de constituintes* por oposição a negação sentencial.⁴

Neste capítulo, examinarei uma variação similar na posição do marcador negativo (em relação ao elemento negado) no contexto de negação de constituintes não-oracionais. Ao longo do texto, veremos que, nas línguas humanas, os padrões de negação sentencial [Neg V(P)], [Neg V(P) Neg] e [V(P) Neg] são replicados na negação de constituintes, gerando os padrões [Neg X], [Neg X Neg] e [X Neg], em que o rótulo X faz referência a qualquer constituinte não-oracional. Apontarei também que, em geral, o padrão de negação de constituintes que a língua exibe é o mesmo padrão disponível na negação sentencial ou, ao menos, um subconjunto destes padrões.

Com relação ao PB, apontarei que, além do padrão [Neg X], também está disponível o padrão [X Neg]. Este padrão de negação pós-X(P), entretanto, pode ocorrer apenas em posições periféricas da sentenças, ou seja, em posição pré-sentencial ou pós-sentencial,

³ O PE e o catalão, adicionalmente, podem marcar a negação enfática através de sentenças com a estrutura [Neg IP], a partir do uso de outros elementos enfáticos diferentes do *nada*. No PE, por exemplo, expressões idiomáticas como *agora (que)* podem ocorrer em posição inicial, como em (i). Em catalão, *no que* pode ocorrer em posição pré-Iº, após o sujeito, marcando negação enfática, como em (ii).

(i) A: Ele viveu sempre em Paris. B: **Agora** viveu! (= ‘Viveu *nada*!’) (PE)
(Martins 2010: 572)

(ii) **No que** no ha vingut la Lola.
NEG COMP NEG AUX VIT DET Lola (= ‘Não, Lola não veio!’ ou ‘Lola veio *nada*!’)
(Hernanz 2006)

⁴ Jairo Nunes (comunicação pessoal) chama a atenção para o fato de que o termo *negação de constituinte* é impreciso para distinguir esse tipo de fenômeno dos casos de negação sentencial, uma vez que uma sentença também é um constituinte sintático. Apesar da imprecisão, o termo tem sido usado na literatura linguística e será adotado ao longo deste capítulo. Dessa forma, *negação de constituintes* será, em certo sentido, uma forma reduzida para *negação de constituintes não-oracionais*.

enquanto [Neg X] apresenta uma distribuição mais ampla. Com base nessa distribuição, argumentarei que o padrão [Neg X] é gerado pelo emprego do marcador negativo que funciona como núcleo de Neg^o modificando diretamente o constituinte negado. Por outro lado, o padrão [X Neg], ao menos no PB, resulta de uma estrutura em que o constituinte negado é gerado como especificador da categoria AstP, na periferia da sentença.

Este capítulo está organizado da seguinte forma: na seção 3.1, apresento uma visão geral sobre a variação da posição do marcador negativo nos casos de negação de constituintes; em 3.2, examinarei os casos de negação de itens lexicais no PB, em que, como esperado, apenas o padrão [Neg X] é aceitável; em 3.3, mostrarei que, nos casos de *slogans* negativos, o PB difere do inglês por aceitar apenas o padrão [X(P) Neg]; já na seção 3.4, examino três contextos de negação contrastiva em que a alternância entre os padrões [Neg X] e [X Neg] é possível e um em que apenas [Neg X] é possível; a partir das propriedades identificadas anteriormente, na seção 3.5, oferecerei uma proposta de análise para a geração dos casos de negação de constituintes com o formato [Neg X] e [X Neg] no PB que também deve dar conta da impossibilidade de [Neg X Neg], opção disponível no nível da negação sentencial.

3.1. Padrões de negação de constituintes e de negação sentencial nas línguas humanas

Como apontei anteriormente, marcadores negativos podem agir também sobre constituintes não-oracionais. Na literatura sobre o tema, o tipo de negação de constituintes mais estudado é a negação de VP sem escopo sobre toda a oração, que ocorre em exemplos como os de (6) abaixo.⁵

- (6) a. Kim regrets [**not** having read the book].
- b. Duty made him [**not** miss the weekly meeting].
- c. John can always [**not** agree].
- d. John has been [**not** playing football for many years].
- e. To have [**not** played football for many years] is a disadvantage in a game.

(Choi 2004: 187)

⁵ Como apontado na introdução desta tese, a diferença entre a negação sentencial e a negação de VPs não-sentenciais pode ser vista como semelhante à oposição entre a concepção estoica de negação como um operador sobre proposições e a concepção aristotélica de negação do predicado (ou da relação entre sujeito e predicado). A equivalência, por outro lado, não é exata. Os exemplos apresentados em (6) talvez se aproximem mais da fórmula “*S é não-P*” do que da fórmula “*S não é P*” do modelo aristotélico (cf. Horn 1989: 1-44).

Nestes exemplos, a negação não recai sobre toda a oração que, a rigor, permanece sendo afirmativa. O caráter de negação de constituintes nestes exemplos pode ser demonstrado pela possibilidade de co-ocorrência de uma negação sentencial, como nos exemplos em (7).⁶

- (7) a. Kim doesn't regret [**not** having read the book].
 b. Duty doesn't make him [**not** miss the weekly meeting].
 c. John cannot always [**not** agree].
 d. John hasn't been [**not** playing football for many years].

Além da negação de constituintes verbais não-oracionais, a negação também pode agir sobre constituintes que não são nem oracionais nem verbais. Exemplos desse fenômeno, no PB, são apresentados por Vitral (1999). O autor mostra que o mesmo marcador negativo *não* (i.e. equivalente ao *num/não* pré-verbal), que opera a negação sentencial, também pode negar constituintes não-oracionais como um nome (cf. (8a)), um adjetivo (cf. (8b)), um quantificador (cf. (8c)) ou um advérbio (cf. (8d)).⁷

- (8) a. A **não** demonstração do teorema por parte do professor] levou o governo a prendê-lo. (Negação de nome)
 b. José considera o caseiro **não** condizente com o emprego. (Negação de adjetivo)
 c. Os alunos fizeram **não** muitos trabalhos. (Negação de quantificador)
 c. Ele falou **não** claramente. (Negação de advérbio)

(Vital 1999)

Como veremos na próxima seção, os dados em (8) são ambíguos entre a negação de projeções máximas XPs ou de itens lexicais (i.e. núcleos) específicos, mas a negação de

⁶ As diferenças entre negação sentencial e negação de constituintes (aí incluídos os casos de VPs não-oracionais) é resumida por Choi (2004: 187-188) nos seguintes termos:

“a. *The negation that immediately precedes an embedded nonfinite verbal form (a participle, infinitival or bare form) (...) is constituent negation.*

b. *In finite clauses, the negation that immediately follows do, modals, or auxiliaries such as have or be (...) is sentential negation, while the negation that appears in other positions (...) is constituent negation.*

c. *In infinitival clauses, the negation that appears on the immediate left to auxiliaries such as have or be (...) is sentential negation, while the negation that appears on its right (...) is constituent negation.”*

⁷ Note-se que, em inglês, os casos de negação de nome e de adjetivo são realizados através da partícula *non* enquanto os casos de negação de quantificador e de advérbio, através do marcador *not*. Voltarei a essa distinção na seção 3.2.3.

constituente também pode agir sobre categorias (indiscutivelmente) máximas como DPs, como em (9).

- (9) a. Ele comprou **não** *um carro*, (mas) uma moto.
 b. Ela alugou **não** *uma casa*, (mas) um apartamento.

Neste capítulo, tratarei especificamente dos casos de negação de constituintes simultaneamente não-oracionais e não-verbais, em que a diferença entre negação sentencial e negação não-sentencial é mais transparente, mas alguns aspectos dos casos de negação de VPs não-oracionais serão discutidos quando pertinentes.

A primeira questão que motiva este capítulo diz respeito à identificação dos padrões de ordem linear disponíveis nos processos de negação de constituinte. A questão é formulada de maneira mais explícita em (10).

- (10) A negação de constituinte apresenta a mesma variação com relação à posição pré-X e/ou pós-X do marcador como na negação sentencial?

Um exame dos dados de várias línguas revela uma resposta positiva à questão formulada em (9). Translinguisticamente, é possível encontrar três padrões de negação de constituintes em função da posição do marcador negativo em relação ao elemento negado: [Neg X], [Neg X Neg] e [X Neg]. O padrão de negação [Neg X] é encontrado em muitas línguas, como nos exemplos anteriores do PB em (8) e (9), e nos exemplos em (11), do inglês.

- (11) a. In **not** *many years* Christmas will fall on a Sunday. (Klima 1964: 301)
 b. **Not** *unreasonably*, one may expect results from him. (Haegemen 1995: 271)
 c. He bought, **not** *a car*, but a motorcycle.

O padrão [X Neg] é encontrado, por exemplo, em turco, como em (12b). Esse padrão, de certa forma, é um reflexo da configuração disponível para a negação sentencial nesta língua, que é considerada de núcleo inicial, mas em que a negação se realiza como um sufixo verbal, como em (12a).

(12) Turco

a. Negação sentencial

Hasan kitab-i oku **-ma** -dl. [V Neg]

Hasan book-ACC read- NEG -PASS

‘Hasan didn’t read the book’

‘Hasan não leu o livro’

(Kornfilt 1997:123)

b. Negação de constituinte

(ben) bugiin [*is-e* **degil**] maç-a git-ti-m. [X Neg]

I today trabalho-DAT NEG.COP match-DAT go-PAST-1SG

‘I went not to work today, (but) to a game’

‘Hoje eu fui não ao trabalho, mas ao jogo’

(Kornfilt 1997:126)

De modo semelhante, em marati (língua falada na região centro-ocidental da Índia), a negação sentencial apresenta a estrutura [VP Neg], com a negação ao final da sentença, como em (13a). A negação de constituinte tem um comportamento semelhante, com a forma [X Neg], como no exemplo (13b).

(13) Marati

a. Negação sentencial

Te kal badzarat gele **nahit.** [VP/IP Neg]

they yesterday market-NEG go-PAST-3MPL NEG-PL

‘They did not go the market yesterday’

‘Eles não foram ao mercado ontem’

(Pandharipande 1997, segundo Bhatt 2003)

b. Negação de constituinte

Te [kal **nahi**] badzarat gele . [VP Neg]

they yesterday NEG market -NEG go-PAST-3MPL

‘They did not go to the market yesterday (they went some other day)’.

‘Eles não foram ao mercado ontem (eles foram algum outro dia)’ ou ‘Ele foram ao mercado (mas) não ontem’)

(Pandharipande 1997, segundo Bhatt 2003)

O padrão [Neg X Neg], com a ocorrência simultânea de um marcador antes e outro após o constituinte, também é encontrado nas línguas. Em africâner, por exemplo, a negação sentencial é expressa majoritariamente através de [Neg VP Neg]⁸, como em (14a), com um uso reduzido de [Neg VP]. Nos casos de negação de constituinte, o africâner simula o padrão sentencial com o uso obrigatório da configuração [Neg X Neg], como no exemplo em (14b).

(14) Africâner

a. Negação sentencial

Hy het **nie** die huis gekoop **nie** [Neg VP Neg]

he has not the house bought_{NEG}

‘He hasn’t bought the house’

‘Ele não comprou a casa’

(Biberauer & Cyrino 2009: 1)

b. Negação de constituinte

Nie die geld **nie**, maar die tyd pla hom. [Neg X Neg]

not the money_{NEG} but the time worry him

‘Not the MONEY, but the TIME worries him’

‘(O que me) preocupa (é) **não** o dinheiro, mas o tempo’

(Biberauer & Cyrino 2009: 4)

Esse padrão [Neg X Neg] também é documentado em hausa, língua do oeste africano. Nesta língua, a negação sentencial é expressa majoritariamente através da estrutura [Neg VP Neg], com a co-ocorrência os marcadores *bàa* (em posição pré-I^o) e *bá* (em posição final), como em (15a), com um uso menos frequente de [Neg VP] em contextos específicos (cf.

⁸ Diferentemente do PB, do são-tomense e do palenquero, o primeiro marcador do africâner não é pré-I^o, mas pós-I^o (como o *not* do inglês e o *nie* do holandês), gerando um padrão híbrido com um primeiro marcador **pós-I^o** e um segundo pós-IP/VP, que pode ser esquematizado como [I^o Neg VP Neg].

Ziegelmeyer 2009; Crysmann 2010). A negação de constituintes como DPs, APs, AdvPs e PPs também é realizada através da co-ocorrência dos marcadores *bàa* e *ba*, como em (15b), de acordo com o padrão [Neg X Neg], como aponta Ziegelmeyer (2009).

(15) Hausa

a. Negação sentencial

Malamai **bà** su ji kome **ba**. [Neg VP Neg]

teachers NEG 3PL-COP hear anything NEG

‘The teachers did not hear anything.’

‘Os professores não ouviram nada (não)’

(Crysmann 2010)

b. Negação de constituinte

Audù yaa tàfi kàasuwa (àmmaa) **bàa** dá saafe **ba**. [Neg X Neg]

Audu 3M COMP go market (but) NEG in morning NEG

‘Audu foi ao mercado, (mas) não de manhã’

(Ziegelmeyer 2009)

Em resumo, o inglês, cuja negação sentencial é **pré-VP** (embora pós-I°), apresenta também o padrão **pré-X** na negação de constituinte. Em turco, cuja negação sentencial se manifesta como afixo à direita do verbo, em um tipo de padrão **pós-V°/I°** e **pós-VP**, a negação de constituinte é **pós-X**. Em marati, cuja negação sentencial é **pós-VP/IP**, a negação de constituinte é **pós-X**. Já o africâner e o hausa, cuja negação sentencial é simultaneamente **pré-** e **pós-VP** (i.e. [Neg IP/VP Neg]), apresenta justamente um padrão simultaneamente **pré-** e **pós-X** (i.e. [Neg X Neg]) na negação de constituinte.

Em outras palavras, de acordo com essa pequena amostra, existe alguma relação entre o padrão de negação sentencial e o padrão de negação de constituinte que a língua exhibe, com uma tendência para que a língua use, na negação de constituinte, o mesmo padrão utilizado na negação sentencial (ou, ao menos, um subconjunto desses padrões). Não é objetivo deste capítulo a realização de uma extensiva descrição tipológica de modo a confirmar esta generalização, que pode ter muitas exceções (assim como ocorre, por exemplo, com

generalizações quanto à ordem dos constituintes sentenciais).⁹ Mas a simples existência de padrões alternativos de negação de constituintes não-oracionais, com a variação na ordem linear entre a negação e o elemento negado, justifica um exame mais detalhado da negação de constituintes no PB.

O primeiro objetivo deste terceiro capítulo é, portanto, examinar os processos de negação de constituinte do PB em confronto com os padrões de negação sentencial conhecidos. Em outras palavras, uma vez que o PB apresenta, sincronicamente, todos os três padrões de negação sentencial com relação à ordem linear, o objetivo desse capítulo é investigar se o mesmo tipo de alternância pode ser encontrado na negação de constituinte. Essa é a aplicação da questão expressa em (10) para o PB.

Nas próximas seções, apresentarei dados que apontam para uma resposta positiva a esta questão. A partir desse conjunto de dados, surge o segundo objetivo deste capítulo, que é tentar explicitar como os padrões alternativos de negação de constituinte são gerados. A hipótese em que se baseia este capítulo é que os diferentes padrões de negação de constituinte no PB são derivados pela ativação de um dos dois marcadores negativos do PB, ou seja, do *não/num* correspondente ao núcleo de NegP ou do *não* correspondente ao núcleo de AstP. Tentarei demonstrar que, no PB, a posição de especificador de AstP, responsável pela polaridade externa (cf. seção 1.3 do capítulo 1), também pode ser preenchida por constituintes não-oracionais, gerando estruturas de negação de constituinte com a configuração [X Neg], que possuem um requerimento anafórico de modo semelhante aos casos de negação sentencial via [(Neg) VP Neg].

3.2. Negação de constituintes *versus* negação de itens lexicais no PB

A pouca literatura existente sobre negação de constituintes no PB trata exclusivamente de casos em que o marcador negativo tipicamente se coloca à esquerda do elemento negado, como nos exemplos de Vitral (1999), apresentados anteriormente, em (8) e repetidos aqui em (16).

⁹ Um bom exemplo são as exceções com relação à posição final ou inicial dos núcleos de sintagmas e de seus complementos. Línguas consideradas como de núcleo final, como o japonês, apresentam a ordem linear [compl núcleo] em todos os tipos de constituintes (por exemplo, com posposições ao invés de preposições), mas línguas como a alemão, também tidas como de núcleo final, não são uniformes (por exemplo, apresentando preposições como as línguas de núcleo inicial).

- (16) a. A **não** demonstraco do teorema por parte do professor levou o governo a prendê-lo. (Negaco de nome)
 b. Jos considera o caseiro **no** condizente com o emprego. (Negaco de adjetivo)
 c. Os alunos fizeram **no** muitos trabalhos. (Negaco de quantificador)
 c. Ele falou **no** claramente. (Negaco de advrbio)
- (Vital 1999)

Nessa configurao de [Neg X], o marcador negativo *no*, por hiptese, c-comanda o elemento negado da mesma forma que o marcador *num/no*, gerado como ncleo de NegP, c-comanda o VP (ou o I). A princpio, h trs maneiras possveis de se analisar a negaco nesses exemplos. A ordem [Neg X] e a configurao de c-comando so compatveis com anlises que representem a relao entre o marcador negativo e o constituinte negado (i) como uma relao entre ncleo e complemento, representada em (17a); (ii) como uma relao de adjuno da negaco ao elemento negado, como em (17b); (iii) ou mesmo com uma relao especificador-ncleo, como em (17c).

- (17) a. [NegP [Neg' no [XP ...]] (relao ncleo-complemento)
 b. [XP [NegP no [X' ...]] (relao especificador-ncleo)
 c. [XP [NegP no [XP ...]] (relao de adjuno esquerda)

Discutirei as trs opes de anlise nas prximas subsees.

3.2.1. Negaco de constituintes como relao ncleo-complemento

Vital (1999) assume a estrutura de complementao representada em (17a), com a negaco tomando o constituinte negado como seu complemento. O autor trata dos casos de negaco de nominais, quantificadores e advrbios, em (16), como parte de uma discusso sobre a posio estrutural do NegP em relao a outras categorias funcionais, como TP e AgrP, nos casos de negaco sentencial. Ele usa tais casos como argumento para defender que a negaco, ao menos no PB, sempre toma como complemento uma categoria lexical e no

uma categoria funcional, rejeitando, dessa forma, as estruturas em que a negação toma o TP (conforme Pollock 1989) ou o AgrP (conforme Belletti 1990) como complemento.

De acordo com Vitral (1999), então, nas sentenças negativas, o NegP tomaria diretamente o VP como complemento, como na representação em (18). Já na negação de constituinte, ainda de acordo com o autor, o mesmo NegP tomaria como complemento alguma outra categoria lexical, como nas representações em (19).¹⁰

(18) Posição estrutural de NegP na negação sentencial (Vitral 1999)

[_{TP} T° [_{NegP} [_{Neg°} não [_{VP} ...]]]]

(19) NegP na negação de constituinte (Vitral 1999)¹¹

- a. [_{NegP} não [_{N(P)} demonstração]]
- b. [_{NegP} não [_{A(P)} condizente]]
- c. [_{NegP} não [_{Q(P)} muitos (alunos)¹²]]
- d. [_{NegP} não [_{Adv(P)} claramente]]

¹⁰ A relação entre o marcador *não* e o constituinte não-oracional pode ser vista como semelhante à relação entre quantificadores negativos como *nenhum* e a categoria que estes modificam, como em (i) e (ii). No caso de (i), temos a negação de uma categoria nominal (um DP ou NP); no caso de (ii), de uma categoria preposicional — ao menos aparentemente, pois é possível considerar a existência de um nominal nulo nestes casos. Nessas sentenças, *nenhum* pode ser analisado como um núcleo que toma um DP ou NP como complemento, assim como é assumido para outros quantificadores (não-negativos) como *todo/todos*, por exemplo.

(i) Ela não comprou *nenhum* livro.

(ii) Ela não comprou *nenhum* dos livros.

Por outro lado, os exemplos em (iii) e (iv) mostram que, ao menos com relação a categoriais nominais, o quantificador negativo *nenhum* pode ocorrer à direita em uma configuração do tipo [X Neg], posição em que alterna com a versão positiva *algum* na expressão do mesmo conteúdo negativo.

(iii) Ela não comprou livro *nenhum/algum*.

(iv) *Ela não comprou dos livros *nenhum/algum*.

O uso de *nenhum*, entretanto, não é analisado na literatura como um caso de negação de constituintes em virtude do fato de que a função primária deste item é a de quantificador, diferentemente do *não*, que é essencialmente um marcador negativo; e pelo fato de que o uso da forma *nenhum* (em oposição a *algum*) não é independente, mas está sujeito ao fenômeno de concordância negativa.

¹¹ O trabalho de Vitral (1999) discute majoritariamente os casos de negação sentencial. Os casos de negação de constituinte entram de modo secundário nessa discussão. O leitor deve, portanto, estar avisado de que Vitral (1999) formula essa hipótese, mas não fornece uma representação precisa da análise para a negação de constituintes. As representações que ofereço aqui e adiante são uma tentativa de explicitar a ideia de Vitral (1999) e devem ser vistas dessa forma.

¹² Note-se que, na expressão “*não muitos alunos*”, não é claro se a negação toma como complemento todo o QU “*muitos alunos*” ou apenas o quantificador *muitos*, uma vez que a interpretação é de modificação apenas do quantificador e não de toda a expressão quantificada.

Adicionalmente, há a questão sobre em que medida um quantificador pode ser considerado uma categoria lexical (por oposição a funcional), como exige a argumentação de Vitral (1999).

Vitral (1999), então, formula uma condição de c-comando da negação, apresentada em (20), segundo a qual um marcador negativo deve c-comandar um núcleo lexical antes de *Spell-Out*.

(20) Condição de c-comando da negação (Vitral 1999)

Um item de valor negativo deve c-comandar um núcleo lexical na sintaxe visível.

Antes de discutir mais especificamente a análise da negação de constituintes, é preciso fazer certas considerações sobre o alcance da proposta do autor. É preciso notar que, a partir da condição de c-comando da negação, tal como reproduzida em (20), não se pode deduzir a estrutura proposta por Vitral (1999) para a negação sentencial em (18), em que NegP toma o VP diretamente como complemento. A categoria NegP poderia ser gerada acima de TP (ou de outra categoria funcional do sistema IP) (como em Pollock 1989; Laka 1990; e Miotto 1992) e ainda assim o marcador negativo (ou em Neg^o ou em Spec,NegP) cumpriria o requerimento de c-comandar uma categoria lexical, a saber, o núcleo verbal que é dominado tanto por TP quanto por NegP.

Em outras palavras, a proposta de que a negação deve c-comandar uma categoria lexical deve ser distinguida da proposta de que a negação toma, necessariamente, uma categoria **lexical** como complemento. A segunda proposta se enfraquece em uma perspectiva que adote a hipótese do VP-*shell*, de acordo com a qual o VP é desdobrado em (pelo menos) duas categorias, sendo a mais alta o vP, cujo *status* lexical ou funcional é incerto¹³. Também se enfraquece quando consideramos exemplos em que a negação não age sobre um nome ou NP, mas sobre um DP, como os exemplos do PB apresentados em (9), dos quais tratarei mais detidamente na seção 3.4¹⁴, uma vez que D^o é considerado um núcleo funcional. Um terceiro

¹³ Como formulado por Chomsky (1995) e assumido na maioria da literatura minimalista, o v-zinho (mais especificamente, o v*) possui as funções (i) de introduzir um argumento (agente ou causador); (ii) de atribuir caso acusativo ao DP que é objeto direto; (iii) e de ser um núcleo definidor de uma fase da derivação. A função de introdução de argumentos era, no modelo de Princípios e Parâmetros, considerada típica de núcleos lexicais. Por outro lado, em algumas versões da teoria da morfologia distribuída, a introdução de argumentos é considerada uma tarefa exercida por núcleos funcionais distintos dos elementos vistos como predadores.

Já a atribuição de caso acusativo era, no modelo de Princípios e Parâmetros, uma função de um núcleo lexical, que era o próprio verbo. A partir do minimalismo, essa passa a ser vista como função de uma categoria funcional, assim como a atribuição de nominativo.

Já a função de definição de fases é compartilhada por um núcleo funcional, i.e. C^o. Não é clara, porém, qual a relação entre ser um núcleo de fase e o tipo funcional ou lexical do núcleo.

¹⁴ Confira também os exemplos de negação de DPs em inglês em (11c), em turco em (12b) e em africâner em (14b).

problema é o fato de que essa análise não tem como distinguir os casos de negação sentencial e os de negação de VP como os apresentados em (6) e (7) (que não são discutidos por Vitral 1999), pois em ambos NegP tomaria como complemento o VP.

Diante desse quadro, é possível assumir, para os casos de negação de constituinte e de negação sentencial discutidos por Vitral (1999), uma implementação segundo a qual a negação toma o elemento negado como seu complemento, sem, no entanto, o compromisso com a ideia de que essa categoria tenha que ser necessariamente lexical.¹⁵

Nos exemplos em (16), parece, de fato, ocorrer a seleção direta de uma categoria lexical (ou substantiva) e não de uma categoria funcional.¹⁶ Isso fica mais claro no caso de negação de um nominal, como em (16a), em que a negação não recai sobre todo o DP, mas apenas sobre a sua parte nominal. Ou seja, a negação é interna ao DP, como na representação em (21a), diferentemente do que ocorre nos exemplos em (9).

(21) [DP a [NegP não [N(P) demonstração (...)]]]

De acordo com a análise de Vitral (1999), entretanto, não está claro se, nesses exemplos (i.e. em (16)), o *não* toma como complemento diretamente o núcleo (nominal, adjetival, quantificador, adverbial) totalmente despido de seus argumentos e modificadores ou se toma a projeção máxima já com todos os seus modificadores presentes — uma vez que Vitral (1999) não oferece uma representação. Ou seja, se, em (16a), o *não* toma como complemento o nome *demonstração* ou se toma toda a sequência “*demonstração do teorema por parte do professor*” como um constituinte?¹⁷ A mesma dúvida permanece para os exemplos em (16b) (o *não* toma como complemento apenas *condizente* ou a sequência “*condizente com o emprego*”?) e em (16c) (*muito* ou “*não muitos alunos*”?).

¹⁵ A negação sentencial e a negação de constituintes, em princípio, poderiam distinguir-se justamente pela seleção de um categoria funcional ou lexical como complemento. Essa hipótese, entretanto, se mostrará inadequada frente a casos em que a negação de constituintes também age sobre categoriais funcionais. Mas uma versão mais fraca dessa hipótese pode servir como caracterização adequada para a diferença entre a negação de itens lexicais (i.e. núcleos) e a negação de sintagmas.

¹⁶ Uma questão em aberto é se os quantificadores e os advérbios são categoriais lexicais (i.e. substantivas) ou funcionais.

¹⁷ Uma dificuldade adicional é definir se PP *por parte do professor* é um argumento externo do NP ou um adjunto.

Os dados de Vitral (1999) como negação de itens lexicais (NIL)

A primeira forma de implementação da análise de Vitral (1999) parece corresponder mais diretamente à intuição de que a negação recai sobre o item lexical específico, e não sobre um sintagma inteiro. Mas, de acordo com ela, haveria a formação de uma categoria negativa NegP correspondente a [_{NegP} não [demonstração]], [_{NegP} não [condizente]] e [_{NegP} não [muitos]]. Nessa estrutura, não sobra espaço para os elementos analisados como modificadores (complementos e adjuntos) do nome, do adjetivo e do quantificador, que, então, teriam que ser re-analisados como argumentos adicionais e/ou adjuntos da categoria de NegP, como nas representações em (22).

(22) a.

b.

c.

Essa análise, contudo, não parece corresponder às intuições que temos sobre essas estruturas, além de trazer dificuldades para a determinação das relações temáticas e categoriais entre os elementos. O primeiro problema diz respeito aos elementos modificadores da categoria negada. Por essa análise, os elementos que são complementos e adjuntos do item negado (i.e. do nome, do adjetivo ou do quantificador) deixam de estar diretamente relacionados a esse elemento e passam a modificar a negação. Que interpretação deveria resultar de um PP modificando (i.e. adjungido a) um NegP em (22a) e (22b)? E de um NP adjungido a um NegP como em (22c)?

O segundo problema diz respeito a categorias externas ao elemento negado e/ou ao NegP, ou, mais especificamente, à relação do NegP com os elementos externos a ele. Com relação a (22a), não é tão problemático que o núcleo D passe a ter um NegP, ao invés de um NP, como complemento, uma vez que a literatura assume que o NegP é transparente às relações de seleção dos complementos (ou seja, na negação sentencial, NegP pode ocorrer entre um TP e um VP ou entre um CP e TP sem afetar a relação de seleção entre eles). Mas é problemático o fato de que, segundo essa análise, em dados como o (16b) e, especialmente, de (23), o modificador do DP/NP não seria mais uma categoria adjetival, um AdjP, mas o NegP. Ou seja, em (16b), o NegP seria a parte nuclear da *small-clause* (“o caseiro condizente com o emprego”), correspondendo ao *predicativo do objeto*, na nomenclatura da tradição gramatical. Já em (23), NegP seria o adjunto do NP/DP. Essa análise prevê que a negação, ao estar ligada ou adjungida ao NP/DP (“(o) caseiro” e “(um) alimento”) (cf. (23b)), deveria ter escopo sobre este — ao contrário do que acontece —, uma vez que é um pressuposto básico da teoria sintática de que um elemento adjungido a uma categoria tem escopo sobre ela, modificando-a.

¹⁸ Para evitar esse resultado, seria necessário postular que um NegP, ao ser gerado como adjunto de uma categoria, não a modificaria, o que parece uma postulação arbitrária.

¹⁸ Ou seja, se o sintagma “*não prejudicial*” é um NegP nucleado por *não* e adjungido ao nominal *(um) elemento*, então a negação deveria modificar esse nominal assim como um advérbio negativo como *nunca* nega um VP ao qual está adjungido.

(23) a. Esse é *um alimento **não**-prejudicial à saúde*.

b.

Os dados de Vitral (1999) como negação de projeções máximas

A segunda alternativa de implementação da proposta de Vitral (1999) é considerar que, ao invés de tomar como complemento a categoria nuclear (nominal, adjetiva, quantificadora, adverbial) despida de seus modificadores, como nas representações em (22), o NegP toma como complemento a projeção (máxima) já modificada por todos os seus argumentos e adjuntos, como nas representações em (24).

(24) a.

b.

c.

d.

Essa análise foge do primeiro problema que afeta a análise anterior, pois os modificadores do nome, do adjetivo, do quantificador e do advérbio permanecem diretamente ligados a eles e não precisam ser artificialmente conectados através do NegP. Mas o segundo problema permanece. Ou seja, no caso de negação do adjetivo ou do AP, se o marcador *não* toma o AP como complemento, então o NegP se torna a categoria que domina o AP. Mas o AP deveria estar relacionado a um DP/NP, seja como núcleo do predicativo seja como adjunto do DP/NP. Como resultado, o NegP (que domina o AP) em (24d), por exemplo, seria o adjunto a modificar o NP, um resultado contra-intuitivo, pois, neste tipo de exemplo, a negação não tem escopo sobre o NP, mas apenas sobre o adjetivo.

Essas considerações trazem sérios problemas para a proposta de Vitral (1999) de que, em dados como os de (16), NegP toma o elemento negado como seu complemento. A alternativa a esses problemas seria rejeitar a análise de Vitral (1999) e analisar o *não* na estrutura [Neg X] ou como um especificador ou como um adjunto do X(P) negado, como nas representações em (17b) e (17c), repetidos em (25). Na próxima subseção, discuto essas duas alternativas.

- (25) a. $[_{XP} [_{NegP} \text{ não } [_{X'} \dots]]$ (relação especificador-núcleo)
 b. $[_{XP} [_{NegP} \text{ não } [_{XP} \dots]]$ (relação de adjunção à esquerda)

3.2.2. Negação de constituintes como relação de especificação ou de adjunção

Essa segunda opção de análise para os casos de negação de constituintes representados em (16) — i.e. o *não* como especificador do constituinte negado — se assemelha à análise de Lasnik (1972) sobre negação de quantificadores e adverbiais. O autor considera que, além de ser inserido sob a categoria flexional Aux(iliar), o marcador negativo *not* também poderia ser gerado, em estrutura profunda, como um determinante de categorias adverbiais ou quantificadores, como em (26).¹⁹

(26) [_{AdvP} *not* [_{Adv} *often*]]

Lasnik (1972), entretanto, não oferece essa análise para casos que se apresentam **superficialmente** como negação de constituintes, mas para casos de negação sentencial que são interpretados como negação de constituintes²⁰, mas possui a forma de negação sentencial. Esse é o caso de sentenças como (27a), na interpretação descrita em (27c), em que, segundo o autor, o marcador negativo se moveria da posição de determinante do AdvP (ou do quantificador) para uma posição de adjunção à flexão (i.e. Aux).

(27) a. I don't attend class *often*.

eu AUX-NEG assistir aulas frequentemente

b. 'Frequentemente, eu não assisto as aulas'.

c. 'Eu assisto as aulas (mas) não frequentemente'

(Lasnik 1972: 60)

Embora essa análise possa, em princípio, ser uma alternativa para casos de negação de categorias não-substantivas como DPs e certos PPs — que serão analisados nas seções 3.3 e 3.4 —, a aplicação da análise do *não* como um especificador da categoria negada, como em

¹⁹ A partícula *not* seria um especificador no mesmo sentido em que os determinantes nominais (i.e. os artigos) eram analisados como especificadores do NP antes da formulação da hipótese de DP. Após a generalização do esquema X-barra para as categoriais funcionais e a adoção da hipótese DP, é possível indagar se, nos modelos sintáticos atuais, a análise proposta por Lasnik (1972) corresponderia a uma análise em que a negação toma o AdvP como complemento (assim como D° toma um NP como complemento) ou a uma análise em que a negação esteja adjungida ao elemento negado, como discutirei adiante.

²⁰ O capítulo 4 desta tese é dedicado à discussão de casos de negação sentencial com interpretação de negação de constituinte como esses. Para uma apresentação mais detalhada da análise de Lasnik (1972), confira a seção 4.2.1.

(16c) e como na proposta discutida por Lasnik (1972), é problemática para as categorias mais claramente nominais como N(P) e A(P), pois a negação não funciona como um argumento externo do nome ou adjetivo.

Já a terceira opção — adjunção do *não* ao X(P) negado — corresponde a análises sobre negação de VPs não-sentenciais propostas por autores como, de um lado, Iatridou (1990), Potsdam (1997), Embrick & Noyer (2001), Kim & Sag (2002) e, de outro, Choi (2004).

No primeiro grupo, Iatridou (1990), Potsdam (1997), Embrick & Noyer (2001) e Kim & Sag (2002) consideram que exemplos como os de (6) — em que a negação é interpretada como modificando apenas o VP, mas sem tomar escopo sobre toda a oração — são gerados por adjunção do marcador *not* ao VP (ou *vP*, para os que adotam um sistema VP mais articulado), como em (28) (omito os detalhes que distinguem as várias análises, mas que não são importantes para a presente discussão).

(28) Negação de VPs não-sentenciais como adjunção

a. John can(n't) always **not** agree.

b. [TP John can [NegP n't [VP [AdvP always] [VP [**not**] [VP ... agree ...]]]]

Nessa perspectiva, a negação de constituintes verbais diferiria, assim, da negação sentencial por esta última não envolver uma relação de adjunção ao VP, mas uma relação de seleção (como complemento) ou do VP ou de uma categorial funcional superior ao VP.

De acordo com a hipótese adjunção da negação ao constituinte negado, os dados em (16) teriam as estruturas representadas em (29), com o marcador negativo adjungido ao NP, ao AP, ao QP e/ou ao AdvP.

(29) a.

b.

c.

d.

As representações em (29) parecem não oferecer problemas teóricos apontados anteriormente para as opções de relação núcleo-complemento e especificador-núcleo. Como um adjunto modificando diretamente a projeção (máxima) negada, o *não* não afeta as propriedades seletivas das construções em que aparece.

Uma possível objeção seria questionar se tais representações captam corretamente a intuição inicial de que a negação teria escopo (apenas) sobre um item lexical (nuclear) e não sobre a projeção máxima com todos os seus argumentos e modificadores. Porém, uma vez que, em (29), a negação c-comanda os núcleos da projeções máximas, é difícil formular um contra-argumento claro a essa análise. Ainda assim, gostaria de, na próxima subseção, apresentar uma outra opção de análise que explora a ideia de *negação de itens lexicais*.

3.2.3. Negação de constituintes como afixação

Nos exemplos de (16), o *não* parece exercer uma função semelhante à dos afixos negativos como *a-*, *in-* e *des-*, que modificam diretamente o item lexical sem afetar as relações temáticas e sem projetar uma categoria sintática distinta do do núcleo modificado. Autores como Alves (1992, 1993), Campos (2001, 2004) e Pereira (2006) analisam o *não* em exemplos como os de (16), modificando nomes, adjetivos e advérbios²¹, como um prefixo. Campos (2001, 2004), mais especificamente, considera que tais casos seriam resultado de um processo de gramaticalização do *não* de advérbio para prefixo.

É interessante observar que, em inglês, exemplos de negação de nominais (nomes e adjetivos) em (16a), (16b) e (23) tipicamente não são expressos através dos marcadores *not* ou *no*, mas do elemento quase-afixal *non*, como mostram os exemplos em (30).

- (30) a. The **non**-demonstration of the theorem. (cf. *undemonstrable*)
 b. Treaty on the **non**-proliferation of Nuclear Weapons.
 c. The **non**-consensual sex. (cf. *unconsensual*)
 d. The **non**-derivational approaches.

A comparação entre esses dados do PB e os do inglês dão apoio à ideia de que, nesse tipo de exemplo discutido por Vitral (1999), está em jogo um tipo de negação prefixal. Essa análise dá conta simultaneamente da ideia de que a negação toma o elemento negado como um tipo de complemento, mas não projeta uma categoria sintática distinta nem afeta as relações temáticas. Essa é, então, a análise que assumo para esses dados. O mais importante, porém, é que a análise de prefixação (ao núcleo) e a de adjunção (ao XP) têm em comum essas mesmas propriedades, sendo possível, portanto, assumirmos que a questão em jogo é decidir por uma adjunção ao nível da palavra ou ao nível do sintagma.

A análise de negação afixal guarda semelhanças com a proposta de Choi (2004) para a negação de constituintes. Trabalhando com o mesmo tipo de fenômeno de negação de VPs não-oracionais analisado por Iatridou (1990), Potsdam (1997), Embrick & Noyer (2001), Kim

²¹ Alves (1992, 1993) considera o *não* como um prefixo que “associa-se a bases adjetivas, substantivas e a formas participiais que exercem função adjetival”. Campos (2004) trata apenas do *não* como prefixo modificando elementos nominais ou nominalizadas (a saber, substantivos, adjetivos e participios). Pereira (2006) encontra, em seu *corpus*, apenas casos de negação de nomes e de adjetivos. Nenhum dos autores trata do *não* associando-se a quantificadores.

& Sag (2002), o autor apresenta uma proposta segundo a qual, nestes casos, o marcador negativo não é gerado como um adjunto do VP, mas diretamente como adjunto do núcleo verbal, como na representação em (31).

(31) Negação de VP como adjunção ao V (Choi 2004: 189)

Em defesa dessa análise, Choi (2004) argumenta que, em casos de negação de VP, a sequência *not+V* se comporta como um constituinte sintático, enquanto a sequência *V+complementos* (i.e. o “X” na representação de Choi (2004) em (31)), excluindo a negação, não se comporta como constituinte. Segundo o autor, isso pode ser comprovado (i) pela possibilidade de se mover *not+X*, como em (32); (ii) pela impossibilidade de deletar X excluindo a negação, como em (33); (iii) e pela impossibilidade de mover X, excluindo a negação, como em (34).

(32) Movimento de *not+X* (Choi, 2004: 193)

- a. They told him to not divulge the secret and [***not** divulge the secret*] he must if he ever wants to gain their trust.
- b. (?) They suggested that she not go on the mission and [***not** go on the mission*] she might.
- c. Kathy said she would be not eating spinach and [***not** eating spinach*] she will be

(33) Apagamento de X

- a. *Kim said we should have heard the news, but Lee said that we should have not ____.
- b. *They haven't filed their income tax, and to have not ____ means they're in big trouble.

c. *The book may be not ____.

(34) Movimento de X

*Kathy said she would be not eating spinach, and [*eating spinach*] she will be not ____!

Mas uma observação precisa ser feita com relação ao casos dos quantificadores e advérbios, que, em inglês, se comportam de modo diferente dos nomes e adjetivos com relação à forma do item negativo com que se combinam. Ao invés do elemento *non* (cujo caráter afixal é consensual na literatura (cf. Booij 2005: 281)), a negação de quantificadores e advérbios é feita através do marcador *not*, como mostram os exemplos em (35).

(35) a. **Not** many students.

b. **Not** clearly

(cf. *unclearly*)

Esses dados permitem duas análises distintas. A primeira opção é considerá-los como evidência de que a negação de constituintes (ilustrado em (16)) resulta de processos diferentes no caso de elementos nominais (nomes e adjetivos) e de elementos não-nominais (quantificadores e advérbios), com os primeiros estando sujeitos a uma negação afixal e os últimos a uma negação através de adjunção à categoria máxima. Essa diferença, em inglês, se refletiria no uso do item prefixal *non* no primeiro caso e do marcador não-afixal *not* no segundo caso. No PB, por outro lado, tanto a versão afixal quanto a não-afixal teriam a mesma forma *não*. Em outras palavras, a negação de nomes e adjetivos seria por afixação e a negação de quantificadores e advérbios por adjunção (à projeção máxima).

Uma segunda opção é manter a análise de que tanto a negação de nominais quanto a de quantificadores e advérbios resultaria de afixação do marcador negativo a um elemento nuclear. Nessa perspectiva, tanto o *não* quanto o *non* e o *not* desses dados devem ser analisados como prefixos ou como elementos usados *como prefixo* (ou ainda como adjuntos do núcleo). Dessa forma, no caso do inglês, é possível assumir que a forma específica do prefixo seria definida pelo caráter nominal *versus* não-nominal do núcleo. Essa opção dá conta, inclusive, do uso do marcador *not* ao invés de *non* na negação de VPs em um sistema

como o de Choi (2004), que considera tais casos como de adjunção ao V°. Ou seja, o caráter não-nominal do verbo resulta no uso de *not* ao invés de *non*.

Dados como os de (36), em que o quantificador *muitos* ocorre claramente em uma posição interna ao DP, sendo modificado pela negação, podem ser considerados como evidência da possibilidade de o *não* ser um elemento prefixal (ou quase-prefixal)

- (36) a. ...o modelo mais tradicional de escola nem mesmo garante os melhores conhecimentos para os *não muitos* que nela triunfam.²²
 b. Os *não muitos* fanáticos interrogavam-se: “Será que valeu a pena?”.²³
 c. Boipeba é o que foi Morro de São Paulo, cerca de 15 anos atrás: uma vila de pescador com uma estrutura simples, sem luxo, para receber os *não muitos* turistas que aportam por lá.²⁴
 d. Ao invés de pulverizarem os recursos entre os *não muitos* partidos que disputavam o governo do Estado de São Paulo, onde venceria Mário Covas (PSDB), e a presidência da República, onde venceria FHC (também do PSDB), apostaram todas as suas fichas (e recursos) nos candidatos do PMDB que seriam derrotados.²⁵

Diante desse quadro, assumo, então, que os dados de negação de constituintes discutidos por Vitral (1999) devem ser considerados como casos de *negação de itens lexicais* (NIL) em que o marcador negativo modifica diretamente o núcleo (como um prefixo, um quase-prefixo ou um adjunto do núcleo). Como veremos nas próximas seções, essa análise não pode ser aplicada a todos os tipos de negação de constituinte, como os casos de negação de DPs e PPs.

Com relação ao objetivo principal deste capítulo (i.e. o exame da variação quanto à posição do marcador negativo nos casos de negação de constituinte), é importante verificar a possibilidade de alteração da ordem entre o marcador *não* e o elemento negado. Os exemplos em (37), (38) e (39) abaixo mostram que, em NIL, apenas a configuração [Neg X] é aceitável no PB e em inglês; as configurações [X(P) Neg] e [Neg X(P) Neg] são completamente

²² Retirado de Alavarse (2009). http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782009000100004&script=sci_arttext

²³ In: http://www2.uol.com.br/JC/_1998/0904/dia0904.htm

²⁴ In: <http://www.partes.com.br/ed47/turismo.asp>

²⁵ In: <http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/14/34592>

inaceitáveis nesse contexto. Os exemplos inaceitáveis em (37) e (38) pressupõem a análise segundo a qual o marcador negativo seja um elemento afixal (ou um adjunto ao núcleo) e mostram que esse marcador não pode ocorrer como um sufixo ao núcleo que modifica (cf. (37)) nem ocorrer simultaneamente como prefixo e sufixo (cf. (38)).

(37) [X Neg] com o Neg como modificador do núcleo

- a. * A [_{Nº} demonstracão **não**] do teorema...
- b. * A [_{Nº} organizacão **não**] do congresso...
- c. * O tratado de [_{Nº} proliferaçao **não**] de armas nucleares...
- d. * Um alimento [_{Aº} prejudicial **não**] à saúde
- e. * Uma conduta [_{Aº} condizente **não**] com o emprego.
- f. * The [_{Nº} demonstration **non**] of the theorem.
- g. * Treaty on the [_{Nº} proliferation **non**] of Nuclear Weapons.
- h. * A [_{Aº} consensual **non**] sex.
- i. * The [_{Aº} derivational **non**] approaches.

(38) [Neg X Neg] com o segundo Neg como modificador do núcleo

- a. * A [_{Nº} **não** demonstracão **não**] do teorema...
- b. * A [_{Nº} **não** organizacão **não**] do congresso...
- c. * O tratado de [_{Nº} **não** proliferaçao **não**] de armas nucleares...
- d. * Um alimento [_{Aº} **não** prejudicial **não**] à saúde
- e. * Uma conduta [_{Aº} **não** condizente **não**] com o emprego.
- f. * The [_{Nº} **non** demonstration **non**] of the theorem.
- g. * Treaty on the [_{Nº} **non** proliferation **non**] of Nuclear Weapons.
- h. * A [_{Aº} **non** consensual **non**] sex.
- i. * The [_{Nº} **non** derivational **non**] approaches.

Já os exemplos inaceitáveis em (39) e (40) representam a opção de análise em que o marcador negativo é um adjunto da projeção máxima. Essa análise faz a previsão de que as configurações [X Neg] e [Neg X Neg] trariam o marcador após o complemento do núcleo — e ao invés de imediatamente após o núcleo, como nos exemplos em (37) e (38).

(39) [X Neg] com o Neg como modificador do XP

- a. * A [NP [NP demonstracão do teorema] **não**] ...
- b. * A [NP [NP organizao do congresso] **não**]...
- c. * O tratado de [NP [NP proliferao de armas nucleares] **não**]...
- d. * Um alimento [AP [AP prejudicial  sade] **não**]...
- e. * Uma conduta [AP [AP condizente com o emprego] **não**]
- f. * The [NP [NP demonstration of the theorem] **non**].
- g. * Treaty on the [NP [NP proliferation of Nuclear Weapons] **não**].

(40) [Neg X Neg] com o segundo Neg como modificador do XP

- a. * A [NP **não** [NP demonstracão do teorema] **não**] ...
- b. * A [NP **não** [NP organizao do congresso] **não**]...
- c. * O tratado de [NP **não** [NP proliferao de armas nucleares] **não**]...
- d. * Um alimento [AP **não** [AP prejudicial  sade] **não**]...
- e. * Uma conduta [AP **não** [AP condizente com o emprego] **não**]
- f. * The [NP **non** [NP demonstration of the theorem] **non**].
- g. * Treaty on the [NP **non** [NP proliferation of Nuclear Weapons] **non**].

Os casos de NIL no PB e no inglês reproduzem, então, a estrutura *default* da negao sentencial em que a negao precede o VP conforme o padrão [Neg VP]. Por outro lado, se tomamos como referência o ncleo flexional I^o, temos um padrão distinto. No PB, NIL continua refletindo o padrão pr-X *default* da negao sentencial, uma vez que o marcador *num/não* de [Neg VP]  pr-I^o, ou seja, comporta-se como um cltico pr-verbal. No inglês, por outro lado, na negao sentencial, *not* e *n't* são elementos pós-I^o. Na análise de modificao direta do ncleo, a exclusividade do padrão [Neg X] nos casos de NIL pode, portanto, ser explicada como relacionada às propriedades morfolgicas do PB e do inglês, em que os elementos afixais ocupam posies fixas em relao aos elementos que modificam. Em ambas as lnguas, todos os afixos com valor negativo (por exemplo, *des-*, *in-*, *a-*, *contra-*, *mal-* no PB e *un-*, *a-*, *dis-*, *in-* em inglês) são prefixais.

A exclusão de [Neg X Neg] e, principalmente, de [X Neg]  mais difcil de ser explicada em uma análise que assuma a adjuno ao XP se essas configuraes estiverem disponveis

para outros tipos de dados de negação de constituintes. O que impediria a adjunção da negação à direita nesse tipo de dados?

Em resumo, o subtipo de negação de constituinte em que se nega um item lexical específico não exhibe variação com relação à posição do marcador negativo. Entretanto, o PB ainda possui casos de negação de constituinte em que a configuração [X Neg] é possível. Até onde vai meu conhecimento, tais casos não têm sido tratados na literatura sobre o tema. O primeiro destes casos é o de fragmentos negativos usados como *slogans*, que discutirei na próxima seção. Examinarei outros contextos na seção 3.4. Uma análise adequada para os casos de [X Neg] deverá dar conta também do fato de que esse padrão não é aceitável nos contextos discutidos na presente seção.

3.3. [Neg X] e [X Neg] em *slogans* e fragmentos negativos

Nessa seção começo a discutir casos de negação de constituintes, no PB, em que estão disponíveis padrões de ordem linear distintos de [Neg X], mais especificamente o padrão [X Neg]. Um desses contextos em que a estrutura [X Neg] é bastante produtiva são os casos de fragmentos de sentenças usados em *slogans* de campanhas sociais que expressam rejeição a determinado tema ou atitude, aos quais me referirei como *slogans negativos* ou *slogans de rejeição*.

Nesses *slogans*, parece ser cada vez mais frequente o uso da configuração [X Neg], como em (41), em detrimento da configuração [Neg X], como em (42), que deveria, aparentemente, ser o caso *default* do PB, se tomamos a negação sentencial e os casos de negação de item lexical como ponto de referência. Para alguns falantes, formas como em (41), às vezes, possuem um sabor mais antigo ou formal do que as formas em (42), embora haja muita variação com relação ao item específico que é negado.

- (41) a. % **Não** à CPMF!
 b. % **Não** ao preconceito!
 c. % **Não** ao aborto!
 d. % **Não** ao racismo!

- (42) a. CPMF **não!**
 b. Preconceito **não!**
 c. Aborto **não!**
 d. Racismo **não!**

Já terceira possibilidade combinatória, i.e. a ocorrência simultânea de um marcador negativo antes e após o elemento negado, ou seja, [Neg X Neg], como nos casos de negação de constituinte em africâner e em hausa (cf. exemplos (14) e (15)), é completamente inaceitável nesse tipo de dado, como mostram os exemplos em (43).

- (43) a. ***Não** CPMF **não!**
 b. ***Não** preconceito **não!**
 c. ***Não** aborto **não!**
 d. ***Não** racismo **não!**

De acordo com esses dados iniciais, as estruturas [Neg X] e [X Neg] estão disponíveis na negação de constituinte do PB, mas não a estrutura [Neg X Neg].

É importante notar duas coisas. Em primeiro lugar, a comparação com os dados equivalentes em inglês apresenta resultados que vão na direção oposta. A única configuração aceitável (ou produtiva) em inglês é a de [Neg X], como nos exemplos em (44), mas apenas o marcador *no* pode ser usado nesse contexto. Já a configuração [X Neg] é inaceitável ou, ao menos, bastante rara ou pouco produtiva, seja com *no* ou com *not*, como nos exemplos em (45).

- (44) a. **No** war!
 b. **No** new taxes!
 c. **No** racism!
 d. **No** abortion!
 e. **No** ObamaCare!

- (45) a. * War **no(t)!**
 b. * New taxes **no(t)!**

- c. * Racism **no(t)**!
- d. * Abortion **no(t)**!
- e. * ObamaCare **no(t)**!

Por outro lado, o inglês se comporta como o PB em não aceitar a estrutura [Neg X Neg] nesse tipo de fragmentos, como mostram os dados em (46). A inaceitabilidade destes exemplos permanece independentemente do uso do marcador negativo *no* ou *not*.

- (46)
- a. * **No(t)** war **no(t)**!
 - b. * **No(t)** new taxes **no(t)**!
 - c. * **No(t)** racism **no(t)**!
 - d. * **No(t)** abortion **no(t)**!
 - e. * **No(t)** ObamaCare **no(t)**!

Em segundo lugar, os exemplos em (41) não possuem exatamente a forma [Neg X], como nos exemplos apresentados em (8), (9), (11), (16), (23), (30), (35) e mesmo (44), mas a forma [Neg [**P** XP]] (ou, mais especificamente, [Neg [**P** DP]]), em que o **P** corresponde à preposição *a*, que tem um valor de introdutor de complementos verbais dativos ou de complementos nominais. Essa fórmula parece, portanto, corresponder a uma versão resumida da expressão “*diga ‘não’ a X*”, como nos exemplos em (47), em que a parte “*não a X*” apresenta uma estrutura do tipo dativo, indicando uma forma de transferência verbal.

- (47)
- a. Diga **não** à CPMF!
 - b. Diga **não** ao preconceito!
 - c. Diga **não** ao aborto!
 - d. Diga **não** ao racismo!

A forma [Neg P XP] também é possível e produtiva em inglês, como mostram os exemplos em (48), ao lado da estrutura [Neg X] exemplificada em (44).

- (48)
- a. (Say) **no** to war!
 - b. (Say) **no** to new taxes!

- c. (Say) **no** to racism!
- d. (Say) **no** to abortion!
- e. (Say) **no** to ObamaCare!

Em outras palavras, o contexto de fragmentos negativos usados como *slogans* de rejeição, no PB, não mostra uma alternância entre as formas [Neg X] e [X Neg], pois os exemplos do tipo (41) não correspondem, de fato, à estrutura [Neg X]. A ausência da preposição leva à inaceitabilidade dos exemplos, como em (49), o que confirma a natureza dativa dessa construção.²⁶

- (49) a. **Não** *(à) CPMF!
 b. **Não** *(a)o preconceito!
 c. **Não** *(a)o aborto!
 d. **Não** *(a)o racismo!

Isso mostra que, à parte os casos do tipo dativo, a negação de constituintes em exemplos de *slogans* negativos se comporta de maneira oposta nas duas línguas: em inglês, apenas [Neg X] é aceitável; já no PB, a única opção aceitável é [X Neg].

Esses dados também já são suficientes para mostrar que [Neg X] não é a única alternativa de negação de constituinte no PB, apesar de esta ser a única discutida na literatura prévia. Ao lado dos casos tradicionalmente conhecidos de negação de constituinte com o formato [Neg X], há, pelo menos, uma outra possibilidade: [X Neg]. Esses dados também mostram que a posição da negação nos *slogans* negativos, no PB, é oposta à posição em que ela ocorre nos casos de NIL. Outros contextos de uso de [X Neg] serão discutidos na próxima seção.

Estes casos de negação com a configuração [X Neg] no PB são problemáticos pois, por hipótese, o elemento negativo não c-comanda o elemento negado, diferentemente do que se

²⁶ Dados como esses podem ser uma evidência em favor de propostas que analisam as construções dativas como envolvendo, necessariamente, a ativação de um núcleo aplicativo (cf. Torres Morais 2007 para uma análise nesses termos para o PB), em que a sequência [objeto direto – preposição – objeto indireto] pode ser considerada como um constituinte que exclui o verbo, por oposição às análises anteriores da Teoria X-barras (segundo a qual o verbo mais o objeto **direto** formam um constituinte que exclui o objeto indireto) e a sua reformulação minimalista em termos do VP-*shell* (segundo a qual o verbo mais o objeto **indireto** é que formam um constituinte que exclui o objeto direto).

prevê, por *default*, com relação à ordem [Neg X] — e do que prevêem, mais especificamente, as análises de Iatridou (1990), Potsdam (1997), Embrick & Noyer (2001), Kim & Sag (2002), Choi (2004) e Vitral (1999).

A princípio, há três alternativas de análise para dados com [X Neg] como os de (42), que são equivalentes às apresentadas em (17) para os casos de NIL. A primeira, representada em (50a), abaixo, é a forma espelhada da análise em (17a) para [Neg X], ou seja, uma estrutura em que a negação toma o elemento negado como complemento, mas em uma configuração de núcleo final e não de núcleo inicial. A segunda alternativa, representada em (50b), é a forma espelhada de (17b), com uma relação do tipo especificador-núcleo entre a negação e o elemento negado, mas com o marcador negativo na função de núcleo e o elemento negado como especificador (enquanto em (17b) a negação ocupava a posição de especificador). Essa alternativa poderia, inclusive, ser derivada a partir do movimento do XP da posição de complemento da negação.²⁷ Já a terceira alternativa, representada em (50c), é a forma espelhada de (17c), com o marcador negativo sendo gerado como um adjunto **à direita** do elemento negado.

(50) a. Núcleo-complemento

b. Especificador-núcleo

c. Adjunção

Uma quarta alternativa seria adotar uma análise inspirada na ideia de Alves (1992, 1993), Campos (2004), Pereira (2006) e Choi (2004) sobre o *não* como um elemento afixal (ou simplesmente um modificador do núcleo). Por essa perspectiva, assim como os casos em (16) envolveriam o *não* como um tipo de prefixo, os exemplos de *slogans* negativos como em (42) teriam um *não* como um tipo de **sufixo** acrescentado ao núcleo nominal. No inglês, entretanto, o marcador *no* funcionaria sempre com um **prefixo**.

²⁷ Uma variação para essa alternativa é que o movimento tenha como alvo uma posição acima da categoria negativa ao invés do especificador. Veremos, na seção 3.4.1, que uma análise nessa linha é proposta por Vicente (2006) para os casos de [X Neg] em fragmentos de sentenças usados como réplicas em espanhol.

Essa análise afixal deve ser a primeira a ser rejeitada, tanto para os casos de [X Neg] do PB quanto de [Neg X] em inglês, pois o elemento negado nesses *slogans* pode ser maior do que apenas um item lexical e não há requerimento de adjacência entre o marcador negativo e o núcleo, como mostram os dados em (51).²⁸

- (51) a. Privatização da Petrobrás **não!**
 b. Alcool e direção **não!**
 c. Inflação de novo **não!**
 d. **No** new taxes!
 e. **No** socialized medicine! (versus “**Non**-socialized medicine”)

As outras três alternativas representadas em (50) também apresentam algum problema para serem adotadas para os dados como os de (42). A configuração núcleo-complemento “invertida”, como em (50a), é bastante improvável uma vez que se assume que o PB é, consistentemente, uma língua de núcleo inicial. A adoção de (50a) requereria uma completa reformulação das pressuposições básicas sobre a estrutura do PB ou, pelo menos, a postulação de que o núcleo negativo pode, em certos contextos, apresentar o valor oposto para o parâmetro da ordem (ou para a linearização).

Por outro lado, as alternativas em (50b) e (50c) apresentam problemas menos graves. A análise de relação especificador-núcleo, representada em (50b), tem como dificuldade a opção de movimento da posição de complemento para a de especificador, que feriria a restrição com relação ao movimento não poder ser demasiado curto, conforme Abels (2003). Esse problema poderia, entretanto, ser contornado se o movimento não envolver a categoria diretamente selecionada como complemento. Considerando que, em (42) e (51), temos apenas formas desprovidas de determinante, seria possível considerar que o que se move não é todo o DP, mas uma das categorias dominadas pelo ele. Um outro caminho é simplesmente descartar a possibilidade de que o elemento negado seja inicialmente gerado como complemento da negação em favor de uma análise em que ele é gerado diretamente como especificador de NegP.

Quanto à análise de adjunção da negação à direita do elemento negado, *a priori*, o maior

²⁸ Jairo Nunes (comunicação pessoal) chama a atenção para o fato de que os *slogans* negativos em (42) e (51) envolvem *bare singulars* enquanto os de (41), com estrutura dativa, são DPs plenos. A observação vale também para os dados do inglês.

problema diz respeito à falta de paralelismo com a negação sentencial. Ou seja, se assumimos que o *não* pode se adjungir à **direita** de um XP não-oracional na negação de constituinte, por que não pode se adjungir ao vP/VP (ou IP) na negação sentencial em [Neg VP Neg] e/ou [VP Neg] — hipótese explicitamente rejeitada no capítulo 1? Esse problema deve ser analisado ao lado da questão mais geral sobre adjunção da negação na ordem [Neg X].

No restante deste capítulo, discutirei as análises de adjunção e de relação especificador-núcleo de modo a definir qual delas pode dar conta de dados como os de (42), de (51) e de outros dados que apresentarei ao longo do texto. A proposta que defenderei é uma versão modificada da análise de (50b), envolvendo uma relação núcleo-especificador entre a negação e o XP negado. Argumentarei que, diferentemente dos dados de [Neg X], a categoria negativa que está em jogo em [X Neg] não é NegP, mas AstP. Essa análise dá conta de uma série de assimetrias na distribuição das duas estruturas.

Entretanto, os dados do tipo (42) e (51) não são suficientes para definir uma proposta de análise da negação de constituinte com a forma [X Neg] no PB. O problema desse tipo de exemplo é que eles possuem muito pouca estrutura para poderem fornecer evidências em favor de alguma análise. E, além da pouca estrutura, eles também não dependem de uma situação comunicativa para serem licenciados, uma vez que constituem uma fórmula reconhecível independentemente de um contexto de diálogo.²⁹ Para compreender melhor as estruturas de negação de elementos não-oracionais (e não-verbais) com a configuração [X Neg], será necessário examinar outros contextos em que tal estrutura é usada.

Na próxima seção, 3.4, apresento e discuto dados de alternância entre [Neg X] e [X Neg] em três tipos de contextos: (i) fragmentos de respostas; (ii) em casos de *bare argument ellipsis*; (iii) e em posição inicial de réplicas, que denomino *tópicos negativos*. Adicionalmente, comparo tais casos com um quarto tipo de negação contrastiva, que denomino de coordenações corretivas — que se assemelham ao fenômeno de *bare argument ellipsis*, mas que aceitam apenas uma das configurações de negação.

²⁹ A compensação à falta de contexto discursivo pode resultar de tais *slogans* serem usados apenas como rejeição a grandes temas já em discussão na sociedade, o que serve de *background* para o uso dessa fórmula como meio de rejeição a tais temas.

3.4. A alternância entre [Neg X] e [X Neg] no PB : negação contrastiva

Nas seções anteriores, vimos contextos de negação de constituintes não-oracionais, no PB, em que apenas o padrão [Neg X] é possível e contextos em que apenas [X Neg] é possível. Mais especificamente, os casos de *negação de itens lexicais*, em que apenas [Neg X] é aceitável, e os casos de *slogans negativos*, em que apenas [X Neg] é aceitável.

Nesta seção, examinarei quatro casos em que a negação pode, em princípio, ocorrer à esquerda ou à direita de constituintes não-oracionais como DPs, PPs e APs. Essa caracterização inicial já aponta que tais casos diferem dos de NIL por não agirem apenas sobre um item lexical específico, mas sobre o que a teoria X-barra considera uma projeção máxima. Uma forma de distinguir os casos a serem apresentados nesta seção seria, portanto, denominá-los de *negação de XPs* por oposição a *negação de itens lexicais*. Mas essa denominação incluiria automaticamente os casos de *slogans* negativos que, como apontei na seção 3.3, também são constituídos por uma negação agindo sobre um (*bare*) DP ou NP, logo, sobre algo maior do que apenas um item lexical.

Agrupar os *slogans* negativos junto com os outros casos de negação de XPs em oposição aos casos de NIL é, por um lado, interessante, pois os *slogans* negativos já apresentam um padrão negativo distinto do que é encontrado em NIL. Mas, por outro lado, será descritivamente útil distinguir os casos a serem apresentados nesta seção tanto dos de NIL quanto dos *slogans* negativos. A principal diferença entre eles é o fato de que a negação de constituinte em casos de *slogans* negativos e de NIL não requerem a presença de um elemento positivo ao qual o constituinte negado precisa se opor. Os casos apresentados nesta seção, por outro lado, sempre precisam cumprir esse requisito (ainda que implicitamente). Em outras palavras, trata-se de casos em que a negação de constituintes tem uma função contrastiva.

Como mostrarei ao longo dessa seção, às vezes esse elemento contrastivo é fornecido pelo contexto discursivo e às vezes é oferecido pela própria sentença (ou enunciação) em que a negação de constituintes ocorre. Para entender melhor essa função contrastiva da negação (de constituintes), vale a pena examinar as duas funções que os operadores de negação realizam nas sentenças.

A primeira função exercida por um operador negativo é a de *complementação*, no sentido da lógica clássica, em que a negação opera uma inversão do conteúdo semântico do

elemento negado. Essa inversão se dá de duas formas: (i) quando a negação é sentencial, isso se manifesta na inversão da polaridade da sentença; (ii) quando a negação é de constituintes, a interpretação é de inversão da propriedade semântica expressa pelo item negado. Em outras palavras, quando o elemento negado denota um valor de verdade, o efeito da negação é inverter este valor, dando como resultado o valor de verdade complementar ou oposto. Quando o elemento negado denota uma propriedade, a negação inverte o valor dessa propriedade, resultando na propriedade oposta ou complementar. Dessa forma, quando o elemento negado é um quantificador, o resultado é um significado equivalente ao do quantificador oposto ou complementar. Quando o elemento negado é um evento, o resultado é o cancelamento do evento.

É essa função de complementação que a negação exerce nos casos de NIL como nos exemplos em (8) (e em (16)), repetidos aqui (novamente) em (52). Em (52c), o marcador negativo não inverte a polaridade da sentença, mas produz a inversão do significado do item lexical *muitos*, resultado na interpretação complementar ‘*poucos*’. Em (52d), a negação novamente não inverte a polaridade sentencial, mas inverte o conteúdo semântico expresso pelo advérbio *claramente*, produzindo um significado equivalente a algo como ‘*inclaramente*’³⁰ (ou ‘*obscuramente*’). Semelhantemente, em (52b), a negação do adjetivo *condizente* resulta no significado oposto equivalente a ‘*incondizente*’ ou ‘*incompatível*’. Em (52a), a identificação do efeito semântico da negação sobre um nome como *demonstração* é, talvez, um pouco mais difícil, já que não é claro o que poderia ser o significado oposto de *demonstração*. Nesse caso, o escopo do *não* produz uma interpretação semelhante a ‘*falta de demonstração*’, expressando um valor zero para o evento expresso pelo nome.

- (52) a. A **não** *demonstração* do teorema por parte do professor levou o governo a prendê-lo. (Negação de nome)
 b. José considera o caseiro **não** *condizente* com o emprego. (Negação de adjetivo)
 c. Os alunos fizeram **não** *muitos* trabalhos. (Negação de quantificador)
 c. Ele falou **não** *claramente*. (Negação de advérbio)

(Vital 1999)

Em suma, em todos esses casos, o resultado da negação é a expressão de um conteúdo

³⁰ O termo *inexiste* em português, mas equivale, por exemplo, à forma *unclearly* em inglês.

semântico oposto e/ou complementar ao expresso pelo item lexical antes de ser negado. Mas, nos casos de negação de XPs com valor contrastivo, a função exercida pela negação é distinta. Expressões como “*não o João*”, em que a negação tem escopo sobre um DP com um nome próprio, não têm o significado de um ‘*não-João*’, assim como a expressão “*não um carro*” não descreve um ‘*não-carro*’ (cf. o termo “*o não-ser*” *versus* “*não o ser*”). Nesses exemplos, a negação não realiza a mesma operação que nos exemplos em (52), mas uma função contrastiva ou corretiva. O seu efeito não é inverter os traços semântico de uma expressão, mas apontar que o XP negado não é a informação correta no contexto e/ou que esse XP não é o constituinte adequado a preencher uma determinada posição sintática.³¹

McCawley (1991: 189) aponta que a negação contrastiva “*simply contrasts two ways of filling a syntactic position*”, sendo um desses modos incorreto — no sentido de que conduz à falsidade da sentença em que ocorre(ria) — e o outro modo, correto — no sentido de que conduz a uma sentença verdadeira. A negação contrastiva pode ser considerada um (sub)tipo de foco contrastivo, que, segundo Zubizarreta (1998: 6), tem o efeito (i) de negar um valor atribuído a uma variável e (ii) de introduzir um valor alternativo para a variável.

Zubizarreta (1998) exemplifica essa função justamente com um dos casos a serem discutidos nesta seção que é o de *stripping*, como em (53), em que a forma “*not a blue shirt*” não tem como referência uma camisa que não é azul (ou o conjunto de camisas que não sejam azuis), mas aponta o fato de que esse não é o valor correto para a variável correspondente a essa posição — e que o valor correto é fornecido no primeiro conjunto da coordenação.

(53) John is wearing a RED shirt today (not a blue shirt).

(Zubizarreta 1998: 16)

Em suma, nesta seção apresentarei e discutirei casos de alternância entre o padrão [Neg X] e [X Neg] em sentenças com negação de constituinte exercendo a função de negação corretiva ou contrastiva. Começo, na próxima subseção, discutindo os casos de fragmentos de respostas.

³¹ Isso não quer dizer, no entanto, que os casos de negação corretiva ou contrastiva não possam ser reduzidos, de alguma forma, à função de complementação. Referindo-se a sentenças com negação contrastiva de DPs, como em (i) abaixo, Toosarvandani (2011) aponta que a negação teria uma função de expressar o conjunto complementar ao conjunto definido pelo DP negado. Dessa forma, diz a autora que “*the DP a mathematician denotes the set of sets containing a mathematician. Similarly, the DP a physicist denotes the set of sets containing a physicist. Negation, which adjoins to a mathematician, returns its complement: **the set of sets that do not contain a mathematician.***” (negritos meus)

(i) *Not a mathematician* but a physicist discovered the neutron.

3.4.1. Fragmentos negativos em réplicas

O primeiro dos quatro casos de negação (contrastiva) de constituintes a ser examinado nesta seção é o de fragmentos negativos usados em respostas ou réplicas curtas. Em inglês, respostas negativas com fragmentos de sentenças possuem necessariamente a ordem [Neg X], como em (54a). Já a ordem [X Neg] é inaceitável, como mostra (54b).

(54) A: Who can play the guitar?

a. B: (**Not**) John.

(Merchant 2009)

b. B: * John **not**.

Apesar de também serem fragmentos de sentença constituídos apenas do marcador negativo e do XP negado, sem estrutura sintática adicional (foneticamente realizada), os dados de respostas negativas, de (54), diferem dos dados de *slogans* de rejeição (discutidos em 3.3) em dois aspectos. Primeiro, eles são contextualmente dependentes. Eles ocorrem no meio de uma situação discursiva, principalmente como réplica a perguntas diretas, enquanto os *slogans* independem de uma situação de diálogo para serem usados³². Segundo, em inglês, as respostas curtas negativas só podem ocorrer com o marcador *not*, mas nunca *no*, como mostra a inaceitabilidade dos exemplos em (55), ao contrário dos *slogans* negativos, que só ocorrem com *no*, mas nunca *not*, como apontado na seção anterior (cf. (44) e (45)).

(55) A: Who can play the guitar?

a. B: * **No** John.

b. B: * John **no**.

Em PB, por outro lado, tanto a ordem [Neg X] quanto a ordem [X Neg] são possíveis, como mostram os exemplos em (56) e (57). Esse contexto não apenas permite a estrutura [X Neg] como, para muitos falantes, essa forma de resposta é mais natural do que a com o padrão [Neg X], ao contrário do esperado, uma vez que a negação pré-VP e pré-XP deve ser considerada *default* no PB.

³² Embora, como apontado na nota 29, os *slogans* negativos tenham um efeito de simular um contexto discursivo.

(56) A: Você encontrou João na festa ontem?

- a. B: João **não**.
- b. B: Na festa **não**.
- c. B: Ontem **não**.
- d. B: Eu **não**.

(57) A: Você encontrou João na festa ontem?

- a. B: % **Não** João.
- b. B: % **Não** na festa.
- c. B: % **Não** ontem.
- d. B: % **Não** eu.

Também em espanhol, o contexto de fragmentos negativos em respostas pode exibir as duas ordens [Neg X] e [X Neg], como no PB, como apontam os dados de Vicente (2006) em (58).

(58) A: Who did you go to the movies with?³³

- a. B: Con Clara **no**. (espanhol)
- b. B: **No** con Clara. (espanhol)

(Vicente 2006)

Mas, apesar de se distinguirem dos casos de *slogans* de rejeição por dependerem de um contexto discursivo para serem pragmaticamente adequados, os exemplos de respostas negativas curtas não são facilmente analisáveis uma vez que não apresentam nenhuma estrutura sintática adicional visível. Isso traz dificuldades para a determinação do processo de geração desse tipo de dados. Os fragmentos negativos são ambíguos entre (i) uma estrutura sintaticamente reduzida, constituída apenas da negação e do elemento negado; (ii) e a parte visível de uma estrutura sintática maior, como uma sentença completa, que sofreu algum tipo de redução sintática ou fonológica.

A segunda opção é defendida por autores como Merchant (2004, 2009). Tratando

³³ Em seus exemplos, Vicente (2006) apresenta as perguntas que dão contexto às respostas negativas em inglês.

que constitui a resposta à pergunta sobre o sujeito só pode ocorrer na forma nominativa. Já em (61), o resultado é inverso: o DP que é resposta à pergunta sobre o objeto só pode aparecer na forma acusativa.

(60) A: Pjos idhe tin Maria? (grego)

quem.NOM viu a Maria

‘Quem viu Maria?’

a. B: O Giannis.

o Giannis.NOM

b. B: *TonGianni.

o Giannis.ACUS

(Merchant 2004: 676)

(61) A: Pjon idhe i Maria? (grego)

quem.ACUS viu a Maria

‘Quem Maria viu?’

a. B: *O Giannis.

o Giannis.NOM

b. B: Ton Gianni.

o Giannis.ACUS

(Merchant 2004: 676)

Os outros efeitos de conectividade apresentados por Merchant (2004, 2009) dizem respeito à interação do fragmento com a teoria da ligação. Exemplos como (62) mostram que os fragmentos de sentença obedecem à condição C. De modo semelhante, os exemplos como (63) mostram que eles obedecem à condição B.

(62) A: Where is he₂ staying?

a. B: *In John₂’s apartment. (fragmento)

b. B: *He₂ is staying in John₂’s apartment. (sentença completa equivalente)

(Merchant 2004: 679)

(63) A: Who did John₁ try to shave?

a. B: *Him₁. (fragmento)

b. B: *John₁ tried to shave *him*₁. (sentença completa equivalente)

(Merchant 2004: 680)

De modo semelhante, os exemplos em (64), (65) e (66), com pronomes reflexivos e recíprocos, mostram que os fragmentos de sentenças usados como respostas obedecem ao princípio A da teoria da ligação.

(64) A: Who does John like?

a. B: Himself. (fragmento)

b. John likes *himself*. (sentença completa equivalente)

(Merchant 2004: 680)

(65) A: Who does John think Sue will invite?

a. B: ?? Himself. (fragmento)

b. B: ?? John thinks Sue will invite *himself*. (sentença completa equivalente)

(Merchant 2004: 680)

(66) A: Who do they like?

a. Each other. (fragmento)

b. They like *each other*. (sentença completa equivalente)

(Merchant 2004: 680)

Merchant (2004, 2009), por outro lado, não chega a apresentar uma representação para os fragmentos negativos como (54), não aplica a eles os testes de conectividade nem discute a origem do marcador negativo nesse tipo de dado, mas, em princípio, sua análise deve ser aplicável também a esse tipo de dado, uma vez que ele é apresentado pelo próprio autor no contexto de discussão desse tipo de elipses.³⁷

³⁷ Merchant (2003), por outro lado, comenta duas possibilidades de análise para casos de *negative stripping* (uma delas baseada em Depiante 2000) que poderiam ser aplicáveis para os casos de fragmentos negativos, uma vez que sua análise para *stripping* e para fragmentos é semelhante. Voltarei a esse ponto ao discutir os casos de *stripping* em 3.4.2.

A aplicação dos testes de conectividade de Merchant (2004, 2009) à versão negativa dos fragmentos de sentença apresentados de (62) a (66) revela resultados idênticos, como mostram os exemplos de (67) a (70). Ou seja, em (67), o fragmento negativo obedece à condição C. E o fragmento negativo em (68) obedece à condição B.

- (67) A: Where is he₂ staying?
a. B: **Not* in John₂'s apartment.

- (68) A: Who did John₁ try to shave?
a. B: **Not* him₁.

Semelhantemente, os fragmentos negativos em (69) e (70) obedecem à condição A.

- (69) A: Who does John like?
a. B: *Not* himself.

- (70) A: Who do they like?
a. *Not* each other.

Esses dados favorecem a hipótese de que os fragmentos negativos também resultam da elipse de uma estrutura sentencial mais articulada e de que, nessa estrutura, há movimento do fragmento remanescente para a periferia esquerda da sentença. Por hipótese, essa análise também deve ser aplicável aos casos de [Neg X] de outras línguas como o espanhol e o PB, mas não é tão claro se ela pode ser estendida também aos casos de [X Neg].

O problema de como aplicar a análise de Merchant (2004, 2009), baseada em movimento, para os fragmentos negativos tem a ver com a identificação da origem do marcador negativo uma vez que o XP remanescente estaria deslocado à esquerda. Há pelo menos duas formas possíveis de tentar implementar essa análise. A primeira forma seria simplesmente assumir que o marcador negativo em (54a) ocorre normalmente na posição de NegP correspondente à de negação sentencial em inglês. Essa implementação, porém, apresenta um problema óbvio: a negação não poderia co-ocorrer com remanescente (nem muito menos à sua esquerda). Uma vez que se assume que o NegP é gerado entre IP e VP (cf.

Pollock 1989; Laka 1990; Chomsky 1995), ele seria apagado junto com o IP no processo de elipse, como mostra a representação em (71). Essa derivação é incapaz de gerar fragmentos de sentença com o co-ocorrência do marcador negativo.

$$(71) \quad [_{FP} [_{DP} \text{John}]_1 [_{TP} \text{she } T^o [_{NegP} \text{not} [_{VP} \text{see} [_{DP} \text{John}]_+]]]]$$

Para gerar dados como (54a), seria preciso assumir que o marcador negativo também se move para uma posição na periferia esquerda acima do XP remanescente. Presumivelmente, essa opção seria automaticamente excluída pelo sistema computacional, pois o movimento do marcador negativo é bloqueado pelo núcleo temporal/flexional I°/T° que o c-comanda. O marcador negativo, no máximo, poderia se mover junto com o núcleo T°, o que resultaria em formas como *doesn't* e suas variações. Em suma, essa primeira forma de adaptação da proposta de Merchant (2004, 2009) para os casos de fragmentos negativos deve ser rejeitada. (Discutirei adiante, entretanto, a proposta de Vicente (2006) para os dados de [Neg X] e [X Neg] do espanhol, que apresenta uma linha de análise semelhantes.).³⁸

Vicente (2006) analisa os casos apresentados em (58) — tanto com [Neg X] quanto com [X Neg] — como envolvendo o movimento do remanescente para a periferia esquerda e apagamento do IP/TP, no mesmo espírito da análise de Merchant (2004, 2009) e Depiante (2000) (cf. a próxima subseção: 3.4.2). Sua análise, porém, tem duas diferenças em relação a esses autores. Vicente (2006) propõe que as ordens distintas são derivadas de diferentes posições de pouso do remanescente. Especificamente, em [Neg X], o remanescente se moveria para a posição de especificador de FocP e, em [X Neg], para o especificador de TopP, gerado mais acima, como representado em (72). Entre essas duas posições, estaria a categoria ΣP (no sentido de Laka (1990) e, portanto, equivalente ao NegP de Pollock (1989)), onde seria gerada o marcador negativo sentencial *no*.

³⁸ A segunda forma de implementação da análise de Merchant (2004, 2009) para os casos de fragmentos negativos seria a de que o marcador negativo modifica diretamente a categoria negada e se move com ela para a periferia esquerda como uma unidade. Por essa opção, tais dados já seriam, desde os primeiros passos da derivação, casos de negação de constituinte. Já de acordo com a primeira opção, esses dados seriam apenas aparentemente casos de negação de constituintes. Uma análise nessa segunda linha de implementação é assumida por Depiante (2000), em um trabalho anterior ao de Merchant (2004, 2009), mas para um conjunto de dados apenas parcialmente relacionados a esses, como discutirei na próxima subseção, 3.4.2, ao falar sobre os casos de *stripping*.

(72) [Neg X] e [X Neg] em respostas curtas segundo Vicente (2006)

A consequência de a negação ser gerada nesta posição, entre TopP e FocP, em espanhol *versus* ser gerada abaixo de IP, em inglês, seria a segunda diferença entre a análise de Vicente (2006) e a de Merchant (2004, 2009) e seria o que distingue o espanhol, que permite [Neg X] e [X Neg], e o inglês, em que apenas [Neg X] é possível. Enquanto a elipse de IP/TP, em inglês, apagaria também a negação, a mesma operação de elipse em espanhol a preservaria. Isso explica, automaticamente, a inexistência de [X Neg] em inglês, embora a existência de [Neg X] permaneça em aberto. A disponibilidade desse padrão, em inglês, deve vir de alguma outra estrutura, como a que é proposta em Depiante (2000) e que será discutida na próxima seção.

De acordo com a representação oferecida por Vicente (2010) e reproduzida em (72), então, os fragmentos de sentença em (58a) e (58b) teriam, respectivamente, as estruturas em (73a) e (73b).

- (73) a. [_{TopP} [_{PP} con Clara]₁ [_{ΣP} **no** [_{FocP} [_{TP} ~~yo fui al cine~~ [_{PP} ~~con Clara~~]₁]]
 b. [_{TopP} [_{ΣP} **no** [_{FocP} [_{PP} con Clara] [_{TP} ~~yo fui al cine~~ [_{PP} ~~con Clara~~]₁]]

É importante notar que, de acordo com essa análise, os casos de fragmentos negativos em respostas curtas não seriam, de fato, casos de negação de constituinte, mas apenas aparentemente, pois eles resultariam de uma estrutura de negação sentencial em que o marcador negativo não afetaria diretamente o XP remanescente³⁹.

A análise de Vicente (2006), entretanto, apresenta um sério problema que diz respeito

³⁹ É preciso, porém, que fique claro que, ainda tais exemplos sejam derivados de estruturas de negação sentencial, esses dados permanecem importantes para a discussão deste capítulo, pois eles representam duas construções distintas pelas quais o marcador negativo (ainda que sentencial) pode ser usado para negar ou rejeitar um item não-sentencial.

especificamente à posição e ao *status* do marcador negativo. No sistema de Vicente (2006), a negação sentencial deve ser gerada bem no meio do sistema CP (acima de FinP e FocP, pelo menos), enquanto a literatura sobre o espanhol assume que NegP (ou Σ P) é gerado abaixo do sistema CP. Mais especificamente, a maioria dos autores coloca NegP entre CP e IP (cf. Bosque 1984; Rivero 1994; Han 1999, 2001; Zagana 2002; Alers 2009; Di Tullio 2008; entre outros).

Vicente (2006) aponta que o seu Σ P corresponde ao Σ P de Laka (1990), que é a categoria responsável pela negação (e afirmação) sentencial. Segundo Laka (1990), as categorias funcionais podem apresentar variação paramétrica quanto às suas propriedades de seleção, de modo que Σ P ou NegP, ainda segundo a autora, poderia ser gerado imediatamente acima ou imediatamente abaixo do TP (=IP), como ocorre em basco e em inglês, respectivamente. O espanhol deveria comportar-se como o basco, com o Σ P acima de TP, mas abaixo de CP, como assumido na literatura (cf. Bosque 1984; Rivero 1994; Han 1999, 2001; Zagana 2002; Alers 2009; Di Tullio 2008). A proposta de Vicente (2006) de colocar Σ P no meio do sistema CP (acima de FinP e FocP), além de contrariar as demais análises existentes para o espanhol, não reflete a proposta de Laka (1990) em que se baseia.⁴⁰

Por outro lado, essa visão restrita quanto à possibilidade de variação na posição de Σ P, no sistema de Laka (1990), pode ser considerada como simples reflexo do fato de que a proposta da autora foi feita em um modelo que assumia um número limitado de projeções funcionais, anterior à cisão do CP em diversas categoriais (i.e. ForceP, TopP, FocP e FinP), feita pela proposta de Rizzi (1997).

Uma alternativa, então, seria a adoção de uma versão mais radical para a proposta de Laka (1990) de acordo com a qual a variação na seleção das categoriais funcionais é mais livre do que a simples alternância na relação de dominância entre Σ P e TP, com a possibilidade de Σ P ser gerado em qualquer posição da hierarquia funcional. Dessa forma, de acordo com a análise de Vicente (2006), a negação em espanhol se comportaria de modo distinto tanto do basco quanto do inglês. Ou seja, enquanto em inglês, NegP/ Σ P é gerado abaixo de TP e em basco a NegP/ Σ P é gerado acima de TP e abaixo de CP, em espanhol NegP/ Σ P seria gerado acima (da camada mais baixa) de CP.

Essa análise, entretanto, faz previsões incorretas com relação à interação entre a negação e as demais categoriais do sistema CP em espanhol. Vejamos, primeiramente, a

⁴⁰ Como apontado na subseção 1.3.1 do capítulo 1 desta tese, para Laka (1990) as partículas negativas que podem ocorrer no sistema CP têm propriedades distintas dos marcadores gerados em Σ P.

ordem entre o complementizador e a negação. Para isso, é preciso definir se o complementizador *que*, em espanhol, é gerado em uma camada mais baixa (i.e. FinP) ou mais alta (i.e. ForceP) do sistema CP. No primeiro caso, se *que* é gerado em Fin^o e a negação é gerada acima de FocP, a previsão é de que a negação sempre ocorra à esquerda do complementizador. Essa previsão é incorreta, como mostram os dados em (74).

- (74)⁴¹ a. ... y estaba dispuesto a admitir **que no** la encontraba.
 b. Si queremos **que no** se tome su nombre en vano, hay que leerlos.
 c. En un libro de los que creo **que no** se deben publicar...

Esses dados, entretanto, não são um contra-argumento forte à análise de Vicente (2006) pois ainda há a possibilidade de que o complementizador *que* seja gerado em Force^o, acima de Σ P, o que geraria a ordem correta apresentada em (74), em que o complementizador antecede a negação. A geração do complementizador em Force^o, acima de TopP e FocP, é, inclusive, a análise adotada por Rizzi (1997) para o complementizador *che* do italiano.

Por outro lado, essa análise apresenta problemas para ser adotada para o PB ainda que o complementizador completivo *que* seja gerado em Force^o ao invés de em Fin^o. O problema diz respeito ao fato de que o PB possui um outro *que* que ocorre opcionalmente em construções de focalização e em perguntas QU, como as exemplificadas em (75).

- (75) a. (Eu disse que) João **que** saiu.
 b. Na Bahia **que** teve greve da polícia.
 c. Eu perguntei quem **que** você viu ontem.
 d. Quem **que** você viu ontem?

Uma vez que esse *que* ocorre à direita do item focalizado, ele não pode ser analisado como o complementizador gerado em Force^o. Isso fica mais claro nos exemplos em que os dois *que*'s co-ocorrem, como em (75a). O *que* de construções focalizadas deve, portanto, ser analisado ou como o núcleo da própria categoria FocP ou como núcleo de FinP gerado imediatamente abaixo de FocP. Em qualquer das duas análises, a previsão é de que, no PB, o *que* focal nunca pode ocorrer à esquerda da negação. Essa previsão é incorreta, como

⁴¹ Dados extraídos da obra de Julián Marías (1996, 1997 e 1998, respectivamente).

mostram os dados em (76).⁴²

- (76) a. (Eu disse que) João (*não) **que** (não) saiu.
 b. Na Bahia (*não) **que** (não) teve greve da polícia.
 c. Eu perguntei quem (*não) **que** você não viu ontem.
 d. Quem (*não) **que** você não viu ontem?

Voltando para os casos de espanhol, a hipótese de que ΣP /NegP seja gerado abaixo de TopP e acima de FocP faz a previsão de que o marcador negativo *no* deve sempre anteceder elementos focalizados. Essa previsão é incorreta, pois a negação nunca antecede um foco, como mostram os dados em (77).

- (77) a. Dice que MAÑANA **no** lo operan.
 b. Dice que en ese HOSPITAL (**no**) lo operaron.
 (Zagona 2002: 253)
 c. *Dice que **no** MAÑANA lo operan.
 d. *Dice que **no** en ese HOSPITAL lo operaron.

Esses problemas tanto no espanhol quanto no PB são problemáticos para a adoção da hipótese de Vicente (2006) de que o marcador negativo nos fragmentos de sentença seja sempre o mesmo núcleo funcional responsável pela polaridade sentencial. O ΣP de Vicente (2006) parece corresponder, na verdade, não ao ΣP de Laka (1990), responsável pela negação sentencial (ou ao NegP de Pollock 1989; ou ainda ao PolP de Zanuttini 1991, 1994), mas ao AstP apresentado no primeiro capítulo desta tese e ao ΣP de Farkas. Ou seja, a uma categoria negativa com propriedades anafóricas, alocada especificamente na periferia esquerda da sentença e responsável não pela polaridade sentencial, interna (*inner polarity*), mas pela polaridade externa (*outer polarity*) (cf. subseção 1.3.2 no capítulo 1). A própria Laka (1990), como apontei no capítulo 1 desta tese, assume que as partículas polares que ocorrem no sistema CP não correspondem ao ΣP responsável pela negação (e afirmação) sentencial, mas às partículas responsivas do tipo *yes* e *no*.

⁴² Como apontei na nota 34, se assumimos para o PB a análise que a ordem [Neg X] é gerada com o remanescente no especificador de FocP e a negação em ΣP /NegP acima de FocP, isso faz a previsão adicional de que o *que* focal poderia ocorrer após o remanescente em fragmentos de sentenças, pois não seria afetado pela elipse do TP.

Dessa forma, em princípio, o *no* espanhol em fragmentos negativos com [Neg X] e [X Neg] poderia ser reinterpretado como o núcleo de AstP e, portanto, seria equivalente, não ao *not*, mas ao *no* do inglês. A proposta que vou apresentar sobre esses e outros dados no PB defende uma análise semelhante a isso, mas apenas para os casos com o formato [X Neg].

O importante, por enquanto, é que a análise de Vicente (2006), como formulada, não é adequada para os dados do espanhol nem para os do PB devido ao *status* e posição estrutural do marcador negativo.

As conclusões parciais dessa subseção são:

(78) Conclusões parciais sobre os fragmentos negativos

- a. O inglês possui apenas a ordem [Neg X] e usa apenas o marcador *not*.
- b. O espanhol e o PB possuem tanto [Neg X] quanto [X Neg], embora, para muitos falantes do PB, [X Neg] seja mais natural do que [Neg X].
- c. Os fragmentos de sentença apresentam efeitos de conectividade e resultam de estruturas de eclipse (de TP).

Na próxima subseção, discuto um outro fenômeno em que há alternância entre [Neg X] e [X Neg] e que apresenta semelhanças com os casos de fragmentos negativos. Trata-se dos casos de *bare argument ellipsis*. Discutirei também a proposta de Depiante (2000) para tal fenômeno, a partir da qual é possível formular uma análise unificada para [Neg X] em casos de *bare argument ellipsis* e de fragmentos negativos.

3.4.2. [Neg X] e [X Neg] em *bare argument ellipsis*

Nesta subseção, discuto outro fenômeno em que um marcador negativo pode ser usado para operar uma negação sobre um constituinte não-oracional e em que, adicionalmente, há variação quanto à posição do marcador e a posição do XP negado.

Esse segundo fenômeno é conhecido como *stripping* ou *bare argument ellipsis*, um tipo de estrutura em que há uma coordenação em que o primeiro conjunto é a uma sentença completa e o segundo corresponde, superficialmente, a um argumento (ou adjunto) verbal (o remanescente) acompanhado por um elemento de natureza adverbial como *too*, *as well*

(‘também’) e outros, como nos exemplos em (79).

- (79) a. John can play the guitar, and *Mary too*.
 b. John can play the guitar, and *Mary as well*.

(Merchant 2009)

O remanescente no segundo conjunto também pode vir acompanhado por um marcador negativo, que, porém, ocorre à sua esquerda (ao contrário de advérbios como *too* e *as well*) e que, ao menos aparentemente, tem escopo sobre ele, como mostram os dados do inglês, do espanhol e do PB, em (80), (81) e (82), respectivamente. Note-se que o remanescente no segundo conjunto pode ser um DP, um PP ou mesmo um AP e contrasta necessariamente com um elemento no primeiro conjunto que pode desempenhar a função sintática de sujeito, complemento, adjunto verbal ou predicativo.

- (80) a. *John* read El Quijote but **not** *Mary*.
 b. *John* read El Quijote but **not** *Hamlet*.
 c. *John* has been to California but **not** *to Colorado*.
 (Depiante 2000: 101, 104)
 d. (I said that) John is lazy, (and/but) **not** *incompetent*.

- (81) a. Juan leyó El Quijote, pero **no** *María*.
 b. Juan leyó El Quijote, pero **no** *Hamlet*.
 c. Juan ha estado en California, pero **no** *en Colorado*.
 (Depiante 2000: 101, 102, 104)
 d. Juan es perezoso, (y/pero) **no** *incompetente*.

- (82) a. João leu D. Quixote, (mas) **não** *Maria*.
 b. João leu D. Quixote, (mas) **não** *Hamlet*.
 c. João viajou para Salvador, (mas) **não** *para Recife*.
 d. Ele é preguiçoso, (e/mas) **não** *incompetente*.

Em inglês, os casos de *stripping* com negação se comportam, com relação à ordem dos

constituintes, de modo consistente com os demais casos de negação sentencial e de constituinte nesta língua, como os de negação de itens lexicais (cf. (30) na seção 3.2.3), de *slogans* de rejeição (cf. (44) na seção 3.3) e de fragmentos negativos (cf. (54a) na seção 3.4.1). Ou seja, também nos casos de *stripping*, em inglês, a única a ordem linear aceitável é [Neg X], com o marcador negativo à esquerda do elemento negado. A ordem [X Neg] é inaceitável em inglês, como mostram os exemplos em (83), assim como nos contextos discutidos anteriormente (cf. (45) e (54b)).

- (83) a. *John read El Quijote (but) *Mary not*.
 b. *John read El Quijote (but) *Hamlet not*.
 c. *John has been to California (but) *to Colorado not*.
 (Depiante 2000: 101, 104)
 d. *John is incompetent, (and/but) *lazy not*.

Em espanhol e no PB, porém, além de [Neg X], a ordem [X Neg] também é aceitável nesse tipo de dado, como mostram os exemplos em (84) e (85). Esses casos recebem, na literatura, o rótulo de *pseudo-stripping*, o que revela a pressuposição de que os dois fenômenos são diferentes em natureza.

- (84) a. Juan leyó El Quijote, pero *María no*.
 b. Juan leyó El Quijote, pero *Hamlet no*.
 c. Juan ha estado en California, pero *en Colorado no*.
 (Depiante 2000: 105, 106)
 d. Juan es perezoso, (y/pero) *incompetente no*.

- (85) a. João leu D. Quixote, (mas) *Maria não*.
 b. João leu D. Quixote, (mas) *Hamlet não*.
 c. João viajou para Salvador, (mas) *para Recife não*.
 d. Ele é preguiçoso, *incompetente não*.

Autores como Merchant (2004, 2009) e Vicente (2006) apontam a similaridade entre os casos de *stripping* e os de fragmentos negativos. Nos dois casos, apenas um constituinte

correspondente a um argumento ou adjunto (e mais algum item adverbial) ocorre em lugar de toda uma sentença. Para a análise, uma das consequências dessa similaridade é que, assim como para os fragmentos, é preciso definir, para os casos de *stripping* e *pseudo-stripping*, qual a natureza sintática do segundo conjunto em relação ao primeiro. Tais dados podem, *a priori*, ser considerados (i) como casos de coordenação de sentenças com algum tipo de elipse ou (ii) como coordenação de elementos menores do que sentenças sem nenhuma estrutura sintática adicional.

As versões (b) e (c) dos exemplos (80), (81), (82), (84) e (85), em que o elemento negado corresponde ao último elemento no primeiro conjunto, são ambíguas entre coordenação de elementos não-oracionais (ou seja, de DPs ou de PPs) e coordenação de sentenças com elipse de todos os outros elementos, menos o remanescente, como mostra o contraste entre as representações (resumidas) em (86) e (87).⁴³

(86) *Stripping* como coordenação de constituintes não-oracionais

(87) *Stripping* como coordenação de sentenças (e elipse)

⁴³ Uso representações ternárias nestes exemplos apenas por comodidade. A adoção de representações binárias para as coordenações (com o primeiro conjunto no especificador e o segundo no complemento da categoria projetada pela conjunção) não afeta a discussão.

b.

Por outro lado, os casos em que o XP negado no segundo conjunto contrasta com um elemento que não ocupa a última posição no primeiro conjunto (como um sujeito pré-verbal, como na versão (a) das sentenças (80), (81), (82), (84) e (85), ou um complemento em posição medial, como em (88)) desfavorecem a análise de coordenação de elementos não-oracionais devido à falta de adjacência entre os dois constituintes. Uma análise em termos de coordenação de DPs em (80a), (81a), (82a), (84a), (85a) e (88), por exemplo, exigiria a extração do primeiro DP (e movimento para a direita) a partir de uma estrutura coordenada, o que constitui uma violação de ilha sintática.⁴⁴

(88) The man stole [*the car*] after midnight, [but [**not the diamonds**]].

(Merchant 2009)

Parte da literatura sobre o tema considera, portanto, que os fenômenos de *stripping* e de pseudo-*stripping* resultam de estruturas de coordenação de sentenças com elipse no segundo conjunto (cf. Depiante 2000; Merchant 2004, 2009; Kim 1998; Heim & Kratzer 1998; dentre outros). No restante desta subseção, discuto qual a estrutura específica a partir da qual esses casos seriam gerados. Começo com os casos de *stripping*, mais discutidos na literatura.

I. *Stripping*

Autores como Depiante (2000), Merchant (2003, 2004, 2009) e outros (cf. Kim 1998; Heim & Kratzer 1998) argumentam em favor da análise do fenômeno de *stripping* (com e/ou sem a negação) como resultado de movimento do remanescente para a periferia esquerda e

⁴⁴ Adicionalmente há o fato de que, em uma coordenação, a conjunção e o segundo DP formaria um X', que também não pode ser objeto da operação de movimento.

elipse do IP.⁴⁵

Para o caso geral de *stripping* sem o marcador negativo, Merchant (2003) oferece a mesma análise proposta para os demais casos de elipse como fragmentos e *sluicing*, ou seja, estruturas de *stripping* como em (89a) seriam resultado do movimento do remanescente para uma categoria FP da periferia esquerda da sentença, seguido pelo apagamento do TP (cf. (59b)).

(89) a. Abby speaks passable Dutch, *and Ben, too*.

b.

(Merchant 2003)

Assim como apontei para os fragmentos negativos, os casos de *stripping* negativo suscitam a pergunta sobre a origem do marcador negativo que antecede o remanescente. Novamente, a primeira hipótese que pode ser levantada é também a primeira a ser descartada, a saber, a ideia de que este seria o próprio marcador de negação sentencial *not*, gerado em NegP, mas preservado da operação de elipse. Como apontado em 3.4.1, uma vez que NegP é gerado entre TP e VP, o marcador negativo não poderia escapar à elipse e, na estrutura resultante, a negação não poderia anteceder o remanescente.

A segunda alternativa de análise é considerar que o marcador negativo não resulta de uma estrutura de negação sentencial, mas de negação de constituinte. Essa opção é defendida por Depiante (2000) tanto para os dados do inglês quanto do espanhol. Segundo a autora, nos casos de *stripping* negativo, a negação é gerada como um modificador direto do remanescente (provavelmente como um adjunto), formando um constituinte único que seria movido para uma posição na periferia esquerda. Dessa forma, as sentenças em (80a), (80b), (81a) e (81b) teriam as representações em (90a), (90b), (91b) e (91b), respectivamente.

⁴⁵ Outras análises, no entanto, defendem algum mecanismo de elipse com o remanescente em sua posição estrutural, o que exigiria o apagamento de constituintes descontínuos.

(90) *Stripping* em inglês segundo Depiante (2000)a. John read El Quijote but $[_{FP} [\text{not Mary}]_1 [_{IP} [\text{not Mary}]_+ \text{read El Quijote}]]]$ b. John read El Quijote but $[_{FP} [\text{not Hamlet}]_1 [_{IP} \text{John read} [\text{not Hamlet}]_+]]]$

(Depiante 2000: 133, 134)

(91) *Stripping* em espanhol segundo Depiante (2000)a. Juan leyó El Quijote pero $[_{FP} [\text{no María}]_1 [_{IP} [\text{no María}]_+ \text{leyó El Quijote}]]]$ b. Juan leyó El Quijote pero $[_{FP} [\text{no Hamlet}]_1 [_{IP} \text{Juan leyó} [\text{no Hamlet}]_+]]]$

(Depiante 2000: 133, 134)

Merchant (2003) não propõe nenhuma análise para o marcador negativo em construções de *stripping*, mas lista três possibilidades. A primeira seria uma estrutura de negação de constituintes, conforme proposta por Depiante (2000), em que *not* seria gerado adjungido ao remanescente e movido com este para a FP, como em (92). À análise de Depiante (2000), Merchant (2003) objeta apenas o fato de que o fenômeno de negação de constituintes (ou negação contrastiva, segundo McCawley (1991)) é pouco estudado e muito pouco compreendido, apresentando vários problemas. Além desta opção de análise, Merchant (2003) também aponta que a negação, ao invés de ser um adjunto do remanescente, pode ser gerada como adjunto da própria categoria FP para a qual o remanescente é movido.

(92) a. Abby speaks passable Dutch, (*but*) *not Ben*.

b.

(Merchant 2003)

Uma terceira opção apontada por Merchant (2003) é considerar que a negação é gerada como o especificador de uma categoria (adicional) de negação sentencial NegP (ou NegP₂) gerada acima de FP. Por essa análise, (92a) teria a estrutura apresentada em (93).

(93)

(Merchant 2003)

A ideia de um segundo NegP sentencial acima de IP (= AgrP) em inglês vem da proposta de Foreman (1999) sobre os casos de inversão negativa, como em (94), em dialetos não-*standard* do inglês (por exemplo: o inglês vernáculo afro-americano e certos dialetos sulistas). Foreman (1999) rejeita a análise de Labov, Cohen, Robins & Lewis (1968) segundo a qual esses dados envolveriam o movimento do auxiliar semelhante ao que ocorre em interrogativas (ou seja, para a posição de C°).

(94) a. **Ain't** nobody complainin' but you, man.

‘Nobody is complainin' but you’

‘Ninguém está reclamando além de você’

b. **Ain't** nobody doin' nothin' wrong.

‘Ninguém está fazendo nada de errado’

c. **Ain't** none of the students done their homework.

‘Nenhum dos estudantes fez sua tarefa de casa’

Baseando-se em dados de sujeitos negativos como os de (95), Foreman (1999) propõe, então, a existência de um NegP₂ gerado entre CP e AgrP/IP, como na representação em (96), em que a negação e o auxiliar se movem das posições em que são gerados (Neg° e Agr°, respectivamente) para o núcleo de NegP₂.

- (95) a. **Not** many people went to the party.
 b. **Not** everybody finished their homework.
 c. **Not** more than three people will be allowed in at a time.
 (Foreman 1999)

- (96) [NegP [Neg **Ain't**_i] [AgrP nobody t_i [NegP [Neg t_i] [VP do that]]]]
 (Foreman 1999)

Note-se que Foreman (1999) não propõe que NegP pode, opcionalmente, ser gerado acima ou abaixo de IP, em inglês, mas que é possível a co-ocorrência de dois NegPs, um abaixo e outro acima de IP, cujos núcleos podem, inclusive, ser preenchidos ao mesmo tempo, como em (97).

- (97) a. **Ain't** everybody **NOT** going to the party.
 b. **Not** everybody **ISN'T** going to the party.
 NEG todos SER-NEG indo para a festa
 'Nem todos não foram para a festa'

(Foreman 1999)

A extensão da proposta de Foreman (1999) para os casos de *stripping* negativo (e fragmentos negativos), como sugerido por Merchant (2003), apresenta, porém, dois problemas. Primeiramente, a análise pressupõe a co-ocorrência da categoria NegP “típica” abaixo de IP, o que teria o efeito de desfazer a relação de identidade entre os dois conjuntos exigida pelo processo de elipse de TP/IP. Em segundo lugar, como apontado na seção 3.2, dados como os (95) são mais bem analisados como envolvendo negação de constituinte (cf. o fato de que eles não são restritos à posição de sujeito sentencial). Isso favorece a análise de que os casos de *stripping* negativo envolvem negação de constituinte, no espírito da proposta de Depiante (2000).

Assumo, portanto, a análise de Depiante (2000) para os dados de *stripping* no PB. Dessa forma, os exemplos em (82) têm as estruturas representadas em (98).

(98) Aplicando a proposta de Depiante (2000) aos casos de *stripping* no PB

- a. João leu D. Quixote mas [_{FP} [**não** María]_i [_{IP} [~~não~~ María]₊ leu D. Quixote]]]
 b. João leu D. Quixote mas [_{FP} [**não** Hamlet]_i [_{IP} João leu [~~não~~ Hamlet]₊]]]

Como aponte na subseção anterior, essa proposta de Depiante (2000) para os casos de *stripping* pode ser estendida para os casos de fragmentos negativos com o formato [Neg X].⁴⁶ Assumindo, então, que os casos de [Neg X], tanto em fragmentos negativos quanto em *stripping* são gerados da mesma forma, com o marcador negativo modificando diretamente remanescente (como um adjunto) e com ambos sendo movidos, como uma unidade, para o CP, temos uma análise unificada e adequada para os dois tipos de fenômeno.

Note-se que a proposta de Depiante (2000), para *stripping*, e a da Vicente (2006), para os fragmentos negativos com a forma [Neg X], diferem em dois aspectos. Primeiro, a proposta de Vicente (2006) assume que os fragmentos não são casos reais de negação de constituintes, uma vez que são resultado de uma estrutura de negação sentencial. Para Depiante (2000), por outro lado, [Neg X] em *stripping* resulta diretamente de uma estrutura de negação de constituintes.

Em segundo lugar, Vicente (2006) precisa gerar o NegP/ΣP do espanhol no meio do CP, acima de FocP para permitir que a negação apareça à esquerda do remanescente movido para o especificador de foco. O autor não trata especificamente dos casos de [Neg X] em inglês, mas a sua análise teria que assumir o mesmo para esta língua para dar conta de casos equivalentes. Ou seja, o sistema de Vicente (2006) requer que o NegP/ΣP em inglês seja gerado acima de F(oc)P ao invés de abaixo de IP/TP como é amplamente assumido na literatura (cf. Rivero 1994; Han 1999, 2001; Zagana 2002; Alers 2009; entre outros). O preço de não assumir NegP/ΣP acima de F(oc)P em inglês seria a impossibilidade de uma análise unificada para o mesmo fenômeno nas duas línguas. A análise de Vicente (2006) valeria, então, apenas para o espanhol, mas não para o inglês.

A análise de Depiante (2000), por outro lado, não precisa alocar a categoria NegP ou ΣP acima do CP/FinP nem em inglês nem em espanhol, pois a derivação de [Neg X] não dependeria da posição em que ΣP é gerado, uma vez que os casos de *stripping* com o

⁴⁶ Em tais casos, a posição pré-XP da negação trazia problemas para uma análise, nos termos de Merchant (2004, 2009), de movimento do XP remanescente para a periferia esquerda, pois a posição de pouso do remanescente seria acima da categoria NegP, o que levantaria a questão sobre a origem do marcador negativo nesse tipo de dado.

marcador negativo não envolvem uma estrutura de negação sentencial. O marcador negativo é um tipo de adjunto ao XP. É possível, inclusive, assumir que ΣP é ausente ou inativo em tais sentenças. O sistema de Depiante (2006), portanto, pode ser adotado para as duas línguas sem problema, o que pesa em favor de sua análise em detrimento da de Vicente (2006).

II. *Pseudo-stripping*

Passo agora para o tipo de *bare argument ellipsis* que mais interessa à discussão deste capítulo, que é o fenômeno de *pseudo-stripping* e a relação deste com os casos de fragmentos com o formato [X Neg]. Uma vez que assumimos a análise de Depiante (2000) de negação de constituinte por adjunção à esquerda para os casos de *stripping*, a forma mais simples de dar conta dos dados de *pseudo-stripping* seria assumir uma análise semelhante, com o movimento do remanescente e da negação, como uma unidade, para a periferia esquerda, mas com o estabelecimento de uma distinção paramétrica quanto à posição da negação em relação ao remanescente. Esta implementação não foi discutida por Depiante (2000) e, até onde vai meu conhecimento, também não foi proposta ou discutida por nenhum outro autor que trabalhou com o tema, mas é importante examinar as vantagens e desvantagens dessa opção, ainda que seja para descartá-la.

Segundo essa análise, para gerar os casos de *pseudo-stripping* em espanhol e no PB, poderíamos simplesmente assumir que, nestas duas línguas, o marcador negativo pode se adjungir indistintamente à esquerda ou à direita no constituinte não-oracional negado, mas apenas à esquerda em inglês. Os exemplos de *pseudo-stripping* seriam, então, derivados como nas representações em (99) e (100) abaixo.

(99) *Pseudo-stripping* em espanhol: hipótese de adjunção à direita

- a. Juan leyó El Quijote pero [_{FP} [María **no**]₁ [_{IP} [~~María no~~]₊ leyó El Quijote]]]
- b. Juan leyó El Quijote pero [_{FP} [Hamlet **no**]₁ [_{IP} ~~Juan leyó~~ [~~Hamlet no~~]₊]]]
- c. Juan ha estado en California pero [_{FP} [em Colorado **no**]₁ [_{IP} ~~Juan ha estado~~ [~~en Colorado no~~]₊]]]

(100) Pseudo-*stripping* no PB: hipótese de adjunção à direita

- a. João leu D. Quixote mas [_{FP} [María **não**]_i [_{IP} [~~María não~~]₊ leu D. Quixote]]]
- b. João leu D. Quixote mas [_{FP} [Hamlet **não**]_i [_{IP} João leu [~~Hamlet não~~]₊]]]
- c. João viajou para Salvador mas [_{FP} [para Recife **não**]_i [_{IP} João viajou [~~para Recife não~~]₊]]]

Essa possibilidade de análise, embora mais simples, apresenta uma série de problemas. O primeiro, já apontado rapidamente na seção 3.3, diz respeito à falta de uniformidade entre a negação de constituintes e a negação sentencial. Apontei, no primeiro capítulo, que a negação pós-VP não pode ser considerada um adjunto à direita do VP. Se assumirmos, agora, que a negação [X Neg] pode ser, simplesmente, um adjunto à direita de qualquer XP, isso leva automaticamente à questão sobre por que tal opção não está disponível para adjunção a um VP (ou mesmo a um TP ou CP).

O segundo problema é que essa análise faz a previsão incorreta de que a forma [X Neg] deveria ser disponível em outros contextos de negação de constituinte em que, ao contrário, apenas [Neg X] pode ocorrer. Além dos casos de NIL vistos na seção 3.2, veremos, na seção 3.4.4, outros casos em que apenas [Neg X] é aceitável, enquanto [X Neg] não é.⁴⁷

Assumo, portanto, que a hipótese de que os casos pseudo-*stripping* resultam de adjunção da negação à direita do remanescente deve ser rejeitada. Passo agora para a discussão da análise efetivamente proposta por Depiante (2000) para tais casos.

A análise de Depiante (2000) para o fenômeno de pseudo-*stripping* em espanhol tem como base a ideia de que, nesta língua, diferentemente do inglês, o Neg/ΣP é gerado acima de IP (mas abaixo de CP) e, portanto, sobrevive à elipse do IP. Como apontado anteriormente, a geração de NegP nesta posição é *standand* na literatura sobre o espanhol. A ordem [X Neg] seria, então, derivada (i) pelo movimento do remanescente para a mesma posição na periferia esquerda para a qual se move o remanescente nos casos de *stripping* e de fragmentos negativos; (ii) e pelo preenchimento do núcleo de ΣP/NegP pelo marcador negativo *no*, como nas representações em (101). Uma vez que ΣP/NegP é gerado acima de IP, em espanhol, ele é

⁴⁷ A validade dos casos de NIL como contra-argumento à adjunção à direita perde força se consideramos (como fiz na seção 3.2) que, neste tipo de dado, a negação funciona como um tipo de afixo ou quase afixo, em que uma maior restrição à variação na posição da negação é esperada. Ainda assim, restam a impossibilidade de adjunção ao VP e a inaceitabilidade (ou marginalidade) de [X Neg] no contexto a ser discutido na seção 3.4.4.

preservado da operação de apagamento que atinge apenas o IP/TP abaixo. Isso explicaria também a inexistência de pseudo-stripping em inglês, em que o apagamento de TP resulta também no apagamento de ΣP /NegP, gerado abaixo de TP.

(101) Pseudo-*stripping* em espanhol segundo Depiante (2000)

- a. Ana leyó El Quijote pero [_{FP} María₁ [_{ΣP} no [_{TP} ~~María₁ leyó El Quijote~~]
- b. Ana leyó El Quijote pero [_{FP} Hamlet₁ [_{ΣP} no [_{TP} ~~Ana leyó Hamlet₁~~]
- c. Ana ha estado en California pero [_{FP} [em Colorado₁] [_{ΣP} no [_{TP} ~~Ana ha estado en Colorado₁~~]]

A diferença entre a análise de *stripping* e a de pseudo-*stripping*, no sistema de Depiante (2000), tem a ver com a natureza da negação. Em *stripping*, o marcador negativo modifica diretamente o XP remanescente como um adjunto ao DP, ao PP ou AP. A categoria responsável pela negação sentencial não é projetada ou não está ativada. Em pseudo-*stripping*, o remanescente não é (diretamente) negado. Ao invés disso, o marcador negativo é gerado como na categoria responsável pela negação sentencial.⁴⁸

Essa análise para pseudo-*stripping* em espanhol, em princípio, pode ser estendida para os casos de fragmentos negativos com formato [X Neg] (também em espanhol), discutidos por Vicente (2006). Antes, portanto, de apresentar os problemas para essa análise, aponto as diferenças entre o sistema de Depiante (2000) e o de Vicente (2006) — que, como apontado em 3.4.1, trata especificamente dos fragmentos negativos.

A análise apresentada por Vicente (2006), discutida na subseção anterior (3.4.1), para os fragmentos negativos com [X Neg] tem as mesmas propriedades gerais que a de Depiante (2000) para os casos de pseudo-*stripping*.⁴⁹ Em ambas as análises, o marcador negativo é gerado no NegP/ ΣP responsável pela negação sentencial e não modifica diretamente o remanescente, que é movido para uma posição não-relacionada à negação. Uma das diferenças entre as análises diz respeito à posição de pouso, que é o especificador de TopP para Vicente (2006), mas o especificador de FocP para Depiante (2000). Outra diferença,

⁴⁸ Isso também significa que, em espanhol (e em português), as estruturas do tipo [X Neg] em pseudo-*stripping* (e em fragmentos), em que X corresponde ao sujeito, são ambíguas entre uma estrutura de *bare argument ellipsis*, com o deslocamento do remanescente para a periferia esquerda, e estruturas com o sujeito em posição normal, e com elipse da categoria dominada por NegP, semelhantes a casos como (i), do inglês.

(i) John doesn't Ø.

⁴⁹ Já as análises para [Neg X] diferem por envolver negação de constituinte para Depiante (2006), mas topicalização e negação sentencial para Vicente (2006) — com a negação gerada acima de FocP.

como apontado antes, está no fato de que, no sistema de Depiante (2000), o NegP/ Σ P do espanhol é projetado entre CP e IP, enquanto, no sistema de Vicente (2006), ele é projetado acima de CP/FinP e de FocP.

A versão defendida por Depiante (2000) parece, nesse aspecto, superior à de Vicente (2006) uma vez que não apresenta os problemas que aponte na subseção anterior quanto à posição do marcador negativo em relação, principalmente, ao complementizador e aos constituintes focalizados.

Além de poder se estendida para os casos de fragmentos negativos do espanhol, a análise de Depiante (2000) também poderia, em princípio, ser aplicada para os casos de pseudo-*stripping* e de fragmentos negativos do PB. O marcador negativo pré-VP do português tem características semelhantes às do espanhol, por ser imediatamente pré-I° ao invés de pós-I°, como em inglês. Dessa forma, é possível assumir que o NegP do PB é gerado acima de TP, como no espanhol, sobrevivendo à elipse. A hipótese de NegP ser gerado acima de TP/IP em português é defendida por autores como Mioto (1992), Martins (1994), E. Martins (1997), Fonseca (2004) e Namiuti (2008).⁵⁰

Um problema possível para a proposta de Depiante (2000) para o espanhol e para a sua aplicação ao PB diz respeito à posição do sujeito pré-verbal em relação à negação. Nas duas línguas, o sujeito pré-verbal sempre antecede o marcador negativo, que sempre está adjacente ao verbo. Uma vez que a literatura assume que o sujeito pré-verbal do espanhol e do português (especialmente do PB) não é deslocado para a (periferia) esquerda, para gerar a posição do sujeito à esquerda da negação, é preciso postular uma posição acima do marcador negativo, mas abaixo de CP/FinP, para abrigá-lo. Esta posição pode ser o especificador de uma categoria funcional adicional acima de NegP, de modo que, nestas línguas, NegP deve dominar algumas camadas do IP, como o TP, mas não todas elas.⁵¹ Martí (2000), por exemplo,

⁵⁰ As análises desses autores diferem, no entanto, quanto ao NegP dominar uma ou todas as camadas do IP. Mioto (1992) e Namiuti (2007), por exemplo, colocam NegP acima de todo o IP. E. Martins (1997) o coloca acima de TP, mas abaixo de AgrP. Por outro lado, como apontado em 3.2, Vitral (1999) assume que NegP no PB é gerado em uma posição baixa, imediatamente acima de VP.

⁵¹ Em análises que dividem o IP em AgrP e TP, com o AgrP gerado acima de TP, a ideia de que NegP em espanhol e em português está acima de todo o IP significa que ele estaria acima de AgrP (como em (i)), enquanto, em inglês, ele estaria entre AgrP e TP (como em (ii)).

(i) [**NegP** [AgrP [TP]]] (espanhol/português)
(ii) [AgrP [**NegP** [TP]]] (inglês)

Se for necessário permitir uma posição para o sujeito acima de NegP (mas abaixo de CP/FinP), seria preciso reposicionar o NegP do espanhol e do português abaixo de AgrP (como em (iii)) e o NegP do inglês abaixo de TP em inglês. Essa mudança mantém o efeito desejado de que o apagamento de TP atinge NegP em inglês, mas não em espanhol e em português.

(iii) [AgrP [**NegP** [TP]]] (espanhol/português)

assume que o sujeito pré-verbal do espanhol ocorre no especificador de AgrP, acima de TP. Uma outra solução é postular que esta posição é o próprio especificador de NegP, como assume Miotto (1992).

Uma alternativa para isso é simplesmente assumir que o sujeito está deslocado para alguma posição do sistema CP, como no sistema de Alers (2009). O autor adota uma estrutura em NegP domina TP e não existe nenhuma categoria flexional adicional entre NegP e CP/FinP. Ele, por outro lado, assume que o sujeito pré-verbal em sentenças negativas ocorre no especificador de FinP.

O importante é que todas essas análises assumem que o sujeito à esquerda da negação ocorre em alguma posição abaixo de TopP e FocP (categoriais que podem corresponder ao FP de Merchant (2003, 2004, 2009) e Depiante (2000)). Uma evidência em favor disso é o caso das construções de duplo sujeito do PB, como (102). Nestes exemplos, a negação ocorre após o segundo sujeito (que é, em geral, de natureza pronominal). Ainda que se considere que o sujeito de sentenças negativas do PB é deslocado à esquerda, para a posição de TopP por exemplo, ainda é necessário postular uma posição não-deslocada para um sujeito à esquerda da negação.⁵²

(102) a. [Essa competência]_i, ela_i (**não**) é de natureza mental.

b. [A mulher]_i ela_i (**não**) pode querer dominar o homem. [O homem]_i ele_i (**não**) é livre por natureza. [A mulher]_i ela_i (**não**) tem que aceitar isso.

(adaptado de Costa 2010: 126)

(iv) [AgrP [TP [**NegP**]]] (inglês)

Por outro lado, em um sistema em que TP domina AgrP, como na formulação original de Pollock (1989), a adaptação resultaria em estruturas semelhantes às de (iii) e (iv), apenas com a inversão dos rótulos AgrP e TP (como em (vi) e (vii) abaixo). Por essa análise, o que consideramos elipse de TP seria, na verdade, elipse de AgrP (mais baixo), que preservaria NegP em espanhol (e em português), mas não em inglês.

(iii) [TP [**NegP** [AgrP]]] (espanhol/português)

(iv) [TP [AgrP [**NegP**]]] (inglês)

Em sistemas em que a existência de projeções de concordância (AgrP) é rejeitada, como Chomsky (1995), seria necessário identificar outra categoria funcional (com suporte semântico) que possa fazer o papel de projeção mais alta que NegP (por exemplo, MoodP).

⁵² Isso fica ainda mais claro em sentenças em que um tópico pode co-ocorrer à esquerda do sujeito duplo, como em (i) e (ii).

(i) No Brasil, a lei, ela (não) é respeitada.

(ii) Esse livro, o editor, ele (não) acha que todo mundo vai comprar.

A consequência disso para a discussão sobre pseudo-*stripping* e fragmentos negativos é que a posição do sujeito à esquerda da negação faz a previsão de que, quando o XP remanescente não é um sujeito, deveria ser possível a co-ocorrência de um sintagma equivalente ao sujeito sentencial entre o remanescente e o marcador negativo, gerando a ordem [X (Suj) Neg], pois o sujeito sobreviveria ao apagamento do TP dominado por NegP. Isso faz a previsão incorreta de que sentenças e fragmentos como os de (103) fossem aceitáveis com as estruturas representadas em (104).

- (103) a. *Juan leyó El Quijote, pero *Hamlet María no*.
 b. *Juan ha estado en California, pero *en Colorado María no*.
 c. *Con Clara, *yo/él/Juán no*.
 d. *João leu D. Quixote, mas *Hamlet Maria não*.
 e. *João viajou para Salvador, (mas) *para Recife Maria não*.
 f. *João, *eu/ele/Pedro não*.

- (104) a. *Juan leyó El Quijote, pero [_{FP} [Hamlet_i] [_{ΣP/AgrP} María **no** [_{TP} (~~...~~) [_{VP} (~~...~~) ~~t_i~~]]]]
 b. *Juan ha estado en California, pero [_{FP} [en Colorado_i] [_{ΣP/AgrP} María **no** [_{TP} (~~...~~) [_{VP} ~~t_i~~]]]]
 c. * [_{FP} [Con Clara_i] [_{ΣP/AgrP} yo/él/Juan **no** [_{TP} fui [_{VP} (...) t_i]]]
 d. *João leu D. Quixote, mas [_{FP} [Hamlet_i] [_{ΣP/AgrP} Maria **não** [_{TP} (~~...~~) [_{VP} (~~...~~) ~~t_i~~]]]]
 e. *João viajou para Salvador, mas [_{FP} [para Recife_i] [_{ΣP/AgrP} Maria **não** [_{TP} (~~...~~)]]]
 f. * [_{FP} [João_i] [_{ΣP/AgrP} eu/ele/Pedro **no** [_{TP} ~~encontrou~~ [_{VP} (~~...~~) ~~t_i~~]]]]

Em resumo, assumo com Depiante (2000) que os dados de *stripping* em inglês e em espanhol são derivados a partir de uma construção de negação de constituinte em que o constituinte negado se move (junto com a negação) para uma posição na periferia esquerda de sentença, com subsequente apagamento do IP/TP. Assumo também essa análise para os casos de *stripping* do PB e para os casos de fragmentos negativos com formato [Neg X] tanto no PB quanto em espanhol.

Já a estrutura dos dados de pseudo-*stripping* e de fragmentos com formato [X Neg] em espanhol e no PB, deixo-a em aberto neste momento, não assumindo, portanto, a análise de Depiante (2000), segundo a qual tais dados resultariam de uma derivação de negação

sentencial.

Nas próxima subseção, examinarei as possibilidades de negação de constituintes em dados do que denomino tópicos negativos.

3.4.3. Posição pré-sentencial em respostas: tópicos negativos

Nesta subseção, examino um terceiro fenômeno em que (i) um marcador negativo ocorre tendo escopo sobre um constituinte não-oracional e em que (ii) é possível a alternância na posição linear do marcador e do constituinte negado. Este fenômeno, que guarda semelhança com os casos de fragmentos negativos e com os casos de *bare argument ellipsis*, abarca os casos de negação de constituintes em posição pré-sentencial, como apresentados nos exemplos em (105), (106) e (107), aos quais me referirei como *tópicos negativos*.

(105) A: Mary told me you bought a car yesterday.

‘Mary me disse que você comprou um carro ontem’

B: *Not a car*, he bought *a motorcycle*.

NEG um carro ele comprou uma moto

‘Ele não comprou um carro, ele comprou uma moto’

(106) A: Why did you said that he is incompetent?

‘Por que você disse que ele é incompetente?’

B: *Not incompetent*, he is *lazy*.

NEG incompetente ele é preguiçoso

‘Ele não é incompetente, ele é preguiçoso’

(107) A: Did the orders come from the general?

‘As ordens vieram do general?’

B: *Not from the general*, the orders came *from the president*.

NEG de o general as ordens vieram de o presidente

‘As ordens não vieram do general, as ordens vieram do presidente’

Em inglês, novamente, os tópicos negativos só podem manifestar o padrão [Neg X], como mostra a aceitabilidade dos exemplos de (105) a (107) e a inaceitabilidade dos exemplos em (108). Note-se que a inaceitabilidade permanece independentemente de o marcador negativo usado ser *not* ou *no* (cf. (45) na seção 3.3 e (54b) e (55b) na seção 3.4.1).

(108) a. **A car not/no*, he bought a motorcycle.

um carro NEG ele comprou uma moto

b. **Incompetent not/no*, he is lazy.

incompetente NEG ele é preguiçoso

c. **From the general not/no*, {the orders/they} came from the president.

de o general NEG as ordens elas vieram de o presidente

No PB, por outro lado, tanto a ordem [Neg X] quanto [X Neg] são aceitáveis nesse contexto, como mostram os exemplos em (109) e (110). Novamente, para alguns falantes, as formas em (110), com [X Neg], soam mais naturais do que as em (111), com [Neg X].

(109) a. *Não um carro*, ele comprou uma moto.

b. *Não incompetente*, (eu disse que) ele é preguiçoso.

c. *Não do general*, (as ordens) vieram do presidente.

(110) a. *Um carro não*, ele comprou uma moto.

b. *Incompetente não*, (eu disse que) ele é preguiçoso.

c. *Do general não*, (as ordens) vieram do presidente.

Já a ordem [Neg X Neg], em que um marcador negativo ocorre antes e após o constituinte negado é completamente inaceitável, como mostram as sentenças em (111).

(111) a. **Não um carro não*, ele comprou uma moto.

b. **Não incompetente não*, (eu disse que) ele é preguiçoso.

c. **Não do general não*, (as ordens) vieram do presidente.

Os exemplos de tópicos negativos têm em comum com os casos de fragmentos negativos o fato de que precisam de um contexto discursivo para serem licenciados, ou seja, precisam ocorrer como uma espécie de resposta ou réplica em referência a algo presente no discurso anterior, como, por exemplo, a uma fala de um interlocutor. Por outro lado, eles são semelhantes aos casos de *bare argument ellipsis* com relação à estrutura. Nestes exemplos (de tópicos negativos), o constituinte negado contrasta com um elemento associado que faz parte de uma sentença completa adjacente, mas que ocorre à sua direita (e não à sua esquerda).

A partir dessas semelhanças, os tópicos negativos podem, a princípio, ser reduzidos a casos de fragmentos sentenciais ou casos de *bare argument ellipsis*. Na primeira hipótese, os tópicos negativos seriam casos de fragmentos de sentenças idênticos aos examinados na seção 3.4.1, que ocorrem, no discurso, em posição adjacente a uma sentença completa. Uma vez que analisados os fragmentos negativos como casos de elipse sentencial, os tópicos negativos seriam simplesmente sentenças elípticas adjacentes a sentenças completas, mas sem a existência de nenhuma relação sintática entre ambas.

Na segunda hipótese, os tópicos negativos seriam uma espécie de imagem espelhada dos casos de *stripping* e *pseudo-stripping*, envolvendo a coordenação de duas estruturais sentenciais, mas com a sentença completa (não-elíptica) ocorrendo o segundo conjunto (ao invés de no primeiro conjunto) e o remanescente mais o marcador negativo no primeiro conjunto. Ou seja, com a elipse de TP afetando o primeiro conjunto.

Por essa perspectiva, os dados de tópicos negativos em (105), (106), (107), (109) e (110) têm uma estrutura bi-oracional ao invés de mono-oracional. As diferenças entre as duas opções de análise diz respeito apenas à forma como as duas orações estão relacionadas: no primeiro caso, por simples justaposição; no segundo caso, através de coordenação.

Um questionamento possível a essa análise (ou, mais especificamente, à implementação em termos de *stripping* / *pseudo-stripping*) diz respeito à possibilidade de a elipse operar sobre o primeiro conjunto de uma coordenação ao invés de sobre o segundo, como normalmente é aceito na literatura. De fato, os autores que analisam os casos de *stripping* tendem a incluir na própria definição do fenômeno a propriedade de só ocorrer no segundo conjunto de uma estrutura coordenada. Hankamer & Sag (1976: 409), por exemplo, definem *stripping* como “*a rule that deletes everything under identity with corresponding parts of a preceding clause except for one constituent (and sometimes a clause initial adverb or negative)*”.

Por outro lado, é necessária atenção ao fato de que apontar essa concepção mais restrita de *stripping* tem muito mais um valor de exposição do estado da questão do que um argumento contrário à redução dos tópicos negativos a casos de *stripping*. Seria necessário demonstrar a existência de evidência independente de que a elipse é incapaz de operar sobre o primeiro conjunto de uma coordenação. A maior parte da literatura sobre os processos de elipse assume (ao menos implicitamente) que esta operação só pode se aplicar ao segundo conjunto de uma coordenação, mas não ao primeiro. Os dados das línguas, entretanto, apresentam evidências ambíguas. Por exemplo, os contrastes em (112) mostram que o fenômeno de elipse conhecido como *gapping* só pode ocorrer no segundo conjunto de uma coordenação, mas nunca no primeiro.

(112) a. John gave Mary a flower and Bill ___ Sue ___. (Repp 2009: 6)

b. *John ___ Mary ___ and Bill gave Sue a flower.

‘John deu uma flor a Mary e Bill deu uma flor a Sue’

c. João deu um flor a Maria; e Pedro, a Lúcia.

d. *João, a Maria, e Pedro deu uma flor a Lúcia.

Por outro lado, línguas de núcleo final, como japonês e coreano, comportam-se de maneira oposta: *gapping* ocorre apenas no primeiro conjunto, como no exemplo em (113).⁵³

(113) John-i Mary-eykey kkoch-ul ___ kuliko Bill-i Sue-eykey Chayk-ul cwuessta.

J-non M-acc flower-acc gave and B-non S-acc book-acc gave

(Repp 2009: 6)

Esses dados indicam que o domínio de aplicação da operação de elipse pode estar sujeito também ao parâmetro da ordem. Considerando que o PB é uma língua de núcleo inicial, esses dados de elipse no primeiro conjunto, em línguas de núcleo final, não são necessariamente um contra-argumento à concepção mais estrita de *stripping*.

De modo semelhante, os contrastes em (114) mostram que os fenômenos de *sluicing* são

⁵³ Por outro lado, línguas de núcleo final, mas que apresentam a ordem V2, como alemão e holandês, comportam-se como as línguas de núcleo inicial, com *gapping* se aplicando apenas ao segundo conjunto, como em (i).

(i) John gab Mary eine Blume und Bill ___ Sue ein Buch
J. gave M. a flower and B. ___ S. a book

(Repp 2009: 5-6).

marginais quando ocorrem no primeiro conjunto.

(114) a. Somebody just left. Guess who _____. (Ross 1969)

b. ?? Guess who _____. Somebody just left.

c. Peter was talking with someone, *but (with) who* _____?

d. *With who _____?, (but) Peter was talking with someone.

e. They want hire someone who speaks a Balkan language, but I don't remember which _____. (Merchant 2004: 705)

f. ?? I don't remember which _____, but they want hire someone who speaks a Balkan language.

Note-se, porém, que a versão de (114f) no PB é aceitável, como mostra (115).

(115) Eu não lembro quem _____, mas eles querem contratar alguém que fala uma língua eslava.

Por outro lado, os casos de *right node raising* (RNR), exemplificados em (116), se definem exatamente por apresentar uma lacuna no primeiro conjunto — embora muitas análises sobre esse fenômeno rejeitem a ideia de que RNR seja derivado por elipse (cf. Larson 2011).

(116) a. Ivan bought _____ and Ivy read the short stories.

b. Ivan didn't buy _____ and Ivy didn't read any newspapers.

(Larson 2011)

Já nos casos de elipse de VP, os exemplos em (117) mostram que a elipse tem um status pior quando precede a sentença em que a elipse não ocorre, entretanto, estes não podem ser computados em termos de primeiro ou segundo conjunto, pois envolvem subordinação ao invés de coordenação. Em casos em que há, de fato, uma coordenação, como em (118), a elipse do VP pode ocorrer no primeiro ou no segundo conjunto.

(117) a. Alice called Pat an idiot after Kim did _____. (Aelbrecht 2010: 11)

b. ? Alice did _____ after Kim did called Pat an idiot.

‘Alice called Pat an idiot after Kim called Pat an idiot’

(118) a. I can _____ and I will win the race this year.

b. I can win the race this year and I will _____.

Embora esses dados não forneçam evidência forte em favor da possibilidade de que a elipse que gera *stripping* seja aplicável ao primeiro conjunto de uma coordenação, eles também não permitem a conclusão esta seja **restrita** ao segundo conjunto. Não havendo uma restrição clara a essa aplicação, a hipótese de que (105), (106), (107), (109) e (110) resultem de uma estrutura coordenada devem ser considerados ao lado da hipótese de que tais exemplos sejam casos de adjacência entre um fragmento de sentença e uma sentença completa.

Estendendo para os casos de tópicos negativos a análise de Depiante (2000) para *stripping*, os exemplos com o padrão [Neg X] em (105), (106), (107) e (109) teriam as estruturas representadas em (119) e (120), com a elipse se aplicando à primeira sentença ao invés de à segundo.

(119) Tópicos negativos com padrão [Neg X] como casos de elipse: inglês

a. **Not** a car, he bought a motorcycle.

b. [_{FP} [**not** a car]_I [_{IP} ~~he bought~~ [~~not a car~~]₊]], he bought a motorcycle.

c. **Not** incompetent, he is lazy.

d. [_{FP} [**not** incompetent]_I [_{IP} ~~he is~~ [~~not incompetent~~]₊]], he is lazy.

e. **Not** from the general, the orders came from the president.

f. [_{FP} [**not** from the general]_I [_{IP} ~~the orders came~~ [~~not from the general~~]₊]], they orders came from the president.

(120) Tópicos negativos com padrão [Neg X] como casos de elipse: PB

- a. *Não um carro*, ele comprou uma moto.
- b. [_{FP} [**não** um carro]₁ [_{IP} ~~ele comprou~~ [~~não uma carro~~₊]], ele comprou uma moto
- c. *Não incompetente*, ele é preguiçoso.
- d. [_{FP} [**não** incompetente]₁ [_{IP} ~~ele é~~ [~~não incompetente~~₊]]], ele é incompetente.
- e. *Não do general*, (as ordens) vieram do presidente.
- f. [_{FP} [**não** do general]₁ [_{IP} ~~as ordens vieram~~ [~~não do general~~₊]]], as ordens vieram do presidente.

Uma vez que adotamos anteriormente a mesma análise — baseada em Depiante (2000) — para os casos de *stripping* e para os de fragmentos com formato [Neg X] (cf. 3.4.2 e 3.4.1, respectivamente), a adoção da mesma análise para os tópicos negativos fornece uma generalização a respeito dos três fenômenos de negação contrastiva.

Resta definir qual seria a estrutura subjacente aos casos de tópicos negativos com formato [X Neg].

Uma vez que assumimos que os tópicos negativos com formato [Neg X] são um subtipo dos processos de elipse que geram o *stripping*, os casos de tópicos negativos com formato [X Neg] deveriam, em princípio, receber uma análise equivalente, ou seja, a mesma análise aplicada aos casos de pseudo-*stripping* — mas novamente com a elipse se aplicando ao primeiro conjunto ao invés de ao segundo.

O leitor deve lembrar, porém, que, ao contrário dos casos de *stripping*, para os quais assumi a análise de Depiante (2000) (cf. seção 3.4.2), uma derivação adequada para os casos de pseudo-*stripping* e mesmo de fragmentos negativos com [X Neg] ainda está em aberto. Nas seções anteriores, rejeitei tanto a análise de Vicente (2006) (que propõe movimento do XP para o especificador de TopP imediatamente acima da projeção de negação sentencial gerada entre TopP e FocP) quanto a análise de Depiante (2000) (baseada em movimento do XP para F(oc)P ou TopP).

Discutirei, na próxima subseção (3.4.4), um quarto e último contexto em que a negação de constituintes é possível.

3.4.4. Coordenações corretivas

Nas subseções anteriores, discuti casos de negação de constituintes com o formato [Neg X] e [X Neg] que envolviam ou fragmentos de sentença ou posições sentenciais periféricas, pré-sentenciais ou pós-sentenciais.

É importante notar que os casos de *bare argument ellipsis* podem, em certo sentido, ser considerados como fragmentos de sentença se considerarmos apenas o segundo conjunto independentemente do primeiro, pois o remanescente negado é um fragmento da segunda sentença, que sofre um processo de elipse. Quanto aos casos de negação de constituintes em posição pré-sentencia (os tópicos negativos), estes não podem ser considerados simples fragmentos de sentenças, mas que ocorrem em uma posição periférica e relativamente independente da estrutura sentencial. Em outras palavras, todos os contextos examinados até aqui envolvem, de algum modo, uma posição periférica, quase extra-sentencial.

Uma análise mais completa sobre a distribuição da negação de constituintes no PB requer necessariamente o exame de mais um contexto em que tal negação é possível, mas que difere dos demais quanto à posição em que ocorre em relação à sentença e ao grau de integração do constituinte negado à estrutura sentencial. Nesta subseção, discuto casos de negação de constituintes que podem (embora não precisem) ocorrer em posição **medial** da sentença, exercendo uma função sintática nuclear.

Uma das características que diferenciam as *coordenações corretivas* dos casos discutidos anteriormente nesta seção (fragmentos negativos, *bare argument ellipsis* e tópicos negativos) é o fato de que as duas informações ou valores exigidos na relação de contraste são oferecidos na própria sentença, o que faz com que tais casos apresentem um grau mais elevado de independência em relação ao contexto discurso.

Como apontei antes, os fragmentos negativos e os tópicos negativos precisam ser licenciados por um contexto discursivo anterior em relação ao qual essas negativas se comportam como réplicas. Já nos casos de *bare argument ellipsis*, é o primeiro conjunto do enunciado em que a sentença elíptica aparece que fornece o contexto necessário para o efeito contrastivo que tais estruturas apresentam. Nas coordenações corretivas, por outro lado, esse contraste é oferecido pelos dois conjuntos de uma coordenação, mas essa coordenação ocorre em uma mesma sentença e envolve constituintes não-oracionais. Vamos aos exemplos.

Há duas configurações em que as coordenações corretivas podem ocorrer em função da posição em que o marcador negativo ocorre (i.e. no primeiro ou no segundo conjunto). A primeira configuração é [Neg XP, Conj YP], como nos exemplos em (121); e a segunda é [YP, Neg YP], como em (122).⁵⁴

- (121) a. João deu para Maria **não** um livro, mas um DVD.
 b. João deu **não** um livro, mas um DVD para Maria.
 c. Eu viajei **não** para Salvador, mas para Recife nas férias.
 d. Eu votei **não** em João, mas em Maria para presidente.
 e. Ele chegou **não** depois, mas junto com o concorrente.
 f. A empresa deve se expandir **não** nacional(mente), mas internacionalmente para sobreviver.
 g. Essa condição é **não** (só) necessária, mas suficiente para a vitória.
 h. Essa substância é **não** (só) prejudicial, mas mortal para as plantas.
 i. Eu viajei **não** de, mas para São Paulo.
- (122) a. João deu para Maria um livro, (mas/e) **não** um DVD.
 b. João deu um livro, **não** um DVD para Maria.
 c. Eu viajei para Salvador, **não** para Recife nas férias.
 d. Eu votei em João, **não** em Maria para presidente.
 e. Ele chegou depois, **não** junto com o concorrente.
 f. A empresa deve se expandir nacional(mente), **não** internacionalmente para sobreviver.
 g. Essa condição é necessária, mas **não** suficiente para a vitória
 h. Essa substância é prejudicial, mas **não** mortal para as plantas
 i. Eu viajei de, **não** para São Paulo.

Exemplos como (121a) e (122a), em que as sequências [Neg XP, mas YP] [XP, Neg YP] ocorrem ao final da sentença, podem ser considerados ambíguos entre coordenações de constituintes não-oracionais ou coordenações de sentenças, mas os demais casos em que essas sequências ocorrem em posição medial só podem ser interpretadas como casos de

⁵⁴ A fórmula mais adequada para descrever essas sentenças talvez seja [Neg XP [Conj YP]] e [XP [Neg YP]].

coordenação de constituintes não-oracionais.

Neste ponto, adoto a mesma posição que Toosarvandani (2011), a qual diferencia a coordenação de sentenças e a coordenação de não-sentenças em função do tipo de negação em jogo. A autora defende que sentenças como (123a), que envolvem **negação sentencial**, devem ser tratadas como coordenação de constituintes oracionais, com elipse do segundo conjunto (como em *stripping*), seguindo a análise defendida por vários autores (cf. Vicente 2010); mas que sentenças como (123b), que envolvem claramente negação de constituinte, com o marcador *not* modificando o DP *chard*, devem ser considerados casos de coordenação de constituintes não-oracionais (neste caso específico, coordenações de DPs). As representações dadas por Toosarvandani (2011) para (123a) e (123b) são apresentadas em (124a) e (124b), respectivamente.

(123) a. Max does **not** eat chard, but spinach.

b. Max eats **not** chard but spinach.

(124) a.

b.

(Toosarvandani 2011).

É importante notar que os casos em (121) e (122) envolvem não apenas coordenação de DPs, mas também de PPs (cf. as versões (c), (d) e (e) de (121) e (122)), e de AdvPs e de Aps (cf. a versão (f) e (g) de (121) e (122)), assim como ocorre com os demais casos de negação contrastiva de constituintes discutidos ao longo desta seção 3.4. Por outro lado, as coordenações corretivas parecem ser mais permissivas dos que os três outros fenômenos por permitir, inclusive, a coordenação de itens lexicais, como no caso da negação e coordenação das preposições *de* e *para* em (121h) e (122h), que compartilham o mesmo complemento.

Mas o mais importante para a discussão deste capítulo é a posição que o marcador negativo pode ocupar em dados como os de (121) e (122). Nos exemplos dados, podemos ver que o marcador negativo se coloca imediatamente à esquerda do constituinte negado, seguindo o padrão *default* para a negação no PB: [Neg X]. Exemplos apresentados anteriormente, na seção 3.1, mostram que, em outras línguas, também os padrões [Neg X Neg] e [X Neg] podem ocorrer nesse tipo de dado. O exemplo (12b), repetido aqui em (125), revela que, em turco, o padrão [X Neg] é possível em construções equivalentes às coordenações corretivas. Semelhantemente, o exemplo em (14b), repetido aqui em (126), mostra que, em africâner, o padrão [Neg X Neg] é possível nesse tipo de contexto.

(125) Turco

(ben) [*bugiın is-e **degil** maç-a*] git-ti-m. (Kornfilt 1997:126)

I today trabalho-DAT NEG.COP match-DAT go-PAST-1SG

‘Eu fui *não ao trabalho, mas ao jogo* hoje’

(126) Africâner

[***Nie** die geld **nie**, maar die tyd*] pla hom. (Biberauer & Cyrino 2009: 4)

not the money NEG but the time worry him

‘Not the MONEY, but the TIME worries him’

‘(O que) me preocupa é não o dinheiro, mas o tempo’ (ou ‘Preocupa-me não o dinheiro, mas o tempo’)

Entretanto, as sentenças em (127) e (128), abaixo, apontam que as coordenações

corretivas do PB oferecem resistência ao padrão [X Neg]. A aceitabilidade das sentenças cai quando o marcador negativo é posicionado à direita do constituinte negado, seja à direita do constituinte do primeiro conjunto seja à direita do constituinte do segundo conjunto.

- (127) a. */??João deu para Maria *um livro não, mas um DVD*.
 b. */??João deu *um livro não, mas um DVD* para Maria.
 c. */??Eu viajei *para Salvador não, mas para Recife* nas férias.
 d. */??Eu votei *em João não, mas em Maria* para presidente.
 e. */??Ele chegou *depois não, mas junto com* o concorrente.
 f. */??A empresa deve se expandir *nacional(mente) não, mas internacionalmente* para sobreviver.
 g. */? Essa condição é *necessária não, mas suficiente* para a vitória.
 h. */? Essa substância é *prejudicial não, mas mortal* para as plantas.
 i. */??Eu viajei *de não, mas para* São Paulo.

- (128) a. ? João deu para Maria *um livro, um DVD não*.
 b. */? João deu *um livro, um DVD não* para Maria.
 c. */? Eu viajei *para Salvador, para Recife não* nas férias.
 d. */? Eu votei *em João, em Maria não* para presidente.
 e. */?? Ele chegou *depois, junto com não* o concorrente.
 f. */?? A empresa deve se expandir *nacional(mente), internacionalmente não* para sobreviver.
 g. */? Essa condição é *necessária, mas suficiente não* para a vitória.
 h. */? Essa substância é *prejudicial, mas mortal não* para as plantas.
 i. */?? Eu viajei *de, para não* São Paulo.

Note-se que algumas dessas sentenças podem soar mais aceitáveis justamente por receberem uma interpretação estrutural diferente da interpretação da sentença correspondente em (121) e (122). A sentença (127a), por exemplo, pode receber uma interpretação de coordenação sentencial, em que o primeiro conjunto tem o padrão [VP Neg] e o segundo conjunto, ou seja, a sequência “*mas um DVD*” corresponde ao remanescente de uma sentença sofreu *stripping*. Também a sentença (128a) pode ser interpretada como um caso de

coordenação de sentenças, com o segundo conjunto, ou seja, a sequência “*um DVD não*”, correspondendo ao remanescente de um caso de *pseudo-stripping*.

O decréscimo da aceitabilidade dessas sentenças quando o marcador negativo ocorre à direita é inesperado devido ao fato de que todos os demais casos de negação de constituintes (com função contrastiva) discutidos anteriormente aceitam o padrão [X Neg] normalmente.

A inaceitabilidade de [X Neg] nesses contextos é também um contra-argumento adicional à análise de que os casos de negação de constituinte com esse formato são derivados pela adjunção do marcador negativo à direita do elemento negado, que foi uma das possíveis análises que listei na seção 3.3 (cf. (50c)) e rejeitei na mesma seção e também em 3.4.1 e 3.4.2. A análise previa que, se os casos de [Neg X] podem ser analisados como adjunção (à esquerda) da negação ao constituinte negado (especialmente nos casos de *stripping*, como defendido por Depiante (2000)), então os casos de [X Neg] no PB poderiam ser analisados como resultado de uma opção paramétrica que permitisse a adjunção da negação à direita. Essa solução faz a previsão incorreta de que o padrão [X Neg] deveria ser aceitável em contextos de coordenação corretiva, pois não há como bloquear a adjunção da negação ao DP (ou ao PP ou AP etc) simplesmente por este ocorrer em uma coordenação de DPs.

Uma análise adequada para a alternância entre [Neg X] e [X Neg] no PB deve ser capaz de oferecer alguma pista para essa assimetria na distribuição dos dois padrões, com a forma *default* de negação [Neg X] podendo ocorrer indistintamente em fragmentos de sentença (cf. 3.4.1), em posições periféricas da sentença (cf. 3.4.2 e 3.4.3) e em posição medial, mas a forma [X Neg] sendo restrita aos dois primeiros contextos e ao caso de *slogans* negativos (em que, por outro lado, [Neg X] não é aceitável). Na próxima seção, apresento uma análise para tentar dar conta dos casos de negação de constituinte com o formato [X Neg].

3.5. A categoria AstP e a negação (contrastiva) de constituintes

Nesta seção, ofereço uma proposta de análise para os dados de negação de constituintes com o formato [X Neg] no PB. A seção está dividida em três subseções. Na primeira, 3.5.1, apresento a análise. Na segunda, 3.5.2, apresento argumentos do PB e de outras línguas que servem de evidência para a análise defendida. Na terceira, 3.5.3, discuto brevemente uma possível consequência desta análise para a relação entre a negação sentencial e a negação de

constituintes como o padrão pós-X(P).

3.5.1. Uma análise para a negação de constituintes

Ao longo deste capítulo, examinei o comportamento da negação de constituintes em seis contextos, listados abaixo em (129), mais especificamente, a aceitabilidades dos padrões [Neg X], [Neg X Neg] e [X Neg] nesses seis contextos.

(129) a. Negação de itens lexicais

b. *Slogans* de rejeição

c. Fragmentos negativos

d. *Bare argument ellipsis*

e. Tópicos negativos

f. Coordenações corretivas

Vimos que, no PB, nenhum dos padrões negativos ocorre em todos os contextos. Por outro lado, os padrões não apresentam um comportamento de distribuição complementar, mas uma sobreposição parcial entre a distribuição de cada padrão.

O **padrão [Neg X]**, em que o marcador negativo ocorre à esquerda do item negado, é possível nos contextos (i) de negação de itens lexicais, (ii) nos fragmentos de sentença usados como réplicas, (iii) em casos de *bare argument ellipsis* (em que recebe o rótulo de *stripping*), (iv) de tópicos negativos e (v) em coordenações de constituintes. Destes, é importante enfatizar que [Neg X] é a forma exclusiva de negação em dois deles, o primeiro e o quinto. Por outro lado, mesmo nos casos de fragmentos negativos, *bare argument ellipsis* e de tópicos negativos, para muitos falantes, [Neg X] não é o padrão preferido. Já em slogans, esse padrão é bastante marginal ou inaceitável.

Já o **padrão [X Neg]**, em que o marcador negativo ocorre à direita do elemento negado, é aceitável (i) em *slogans*, (ii) em fragmentos negativos, (iii) em *bare argument ellipsis* (recebendo o rótulo de *pseudo-stripping*), (iv) em tópicos negativos. Apenas no primeiro contexto, [X Neg] é a única opção. Nos outros três contextos, esse padrão alterna com [Neg X], mas é considerado como a forma preferencial por muitos falantes. [X Neg] é inaceitável em dois contextos, o de negação de itens lexicais e o de coordenações de constituintes.

Quanto ao **padrão [Neg X Neg]**, vimos ao longo do texto que, apesar de ser perfeitamente aceitável nos casos de negação sentencial, é completamente inaceitável como negação de constituintes não-sentenciais (e não-verbais).

O quadro 3.1, abaixo, resume as possibilidades de distribuição, no PB, desses três contextos.

Contextos	[Neg X]	[X Neg]	[Neg X Neg]
Negação de itens lexicais	OK	—	—
<i>Slogans</i> negativos	—	OK	—
Fragmentos de sentença	OK	OK	—
<i>Bare argument ellipsis</i>	OK	OK	—
Tópicos negativos	OK	OK	—
Coordenações corretivas	OK	—	—

Quadro 3.1: Distribuição dos padrões de negação de constituinte no PB

Para os casos de negação de itens lexicais, assumi a análise de que o padrão [Neg X] é gerado por um processo mais morfológico do que sintático, com o marcador negativo funcionando como um tipo de afixo (ou uma base em um processo de composição). A impossibilidade da ordem [X Neg] está, assim, relacionada à pouca mobilidade de afixos e similares nos processos de formação morfológica.

A questão central a ser respondida neste capítulo diz respeito ao fato de [Neg X] é disponível tanto em posições periféricas quanto mediais da sentença (i.e. pré- e pós-sentenciais), enquanto [X Neg] é aceitável apenas em posições periféricas.

Ao longo do capítulo, assumi, com Depiante (2000), que os casos de [Neg X] resultam de o marcador negativo modificar diretamente o constituinte negado em uma configuração de adjunção (à esquerda).

Para [X Neg], aponte na seção 3.3 três possíveis análises. A primeira, a de que o *não* tome o XP como complemento, mas em uma configuração de núcleo final, como na representação em (50a) e (130), foi excluída de antemão pois toda a literatura sobre o PB assume que esta língua é de núcleo inicial. A adoção desse tipo de análise, sem evidências adicionais independentes, traria, então, mais problemas do que explicações.⁵⁵

⁵⁵ Um outro argumento possível vem da proposta de Kayne (1994) de que as relações de ordem linear não são baseadas em parâmetros sintáticos, mas no modo como o componente fonológico lê as relações de hierarquia

(130) Negação de constituinte como [X Neg] com relação complemento-núcleo

A segunda opção é a de uma relação especificador-núcleo, como em (50b) e (131), com o elemento negado sendo gerado como especificador do núcleo negativo (ou mesmo resultando de movimento da posição de complemento para a de especificador do próprio núcleo negativo).

(131) Negação de constituinte como [X Neg] com relação especificador-núcleo

Já a terceira opção é equivalente à adotada para os casos de [X Neg], ou seja, o marcador negativo seria um adjunto do elemento negado, mas à sua direita, como em (50c), repetido em (132), ao invés de à esquerda.

(132) Negação de constituinte como [X Neg] com relação de adjunção à direita

A análise de adjunção tem a vantagem adicional de propiciar uma uniformidade com a análise adotada para [Neg X]. Entretanto, tanto a análise de adjunção quanto a de

e c-comando entre os constituintes. De acordo, então, com o *Linear Correspondence Axiom* (LCA), a precedência linear resulta das relações de c-comando (assimétrico) de modo que o núcleo sempre precede seu complemento.

especificação têm como problema o fato de que fazem a previsão incorreta de que [X Neg] deveria ser aceitável em todos os contextos.⁵⁶ A inaceitabilidade de [X Neg] em coordenações de constituintes é problemática para as duas análises. Uma vez que a adjunção da negação à esquerda (em [Neg X]) é possível nesse contexto, a adjunção à direita também deveria ser possível. Não há razões claras para uma estrutura de coordenação de constituintes interferir na posição do adjunto dos elementos coordenados. Quanto à relação especificador-núcleo, também não há razões para que o constituinte representado em (131) ocorra como argumento de uma estrutura de coordenação, uma vez que, como apontado em 3.2, a literatura assume que a categoria negativa não interfere nas relações de seleção.

A proposta alternativa que ofereço aqui é relativamente simples. Nos capítulos anteriores, propus que os casos de negação sentencial com um marcador negativo em posição final são derivadas pelo movimento de toda a sentença para uma categoria responsável por negação (e afirmação/confirmação) anafórica gerada no sistema CP. Nessa perspectiva, o especificador de AstP pode aceitar (i) um argumento (proposicional) nulo ou (ii) um constituinte sentencial efetivamente realizada. Em línguas como o inglês, apenas argumentos nulos podem ocorrer nesta posição. No PB, tanto argumentos proposicionais nulos como constituinte sentenciais podem aparecer nesta posição.

Neste capítulo, proponho que o especificador de AstP também pode ser preenchido por constituintes não-sentenciais como DPs, PP, APs e AdvPs. De acordo com essa análise, os casos de fragmentos negativos e de pseudo-*stripping* com formato [X Neg] são derivados pelo movimento do XP (não negativo) da posição de base para a posição de especificador de AstP, como nas representações em (133) e (134). A esse movimento se seguiria um apagamento de toda a sentença, seguindo as linhas da análise de apagamento de TP proposta por Depiante (2000), Merchant (2003, 2004, 2009), Vicente (2006) entre outros.⁵⁷

(133) [X Neg] em fragmentos negativos: movimento para Spec,AstP

Contexto: “Você encontrou João na festa ontem? {

a. João **não**.

b. [_{AstP} [_{DP} João]_i [_{Ast'} não [_{CP/TP} ~~eu encontrei~~ [_{VP} ... [_{DP} João]_i ontem na festa]]]]

⁵⁶ Ou, pelo menos, em todos os contextos com a exceção do de negação de itens lexicais.

⁵⁷ O apagamento pode corresponder a todo o TP/IP ou mesmo a alguma estrutura superior, como, por exemplo, toda a estrutura que funciona como complemento do núcleo Ast^o (por exemplo, tópicos e focos). O ponto importante é que todo o material que segue o núcleo de AstP seja apagado.

c. Na festa **não**.

d. [_{AstP} [_{PP} na festa]_i [_{Ast'} não [_{CP/TP} ~~eu encontrei~~ [_{VP} ... João ontem [_{PP} na festa]_i]]]

e. Ontem **não**.

f. [_{AstP} [_{PP} ontem]_i [_{Ast'} não [_{CP/TP} ~~eu encontrei~~ [_{VP} ... João [_{PP} ontem]_i na festa]]]

(134) [X Neg] em pseudo-*stripping*: movimento para Spec,AstP

a. João leu D. Quixote, (mas) *Maria não*.

b. [_{AstP} [_{DP} Maria]_i [_{Ast'} não [_{CP/TP} [_{DP} ~~Maria~~] leu [_{VP} ... D. Quixote]]]

c. João leu D. Quixote, (mas) *Hamlet não*.

d. [_{AstP} [_{DP} Hamlet]_i [_{Ast'} não [_{CP/TP} ~~João leu~~ [_{VP} ... [_{DP} Hamlet]]]]

e. João viajou para Salvador, (mas) *para Recife não*.

f. [_{AstP} [_{AP} para Recife]_i [_{Ast'} não [_{CP/TP} ~~João viajou~~ [_{VP} ... [_{PP} para Recife]]]]

g. Ele é preguiçoso, *incompetente não*.

h. [_{AstP} [_{AP} incompetente]_i [_{Ast'} não [_{CP/TP} ~~João é~~ [_{VP} ... [_{AP} incompetente]]]]

O caso dos tópicos negativos (com o formato [X Neg]) é menos claro, pois eles podem, em princípio, corresponder a duas estruturas. A primeira opção é que eles tenham uma estrutura bi-oracional, assim como assumi para os tópicos com [Neg X]. Nesse caso, os tópicos negativos teriam a mesma derivação que os casos de fragmentos negativos e de pseudo-*stripping*, com a diferença de que seriam seguidos (ao invés de precedidos) por uma sentença que contém um elemento que contrasta com o remanescente negado na sentença elíptica anterior.

A segunda opção é que os tópicos negativos correspondam a estrutura mono-oracionais, com o elemento negado sendo gerado diretamente o especificador de AstP, como nas representações em (135), ao invés de ser movido para esta posição.⁵⁸

⁵⁸ Note-se que, de acordo com essa implementação, os tópicos negativos não envolveriam a operação de elipse.

(135) Tópicos negativos com padrão [X Neg] como mono-oracionais

- a. *Um carro não*, ele comprou uma moto.
- b. $[_{AstP} [_{DP} \text{um carro}]_1 [_{Ast^o} \text{ não } [_{CP/TP} \text{ ele comprou } [_{VP} \dots [_{DP} \text{ uma moto}]_2]]]]$
- c. *Incompetente não*, ele é preguiçoso.
- d. $[_{AstP} [_{AP} \text{ incompetente}]_1 [_{Ast^o} \text{ não } [_{CP/TP} \text{ ele é } [_{VP} \dots [_{AP} \text{ preguiçoso}]_2]]]]$
- e. *Do general não*, as ordens vieram do presidente.
- f. $[_{AstP} [_{PP} \text{ do general}]_1 [_{Ast^o} \text{ não } [_{CP/TP} \text{ as ordens vieram } [_{VP} \dots [_{PP} \text{ do presidente}]_2]]]]$

O último contexto em que [X Neg] é aceitável é o caso de *slogans* negativos usados como fórmulas de rejeição. Esses casos diferem dos de fragmentos, pseudo-*stripping* e tópicos negativos por envolverem apenas DPs (e não outras categorias como AP, PPs etc), por esses DPs serem sempre formas nuas, despidas de determinantes e por não envolverem necessariamente uma estrutura sentencial completa subjacente. É possível analisar os casos de *slogans* negativos envolvendo apenas a categoria AstP tendo o DP nu como seu argumento, sem ligação com nenhuma sentença como complemento de Ast^o, como nas representações em (136).

- (136) a. CPMF **não**!
- b. Preconceito **não**!
- c. Aborto **não**!
- d. Racismo **não**!
- e. $[_{AstP} [_{DP/NP} \{ \text{CPMF/preconceito/aborto/racismo} \}] [_{Ast^o} \text{ não }]]$

Os casos de fragmentos negativos, pseudo-*stripping* e tópicos negativos envolvem, claramente, um tipo de negação anafórica. Semelhantemente aos casos de negação sentencial com o *não* pós-VP, esses dados requerem que o elemento negado tenha sido previamente ativado no discurso explicitamente ou tenha sido colocado à disposição implicitamente, pelo contexto discursivo e/ou situacional. Os dados de *slogans* negativos diferem ligeiramente dos outros por não necessitarem de uma situação discursiva para serem licenciados. Ainda assim,

os *slogans* negativos simulam uma situação de negação anafórica, pois eles funcionam como respostas padronizadas a certos temas, questões ou perguntas que são levantadas no debate (social, cultural ou político) público. Por esse motivo, é possível considerar que a negação de constituintes com o formato [X Neg] representa um tipo de negação anafórica e, portanto, é derivada pela ativação da categoria AstP.

Isso significa que o marcador negativo que aparece em negação de constituinte com formato [Neg X] é equivalente ao marcador negativo pré-verbal núcleo de NegP, mas o marcador que ocorre em [X Neg] é um item lexical distinto, mais especificamente ele é equivalente ao núcleo de AstP. Em outras palavras, o marcador negativo do padrão [Neg X] é equivalente ao *not*, enquanto o marcador de [X Neg] equivale a *no* do inglês.

Essa análise também implica que os dados de [X Neg], no PB, são casos reais de negação de constituintes não-oracionais ao contrário do que propuseram as análises de Depiante (2000) e Vicente (2006) para o espanhol, segundo os quais [X Neg] resulta de uma estrutura de negação sentencial. Por falar em espanhol, assumo que a análise apresentada aqui é aplicável também aos casos de pseudo-*stripping* examinados por Depiante (2000) e os casos de fragmentos negativos com formato [X Neg] do espanhol.

De acordo com essa análise, a ausência de [X Neg] em posição medial de sentença, como em coordenações de constituintes, decorre naturalmente do fato de que, nesses casos, não houve movimento do elemento negado para a periferia esquerda da sentença para alcançar o especificador de AstP. Disso também resulta o fato de que, nesse tipo de contexto, é necessário apresentar explicitamente, dentro da sentença, o elemento não-negativo que se opõe ao elemento negado como a informação correta a preencher a função sintática ou papel temático em jogo. Sentenças como (137), com negação de constituinte em posição intermediária — com o padrão [Neg X] —, sem coordenação, são inaceitáveis, pois o padrão [Neg X] não fornece a ligação anafórica que poderia licenciar esse tipo de negação.

(137) a. #/*João deu para Maria **não** um livro.

b. #/*João deu **não** um livro para Maria.

c. #/*Eu viajei **não** para Salvador nas férias.

d. #/*Eu votei **não** em João para presidente.

e. #/*Ele chegou **não** depois do concorrente.⁵⁹

f. #/*A empresa deve se expandir **não** nacionalmente para sobreviver.

⁵⁹ Compare-se o exemplo (137e) com “Ele chegou **não** muito depois do concorrente”, em que não modificaria o item lexical muito como um elemento quase-afixal (cf. 3.2).

Há apenas duas alternativas para salvar sentenças com essa derivação. A primeira é mover todo o constituinte negado, junto com a negação, para uma posição de tópico (ou foco) em CP. Dessa posição, o elemento negado pode se opor a um elemento semelhante em uma sentença contextual. Dessa estrutura resultam os casos de fragmentos negativos e de *stripping*, após o apagamento do TP. A segunda alternativa é encaixar o constituinte [Neg X] em uma estrutura de coordenação em que um elemento contrastivo aparece como segundo argumento da coordenação.

Antes de prosseguir, é preciso chamar atenção para um fato. De acordo com essa análise, os casos de pseudo-*stripping* em que o remanescente corresponde ao sujeito sentencial são, na verdade, ambíguos entre duas estruturas, a saber, uma derivação em que o sujeito tenha sido movido para o especificador de AstP, seguido pelo apagamento de toda a sentença, como em (138b); e uma derivação em que o sujeito permanece em sua posição interna ao IP, como o apagamento do TP, com preservação do núcleo de NegP gerado acima de TP, como em (138c). Esta última é, por exemplo, a análise apresentada por Miotto (1992) para os casos de elipse de TP. Uma vez que, no PB, o marcador anafórico de AstP e o marcador sentencial *num/não* são foneticamente idênticos⁶⁰, a princípio não há como identificar qual das duas derivações estaria em jogo.

(138) a. João leu D. Quixote, (mas) *Maria não*.

b. [_{AstP} [_{DP} Maria]_i [_{Ast'} não [_{CP/TP} [_{DP} Maria] leu [_{VP} ... D. Quixote]]]]

c. [_{CP} [_{IP/NegP} [_{DP} Maria]_i [_{Neg°} não [_{TP} [_{T'} leu [_{VP} ... D. Quixote]]]]]]

Na próxima subseção, apresento três/quatro argumentos em defesa dessa proposta de análise dos casos de [X Neg].

3.5.2. Evidência em favor da ativação de AstP em [X Neg]

A essência da análise defendida neste capítulo é que os padrões [Neg X] e [X Neg] utilizam diferentes itens lexicais, diferentes marcadores negativos, que correspondem, nos

⁶⁰ Isto é, quando o núcleo de NegP não ocorre adjacente ao núcleo verbal/flexional ao qual se cliticiza (cf. Namiuti 2008).

termos dessa tese, ao núcleo de NegP e ao núcleo de AstP, respectivamente. Nos termos de Laka (1990), eles envolvem o núcleo de Σ P e a partícula de resposta que pode ocorrer em C°. Nos termos de Farkas (2010), ao núcleo de Σ P (*inner polarity*) e o de PolP (*outer polarity*).

A dificuldade da análise resulta do fato de que estes dois tipos de marcadores apresentam a mesma forma lexical em português. Entretanto, há algumas evidências em favor dessa análise.

O primeiro tipo de evidência vem do próprio PB. No capítulo 2, mostrei que o quantificador *nada* pode ser usado como um tipo de marcador de negação enfática e anafórica com características semelhantes aos do *não* pós-VP. Argumentei também que o *nada*, como marcador enfático, estaria relacionado à posição de núcleo de AstP. Os contrastes entre os dados de (139) a (142) abaixo mostram que *nada* pode ser usado como negação de constituintes com a configuração [X Neg], especialmente em posição pré-sentencial (cf. (139)), mas a aceitabilidade cai bastante na configuração [Neg X] (cf. (140) e (142)). Em tópicos negativos, [X nada] é perfeitamente aceitável, como em (139), mas [X nada] é fortemente inaceitável, como (140).

- (139) a. *Um carro* {não / **nada**}, ele comprou uma moto.
 b. *Sofia* {não / **nada**}, eu convidei Penélope pra festa.
 c. *Incompetente* {não / **nada**}, ele é preguiçoso.
 d. *Do general* {não / **nada**}, as ordens para o lançamento vieram do presidente.

- (140) a. {Não / ??**nada**} *um carro*, ele comprou uma moto.
 b. {Não / ??**nada**} *Sofia*, eu convidei Penélope pra festa.
 c. {Não / ??**nada**} *incompetente*, ele é preguiçoso.
 d. {Não / ??/***nada**} *do general*, as ordens para o lançamento vieram do presidente.

Comportamento idêntico ocorre com *nada* em fragmentos negativos. [X nada] é aceitável, como em (141), mas [nada X] é inaceitável, como em (142).

- (141) A: Você encontrou João na festa ontem?
 a. João {não / **nada**}!
 b. Na festa {não / **nada**}!
 c. Ontem {não / **nada**}!

(142) A: Você encontrou João na festa ontem?

- a. {Não / ??/***nada**} João!
- b. {Não / ??/***nada**} na festa!
- c. {Não / ??/***nada**} ontem!

Em *bare argument elipsis*, a aceitabilidade do *nada* enfático é menor, provavelmente devido a um requerimento adicional de que esse marcador deve ocorrer como réplica. Dessa forma, [X nada] é marginal como *pseudo-stripping*, como em (143), mas ainda assim a aceitabilidade é ainda pior com o padrão [nada X], como em (144).

(143) a. Ele comprou uma moto, *um carro* {não / ?**nada**}.

b. Eu convidei Penélope pra festa, *Sofia* {não / ?**nada**}.

c. Ele é preguiçoso, *incompetente* {não / ?**nada**}.

d. As ordens para o lançamento vieram do presidente, do general {não / ?**nada**}.

(144) a. Ele comprou uma moto, {não / ***nada**} *um carro*.

b. Eu convidei Penélope pra festa, {não / ***nada**} *Sofia*.

c. Ele é preguiçoso, {não / ***nada**} *incompetente*.

d. As ordens para o lançamento vieram do presidente, {não / ***nada**} do general.

O segundo argumento vem de línguas em que o marcador anafórico (equivalente a *no*) e o marcador sentencial (equivalente a *not*) correspondem a itens lexicais diferentes e em que, adicionalmente, há alternância entre os padrões [Neg X] e [X Neg].

Em francês, por exemplo, os casos de *stripping* são realizados através do marcador *pas*, que também é usado como marcador de negação sentencial, como se pode ver em (145). Por outro lado, os casos de *pseudo-stripping* em francês são inaceitáveis com *pas*. Estes ocorrem necessariamente com o marcador *non*, como em (146). O marcador *non* equivale ao *no* do inglês e alterna com a partícula positiva *oui* (equivalente a *yes* ou *sim*) na marcação de negação ou afirmação/confirmação anafórica.

- (145) Jean aime le chocolat, mais **pas** Marie.
 Jean like[3sg] the chocolate but not Marie
 ‘Jean gosta de chocolate, mas não Maria’
 (Morris 2008)

- (146) Jean aime le chocolat, mais Marie **non**.
 Jean like[3sg] the chocolate but Marie no
 ‘Jean gosta de chocolate, mas Maria não’
 (Morris 2008)

Nos casos de fragmentos negativos, apenas o padrão [X Neg] é permitido em francês e, neste caso, o marcador negativo usado deve ser *non* ao invés de *pas*, como mostram os exemplos em (147)

- (147) A: Jean aime le chocolat.
 a. B: Marie *non*.
 b. B: **Pas* Marie.

Também em casos de tópicos negativos com o formato [X Neg], o marcador negativo usado deve ser *non* ao invés de *pas*.

- (148) *Marie non*, elle n’aime pas le chocolat.

De modo semelhante, em italiano, os casos equivalentes a pseudo-*stripping* ocorrem necessariamente com o marcador *no* (equivalente ao *no* do inglês e ao *non* do francês) e são inaceitáveis com o marcador *non* (equivalente ao *not* do inglês ou, mais especificamente, ao *num/não* pré-verbal do PB).

- (149) Anna é partite, ma Ben {**no**/***non**}.
 (Merchant 2001: 21)

VP Neg] ou de [VP Neg] na negação sentencial?

A introdução de fatos sobre o francês e sobre o italiano (que ainda precisam ser mais bem examinados) na discussão traz luz sobre essa questão. Mais especificamente, é possível relacionar a disponibilidade de [(Neg) VP Neg] à natureza de um traço do tipo EPP responsável pelo preenchimento da posição de especificador de AstP. É possível identificar um padrão tipológico claro.

A princípio, todas as línguas que têm partículas responsivas do tipo *yes* e *no* podem usar esses elementos para replicar a uma proposição apresentada anteriormente, sem a necessidade de repeti-la. Em outras palavras, essas partículas podem retomar o elemento a que se referem na forma de um tipo de tópico nulo. Isso pode ser traduzido em termos de um tópico nulo ocupando a posição de especificador de AstP.

Dessa forma, todas as línguas podem preencher o especificador de AstP com um elemento nulo. Para algumas línguas, essa é a única opção disponível para o preenchimento de AstP. Esse é o caso, por exemplo, do inglês, em que a configuração [Y *no*] é inaceitável, seja Y um constituinte oracional ou não-oracional. Já línguas como o francês e o espanhol permitem, além do elemento nulo, que o especificador de AstP seja preenchido por elementos foneticamente realizados. Ambas as línguas permitem que constituintes não-oracionais sejam realizados nesta posição. Por último, temos o caso de línguas como o PB, que vão um passo além do francês e do espanhol e generalizam as possibilidades de preenchimento do especificador de AstP para permitir qualquer tipo de constituinte, inclusive os constituintes de natureza oracional. Nisso, o PB difere do francês e do espanhol, que são mais “conservadores” com relação ao preenchimento da posição. O quadro 2, abaixo, sintetiza essa proposta tipológica.

Tipo de preenchimento	Inglês	Espanhol	Francês	Português
Argumentos nulos	sim	sim	sim	sim
Constituintes não-oracionais	—	sim	sim	sim
Constituintes oracionais	—	—	—	sim

Quadro 3.2: Formas de preenchimento do especificador de AstP

Essa variação paramétrica no preenchimento do especificador de AstP pode ser vista como um padrão direcional com relação à mudança linguística. Uma hipótese plausível é que

uma língua como o inglês (em que *yes* e *no* só tomam como argumento um elemento nulo) não pode mudar diretamente para um padrão como o do português (como os marcadores *yes* e *no* passando a marcar negação/confirmação sentencial em posição final) sem passar por uma fase intermediária como a do espanhol e do francês (com *yes* e *no* marcando negação/confirmação de constituintes não-oracionais). Em outras palavras, a mudança linguística que permite o preenchimento do especificador de AstP por um constituinte não-oracional é uma pré-condição para a generalização que permite que Ast^o marque negação sentencial.⁶¹

Nessa perspectiva, a existência de [X Neg], mas não de [(Neg) VP Neg] em espanhol não é um fato aleatório ou acidental, mas resultado previsto pela tipologia das possibilidades de uso de partículas do tipo *yes/no*. Essa hipótese também dá conta do fato de que certos dialetos do espanhol no continente americano (cf. permitem o padrão [Neg VP Neg], com o marcador *no* co-ocorrendo em posição final de sentença).

Essa tipologia também faz a previsão de que uma língua em que partículas do tipo *yes/no* possam ser usadas em posição final de sentença também permite que essas mesmas partículas sejam usadas na negação/confirmação de constituintes não-sentenciais. Essa é uma previsão que precisa ser investigada translinguisticamente.

Essa hipótese tipológica, por outro lado, não diz respeito a todas as línguas que possuem negação de constituintes com o formato [X Neg] e/ou [Neg X Neg], pois línguas como o turco, o marati, o africâner e o hausa podem apresentar esse tipo de negação por outros processos, especialmente quando este for a única forma de negação de constituintes disponível na língua. Por exemplo, a negação do tipo [X Neg] em turco e em marati pode resultar de adjunção do marcador negativo à direita do elemento negado, hipótese descartada para os dados do PB.

3.6. Conclusões do capítulo

Neste capítulo, discuti processos morfossintáticos de negação de constituintes não-oracionais e não-verbais no PB em comparação com os de outras línguas. Vimos que, translinguisticamente, os padrões de negação de constituinte refletem as três possibilidades

⁶¹ Isso não implica, porém, uma previsão de que línguas como o espanhol e o francês irão, necessariamente, mudar para permitir a negação sentencial com [Neg VP Neg].

básicas de negação sentencial, com o marcador negativo se colocando (i) ou à esquerda do constituinte negado (ii) ou à direita (iii) ou simultaneamente à esquerda e à direita.

Vimos também que, no PB, apesar de o padrão [Neg X] ser o *default* e o único discutido na literatura sobre o tema, também existem contextos em que a negação de constituinte se realiza através do padrão [X Neg]. Esses são os casos de *slogans* negativos, de fragmentos de sentenças usados como respostas, de pseudo-*stripping* e de tópicos negativos. O que há de comum em todos esses casos é o fato de que o constituinte negado ocorre ou em posição isolada ou periférica em relação a uma sentença. Mostrei que o padrão [X Neg] é inaceitável quando o constituinte a ser negado ocorre em posição medial.

A partir desses dados, propus que a negação de constituintes não-oracionais com o padrão [X Neg], no PB, é gerada a partir da ativação da mesma categoria AstP em que é gerado o *não* pós-VP e o marcador *nada* nos casos de negação sentencial, com o movimento do constituinte a ser negado para a posição de especificador. Esse movimento seria dirigido pelo mesmo requerimento de anaforicidade a que estão sujeitas as negativas sentenciais com o padrão [Neg VP Neg], [VP Neg] e [TP/VP *nada*], o que explica por que esse tipo de negação de constituinte só ocorre em contextos chamados contrastivos: o elemento negado precisa estar disponível previamente na situação discursiva.

No próximo capítulo, tratarei de outro conjunto de sentenças que também envolvem o marcador negativo gerado na periferia esquerda da sentença, ao discutir o efeito que os marcadores pós-verbais têm sobre a interação de escopo na sentença.

4. Negação sentencial, adjuntos verbais e escopo negativo

Deixa aos loucos agirem sem fim e sem causa.

(Pitágoras)

Nos capítulos anteriores, propus que uma série de dados de sentenças caracterizadas pela presença de um elemento negativo em posição à direita do elemento negado (ou seja, na configuração [XP Neg]) poderia ser analisada como envolvendo (a) o marcador negativo gerado em uma posição de núcleo na periferia esquerda (b) mais o elemento negado movido para (ou gerado no) especificador da mesma categoria, em um processo semelhante ao que é assumido para as operações de topicalização e focalização de constituintes.

Os dados analisados até então podem ser agrupados em dois tipos: (i) os casos em que o elemento (movido e) negado é *toda a sentença*, ou seja, os casos de **negação sentencial** em que o marcador *não* ou *nada* ocorre em posição pós-VP ou pós-sentencial, como nos exemplos em (1); (ii) e os casos em que o elemento negado é um *constituente não-oracional* que ocorre em fragmentos sentenciais ou em uma posição periférica da sentença, ou seja, casos de **negação de constituintes**, com efeito de negação contrastiva, em que o elemento negado é gerado ou movido para a esquerda do marcador anafórico *não* ou o *nada*, como nos exemplos em (2).

- (1) a. (Num) assisti esse filme **não**.
b. Vou **nada**!

- (2) a. *Sofia não*, eu convidei Penélope.
b. *Sofia nada*, eu convidei Penélope.
c. *Incompetente não*, ele é preguiçoso.
d. *Incompetente nada*, ele é preguiçoso.

Tanto nos casos em (1) quanto em (2), o escopo negativo do marcador relacionado ao CP não se dá por uma relação de c-comando, por parte do marcador, sobre o elemento negado, mas pelo *merge* deste elemento (uma sentença inteira ou um constituinte não-oracional) no

especificador da categoria negativa pertencente ao CP¹, da mesma forma que um núcleo de tópico não atribui a interpretação de tópico ao constituinte c-comandado, mas àquele que está em seu especificador.

Neste capítulo, discutirei dados de negação sentencial que diferem dos tratados nos capítulos anteriores em dois aspectos. Primeiro, trata-se de casos em que a negação tem escopo, não sobre uma oração inteira nem sobre um constituinte de algum modo extra-sentencial, mas sobre partes distintas (e estruturalmente baixas) da oração. Ou seja, são dados que, do ponto de vista sintático, funcionam como negação sentencial, mas, semanticamente, como negação de constituintes ou de partes da proposição. Segundo, são dados em que a presença (adicional) do marcador negativo relacionado ao CP resulta em uma alteração — à primeira vista, imprevista — das relações de escopo negativo dentro de uma sentença.

Mais especificamente, neste capítulo analisarei dados de sentenças do PB e de outras línguas em que um marcador relacionado ao sistema IP (ou pré-I° ou pós-I°, mas necessariamente pré-VP) manifesta ambiguidade de escopo sobre a sentença, com as possibilidades de a negação recair ou sobre o predicado verbal ou sobre um adjunto, de modo semelhante ao que é descrito, em lógica, pelas *Leis de De Morgan* para os casos de coordenação. Mostrarei que, na literatura gerativista sobre o tema, essa ambiguidade semântica tem sido majoritariamente tratada como resultado de uma ambiguidade sintática nas relações de c-comando entre o marcador negativo pré-VP e o adjunto, que poderia, por hipótese, funcionar como modificador verbal ou sentencial.

Contra essa análise, tentarei argumentar que a variação nas relações de c-comando não é suficiente para dar conta das possibilidades de interpretação, uma vez que a ambiguidade permanece mesmo em casos em que não se pode assumir a existência de diferentes relações de c-comando, ou seja, em que a ambiguidade permanece mesmo quando há c-comando por parte do marcador negativo. Mostrarei também que a ambiguidade no escopo negativo não se dá apenas entre duas, mas entre três leituras alternativas (o que pode ser traduzido como a possibilidade de uma interpretação *exclusiva* ou *inclusiva* das Leis de De Morgan), algo que, em geral, não é levado em conta na literatura. Diante disso, concluo que o c-comando por parte da negação sentencial (pré-VP) é uma condição *necessária*, mas não *suficiente* para determinar as relações de escopo em jogo.

Adicionalmente, discuto dados em que a presença do marcador negativo pós-VP, em

¹ Note-se que, pela análise apresentada no capítulo 3, os constituintes negados em (2) não resultam de movimento a partir de uma posição interna à sentença, podendo ser gerados diretamente na posição em que se encontram, ou seja, no especificador de AstP, segundo a análise proposta.

línguas como o PB, afeta as relações de escopo negativo entre a negação pré-VP, o predicado e o adjunto, funcionando como uma espécie de *delimitador de escopo* (cf. Ouhalla 1997; Hagemeijer 2007; Hagemeijer & Santos 2003). Essa interferência é, à primeira vista, inesperada, uma vez que os fenômenos discutidos nos capítulos anteriores apontam que o escopo do marcador do sistema CP não é definido por c-comando, mas pelo movimento (e *merge*) de toda a sentença (no caso de negação sentencial), como um tipo de relação especificador-núcleo semelhante aos processos de topicalização e focalização.

Diante desse quadro, as duas perguntas principais deste capítulo são:

- (3) a. Como dar conta da ambiguidade de escopo de marcadores negativos pré-VP sobre o predicado verbal e os adjuntos verbais?
- b. Como dar conta do efeito de “delimitador de escopo” do *não* pós-VP em línguas como o PB?

A partir da proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) sobre a possibilidade de ausência de rotulação na adjunção, ofereço uma análise para responder a essas duas perguntas com base na ideia de que o rótulo torna o adjunto visível para o escopo negativo, em virtude de integrá-lo plenamente à estrutura sintática. Os casos em que o adjunto não pode cair sobre o escopo negativo são, de acordo com essa proposta, resultado da falta de integração do adjunto devido à ausência de rotulação.

O capítulo está organizado da seguinte maneira: na seção 4.1, apresento o fenômeno da ambiguidade da negação sentencial com adjuntos de certo tipo e os problemas que esta ambiguidade suscita para a análise de sentenças que manifestam apenas marcadores negativos em posição pré-VP, como em inglês e francês, e também de sentenças que apresentam adicionalmente marcadores relacionados pós-VP, como o PB e o são-tomense. Na seção 4.2, apresento e discuto análises prévias sobre a ambiguidade do escopo negativo, em especial as abordagens que derivam a ambiguidade de diferentes relações de c-comando. Na seção 4.3, discuto uma série de fenômenos que se mostram problemáticos para as análises que tentam derivar a ambiguidade de escopo de diferentes relações de c-comando definidas pela alternância na posição de geração do adjunto. Na seção 4.4, discuto a questão específica das línguas que permitem a estrutura [Neg VP Neg]. Em sentenças com esse tipo de estrutura, a posição em que o segundo marcador ocorre contribui para definir qual o alvo do escopo negativo. Na seção 4.5, apresento a proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009)

sobre a opcionalidade da aplicação da operação de rotulação ao processo de adjunção. Na seção 4.6, derivo as possibilidades de escopo negativo em sentenças com a estrutura [Neg VP] e [Neg VP Neg], com base na proposta de adjunção sem rótulo.

4.1. Ambiguidade de escopo negativo

Uma sentença como (4a), com um marcador negativo pré-verbal (ou pré-I^o, para ser mais preciso) e um adjunto causal, é ambígua entre duas interpretações, parafraseadas em (4b) e (4c): (i) uma interpretação em que a negação recai apenas sobre o evento expresso pelo predicado, excluindo o adjunto, como em (4b); (ii) e outra em que a negação recai sobre o adjunto, como em (4c). Para efeitos de exposição, nos exemplos, chamarei a leitura de negação (exclusiva) do predicado de **N-Pred** e a de negação (exclusiva) do adjunto de **N-Adj**.

- (4) a. Maria num foi promovida porque é negra. (N-Pred ou N-Adj)
 b. ‘Maria não foi promovida e o motivo disso foi ser negra’. (N-Pred)
 c. ‘Não foi por ser negra que Maria foi promovida’. (N-Adj)

A primeira leitura (i.e. negação de predicado) está associada à existência de duas curvas prosódicas distintas, a primeira curva envolvendo o predicado, e segunda, o adjunto. Já a segunda leitura (i.e. negação de adjunto) está associada a uma curva prosódica única, descendente, abarcando tanto predicado quanto adjunto (cf. também Lasnik 1972: 45-90). Esta segunda leitura torna-se mais evidente com a adição de uma sequência contrastiva que se oponha apenas ao adjunto, como em (5).

- (5) Maria num foi promovida *porque é negra*, foi promovida *porque é competente*.
 (N-Adj)

Esse tipo de ambiguidade também ocorre com outros tipos de adjuntos, como os de finalidade, como em (6), e de tempo, como em (7).

- (6) a. O BC num baixou os juros para combater a inflação. (N-Pred ou N-Adj)
 b. ‘O BC não baixou os juros e o objetivo foi combater a inflação’ (N-Pred)
 c. ‘O BC baixou os juros, mas o objetivo não foi combater a inflação’ (N-Adj)

- (7) a. Ele num saiu depois da meia-noite. (N-Pred ou N-Adj)
 b. ‘Depois da meia-noite, ele não saiu (mais)’. (N-Pred)
 c. ‘Ele saiu, mas não (foi) depois da meia-noite’. (N-Adj)

As leituras indicadas em (6) e (7) podem ser mais facilmente percebidas se acrescentarmos as continuações em (8) e (9), respectivamente. Novamente, as diferenças de interpretações dependem das entonações distintas.

- (8) a. O BC num baixou os juros para combater a inflação. Ainda é necessário manter os juros altos para frear o aumento do consumo. (N-Pred)
 b. O BC num baixou os juros para combater a inflação, mas para ajudar as exportações. (N-Adj)
- (9) a. Ele num saiu depois da meia-noite, como estava planejando. Ele desistiu e foi dormir. (N-Pred)
 b. Ele num saiu depois da meia-noite, como você imaginava/disse/desconfiava. Ele saiu bem antes disso. (N-Adj)

Essa mesma ambiguidade de escopo negativo existe em outras línguas e foi apontada por vários autores na literatura gerativista. Em inglês, por exemplo, uma sentença como (10a), retirada de Lasnik (1972), com uma negação pós-I^o (mas pré-VP) e um adjunto causal, tem as possíveis interpretações indicadas em (10b) e (10c). Da mesma forma, o exemplo em (11a), também de Lasnik (1972), com a negação e um adjunto temporal, pode ter as distintas interpretações em (11b) e (11c).

- (10) a. George doesn’t beat his wife because he loves her. (N-Pred ou N-Adj)
 G. AUX-NEG bater sua esposa porque ele ama ela
 b. ‘George não bate na esposa e o motivo disso é porque ele a ama’ (N-Pred)
 c. ‘George bate na esposa, mas não porque a ama’ (N-Adj)

- (11) a. I didn't attend the scheduled lectures on many occasions. (N-Pred ou N-Adj)
 eu AUX-NEG comparecer DET programadas palestras em muitas ocasiões
 b. 'Em muitas ocasiões, eu não compareci às palestras'. (N-Pred)
 c. 'Eu compareci às palestras, mas não em muitas ocasiões'. (N-Adj)

Para simplificar a exposição, em muitas partes do texto tratarei da interação entre a negação e os adjuntos causais como o caso prototípico deste fenômeno. Portanto, a menos que haja alguma declaração explícita em contrário, as considerações e análises apresentadas ao longo do capítulo para os adjuntos causais são válidas para os outros tipos de adjuntos sujeitos a essa mesma variação.

A relação entre a prosódia da sentença e a interpretação do escopo negativo também foi percebida desde cedo. Lasnik (1972:46), por exemplo, formula uma generalização segundo a qual um elemento quantificacional (aí incluídos os quantificadores e os adjuntos do tipo causal) que não segue imediatamente um marcador negativo pode (ou não) ser negado a depender de uma entonação especial sobre a sentença.²

As duas possibilidades de escopo nesse tipo de sentença podem ser entendidas como resultantes da existência de diferentes estruturas sintáticas associadas a cada representação prosódica e à sua respectiva interpretação, apesar da ordem linear idêntica. Mostrarei, ao longo do capítulo, que a literatura sobre o tema tenta reduzir essas diferenças de interpretação a diferenças nas relações de c-comando entre a negação e o adjunto (cf. Huang 1982; Takubo 1985; Johnston 1994).³ Neste capítulo, contra análises como as de Huang (1982), Takubo (1985) e Johnston (1994), tentarei demonstrar que a ambiguidade de escopo negativo nesse tipo de sentença não pode ser reduzido às relações de c-comando.

A ambiguidade de escopo negativo em sentenças com adjuntos de certo tipo parece ser o

2 A generalização de Lasnik (1972: 46) é feita a partir de uma discussão inicial sobre a ambiguidade de escopo entre a negação expressa por *not* e quantificadores em posição pós-verbal. Momentos depois, o autor aponta que o mesmo comportamento ocorre entre *not* e adjuntos como os de (10) e (11). A formulação original de Lasnik (1972) é:

(i) a. A quantifier immediately following *not* is obligatorily negated, and consequently the NP it quantifies can never be referential.
 b. In general, a quantifier following *not*, but not immediately, can be non-negated if the sentence has a special intonation.

3 Como apontei na nota anterior, as considerações de Lasnik (1972) partem da interação entre a negação e certos quantificadores. O autor considera que:

(i) a. If *not* commands a quantifier and precedes it, that quantifier **can be** within the scope of negation.
 b. If *not* immediately precedes a quantifier, that quantifier **must be** within the scope of negation.

(Lasnik 1972: 48; negritos meus)

equivalente, na linguagem natural, das *leis de De Morgan* na linguagem da Lógica⁴, que trata de regras de relação ou conversão entre as conjunções “e” e “ou” (ou entre a conjunção e a disjunção) sob a ação do operador de negação. Segundo essa lei, quando um operador negativo tem escopo sobre uma dessas conjunções, ele a converte na conjunção oposta e passa a ter escopo sobre cada membro individual da conjunção. Em outras palavras, a negação da conjunção de A e B é equivalente à negação **ou** de A **ou** de B, conforme a representação em (12a). Já a negação da conjunção de A **ou** B é equivalente à negação de A e a negação de B, conforme representação em (12b).

(12) Leis de De Morgan⁵

a. Representação lógica:	$\neg (A \cup B) = (\neg A) \cap (\neg B)$
Representação textual:	não (A e B) = (não A) ou (não B)
b. Representação lógica:	$\neg (A \cap B) = (\neg A) \cup (\neg B)$
Representação textual:	não (A ou B) = (não A) e (não B)

O caso que nos interessa aqui é o da ação da negação sobre a conjunção “e” representada em (12a). Considerando que preposições (ou conjunções) causais como *porque*, *because* etc, as preposições finais como *para*, *for* etc adicionam uma informação ao predicado (já saturado pelos argumentos), os casos de interação da negação sentencial com esse tipo de preposição têm o mesmo efeito previsto pelas leis de De Morgan, com a negação recaindo ou sobre o predicado (o membro A do conjunto) ou sobre o adjunto (ou membro B do conjunto).⁶

Um aspecto importante é que a ambiguidade do escopo negativo é uniforme nas sentenças que apresentam apenas um marcador negativo, seja este **pré-verbal ou pré-I°**, como no português, no espanhol, no italiano, etc; ou **pós-verbal ou pós-I°**, como no inglês, no holandês, no alemão etc. Em outras palavras, a ambiguidade se mantém com todos os marcadores negativos relacionados ao sistema IP, sejam eles pré-I° ou pós-I°. Neste capítulo, por razões expositivas, as sentenças com (**apenas**) um marcador negativo pré-I° do português serão tomadas como representativas do primeiro grupo de línguas (português, espanhol, italiano etc); e as sentenças do inglês, com a negação pós-I° ou fundida ao I°, serão tomadas

4 Agradeço a Kenneth Safir (comunicação pessoal) por chamar minha atenção para esse ponto.

5 Como se sabe, as leis de De Morgan não tratam apenas da interação do operador negativo sobre a conjunção equivalente a “e”, mas também sobre a conjunção “ou”, constituindo-se numa lei mais geral sobre a conversão de “e” em “ou” (ou de conjunções em disjunções) e *vice-versa* sob a ação de uma negação.

6 A situação é um pouco diferente com relação aos adjuntos que não sejam introduzidos por preposições, mas ainda neste caso há um acréscimo de uma informação (temporal) ao predicado já saturado.

com representantes do segundo grupo de línguas (inglês, holandês, alemão etc).

Entretanto, em línguas que apresentam negação descontínua, com a ocorrência simultânea um marcador pré-verbal e outro pós-verbal, o comportamento não é homogêneo. Em uma língua como o francês, que possui um marcador negativo pré-I° *ne* e outro pós-I° *pas*⁷, manifesta-se a mesma ambiguidade que há nos exemplos anteriores do português e do inglês, como mostra a sentença em (13).

- (13) a. Jean ne parle pas à cause de son ami. (Hagemeijer & Santos 2003)
 J. NEG fala NEG por causa de seu amigo
 b. ‘É por causa de seu amigo que o João não fala’ (N-Pred)
 c. ‘Não é por causa de seu amigo que o João fala’ (N-Adj)

Por outro lado, em sentenças com a estrutura [Neg VP Neg] de línguas como o PB, em que o segundo marcador negativo não é pós-I°, mas pós-VP, situação é distinta. Diferentemente do que ocorre no francês, a presença de um marcador negativo pós-VP tira a ambiguidade da sentença, permitindo apenas uma de suas interpretações. Mas há ainda uma outra diferença importante, a saber, a variação da posição do *não* pós-VP, que pode ocorrer em posição final de sentença, seguindo-se ao adjunto, como em (16b), ou em posição não-final, antecedendo-se ao adjunto, como em (15a).

- (14) a. João num falou (a verdade) por causa do seu amigo. (N-Pred ou N-Adj)
 b. ‘João não falou a verdade e o motivo disso foi o seu amigo’ (N-Pred)
 c. ‘João falou a verdade, mas não por causa do seu amigo’ (N-Adj)
- (15) a. João num falou (a verdade) **não**, por causa do seu amigo. (N-Pred)
 ‘João não falou a verdade e o motivo disso foi o seu amigo’
 b. João num falou (a verdade) por causa do seu amigo **não**. (N-Adj)
 ‘João falou a verdade, mas não por causa do seu amigo’

Se a simples presença do segundo marcador em (15) desfaz a ambiguidade de uma

⁷ Isto é mais claro nos casos das orações finitas, em que o verbo se move até I°. Os casos de orações infinitas, em que o verbo não se move ou efetua um movimento curto complicam um pouco mais a caracterização, se tomarmos simplesmente a posição linear do verbo como definidora do *status* dos marcadores. O marcador *pas* seria pré-verbal ou pós-verbal a depender da extensão do movimento do verbo. Adotando os rótulos pré-I° e pós-I° podemos evitar esse problema: *pas* é sempre imediatamente pós-I°.

sentença como (14), a posição específica em que este marcador aparece determina a direção da redução da ambiguidade, ou seja, qual das leituras deve ser excluída. Mais especificamente, uma sentença como (15a), aparentemente equivalente ao exemplo (13a) do francês por ter o segundo marcador **antes** do adjunto, difere de (13a) por só ter a interpretação de negação do predicado, com a exclusão do adjunto.

Já uma sentença como (15b), com o segundo marcador **após** o adjunto, ao final de toda a sentença, bloqueia a leitura de negação exclusiva do predicado (N-Pred), gerando a leitura de negação do adjunto (N-Adj). O mesmo comportamento ocorre em outras línguas que possuem marcadores descontínuos do tipo pós-VP (e, portanto, a estrutura [Neg VP Neg]), como o palenquero (cf. Dieck, 2000) e são-tomense (Hagemeijer, 2007), como aponto na seção 4.4.

Comparando-se o marcador negativo pós-verbal do francês e o do PB, a diferença entre eles pode ser descrita nos termos de Ouhalla (1997), Hagemeijer & Santos (2003) e Hagemeijer (2007), que apontam que, diferentemente do *pas* francês, elementos como o segundo *não* do PB funcionam como um *delimitador do escopo* negativo. Ou seja, o segundo *não* do PB, de algum modo, marca o limite máximo de ação da negação, apontando que apenas os elementos que são ensanduichados pela sequência *num/não... não* é que recebem o escopo negativo.

Parte da diferença de comportamento entre o *pas* e o *não* diz respeito ao próprio *status* desses elementos como pós-I° *versus* pós-VP, respectivamente. No francês, *pas* é o verdadeiro marcador negativo das sentenças, enquanto o *ne* é um elemento que não pode marcar a negação independentemente. Sendo um elemento pós-I°, o *pas* está ainda relacionado ao sistema IP e, como tal, comporta-se de modo equivalente ao *num* pré-I° do PB e, principalmente, ao *not* pós-I° do inglês, permitindo a ambiguidade da mesma forma que estes marcadores. Já o segundo marcador do PB, por não ser simplesmente pós-I°, mas pós-VP, não está diretamente relacionado ao sistema IP, diferindo do *not* do inglês e do *pas* do francês, e não sendo, portanto, o principal marcador negativo. Ao contrário, o *não* pós-VP co-ocorre com um outro marcador que (também) é responsável pela negação sentencial.

Mas essa diferença categorial explica muito mais o comportamento do *pas* francês do que o do *não* pós-VP do PB (ou o de marcadores pós-VP de outras línguas). Por um lado, é necessário explicar como o *não* pós-VP pode funcionar como um *delimitador de escopo*, ou seja, como um marcador que, ao invés de operar uma negação, bloqueia ou limita a operação de outro marcador. Por outro lado, é necessário definir como o *não* pós-VP pode, na negação

sentencial, variar entre a posição pré-adjuntos e a pós-adjuntos, ou seja, como ele pode ora seguir-se apenas a uma camada do VP e ora seguir-se a todo o VP. Essa variação na posição parece, à primeira vista, incompatível com a análise apresentada nesta tese, de acordo com a qual as estruturas do tipo [(Neg) VP Neg] são derivadas pelo movimento de toda a sentença para uma posição acima no núcleo em que o segundo *não* é gerado. A questão está relacionada, portanto, à possibilidade de deixar o adjunto para trás ao realizar o movimento da sentença para o especificador de AstP, como discutirei nas seções 4.5 e 4.6.

Outro aspecto interessante com relação à definição do escopo negativo (seja em línguas com negação pré-VP ou pós-VP) diz respeito ao mecanismo de estabelecimento da ordem linear dos constituintes (o *Axioma de Correspondência Linear* (LCA)). A hipótese de que a ambiguidade de escopo negativo seja determinada por uma ambiguidade nas relações de c-comando é incompatível com a hipótese de Kayne (1994) que relaciona precedência linear e c-comando assimétrico (de modo simplificado, se α assimetricamente c-comanda β , então α precede β). Se há diferentes relações de c-comando entre a negação e o adjunto, essas diferenças deveriam se refletir em alterações na ordem linear entre os dois elementos. Para os casos em que há apenas um marcador negativo e ambiguidade, sem alteração da ordem linear, como em (1), (4), (6), (7), (10), (11) e (13), é preciso assumir que ao menos para os adjuntos, a ordem linear não é calculada a partir do c-comando assimétrico. O adjunto segue-se à negação nas duas interpretações. De acordo com LCA, essa ordem deveria ser o resultado de o adjunto ser c-comandado pela negação (ou pela categoria Neg^o que dominar a negação).⁸ Veremos, entretanto, que as várias análises sobre o tema prevêm que, na leitura de negação de adjunto, o adjunto não é c-comandado, mas c-comanda a negação.

Para tornar as coisas ainda mais complicadas, as sentenças com um segundo marcador

8 No sistema de Kayne (1994), a questão é um pouco mais complicada do que isso. De acordo com a hipótese da anti-simetria da sintaxe, os elementos em adjunção é que devem c-comandar e, portanto, preceder os constituintes aos quais se adjungem. Isso significa que LCA prevê que os adjuntos causais deveriam preceder a categoria (VP ou TP) que modificam. Se, porém, na ordem linear da sentença o adjunto causal ocorre na última posição, no modelo de Kayne (1994) isso deve resultar de uma operação de movimento, para a esquerda, do sintagma ao qual o adjunto está adjungido, resultando, então, em uma relação de c-comando em que o adjunto passa a ser o elemento c-comandado. Por essa perspectiva, ainda que o adjunto seja gerado em uma posição em que e-comande o VP ou o TP (ou mesmo a negação), o restante da derivação deve inverter essa relação de c-comando, produzindo a ordem linear correta.

No caso da negação, não parece haver relação de adjunção entre o adjunto e a projeção NegP. A ordem linear deve, então, ser resultado de Neg^o (que domina a negação) c-comandar alguma categoria que domina o adjunto causal.

Uma alternativa à solução de Kayne (1994) de sempre invocar movimentos de remanescente (*remnant movement*) para gerar a posposição dos adjuntos é considerar que o fenômeno de adjunção — que já é considerado como um caso atípico pelas teorias de estrutura frasal como a teoria X-barra — é interpretado de modo diferente pelo LCA, submetendo-se a algum princípio de linearização distinto. Cf. Chomsky (1995a).

negativo pós-VP trazem dificuldades maiores à definição da ordem linear. De acordo com a análise que assumi no capítulo 1, a posição do *não* pós-VP é determinada pelo movimento de toda a sentença para o especificador de AstP, em cujo núcleo esse marcador é gerado. Na posição de especificador, toda a sentença, incluindo seus adjuntos, deveria preceder esse marcador. Como, então, um adjunto pode vir à direita do *não* pós-VP?

Assumirei, portanto, sem maiores discussões, que a linearização de adjuntos pode funcionar de modo distinto do processo de linearização do restante da sentença, uma hipótese que não é implausível (cf. Chomsky 1955a), considerando o comportamento peculiar dos adjuntos com relação a diversos processos gramaticais (cf. seção 4.5).

Dado esse quadro geral, o objetivo deste capítulo é oferecer uma análise da interação entre o escopo negativo e os adjuntos verbais que possa dar conta dos problemas apresentados nesta seção e de outros que veremos ao longo do texto. Para isto, na próxima seção, começaremos por revisar análises prévias encontradas na literatura para a ambiguidade de escopo negativo.

4.2. Análises prévias para a ambiguidade de escopo negativo

4.2.1. Transformação *Not Shift* e Regra prosódica

Trabalhando com o fenômeno mais geral sobre a interação entre a negação sentencial e elementos quantificadores, Lasnik (1972) apresenta duas teorias alternativas para dar conta das possibilidades de escopo negativo sobre certos adjuntos e quantificadores. A primeira é o que ele chama de *Determiner Theory* e a segunda, *Pre-S Theory*. Nesta seção, apresento as linhas gerais e os problemas que as duas análises apresentam.

A essência da *Determiner Theory* é tratar a negação como um tipo de modificador ou determinante, na Estrutura Profunda, da categoria sobre a qual tem escopo. Dessa forma, o marcador negativo pode ser gerado de duas formas: (i) diretamente sob a categoria de Aux(iliar); (ii) ou como modificador de certos advérbios e quantificadores. De acordo com essa segunda alternativa, a negação seria posteriormente movida para Aux por uma operação de transformação denominada *Not Shift*, de modo a gerar uma sentença que corresponde, superficialmente, a uma negação sentencial.

Segundo a *Determiner Theory*, portanto, uma sentença como (16a), com um adjunto

temporal, e que é ambígua entre negação de predicado e negação de adjunto, seria também estruturalmente ambígua entre duas estruturas profundas distintas, representadas em (17a) e (17b).

- (16) a. I don't attend class *often*. (N-Pred ou N-Adj)

eu AUX-NEG assistir aulas frequentemente

- b. 'Frequentemente, eu não assisto as aulas' (N-Pred)

- c. 'Eu assisto as aulas, mas não frequentemente' (N-Adj)

- (17) a.

- b.

(Lasnik 1972: 60)

A representação em (17a) corresponde à estrutura profunda que produz a interpretação de negação do adjunto para (16a), com o marcador *not* sendo diretamente gerado como um modificador ou determinante da categoria adverbial, para ser posteriormente movido para Aux pela transformação de *Not Shift*. Já a representação em (17b) corresponde à estrutura profunda da interpretação de negação de predicado para (16a), com o marcador *not* gerado diretamente sob a categoria Aux. Note-se que esta representação também corresponde à negação de adjunto expressa em (17a) depois que a transformação *Not Shift* se aplica. Uma transformação posterior, invertendo a ordem entre o *not* e o morfema de tempo, gera a ordem linear correta e permite a fusão como *don't*.

Aplicando a mesma análise ao caso dos adjuntos causais, nos quais a existência de ambiguidade é mais fácil de ser identificada, uma sentença como (10a), repetida em (18a) seria ambígua por ser associada a duas estruturas profundas distintas, representadas em (18b) e (18c). A interpretação de negação de predicado é resultado de o marcador *not* ser gerado diretamente sob a categoria Aux, como em (18b), posição a partir da qual tem escopo sobre o VP. Já a leitura de negação do adjunto resultaria de o marcador *not* ser gerado como determinante do adjunto introduzido pela preposição *because* (ou como adjunto da própria preposição *because*), como em (18c), com posterior aplicação da transformação *Not Shift*, que move a negação para Aux. Dessa forma, a leitura de negação de adjunto é gerada, em estrutura profunda, como uma negação de constituinte, apesar de se manifestar superficialmente como negação sentencial.

- (18) a. George doesn't beat his wife because he loves her. (N-Pred ou N-Adj)

Estrutura profunda da leitura N-Pred:

- b. [S [NP George] [VP **not** Aux beat his wife] [AdvP because...]⁹]]]

Estrutura profunda da leitura N-Adj:

- c. [S [NP George] [VP Aux beat his wife] [AdvP [Det **not**] because...]]]]

O maior problema para a *Determiner Theory* diz respeito ao quadro teórico em que ela foi desenvolvida, que é incompatível com várias pressuposições atuais da teoria gramatical. Mais problemático do que o apelo para estruturas profundas e superficiais é a ideia de que a interpretação semântica das estruturas em (17a) e (18b) seja definida (exclusivamente) pela estrutura profunda, não sendo afetada pelas transformações e movimentos subsequentes dos constituintes.

Além disso, o próprio Lasnik (1972) aponta que essa análise não tem como relacionar as diferenças de interpretação às diferenças de entonação, uma vez que as regras prosódicas só devem se aplicar após a transformação *Not Shift*, quando as estruturas sintáticas são idênticas e não há meio de as regras prosódicas identificarem uma diferença entre a leitura de negação de predicado e a negação de adjuntos.

A segunda alternativa de análise que Lasnik (1972) discute é a chamada *Pre-S Theory*.

⁹ Note-se, porém, que não está claro, pelo texto de Lasnik (1972), se ele assume que adjuntos causais são constituintes imediatos de S assim como *often* nas representações anteriores, funcionando como adjuntos da sentença, ou como modificador do VP, opção em que seria possível considerar que o adjunto pode ser afetado pela negação em Aux mesmo que esta não tenha sido gerada como seu determinante.

De acordo com essa proposta, além de poder ser gerado sob a categoria Aux, como nas representações anteriores em (17a) e (18b), o marcador negativo *not* também poderia ser gerado em uma posição pré-sentencial (equivalente a CP), como em (19b). Neste segundo caso, um adjunto (ou quantificador) como *often*, gerado à direita do VP, como (17) e (19b), pode sofrer fronteamento para a posição à esquerda do NP sujeito, como em (19c), ficando adjacente à negação.

(19) a. *Not often* does John pass a test.

b.

c.

(Lasnik 1972: 33)

Dada essa adjacência entre a negação em *Pre-S* e o advérbio, uma regra adicional de reajuste faria com que a negação fosse interpretada como modificadora do elemento adverbial (ou quantificador), ao invés de resultar em negação sentencial. Nessa análise, não existiria uma transformação como a de *Not Shift* para mover a negação para a posição de Aux a partir de uma posição externa ao VP (no caso, a partir da posição denominada *Pre-S*). Dessa forma, essa proposta apenas explica a diferença entre as sentenças em (20), em que a negação, em posição medial, pode (ou não) negar o adjunto à direita, e as sentenças em (21), em que a negação, em posição pré-sentencial, necessariamente nega o adjunto deslocado para a esquerda. Mas a *Pre-S Theory* é incapaz, por si só, de derivar a ambiguidade de escopo existente nas sentenças em (20).

- (20) a. John didn't pass a test often. (N-Pred ou N-Adj)
 b. I don't cut astronomy class often. (N-Pred ou N-Adj)
- (21) a. *Not often* does John pass a test. (N-Adj)
 b. *Not often* do I cut astronomy class. (N-Adj)

É o próprio Lasnik (1972) quem aponta esse problema da *Pre-S Theory* com as sentenças em (20) e propõe uma solução baseada em uma regra prosódica. De acordo com sua sugestão, as leituras de negação de predicado e de negação de adjunto em sentenças como (20) teriam a mesma estrutura sintática. A ambiguidade não seria resultado de derivações distintas, mas de uma regra prosódica que atribuiria à sentença contornos entonacionais diferentes, resultando, assim, em diferentes interpretações semânticas. Em outras palavras, trata-se de uma regra fonológica com repercussões semânticas. Segundo o autor, tal regra teria um efeito semelhante ao processo de topicalização.

A solução de postular a existência de uma regra pós-sintática que relacione a entonação à interpretação semântica, mas sem a mediação da sintaxe, parece ser mais uma descrição do resultado com que nos deparamos do que uma análise explicativa para as diferenças de interpretação dessas sentenças. O próprio Lasnik (1972) também reconhece o *status* problemático de uma regra de tal tipo dentro da teoria gerativa.

Adicionalmente, essa regra não tem nenhum meio de dar conta dos dados de línguas com um segundo marcador negativo, como o caso do PB. Se a definição do escopo pode ficar exclusivamente a cargo de uma regra prosódica pós-sintática, então a previsão é de que as sentenças com o marcador pós-VP antes ou depois do adjunto poderiam ter quaisquer das duas entonações e, portanto, quaisquer leituras, de modo oposto ao que, de fato, ocorre.

Por outro lado, uma vez que a posição do *não* pós-VP está, por algum motivo a se definir, diretamente relacionada à entonação e à definição da leitura possível, é plausível especular que a interpretação semântica não é resultado de uma regra de entonação indiferente à sintaxe, mas que, pelo contrário, tanto a prosódia quanto a semântica são resultado de diferenças na estrutura sintática das sentenças, ainda que, nas sentenças com [Neg VP], não haja repercussão na ordem linear. Essa é a intuição em que se baseiam tanto a análise de Huang (1982), Takubo (1985) e Johnston (1994) (cf. seções 4.2.2 e 4.2.3), baseada em c-comando, quanto a análise que apresentarei na seção 4.6, baseada na rotulação.

Nas próximas subseções, apresento e discuto as análises de Huang (1982), Takubo (1985) e Johnston (1994) para a ambiguidade de escopo negativo.

4.2.2. Escopo negativo, ordem linear e c-comando

Huang (1982), também trabalhando no quadro mais geral da interação da negação com elementos quantificadores, também discute as diferenças de escopo negativo com determinados adjuntos “motivacionais” (i.e. causa, finalidade) e temporais. A essência da proposta de Huang (1982), que parte do exame de dados do chinês e do inglês, é que a diferença de escopo resulta das relações de c-comando entre a negação e o quantificador ou adjunto em questão.

Essa diferença de c-comando é mais transparente no caso do chinês, em que há alteração na ordem entre a negação e os adjuntos em função da interpretação licenciada. A sentença (22a) tem a leitura de negação do adjunto e a sentença em (22b) tem a leitura de negação do predicado.

(22) Chinês

a. Zhangsan **meiyou** [yínwei tá pioliang] jiehum. (N-Adj)

not because she pretty marry

‘Zhangsan did not get married because she was pretty’

Z. NEG porque ela linda casar

‘Zhangsan se casou, mas não por ela ser linda’

b. Zhangsan [yínwei tá pioliang] **meiyou** jiehum. (N-Pred)

because she pretty not marry

‘Zhangsan did not get married, because she was pretty’

Z. porque ela linda NEG casar

‘Zhangsan não se casou e o motivo foi ela ser linda’

(Huang 1982: 111-112)

Semelhantemente, a sentença (23a) tem interpretação de negação de adjunto e (23b) tem interpretação de negação de predicado (compare-se (23) com (16)).

à direita do VP, são explicados, de acordo com essa proposta, assumindo que os adjuntos podem estar conectados à camada mais baixa do VP (e abaixo de *didn't*), como em (24c), ou à camada mais alta do VP, a camada que contém *didn't*, como em (24b).

- (24) a. John **didn't** show up *always*. (N-Pred ou N-Adj)

J. AUX-NEG aparecer PART sempre

- b. John [[didn't [show up]] always] (N-Pred)

‘Sempre, John não aparece’

- c. John [didn't [[show up] always]] (N-Adj)

‘Nem sempre John aparece’

(Huang 1982: 145)

A análise de Huang (1982), baseada em diferentes relações hierárquicas, também consegue dar conta da ausência de ambiguidade quando o adjunto está em uma posição à esquerda da negação, em inglês, seja à esquerda de toda a sentença, como em (25a), seja simplesmente à esquerda do auxiliar, como em (25b). Em ambos os casos, o adjunto está adjungido a uma categoria mais alta do que a negação e não seria c-comandada por ela.

- (25) a. [Always [John [didn't [show up]]]] (N-Pred)

- b. [John [always [didn't [show up]]]] (N-Pred)

(Huang 1982: 145)

Uma análise na mesma linha, embora com uma implementação técnica distinta, é explorada por Takubo (1985) para as diferenças entre o japonês e o inglês quanto ao escopo negativo. A comparação entre as duas línguas quanto ao escopo negativo é importante para esta discussão, pois a principal diferença entre elas é que o escopo do marcador negativo *not* em inglês é para a sua direita, enquanto, em japonês, o escopo de *nai* é para a esquerda.

Takubo (1985) aponta que, enquanto em inglês o escopo de *not* pode se estender até o final da sentença, o escopo de *nai*, aparentemente, não pode. Dessa forma, enquanto as sentenças inglesas em (26) são ambíguas entre a leitura de negação de predicado e de negação de adjunto, as sentenças correspondentes em japonês, em (27), têm apenas a leitura de negação de predicado. O adjunto não pode estar sob o escopo de *nai*.

- (26) a. I did not buy watches in Paris. (N-Pred ou N-Adj)
 eu AUX NEG comprar relógios em Paris
 ‘Em Paris, eu não comprei relógios’ (N-Pred)
 ‘Não foi em Paris que eu comprei relógios’ (N-Adj)
 (Takubo 1985: 38)
- b. I did not marry her because she was rich. (N-Pred ou N-Adj)
 eu AUX NEG casei ela porque ela era rica
 ‘Porque ela era rica, eu não casei com ela’
 ‘Não foi por ela ser rica que eu casei com ela’
 (Takubo 1985: 38)
- (27) a. Watasi-wa Pari-de tokei-o kawa-**na**-katta. (N-Pred)
 I-TOP in-Paris watches did not buy
 ‘I did not buy watches in Paris’
 eu-TOP Paris-LOC relógios comprar-NEG-PASS¹¹
 ‘Em Paris, eu não comprei relógios’
- b. Watasi-wa 1920-nen-ni-wa umare-te-i-**na**-katta. (N-Pred)
 I-TOP in-1920-TOP had-not-been-born
 ‘In the year 1920, I had not yet been born’
 eu-TOP 1920-em-TOP nascer-ter-sido-NEG-PASS
 ‘Até 1920, eu não tinha nascido (ainda)’
 (Takubo 1985: 36)

No exame destes dados, o trabalho de Takubo (1985) posiciona-se contra a análise proposta por Kuno (1980), segundo o qual esses fenômenos seriam derivados pelo fato de que o marcador negativo do japonês só pode ter escopo sobre o elemento verbal que o precede imediatamente, não podendo ter escopo além deste elemento, conforme a generalização em (28).

¹¹ PASS = passado, pretérito.

(28) O escopo da negação (segundo Kuno 1980)

O escopo do morfema negativo *nai* não se estende além do elemento verbal que o precede imediatamente.

Takubo (1985) aponta que a generalização proposta por Kuno (1985), além de não explicar a motivação para essa diferença entre o japonês e o inglês, é empiricamente incorreta, já que há casos em que o escopo negativo de *nai* pode se estender para além do verbo que o precede. Um desses casos é o de sentenças como (29a), em que a negação afixada ao verbo principal pode ter escopo sobre a sentença encaixada, resultando em uma interpretação de *Neg-raising*, assim como a da sentença equivalente em inglês (29b).

(29) a. Watasi-wa [kare-ga 1920-nen-ni umareta to] (wa) omowa-**nai**.

I-TOP he-NOM in-1920 was-born COMPL (TOP) think-NEG

‘I don’t think he was born in 1920’

eu-TOP ele-NOM 1920.em nascer COMPL (TOP) pensar-NEG

‘Eu **não** acho que ele nasceu em 1920’.

‘Eu acho que ele **não** nasceu em 1920’.

(Takubo 1985: 37)

b. I don’t think he was born in 1920.

eu AUX-NEG pensar ele foi nascido em 1920

‘Eu não acho que ele nasceu em 1920’.

‘Eu acho que ele **não** nasceu em 1920’.

Além disso, Takubo (1985) também aponta que a leitura de negação do adjunto passa a ser disponível se as sentenças em (27) forem nominalizadas (ou clivadas), como em (30), em que, portanto, o escopo negativo passa além do verbo (i.e. a cópula) que o precede).

(30) a. Watasi-wa Pari-de tokei- o katta no dewa **nai**. (N-Adj)¹²

I-TOP in-Paris watches buy COMPL COP NEG

‘I didn’t buy watches in Paris’

¹² Não está claro no trabalho de Takubo (1985) se as sentenças em (30) passam a ter *também* a leitura de negação de adjunto (ao lado da de predicado) ou *apenas* a de negação de adjunto (excluindo a de predicado).

eu-TOP Paris-TOP relógios comprar COMPL COP NEG
 ‘Eu não comprei relógios em Paris’.

(Takubo 1985: 40)

b. Kanozyo-ga kanemoti-datta kara, kanozyo-to kekkon-sita no dewa **nai**. (N-Adj)

she-NOM was rich because with-her marry COMPL COP NEG
 ‘I did not marry her because she was rich’

ela-TOP ser-rica porque ela-com casar COMPL COP NEG
 ‘Eu não casei com ela porque ela era rica’.

(Takubo 1985: 40)

Takubo (1985), então, adota a análise baseada em Huang (1982) (cf. também Reinhart (1976)) de que o domínio da negação não é determinado pela ordem linear, mas pelo c-comando. Para as sentenças do inglês, em (26), Takubo (1985) assume, junto com Huang (1982), que o adjunto pode ser um constituinte de VP ou da sentença, gerando as leituras de negação de adjunto e de negação de predicado, respectivamente.

Já para os exemplos do japonês, Takubo (1985) assume uma postulação adicional, a saber, a de que o japonês é uma língua não-configuracional que não possui VP. Desta forma, as sentenças em (27) teriam estruturas semelhantes à representada em (31), com o marcador negativo *nai* afixado ao verbo, mas com o adjunto e o complemento como constituintes imediatos de S, ficando ambos, portanto, fora do c-comando e do escopo de *nai*. Compare-se (31) com (30a).

(31)¹³

(Takubo 1985: 41)

13 Nesta representação, dada por Takubo (1985), a marcação de tempo está omitida propositalmente.

A hipótese da ausência de VP não é compatível com as pressuposições atuais da teoria sintática, mas a estrutura em (31) pode ser traduzida em termos de movimento ou *scrambling* do adjunto e do complemento para uma posição acima do VP e da negação. Para os casos de (29) e (30), em que a negação tem escopo além do verbo a que está afixada, podendo, inclusive, gerar a negação do adjunto, Takubo (1985) propõe que os constituintes introduzidos (ou *nominalizados*, em seus termos) pelo complementador *no* formam um constituinte com o verbo, caindo, portanto, sob o c-comando e escopo da negação *nai*.

Novamente, não é necessário adotar a visão não-configuracional sobre o japonês nem que as sentenças com o complementizador *no* constituem algum tipo de exceção. Assumindo que o japonês é uma língua com núcleo final, a análise de Takubo (1985) pode ser traduzida para uma versão configuracional de acordo com a qual as sentenças completivas em (30) são complemento do verbo e estão, portanto, sob o c-comando da negação, enquanto os adjuntos em (27) estão deslocados para uma posição mais alta, possivelmente pelo processo de *scrambling*, que é produtivo em japonês.¹⁴

A análise de Huang (1982) e Takubo (1985) consegue, portanto, dar conta dos dados, mas apresenta um problema teórico. Adotando a ideia de que os adjuntos causais podem ser gerados em diferentes posições da estrutura, segue-se facilmente a impossibilidade da negação de adjunto quando este é gerado em uma posição acima da negação, como em (22b), (23b), (24b), (25) e (27), que só podem ter a leitura de negação de predicado, pois só este é c-comandado pelo marcador negativo. Também está claro porque a leitura de negação de adjunto passa a estar disponível quando este é gerado em uma posição mais baixa do que a negação, como em (22a), (23a), (24a), (24c) e (30).

Entretanto, não é claro porque as estruturas em (22a), (23a) e (24c) permitem apenas a leitura de negação de adjunto, pois, nestes casos, o predicado continua sendo c-comandado pela negação, ainda que o adjunto também passe a sê-lo. A previsão é de que essas estruturas resultassem em uma negação simultânea tanto do predicado quanto do adjunto (voltarei a esse ponto em 4.3.6 e em 4.6).¹⁵ Ou, aplicando o princípio em que se baseiam as Leis de Morgan, que ainda assim houvesse a possibilidade de negação ou do predicado ou do adjunto. Na seção 4.3.6, discutirei este problema.

¹⁴ É necessário, por outro lado, adotar a postulação de que o japonês é uma língua de núcleo final, com o complemento sendo gerado à esquerda do verbo.

¹⁵ Uma hipótese possível, apontada por Jairo Nunes (comunicação pessoal) é que ao menos exemplos como os de (22a) e (23a) possam ser analisados como de negação de constituinte. A respeito das estruturas de negação de constituinte no PB e em outras línguas, confira o capítulo 3 desta tese.

Adicionalmente, a possibilidade de o adjunto estar em diferentes posições estruturais é transparente no chinês devido à mudança na ordem linear dos constituintes nas duas leituras. Na negação de adjunto, a ordem do chinês é [Neg Adjunto]. Já na negação de predicado, a ordem é [Adjunto Neg]. No inglês (e no PB), por outro lado, a ambiguidade ocorre justamente por não haver alteração na ordem dos constituintes. Em outras palavras, a análise assume que, no chinês, há diferentes relações de c-comando **por causa** da existência de diferentes ordens lineares. No inglês, por outro lado, haveria diferentes relações de c-comando **apesar** de a ordem linear ser a mesma.

Mais do que isso, a análise de que, na leitura de negação de predicado, o adjunto está adjungido ao VP mais alto (i.e. ao IP), acima da negação, significa que, nessa configuração, é o adjunto que c-comanda assimetricamente a negação. De acordo com a proposta de Kayne (1994) de que c-comando assimétrico implica precedência linear, essa estrutura deveria necessariamente resultar em uma alteração da ordem linear, com o adjunto passando a preceder a negação, ao contrário do que ocorre.

Não defendo aqui que a análise de Huang (1982) e Takubo (1985) seja abandonada em função de uma visão forte da proposta de Kayne (1994). Ao contrário, assumo ser plausível que o mecanismo de determinação da ordem linear funcione de modo diferente com os adjuntos (cf. Chomsky 1995a). Mas é preciso apresentar outros argumentos para corroborar a adoção da ambiguidade de c-comando para as línguas como inglês e o PB. Estes argumentos vêm do trabalho de Johnston (1994), que torna mais explícitas as relações de c-comando por parte do marcador negativo, em inglês, e fornece uma pista sobre como explicar por que a posição baixa do adjunto bloqueia a leitura de negação de predicado.

Na próxima subseção, 4.2.3, apresento e discuto a análise de Johnston (1994). Mas, na seção 4.3, contrariando Huang (1982), Takubo (1985) e Johnston (1994), apresentarei uma série de argumentos que constituem problemas para a análise de que o escopo negativo seja definido exclusivamente pelas relações de c-comando.

4.2.3. C-comando e adjunção ao VP ou ao TP

Outra formulação da hipótese da ambiguidade nas relações de c-comando, em inglês, pode ser encontrada no trabalho de Johnston (1994) sobre o escopo negativo sobre adjuntos e o licenciamento de itens de polaridade negativa nesta língua. O autor desenvolve

(independentemente) a mesma ideia apresentada por Huang (1982) de que as leituras de negação de predicado e de negação de adjunto (respectivamente, ‘*negated head reading*’ e ‘*negated adjunct reading*’ nos termos de Johnston (1994)) em inglês são derivadas da possibilidade de o adjunto causal ser gerado em posições distintas na estrutura sentencial.

Indo além da estipulação, Johnston (1994) baseia essa hipótese na ideia de que uma preposição como *because* tem a função de estabelecer uma relação entre proposições e, por isso, pode se adjungir a qualquer categoria que denote uma proposição. Adicionalmente, considerando a hipótese do sujeito ser gerado internamente ao VP (cf. Kuroda 1988; Koopman & Sportiche 1991; Huang 1993), Johnston (1994) assume que tanto VP quanto IP/TP correspondem a proposições e conclui, dessa forma, que as chamadas *because sentences* (i.e. os adjuntos causais) podem se adjungir livremente ao VP ou ao IP/TP.¹⁶

Adjungidas ao VP, como na representação em (32b), as *because sentences* ficariam sob c-comando da negação, alojada em I°, gerando a leitura de negação do adjunto. Por outro lado, quando adjungidas ao IP, como na representação em (32c), elas ficariam acima da negação e fora de seu escopo, gerando a leitura de negação do predicado.¹⁷

- (32) a. Marty didn’t sell his bike because the gears were broken. (N-Pred ou N-Adj)

‘Marty não vendeu sua bicicleta porque a marcha estava quebrada’

- b. Negação de adjunto

‘Marty vendeu sua bicicleta, mas não porque a marcha estava quebrada’

¹⁶ Pelo argumento da posição do sujeito como gerado internamente ao VP, o sistema de Johnston (1994) não está acrescentando o IP como mais uma possibilidade de adjunção de adjuntos do tipo causal, mas partindo da possibilidade de adjunção ao IP para propor a possibilidade adicional de adjunção ao VP.

¹⁷ Johnston (1994) trata tanto dos adjuntos causais quanto dos finais (mas não faz referência aos temporais), mas, por razões expositivas, opta por se referir ao longo do texto apenas aos adjuntos causais (as *because sentences*) como os representantes típicos da classe de adjuntos com os quais ocorre a ambiguidade do escopo negativo.

c. Negação de predicado

‘Marty não vendeu sua bicicleta e o motivo foi porque a marcha estava quebrada’

(Johnston 1994)

Johnston (1994) apresenta três argumentos empíricos em favor da ideia de que os adjuntos causais podem se adjungir opcionalmente a IP e a VP. O primeiro é o fato de que, quando esse tipo de adjunto ocorre à esquerda da sentença matriz, como em (33), apenas a leitura de negação de predicado é permitida. De acordo com o autor, esse comportamento é esperado, se assumirmos que, nesta posição, o adjunto só poderia estar adjungido ao IP, não ao VP. Em IP, o adjunto não poderia ser c-comandado pela negação e estaria fora do alcance do escopo negativo.

(33) Because the gears were broken, Marty didn't sell his bike. (N-Pred)

‘Porque a marcha estava quebrada, Marty não vendeu sua bicicleta’

(Johnston 1994)

O segundo fato apontado por Johnston (1994) vem de dados de elipse. Os exemplos em (34) mostram que, em casos de elipse de VP, o adjunto causal pode ser ou elidido junto com o VP, como no exemplo em (34a), ou preservado da elipse, como no exemplo em (34b). Johnston (1994) defende que esse comportamento distinto pode ser explicado se assumirmos que, em (34a), o adjunto causal do segundo conjunto está adjungido ao VP e é elidido junto com ele, mas que em (34b), o adjunto está acima do VP (i.e. no IP) e, por isso, escapa do processo de elipse.

- (34) a. If Marty sold his shares because the Market was unstable, then Leopold did.
 ‘Se Marty vendeu suas ações porque o mercado estava instável, então Leonard também (vendeu).’

(Johnston 1994)

- b. If Marty sold his shares because the market was unstable, then Leopold did because the profits were high.

‘Se Marty vendeu suas ações porque o mercado estava instável, então Leonard vendeu porque os lucros estavam elevados’

(Johnston 1994)

O terceiro argumento apontado por Johnston (1994) também está relacionado a uma forma de elipse. Trata-se do efeito que a adição de uma *tag question* tem sobre uma sentença negativa com um adjunto causal. O autor aponta que a presença de uma *tag question* em uma sentença como (35), por exemplo, faz com que a leitura de negação de adjunto passe a ser a única possível. Segundo o autor, isso é esperado se as *tag questions* são formadas por uma operação de elipse de VP e se assumirmos que as *because sentences* podem se adjungir ao VP ou a IP e que a leitura de negação de adjunto é resultado da adjunção ao VP.

- (35) a. Marty didn’t sell his bike because the gears were broken, **did he?** (N-Adj)
 b. Marty didn’t [_{VP} sell his bike because the gears were broken], did he [_{VP} ~~sell his bike because the gears were broken~~]?’

Estes três argumentos apresentados por Johnston (1994) fornecem uma base empírica mais sólida para corroborar a hipótese de que os adjuntos causais podem estar adjungidos a diferentes posições na estrutura **apesar** da ordem linear idêntica. Por outro lado, ao longo do capítulo, apresento problemas para essa análise e para a conclusão de que, a partir desses três fatos, devemos assumir a possibilidade de adjunção ao IP. Tento também fornecer uma explicação alternativa para a relação entre esses fenômenos de elipse e deslocamento do adjunto com o cálculo do escopo negativo.

Como aponte na seção anterior, um problema para a análise de adjunção ao VP ou ao IP (na versão de Huang (1982) e Takubo (1985) de adjunção a diferentes camadas do VP) está

em como explicar a exclusão da leitura de negação (exclusiva) do predicado quando o adjunto está em VP. Nessa configuração, como apontei, o predicado continua sob c-comando da negação e, em princípio, poderia estar sob o seu escopo. A análise de Johnston (1994) pode fornecer uma pista sobre como tratar deste problema.

Baseando-se em Linebarger (1987), Johnston (1994) aponta que a presença de um NPI no predicado anula a possibilidade de leitura de negação de adjunto, como mostram os exemplos em (36) e (37). Nos exemplos em (36), a presença dos NPIs *a red cent* e *anymore* no predicado principal forçam a leitura de negação de predicado. Segundo o autor, isso se segue do fato de que o escopo da negação sobre o predicado (e, portanto, não apenas o c-comando) é necessário para o licenciamento dos NPIs.

- (36) a. Leopold didn't earn *a red cent* because the market was unstable. (N-Pred)
 b. Leopold didn't sell shares *anymore* because the market was unstable. (N-Pred)

Por outro lado, a exclusão da leitura de negação de adjunto é confirmada pelos exemplos em (37), que mostram que a adição de uma *tag question*, para forçar o escopo sobre o adjunto, leva à inaceitabilidade das sentenças resultantes.

- (37) a. * Leopold didn't earn *a red cent* because the market was unstable, **did he?**
 b. * Leopold didn't sell shares *anymore* because the market was unstable, **did he?**

Por essa perspectiva, apenas a existência de c-comando entre a negação e o NPI não seria suficiente para o licenciamento. É preciso que o escopo da negação aja especificamente sobre a parte da sentença em que o NPI aparece (i.e. o predicado). A questão que se coloca diante do confronto entre (36) e (37) é por que os NPIs no predicado não podem ser licenciados na interpretação de negação de adjunto (ou seja, quando a *because sentence* está adjungida ao VP ao invés de ao TP) uma vez que mesmo nesta leitura, há uma configuração em que a negação permanece c-comandando os NPIs?

A solução de Linebarger (1987) tem duas partes. Por um lado, ela propõe que elementos como *because*, a própria negação e outros advérbios são operadores que precisam se mover em LF para tomar escopo sobre a sentença. Por outro, ela formula uma *Restrição de Escopo Imediato (Immediate Scope Constraint (ISC))* segundo a qual um NPI é aceitável apenas se, em LF, estiver sob o escopo imediato do operador negativo, ou seja, se (i) ocorre em uma

proposição que constitui o “escopo completo” da negação e (ii) nessa proposição não há nenhum elemento lógico intervindo entre o NPI e a negação. Em outras palavras, a presença de qualquer operador lógico entre a negação e o NPI bloquearia o escopo imediato, impedindo o licenciamento.

Johnston (1994) assume a ideia de Ladusaw (1988) de que o escopo da negação é determinado pela sua posição superficial antes de LF e, por isso, não adota o requerimento de Linebarger (1987) de movimento do operador negativo e de *because*, mas adota a ideia básica desta autora de que operadores lógicos como *because* podem interferir e bloquear o licenciamento de NPIs. Por essa análise, a adjunção de um adjunto causal ao VP, portanto abaixo da negação (mas acima dos NPIs), teria o efeito de impedir o licenciamento dos NPIs por parte do marcador negativo em I°.

Tanto a análise de Linebarger (1987) quanto a implementação de Johnston (1994) tratam da interferência, por parte do adjunto causal, no licenciamento de NPIs a partir de uma falha no *escopo imediato*, e não do bloqueio do *escopo negativo* em geral. Ainda assim, uma vez que se assume que o operador causal é capaz de bloquear um (dos) resultado(s) do escopo negativo, pode-se especular que a presença do adjunto poderia também ser responsável pelo efeito mais geral de bloquear a leitura de negação do predicado.¹⁸

Na próxima seção, apresentarei uma série de fenômenos que constituem desafios para a análise de Huang (1982), Takubo (1985) e Johnston (1994) de que a ambiguidade de escopo negativo com adjuntos causais, finais e temporais, em línguas com a estrutura [Neg VP] (como o inglês e o português), pode ser derivada a partir de uma ambiguidade nas relações de c-comando.

4.3. Problemas para a análise de (ausência de) c-comando

Na seção anterior, aponte que Johnston (1994) apresenta três argumentos para sustentar a hipótese de que certo tipo de adjuntos, como os causais, podem se adjungir ao VP e ao IP (= TP), e que esta alternância seria a responsável pelas leituras de negação de predicado ou de negação de adjunto em sentenças negativas. Os argumentos foram os casos (i) de ocorrência do adjunto à esquerda da sentença (antecedendo inclusive o sujeito), em que apenas a leitura

¹⁸ Uma nota importante: não está claro se Linebarger e Johnston concordariam com essa extensão de suas análises, mas isso me parece uma consequência natural delas.

de negação de predicado está disponível; (ii) de elipse de VP com omissão opcional do adjunto; (iii) e de adição de *tag questions* (que se comportam como o caso de elipse de VP), em que apenas a negação de adjunto é permitida.

Esses três conjuntos de dados parecem apoiar a análise da variação na posição de geração dos adjuntos causais, mas um exame mais atento desses argumentos é necessário. Em primeiro lugar, esses três argumentos não apontam especificamente para a existência de *duas* possibilidades de adjunção. Os casos de elipse de VP com omissão simultânea do adjunto e os de *tag questions* deixam claro que as *because sentences* devem poder se adjungir ao VP. Por outro lado, a possibilidade de preservação do adjunto mostra que deve haver uma alternativa para permitir ao adjunto escapar ao processo de elipse. A adjunção ao IP, conforme proposto por Johnston (1994) (e implícito em Huang (1982) e Takubo (1985)) é apenas uma das alternativas, mas que não deixa de ser problemática por razões que discutirei ao longo desta seção e suas subseções.

Quanto aos casos em que o adjunto ocorre à esquerda da oração, novamente a opção de adjunção ao IP/TP é apenas uma das alternativas. Há ainda a alternativa de que este elemento esteja adjungido ao CP ou — o que me parece mais provável — que estes dados sejam derivados por uma operação de deslocamento do adjunto a partir do VP para uma posição (talvez de topicalização) na periferia esquerda da sentença.

É importante notar que a argumentação de Johnston (1994) tem como objetivo defender a possibilidade — que ele via como adicional, uma vez que tomava como pressuposta a possibilidade de adjunção ao IP — de adjunção ao VP. A situação muda, entretanto, se considerarmos que a adjunção ao VP é o caso básico e a adjunção ao IP é precisa ser provada. Os fatos apresentados por Johnston (1994) são, assim, argumentos em favor da adjunção ao VP, não da adjunção ao IP.¹⁹

Nas próximas subseções, apresento uma série de fatos que apresentam problemas para a análise de que a exclusão da leitura de negação de adjunto se deve à adjunção do elemento causal a uma categoria externa ao VP como o IP ou TP.

¹⁹ Note-se que, a princípio, se consideramos que a adjunção ao VP é o caso básico, isso implica que a negação do adjunto também é o caso básico, *default*, enquanto a negação do predicado é o caso extraordinário, que precisa de requerimentos adicionais para ser licenciada. Essa visão, entretanto, só se mantém em uma análise que considere que a ambiguidade semântica em jogo é definida pela ambiguidade sintática no c-comando. Na análise que ofereço em 4.6, defendo que os adjuntos estão em VP nas duas leituras, mas que, ainda assim, a negação de predicado é o caso mais simples, *default*.

4.3.1. Licenciamento de anáforas em adjuntos

Um primeiro problema para a análise de que o adjunto está em IP, acima da negação sentencial (em I°), vem do licenciamento de anáforas em adjuntos.²⁰ Se há diferença nas relações de c-comando entre as leituras de negação de predicado e de adjunto, é possível que isso afete o licenciamento de uma anáfora interna ao adjunto, mas ligada ao sujeito sentencial.

Os exemplos em (34), porém, mostram que uma anáfora como *each other*, quando interna ao um adjunto causal, é licenciada nas duas interpretações. A sentença (38a) tem a leitura de negação do adjunto, com a interpretação de que o respeito mútuo não foi a motivação que levou os sujeitos a praticar uma determinada ação. Essa frase é verdadeira, por exemplo, em uma situação em que eles a tenham praticado por terem recebido ordens ou por causa de uma recompensa que tinham em vista, etc. Já a sentença (38b) tem a leitura de negação de predicado e a interpretação de que, *por respeito mútuo*, os sujeitos não fizeram (ou desistiram de fazer) algo.

(38) Negação de adjunto

a. They_i didn't do this because of *each other*_i. They_i did it despite each other_i.

‘Eles não fizeram isso por causa um do outro. Eles fizeram isso apesar um do outro’

Negação de predicado

b. They_i didn't do this because of *each other*_i. They gave up in the last minute.

‘Eles não fizeram isso por causa um do outro. Eles desistiram no último minuto’

Tanto em (38a) quanto em (38b), a anáfora *each other* é licenciada como correferente ao sujeito. De acordo com a teoria da vinculação, as anáforas requerem c-comando para serem licenciadas. Isso significa que, se (38a) e (38b) são aceitáveis, o sujeito sentencial deve c-comandar o adjunto causal tanto na leitura de negação de predicado quanto na de negação de adjunto. A relação de c-comando, por parte do sujeito, ocorre sem problemas se o adjunto causal estiver adjungido ao VP.

Se, porém, a adjunção for ao TP, a maioria das definições de c-comando, que o definem em termos de irmandade e/ou de dominância imediata, prevê que não há c-comando por parte

²⁰ Agradeço a Jairo Nunes (comunicação pessoal) por sugerir-me este teste.

do sujeito, no especificador de TP, sobre o adjunto. A análise de c-comando faz, portanto, a previsão incorreta de que, na leitura de negação de predicado, o licenciamento de anáforas internas ao adjunto, mas ligadas ao sujeito, deveria ser bloqueado.

Para contornar esse problema, a análise de c-comando precisaria assumir que, na leitura de negação do predicado, o adjunto causal é gerado em uma posição em que não é c-comandado pela negação, mas é c-comandado pelo sujeito. Podemos especular três tipos de soluções para esse problema.

A primeira solução seria adotar um conceito de c-comando de acordo com o qual o especificador de um XP c-comanda um adjunto do mesmo XP. Um noção de c-comando em que o especificador c-comanda o adjunto parece ser necessária para explicar o licenciamento de anáforas ou NPIs em adjuntos de VP (= ν P), por parte de objetos diretos através do movimento do objeto para o especificador de ν P, como no exemplo em (39) abaixo.²¹

(39) The DA accused **none** of the defendants during **any** of the trials.

(Lasnik & Saito 1991: 329)

Uma definição de c-comando que assume isso está presente no sistema de Kayne (1994), que ignora a distinção entre segmentos e categorias e calcula o c-comando com base apenas na dominância pela primeira categoria.²² De acordo com essa definição, então, o especificador e um adjunto se c-comandam mutuamente, o que poderia gerar o resultado necessário de que um adjunto gerado no TP escapa ao c-comando por parte da negação em T°, mas cai sob o c-comando do sujeito no especificador de TP. Mas a adoção desse conceito de c-comando de Kayne (1994) é problemática, pois envolve uma série de outros pressupostos, além de fazer previsões que afetam todos os processos da faculdade da linguagem que envolvem o conceito de c-comando. Nesse sistema, por exemplo, os especificadores são reduzidos a casos de adjunção. Vejamos, então, se é possível salvar a análise de c-comando sem a necessidade de recorrer a mudança tão significativa nos pressupostos da teoria (e com os quais Huang (1982) e Takubo (1985) e Johnston (1994) não necessariamente

21 Na literatura sobre o tema, a aceitabilidade de (39) é derivada pelo movimento do objeto ou para o especificador de AgrP_o (conforme proposta de Lasnik & Saito 1991: 329) ou do especificador de ν P para c-comandar o adjunto do ν P. Em um sistema que exclui as categorias do tipo AgrP e em que a atribuição de acusativo é função do núcleo ν^o , apenas o movimento para o especificador de ν P está disponível. Cf. Chomsky (1995).

22 Kayne (1994: 16): “*X c-commands Y iff X and Y are categories and X excludes Y (i.e. no segment of X dominates Y) and every category that dominates X dominates Y*”.

concordariam).

A segunda solução seria manter a adjunção ao TP, mas assumir que o sujeito sentencial ocorre em uma posição acima de TP, como no especificador de alguma categoria funcional mais alta que o TP. Essa solução vai contra as análises sobre o sujeito sentencial no inglês, que assumem que há adjacência entre o núcleo funcional (e os verbos auxiliares) e o sujeito sentencial.

A terceira solução possível é simplesmente assumir que esses adjuntos não se adjungem ao TP, mas ao T'. Nessa posição, eles escapam ao c-comando por parte da negação (em T°), mas caem sob o c-comando do sujeito sentencial no especificador de TP, produzindo o resultado esperado segundo o qual tanto na leitura de negação de adjunto (com o adjunto em VP) quanto na leitura de negação de predicado (com o adjunto em T'), o licenciamento de anáforas (geradas no adjunto mas ligadas ao sujeito) ocorre sem dificuldades.²³

Nas próximas subseções, entretanto, apresentarei problemas adicionais para a análise segundo a qual as diferentes leituras decorrem de adjunção ao VP ou ao TP. Mostrarei também que a solução de assumir que o adjunto deve ser gerado em T' (para ser c-comandado pelo sujeito sentencial) é igualmente problemática, pois gera previsões incorretas quanto ao escopo quando um elemento negativo ocorre em uma posição de especificador de TP ou CP.

4.3.2. Línguas em que NegP domina IP/TP

A análise de Huang (1982), Takubo (1985) e Jonhston (1994) pressupõe que o marcador negativo seja gerado diretamente na posição de I°/T° ou em alguma posição intermediária entre I°/T° e VP, sendo posteriormente deslocado para, no máximo, I°/T°, de modo a não c-comandar um adjunto causal que esteja adjungido a IP/TP (ou ao I'/T', de modo a permitir que o sujeito c-comande o adjunto).

O trabalho de Laka (1990), entretanto, argumenta que as relações de seleção entre os núcleos funcionais não é rígida, mas sujeita à parametrização (cf. também Ouhalla 1997). A autora argumenta especificamente em favor da alternância entre as categorias NegP e TP (= IP), com a possibilidade de TP dominar NegP em uma língua (como inglês, por exemplo),

²³ Apesar de essa ser uma solução menos problemática do que reformular o conceito de c-comando, ainda não se sabe se ela seria adotada por alguns dos autores. Johnston (1994), por exemplos, considera como argumento para permitir a adjunção ao IP/TP o fato de que essa categoria corresponde a uma proposição. Não é possível dizer o mesmo sobre o T', que exclui o sujeito.

mas NegP dominar TP em outra língua (como o basco) (cf. também Pollock 1989; Belletti 1990). Isso faz a previsão de que, em línguas em que NegP seja gerado acima de TP (ou seja, acima da categoria flexional mais alta da estrutura sentencial), o adjunto causal sempre esteja sob c-comando da negação, independentemente do seu local de adjunção, a VP ou a TP (ou, ainda, a T'), como se pode ver nas representações em (40).

(40) a.

b.

Dadas essas configurações, a previsão é de que uma língua em que NegP domine TP não apresente ambiguidade de escopo negativo, gerando apenas sentenças com a leitura de negação de adjunto. Esta previsão, entretanto, não se confirma.

Segundo Mioto (1992) e Namiuti (2008), o PB é uma língua em que NegP domina todo o IP (formado por AgrP e por TP, em uma configuração em que AgrP domina TP). E. Martins (1997) e Fonseca (2004) consideram que NegP é dominado por IP (ou pela categoria flexional mais alta do IP)²⁴, mas assumem a existência de uma outra categoria de polaridade sentencial (Σ P ou PolP) acima de TP (cf. seção 1.4), para a qual a negação e o verbo devem se mover. Como análise proposta especificamente para o PE, temos Martins (1994), que também coloca Σ P como gerado acima do T, mas abaixo de AgrP. Em suma, a hipótese de que, em português, NegP domina TP tem vários defensores na literatura.²⁵

Mioto (1992) apresenta os seguintes argumentos em favor dessa configuração no PB (embora tais argumentos também sirvam para o PE). Primeiro, gerar NegP acima de TP explica, por exemplo, a possibilidade de um quantificador ou advérbio negativo em posição pré-verbal (como sujeito ou como elemento deslocado) ser licenciado independentemente da

²⁴ Fonseca (2004) trabalha apenas com TP, sem distinguir outras categoriais flexionais. E. Martins (1997) coloca NegP entre AgrP e TP.

²⁵ Dentre os trabalhos que defendem que NegP domina TP em outras línguas, cito, como amostra, Rivero (1994), Rivero e Terzi (1995), Han (1999, 2001), Zagona (2002) e Alers 2009 para o espanhol; Belletti (1990), Zanuttini (1995, 2001), para o italiano.

ocorrência do marcador negativo pré-verbal, como em (41). O licenciamento ocorreria por uma relação de especificador – núcleo entre o quantificador ou advérbio, no especificador de NegP, e o núcleo Neg^o. Essa relação dispensaria a manifestação lexical desse núcleo através do marcador negativo pré-verbal (de modo semelhante ao antigo filtro de *Comp duplamente preenchido*).

Segundo, isso também explica a possibilidade de o mesmo quantificador ou advérbio negativo pré-verbal licenciar itens negativos pós-verbais. Por essa análise, os quantificadores e advérbios negativos pré-verbais estariam no especificador de NegP (ou teriam ao menos passado por esta posição), estabelecendo uma relação com o núcleo negativo.

(41)²⁶ a. Ninguém (*não) comprou nada.

b. Nada (*não) aconteceu.

c. Ele nunca (*não) foi à Bahia.

Terceiro, gerar NegP acima de TP também explica a possibilidade de se elidir o TP, mantendo a negação intacta, ao contrário do que ocorre no inglês, em que é impossível elidir o IP/TP sem apagar a negação junto, como mostra o contraste em (42).

(42) a. Pedro agrediu João, mas Paulo não ~~agrediu João~~.²⁷ (elipse de IP)

b. Pedro não agrediu João e Paulo também não ~~agrediu João~~. (elipse de IP)

c. Mary bought a book and Peter didn't ~~buy a book~~. (elipse de VP)

d. * Mary has bought a book and Peter ~~has not buy a book~~. (elipse de IP)

Se a análise segundo a qual NegP domina TP está correta, então uma sentença como (43a) poderia ter as representações em (44a) e (44b), com o adjunto respectivamente no VP ou no TP. Nessas duas configurações, o adjunto estaria sob o c-comando da negação e, portanto, (43a) não poderia ser ambígua. Entretanto, a sentença é ambígua, como mostram (43b) e (43c), e a previsão falha.

26 Alguns dialetos do PB, geralmente rurais, permitem, embora não exijam, a co-ocorrência do marcador negativo em sentenças como as de (41). Este fato não afeta a natureza do argumento.

27 No capítulo 3, aponte que tais estruturas são ambíguas entre casos de pseudo-*stripping* (em que a negação não é o não gerado em Neg^o, mas a partícula anafórica gerada em Ast^o; e em que o remanescente estaria movido para o especificador de AstP) e de elipse de TP abaixo de NegP (que não é possível em inglês, pois NegP é dominado por TP e seria sempre apagado junto com este). Cf. seção 3.4.2 no capítulo 3.

- (43) a. Maria num foi promovida *porque é negra*. (N-Pred ou N-Adj)
 b. ‘Não foi por ser negra que Maria foi promovida’. (N-Adj)
 c. ‘Maria não foi promovida e o motivo disso foi ser negra’. (N-Pred)

(44) a.

b.

Esses dados mostram que a análise de adjunção ao TP não é suficiente para gerar a leitura de negação de predicado em línguas em que NegP domina o TP, o que permite inclusive colocar em dúvida a validade desta análise para as línguas como TP domina NegP.

A quem interessasse salvar a análise baseada em diferenças nas relações de c-comando, haveria duas soluções possíveis para o problema de línguas como o português. A primeira é questionar a análise de Mioto (1992), Namiuti (2008), E. Martins (1997), Fonseca (2004) e Martins (1994) de que NegP domina TP em português (e, conseqüentemente, em outras línguas com marcadores pré-I°). Poderíamos considerar que a ambiguidade de escopo é justamente um argumento contra a análise e, portanto, uma evidência de que, de fato, o português se comporta como o inglês, com a categoria TP dominando NegP. Vitral (1999), por exemplo, adota uma análise distinta, considerando que a negação pré-verbal do PB como gerada entre TP e VP.²⁸ Essa análise ganha força se adotarmos uma concepção de universalidade na hierarquia sentencial, de modo contrário à hipótese de Laka (1990) sobre a parametrização na seleção dos núcleos funcionais.

Uma segunda alternativa para tentar preservar a análise na linha proposta por Huang (1982), Takubo (1985) e Johnston (1994) é assumir que NegP, de fato, domina TP em línguas como o português e tentar explicar a persistência da ambiguidade assumindo que os adjuntos causais podem se adjungir, ao menos nessas línguas, a outras categoriais mais altas do que o IP (TP e/ou AgrP), como o próprio NegP ou o CP.

Nas próximas seções, entretanto, mostrarei que nenhuma dessas soluções é satisfatória para resolver a questão. Apresentarei dados que mostram que um adjunto causal deveria estar sob o c-comando de formas negativas mesmo se TP dominasse NegP em português ou se o adjunto pudesse ser gerado em categorias estruturalmente mais altas do que TP.

4.3.3. Sujeitos negativos

Vimos, na seção 4.3.1, que os dados de licenciamento de anáforas geradas no interior de adjuntos, mas ligadas ao sujeito sentencial, criam, para a análise de c-comando, a necessidade de assumir que os adjuntos causais, na leitura de negação de predicado, devem continuar a ser c-comandados pelo sujeito. Essa necessidade pode ser satisfeita gerando o adjunto (na leitura de negação de predicado) em adjunção ao T' (ou I') ao invés de ao TP. Dessa forma, o adjunto escaparia ao c-comando por parte da negação, mas seria c-comandado pelo sujeito no

²⁸ Cf. também Camargos (2002) que analisa o marcador negativo não como sendo gerado diretamente em adjunção ao núcleo V. Note-se que esta análise, que Camargos (2002) oferece para a negação sentencial, é idêntica à análise oferecida por Choi (2004) para a negação de constituintes, quer dizer, para a negação de VPs não-oracionais (cf. a seção 3.2.3 no capítulo 3).

especificador de TP, de modo a licenciar certas expressões que podem ocorrer internamente ao adjunto, como anáforas e NPIs.

Já na seção 4.3.2, apresentei o problema (para a análise de adjunção ao TP) das línguas em que NegP dominaria o TP, como o português. Na mesma seção, também apontei que uma alternativa para superar esse problema é simplesmente rejeitar a análise de que o NegP domina o TP em português e assumir que português e inglês funcionam da mesma forma, com o TP dominando NegP. Essa decisão permitiria gerar a leitura de negação de predicado se o adjunto causal for gerado como adjunto do TP, acima, portanto, de NegP e da negação.

No entanto, mesmo excluindo a possibilidade de NegP dominar TP e assumindo que TP sempre domina NegP, outros problemas permanecem. A análise de que TP domina NegP apresenta problemas para as relações de c-comando da negação sobre o adjunto (gerado no T') quando consideramos outros dados como os de sentenças em que a negação é incorporada no sujeito (ao invés de ocorrer em um marcador negativo independente). A previsão é de que um sujeito negativo, ocupando o especificador do TP (acima de NegP), tenha escopo sobre o adjunto causal, quer ele seja gerado no VP quer no T'.

Ou seja, a análise de Huang (1982), Takubo (1985) e Johnston (1994) prevê que a leitura de negação de predicado seja cancelada quando o sujeito é negativo, deixando disponível apenas a leitura de negação de adjunto. Esta previsão, entretanto, é incorreta, como revelam os exemplos em (45) e (46), que mostram que tanto em português quanto em inglês as sentenças com sujeitos negativos permanecem ambíguas.²⁹

(45) a. Ninguém saiu por sua causa.	(N-Pred ou N-Adj)
b. 'Foi por sua causa que ninguém saiu'	(N-Pred)
c. 'Não foi por sua causa que (eles) saíram'	(N-Adj)
(46) a. No student left because of the test.	(N-Pred ou N-Adj)
b. 'Foi por causa do teste que nenhum estudante saiu'.	(N-Pred)
c. 'Não foi por causa do teste que os estudantes saíram'	(N-Adj)

Esse resultado é, portanto, indesejado e desfavorece a hipótese de que a leitura de

²⁹ Note o leitor que a solução de retornar à opção de adjunção ao TP como forma de impedir que o sujeito negativo c-comande o adjunto faz a análise cair no problema anterior, discutido em 4.3.1, de licenciamento de anáforas.

negação de predicado seja derivada pela geração do adjunto causal acima de VP (i.e., no TP ou T'). Esses dados também mostram que assumir que TP domina NegP, em português, não resolve a questão e pode, inclusive, ser uma solução dispensável. Notemos, por exemplo, que o mesmo efeito seria obtido se preservássemos a hipótese de que NegP domina TP em português, mas colocássemos o elemento causal como adjunto de Neg'. O sujeito negativo no especificador de NegP deveria c-comandar o adjunto e forçar a leitura de negação de adjunto, diferentemente do que ocorre.

Mas antes de descartarmos de vez a análise de Huang (1982), Takubo (1985) e Johnston (1994) de ambiguidade nas relações de c-comando, consideremos ainda uma outra forma de implementação técnica, a saber, a ideia de que o adjunto causal pode ser gerado em VP ou em CP (ao invés de em TP). Essa ideia ganha força, inclusive, em função da visão mais recente da teoria de fases, que considera que VP (ou ν P) e CP (ao invés de TP/IP) definem proposições (cf. Chomsky 2000).³⁰ Vimos, na seção 4.2.3, que é exatamente por considerá-lo como uma proposição que Johnston (1994) defende o TP como local possível para a adjunção do elemento causal, uma vez que a função de preposições como *because* seria relacionar duas proposições.

Nas próximas subseções, apresento dois tipos de argumentos contra a solução de adjunção ao CP. O primeiro é o fato de que o sujeito sentencial deve c-comandar o adjunto em quaisquer das leituras de escopo negativo (cf. também 4.3.1). O segundo é o fato de que, mesmo adjungido ao CP, esses adjuntos ainda podem ser c-comandados por outros elementos negativos mais altos, com a persistência da ambiguidade de escopo.

4.3.4. Controle em adjuntos

Como comentei na seção 4.3.2, a segunda solução para o caso de línguas em que NegP aparentemente domina TP seria aceitar essa análise, mas propor, alternativamente, que os adjuntos causais poderiam se adjungir a categorias hierarquicamente mais altas do que TP, como Neg', NegP, C' ou CP. Mas, no final da seção 4.3.2, aponte que a adjunção ao Neg' não soluciona o problema, pois um sujeito negativo no especificador de NegP c-comandaria um elemento adjungido ao Neg' (assim como um sujeito negativo no especificador de TP c-

³⁰ Mas a adjunção ao CP já apresenta o problema independente com o licenciamento de anáforas ligadas ao sujeito.

comandaria um adjunto em T'). Uma questão difícil de se responder é se um elemento adjungido à própria categoria negativa NegP cairia ou não sob o escopo da negação.

Resta a alternativa de adjunção a uma categoria ainda mais alta do que NegP, como, por exemplo, ao C' ou CP (ou a alguma das camadas do CP, no modelo do CP expandido de Rizzi 1997). Nessa perspectiva, a leitura de negação de predicado seria derivada por o adjunto ser gerado diretamente no C'/CP, como na representação em (47a), enquanto a negação do adjunto seria (como assumido anteriormente) derivada pela adjunção a uma posição abaixo do marcador ou do sujeito negativo, como ao VP, conforme a representação em (47b).

(47) a. Negação de predicado

b. Negação de adjunto

É importante notar que, se adotada, a opção da adjunção ao C'/CP não serviria apenas para o problema de NegP dominar TP em línguas como português, mas também para o caso do inglês, em que, como discuti na subseção anterior, mesmo que TP domine NegP, um sujeito negativo deveria forçar a leitura de negação de adjunto. Adotar a opção da adjunção ao C'/CP, portanto, não seria uma especificidade de línguas como o português, mas de todas as línguas que manifestam esse tipo de ambiguidade negativa, independentemente da hierarquia entre Neg e TP.

Contudo, a opção de adjunção ao C'/CP já enfrenta um problema com o licenciamento de anáforas. Como apontei na subseção 4.3.1, uma anáfora interna a um adjunto do tipo causal é licenciada pelo sujeito da matriz tanto na leitura de negação de adjunto quanto na de negação de predicado, o que mostra que o sujeito deve c-comandar o adjunto nas duas leituras. Se, contudo, em uma das leituras o adjunto estivesse no C'/CP, não seria c-comandado pelo sujeito (no especificador de TP ou de NegP a depender da natureza (negativa ou não-negativa) do sujeito e do tipo de língua). A previsão, então, é que a anáfora não poderia ser licenciada neste caso, o que contraria os fatos apontados em 4.3.1. O

licenciamento das anáforas, por si, já é suficiente para questionar a possibilidade de adjunção do elemento causal a uma categoria mais alta do que aquela em que o sujeito sentencial ocorre, mas há ainda um outro fenômeno que traz problemas para essa hipótese e que discuto nesta seção. Trata-se do fenômeno de controle, por parte do sujeito matriz, em sentenças adjuntas.

Sentenças como (48) mostram o fenômeno de controle em adjuntos, em que o sujeito nulo da sentença infinitiva (tratado na literatura como um elemento pronominal PRO), no adjunto, é interpretado como correferente ao sujeito (fonologicamente realizado) da matriz, o que indica que o sujeito da matriz deve c-comandar o sujeito nulo da sentença infinitiva adjunta e, portanto, também c-comandar o próprio adjunto.

- (48) a. I₁ gave Scruffy a biscuit (in order) __₁ to keep him quiet.
 eu deu S. um biscoito em ordem para manter ele quieto
 ‘Eu dei um biscoito a Scruffy para mantê-lo quieto’
- b. Mary₁ escaped, only __₁ to be recaptured.
 M. fugiu apenas para ser recapturado
 ‘Mary fugiu apenas para ser recapturada’
- c. Calvin₁ braced himself before/after __₁ racing down the hill.
 C. abraçar ele.mesmo antes/depois descer abaixo ladeira
 ‘Calvin preparou-se antes/depois de descer ladeira abaixo’
- (van Urk 2010: 41)

Se, na leitura de negação de predicado, o adjunto for gerado em CP (ou em alguma outra projeção funcional) **acima** da projeção em que está o sujeito, a previsão é de que, nos casos de negação de adjunto, o controle falhe por não haver relação de c-comando entre o sujeito matriz e o adjunto e, portanto, não haver c-comando entre o sujeito matriz e o sujeito nulo (PRO) da sentença infinita. Essa previsão, entretanto, se mostra incorreta. As versões negativas das sentenças de (48), apresentadas em (49), mostram a mesma ambiguidade de escopo, podendo ter as leituras de negação de adjunto ou de negação de predicado. Nestes exemplos, curiosamente, a única exceção é a de (49b), em que, por motivos independentes³¹,

31 A interpretação de negação de predicado, segundo a qual o propósito para Mary não escapar foi poder ser

uma das leituras é praticamente proibida, mas essa leitura excluída é justamente a de negação de predicado, sendo a leitura de negação de adjunto a mais (ou única) saliente. Entretanto, substituição de *be recaptured* por outra expressão que não seja antônimo de *escape*, faz com que a sentença seja novamente ambígua, como mostra (49c).

- (49) a. I₁ **didn't** give him a biscuit (in order) __₁ to keep him quiet (N-Pred ou N-Adj)

eu AUX-NEG dar ele um biscoito em ordem para manter ele quieto

‘Eu dei não um biscoito a ele e o motivo foi para mantê-lo quieto’ (N-Pred)

‘Eu dei um biscoito a ele, mas o motivo não foi para mantê-lo quieto’ (N-Adj)

- b. Mary₁ **didn't** escape only __₁ to be recaptured. (N-Adj)

M. AUX-NEG fugiu apenas para ser recapturado

‘Mary não fugiu e acabou sendo recapturada’

‘Mary fugiu, mas não acabou sendo recapturada’ (N-Adj)

- c. Mary₁ **didn't** escape only __₁ to see his family. (N-Pred ou N-Adj)

M. AUX-NEG fugiu apenas para ser recapturado

‘Foi apenas para ver sua família que Mary não fugiu’ (N-Pred)

‘Não foi apenas para ver sua família que Mary não fugiu’ (N-Adj)

- d. Calvin₁ **didn't** braced himself before __₁ racing down the hill. (N-Pred/N-Adj)

C. AUX-NEG abraçar ele.mesmo antes descer abaixo ladeira

‘Antes de descer ladeira abaixo, Calvin não se preparou’ (N-Pred)

‘Calvin preparou-se, mas não antes de descer ladeira abaixo’ (N-Adj)

No PB, além do fenômeno de controle de sujeitos nulos de sentenças infinitivas, também os sujeitos nulos de sentenças encaixadas finitas requerem controle pelos sujeitos da sentença superior. Ferreira (2000; 2004), Rodrigues (2004) e Nunes (2008, 2010) defendem que os sujeitos nulos das sentenças finitas do PB se comportam de modo semelhante aos chamados PROs nas infinitas. Os sujeitos nulos (encaixados) devem ser correferentes e c-comandados pelo sujeito da sentença superior, como mostram os exemplos em (50); essa relação deve ser local, ou seja, o elemento nulo só pode ser correferente a um sujeito próximo,

recapturada é contraditória, pois a recaptura pressupõe a fuga anterior.

a saber, na sentença imediatamente superior, como mostram os dados em (51); o sujeito nulo deve ser interpretado como uma variável ligada, quando o sujeito matriz é do tipo *só-DP* (*only-DP*), como mostra (52); em casos de elipses, o sujeito nulo tem necessariamente interpretação imprecisa (*sloppy interpretation*), como em (53).

(50) a. [A mãe de [Maria]₂]₁ acha que ____{1/*2} está grávida.

b. * O pai de [Maria]₁ acha que ___₁ está grávida.

(51) a. Maria₁ disse que Paula₂ acha que ____{*1/2} está grávida.

b. *Ela_i disse que ele acha que ___₁ está grávida.

(52) a. Só o João₁ acha que ___₁ vai ganhar a corrida.

‘Só João é um x tal que x acha que x vai ganhar a corrida’

‘Só João é um x tal que x acha que ele, João, vai ganhar a corrida’

(53) a. João₁ está achando que ___₁ vai ganhar a corrida e Pedro₂ também está Ø.

‘João acha que ele (João) vai ganhar a corrida e Pedro também acha que ele (Pedro) vai ganhar a corrida’

Com base nestes dados, Ferreira (2000, 2004, 2009) e Nunes (2008, 2010) argumentam que o sujeito nulo de sentenças (encaixadas) finitas, do PB é derivado por movimento da posição de especificador do TP encaixado para a sentença matriz, como na proposta de Hornstein (2001) e Boeckx, Hornstein e Nunes (2010) de controle (em sentenças infinitivas) por movimento. Independentemente da adoção da interpretação teórica de Ferreira (2000, 2004, 2009), Nunes (2008, 2010), é forte a evidência de que os sujeitos nulos encaixados de sentenças finitas se comportam de modo similar ao fenômeno de controle com relação à exigência de c-comando.

Diante desses fatos, a previsão, então, é de que o sujeito nulo de uma sentença causal (infinitiva ou finita) adjungida ao CP ou C’ não seja licenciado por não ser c-comandado pelo sujeito da matriz. Se essa previsão for correta, um sujeito nulo no adjunto causal deverá ser inaceitável na interpretação de negação do predicado. Essa previsão, novamente, é incorreta. As sentenças em (54) mostram que o sujeito nulo é licenciado no adjunto causal e a sentença continua ambígua entre duas interpretações.

- (54) a. Maria_i num foi promovida porque ____i é negra. (N-Pred ou N-Adj)
 b. Maria_i num foi promovida por ____i ser negra. (N-Pred ou N-Adj)

Os dados de licenciamento de anáfora bem como os dados de controle em adjuntos mostram que os adjuntos do tipo causal devem ser c-comandados pelo sujeito da matriz, seja na leitura de negação de adjunto, seja na de negação de predicado. Isso vai contra qualquer análise que derive a interpretação de negação de predicado a partir da geração do adjunto em uma posição acima do sujeito da sentença. Mas ainda que a pesquisa sintática atual ou futura possa levar a afrouxamento do requerimento de c-comando para o licenciamento de anáforas e de controle, ainda há outros casos em que a ambiguidade de escopo negativo permanece quando um elemento negativo ocorre em uma posição claramente acima dos adjuntos causais. Trato desses dados na próxima seção.

4.3.5. Outras formas negativas acima de TP

Na seção anterior, mostrei que há pelo menos dois argumentos contra a possibilidade de gerar o elemento causal como adjunto do C' ou CP na leitura de negação de predicado, como alternativa de implementação da análise de Huang (1982), Takubo (1985) e Johnston (1994) ante o problema das línguas com NegP acima de TP e o problema dos sujeitos negativos tendo escopo sobre o adjunto de TP. Os argumentos contra essa forma de implementação são os problemas gerados (i) pelo licenciamento de anáforas e (ii) pelo licenciamento do controle de adjuntos pelo sujeito da oração superior.

Mas ainda que se insista na possibilidade de adjunção ao C' ou CP (ou a qualquer categoria mais alta do que NegP/TP), essa análise encontra outros problemas quando consideramos casos de sentenças com elementos negativos realizados em posições claramente mais altas do que o TP. Há pelo menos dois tipos de dados que podemos considerar aqui.

O primeiro é o caso de elementos negativos ocorrendo no especificador de CP, como, por exemplo, no fenômeno de inversão negativa que ocorre no inglês. Sentenças como (55), em que o advérbio negativo *never* em posição inicial dispara a inversão na ordem entre o auxiliar e o sujeito, são analisadas na literatura como tendo *never* no especificador de CP e o auxiliar movido para C° (cf. Haegeman 1995).

- (55) a. **Never** has Mary got a promotion because she is black. (N-Pred ou N-Adj)
 nunca AUX M. conseguir uma promoção porque ela é negra
 ‘Mary nunca ganhou uma promoção e o motivo foi por ela ser negra’ (N-Pred)
 ‘Ser negra nunca foi a causa para Maria ganhar promoções’ (N-Adj)
- b. **Never** has Mary got a promotion because of her father. (N-Pred ou N-Adj)
 nunca AUX M. conseguir uma promoção porque de seu pai
 ‘Mary nunca ganhou uma promoção e o motivo foi o seu pai’ (N-Pred)
 ‘O pai de Maria nunca foi a causa para ela ganhar promoções’ (N-Adj)

Novamente, o advérbio *never* no especificador de CP c-comanda o adjunto causal que estiver adjungido a quaisquer categorias mais baixa que o CP, como o VP, o IP ou alguma outra categoria.³²

A adjunção ao C’ também faz a previsão de que, nos casos de inversão negativa, a negação sempre terá escopo sobre o adjunto causal e apenas a leitura de negação de adjunto estará disponível.³³ Essa previsão, no entanto, falha novamente. As sentenças em (55) são ambíguas entre negação de adjunto e negação de predicado. Na interpretação de negação de adjunto, o que se afirma é que o motivo de Mary ter (efetivamente) recebido promoções nunca foi por favoritismo devido a sua cor ou sua filiação (i.e. nepotismo). Na interpretação de negação de predicado, o que se afirma é que Mary jamais recebeu uma promoção e o motivo disso foi preconceito por sua raça ou preconceito por sua filiação.

Dados equivalentes ao fenômeno de inversão negativa em inglês são difíceis de serem reproduzidos no PB, pela ausência de movimento do verbo para C° (inversão auxiliar-sujeito) e porque muitas análises consideram que o advérbio *nunca*, quando em posição inicial, está adjungido ao TP ou é um especificador de NegP (cf. Mioto 1992). Ainda assim, uma sentença como (56a), que soa quase erudita no PB, ainda é percebida como ambígua apesar de não ser produtiva. Na leitura de negação de predicado, o que se afirma é que o respeito dos meninos pelo ouvinte os impediria de fazer determinada ação (cf. (56b)); na leitura de negação de

32 De acordo com o conceito de c-comando de Kayne (1994: 16), em que há c-comando mútuo entre o especificador de um XP e o adjunto do mesmo XP, nos casos de inversão negativa, o advérbio negativo no especificador do CP também c-comandaria o adjunto causal adjungido ao CP.

33 A possível exceção é se adotarmos um conceito de c-comando que leve em conta as distinções de segmentos de categoriais. Nesse caso, o advérbio negativo no especificador de CP continuaria c-comandando adjuntos no VP e no TP, mas não mais c-comandaria adjuntos do CP.

adjunto, o que se afirma é que o respeito pelo falante nunca poderia ser considerado o motivo para os meninos fazerem uma determinada ação, ou seja, os meninos teriam outro motivo para praticá-la (cf. (56c)). Também no PE, em que a inversão entre sujeito e auxiliar é mais produtiva, (56a) é ambígua entre as duas leituras, da mesma forma que as sentenças em (55), em inglês.

- (56) a. **Nunca** teriam os meninos feito isso por sua causa. (N-Pred ou N-Adj)
 b. ‘Os meninos nunca fariam isso e a causa disso é você’. (N-Pred)
 c. ‘Você nunca seria a causa para os meninos fazerem isso’. (N-Adj)

Uma sentença como (57a), com a partícula *que* em lugar do auxiliar, entre o advérbio *nunca* e o sujeito, poderia ser considerada o equivalente de (56a) no PB, mas é importante apontar que, neste caso, há uma diferença entre as duas sentenças, pois o *que* parece funcionar mais como um marcador de foco, provocando uma interpretação de focalização sobre do advérbio *nunca*. Também em (57a) possui duas leituras, assim como (56a), mas a leitura de negação de predicado parece exigir uma pausa maior entre o predicado e o adjunto, como (58) tenta reproduzir, como se o adjunto fosse um tipo de *after thought*, deslocado à direita. Esse efeito pode estar relacionado diretamente ao processo de focalização da negação, embora o mecanismo que o causa não seja claro.

- (57) a. **Nunca** que os meninos teriam feito isso por sua causa. (N-Pred ou N-Adj)
 b. ‘Os meninos nunca fariam isso e a causa disso é você’. (N-Pred)
 c. ‘Você nunca seria a causa para os meninos fazerem isso’. (N-Adj)

- (58) **Nunca** que os meninos fariam isso!, por sua causa... (N-Pred ou N-Adj)

Por outro lado, essa necessidade de prosódia de *after thought* remete à análise que Huang (1982) propõe para a ambiguidade da negação com quantificadores em posição de complemento verbal. A análise proposta pelo autor para esses casos difere da adotada para os adjuntos. Por não poder assumir, nestes casos, que o quantificador complemento é gerado em posições estruturais diferentes (i.e. acima ou abaixo da negação), Huang (1982) assume que a leitura em que o quantificador escapa ao escopo negativo é derivada pelo deslocamento à direita do quantificador, de modo a não ser mais c-comandado pela negação. Esse efeito de

deslocamento à direita ou de *after thought* seria, então, natural em todos os casos de negação de predicado em que elemento (quantificador ou adjunto) que escapa ao escopo está em posição final, embora em alguns exemplos a diferença prosódica pareça mais acentuada por interferência de outros fatores, como processos simultâneos de focalização.

Os casos de inversão negativa excluem a possibilidade de a leitura de negação de predicado ser gerada a partir da adjunção ao C', mas pouco dizem sobre a possibilidade de adjunção ao CP, onde o adjunto estaria fora do domínio de c-comando do advérbio negativo no especificador de CP.

O segundo caso de elementos negativos gerados em posições mais altas que TP é o fenômeno de coordenação de orações por conjunções negativas. Um exemplo desse fenômeno vem da coordenação, em inglês, através dos elementos *neither* e *nor*, como nas sentenças em (59a) e (59b) abaixo, que também apresenta ambiguidade entre negação de predicado e negação de adjunto. Qualquer que seja a forma mais adequada de representar as estruturas do tipo [*neither* sentença *nor* sentença], parece claro que essas conjunções negativas estão estruturalmente mais altas e, portanto, c-comandam as sentenças que introduzem, inclusive os adjuntos causais, quer eles estejam em VP, em TP ou em CP. Assumindo a análise de Huang (1982) e (Johnston 1994), a previsão é de que tais sentenças deveriam ter apenas a leitura de negação de adjunto, contrariamente ao que ocorre.

(59) Negação de predicado ou negação de adjunto

a. **Neither** did John leave because of you **nor** did Mary come because of me.

b. **Neither** John left because of you **nor** did Mary come because of me.³⁴

Negação de predicado

c. 'Foi por sua causa que John não saiu; e foi por sua minha causa que Mary não veio'

Negação de adjunto

d. Não foi por sua causa que John saiu; e não foi por minha causa que Mary veio'

Em português, a estrutura mais semelhante a [*neither* sentença *nor* sentença] seria a introdução de sentenças pela conjunção *nem*. Mas é preciso estar atento ao fato de que esse item é, muitas vezes, ambíguo entre uma conjunção e um modificador. Por exemplo, na

³⁴ Há falantes que preferem a inversão do auxiliar apenas na segunda sentença da coordenação, mas não na primeira.

sentença (60a), mas não está claro se *nem* introduz toda a oração ou se apenas modifica o sujeito em uma interpretação semelhante à da expressão *not even* em inglês. Essa possibilidade fica mais clara com o acréscimo de *mesmo* entre *nem* e o sujeito. Nesse caso, a negação exclusiva do predicado é marginal ou ruim.

- (60) a. **Nem** (mesmo) o deputado foi condenado por causa do mensalão.
 b. ‘Foi por causa do mensalão que o deputado não foi condenado’ (N-Pred)³⁵
 c. # ‘O deputado foi condenado, mas não por causa do mensalão’ (N-Adj)

A exclusão da leitura de negação de adjunto pode, porém, ser consequência *nem* modificar diretamente o sujeito ao invés de ter escopo sobre toda a sentença. Como um advérbio (ao invés de uma conjunção), o *nem* introduz uma pressuposição de que todas as outras pessoas consideradas foram “não-condenadas”. Como consequência, a interpretação de (60a) é a de que o sujeito (também) faz parte do conjunto de entidades às quais o predicado não se aplicou, independentemente da relação causal envolvida. Qualquer leitura em que o predicado não seja negado é portanto, excluída. Isso faz com que a leitura típica de negação de adjunto, descrita em (60c), seja inaceitável. Esse fato parece favorecer uma análise de adjunção do elemento causal ao CP, acima da expressão *nem* (*mesmo*), que poderia estar no especificador de TP/NegP, modificando o sujeito diretamente ou em alguma posição entre CP e TP/NegP, modificando o sujeito indiretamente, mas essencialmente sem ter acesso ao adjunto.

No entanto, esta não é a história completa. Primeiro, já apontei na seção 4.3.3 que, com outros sujeitos negativos, como *ninguém* e *no NP* (o mesmo vale para *nenhum NP*), a ambiguidade entre negação de predicado e de adjunto permanece, portanto o efeito provocado por *nem mesmo* não decorre unicamente da relação estrutural, mas da interação entre a relação estrutural e a pressuposição introduzida por esta expressão.

Como apontei antes, o uso de *nem* na sentença (60) não pode ser considerado o equivalente, no PB, para os casos de coordenação do tipo *neither... nor*, do inglês, devido à sua interpretação como modificador do sujeito. Um dos motivos para essa interpretação decorre da sua ocorrência isolada de *nem*. Em exemplos com a configuração [*nem* sentença

³⁵ Uma outra possibilidade é interpretar essa sentença como (i) abaixo, em que haveria negação simultânea do predicado e do adjunto. Entretanto, não está claro se se trata de uma terceira possibilidade de interpretação ao de uma consequência da interpretação em (60b).

(i) ‘Apesar do mensalão, o deputado não foi condenado’ (= ‘Nem mesmo o mensalão não causou a demissão do deputado’).

nem sentença], por outro lado, a interpretação de coordenação de estruturas fica mais clara. No exemplo em (61a), com essa configuração, a ambiguidade de escopo permanece. Os contextos apresentados em (62) deixam as diferentes leituras mais evidentes.

(61) Negação de predicado ou negação de adjunto

- a. **Nem** João saiu por minha causa **nem** Maria ficou por sua causa.

Negação de adjunto

- b. ‘Não foi por minha causa que João saiu; não foi por sua causa que Maria ficou’

Negação de predicado

- c. ‘Foi por minha causa que João não saiu; foi por sua causa que Maria não ficou’

- (62) a. Nós não deveríamos ter vindo. *Nem João saiu, por MINHA causa, nem Maria ficou, por SUA causa.* Nós só fizemos atrapalhar os planos deles. (N-Pred)
 b. Pare de ficar se culpando. *Nem João saiu por minha causa, nem Maria ficou por sua causa.* Eles já tinham planejado e queriam fazer isso independentemente da nossa presença. (N-Adj)

O mesmo tipo de ambiguidade pode ser captada na sentença em (63a), que pode ter a leitura de negação de predicado ou de negação de adjunto, descritas em (63b) e (63c), respectivamente. Na próxima subseção, discuto o fato de que tanto (61a) quanto (63a) podem ter uma terceira interpretação semelhante à expressa em (60c).

- (63) a. **Nem** o deputado foi cassado por causa do mensalão **nem** o ministro foi demitido por causa da quebra de sigilo. (N-Pred ou N-Adj)
 b. ‘O mensalão foi a causa para o deputado não ter sido cassado; e a quebra de sigilo foi a causa para o ministro não ter sido demitido’. (N-Pred)³⁶
 c. ‘O mensalão não foi a causa da cassação do deputado; e o dossiê não foi a causa da demissão do ministro’. (Ou seja, as causas verdadeiras foram outras). (N-Adj)³⁷

36 A leitura de negação de **predicado** fica mais transparente no discurso maior expresso em (i). Essa frase é verdadeira se o deputado tiver usado o mensalão para precisar ou chantagear outros deputados e evitar a própria cassação; e se o ministro usou a quebra de sigilo da mesma forma ou se a quebra de sigilo levou à anulação de qualquer prova contra o ministro.

(i) *Nem o deputado foi cassado, por causa do mensalão; nem o ministro foi demitido, por causa do caseiro!* Eles foram espertos e usaram esses trunfos para impedir qualquer punição.

37 A leitura de negação de **adjunto** fica mais transparente no discurso maior expresso em (i).

(i) *Nem o deputado foi cassado por causa do mensalão nem o ministro foi demitido por causa da quebra de sigilo.* Na verdade, eles perderam os cargos porque contrariaram o presidente.

Em suma, os casos de elementos negativos gerados em posições acima de TP, como o de advérbios no especificador de CP na inversão negativa e o de conjunções coordenativas negativas, fornecem mais argumentos contra a hipótese de que a ambiguidade depende (exclusivamente) de diferenças nas relações de c-comando. Embora o c-comando seja necessário para gerar a leitura de negação de predicado, há dados suficientes de adjuntos causais, finais e temporais c-comandados pela negação, mas fora de seu escopo, para considerarmos que algum outro fator, distinto do c-comando, é o verdadeiro responsável pela ambiguidade de escopo negativo discutida neste capítulo.

4.3.6. Duas ou três leituras?

Até a subseção anterior, tenho discutido os casos de ambiguidade de escopo negativo opondo apenas duas possibilidades de leituras, a negação de predicado *versus* a negação de adjunto, seguindo o que tem sido majoritariamente discutido na literatura (cf. Lasnik 1972; Huang 1982; Takubo 1985; Johnston 1994). Essas interpretações são, em geral, tratadas na literatura como excludentes (i.e. ou negação **exclusiva** do predicado ou negação **exclusiva** do adjunto) uma vez que seriam resultado de apenas um fator. Por exemplo, a geração da negação, em estrutura profunda, no predicado ou no adjunto; a aplicação ou não-aplicação de uma regra prosódica; a geração do adjunto acima ou abaixo de negação.

Entretanto, um terceiro tipo de leitura pode ser encontrado nas línguas, com a negação simultânea do predicado e do adjunto. Em francês, por exemplo, a sentença (64a) pode ter três interpretações, descritas em (64b), (64c) e (64d), i.e. uma leitura de negação exclusiva do predicado, uma de negação exclusiva do adjunto e outra de negação simultânea do predicado e do adjunto.

(64) a. Jean ne parle pas à cause de son ami.

J. NEG fala NEG por causa de seu amigo

b. ‘É por causa de seu amigo que o João não fala’ (N-Pred)

c. ‘**Não** é por causa de seu amigo que o João fala’ (N-Adj)

d. ‘**Não** é por causa de seu amigo que o João **não** fala’ (N-Pred & N-Adj)

A uma sentença do PB como (65a) também podem ser atribuídas três interpretações. Em uma delas, que corresponde aos casos típicos de negação de predicado, o que se afirma é que algo expresso pelo adjunto é a causa para a **não**-realização do predicado, como em (65b). Nos casos típicos de negação de adjunto, a interpretação é de que algo **não** é causa para a realização do predicado — e o predicado, de fato, se realiza (por algum outro motivo), como em (65c). Na terceira leitura disponível, o adjunto **não** é causa nem da realização nem da não-realização do predicado — e o predicado **não** se realiza, como em (65d).

- (65) a. O deputado num foi cassado por causa do mensalão.
 b. ‘A causa para a **não**-cassação do deputado foi o mensalão’. (N-Pred)
 c. ‘O deputado foi cassado, mas a causa da cassação **não** foi o mensalão’. (N-Adj)
 d. ‘O mensalão **não** causou a cassação do deputado’ ou ‘A **não**-cassação do deputado se deu apesar do mensalão’. (N-Pred & N-Adj)

Essa leitura adicional também está presente, por exemplo, em (63a), repetido em (66a), que, além das leituras de negação de predicado e de negação de adjunto descritas em (63b) e (63c), possui também a leitura em (66b).

- (66) a. **Nem** o deputado foi cassado por causa do mensalão **nem** o ministro foi demitido por causa do caseiro.
 b. ‘**Apesar** do mensalão, o deputado não foi cassado; e, **apesar** do caseiro, o ministro não foi demitido’ (= ‘O mensalão não foi a causa da cassação de deputado, pois ele não foi cassado; e o caseiro não a causa da demissão de ministro pois ele não foi demitido’).

Esses três tipos de relações são resumidas em (67).³⁸

- (67) Tipos de relações causais em função de negação
 a. N-Pred: o adjunto causa a **não**-realização do predicado.
 b. N-Adj: o adjunto **não** causa a realização do predicado (mas este se realiza).
 c. N-Pred & N-Adj: o adjunto **não** causa a (não-)realização do predicado (mas este **não** se realiza).

³⁸ Note-se quem a terceira leitura expressa em (67c) pode ser desdobrada em dois sub-tipos, como descrito em (i) e (ii).

(i) N-?: o adjunto **não** causa a realização do predicado (mas o predicado **não** se realiza).

(ii) N-??: o adjunto **não** causa a **não**-realização do predicado (e o predicado **não** se realiza).

Essa terceira leitura é, de certa forma, uma combinação das duas outras. Ela expressa a negação simultânea de predicado e de adjunto e pode ser descrita nestes termos (N-Pred & N-Adj). Em termos lógicos, isso indica que, nesse tipo de sentença, pode haver uma interpretação exclusiva ou inclusiva das leis de De Morgan, descrita (de modo não-técnico) em (68).

$$(68) \text{ Não } (A \text{ e } B) = (\text{não } A) \text{ e/ou } (\text{não } B)$$

Uma questão que pode ser levantada é se a negação simultânea de predicado e de adjunto deve ser considerada um terceiro tipo de leitura, resultante das relações de escopo negativo, ou se decorre tão somente da vagueza da expressão *por causa de*, que não necessariamente se refere a causa.³⁹

Essa terceira possibilidade de leitura também aparece em sentenças com a configuração [Neg VP Neg]. No PB, o acréscimo do *não* pós-VP antes do adjunto no exemplo de (64a) faz com que esta sentença tenha apenas a leitura de negação de predicado, como em (69a).

- (69) a. O deputado num foi cassado **não**, por causa do mensalão.
 b. ‘A causa para a não-cassação do deputado foi o mensalão’. (N-Pred)

Por outro lado, o acréscimo do *não* pós-VP após o adjunto, como em (70a), bloqueia a leitura de negação apenas do predicado, mas permite a negação (apenas) do adjunto, como em (70b) e a leitura de negação simultânea de adjunto e predicado, como em (70c).

- (70) a. O deputado num foi cassado por causa do mensalão **não**.
 b. ‘A causa para a cassação do deputado **não** foi o mensalão’. (N-Adj)
 c. ‘O mensalão **não** causou a cassação do deputado’ ou ‘A **não**-cassação do deputado se deu apesar do mensalão’. (N-Pred & N-Adj)

Em outras palavras, a configuração de [Neg VP Neg **Adj**] permite apenas negação de predicado. Já a configuração de [Neg VP **Adj** Neg] permite negação de adjunto com ou sem a negação simultânea do predicado (ou seja, (N-Pred & N-Adj) e (N-Adj), respectivamente).

Nessa perspectiva, os casos de ambiguidade de escopo negativo não podem ser tratados

³⁹ Agradeço a Jairo Nunes por chamar minha atenção para esse ponto.

como uma simples alternância entre negação de predicado (N-Pred) *versus* negação de adjunto (N-Adj), uma vez que as duas leituras podem co-ocorrer, ou seja, podem ser simultâneas. Uma mesma sentença pode ser ambígua entre os três tipos de leitura, como os casos das sentenças com apenas um marcador negativo pré-VP do francês, do inglês e do português. E sentenças com um segundo marcador negativo em posição **final**, que bloqueiam a leitura de negação exclusiva do predicado (N-Pred), forçando a negação do adjunto (N-Adj), permitem que a negação do adjunto ocorra simultaneamente à negação do predicado (N-Pred & N-Adj). Volto aos casos das sentenças com [Neg VP Neg] na próxima seção.

Esses fatos trazem dificuldades para alguma teoria que considere que a negação de predicado e a negação de adjunto são excludentes, ou seja, geradas por mecanismos distintos de modo que a negação do predicado seja excluída pela leitura de negação de adjunto.

É preciso, portanto, tratar as possibilidades de escopo negativo em termos da possibilidade *versus* impossibilidade do escopo recair sobre o adjunto, agrupando as leituras de negação de adjunto (N-Adj) e de negação simultânea de adjunto e predicado (N-Pred & N-Adj) *versus* a de negação de predicado (N-Pred), como resumido em (71).

- (71) a. **Negação de predicado:** negação exclusiva do predicado (N-Pred).
 b. **Negação de adjunto:** negação exclusiva do adjunto (N-Adj) ou negação simultânea do predicado e do adjunto (N-Pred & N-Adj).

Nos exemplos apresentados e discutidos ao longo das próximas seções, salvo indicação explícita em contrário, não farei distinção entre as leituras descritas em (71b), ou seja, utilizarei o termo *negação de adjunto* para qualquer leitura em que o o adjunto seja negado, seja exclusivamente seja em companhia do predicado. Quando for necessário distinguir entre os dois subtipos de negação de adjunto, usarei os termos “leitura exclusiva” e “leitura simultânea” (cf. seção 4.6).

Outro argumento para pôr a negação simultânea de predicado e adjunto (N-Pred & N-Adj) e a negação exclusiva de adjunto (N-Adj) no mesmo grupo se deve ao fato de que uma distinção mais clara entre essas duas leituras só ocorre com os adjuntos motivacionais. Não há uma distinção tão transparente entre essas duas possibilidades quando lidamos com adjuntos temporais, por exemplo. O exemplo (7a), repetido em (72a), pode a interpretação de negação de predicado **sem** negação de adjunto (N-Pred), como em (72b), e de negação de adjunto **sem** negação de predicado (N-Adj), como em (72c)), mas não pode ter uma interpretação de

negação simultânea de predicado e adjunto (N-Pred & N-Adj), como em (72d).

- (72) a. Ele num saiu depois da meia-noite.
 b. ‘Depois da meia-noite, ele não saiu (mais)’. (N-Pred)
 c. ‘Ele saiu, mas não (foi) depois da meia-noite’. (N-Adj)
 d. # ‘Não foi depois da meia-noite que ele não saiu’. (N-Pred & N-Adj)

Encerro aqui a discussão sobre os principais problemas das análises que opõem negação de predicado e negação de adjunto em termos de diferenças de c-comando entre o marcador negativo pré-VP e o adjunto. Na próxima seção, discuto o caso específico das línguas que permitem a estrutura [Neg VP Neg] e as dificuldades adicionais que tal configuração traz para uma análise unificada das possibilidades de atribuição de escopo negativo em sentenças com adjuntos verbais.

4.4. Línguas como marcadores de negação pós-VP

Comentei, anteriormente, que tanto línguas que possuem um marcador negativo pós-verbal ou, mais especificamente, pós-I° (como inglês, holandês e alemão), quanto línguas que têm um marcador pré-verbal, ou seja, pré-I° (como espanhol, italiano e mesmo português), apresentam o mesmo tipo de ambiguidade de escopo negativo em sentenças com os adjuntos causais. Isso mostra que a ambiguidade se manifesta com todos os marcadores relacionados ao sistema IP (pré-VP), independentemente da posição linear anterior ou posterior ao verbo (ou auxiliar) em I°/T°.

Nesta seção, discuto os casos das línguas que, além de um marcador negativo medial, relacionado ao IP, apresentam também um marcador em posição final de sentença ou final de VP (ou pós-VP). Como já comentei no início deste capítulo, as sentenças com dois marcadores negativos, em tais línguas, apresentam um comportamento, em relação ao escopo negativo, distinto do comportamento das sentenças que possuem apenas um marcador pré-VP.

Como mostrei no capítulo 1, além do PB, há outras línguas em que dois marcadores podem co-ocorrer, como por exemplo, o crioulo palenquero e o crioulo são-tomense, como mostram os exemplos em (73) e (74)⁴⁰.

40 Essa configuração também ocorre em outras sentenças como o africâner (com a diferença de que o primeiro

- (73) Nu krelo **nu**. (Palenquero; Dieck, 2000: 52)

NEG **crer** NEG

‘Não creio’.

- (74) Ê na sê piska **fa**. (São-tomense; Hagemeijer 2007: 174)

3sg NEG saber peixe NEG

‘Ele não sabe pescar’

Como comentei anteriormente, no PB, o segundo marcador negativo, em geral, ocupa a posição final de sentença, mas, quando certos adjuntos como os causais, finais e temporais estão presentes, este marcador pode preceder ou seguir tais adjuntos. Neste caso, a presença do marcador pós-VP tem o efeito de retirar a ambiguidade da sentença, como mostra o contraste entre os exemplos em (75a), (76a) e (77a), que são ambíguos (quanto à possibilidade de escopo sobre o adjunto), e os exemplos em (75b), (75c), (76b), (76c), (77b), (77c), que não são ambíguos.

Quando o segundo marcador precede o adjunto, a leitura resultante é de negação de predicado, como mostra a versão (b) dos exemplos de (75) a (77). Quando, por outro lado, o segundo marcador segue o adjunto, a leitura é de negação de adjunto, como na versão (c) de (75) a (77).

- (75) a. Maria num foi promovida porque é negra. (N-Pred ou N-Adj)

b. Maria num foi promovida **não**, porque é negra. (N-Pred)

‘Maria não foi promovida e o motivo disso foi por ela ser negra’

c. Maria num foi promovida porque é negra **não**. (N-Adj)

‘Maria foi promovida, mas não por ela ser negra’

- (76) a. Ele num voltou pra casa pra estudar pra prova. (N-Pred ou N-Adj)

b. Ele num voltou pra casa **não**, pra estudar pra prova. (N-Pred)

‘Ele não voltou para casa e o objetivo disso foi estudar para a prova’

c. Ele num voltou pra casa pra estudar pra prova **não**. (N-Adj)

‘Ele voltou para casa, mas não para estudar para a prova’.

marcador é pós-I^o, como o inglês e o holandês) (cf. Biberauer 2007) e o fongbe (cf. Aboh 2010).

- (77) a. Ele num saiu depois da meia-noite. (N-Pred ou N-Adj)
 b. Ele num saiu **não**, depois da meia-noite. (N-Pred)
 ‘Depois da meia-noite, ele não saiu’.
 c. Ele num saiu depois da meia-noite **não**. (N-Adj)
 ‘Não foi depois da meia-noite que ele saiu’ ou ‘Ele saiu, mas não foi depois da meia noite’

Os exemplos em (78), (79) e (80) mostram que a mesma variação entre a posição pré-adjunto e pós-adjunto do segundo marcador ocorre no são-tomense⁴¹. Nesses casos, quando o marcador *fa* antecede o adjunto, a sentença tem leitura de negação de predicado, como mostram (78a), (79a) e (80a). Quando, porém, *fa* se segue ao adjunto, a leitura gerada é de negação de adjunto, como mostram (78b), (79b) e (80b).

- (78) a. Ê **na** ka ba kume **fa** *antê plaman*. (N-Pred)
 3sg NEG ASP ir comer NEG antes manhã
 ‘Até de/antes da manhã, ele não comeu’
 b. Ê **na** ka ba kume *antê plaman* **fa**. (Maji antê taji). (N-Adj)
 3sg NEG ASP ir comer antes manhã NEG mas antes tarde
 ‘Ele não vai comeu antes da manhã (não), mas antes da tarde’
 (Hagemeijer 2007: 232-233)
- (79) a. Zon na ka tlabá **fa** tudu plaman. (N-Pred)
 Z. NEG APS trabalhar NEG toda manhã
 ‘Toda manhã, Zon não trabalha’.
 b. Zon na ka tlabá tudu plaman **fa**. (N-Adj)
 Z. NEG APS trabalhar toda manhã NEG
 ‘Nem toda manhã Zon trabalha’
 (Hagemeijer 2007: 232)

41 Não possuo dados sobre o escopo negativo do crioulo palenquero, falado em pequenas comunidades da Colômbia. A previsão que esta análise faz é de que essa língua deve se comportar como o PB e como o são-tomense quanto à variação na posição do *nu* pós-VP e os adjuntos do tipo causal.

- (80) a. Zon na ka fla **fa** *plôvya migu dê* (N-Pred)

Z. NEG ASP falar NEG porque amiga POSS

‘Zon não fala por causa da amiga dela’

- b. Zon na ka fla [*plôvya tudu inen kwa se*] **fa** (N-Adj)

Z. NEG ASP fala porque todo DEM coisas NEG

‘**Não** é por causa de todas essas coisas que ela **não** fala’⁴².

(Hagemeijer 2007: 236)

Em suma, nas línguas que permitem a estrutura [Neg VP Neg], não há ambiguidade de escopo quando o segundo marcador está presente. A própria estrutura sintática retira a ambiguidade das sentenças e o segundo marcador negativo parece ter um efeito de delimitar o escopo, de marcar o limite máximo do alcance da negação. A configuração [Neg VP Neg **Adj**] não permite o escopo negativo sobre o adjunto, mas [Neg VP **Adj** Neg] força o escopo sobre o adjunto.

Outro aspecto interessante da interação entre o marcador negativo pós-VP e o escopo negativo diz respeito à prosódia. Nas sentenças em que há um segundo marcador, ocorre a mesma diferença prosódica identificada nas sentenças ambíguas que têm apenas um marcador pré-VP. Mais especificamente, as sentenças em (75b), (76b) e (77b), com a estrutura [Neg VP Neg **Adj**] e leitura de **negação de predicado**, possuem duas curvas entonacionais — a primeira envolvendo o núcleo da sentença (o sujeito, o VP e a negação) e a segunda envolvendo apenas o adjunto —, da mesma forma que as sentenças em (75a), (76a) e (77a), com estrutura [Neg VP (Adj)] na leitura de **negação de predicado**.

Por outro lado, as sentenças em (75c), (76c) e (77c), com a estrutura [Neg VP (**Adj**) Neg] e leitura de **negação de adjunto**, possuem apenas uma curva entonacional, envolvendo tanto predicado quanto adjunto, da mesma forma que as sentenças em (75a), (76a) e (77a), na leitura de **negação de adjunto**. Em outras palavras, a negação de predicado sempre apresenta duas curvas entonacionais, e a negação de adjunto (com ou sem negação simultânea do

42 Hagemeijer (2007) aponta que, diferentemente de outras línguas, em são-tomense, uma sentença como (80b), com um adjunto causal, não possui a leitura de negação *exclusiva* do adjunto, mas apenas a de negação simultânea do adjunto e do predicado.

Nisso, é possível considerar que as sentenças causais do são-tomense diferem das sentenças com outros adjuntos, pois os exemplos em (78) e (79) permitem a leitura de negação do adjunto com exclusão do predicado.

predicado) sempre apresenta uma curva entonacional, seja em sentenças com configuração [Neg VP] ou [Neg VP Neg]. Apesar de o segundo marcador, por si só, já definir o tipo de leitura, ele não torna a prosódia dispensável. Antes, a prosódia pode ser vista como consequência da interpretação gerada pela sentença.

Isso favorece uma análise em que as diferenças semânticas quanto ao escopo são derivadas da estrutura sintática e não diretamente da prosódia, contrariamente a uma das sugestões de Lasnik (1972), a saber, a de que o escopo negativo seria resultado de uma regra prosódica que relaciona a prosódia à interpretação (cf. seção 4.2.1). Considerando também que, mesmo nas sentenças com [Neg VP (Adj) Neg (Adj)], ainda permanece a relação biunívoca entre a interpretação e a prosódia, é plausível que esses dois fatores (prosódia e semântica) sejam resultado da estrutura sintática, que constitui, nos modelos gerativistas mais aceitos, o único ponto direto de contato entre PF e LF.

Portanto, as línguas que permitem a estrutura [Neg VP Neg], em especial aquelas em que há alternância entre [Neg VP Neg] e [Neg VP], constituem problemas adicionais para qualquer teoria sobre a interação entre o escopo negativo e as sentenças com adjuntos do tipo causal, temporal, final etc. A questão que deve ser acrescentada à investigação é: como analisar o papel do marcador negativo pós-verbal para definição do escopo negativo em sentenças com esse tipo de adjuntos?

Para responder a essa pergunta adicional da pesquisa, o primeiro aspecto que é preciso investigar é qual a posição estrutural do marcador pós-VP na sentença e em relação ao adjunto causal. Os termos “pós-VP” e “final”, em referência a este segundo marcador, são usados aqui de modo apenas descritivo. Os termos apontam somente para a ordem linear em que o marcador ocorre e não dizem respeito à sua posição estrutural. Pelo contrário, ao longo de toda essa tese, tenho defendido que esse marcador é gerado diretamente no sistema CP e que os casos de [Neg VP Neg] e [VP Neg] são derivados pelo movimento de toda a sentença para uma posição, na periferia esquerda, acima do *não*, mais especificamente, para o especificador da categoria AstP, em que o *não* pós-VP é gerado.

No entanto, a possibilidade de o *não* pós-VP aparecer antes de certos adjuntos verbais, com a alternância entre as ordens [Neg VP Neg **Adj**] e [Neg VP **Adj** Neg], é, ao menos a princípio, uma dificuldade para a análise defendida no capítulo 1, uma vez que o adjunto deveria ser movido junto com a sentença e apenas a ordem [Neg VP Adj Neg] deveria ser gerada. Antes de apresentar uma solução para este problema e compatibilizar a geração do *não* pós-VP em CP com a alternância pré- e pós-adjuntos, vale a pena discutir análises

alternativas para essa variação na ordem e para a delimitação do escopo negativo.

4.4.1. Correspondência entre precedência linear e c-comando

A primeira alternativa de análise para a variação na ordem linear entre o segundo *não* e os adjuntos causais é assumir que, na ordem [Neg VP Neg **Adj**], o segundo marcador negativo c-comanda (assimetricamente) o adjunto e, por isso, o precede. Já na ordem [Neg VP **Adj** Neg], o adjunto é que está em uma posição em que c-comanda o segundo marcador negativo.

No espírito da proposta de Kayne (1994), essa alternância poderia ser analisada como consequência de o segundo marcador negativo ser gerado em uma posição fixa, c-comandando o adjunto, mas este adjunto se mover, opcionalmente, para uma posição acima da negação (cf. a seção 4.4.3 para a análise de Hagemeijer (2007), em que ao menos a ordem [Neg VP Adj Neg] é gerada por movimento do adjunto por sobre o segundo marcador negativo).

O problema com essa análise é que ela não consegue prever as diferenças de interpretação entre as duas ordens, já que o adjunto deveria estar sob o c-comando da negação **pré-verbal** tanto em [Neg VP Neg Adj] quanto em [Neg VP Adj Neg]. E, além disso, em [Neg VP Neg Adj], o adjunto deveria estar sob o c-comando dos **dois** marcadores negativos. (Como apontei anteriormente, na seção 4.3, esse problema existe até mesmo para as sentenças que só possuem o marcador pré-VP). Sem uma solução técnica adicional para derivar as diferenças de escopo negativo, a tentativa de derivar as ordens [Neg VP Neg Adj] e [Neg VP Adj Neg] de diferenças nas relações de c-comando não dá conta das propriedades das sentenças em jogo e faz até mesmo previsões incorretas sobre a definição do escopo negativo sobre a sentença.

4.4.2. Adjunção do *não* pós-VP ao VP

Uma segunda alternativa para dar conta da alternância entre as ordens [Neg VP Neg Adj] e [Neg VP **Adj** Neg] é considerar que o segundo marcador negativo é um adjunto de VP e, adicionalmente, que o adjunto pode ocorrer em diferentes posições estruturais.

c.

A principal objeção à hipótese do *não* pós-VP como adjunto ao VP vem dos fatos apontados no capítulo 1 desta tese. Ou seja, essa hipótese não dá conta da sensibilidade do *não* pós-VP a propriedades codificadas no sistema CP, como a incompatibilidade com sentenças encaixadas e com interrogativas QU. Também não dá conta de o *não* pós-VP se comportar como as partículas assertivas pré-sentenciais do tipo *no* e *yes* com relação (i) ao caráter anafórico; (ii) a ocorrer como *réplica* a sentenças declarativas, imperativas e interrogativas polares e (iii) a ocorrer *em* sentenças que sejam desses três tipos.

Uma segunda objeção à adjunção do *não* pós-VP ao próprio VP diz respeito à posição do adjunto causal. Quanto à representação em (82b), com o adjunto causal sendo gerado também no VP, mas acima do segundo marcador negativo, o problema é simples. De acordo com essa representação, o elemento causal continuaria sob o escopo do marcador negativo pré-verbal⁴⁴. Essa estrutura, portanto, não explica a obrigatoriedade da leitura de negação (exclusiva) de predicado nesta ordem — ou seja, em [Neg VP Neg Adj].

Quanto à estrutura em (82c), com o elemento causal adjungido a alguma posição mais

⁴⁴ A depender do conceito de c-comando adotado, também há c-comando mútuo entre os dois adjuntos do VP.

alta do que o VP, como o TP (ou mesmo CP), valem as objeções apresentadas anteriormente, na seção 4.3, para a leitura de negação de predicado ser consequência de o adjunto ser gerado em TP. Em uma sentença como as de (83), por exemplo, o sujeito negativo c-comanda qualquer adjunto do TP. Desta forma, se o adjunto causal em questão estiver adjungido ao TP, essas sentenças não poderiam ter a leitura de negação de predicado, mas, ao contrário da previsão, essa é a única leitura permitida nestes exemplos.

- (83) a. Ninguém saiu **não**, por sua causa. (N-Pred)
 ‘Foi por sua causa que ninguém saiu’.
 b. Nenhum aluno saiu **não**, por causa da prova. (N-Pred)
 ‘Foi por causa da prova que nenhum aluno saiu’

Em outras palavras, a análise de adjunção do segundo marcador negativo ao VP, por si só, não explica as leituras diferentes em função da posição do *não* pós-VP. Ao contrário, essa análise faz previsões incorretas sobre as possibilidades de escopo. Na próxima subseção, discuto uma proposta formulada especificamente para tratar da interação de um marcador pós-VP com adjuntos verbais.

4.4.3. Dois marcadores ligados ao sistema IP

Uma terceira alternativa de análise para a variação na ordem linear entre o segundo marcador negativo e os adjuntos causais vem do trabalho de Hagemeijer (2007) sobre a negação sentencial do são-tomense.

Como apontei na seção 1.4.2, no capítulo 1, Hagemeijer (2007) propõe que, em são-tomense, as sentenças negativas são formadas por duas projeções funcionais negativas, denominadas NegP-1 e NegP-2. Segundo o autor, NegP-1 seria gerado acima de TP e teria como núcleo o marcador negativo pré-verbal *na*. Já NegP-2 seria gerado abaixo de TP (mas acima de Asp(ectual)P) e teria com núcleo o marcador pós-VP *fa*, conforme representação em (84). Em (84c), está a representação das posições em que os constituintes da sentença (84b) seriam gerados.

- (84) a. [_{NegP-1} na [_{TP} [_{NegP-2} **fa** [_{AspP} VP]]]]
 b. Ê na sê piska **fa**.
 3sg NEG saber peixe NEG
 ‘Ele não sabe pescar’
 c. [_{NegP-1} Ê na [_{TP} sê [_{NegP-2} **fa** [_{AspP} [VP piska]]]]]]

Entretanto, a ordem linear de sentenças como (84b), com o marcador *fa* (= Neg-2) ao final da sentença, seria, pela análise de Hagemeijer (2007) gerada pelo movimento de toda a categoria AspP para o especificador de NegP-2, de acordo com as representações em (85)⁴⁵. Esse movimento seria obrigatório para gerar as sentenças negativas da língua⁴⁶.

- (85) a. [_{NegP-1} na [_{TP} [_{NegP-2} [_{AspP} VP]_i [_{NegP-2} **fa** [_{AspP} ~~VP~~]_i]]]]
 b. [_{NegP-1} na [_{TP} [_{NegP-2} [_{AspP} [VP piska]]_i [_{NegP-2} **fa** [_{AspP} ~~[VP piska]~~]_i]]]]

Para Hagemeijer (2007), então, as sentenças negativas com a estrutura [Neg VP Neg] seriam geradas, em são-tomense, pela presença de duas categorias negativas, ambas relacionadas ao sistema IP. A análise de Hagemeijer para os marcadores negativos pós-VP e a minha análise diferem neste ponto. O autor até mesmo considera a hipótese de *fa* ser gerado acima da categoria CP, mas abdica dessa hipótese justamente devido à variação de ordem entre *fa* e certos adjuntos (ou seja, a possibilidade de adjuntos ocorrerem à direita de *fa*), associada à alteração na interpretação do escopo negativo. Voltarei a este ponto.

Para dar conta das ordens [Neg VP Neg Adj], com leitura de negação de predicado, e [Neg VP Adj Neg], com leitura de negação de adjunto, Hagemeijer (2007) recorre à proposta de Johnston (1994), embora modificando-a. Ele assume que, na ordem [Neg VP Adj Neg], os adjuntos são gerados diretamente no VP e são movidos junto com este para o especificador de NegP-2 quando ocorre o movimento da categoria AspP. Para o autor, o movimento é necessário para os elementos de AspP ficarem sob o escopo da negação.⁴⁷

45 Note-se que este tipo de movimento pode ser considerado como uma violação à restrição contra movimentos curtos demais, como formulado por Abels (2003), por envolver o movimento de um constituinte da posição de complemento para a de especificador da mesma categoria. Esse problema pode, porém, ser contornado se for possível assumir que o constituinte que se move não é AspP, mas VP.

46 Hagemeijer (2007), entretanto, aponta a existência de vários contextos em que a estrutura [Neg VP Neg] cede lugar, obrigatoriamente, a [Neg VP].

47 Nesse ponto, então, não está claro para mim se o escopo negativo decorreria, no sistema de Hagemeijer (2007), do c-comando pelo marcador pré-verbal (NegP-1) ou pela relação especificador-núcleo com o

Já para a ordem [Neg VP Neg Adv], Hagemeijer (2007) não assume a formulação específica de Johnston (1994), com o adjunto sendo gerado em adjunção do IP/TP. Nesta posição, o adjunto seria c-comandado pelo marcador negativo pré-verbal *na*, gerado acima de TP. Isso deveria resultar na interpretação de negação de adjunto, contrariando os fatos. Hagemeijer (2007) propõe que o adjunto é gerado em adjunção ao CP, acima de NegP-1 e de TP. Nesta posição, o adjunto não seria c-comandado por NegP-1 nem seria movido junto com AspP para o especificador de Neg-2, escapando, então, ao escopo negativo. A derivação das duas ordens (com suas respectivas interpretações) é representada em (86).

(86)

É preciso ficar claro que a motivação para Hagemeijer (2007) assumir a adjunção a CP é justamente a possibilidade de certos adjuntos ocorrem após o marcador *fa*, somada ao pressuposto de que NegP domina TP em são-tomense. Já aponteí, entretanto, nas seções anteriores, que a adjunção ao CP é problemática tanto para línguas em que TP domina NegP quanto para línguas em que NegP domina TP, pois a ambiguidade permanece mesmo em sentenças em que elementos negativos sejam gerados em posições mais altas, c-comandando adjuntos do CP. Ainda que essa análise possa ser mantida para o são-tomense (o que

marcador pós-VP (NegP-2).

pressupõe um exame da interação dos adjuntos causais com elementos negativos em posições ainda mais altas do que NegP-1 e TP, como no especificador de CP), ela é problemática para o PB.

Também a escolha por gerar NegP-2 entre TP e AspP é motivada pela posição opcional dos advérbios à direita de *fa*. Como apontei, Hagemeijer (2007) levanta a hipótese de NegP-2 estar acima de CP, mas a descarta. Portanto, se for possível derivar as ordens [Neg VP Neg Adj] e [Neg VP Adj Neg] por meios independentes da alternância entre as posições de adjunção, é possível adotar uma análise unificada para o marcador pós-VP do PB e do são-tomense, ao menos quanto à posição no sistema CP.

Mas que argumentos haveria contra a posição de NegP-2 entre TP e AspP? Como apontei no capítulo 1, seção 1.4.2, o marcador *fa* do são-tomense apresenta sensibilidade a propriedades relacionadas ao sistema CP de modo semelhante (embora não idêntico) ao *não* pós-VP do PB. Segundo Hagemeijer (2007), *fa* é incompatível com sentenças introduzidas por complementadores como *pa*, com a partícula interrogativa *an* e com sentenças enfáticas⁴⁸. Além disso, diacronicamente, o marcador negativo *fa* deriva de um marcador de foco que adquiriu conteúdo negativo e se tornou um dos marcadores de negação da sentença. É plausível assumir que, no processo de gramaticalização, o marcador *fa* tenha permanecido associado ao sistema CP ao invés de se aproximar da camada mais lexical.

Entretanto, apesar dessa sensibilidade ao CP e da origem diacrônica da partícula *fa*, no sistema de Hagemeijer (2007), a categoria NegP-2 está diretamente relacionada ao sistema IP, sendo, de fato, um marcador pós-I° (ou pós-T°). A previsão é de que um marcador como *fa* deveria se comportar de modo mais semelhante a marcadores pós-I° como o *pas* do francês, *not* do inglês, *nie* do alemão etc, ao invés de ter comportamento semelhante ao do *não* pós-VP do PB. Essa previsão é, contudo, incorreta já que *fa* se comporta como o *não* pós-VP do PB quanto ao escopo negativo e à posição linear.

Diante desse quadro, com o objetivo de manter um tratamento mais homogêneo para os marcadores pós-VP em oposição aos pré-VP, mantenho a análise apresentada no capítulo 1 de que os marcadores pós-VP de línguas como são-tomense e PB são gerados no sistema CP e a sua posição linear é derivada pelo movimento de toda a sentença para o especificador da categoria em que tais elementos ocorrem. Como já apontei anteriormente, essa análise, à primeira vista, tem problemas com o fato de que certos adjuntos podem ocorrer antes ou após

⁴⁸ O termo *sentenças enfáticas* usado por Hagemeijer (2007) pode ser considerado equivalente ao fenômeno de *ênfase ilocucionária* discutido no capítulo 2 desta tese.

este marcador, pois eles deveriam ser movidos juntamente com a sentença independentemente de estarem adjungidos ao VP ou a alguma categoria mais alta.

Nas próximas seções, apresento uma análise que dá conta desta variação na ordem linear e, adicionalmente, fornece instrumentos para capturar o processo de determinação do escopo negativo tanto em sentenças com [Neg VP Adj] quanto com [Neg VP (Adj) Neg (Adj)]. Essa análise se baseia na proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) a diferença entre merge e concatenação.

4.5. Concatenação, adjunção e rotulação

Nas seções anteriores, vimos que sentenças negativas com certos tipos de adjuntos e com a mesma ordem linear podem ser ambíguas quanto ao escopo negativo recair ou não sobre o adjunto. Essa situação mostra que, apesar da ordem linear idêntica, é preciso haver um mecanismo que permita ao adjunto estar sob o escopo da negação ou escapar a esse escopo. Na versão da teoria gerativa dominante das décadas de 1980 e 1990, denominada de *Teoria de Regência e Ligação*, o principal instrumento teórico para gerar esse resultado era a postulação de diferenças nas relações estruturais de c-comando e de dominância, em que se baseiam os trabalhos de Huang (1982), Takubo (1985) e Johnston (1994), por exemplo, para propor que o adjunto pode ser gerado em posições diferentes da estrutura sentencial, acima ou abaixo da posição da negação. Entretanto, por vários motivos apresentados ao longo deste capítulo, esse tipo de análise apresenta problemas, pois mesmo em contextos em que a negação deve c-comandar o adjunto, a ambiguidade ainda permanece.

Apesar da inadequação da análise proposta, a essência do problema permanece a mesma: como fazer com que o mesmo tipo de adjunto possa cair sob o escopo da negação sentencial ou escapar do seu escopo em uma sentença que, aparentemente, possui a mesma estrutura? No restante deste capítulo, mostro que, no estágio atual da teoria, temos outros instrumentos de análise que permitem derivar este resultado de modo mais eficiente e com uma maior cobertura empírica. Começo, nesta seção, apresentando a proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) sobre a diferença entre o processo de adjunção e o de licenciamento de argumentos. Na próxima seção, 4.6, demonstro como essa proposta pode ser aplicada com sucesso para a derivação das possibilidades de escopo negativo tanto nas sentenças ambíguas (com o marcador negativo pré-VP) quanto nas sentenças não-ambíguas

(com o marcador negativo pós-VP).

4.5.1. A opcionalidade na atribuição do rótulo

A proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) parte do objetivo teórico de tornar a distinção entre argumentos e adjuntos compatível com a teoria de *Bare Phrase Structure* (doravante BPS), de Chomsky (1995a). Nas versões da *Teoria X-barra* anteriores a BPS (cf. Chomsky 1970), a adjunção era representada como uma duplicação da categoria à qual o elemento se adjungia, implicando a preservação da informação categorial e do *nível barra* do alvo. Os argumentos, ao contrário, modifica(va)m essa informação. Em outras palavras, o constituinte resultante de uma adjunção era do mesmo nível que antes da adjunção; já o constituinte resultante do *merge* de um argumento é de nível diferente do anterior, conforme a representação em (87).

(87) [_{XP} adjunto [_{XP} adjunto [_{XP} argumento [_{X'} adjunto [_{X'} adjunto [_{X'} X compl.]]]]]]

Como se pode ver em (87), quando um argumento é combinado com um núcleo X, o resultado da operação é uma categoria de nível distinto. Ao invés de um X, o sistema agora projeta um X'. De modo distinto, quando um adjunto ou mais adjuntos são combinados com uma categoria de nível X', o resultado dessa operação continua sendo uma categoria X'. Por outro lado, o acréscimo de um único argumento a X' resulta em uma categoria de nível distinto, um XP. Depois desse nível, novamente, a adição de qualquer número de adjuntos a um XP tem como resultado uma categoria do mesmo tipo, ou seja, XP. Essa é a essência da distinção entre argumentos e adjuntos na representação sintática da teoria X-barra.

Esse tipo de análise, entretanto, não tem lugar numa teoria baseada na *condição de inclusividade* (Chomsky 1995), de acordo com a qual os objetos sintáticos são construídos pelo sistema computacional a partir unicamente dos traços presentes nos itens lexicais da Numeração, sem o acréscimo de nenhuma informação (estranha à Numeração) no curso da derivação. Vestígios de movimento de constituintes e níveis *barra* nas projeções de uma categoria são exemplos de informações que não podem ser derivadas unicamente a partir dos traços lexicais, sendo, portanto, entidades teóricas sem sustentação dentro da visão minimalista.

A teoria de BPS de Chomsky (1995a) se baseia na condição de inclusividade para propor que as informações de nível *barra* não são primitivos teóricos, mas conceitos relacionais. De modo simplificado, uma projeção máxima não se define por uma informação específica sobre o nível a que a categoria pertence, mas simplesmente por ser uma categoria que não projeta mais. Já uma categoria mínima corresponderia a um item lexical. E uma projeção intermediária corresponderia a qualquer projeção que, pelos critérios anteriores, não possa ser considerada nem mínima nem máxima.

A adjunção, entretanto, se torna um problema para a abordagem de BPS, uma vez que a distinção entre especificadores e adjuntos (ou entre argumentos e adjuntos, de modo geral) se torna obscura, como mostra a representação em (88), que consiste em uma adaptação de (87) para o modelo de BPS. A distinção entre adjuntos e argumentos se perde, já que toda nova projeção de um X é simplesmente outro X.

(88) [_x adjunto [_x adjunto [_x argumento [_x adjunto [_x X compl.]]]]

Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) argumentam que as abordagens existentes dentro do programa minimalista para tentar recuperar essa distinção ferem os princípios de BPS, por exigirem algum tipo de uso de rotulação especial e por não conseguirem tornar explícitos os fatos básicos que envolvem a adjunção.

Os autores propõem, então, uma análise alternativa, baseada na inversão da pressuposição de que o licenciamento de adjuntos seja estruturalmente mais complexo do que o de argumentos (cf. também Pietroski 2002): a adjunção seria, na verdade, a operação mais simples do sistema computacional, sujeita a menos requerimentos do que a introdução ou o licenciamento de argumentos.

Assumindo a proposta de que a operação de *merge* deve ser vista como a soma de duas operações independentes, a de *concatenação* (*concatenate*) e a de *rotulação* (*labeling*), os autores defendem que a distinção entre argumentos e adjuntos está em os primeiros exigirem tanto concatenação quanto rotulação para serem licenciados, enquanto os adjuntos requerem apenas a operação de concatenação, podendo dispensar a rotulação. Vejamos os detalhes dessa proposta.

É um pressuposto amplamente aceito que as operações do sistema computacional funcionam de modo econômico, agindo apenas sobre pares de objetos atômicos. A operação de concatenação ordena um par desses elementos, construindo um objeto complexo não-

atômico, como em (89). Por ser um objeto não-atômico, a sequência concatenada $X^{\wedge}Y$, por definição, não está acessível às demais operações computacionais (embora os membros individuais X e Y dessa sequência continuem disponíveis para o sistema).

- (89) a. Concatenar X a Y
b. $X^{\wedge}Y$

Rotulação é, então, uma operação que transforma uma sequência ou conjunto (mais especificamente um *par*) de elementos não-atômicos em um único elemento atômico (embora internamente complexo), atribuindo a esse par o mesmo rótulo de um de seus elementos, como em (90). Dessa forma, esse novo objeto sintático pode ser manipulado por outras operações do sistema computacional, inclusive novas concatenações.

- (90) a. Concatenação: $X^{\wedge}Y$
b. Rotulação: $[_X X^{\wedge}Y]$

A essência da proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) é que, a uma operação de concatenação, não é necessário que se siga uma operação de rotulação. Dois objetos sintáticos podem permanecer concatenados sem serem, posteriormente, rotulados. A operação de rotulação deve ser vista como uma operação adicional, cuja aplicação pode ser dispensável em certos casos, mais especificamente, nos casos de adjunção. Essa seria a diferença entre o licenciamento de um argumento, que exige rotulação, e de um adjunto, que não exige rotulação, que se reflete nas características distintas entre argumentos e adjuntos quanto a fenômenos como a constituição, as propriedades de projeção, a possibilidade de movimento, dentre outros.

Seguindo essa proposta, se os adjuntos diferem dos argumentos pela opcionalidade da aplicação da operação de rotulação, isso implica que um adjunto pode estar conectado ao elemento ao qual se adjunge sem estar totalmente integrado. Essa proposta, segundo os autores, consegue explicar o comportamento dos adjuntos com relação à preservação das informações referentes ao nível *barra*, ao tipo categorial e à nuclearidade. Na representação em (91), há *merge* (concatenação e rotulação) entre X e Y . Já entre X e Z , há apenas concatenação.

- (91) $[_X X^{\wedge}Y]^{\wedge}Z$

A consequência disso é que o constituinte $[_X X^Y]$ é considerado atômico e, portanto, acessível a outras operações computacionais como uma nova concatenação e movimento. Por outro lado, o constituinte $[_X X^Y]^Z$ não é atômico e não pode ser alvo de outras operações, ou seja, não pode ser concatenado nem movido (como uma unidade, embora cada uma das partes — o constituinte $[_X X^Y]$ e o constituinte Z — possa ser movida independentemente) para outras posições.

Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) apontam que essa proposta também consegue explicar o comportamento ambíguo dos adjuntos com relação ao movimento, ou seja, o fato de que há opcionalidade no movimento do adjunto com o constituinte (predicado) de que este faz parte. Em construções de topicalização ou focalização de VPs, por exemplo, os adjuntos verbais podem ser “carregados” junto com o VP movido, como nos exemplos em (92), ou “deixados” para trás, como nos exemplos em (93)⁴⁹.

- (92) a. John could [eat the cake in the yard] and [eat the cake in the yard] he did.
 b. John could [eat the cake in the yard with a fork] and [eat the cake in the yard with a fork] he did.
 c. John could [eat the cake in the yard with a fork in the afternoon] and [eat the cake in the yard with a fork in the afternoon] he did.
 d. It was [kick Fred in the yard] that John did.
 e. It was [kick Fred in the yard at noon] that John did.

(exemplos adaptados de Hornstein & Nunes 2008)

- (93) a. John could [eat the cake in the yard] and [eat the cake] he did [in the yard].
 b. John could [eat the cake in the yard with a fork] and [eat the cake in the yard] he did [with a fork].
 c. John could [eat the cake in the yard with a fork in the afternoon] and [eat the cake in the yard with a fork] he did [in the afternoon].
 d. It was [kick Fred] that John did [in the yard].
 e. It was [kick Fred in the yard] that John did [at noon].

(exemplos adaptados de Hornstein & Nunes 2008)

49 Outras construções em que um XP pode participar, com a opcionalidade de participação do adjunto de VP, de que essa análise dá conta são os casos de elipse de VP, de pronominalização de VP (com *so*) de elipse de NP (com substituição por *one*).

As sentenças em (93) são problemáticas para a teoria do movimento e para as análises pré-existentes sobre adjunção, pois, para abrir a possibilidade de o adjunto não ser movido junto com o VP ao qual está adjungido, elas requerem adotar a possibilidade de o movimento agir sobre um segmento de categoria, o que é uma postulação teoricamente indesejável, por implicar uma violação da condição *A sobre A* (Chomsky 1965) e da condição de minimalidade.

Outra possibilidade, não discutida por Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009), seria propor que, em (93), os adjuntos “deixados” para trás não estão adjungidos ao VP, mas a outra categoria como o TP, em uma análise semelhante à proposta por Huang (1982), Takubo (1985) e Johnston (1994) sobre a adjunção ao VP ou ao TP. Essa análise, entretanto, não é adequada para os exemplos em questão, devido, por exemplo, ao fato de que a ordem entre esses adjuntos é livre, mesmo quando há movimento, como mostram os exemplos em (94). Essas sentenças mostram que um adjunto mais externo ao VP (que poderia, por hipótese, estar adjungido ao TP) pode ser movido junto com o VP enquanto um adjunto mais próximo ao VP (que deveria, por hipótese, estar estruturalmente abaixo do adjunto mais externo) pode ser “deixado” para trás. Ou seja, não é necessário que o adjunto deixado para trás seja o que está mais à direita, como o que prevê a análise de adjunção a diferentes categorias. É necessário, portanto, assumir, que todos esses adjuntos estão adjungidos ao VP.

- (94) a. John ate the cake in the yard with a fork in the afternoon,
and [eat the cake in the afternoon], he should have in the kitchen, with a spoon.
b. John ate the cake in the yard with a fork in the afternoon,
and [eat the cake with a fork], he should have in the kitchen in the morning.

(adaptado de Hornstein & Nunes 2008: 74-75)

A proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) consegue dar conta satisfatoriamente desse comportamento dos adjuntos. A estrutura básica de um VP com adjuntos como o da sentença em (95)a envolve a operação de adjunção sem a necessidade de rotulação, como representado em (95b), como os adjuntos apenas concatenados ao VP e “pendurados”, sem formarem com o VP um constituinte. A operação adicional de rotulação, no entanto, não é proibida e pode se aplicar a qualquer das (três) concatenações em (95b).

- (95) a. John could eat the cake in the yard with a fork in the afternoon.
 b. [_V eat^the-cake]^in-the-yard
 ^with-a-fork
 ^in-the-afternoon

Quando o adjunto é “carregado” junto com o VP, como nas sentenças em (92), trata-se de estruturas com rotulação do adjunto⁵⁰, que transforma a sequência concatenada em um objeto sintático atômico, disponível para a operação de movimento, como nas representações em (96).

- (96) a. [_v [_v eat[^]the-cake][^]in-the-yard] (= (92a))
 b. [_v [_v [_v eat[^]the-cake][^]in-the-yard][^]with-a-fork] (= (92b))
 c. [_v [_v [_v [_v eat[^]the-cake][^]in-the-yard][^]with-a-fork][^]in-the-afternoon] (= (92c))
 d. [_v [_v kick[^]Fred][^]in-the-yard] (= (92d))
 e. [_v [_v [_v kick[^]Fred][^]in-the-yard][^]at-noon] (= (92e))

Em (96)a e (96d), a concatenação do único adjunto (*in the yard*) recebe rótulo e o adjunto pode, então, ser movido junto com o VP, como em (92)a. Em (96)c), os dois adjuntos (*in the yard* e *with a fork*) estão concatenados e rotulados e podem ser movidos junto com o VP, como em (92b). O mesmo ocorre com os únicos dois adjuntos (*in the yard* e *at noon*) de (96e), que corresponde a (92e). E, em (96c), os três adjuntos (*in the yard*, *with a fork* e *in the afternoon*) estão concatenados e rotulados e podem ser movidos junto com o VP, como em (92c).

Quando, porém, o adjunto não é “carregado” junto com o VP, como nas sentenças em (93), trata-se de estruturas de adjunção sem rótulo, em que a integração entre o VP e adjunto é apenas parcial, como em (97). O adjunto não pode ser movido, pois não forma parte do objeto atômico sob o qual a operação de movimento se aplica: o V(P).

- (97) a. [_v **eat**^**the-cake**]^in-the-yard (= (93)a)
 b. [_v [_v **eat**^**the-cake**]^**in-the-yard**]^with-a-fork (= (93b))

50 *Rotulação do adjunto*, aqui, pode ser um termo enganador. O adjunto, em si, sempre recebe o rótulo da categoria a que o adjunto pertence, definida pelo seu núcleo. O que está em jogo é a rotulação do resultado da adjunção, ou seja, do par $X^{\wedge}Y$ em que X é predicado (um $V(P)$ ou $N(P)$, por exemplo) e Y é adjunto (um $Adv(P)$, um $P(P)$ ou $A(P)$, por exemplo).

- c. [_V [_V [_V **eat** ^ **the-cake**] ^ **in-the-yard**] ^ **with-a-fork**] ^ in-the-afternoon (= (93c))
 d. [_V **kick** ^ **Fred**] ^ in-the-yard (= (93d))
 e. [_V [_V **kick** ^ **Fred**] ^ **in-the-yard**] ^ at-noon (= (93e))

Em (97a) e (97d), o único adjunto (*in the yard*) está apenas concatenado ao VP, sem ser rotulado, e, portanto, não forma um constituinte nem pode ser movido junto com o VP, como em (93a) e (93d), respectivamente. Em (97b), o primeiro adjunto (*in the yard*) está concatenado e rotulado, mas o segundo (*with a fork*) está apenas concatenado, mas sem ser rotulado. O resultado é que o adjunto rotulado (*in the yard*) pode ser movido junto com o VP, mas o adjunto não-rotulado (*with a fork*) não pode, como em (93b). O mesmo ocorre em (97e), com relação ao primeiro adjunto (*in the yard*), que pode ser movido, e o adjunto (*at noon*), que não pode, como em (93e). E, em (97c), dois dos três adjuntos (*in the yard* e *with a fork*) estão concatenados, rotulados e podem ser movidos junto com o VP, e o terceiro adjunto (*in the afternoon*) está apenas concatenado, sem ser rotulado e, portanto, não pode ser movido, como em (93c).

Em defesa de sua proposta, Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) apresentam evidências de que os adjuntos, ao contrário dos argumentos, seriam invisíveis a certas operações gramaticais. Os autores dão como exemplo o fato de que os adjuntos não teriam a propriedade de projetar foco para as demais partes da sentença, diferentemente dos argumentos. Ou seja, uma sentença como (98a), abaixo, em que há foco sobre o objeto, pode ser uma resposta adequada tanto a uma pergunta sobre o próprio objeto (como, por exemplo, “*What did John buy?*”) quanto a uma pergunta sobre o VP (como “*What did John do?*”) ou a uma sobre toda a proposição (como “*What happened?*”). Ou seja, o foco sobre o objeto pode se projetar para a estrutura maior em que o objeto está encaixado, como na representação em (98b).

(98) a. John bought BOOKS.

b. [_T John ^ [_T T ^ [_V bought ^ BOOKS]]]

----- object focus

----- VP focus

----- sentence focus

(Hornstein & Nunes 2008: 72)

A sentença (99), em que um adjunto verbal é adicionado à sentença (98a), tem o mesmo comportamento com relação à projeção do foco do objeto. Com uma proeminência prosódica sobre o objeto, (99) pode servir como resposta adequada a perguntas com foco no objeto, no VP ou em toda a sentença, de modo idêntico a (98a).

(99) John bought BOOKS in that shop.

Por outro lado, se a proeminência prosódica for sobre o adjunto, a projeção do foco para a estrutura maior da qual o adjunto faz parte é impossível. O exemplo em (100), portanto, só pode ser uma resposta adequada para perguntas que tenham como foco o próprio adjunto, como perguntas com foco estreito (como, por exemplo “*Where did John buy books?*”) ou com foco contrastivo sobre o adjunto (como “*Did John buy books here?*”). De acordo com a proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009), essa situação deriva do fato de que o adjunto não está totalmente integrado à estrutura sentencial, pois está apenas concatenado ao VP. Na ausência de uma motivação independente, a rotulação não se aplica, resultando em uma estrutura como a representada em (100b), a partir da qual o foco não pode ser projetado para o VP.

(100) a. John bought books in that SHOP.

b. [_T John[^] [_T T[^] [_V bought ^books]]]

^in-that-SHOP

----- adjunct focus

(Hornstein & Nunes 2008: 72)

Mas a situação se altera em contextos em que o VP (mais o adjunto) sofrem movimento. Uma sentença como (101)a, com o fronteamento do VP e com a proeminência prosódica sobre o objeto, se comporta de modo oposto a (99) — com a proeminência no objeto, mas sem fronteamento do VP —, não permitindo a projeção do foco a partir do objeto para o VP em que o objeto está encaixado. A sentença (101)a, portanto, não é uma resposta adequada a uma pergunta com foco no VP. Se, porém, a proeminência prosódica estiver no adjunto, como em (101b), a projeção do foco do adjunto para o VP é possível. Isso mostra que o fronteamento do VP (mais o adjunto) impede a projeção do foco a partir do objeto, mas a permite a partir do adjunto. Essa diferença é inesperada em uma teoria de estrutura frasal que

considere que as relações entre um adjunto e a projeção a qual está adjungido são sempre as mesmas. Como, então, explicar essa diferença?

(101) Contexto: What will John do?

a. #Play SOCCER on Sunday what he'll do.

b. Play soccer on SUNDAY is what he'll do.

c. [_V [_V play^{soccer}]^{on-SUNDAY}]

----- adjunct focus

----- VP focus

De acordo com a proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009), a possibilidade *versus* impossibilidade de projeção de foco a partir do adjunto quando há ou não há fracionamento do VP decorre naturalmente da proposta de opcionalidade da rotulação. Quando há fracionamento do VP mais o adjunto, houve necessariamente uma rotulação após a concatenação do adjunto ao VP. Essa rotulação provoca a integração do adjunto ao completo. Integrado ao VP, o adjunto passa a se comportar sintaticamente como um argumento, permitindo a projeção de foco.⁵¹

Na próxima subseção, discuto possíveis motivações para essa diferença de comportamento de adjuntos e de argumentos com relação à rotulação.

4.5.2. Seleção de argumento e projeção do rótulo

Vimos na subseção anterior que a proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) consegue dar conta de uma série de diferenças sobre o comportamento sintático do adjuntos e dos argumentos como a opcionalidade do movimento junto com a projeção de que fazem parte. Uma questão importante que surge diante dessa proposta é qual seria a motivação *conceptual* para essa diferença entre adjuntos e argumentos com relação à rotulação? Ou seja, se a aplicação do rótulo é essencialmente independente em relação à concatenação, por que os argumentos necessitam da rotulação, enquanto os adjuntos podem dispensá-la?

Os autores sugerem que isso seria uma consequência de um contraste semântico

⁵¹ Veremos, na seção 4.6, que esse comportamento quanto à projeção do foco pode explicar a possibilidade de leitura de negação simultânea do adjunto e do predicado, especialmente nos dados de [Neg VP Neg]

independente que há entre os dois tipos de elementos. Essa diferença, apontam eles, é o fato de que os argumentos possuem um requerimento adicional de licenciamento em relação aos adjuntos, ou seja, eles dependem de um papel temático, algo que os adjuntos dispensam.

Em um modelo semântico baseado em eventos, como a semântica neo-davidsoniana, a forma lógica de uma sentença como (102a) é dada em (102b). De acordo com essa forma lógica, um adjunto como *in the yard* modifica o evento, expresso pelo verbo, **diretamente**, sem a intermediação de um papel temático (como, por exemplo, *subject* ou *object*). Por outro lado, os argumentos modificam o evento **indiretamente**, através da mediação de algum papel temático. Por esse ponto de vista, de acordo com a semântica de eventos, os argumentos é que são o caso mais complicado, enquanto os adjuntos são o caso mais simples, que é a essência da proposta Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009).

(102) a. John ate the cake in the yard.

b. $\exists e$ [eating(e) & subject(John,e) & object(the cake, e) & in-the-yard(e)]

De acordo com a proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009), essa relação indireta dos argumentos com o evento corresponde, sintaticamente, à necessidade de rótulo, que serve como esse intermediário do papel temático.

Essa diferença semântica entre adjuntos e argumentos, apontada pelos autores, já é suficiente para mostrar que há uma base conceitual para a proposta da opcionalidade de rótulo. Mas uma outra diferença entre a adjunção e o licenciamento de argumentos pode ser apontada em favor dessa proposta. Ela diz respeito ao próprio mecanismo que determina qual o valor do rótulo de uma concatenação.

Em Chomsky (1995a), uma das questões levantadas é como o sistema computacional define qual rótulo deve ser aplicado ao resultado do *merge* entre um X e um Y, como em (103a).⁵² A ideia adotada é a de que a escolha do rótulo não é livre, mas é determinada pelas relações de seleção. O rótulo do conjunto {X, Y} é determinado pelo núcleo que seleciona o argumento. Desta forma, se X é um núcleo e Y é um elemento selecionado pelo núcleo, o rótulo aplicado é derivado a partir do núcleo X, como em (103b). Ou seja, se X é um núcleo verbal e Y é um argumento selecionado pelo núcleo, o rótulo deste constituinte é V, como em (103c).

⁵² Atenção para o fato de que Chomsky (1995a) não separa a operação de *merge* em duas operações (como o fazem Hornstein & Nunes 2008).

- (103) a. $X^{\wedge}Y$
 b. $[_x X^{\wedge}Y]$
 c. $[_v V^{\wedge}D]$

Se o rótulo é definido pelo elemento que realiza a seleção, os adjuntos trazem um problema a mais, pois eles não são selecionados pela categoria à qual se adjungem. Diferentemente do complemento e do sujeito, um adjunto verbal (como os adjuntos causais e finais) não é selecionado pelo verbo que modifica. Um verbo não precisa de um adjunto causal ou final para modificá-lo. Ainda assim, o modelo de BPS (assim como a teoria X-barra antes dele) considera que o resultado de um processo de adjunção (seja na base seja por movimento) projeta algum rótulo. Qual seria, então, o rótulo se o núcleo que deveria projetar não é responsável pela seleção do adjunto?

A questão é até mais complexa do que isso. Na verdade, é possível até considerar que há, sim, uma relação de seleção, mas que ela é inversa ao esperado. Ao invés de o verbo precisar de um adjunto, é o adjunto que precisa modificar algo. Uma preposição causal como *because* ou *por(que)*, por exemplo, seleciona como complemento um elemento que funcione, semanticamente, como a causa de um evento. Mas esse complemento não satisfaz totalmente suas propriedades seletoriais. A preposição *because* (ou o constituinte encabeçado por ela) precisa de um segundo elemento que funcione como o evento causado pelo complemento. Em outras palavras, um adjunto causal necessita de um tipo de “argumento” externo.⁵³ Esse argumento seria o próprio constituinte verbal ao qual o adjunto (i.e. a preposição *because*) se adjunge. Uma preposição causal tem, então, uma estrutura argumental como em (104). Semelhantemente, advérbios (como *often* e *always*) precisam modificar alguma categoria sintática, como um VP, que pode ser considerado o seu argumento.

- (104) ___ *because* ___
 causado, causador

Dentro desta perspectiva, isso significa que a concatenação de um Adv(P) ou P(P) com

⁵³ Esse argumento seria externo apenas no sentido de que ele deve ser concatenado à preposição após a concatenação do complemento. Não se trata de externo no sentido de estar associado a um papel temático de agente, causador ou experienciador, pois o que ocorre com uma preposição causal é o inverso: o complemento é que funciona como um tipo de agente ou causador (vide os casos de agente da passiva, que é introduzido por *por* e *by*) enquanto o VP modificado pela preposição causal é uma espécie de tema.

uma categoria verbal não deveria resultar na projeção de uma categoria verbal, mas, ao contrário, da categoria do Adv(P) ou P(P). Se o adjunto é um advérbio, o resultado deveria ser uma categoria com o rótulo Adv(P), com o V(P) funcionando como seu argumento! Se o adjunto é encabeçado por uma preposição, a projeção criada deveria ser uma categoria com o rótulo P(P), com o V(P) como seu especificador. Este, porém, não é o resultado que efetivamente temos em um processo de adjunção. A categoria a projetar nunca é a categoria que denominamos de adjunto. Se o adjunto deveria projetar, mas não o faz, de duas soluções possíveis, precisamos escolher uma: (i) ou o *merge* de um adjunto é intrinsecamente diferente do *merge* de um argumento, de modo que o processo de rotulação funciona de modo oposto ao que deveria funcionar e o argumento do adjunto (i.e. do advérbio ou da preposição) é que projeta; (ii) ou, alternativamente, o adjunto simplesmente falha em projetar, ou melhor, o processo de adjunção não resulta na atribuição de rótulo algum.

Adoto a segunda solução. Dito de outra maneira, o *merge* entre um elemento verbal e o elemento adverbial / preposicional deveria se comportar como um elemento adverbial / preposicional. Se não se comporta dessa maneira, é porque esse *merge* não resultou na projeção de rótulo algum.

Por esta perspectiva, a aplicação de rótulo à concatenação entre um predicado e um adjunto só pode ocorrer se for motivada por algum fator totalmente independente do processo de seleção/concatenação. É exatamente isso o que prevê a proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) sobre a opcionalidade da atribuição de rótulo aos processos de adjunção: o rótulo não é uma consequência natural da concatenação, no caso da adjunção, mas de algum mecanismo externo à concatenação.⁵⁴

Creio que, além dos argumentos empíricos, o argumento conceptual apresentado por Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) e o esboço adicional redigido aqui são suficientes para demonstrar que há justificação suficiente para a plausibilidade da proposta de opcionalidade da atribuição de rótulo aos adjuntos.

Na próxima seção, mostro como essa proposta pode ser aplicada, com sucesso, à derivação das possibilidades de escopo negativo em sentenças com adjuntos.

⁵⁴ Ainda permanece, porém, o problema independente sobre o rótulo (quando o há) do resultado da concatenação ser projetado a partir do VP e não do adjunto. Nos *Apêndices ao capítulo 4*, Apêndice 1, comento um pouco mais sobre a relação entre economia e projeção de rótulo.

4.6. Derivando as possibilidades de escopo negativo

A proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) sobre a opcionalidade na atribuição de rótulo ao resultado da operação de adjunção fornece um instrumento para tratar dos casos em que o adjunto pode estar acessível ou não a determinadas operações computacionais, ou seja, os casos em que o adjunto pode, mas não necessariamente deve, ser afetado por uma determinada operação gramatical.

Nesta seção, defendo que essa proposta também pode ser adotada para explicar a ambiguidade de escopo negativo em sentenças com adjuntos verbais. A ideia é de que, assim como a rotulação torna um adjunto visível para operações gramaticais como movimento, pronominalização e elipse, ela também tornaria o adjunto visível para o escopo negativo, por integrá-lo à estrutura sentencial, gerando a leitura de negação de adjunto, que não está disponível quando o adjunto não está totalmente integrado. Um adjunto rotulado cai, então, automaticamente sob o escopo de uma negação que o c-comande, enquanto um adjunto não-rotulado escapa ao escopo negativo, ainda que seja c-comandado por uma negação.⁵⁵

Adotando a análise de adjunção sem rótulo, a ambiguidade de escopo presente em uma sentença como um marcador negativo pré-VP pode ser derivada da seguinte forma. Uma sentença como (105a) estaria associada a dois tipos de representações estruturais, descritas em (105b) e (105c), em função da aplicação ou não do rótulo à adjunção. A leitura de negação de predicado seria resultado da estrutura descrita em (105b), em que o adjunto causal está apenas concatenado ao VP, sem rotulação adicional. Nessa estrutura, o adjunto não cai sob o escopo

55 A situação é mais complexa do que isso e envolve o próprio *status* do c-comando em situações de adjunção sem rótulo. Nos modelos da teoria X-barra que não assumem BPS, um núcleo ou especificador **de uma projeção que domine um VP** irá c-comandar esse mesmo VP e os seus adjuntos (i.e. um T° e seu especificador c-comandam todo o VP). Uma vez que os adjuntos podem não estar totalmente integrados ao VP, mas apenas concatenados, sem projetar um novo VP, e uma vez que a relação dominância depende da existência de um rótulo, a definição tradicional de c-comando (envolvendo o primeiro nó ou a primeira categoria que **domine** α e β) falha.

Como consequência disso, um elemento que c-comande um adjunto rotulado não c-comandaria o mesmo tipo de adjunto que não esteja rotulado. Por essa perspectiva, a leitura de negação de adjunto seria bloqueada, na ausência de rotulação, justamente porque a ausência de rótulo leva à ausência de c-comando. Como consequência disso, a negação não c-comandaria adjuntos não-rotulados e, por isso, não teria escopo sobre eles.

Se esse resultado (i.e. a ausência de c-comando na adjunção sem rótulo) da proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) é adequado ou desejável ou não, é uma questão para investigação. Se esse resultado se mostrar inadequado e/ou indesejável, uma alternativa seria a busca por um novo conceito de c-comando que pudesse ser computado quando há apenas concatenação, sem rotulação.

Para os propósitos dessa análise, o que é importante é que a ausência de rotulação faz com que o adjunto não caia sob o escopo da negação **mesmo em casos que corresponderiam, na teoria X-barra, a situações de c-comando** do adjunto por parte da negação. É nesse sentido que “*um adjunto não-rotulado escapa ao escopo negativo, ainda que seja c-comandado por uma negação*” deve ser entendido. Se essa configuração deve ser considerada como ausência de c-comando ou não, é uma questão de outra natureza.

da negação pré-verbal por não estar totalmente integrado ao VP (e à sentença).

- (105) a. Maria num foi promovida por ser negra. (N-Pred ou N-Adj)
 b. Maria num foi [_{VP} **promovida**][^]por-ser-negra. (N-Pred)
 c. Maria num foi [_{VP} [_{VP} **promovida**][^][_{PP} **por**[^]**ser**[^]**negra**]] (N-Adj)

Já a leitura de negação de adjunto para o exemplo (105a) seria derivada pela estrutura descrita em (105c), em que a concatenação do adjunto causal é seguida pela rotulação da adjunção. Nesse caso, o adjunto está completamente integrado ao VP (e à sentença) e cai sob o escopo do marcador negativo pré-verbal que o c-comanda.

A diferença prosódica associada às possibilidades de escopo negativo também pode ser derivada da aplicação do rótulo ao adjunto. Como apontei nas seções 4.1 e 4.2.1, a leitura de negação de predicado está associada a duas curvas entonacionais (uma envolvendo o predicado e outra envolvendo o adjunto), e a leitura de negação de adjunto está associada a uma curva entonacional única. A existência de duas curvas entonacionais na negação de predicado pode ser vista como resultado do fato de que o adjunto não está plenamente integrado ao VP ou à sentença, mas apenas está “pendurado” ao VP (*dangling* nos termos de Hornstein & Nunes 2008 e Hornstein 2009) devido à ausência de rotulação. Já a existência de uma única curva entonacional na leitura negação de adjunto pode ser vista como resultado da rotulação do adjunto que o torna completamente integrado ao VP e à sentença.

Nessa perspectiva, tanto a interpretação semântica quanto a prosódia de sentenças como (105a) resultam das propriedades estruturais da derivação sintática (pré-*Spell-Out*), sem a necessidade de se apelar para um regra no componente fonético (PF) que tenha repercussão sobre o componente semântico (LF) — uma das alternativas discutidas por Lasnik (1972) (cf. seção 4.2.1).

Entretanto, essa ambiguidade sintática, da qual deriva a ambiguidade semântica, não diz respeito à possibilidade de se gerar o adjunto em posições distintas na estrutura sentencial, como na proposta de Huang (1982), Takubo (1985) e Johnston (1994) (cf. seção 4.2.2 e 4.2.3). Como apontei na seção 4.3, a análise destes autores apresentava problemas devido ao fato de que a ambiguidade de escopo permanece mesmo em sentenças em que o adjunto ocorre necessariamente abaixo de um elemento negativo (seja o próprio marcador negativo ou outro tipo de item negativo), sendo c-comandado por este.

A análise defendida aqui não apresenta este problema pois a posição do adjunto abaixo

da negação (i.e. c-comandado por ela) não determina, por si só, o escopo negativo sobre o adjunto. Para a delimitação do escopo sobre o adjunto, além de uma relação de c-comando, é necessário o cumprimento de um requisito adicional, que é a integração do adjunto à estrutura sentencial e visibilidade deste ao escopo negativo através da operação de rotulação.

Dessa forma, uma sentença com um sujeito negativo no especificador de TP (ou NegP), em posição de c-comando do adjunto, como (45a), repetida aqui em (106a), não constitui problema para a análise proposta aqui. A sentença (106a) é ambígua entre a leitura de negação de predicado e de negação de adjunto, como consequência de esta sentença ser sintaticamente ambígua entre uma estrutura como (106b), em que não há rotulação do adjunto, e (106c), em que não há rotulação. A estrutura em (106b) gera a leitura de negação de predicado, e a estrutura em (106c) gera a leitura de negação de adjunto.

- (106) a. Ninguém saiu por sua causa. (N-Pred ou N-Adj)
 b. Ninguém saiu [_{VP} ~~saiu~~]^{por-sua-causa} (N-Pred)
 c. Ninguém saiu [_{VP} [_{VP} ~~saiu~~]^{por-sua-causa}] (N-Adj)

Os casos de ambiguidade em sentenças com itens negativos em posições acima do sistema IP, como os casos de inversão negativa com advérbios negativos no especificador de CP, como a sentença (55), repetida aqui em (107), são derivadas da mesma forma, pela ausência ou presença de rótulo sobre o resultado da adjunção, independentemente de o adjunto ser gerado abaixo do item negativo. A estrutura em que não há rotulação, como em (107b), gera a negação do predicado. Já a estrutura em que há rotulação, como em (107c), gera a leitura de negação do adjunto.

- (107) a. Never has Mary got a promotion because she is black. (N-Pred ou N-Adj)
 b. Never has Mary [_{VP} **got a promotion**]^{because-she-is-black} (N-Pred)
 c. Never has Mary [_{VP} [_{VP} **got a promotion**]^{because-she-is-black}] (N-Adj)

Em suma, os casos em que a ambiguidade negativa permanece mesmo em face a presença de elementos negativos em posições hierarquicamente altas, que são problemáticos para a análise baseada em diferentes relações de c-comando, podem ser tratados adequadamente a partir da proposta de opcionalidade na atribuição de rótulo à adjunção.

É importante apontar que essa proposta torna desnecessária a postulação de diferentes

posições de geração para certos tipos de adjuntos. É possível assumir que adjuntos causais e finais são gerados no VP tanto na leitura de negação de predicado quanto na de negação de adjunto.⁵⁶ A adoção da adjunção de elementos causais e finais ao VP ganha mais crédito no modelo atual (pós Chomsky 1995; cf. também Larson 1988), em que se considera que a camada mais alta do VP (i.e. o *vP*) está diretamente relacionado à função de introdução de argumentos com a função de agentes e “causadores” — que são as entidades que, ontologicamente, podem estar relacionadas com os conceitos de *motivação*, *causa* e *finalidade*.⁵⁷ Nesse sentido, a expressão *adjuntos de VP* significa especificamente *adjuntos de vP*.

Como discuti na seção 4.2.3, Johnston (1994) utiliza os casos de elipse de VP para defender (i) que os adjuntos do tipo causal podem ser gerados em adjunção ou ao IP ou ao VP (ii) e que, portanto, a adjunção ao IP, acima da negação em I°, geraria a leitura de negação de predicado. Essa variação na posição de geração do adjunto seria necessária, segundo Johnston (1994), para dar conta do contraste entre (34)a e (34)b, repetidas aqui em (108a) e (108b), quanto ao apagamento do adjunto.

(108) a. If Marty *sold his shares because the Market was unstable*, then Leopold did.

b. If Marty *sold his shares because the market was unstable*, then Leopold did because the profits were high.

Com a proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009), a opção pela adjunção ao IP/TP é desnecessária. O contraste em (108a) e (108b) pode ser analisado como resultado das possibilidades de rotulação do adjunto. Os casos de elipse de um VP em que o

56 Com isso, não estou afirmando que todos os tipos de adjuntos têm apenas uma posição de geração, mas apenas que essa análise não é necessária para os casos de ambiguidade de escopo negativo. Outros contextos podem fornecer evidência de que certos adjuntos podem ser gerados adicionalmente (ou exclusivamente) fora do VP. Um destes é o caso dos adjuntos temporais, que podem, em princípio, estar relacionados ao TP.

57 Ou seja: a ideia de *finalidade* está ligada a existência de um agente da ação que seja um ser [+animado] e esteja consciente desse objetivo ou propósito.

A ideia de *motivo* ou *motivação* pressupõe um agente que tenha sido induzido, ainda que sem plena consciência disso, a praticar determinada ação; ainda assim, esse agente deve ser considerado um ser [+animado].

Já a ideia de *causa* pode, muitas vezes, ser tomada como sinônimo de finalidade ou de motivação, pressupondo um agente [+animado], mas também pode se referir a uma causa puramente material, prescindindo a existência de um agente; nesse caso, porém, a causa pode ser identificada como o próprio causador, como em (i) e (ii), em que *o calor* pode ser expresso como sujeito causador ou como adjunto adverbial de causa, respectivamente.

(i) *O calor* derreteu o gelo.

(ii) O gelo derreteu *por causa do calor*.

adjunto verbal também sofre apagamento, como em (108a), resultariam de uma estrutura em que o adjunto está completamente integrado ao VP como consequência da aplicação da operação de rotulação, como na representação em (109).

- (109)⁵⁸ If Marty [_v [_v sold his shares][^]because-the-Market-was-unstable], then...
 ... Leopold did [_v ~~sell his shares~~][^]~~because-the-Market-was-unstable~~]].

Já os casos de eclipse de VP em que o adjunto verbal escapa ao apagamento, como em (108b), decorreriam de uma estrutura em que o adjunto está apenas concatenado ao VP, sem estar completamente integrado, devido à falta da rotulação, como na representação em (110).

- (110) If Marty [_v **sold his shares**][^]because-the-Market-was-unstable, then...
 ... Leopold did [_v **sell his shares**][^]because-the-profits-were-high.

Analisar os casos de eclipse de VP em termos de opcionalidade na rotulação do adjunto também faz uma previsão correta com relação aos casos de *tag questions*, levantados por Johnston (1994), em que a única leitura disponível é a de negação de adjunto. Em uma sentença como (35a), repetida aqui em (111a), a *tag question* é resultado da elipse do VP que inclui o adjunto causal. Este é atingido pelo apagamento por estar concatenado ao VP e rotulado, como na representação em (111b).

- (111) a. Marty didn't sell his bike because the gears were broken, did he? (N-Adj)
 b. Marty didn't [_{VP} [_{VP} sell his bike][^]because-the-gears-were-broken] ...
 ... did he [_{VP} **sell his bike**][^]~~because the gears were broken~~]?

Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) apontam que, além da elipse, o

58 A análise de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) prevê apenas que haja adjunção com rótulo no caso do VP elidido no segundo conjunto da coordenação, sem fazer referência ao VP do primeiro conjunto, que serve de “modelo” para permitir a elipse. Uma vez que este primeiro VP, em si, não é alvo de outras operações como movimento, apagamento, pronominalização ec, a proposta dos autores preveria a ausência de rotulação, por questões de economia. Entretanto, isso faz a previsão de que o apagamento de **um** constituinte (atômico) no segundo conjunto é feito com base na relação identidade com **dois** constituintes (ou de um objeto não-atômico) presentes no primeiro conjunto, o que parece contrariar as teorias existentes sobre elipse. A hipótese de que a rotulação em um caso de eclipse de VP no segundo conjunto pressuponha a rotulação no VP do primeiro conjunto é necessária para derivar corretamente o escopo negativo nos casos de *tag questions*, discutido adiante, em que a elipse do VP junto com o adjunto, na *tag question*, força a leitura de negação de predicado na sentença principal, em que o VP e adjunto estão intactos.

movimento (do complexo VP^adjunto) é um dos contextos que exigem rotulação prévia da adjunção de modo a tornar o adjunto integrado ao VP e acessível para a operação de movimento (i.e. *cópia* e *concatenação*; cf. Chomsky 1995). Os exemplos em (112), (113) e (114) mostram que, em casos de topicalização do VP em que o adjunto é carregado junto com o VP, o escopo negativo deve recair sobre o adjunto.⁵⁹ Quando o adjunto não é movido junto com o VP topicalizado, as leituras se invertem.

- (112) a. Ser demitido por falar a verdade, você num vai. (N-Adj)
 b. ‘Falar a verdade não será motivo para você ser demitido’ (N-Adj)
 c. *‘Falar a verdade será o motivo para você não ser demitido’ (N-Pred)
- (113) a. Mentir para te ajudar, eu num vou. (N-Adj)
 b. ‘Te ajudar não é motivo (justo, suficiente) para eu mentir’ (N-Adj)
 c. *‘Te ajudar é motivo (justo, suficiente) para eu não mentir’ (N-Pred)
- (114) a. Ganhar a eleição por ser bonita, ela num vai. (N-Adj)
 b. ‘Ser bonita não será a causa para ela ganhar a eleição’ (N-Adj)
 c. *‘Ser bonita será a causa para ela não ganhar a eleição’ (N-Pred)

A sentença (112a) significa que o interlocutor pode falar a verdade sem correr o risco de ser demitido, pois isso (i.e. *falar a verdade*) não causará a demissão, como apontado em (112b). Essa sentença não pode significar que falar a verdade será o motivo para garantir a não-demissão, que seria a leitura de negação de predicado descrita em (112c). Essa sentença é adequada (ou verdadeira) mesmo em um contexto em que o interlocutor seja demitido por outro motivo.

De modo semelhante, a sentença (113a) pode ser interpretada como uma afirmação de que o falante não irá mentir, que pode ser considerado um caso de negação de predicado, mas essa interpretação é veiculada indiretamente, através da leitura de negação de adjunto, como descrito em (113b), segundo a qual, *prestar ajuda ao ouvinte* não é um motivo suficiente para fazer o falante mentir⁶⁰. Essa sentença não pode significar que a decisão de não mentir tem o objetivo de ajudar o ouvinte (pois a decisão é a despeito de ajudar ou prejudicar o ouvinte),

⁵⁹ Ou simultaneamente sobre predicado e adjunto. Confira seção 4.3.6.

⁶⁰ Ou de negação simultânea de adjunto e predicado, no sentido de que ajudar o ouvinte **não** é motivo para o falante mentir e que o falante, portanto, **não** vai mentir.

que seria a leitura descrita em (113c).

A mesma relação de escopo negativo sobre o adjunto existe na sentença (114a). A candidata pode ganhar ou não ganhar a eleição, mas o motivo da vitória não será sua aparência⁶¹. Nesse sentido, pode haver negação do adjunto ou negação simultânea de predicado e adjunto, mas não é possível a leitura de negação exclusiva do predicado.

Nessas sentenças, o adjunto não é c-comandado pela negação pré-I°. O escopo negativo sobre o adjunto é definido pela operação de rotulação que ocorre previamente ao movimento. É essa rotulação que integra o adjunto ao VP e o torna acessível para o escopo do marcador, gerando a leitura de negação de predicado.

Antes de passarmos para os casos de sentenças com configuração [Neg VP Neg], vejamos como essa análise dá conta da interação da negação pré-VP com adjuntos que não ocorrem à direita do VP. Há, basicamente, dois casos de importância para esta discussão. O primeiro é aquele em que um adjunto ocorre à esquerda de toda a sentença, como o exemplo (33), repetido aqui em (115).

(115) Because the gears were broken, Marty didn't sell his bike. (N-Pred)

‘Porque a marcha estava quebrada, Marty não vendeu sua bicicleta’

Como apontado por Johnston (1994), uma sentença como (115) apresenta apenas a leitura de negação de predicado. O autor dá conta desse fato propondo que, neste caso, o adjunto é gerado diretamente no IP, ficando fora do escopo do marcador negativo em I°. Defendi que a análise de opcionalidade na atribuição de rótulo torna desnecessária a opção de adjunção ao IP (ao menos nos casos em que o adjunto aparece à direita do (e em adjacência ao) VP). Nos casos em que ocorre em posição pré-sentencial, a possibilidade de o adjunto estar em outras posições da estrutura sentencial é uma necessidade independente. Em princípio, então, minha análise não tem nada contra a possibilidade de o adjunto ser gerado em outras posições da sentença *quando não ocorre à direita do VP*.

Porém, diferentemente da análise de Johnston (1994), tendo a considerar que, em sentenças como (115), o adjunto não é gerado diretamente no IP, mas é gerado normalmente no VP (sem rotulação) e posteriormente deslocado para uma posição (provavelmente de

⁶¹ Note-se que, neste caso, há duas possibilidades quanto à beleza da candidata. Ou ela é, de fato, bonita, mas a eventual vitória eleitoral dela não tem a ver com a beleza. Ou ela não é bonita e, por isso, a eventual vitória dela tem que ser por outros atributos, que não a beleza. Em suma, a vitória pode ou não acontecer, mas não por causa da aparência da candidata.

tópico) no sistema CP. Sentenças como (115) e (116a) teriam, então as estruturas representadas em (117).

(116) Por causa dos grevistas, os alunos não entraram na FFLCH. (N-Pred)

- (117) a. $[_{CP} [_{PP} \text{Por causa dos grevistas}] [_{TP} \text{os alunos não entraram} [_{VP} \dots \text{na FFLCH } t_{PP}]]$
 b. $[_{CP} [_{PP} \text{Because the gear were broken}] [_{TP} \text{Marty didn't} [_{VP} \text{sell his bike } t_{PP}]]$

Então, é necessário definir qual a relação (quanto à rotulação) entre o adjunto e o VP ao qual está concatenado. Com relação à rotulação, há duas possibilidades. A primeira é assumir que simplesmente não há rotulação do adjunto ao VP em sentenças como essas. Uma vez que o movimento atinge apenas o adjunto (ao invés de atingir VP e adjunto simultaneamente, como em (112), (113) e (114)), não há motivo para assumir a ativação da operação de rotulação. Neste caso, o adjunto está fora do escopo da negação tanto antes (por não ser rotulado junto com o VP) quanto após a topicalização (por estar acima do marcador negativo).

A segunda alternativa é assumir que o adjunto (de sentenças como as de (115) e (116)) pode ser rotulado junto com o VP antes do seu deslocamento. A proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) prevê que essa alternativa não está disponível, pois a rotulação só deveria ocorrer como último recurso. Na ausência de motivação, há rotulação não se aplica. Ainda assim, qual seria o resultado se rótulo pudesse ser aplicado aos adjuntos de (115) e (116), antes da topicalização? O resultado vai depender de o vestígio do adjunto estar ou não estar disponível para o cálculo do escopo. Ignorando o vestígio, a previsão é de que, enquanto estivesse na posição interna ao VP, o adjunto deveria cair sob o escopo negativo, mas, uma vez deslocado para CP, o adjunto deve ser interpretado nesta posição, tomando escopo sobre a negação, ao invés de permanecer sob o escopo desta. Em ambos os casos, a não-ambiguidade das sentenças é corretamente prevista.

O segundo caso de adjuntos à esquerda do VP é o de sentenças em que o o adjunto não está em posição inicial, mas em posição medial, precedendo imediatamente o VP, mas seguindo-se ao auxiliar e à negação, como no exemplo (118)a, discutido por Lasnik (1972) e Huang (1982) e que teria a estrutura descrita em (118b), segundo Huang (1982).⁶²

⁶² Note-se que, em português, a sentença correspondente a (118a) é (i), em que o item *nem* modifica diretamente o adjunto.

(i) João *nem sempre* aparece.

- (118) a. John didn't always show up. (N-Adj)
 b. [John [didn't [always [show up]]]]
 (Huang 1982: 145)

A sentença em (118) possui apenas a leitura de negação de adjunto. Esse fato entra na generalização proposta por Lasnik (1972) de que um elemento (na verdade, especificamente um *quantificador* para o autor) precedido imediatamente pela negação cai necessariamente em seu escopo, mas um elemento que não se segue imediatamente à negação pode (ou não) cair sob o seu escopo (cf. seção 4.2.1). Huang (1982) deriva a leitura obrigatória de negação de adjunto em (118a) a partir da adjunção de *always* ao VP, abaixo do marcador negativo, como na representação em (118b). A princípio, sentenças com (118a) trazem problemas para a análise apresentada aqui, pois esta prevê que, se *always* está adjungido ao VP, abaixo da negação, as duas leituras deveriam estar disponíveis.

No sistema proposto aqui, há duas formas de captar esse resultado. A primeira é postular que um adjunto só pode ser linearizado à esquerda (do XP que ele modifica) se houver uma rotulação prévia. Em outras palavras, um adjunto não-rotulado seria sempre linearizado à direita do XP ao qual está adjungido, enquanto um adjunto rotulado pode ser linearizado à direita ou à esquerda. Se essa postulação é adequada ou não, isso é tema para pesquisa. Uma possível evidência independente para essa postulação vem, por exemplo, de dados de negação de constituinte discutidos no capítulo anterior. Vimos que várias análises, como a de Depiante (2000) (cf. 3.4.2), consideram que os casos de negação de constituinte com o formato [Neg X] envolvem adjunção **à esquerda** da negação ao constituinte negado. Como vimos, *o constituinte negado mais a negação* se movem como uma unidade para uma posição de especificador na periferia da sentença (antes da elipse do TP) em casos de fragmentos negativos, de *bare argument ellipsis* e de tópicos negativos. O constituinte negado não pode, porém, se mover independentemente da negação. Esse fato se segue naturalmente se assumirmos que a ordem do adjunto à esquerda do constituinte negado depende (por motivos que ainda precisam ser mais bem compreendidos) da aplicação prévia da rotulação.

A segunda forma de derivar a leitura de negação de adjunto em (118a) é propor que *always* é gerado em adjunção (à direita) do VP, mas é movido para uma posição de especificador entre a negação e o VP. Uma alternativa é o movimento para alguma posição (como a de tópico ou foco baixo) na periferia do VP, seguindo a proposta de Belletti (2000). O

movimento para uma posição de especificador colocaria o adjunto em uma configuração de rotulação e, portanto, sob o escopo do marcador negativo, derivando automaticamente a leitura de negação de adjunto.

Trato, no restante desta seção, dos casos de sentenças com a estrutura [Neg VP Neg], em que não há ambiguidade negativa. Como apontei anteriormente, nessas sentenças, haveria dois problemas. O primeiro é a dificuldade adicional que essas sentenças trazem para qualquer teoria que tente dar conta das possibilidades de escopo negativo sobre os adjuntos verbais. O segundo problema diz respeito, especificamente, à análise apresentada no primeiro capítulo desta tese, segundo a qual, em sentenças com a estrutura [(Neg) VP Neg], o segundo marcador é gerado no sistema CP e há movimento de toda a sentença para uma posição acima do deste marcador.

É necessário, portanto, fornecer uma explicação tanto para a alternância entre as ordens [Neg VP Neg Adj] e [Neg VP Adj Neg] quanto para o fato de que cada uma dessas ordens possui apenas uma leitura. A proposta de adjunção sem rótulo consegue fornecer uma análise unificada para estes dois fatos.

Adotando a proposta de adjunção sem rótulo, a alternância entre as ordens [Neg VP Neg Adj] e [Neg VP Adj Neg] deixa de ser surpreendente e se torna um fenômeno semelhante à opcionalidade do movimento dos adjuntos verbais nos casos de topicalização e focalização de VP, exemplificados nas sentenças em (92), (93) e (94), da seção 4.5⁶³. A alternância é consequência direta da ausência ou presença do rótulo sobre o resultado da adjunção. A ordem [Neg VP Neg Adj] em uma sentença como (119b) seria consequência do movimento da sentença para o especificador de AstP a partir de uma estrutura em que o adjunto do VP não é rotulado e, portanto, não está totalmente integrado, como em (119c). O movimento da sentença, deixando o adjunto não-rotulado/integrado para trás, é representado em (119d).

(119) a. [Neg VP Neg Adj]

b. Maria num foi promovida **não**, por ser negra. (N-Pred)

c. [_{Ast'} não [_{CP/TP} Maria num foi [_{VP} **promovida**]]

^por-ser-negra.

63 Os fenômenos não poderiam ser tratados como semelhantes em uma abordagem que permitisse movimento de segmentos de categoriais para derivar o movimento do VP (sem o adjunto), pois, ainda que se pudesse mover um VP mais baixo, deixando para trás um adjunto que é parte do VP mais alto, o movimento de qualquer categoria que domine o VP, como o IP ou o CP, levaria consigo todo o VP, incluindo o adjunto.

d.

A partir dessa derivação, a leitura de negação de predicado é definida independentemente do movimento da sentença para o especificador de AstP. É a ausência de rotulação do adjunto que previne este de cair sob o escopo da negação pré-verbal. Como consequência, a única leitura disponível é a de negação do predicado, como nas derivações em (105b), (106b) e (107b).

Já a ordem [Neg VP Adj Neg] em uma sentença como (120b) resulta de o adjunto ser movido junto com toda a sentença para o especificador de AstP. Para isso, o adjunto deve estar plenamente integrado à estrutura. Como o movimento é um dos contextos que exigem a rotulação prévia do adjunto, (120b) é derivada a partir de uma estrutura em que há a rotulação do adjunto verbal, como em (120c), anteriormente ao movimento, que é representado em (120d).

(120) a. [Neg VP Adj Neg]

b Maria num foi promovida porque é negra **não**. (N-Adj)

c. [_X não [Maria num foi [_{VP} [_{VP} **promovida**]^**por-ser-negra**]

d.

A leitura obrigatória de negação de adjunto em sentenças como (120b) é definida antes mesmo do movimento da sentença para o especificador de AstP. É a rotulação do adjunto, que ocorre **previamente ao movimento**, que faz com que o adjunto caia sob o escopo da negação pré-verbal, assim como ocorre nas sentenças com topicalização de VP em (112), (113) e (114).

Nessa perspectiva, a mudança obrigatória do foco da negação nas ordens [Neg VP Neg Adj] e [Neg VP Adj Neg] é apenas indiretamente relacionada à presença do segundo marcador negativo. É o fato de que esse marcador ser gerado no sistema CP (e não no IP), mais o movimento da sentença para o especificador deste marcador e mais a possibilidade de adjunção com ou sem rótulo que produzem o resultado descrito como delimitação do escopo, de que falam autores como Ouhalla (1997), Hagemeijer & Santos (2003) e Hagemeijer (2007).

A mesma análise pode ser adotada para outras línguas que apresentam a estrutura [Neg VP Neg], com a variação na posição dos adjuntos antes ou após o segundo marcador negativo, como palenquero e são-tomense, com a ressalva de que não é necessário que a categoria em que o segundo marcador negativo é gerado seja necessariamente equivalente a AstP, com as mesmas propriedades sintáticas e semânticas.⁶⁴

Essa análise também explica por que o segundo marcador negativo (que é pós-VP) de línguas como o PB se comporta diferentemente do segundo marcador negativo (que é pós-I°)

⁶⁴ Como apontei anteriormente (cf. seção 1.4.2 no capítulo 1 e 3.5.2 no capítulo 3), o marcador pós-VP *fa* do são-tomense é gerado no sistema CP e requer o movimento de toda a sentença, como o do PB, mas não é equivalente às partículas do tipo *yes/no*.

de línguas como o francês. O escopo negativo de marcadores como o *pas* francês é definido simplesmente pela presença ou ausência de rotulação do adjunto, sem consequências para ordem linear da sentença, pois *pas* não exige movimento do constituinte negado.

Uma última questão a ser explicitada pela proposta apresentada aqui diz respeito ao *status* da leitura de negação simultânea de predicado e adjunto. Até aqui, explicitarei apenas como seriam derivadas a leitura de **negação (exclusiva) do predicado** (N-Pred) e a leitura de **negação do adjunto** (N-Adj). Porém, como apontei anteriormente, estas duas não são as únicas leituras possíveis nas sentenças negativas.

Vimos que, em sentenças com o padrão [Neg VP], além da negação de predicado e da negação de adjunto (excluindo o predicado), também é possível a interpretação de negação **simultânea** de adjunto e de predicado. Na seção 4.3.6, assumi que a leitura “simultânea” poderia ser considerada um subtipo de N-Adj (ao invés de um subtipo de N-Pred).

Já em sentenças com um segundo marcador negativo pós-VP, como no esquema [Neg VP Neg], a negação exclusiva do predicado é excluída, mas permanecem disponíveis a interpretação de negação **exclusiva** de adjunto e a de negação **simultânea** de adjunto-e-predicado. A persistência desse terceiro tipo de leitura (a leitura “simultânea”) é justamente um dos argumentos para considerá-la um subtipo dos casos de negação do adjunto.

De acordo com a análise que ofereço aqui, baseada na proposta de opcionalidade na rotulação de adjuntos, os dois tipos de negação de adjunto (a leitura “exclusiva” e a leitura “simultânea”) seriam resultado do mesmo processo de atribuição de rótulo à estrutura de adjunção, que colocaria o adjunto sob o escopo da negação sentencial. Diante deste quadro, é justo indagar qual seria a natureza da distinção entre esses dois tipos de N-Adj, qual seria o mecanismo adicional que gera essas diferentes leituras.

Esta indagação também está relacionada a uma outra questão, mais básica, que é a da impossibilidade de N-Pred em sentenças com rotulação do adjunto (como em sentenças com [Neg VP Neg]). De acordo com a análise que apresentei, a rotulação tornaria o adjunto acessível ao escopo negativo, mas isso ainda não explica a exclusão de N-Pred. Dito de outra forma, tornar o adjunto acessível à negação não obriga a negação a recair sobre o adjunto **em detrimento do predicado**. Como apontei na seção 4.1, as leis de De Morgan determinam que uma conjunção (entre A e B, por exemplo) sob o escopo de um operador negativo resulta na opção de negação de quaisquer dos elementos da conjunção (ou negação de A ou negação de B). De acordo com essas leis da Lógica, a previsão é de que: (i) quando não há rotulação, apenas N-Pred esteja disponível; (ii) mas que, quando há rotulação, haja ambiguidade, com a

possibilidade tanto de N-Pred quanto da versão “exclusiva” de N-Adj.

Não é esse, porém, o resultado que temos. A rotulação (que pode, por exemplo, ser diagnosticada pela presença do segundo marcador negativo) sempre força o escopo sobre o adjunto. A única diferença está na possibilidade de o escopo atingir apenas o adjunto ou se espalhar para atingir **também** o predicado.

Como dar conta desses fatos?

A ideia que quero explorar no final desta seção é a de que isso decorre da interação entre a negação e o foco sentencial que é codificado na forma de acento nuclear. Em sentenças em que não há rotulação, predicado e adjunto permanecem não-integrados, gerando duas curvas prosódicas distintas. Como consequência disso, o acento nuclear da sentença atinge o elemento mais encaixado na estrutura sentencial, a saber, o predicado verbal (ou, mais especificamente, o complemento verbal, quando o há). Quando há rotulação, a integração do adjunto ao predicado faz com que o acento nuclear da sentença seja deslocado para a posição do adjunto. A relação existente entre negação e foco é bem conhecida na literatura sintática. Uma vez que o acento nuclear agora está localizado no adjunto, o escopo negativo é deslocado para este elemento, gerando obrigatoriamente a leitura de negação do adjunto.

A diferença entre a leitura exclusiva e a simultânea é consequência da possibilidade, independente, de projeção do foco para as demais partes da sentença. Isso significa que uma sentença com rotulação do adjunto e, conseqüentemente, com o acento nuclear sobre o adjunto, se comporta de modo semelhante a sentenças como (101b), repetida em (121). Ou seja, o “foco negativo” pode atingir apenas o último elemento integrado à sentença ou pode se espalhar deste para o restante do predicado, gerando uma interpretação de negação simultânea do predicado e do adjunto, como em (122).

(121) a. Play soccer on SUNDAY is what he'll do.

b. [_V [_V play^{soccer}]^{on-SUNDAY}]

----- adjunct focus

----- VP focus

(122) a. Ninguém saiu (da sala) por sua causa (**não**). (N-Adj) ou (N-Adj & N-Pred)

b. [_{VP} [_{VP} saiu (da sala)]^{por-sua-causa}]

----- foco/escopo negativo no adjunto

----- foco/escopo negativo no VP

A diferença entre a leitura de negação exclusiva do adjunto e de negação simultânea pode ser reduzida à diferença entre o foco no adjunto ou foco sobre todo o VP.

Por outro lado, a impossibilidade da negação exclusiva do predicado em sentenças em que há rotulação é semelhante à inaceitabilidade de sentenças como (101a), repetida em (123), em que o adjunto está integrado ao predicado, de projetarem foco para o predicado.

(123) #Play SOCCER on Sunday what he'll do.

Nesta sentença, o fronteamento mostra que o adjunto está totalmente integrado ao predicado. Esta integração, de algum modo, impede que o foco sobre o complemento seja projetado para todo o VP, excluindo o adjunto. Quando o foco também atinge o adjunto, o acento é necessariamente deslocado para este elemento, por estar em última posição, como em (122). Como o acento foi deslocado, temos uma interpretação em que o foco é projetado a partir do adjunto e não a partir do predicado. De modo semelhante, em sentenças com negação sentencial e nas quais há rotulação do adjunto, não é possível haver foco negativo projetado a partir do complemento ou do verbo para todo o VP, excluindo o adjunto. A rotulação provoca o deslocamento do acento nuclear para o adjunto leva necessariamente o foco negativo para este elemento. As únicas opções resultantes são, então, o foco negativo sobre o adjunto ou sobre todo o VP, mas nunca apenas sobre a parte do VP que exclui o adjunto.

A análise de opcionalidade da rotulação como fonte da ambiguidade de escopo negativo consegue, portanto, dar conta das três possibilidades de leitura negativa e também da relação existente entre a prosódia e interpretação semântica.

4.7. Conclusões do capítulo

Neste capítulo, analisei as possibilidades de escopo negativos dos marcadores pré-VP (relacionados ao sistema IP) em sentenças com adjuntos verbais de causa, finalidade e tempo. Como vimos, em muitas línguas essas sentenças são ambíguas, alternando entre uma leitura de negação do predicado verbal (excluindo o adjunto) e uma leitura de negação do adjunto (podendo ou não excluir o predicado).

A discussão, entretanto, não ficou restrita ao comportamento dos marcadores negativos

relacionados ao sistema IP, mas estendeu-se para os marcadores do PB e de outras línguas que ocupam uma posição pós-VP. Como vimos, esses marcadores funcionam de modo diferente dos marcadores imediatamente pós-verbais (ou pós-I^o), como o *pas* do francês, por, de algum modo, marcarem o limite máximo do escopo negativo do marcador pré-verbal, retindo, assim, a ambiguidade das sentenças.

A análise sobre como os marcadores pós-VP afeta as relações de escopo, então, aparece aqui não somente pela investigação das propriedades das sentenças com [Neg VP Neg] em si, mas por dois outros motivos. Primeiro, o que ocorre nessas sentenças levanta luz sobre o fenômeno básico da interação do escopo negativo com adjuntos, reforçando a tese de que tanto a semântica quanto a prosódia dessas sentenças devem ser vistos como consequência das estruturas sintáticas que as geram. Segundo, a alternância na ordem linear entre o marcador pós-VP e esses adjuntos constitui, à primeira vista, um problema para as análises que consideram que a posição do *não* pós-VP do PB é derivada por movimento de toda a sentença para o especificador de uma categoria mais alta (ou seja, não apenas para a análise esboçada aqui, mas também para as de Fonseca (2004), Teixeira de Sousa (2008a, 2008b), Hansen (2009) e Biberauer & Cyrino (2009, 2010)).

Demonstrei, ao longo do capítulo, que a adoção da proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009) sobre a opcionalidade na atribuição de rótulo na adjunção fornecer uma análise adequada para as relações de escopo negativo e para a prosódia das sentenças com apenas marcadores pré-VP, das sentenças com dois marcadores (um pré-VP e outro pós-VP) e também para a definição da ordenação linear entre os adjuntos e os marcadores pós-VP.

APÊNDICES AO CAPÍTULO 4

Apêndice I: Rotulação e economia

A proposta sobre a influência da rotulação na determinação do escopo negativo sobre adjuntos apresenta um problema potencial com relação à economia das derivações. De acordo com formulação de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009), a rotulação está sujeita a uma condição de economia, funcionando como uma operação de último recurso. Assim, a rotulação não se aplicaria livremente, mas apenas quando motivada por um fator independente. Quando, por exemplo, há um movimento do VP (incluindo o adjunto), temos a evidência de que houve uma rotulação (prévia ao movimento). Quando, porém, não há movimento, nem elipse etc, a posição de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2008) é de que a rotulação não se aplica.

Na análise esboçada na seção 4.6 do capítulo, por outro lado, a opção entre atribuição ou não-atribuição de rótulo ao adjunto parece não ser uma questão de economia, mas uma escolha livre, ao menos para os casos das sentenças com estrutura [Neg VP Adj], em que não há movimento da sentença nem do VP, mas ainda assim haveria a aplicação opcional da rotulação para derivar as diferentes leituras negativas.

A intuição em que essa análise se baseia é a de que, ao invés de ser uma questão de escolha livre e acidental, a própria atribuição de escopo negativo é que motivaria a rotulação do adjunto. Por essa perspectiva, o escopo negativo deveria ser visto como uma operação gramatical do mesmo nível que a operação de elipse, de pronominalização ou de movimento. Nenhuma dessas operações força, de fato, a atribuição de rótulo a um adjunto. E nenhuma delas falha em se aplicar na ausência de rotulação. Elas podem se aplicar independentemente do rótulo, agindo apenas sobre o VP (com seus argumentos), sem atingir sobre o adjunto, sem disparar a rotulação.

Mas essas operações gramaticais também podem, de algum modo, se aplicar após a operação de rotulação de modo a afetarem a sequência maior formada pelo VP mais o adjunto, o que pode ser interpretado como se elas (movimento, elipse, pronominalização) tenham sido o gatilho para disparar a rotulação. A pergunta, porém, permanece. Por que o movimento, a elipse e a pronominalização podem disparar a rotulação em um caso, mas não disparam em outro?

O que os dados de movimento, elipse e pronominalização nos mostram é que, em

alguns casos, há integração total do adjunto ao XP que é movido, apagado ou pronominalizado, o que seria consequência da operação de rotulação, mas em outros casos, não há integração do adjunto, o que seria consequência da ausência de rotulação. Ainda sabemos, contudo, muito pouco quanto ao papel de certas operações computacionais de **manipulação de estrutura** (como o movimento, a elipse, pronominalização etc) na determinação da operação de **construção de estrutura** (como a rotulação). Este é um aspecto aberto à investigação e em cuja formulação é difícil distinguir entre o aspecto intensional do funcionamento do sistema e o aspecto pragmático das intenções subjetivas do falante.

O que a análise apresentada no capítulo 4 propõe é que o mecanismo sintático de determinação do escopo negativo é semelhante às operações de movimento (ou cópia e concatenação), de elipse e de pronominalização no que diz respeito à possibilidade de forçar a rotulação de uma determinada adjunção.¹

Como apontado no final da seção 4.6, as sentenças com [Neg VP] podem projetar o foco/escopo negativo do adjunto para todo o VP independentemente da existência de uma operação (visível) de movimento. Este é um comportamento idêntico à projeção de foco (não-negativo) do adjunto para o VP **apenas** quando há deslocamento de todo o VP mais o adjunto. Isso mostra que a projeção de foco a partir do adjunto (que, em contextos não-negativos, só ocorre quando há movimento) pode, em contextos negativos, ocorrer independentemente de movimento.

¹ Uma pergunta que pode ser levantada é se a atribuição de escopo negativo deve ser considerada um mecanismo sintático ou semântico. Perguntas semelhantes podem ser também levantadas para o mecanismo de elipse, que pode ser considerado sintático ou fonético-fonológico, e para o mecanismo de pronominalização, que pode ser considerado sintático ou lexical (i.e. determinado na seleção do léxico para a numeração).

Apêndice II: Rotulação e c-comando

Neste apêndice, gostaria de discutir as conseqüências da proposta de opcionalidade da rotulação para o cálculo das relações de c-comando entre os constituintes sentenciais.

Na seção 4.3, apresentei uma série de casos em que, de acordo com a teoria de regência e ligação, o adjunto deve ser c-comandado por um elemento negativo e em que, portanto, segundo a análise de Huang (1982), Takubo (1985) e Johnston (1994), a leitura de negação de predicado deveria ser excluída. Apontei, contudo, que a previsão era incorreta, pois a ambigüidade de escopo permanecia apesar do c-comando da negação sobre o adjunto.

Já na seção 4.6, formulei uma análise que dá conta deste problema, baseada na idéia de que a relação de c-comando é necessária, mas não é suficiente para a determinação do escopo negativo, pois, adicionalmente, é necessário que haja a rotulação do elemento adjungido, de modo a torná-lo acessível para o escopo.

Contudo, no contexto da proposta de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009), a hipótese que defendi de que o c-comando “*é uma condição necessária, mas não suficiente*” não leva em conta as possíveis conseqüências que a opcionalidade da rotulação pode ter sobre o conceito de c-comando ou, mais especificamente, sobre o cálculo das relações de c-comando entre os constituintes de uma sentença.

Uma vez que c-comando é formulado em termos de dominância, e a relação de dominância está diretamente relacionada à existência de um único rótulo para dois elementos concatenados, duas podem ser as conseqüências da adjunção sem rótulo para o cálculo do c-comando, descritas em (1).

(1)

- a. Ou as estruturas de adjunção sem rótulo simplesmente falham quanto à determinação do c-comando.
- b. Ou deve ser possível computar o c-comando independentemente da existência de rótulo.

A decisão entre as duas opções em (1) depende de questões teóricas e empíricas, cuja extensão está além do escopo desta tese. Ainda assim, algumas considerações sobre a questão

podem ser feitas nesse espaço.

Algo que deve ficar claro é que a decisão quanto ao *status* do c-comando em estruturas de adjunção sem rótulo não compromete a análise apresentada neste capítulo, podendo, no máximo, exigir uma adequação no emprego do **termo**. Ou seja, se for necessário considerar que adjuntos não-rotulados não são c-comandados (por elemento algum da sentença), as referências à negação c-comandando um adjunto na leitura de negação de predicado, nas seções 4.3 e 4.6, devem ser entendidas como algo com um *c-comando aparente*, entendido como uma relação estrutural que receberia o nome de c-comando no modelo da regência e ligação, mas que não é digna deste honroso título em um modelo minimalista que assuma a hipótese da opcionalidade da rotulação.

Neste apêndice, discuto brevemente alguns aspectos que devem ser levados em conta na escolha entre (1a) e (1b).

C-comando definido em termos de rotulação

A opção em (1a) é levantada tanto por Norbert Hornstein (comunicação pessoal) quanto por Jairo Nunes (comunicação pessoal). Além disso, ela é assumida explicitamente no trabalho de Larson (2011) sobre a derivação do fenômeno de *Right Node Raising*. Do ponto de vista teórico, essa opção é a mais razoável, uma vez que é uma consequência imediata da ausência da relação de dominância entre dois elementos apenas concatenados, mas não rotulados.

O grande problema para essa hipótese vem de questões empíricas. Ela faz a previsão, por exemplo, de que toda vez que houver, internamente a um adjunto, um elemento que precise ser licenciado por c-comando, esse licenciamento falhará.

Tomemos o caso do licenciamento de anáforas. A maior parte da literatura sobre o tema assume que as anáforas precisam ser c-comandada pelo elemento a que estão ligadas. Se assumirmos que não existe c-comando em estruturas sem rotulação e mantivermos a premissa de que o licenciamento de anáforas depende do c-comando, a previsão é que uma anáfora em um adjunto verbal não deve ser licenciada a não ser que **algo force a rotulação** do adjunto. Vimos, porém, na seção 4.3.1, casos de anáforas em posição de adjuntos que são licenciadas pelo sujeito sentencial, repetidos aqui em (2).

- (2) a. They_i didn't do this because of *each other*_i. They_i did it despite each other_i.
 b. They_i didn't do this because of *each other*_i. They gave up in the last minute.

De acordo com a proposta original de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009), os adjuntos das sentenças em (2) não são rotulados, por não haver um processo gramatical como movimento, elipse ou pronominalização que force o rótulo. Portanto, as anáforas não deveriam ser licenciadas por falta de c-comando, um resultado indesejado. Como consequência, ou há uma relação de c-comando apesar da ausência de rótulo ou o licenciamento das anáforas não é baseado no c-comando, mas em alguma outra propriedade estrutural.

Uma alternativa para salvar as sentenças em (2) sem abdicar do requerimento de c-comando entre a anáfora e seu licenciador é assumir que, nestes casos, a rotulação é forçada justamente pela necessidade de licenciamento das anáforas, assim como propus que o escopo negativo pode forçar a rotulação dos adjuntos. Essa proposta é problemática por dois motivos. Ela faz a previsão de que, em sentenças como (2), apenas a leitura de negação de adjunto estaria disponível, pois as anáforas sempre forçariam a rotulação, para serem licenciadas, colocando, assim, o adjunto sob o escopo da negação. Porém, como já aponte, as sentenças em (2) são ambíguas entre as leituras de negação de adjunto e de negação de predicado. Dessa forma, temos um dilema: (i) ou o escopo negativo é definido pela rotulação (ii) ou o licenciamento de anáforas é definido pelo rotulação. As duas opções não podem ser verdadeiras.

Uma das possibilidades é que a análise apresentada neste capítulo esteja errada e o licenciamento de anáforas seja determinado pela rotulação, mas o escopo negativo não. Essa questão pode ser resolvida pelo exame dos casos originais em que, pela formulação de Hornstein & Nunes (2008) e Hornstein (2009), não poderia haver rotulação do adjunto, como os casos de elipse de VP em que o adjunto verbal não é elidido. Se ausência de rotulação resulta em ausência de c-comando e o licenciamento de anáforas depende de c-comando, a previsão é que as anáforas não sejam licenciadas em casos de elipse de VP em que o adjunto não é apagado, como em (3), ao contrário do que ocorre.

(3)

- a. They said they would compete because of the prize, but (actually) they did/didn't/would/wouldn't ___ because of *each other*.
- b. They said they would compete for the prize, but they did/would ___ to impress *each other*.
- c. I didn't fail because of you, I failed because of *myself*.

As sentenças em (2) e (3) apontam para duas conclusões possíveis. Primeira: se as anáforas precisam ser c-comandadas pelos elementos a que estão ligadas, o c-comando deve ser computável mesmo em estruturas em que não há rotulação. Segunda: se o c-comando não é computável em estruturas em que não há rotulação, então o licenciamento de anáforas não depende de c-comando.

Essa segunda alternativa é compatível com a proposta de Hornstein (2001) de que o licenciamento de anáforas se dá por movimento. Segundo essa proposta, uma anáfora como *myself* em (3c) é derivada por movimento do DP da posição do adjunto para o especificador de vP (e posterior movimento para o especificador deTP), como na representação em (4). O movimento a partir da posição do adjunto é possível através do recurso do movimento lateral (cf. Nunes 2004), antes que o adjunto seja concatenado ao vP e se torne uma ilha.

(4) $[_{TP} \text{ I}_i T^o [_{vP} \text{ I}_i \text{ failed}] \quad]$
 $\wedge [_{PP} \text{ because of I}_i\text{-self}]$

A proposta de que o licenciamento de anáforas é resultado de movimento nos deixa livres para assumir que o c-comando não é computado em estruturas sem rotulação.

O trabalho de Larson (2011), porém, assume que não há c-comando nos casos de ausência de rotulação pelo motivo oposto. Ele deriva os casos de *Right Node Raising*, como em (5a), através da concatenação, sem rotulação entre os V(P)s dos dois conjuntos, como em (5b) e (5c).

(5) a. Ivan bought and Ivy read *the short stories*.

b.

c.

O autor propõe que, através dessa operação, as propriedades de seleção do complemento são satisfeitas por ambos os verbos, porém nenhuma relação de c-comando se estabelece entre o verbo do primeiro conjunto e o complemento que ocorre no segundo conjunto. A ausência de c-comando explica a inaceitabilidade de sentenças como (6a), em que uma anáfora ocorre na posição de complemento do segundo conjunto mas ligada ao sujeito do primeiro conjunto, bem como a aceitabilidade de sentenças como (6b), em que a anáfora na posição de complemento do segundo conjunto está ligada ao sujeito do mesmo conjunto.

(6) a. *John_i hates, but Mary_j likes, *himself*_i.

b. Mary_j likes, but John_i hates, *himself*_i.

Porém, se o padrão encontrado em (6) for considerado resultante da ausência de c-comando entre os constituintes do primeiro conjunto e o complemento do segundo conjunto, voltamos aos problemas com relação ao licenciamento de anáforas em sentenças como (2) e (3).

A solução é tentar derivar a inaceitabilidade de (6a) por outros fatores, como a

impossibilidade de movimento. Se a concatenação entre o verbo *hates*, do primeiro conjunto, e o VP [*likes himself*], do segundo conjunto, é um tipo de adjunção, então, podemos assumir que isso cria uma configuração de ilha entre os dois conjuntos e impede o movimento entre ambos. É a configuração de ilha, portanto, e não a ausência de c-comando, que deve ser vista como o motivo da inaceitabilidade do exemplo (6a).

C-comando definido em termos de concatenação

Passo agora a discutir a alternativa descrita em (1b), segundo a qual o cálculo do c-comando pode se dar independentemente da existência de rótulo. Essa alternativa pressupõe que c-comando pode ser computado na ausência de relação de dominância, mas unicamente em função das relações de concatenação entre os constituintes da sentença.²

O grande problema da idéia de que ausência de rotulação resulta em ausência de c-comando é que, do dia para a noite, várias configurações que sempre foram vistas como envolvendo c-comando entre os constituintes perdem esse *status*. Virtualmente, a maioria dos adjuntos passa a ser não-c-comandado por elemento algum da sentença devido à falta de integração do adjunto ao constituinte ao qual está adjungido.

A alternativa é procurar um meio de traduzir o conceito tradicional de c-comando nos termos de *c-comando por concatenação*, ou seja, considerar que a relação de c-comando pode ser calculada unicamente pela operação de concatenação, sem fazer referência à rotulação ou à integração plena do elemento c-comandado à estrutura sentencial. Vamos ver algumas formas para implementação esta idéia.

(7) C-comando por concatenação (primeira tentativa)

α c-comanda β se α está concatenado com β .

Por essa definição, existe uma relação de c-comando mútuo entre um adjunto e a categoria que esse adjunto modifica. Ou seja, um VP c-comanda um adjunto do VP e,

² O cálculo do c-comando em função da concatenação distinguiria os casos de adjunção sem rótulo dos casos de derivações simultâneas de sub-árvores que servem de base para o fenômeno do *movimento lateral* (cf. Nunes 2004). A ausência de *merge* ou concatenação entre duas sub-árvores faz com que o movimento entre uma e outra não fira a minimalidade, pois, devido à ausência de c-comando, o caminho (*path*) entre as duas posição é virtualmente igual a zero, como propõe Hornstein (2009).

igualmente, um adjunto de VP c-comanda o VP. Esse resultado difere do que é tradicionalmente assumido, pois se considera que um VP não c-comanda seu adjunto devido ao fato de o VP **domina** elementos a ele adjungidos. Pela definição em (7), entretanto, o VP c-comanda o adjunto tanto no caso de rotulação quanto no de ausência de rotulação. Ainda de acordo com (7), o especificador do VP não c-comanda o adjunto do VP, por não estar diretamente concatenado com ele. Essa definição, por outro lado, não prevê que o VP seja c-comandado por nada além do seu adjunto e do núcleo que o seleciona diretamente. Como resultado, núcleos e especificadores acima de T^o não c-comandariam o VP por não estarem concatenados diretamente a ele. Sintagmas movidos a partir do VP para posições de especificadores de IP e CP não c-comandariam suas posições de base, um resultado indesejado para as teorias sobre o movimento.

A definição em (7) não é, portanto, apropriada. Tentemos outra.

(8) C-comando por concatenação (segunda tentativa)

Se α está concatenado com β , α c-comanda os constituintes dominados por β .³

A definição em (8) faz uso indireto da noção de rotulação ao se referir aos constituintes dominados por β . A diferença entre (7) e (8) é que, de acordo com este último, dois elementos concatenados não estão em uma relação de c-comando (seja simétrico seja assimétrico). O c-comando só se estabelece entre os elementos concatenados e os constituintes dominados pelo seu irmão. Por essa definição, não há c-comando entre o VP e adjunto de VP. Por outro lado, o adjunto de VP c-comanda o especificador de VP, mas este não c-comanda o adjunto de VP, conforme o esperado.

Ainda por essa definição, não há relação de c-comando entre um núcleo e o seu complemento, mas apenas entre o núcleo e os constituintes internos ao complemento. Em outras palavras, V^o não c-comanda o seu complemento. Igualmente, T^o não c-comanda VP, mas apenas os argumentos e o núcleo de VP. Adicionalmente, T^o não c-comanda o adjunto de VP. A definição em (8) ainda está, portanto, muito longe de capturar as mesmas relações definidas no conceito tradicional de c-comando. Tentemos uma terceira definição, combinando as duas anteriores.

³ Ou “tudo o que fizer parte de β ”.

(9) C-comando por concatenação

Se α e β estão concatenados, α c-comanda β e tudo o que for dominado por β .⁴

De acordo com a definição em (9), novamente há relação de c-comando mútuo entre um VP e um adjunto de VP. Por outro lado, o adjunto de VP c-comanda o especificador de VP e este não c-comanda o adjunto, como o esperado. Já os núcleos T^o e C^o e seus especificadores c-comandam o VP, mas não c-comanda um adjunto apenas concatenado a VP — a menos que o adjunto esteja rotulado. Novamente, esta definição de c-comando por concatenação não abarca os casos da definição tradicional de c-comando. É preciso, porém, alguma investigação empírica para avaliar se esse resultado pode ser desejável.

Talvez alguma formulação do c-comando em termos de concatenação possa se mostrar útil (o que depende não apenas das considerações teóricas, mas também da pesquisa empírica), mas, em suma, elas não correspondem ao conceito de c-comando assumido na teoria de regência e ligação. Por essa perspectiva, a melhor opção, no momento, parece ser considerar que a ausência de rotulação implica ausência de c-comando.

⁴ Ou “tudo o que fizer parte de β ”.

Conclusões e problemas adicionais

De um ponto de vista lógico, a negação de uma negação é uma afirmação: “A é igual a A” é o mesmo que “A não é não-A”. Psicologicamente, a recusa da negação de algo não é o mesmo que sua afirmação, e chega mesmo a ser seu contrário: a revolta contra a frustração de um desejo não satisfaz a esse desejo, mas até aumenta a frustração; porque os desejos só podem ser satisfeitos por uma gratificação positiva. Logicamente, toda negação é afirmação de um contrário, mas psicologicamente há muitos tipos de negação.

(Olavo de Carvalho)

Ao longo desta tese, analisei vários fenômenos relacionados à expressão da negação sintática, não apenas no PB, mas em outras línguas. Como apontei na *Introdução*, apesar da diversidade de temas trabalhados, todos eles possuem dois (ou três) aspectos em comum. Do ponto de vista descritivo, todos apresentam o marcador negativo à direita do constituinte sobre o qual tem escopo e manifestam um requerimento de anaforicidade. Do ponto de vista teórico, as análises que adoto para dar conta dos diferentes fenômenos têm o pressuposto de que todos eles envolvem a geração do marcador negativo na periferia esquerda da sentença, com o constituinte negado sendo movido para (ou gerado n) o especificador da categoria que abriga o marcador.

Mais do que isso, há também um pressuposto mais geral de que os fatos do PB (e das outras línguas examinadas) constituem evidência em favor da existência, dentre as línguas humanas, de uma classe de marcadores negativos associados ao sistema CP e não ao sistema flexional.

Os fatos aqui examinados e as análises apresentadas podem — espero — contribuir para um maior entendimento das possibilidades de realização da negação nas línguas humanas e das formas como os elementos negativos interagem com outros aspectos da linguagem.

Há ainda vários tópicos a serem mais bem examinados além de hipóteses e propostas específicas lançadas ao longo da tese que requerem um prosseguimento da investigação, com vistas a serem confirmadas ou refutadas a partir de novos dados.

Um exemplo é a distribuição de [VP Neg] pelos dialetos do PB. Como apontei no capítulo 1, os dialetos que possuem essa estrutura (caracterizada muitas vezes como tipicamente nordestina) têm sido tratados na literatura como o caso excepcional, desviante em

relação à situação normal dos dialetos que apresentam apenas [Neg VP] e, no máximo, [Neg VP Neg]. Contudo, a identificação da estrutura [VP Neg] no PE por parte de autores como Pinto (2010) e Martins (2010, 2012) faz com que a ausência de [VP Neg] é que possa ser considerada excepcional. A mudança da direção da pergunta é reforçada ainda mais se consideramos que a negação de constituinte com o formato [X Neg] e a estrutura de negação enfática [TP/VP *nada*] estão presente, não apenas no PE, mas nos dialetos nordestinos e sulistas do PB.

Outro exemplo de hipótese a ser investida (que pode, inclusive, estar relacionada ao tópico anterior) é o caso da tipologia apresentada no capítulo 3 sobre as formas de preenchimento do especificador de AstP em diferentes línguas. Essa tipologia levanta a hipótese de existência de um direcionamento no processo de mudança linguística que leva ao surgimento de marcadores negativos pós-VP, com a possibilidade o preenchimento por constituintes não-oracionais antecedendo, necessariamente, a possibilidade de preenchimento por elementos sentenciais. Nesse sentido, é possível dizer que os dialetos sulistas do PB estão em uma posição intermediária nessa tipologia, por permitirem a negação de constituintes não-oracionais através da configuração [X Neg], mas não permitirem a negação sentencial com [VP Neg]. Contudo, a validade dessa proposta sobre as etapas da mudança depende de pesquisa empírica.

Um terceiro tópico em aberto para investigação futura são as consequências que podem resultar da ideia de que a atribuição de rótulo ao processo de adjunção pode ser afetado pelo escopo negativo.

Além dessas questões em aberto, vários outros aspectos do fenômenos de negação sintática à direita (ou de negação anafórica) ficaram de fora dessa tese por questões de espaço. Um desses aspectos diz respeito à interação entre a negação codificada no CP e a expressão da Força ilocucionária da sentença. No primeiro capítulo, vimos que o *não* pós-VP é compatível com sentenças declarativas, imperativas e perguntas polares, mas não com perguntas QU.

Ocorre, porém, que em várias línguas existe uma incompatibilidade entre o imperativo e a negação sentencial, de tal modo que formas verbais que possuem morfologia específica (o “imperativo verdadeiro”) para o modo imperativo somente podem ocorrer em sentenças afirmativas, sendo obrigatoriamente substituídas por outras formas verbais (o “imperativo supletivo”), emprestadas de outros tempos e modos verbais, em sentenças imperativas negativas.

Esse fato levou pesquisadores como Han (1999, 2001) e Zeijlstra (2006) a assumir que há uma incompatibilidade semântica entre a Força ilocucionária, codificada no CP, e a negação sentencial. Ou seja, a Força ilocucionária não poderia ser negada sob pena de provocar um problema na interpretação da sentença em LF. Assim, em sentenças em que o verbo se move para C° (ou Force°) junto com um clítico negativo, este teria escopo sobre a Força ilocucionária, cancelando-a e resultando na agramaticalidade da sentença.

Diante da existência de análises que consideram que a negação pode afetar a Força ilocucionária de modo a levar a sentença à agramaticalidade, cabe a pergunta sobre a interação da negação anafórica, gerada no sistema CP, e a Força ilocucionária. Por outro lado, os dados do PB, em que [Neg VP Neg] e [VP Neg] são plenamente aceitáveis em sentenças imperativas, complicam esse quadro e levam ao questionamento da natureza da incompatibilidade entre negação e Força imperativa. Tratei desse tema em Cavalcante (2010, 2011), mas a questão sobre a interação entre força ilocucionária e a negação sentencial no PB ainda precisa ser mais bem investigada, não apenas com relação às sentenças imperativas, mas também quanto às interrogativas.

Referências

- ABEL, Klaus. (2003). *Successive Cyclicity, Anti-locality and Adposition Stranding*. Tese de Doutorado. University of Connecticut.
- ABOH, Enoch O. (2010). C-type negation markers on the right edge. In: ABOH, Enoch O; ESSEGBY, James. (eds). *Topics in Kwa syntax*. Studies in Natural Language and Linguistic Theory 78. Dordrecht: Springer, 109-140.
- ABOH, Enoch Oladé. (2004). *The morphosyntax of complement-head sequences: clause structure and word order patterns in Kwa*. New York: Oxford University Press.
- ABREU, Sabrina Pereira de. (1998). *A negação sentencial: da Teoria de Princípios e Parâmetros para o Programa Minimalista - uma investigação através do Português Brasileiro*. Porto Alegre: PUC-RS. Tese de doutorado.
- AELBRECHT, Lobke. (2010). *The Syntactic Licensing of Ellipsis*. Amsterdam: John Benjamins.
- AFONSO, Ivone. (2003). Marcadores de negação fortes e fracos. *Estudos lingüísticos e literários*. Nº 29/30, jan. 2002 / dez. 2003. p. 57-78.
- ALERS, Hilton. (2009). Some remarks on Spanish sentential negation. *Cuadernos de Lingüística / U.P.R. Working Papers*, vol. 2, n.1.
- ALKMIM, Mônica G. R. (1999). Ação de dois fatores externos no processo de mudança em negativas sentenciais no dialeto mineiro. In: *Anais do II Congresso Nacional da ABRALIN*, Florianópolis.
- ALKMIM, Mônica G. R. (2002a). Estruturas negativas em anúncios de jornais do século XIX. In: ALKMIM, Tânia Maria. (org.). *Para a história do Português Brasileiro*. Vol III: Novos estudos. São Paulo: FLP / USP.
- ALKMIM, Mônica G. R. (2002b). Negativa pré e pós-verbal: implementação e transição. In: COHEN, Maria Antonieta A. de Mendonça & RAMOS, Jania M. *Dialeto mineiro e outras falas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG.
- ALVES, Ieda Maria. (1992). Prefixos negativos do português falado. In: ILARI, Rodolfo (org.) 1992. *Gramática do português falado*, vol II. Campinas: UNICAMP. p. 101-109.

- ALVES, Ieda Maria. (1993). Formações prefixais no português falado. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.) *Gramática do português falado*, vol. III São Paulo: UNICAMP/FAPESP. p. 383-398.
- ARREGI, Karlos. (2003). Clausal pied-piping. *Natural Language Semantics* 11: 115–143, 2003.
- ATLAS, Jay David. (1977). Negation, Ambiguity, and Presupposition. *Linguistics and Philosophy*, Vol. 1, No. 3, p. 321-336.
- BASTOS, Ana Cláudia Pinto. (2001). *Fazer, eu faço! Topicalização de constituintes verbais em português brasileiro*. Campinas (SP): Unicamp. Dissertação de Mestrado.
- BEAUDOIN-LIETZ, Christa Anne Marie. (1999). The negative markers. In: *Formatives of tense, aspect, mood and negation in the verbal construction of Standard Swahili*. University of Newfoundland. Tese de doutorado. p. 212-257.
- BECKER, Michael. (2006). *Verum Focus and T-to- Σ movement in English*. Comunicação apresentada no ECO5 Syntax Workshop. Boston: MIT. De 4 a 5 de março de 2006.
- BELLETTI, Adriana. (1990). *Generalized verb movement*. Aspects of Verb Syntax. Torino: Rosenberg & Sellier.
- BELLETTI, Adriana. (1999). Inversion as Focalization and Related Questions. *Catalan Working Papers in Linguistics* 7: 9-45.
- BELLETTI, Adriana. (2002). Aspects of the low IP area. In: RIZZI, Luigi. *The structure of IP and CP*. The Cartography of Syntactic Structures, vol. 2. Oxford University Press.
- BELLETTI, Adriana. (2009). Answering strategies: New information subjects and the nature of clefts. In: *Structures and Strategies*. Routledge, New York. p. 242-265.
- BIBERAUER, Theresa; CYRINO, Sonia. (2009). *Negative developments in Afrikaans and Brazilian Portuguese*. 19th Colloquium on Generative Grammar, 1 a 3 de abril de 2009, Universidade do País Basco, Espanha.
- BIBERAUER, Theresa. (2007). Afrikaans Negation and Polarity: a comparative investigation of the two NIEs. In: ZEIJLSTRA, Hedde; SOEHN, Jan-Philipp. (eds). *Proceedings of the Workshop on Negation and Polarity*. Collaborative Research Center 441, University of Tübingen, Alemanha.

- BOBALJIK, Jonathan. (1995). *Morphosyntax: The syntax of verbal inflection*. PhD Dissertation, MIT.
- BOECKX, Cédric; HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jairo. *Control as Movement*. Cambridge: Cambridge University Press. 2010.
- BOOIJ, Geert. (2005). *The grammar of words: an introduction to linguistic morphology*. Oxford.
- BOŠKOVIĆ, Željko; NUNES, Jairo. (2007). The copy theory of movement: A view from PF. CORVER, Norbert; NUNES, Jairo. (ed.). *The Copy Theory of Movement*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- BOSQUE, Ignacio. (1984). Negación y elipsis. *Estudios de Lingüística* 2: 171-199.
- BROWN, Roger; CAZDEN, Courtney; BELLUGI, Ursula. (1969). *The Child's Grammar From I to III*. In: HILL, John. (ed.). *Minnesota Symposium of Child Psychology*. Vol. 2, Minneapolis: University of Minnesota.
- BÜRING, Daniel; GUNLOGSON, Christine. (2000). *Aren't positive and negative polar questions the same?* UCSC/UCLA. (não publicado).
- CAMARGOS, Marcelo Luiz de. (2002). *Teoria de Cópia e Negação*. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- CAMARGOS, Marcelo. (2000). A negativa: uma análise qualitativa. Disponível em <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/LCA/clca03.htm> . Acessado em 30 de julho de 2005.
- CAMPOS, Lucas Santos. (2004). O desempenho do *não* como prefixo. In: COSTA, Sônia Bastos Borba; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, v. Único.
- CARSTON, Robyn. (1996). Metalinguistic Negation and Echoic Use. *Journal of Pragmatics* 25. p. 319-340.
- CASTELEIRO, João Malaca. (1979). Sintaxe e semântica das construções enfáticas com “é que”. *Boletim de Filologia* 25 (1976/79). Lisboa: Centro de Linguística da Universidade. p. 97-166.
- CAVALCANTE, Rerisson (2009b). Relatório de qualificação do projeto “Derivação de construções negativas pós-XP no português brasileiro: negação sentencial e negação de

constituente”. Universidade de São Paulo.

CAVALCANTE, Rerisson; SIMIONI, Leonor. (2009). *Sobre a ordem VS em sentenças imperativas no português brasileiro*. Comunicação apresentada no XII Encontro de Estudantes de Pós-Graduação em Lingüística da USP.

CAVALCANTE, Rerisson. (2004). Construções negativas no português falado em Salvador. *Hyperion*. Salvador: n. 7, UFBA.

CAVALCANTE, Rerisson. (2007). *A negação pós-verbal no português brasileiro: análise descritiva e teórica de dialetos rurais de afro-descendentes*. Salvador: UFBA. Dissertação de Mestrado.

CAVALCANTE, Rerisson. (2008a). *Imperativo e negação em português*. Comunicação apresentada no II Workshop do Projeto Temático Sintaxe Gerativa do Português Brasileiro na Entrada do Século XXI: Minimalismo e Interfaces, dia 25 de novembro de 2008, na USP.

CAVALCANTE, Rerisson. (2008b). *Padrões de negação sentencial no português brasileiro e nos crioulos palenquero e são-tomense*. Comunicação apresentada no V Encontro da Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, de 10 a 14 de novembro de 2008, na USP.

CAVALCANTE, Rerisson. (2008c). *Negação e periferia esquerda da sentença*. Comunicação apresentada no XV Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina, de 18 a 21 de agosto de 2008, em Montevideu.

CAVALCANTE, Rerisson. (2008d). *Post-Sentential Negation in Brazilian Portuguese*. Comunicação apresentada no VII Workshop on Formal Linguistics. Curitiba: UFPR. 28-29 de agosto de 2008.

CAVALCANTE, Rerisson. (2009a). A negação sentencial. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA. p. 251-267.

CAVALCANTE, Rerisson. (2010). Interação entre imperativo e negação. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 8, n. 2, dezembro de 2010, p. 9-36.

CAVALCANTE, Rerisson. (2011). Negative Imperatives in Portuguese and Other Romance Languages. In: HERSCHENSOHN, Julia (ed.). *Romance Linguistics 2010: Selected papers*

- from the 40th Linguistic Symposium on Romance Linguistics (LSRL), Seattle, Washington, March 2010.
- CHOI, Kiyong. (2004). The Structure of Constituent Negation in English. In: *Studies in Generative Grammar*, Vol. 14, N. 2, p. 187-197.
- CHOMSKY, Noam. (1955). *The logical structure of linguistic theory*. New York, NY: Plenum; Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1975.
- CHOMSKY, Noam. (1964). *Current Issue in Linguistic Theory*. The Hague: Mouton.
- CHOMSKY, Noam. (1970). Remarks on Nominalization. In: JACOBS, Roderick A.; ROSENBAUM, Peter S. (eds.). *Readings in English Transformational Grammar*. Ginn, Waltham (Massachusetts). p. 184-221.
- CHOMSKY, Noam. (1989). Some Notes on Economy of Derivations and Representation. *MIT Working Papers on Linguistics* 10, 45-75.
- CHOMSKY, Noam. (1995a). Bare Phrase Structure. In: CAMPOS, Hector; KEMPCHINSKY, Paula . (ed). *Evolution and Revolution in Linguistic Theory*. Essays in honor of Carlos Otero, p. 51-109.
- CHOMSKY, Noam. (1995b). *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press (Current Studies in Linguistics 28).
- CHOMSKY, Noam. (2000). Minimalist inquiries: the framework. MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. (eds.). *Step by step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: MIT Press. p. 81-155.
- CHOMSKY, Noam. Beyond explanatory adequacy. BELLETTI, Adriana. (ed.). *Structures and Beyond — The Cartography of Syntactic Structure*. Vol. 3. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. KENSTOWICZ, M. (ed.). *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2001. p. 1-52.
- COSTA, João. (2010). PB e PE: orientação para o discurso importa? *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, junho de 2010. p. 123-143.
- CRYSMANN, Berthold. (2010). Discontinuous negation in Hausa. In: *Proceedings of the 17th International Conference on Head-Driven Phrase Structure Grammar (HPSG 2010)*.

- CSLI Publications. p. 269–287.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. (2007). *A nova gramática do português contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lexicon.
- CUNHA, M. A. Furtado da. (1996). Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. (Orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. , p. 167- 189.
- CUNHA, M. A. Furtado da. (2001). O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1-30.
- DEPREZ, Vivian ; PIERCE, Amy. (1993). Negation and Functional Projections in Early Grammar. *Linguistic Inquiry* 24, 25-67.
- DI TULLIO, Ángela L. *Palabras negativas en contexto enfático: nada, ningún*. [impresso]
- DIECK, Marianne. (2000). *La negación en palenquero: análisis sincrónico, estudio comparativo y consecuencias teóricas*. Frankfurt: Vervuert. (Iberoamericana).
- DONALDSON, Bruce C. (1993). *A grammar of Afrikaans*. Berlin: Mouton de Gruyter. Series Mouton grammar library.
- DROZD, Kenneth F. (2001). Metalinguistic Sentence Negation in Child English. In: HOEKSEMA, Jack; RULLMANN, Hotze; SÁNCHEZ-VALENCIA, Victor; van der WOUDE, Ton. (Ed.) *Perspectives on Negation and Polarity Items*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- EMBICK, David; NOYER, Rolf. (2001). Movement Operations after Syntax. *Linguistic Inquiry*. Vol. 32, n. 4, p. 555-595.
- EMONDS, Joseph. (1978). The Verbal Complex V' - V in French. *Linguistic Inquiry*, v. 9, n. 2. p. 151-175.
- FARKAS, Donka F. (2010). *Polarity in English and Romanian*. Comunicação apresentada no Linguistic Symposium on Romance Languages. University of Washington, Seattle. 26 a 28 de março.
- FARKAS, Donka F.; BRUCE, Kim B. (2010). On Reacting to Assertions and Polar Questions.

Jornal of Semantics 27: 81-118.

- FERREIRA, Marcelo. (2000). *Argumentos nulos em português brasileiro*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Master's Thesis.
- FONSECA, Hely D. Cabral. (2004). Marcador negativo final no Português Brasileiro. *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas, 46(1): 5-19, jan/jun.
- FONSECA, Hely D. Cabral. (2010). *Marcas do passado no PB e no PA*. Comunicação apresentada no VI Encontro da Associação de Estudos Crioulos e Similares. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 24 a 26 de março de 2010.
- FONSECA, Hely Dutra Cabral da. (2005). *Aquisição da sintaxe da negação no português brasileiro como segunda língua (L2)*. Campinas: UNICAMP. Tese de Doutorado.
- FONSECA, Hely Dutra Cabral da. (2009). A noção default e a sintaxe da negação. *Estudos da Lingua(gem)*, v. 7, n. 2, dezembro de 2009, p. 109-132.
- FONSECA, Hely Dutra Cabral da. (2011). Línguas africanas e a estrutura V+NEG no português do Brasil e d'Angola. In: *Papia* 21, v. 2, p. 195-208.
- FONSECA, Joaquim. (1985). Sintaxe, semântica e pragmática das construções emblemáticas e estruturas aparentadas. *Revista da Faculdade de Letras : Línguas e Literaturas*, 02. Universidade do Porto. p. 213-250.
- FOREMAN, John. (1999). Syntax of Negative Inversion in Non-standard English. In: SHAHIN, Kimary; BLAKE, Susan Blake; KIM, Eun-Sook. (eds). *The Proceedings of the Seventeenth West Coast Conference on Formal Linguistics*. CSLI, Stanford.
- FREGE, Gottlog. (1918). Die Verneinung. Eine logische Untersuchung. In: Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus. p. 143-157. (Consultado na versão: FREGE, Gottlog. A negação. Uma investigação filosófica. In: *Investigações Lógicas*. Organização, tradução e notas de Paulo Alcoforado. Porto Alegre: EDIPUCRS).
- GAJEWSKI, Jon Robert. (2005). *Neg-Raising: Polarity and Presupposition*. MIT. Tese de doutorado.
- GILKERSON, Jill; HYAMS, Nina; CURTISS, Susan. (2003). On the Scope of Negation: More evidence for early parameter setting. In: *Proceedings of Generative Approaches to Language Acquisition 10*. Utrecht, The Netherlands.

- GIVÓN, Talmy. (1978). Negation in Language: Pragmatics, Function, Ontology. In: COLE, Peter. (ed). *Syntax and Semantics 9: Pragmatics*. New York: Academic Press. p. 69-112.
- HAGEMEIJER, Tjerk; SANTOS, Ana Lúcia. (2003). Elementos polares na periferia direita: negação aparentemente descontínua, afirmação enfática e tags. *Actas do XIX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, 2004. p. 465-476.
- HAGEMEIJER, Tjerk. (2007). *Clause Structure in Santome*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Tese de doutorado.
- HAN, Chung-Hye. (1999). Cross-linguistic variation in the compatibility of negation and imperatives. *Proceedings of the 17th West Coast Conference on Formal Linguistics*. CSLI, Stanford, 265-279.
- HAN, Chung-Hye. (2001). Force, negation and imperatives. *The Linguistic Review* 18, p. 289-325.
- HANSEN, Quinn McCoy. (2009). *Negation in Brazilian Portuguese*. University of Florida.
- HANSEN, Quinn McCoy. (2009). The syntax of negation in Brazilian Portuguese. The XII Annual Hispanic and Lusophone Studies Symposium at Ohio. 24 e 25 de abril de 2009.
- HEIM, Irene; KRATZER, Angelika. (1998). *Semantics in generative grammar*. Malden, MA., Blackwell Publishers.
- HERNANZ, Maria Lluïsa. (2006). Emphatic polarity and C in Spanish. In: BRUGÈ, Laura. (ed.). *Studies in Spanish Syntax*. Venezia, Libreria Editrice Cafoscarina: 105–150. Disponível em: <http://lear.unive.it/handle/10278/110> .
- HÖHLE, Tilman. (1992). Ueber Verum Fokus in Deutschen. *Linguistische Berichte*. p. 112–141.
- HOLMBERG, Anders. (2001). The syntax of yes and no in Finnish. *Studia Linguistica* 55, 141-175.
- HORN, Laurence R. (1989). *A Natural History of Negation*. CSLI Publications. 2001.
- HORNSTEIN, Norbert; NUNES, Jairo. 2008. Adjunction, Labeling, and Bare Phrase Structure. *Biolinguistics* 2.1: 057–086.
- HORNSTEIN, Norbert. (1999). Movement and Control. *Linguistic Inquiry*, 30: 69-96.

- HORNSTEIN, Norbert. (2001). *Move! A Minimalist Theory of Construal*. Blackwell Publishers. p. 24-71.
- HORNSTEIN, Norbert. (2009). *A Theory of Syntax*. Minimal Operations and Universal Grammar. Cambridge.
- HOVDHAUGEN, Even; MOSEL, Ulrike. (eds.). (1999). *Negation in Oceanic Languages: typological studies*. München / Newcastle: Lincon Europe. Lincom Studies in Austronesian Linguistics.
- <http://toosarva.scripts.mit.edu/papers/corrective-but-doesnt-coordinate-clauses.pdf>
- HUANG, Cheng-Teh James. (1982). *Logical relations in Chinese and the theory of grammar*. Ph.D. Dissertation, MIT.
- HUANG, Cheng-Teh James. (1993). Reconstruction and the structure of VP: Some theoretical consequences. *Linguistic Inquiry* 24.1. p. 103-138.
- HÜBLER, Axel. (1983). *Understatements and Hedges in English*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- IATRIDOU, Sabine. (1990). About Agr(P). In: *Linguistic Inquiry* 21:551-577.
- ISRAEL, Michael. (2001). Minimizers, Maximizers, and the Rhetoric of Scalar Reasonin. In: *Journal of Semantics* 18 (4): p. 297-331.
- JESPERSEN, Otto. (1962) [1917]. Negation in English and other languages. In: _____. *Selected writings of Otto Jespersen*. Londres: George Allen. Tóquio: Senjo. p. 3-151.
- JOHNSTON, Michael. (1994). Because clauses and negative polarity licensing. *ESCOL '93: Proceedings of the Tenth Meeting of the Eastern States Conference on Linguistics*. Ithaca, NY: Cornell University Press. p. 163-174.
- KAHREL, Peter; BERG, René van den. (eds). (1994). *Typological studeis in negation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- KATO, Mary A.; MIOTO, Carlos. (2005). As interrogativas-Q do Português Brasileiro. *Revista da ABRALIN*, Belo Horizonte, MG, v. 4, n.1 e 2, p. 171-196.
- KATO, Mary A.; RIBEIRO, Ilza. (2005). *Cleft sentences and wh-questions in Brazilian Portuguese: a diachronic analysis*. (não publicado).

- KAYNE, Richard. (1994). *The antisymmetry of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.
- KLIMA, Edward S. (1964) Negation in English. In: FODOR, Jerry; KATZ, Jerrold. (eds.). *The Structure of Language*. New Jersey: Prentice-Hall. p. 246-232.
- KLOOSTER, Wim. (2004). Negative Raising Revisited. In: KOSTER, Jan; van RIEMSDIJK, Henk. (eds.). *Germania et Alia. A Linguistic Webschrift for Hans den Besten*. Gairle: University of Groningen.
- KOOPMAN, Hilda; SPORTICHE, Dominique. (1991). On the position of subjects. In: MCCLOSKEY, Jim. (ed.). *The syntax of verb-initial languages. Lingua special edition*. p. 211-258.
- KORNFILT, Jaklin. (1997). *Turkish*. London & New York: Routledge.
- KRAMER, Ruth; RAWLINS, Kyle. (2008). Polarity particles: an ellipsis account. In *The Proceedings of the 39th Annual Meeting of the North East Linguistic Society (NELS 39)*. Amherst: GLSA.
- KUNO, Susumu. (1980) The Scope of the Question and the Negation in Some Verb-Final Languages. *Proceedings of the Chicago Linguistics Society* 16, p. 155-157.
- KURODA, Sige-Yuki. (1988). Whether we agree or not: A comparative syntax of English and Japanese. *Linguisticae Investigationes* 12. p. 1-47.
- LADD, D. Robert. (1981). A First Look at the Semantics and Pragmatics of Negative Questions and Tag Questions. In: *Papers from the Seventeenth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago Linguistics Society. p. 164–171.
- LADUSAW, William. A. (1988). Adverbs, negation, and QR. In: THE LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA. (ed). *Linguistics in the morning calm* 2. Selected papers from SICOL-1986, 481-488. Seoul: Hanshin Publishing.
- LAKA, Itziar. (1990). *Negation in syntax: on the nature of functional categories and Projections*. MIT, Tese de Doutorado.
- LARSON, Bradley. (2011). *A Concatenative Approach to Right-node Raising*. MS. University of Maryland.
- LARSON, Richard K. (1988). On the double object construction. *Linguistic Inquiry* 19. p. 335-91.

- LASNIK, Howard. (1971). A general constraint: some evidence from negation. In: Quarterly Progress Report of the MIT Research Laboratory of Electronics, n°. 101, p. 215-217
- LASNIK, Howard. (1972). *Analysis of negation in English*. Massachusetts Institute of Technology. Tese de Doutorado.
- LONGOBARDI, Giuseppe. (1991). In defense of the correspondence hypothesis: island effects and parasitic constructions in Logical Form. In: HUANG, James; MAY, Robert. (ed.). *Logical Structure and Linguistic Structure: Cross-Linguistic Perspectives*. Dordrecht: Kluwer.
- LONGOBARDI, Giuseppe. (1994). Reference and proper names: a theory of movement in syntax and LF. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 25, n. 4, p. 609-665.
- LOPES ROSSI, Maria Aparecida Garcia. (1993). Estudo diacrônico sobre as interrogativas do português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (1993). 307-342.
- MARTÍ, Luisa. (2001). Quantified Subjects in Questions and the A'-Nature of SpecAgr_sP in Spanish. In: MATUSHANSKY, Ora *et al.* *HUMIT 2000: proceedings of the first Harvard-MIT Student Conference in Language Research*. p. 149-162.
- MARTINS, Ana Maria. (1994). *Clíticos na história do português*. Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa.
- MARTINS, Ana Maria. (2006). Emphatic Affirmation and Polarity: Contrasting European Portuguese with Brazilian Portuguese, Spanish, Catalan and Galician. In: DOETJES, J.; GONZALEZ, P. (eds.). *Romance Languages and Linguistic Theory 2004. Selected papers from 'Going Romance', Leiden, 9-11 December 2004*; pp. 197-223, Amsterdam: Benjamins.
- MARTINS, Ana Maria. (2007). Double realization of verbal copies in European Portuguese emphatic affirmation. In: COVER, Norbert; NUNES, Jairo. (Orgs.). *The Copy Theory of Movement*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- MARTINS, Ana Maria. (2010a). Metalinguistic Negation and the Left Periphery. Comunicação apresentada no II Workshop do Projeto Temático Sintaxe Gerativa do Português Brasileiro na Entrada do Século XXI: Minimalismo e Interfaces, 1-3 de dezembro de 2010, na USP.
- MARTINS, Ana Maria. (2010b). Negação metalinguística (lá, cá e agora). In: BRITO, Ana

- Maria. (ed.). *Actas do XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística. p. 567-587.
- MARTINS, Ana Maria. (2012). Minicurso *The portuguese answering system: affirmation, negation and denial*, ministrado no Castilho – II Congresso Internacional de Linguística Histórica, na Universidade de São Paulo, de 8 a 10 de fevereiro de 2012.
- MARTINS, Eneida Esteves. (1997). *Sentential negation in spoken Brazilian Portuguese*. Washington: Georgetown University. Dissertação de Mestrado.
- MATA, Ariadne Costa da. (1999). A variável de negação na comunidade de João Pessoa. In: SOARES, Maria Elias; ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. (orgs). *XVI Jornada de Estudos Lingüísticos*. Anais. UFC / GELNE. Vol. II, p. 344-7.
- MCCAWLEY, James D. (1991). Contrastive Negation and Metalinguistic Negation. *The proceedings of the 27th Annual Meeting of the Chicago Linguistics Society (CLS 27)*, 1991. p. 189-206.
- MERCHANT, Jason. (2004). Fragments and ellipsis. *Linguistics and Philosophy* 27.6: p. 661-738.
- MERCHANT, Jason. (2009). Ellipsis. In: ALEXIADOU, Artemis; KISS, Tibor; BUTT, Miriam. (ed.) *Article for Handbook of Contemporary Syntax*. 2 ed. Walter de Gruyter: Berlin. Submitted April 2009.
- MIESTAMO, Mati; van der AUWERA, Johan. (2006). Negative declaratives and negative imperatives - similarities and differences. In: AMMANN, Andreas. (ed). *Linguistics festival: May 2006, Bremen*. Bremen: Brockmeyer, 59-77
- MIOTO, Carlos. (1992). *Negação sentencial no português brasileiro e a teoria da gramática*. Campinas: UNICAMP, Tese de Doutorado.
- MIOTO, Carlos. (2003). Focalização e quantificação. *Revista Letras*, Curitiba, n. 61, especial, p. 169-189, 2003. Editora UFPR.
- MORALES, Amparo; CARDONA, Julia; LOPEZ MORALES, Humberto. (eds). (2008). *Estudios de Lingüística Hispánica*, Cádiz, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.
- MOSCATI, Vincenzo. (2006). *The scope of negation*. Università degli Studi di Siena. Tese de

doutorado.

- NAMIUTI, Cristiane. (2008). Negação sentencial na diacronia do português: variação com estabilidade *Revista de Estudos Lingüísticos*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 193-239, jul./dez.
- NUNES, Jairo. (1995). *The copy theory of movement and linearization of chains in the Minimalist Program*. Tese de Doctorado, Universidad de Maryland.
- NUNES, Jairo. (2004). *Linearization of chains and sideward movement*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- OLIVEIRA, Marilza. (1996). *Respostas assertivas e sua variação nas línguas românicas: o seu papel na aquisição*. Campinas: UNICAMP. Tese de doutoramento.
- OUHALLA, Jamal. (1997). The structure and logical form of negative sentences. In: *Linguistic Analysis*. p. 220-244.
- PALMER, Frank Robert. (2001). *Mood and modality*. Cambridge.
- PEREIRA, Jorge Paulo. (2009). Coordenação explicativa e subordinação causal: uma distinção problemática. In: COUTINHO, Maria Antónia. (ed.). *Cadernos WGT (Work(shops) em Gramática e Texto) — A explicação em Linguística*. p. 10-20.
- PEREIRA, Pâmella Alves. (2006). *Para uma distinção entre radical e prefixo: será não-composto um composto ou um derivado?* Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de mestrado.
- PIERCE, Amy. (1992). *Language Acquisition and Syntactic Theory: A Comparative Analysis of French and English Child Grammars*. Dordrecht: Kluwer.
- PIETROSKI, Paul M. (2002). Function and concatenation. In: PREYER, Gerhard; PETER, Georg. *Logical Form and Language*. Oxford University. p. 91-117.
- PINTO, Carlos Felipe da Conceição. (2008). *Uma análise das construções de clivagem e outras construções focalizadoras no português atual*. Universidade Federal da Bahia. Dissertação de mestrado.
- PINTO, Clara. (2010). *Negação Metalingüística e Estruturas com nada no Português Europeu*. Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado.
- POLETTI, Cecília; ZANUTTINI, Rafaela. (2003). Making imperatives. In: TORTORA, Christina. (ed.). *The Syntax of Italian Dialects*. New York: Oxford. (Oxford Studies in

Comparative Syntax).

- POLETTTO, Cecília. (2007). *On Negation splitting and doubling*. University of Venice –CNR Padua.
- POLETTTO, Cecilia. (2008). *The syntax of focus negation*. University of Venice Working Papers in Linguistics, v. 18, 181-202.
- POLLOCK, Jean-Yves. (1989). Verb movement, universal grammar, and the structure of IP. *Linguistic Inquiry* 20, 365-424.
- PORTNER, Paul; ZANUTTINI, Raffaella. (2000). The force of negation in WH exclamatives and interrogatives. In: HORN, Laurence R.; KATO, Yasuhiko. (ed). *Studies in negation and polarity: Syntactic and semantic perspectives*, New York e Oxford: Oxford University Press. p. 201-239.
- POTSDAM, Eric. (1997). NegP and Subjunctive Complements in English. In: *Linguistic Inquiry* 28, p. 533-541.
- POTSDAM, Eric. (1999). A Syntax for Adverbs. In: *The Proceedings of the Western Conference on Linguistics 1998*. Arizona State University, Tempe, Arizona.
- RADFORD, Andrew. (1990). *Syntactic theory and the acquisition of English syntax: the nature of early grammars of English*. Oxford: Blackwell.
- RAMOS, Jânia. (2002). A alternância “não” e “num” no dialeto mineiro: um caso de mudança lingüística. In: RAMOS, Jânia; COHEN, Maria Antonieta A. M. (orgs.). *Dialeto mineiro e outra falas: estudos de variação e mudança lingüística*. Belo Horizonte: UFMG.
- REINHART, Tanya. (1991). Elliptic constructions — Non-quantificational LF. In: KASHER, Asak. (ed.). *The Chomskyan Turn*. Cambridge: Blackwell.
- RESENES, Mariana Santos; GRITTI, Leticia Lemos. (2008). Considerações sobre a semântica do “só”. *Working Papers em Lingüística*. v. 9, n. 2. Florianópolis.
- RIZZI, Luigi. (1982). *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Floris.
- RIZZI, Luigi. (1997). The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, Liliane. (ed.). *Elements of grammar: handbook in generative syntax*. Dordrecht / Boston / London: Kluwer Academic.
- ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 1 ed.

- Campinas: Unicamp, 1993, v. , p. 307-342.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 42 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- RONCARATI, Cláudia. (1996). A negação no português falado. IN: MACEDO, Alzira Tavares de; RONCARATI, Cláudia; MOLLICA, Maria Cecília. (orgs). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 97-112.
- ROSS, Haj. (2004). The syntax of emphasis – a base camp. In: LECLÈRE, Christian; LAPORTE, Eric; PIOT, Mireille & SILBERZTEIN, Max. (eds.). *Lexique, Syntaxe et Lexique-Grammaire: Hommage à Maurice Gross / Syntax, Lexis & Lexicon-Grammar: Papers in Honour of Maurice Gross*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. p. 547-559.
- ROSS, John Robert. (1969). Guess who? In: BINNICK, Robert I.; DAVISON, Alice; GREEN, Georgia M.; MORGAN, Jerry L. (ed.). *Papers from the Fifth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago Linguistic Society, University of Chicago. p. 252-286.
- ROWLETT, Paul. (1998). *Sentential Negation in French*. Oxford University Press.
- SAAB, Andres. (2009). *Hacia una teoría de la identidad parcial en la elipsis*. Universidad de Buenos Aires. Tese de Doutorado.
- SAVARY, Florence. (2005). *The Syntax of Sentential Negation in English and in French*. Paris III - Sorbonne Nouvelle. Dissertação de Mestrado.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira; CARDOSO, Daisy Bárbara Borges; LUNGUINHO, Marcus Vinicius da Silva; SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. (2007). Reflexões sobre o imperativo em Português. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada* [online]. Vol.23, n. especial, pp. 193-241.
- SCHWEGLER, Armin. (1991a). El español del Chocó. *América Negra* 2.85-119.
- SCHWEGLER, Armin. (1991b). Predicate negation in contemporary Brazilian Portuguese: a linguistic change in progress. *Orbis* 34:187-214.
- SCHWEGLER, Armin. (1991c). Negation in Palenquero: Synchrony. *Journal of Pidgin and Creole Languages* 6:2.

- SELLARS, John. (2006). Stoic logic. In: *Stoicism*. University of California Press: Berkeley, Los Angeles. p. 55-79.
- SOUSA, Lara Vanessa Dantas de. (1999). Aspectos diacrônicos da negação em português. In: SOARES, Maria Elias; ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. (orgs). *XVI Jornada de Estudos Lingüísticos. Anais*. UFC / GELNE. Vol. I. p. 301-2.
- STORTO, Luciana R. (1999). *Aspects of a Karitiana Grammar*. Massachusetts Institute of Technology. Tese de Doutorado.
- STORTO, Luciana R. (2008). Marcação de concordância absolutiva em algumas construções sintáticas em Karitiana. *Amerindia* nº 32. v. 32, Paris. p. 183-203.
- SUÑER, Margarita. (1994). V-movement and the licensing of argumental WH-phrases in Spanish. *Natural Language and Linguistic Theory* 12. p. 335-372.
- TAKUBO, Yukinori. (1985). On the scope of negation in Japanese. In: *Seoul Papers in Formal Grammar Theory*. Proceedings of the Third Korean-Japanese Joint Workshop, 19-21 de dezembro de 1983.
- TEIXEIRA DE SOUSA, LÍlian. (2007). *Formas reduzidas de itens negativos no português brasileiro*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de mestrado.
- TEIXEIRA DE SOUSA, LÍlian. (2008a). *Doubled items and focus in BP: negation doubling*. Comunicação apresentada no Workshop Interfaces. Universidade Estadual de Campinas, 5 de junho de 2008.
- TEIXEIRA DE SOUSA, LÍlian. (2008b). *Negation doubling in Brazilian Portuguese*. Comunicação apresentada no VII Workshop On Formal Linguistics. Universidade Federal do Paraná, 28 e 29 de agosto de 2008.
- TOOSARVANDANI, Maziar. (2011). *Corrective but does not coordinate clauses all the time but sometimes*. University of California, Los Angeles. Disponível online em:
- TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R. (1993). Aspectos Diacrônicos do Movimento do Verbo, Estrutura da Frase e Caso Nominativo no Português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (1993). 263-303.
- TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R. (2007). *Os dativos*. Tese de Livre Docência, São

- Paulo: Universidade de São Paulo.
- van der WOUNDEN, . (1994). *Negative contexts*. Groningen Dissertations in Linguistics.
- van ROOY, Robert; Šafářová, Marie. (2003). On polar questionn. In: YOUNG, Rob, & ZHOU, Yuping. (eds). *Proceedings of SALT XIII*. Ithaca, NY, Cornell University.
- VICENTE, Luis. (2006). Short negative replies in Spanish. *Linguistics in the Netherlands* 23:1: 199–211.
- VILLALBA, Xavier (2004). *Exclamatives and Negation*. Relatório técnico de pesquisa GGT-2004-02. Bellaterra: Grupo de Gramàtica Teòrica, Universitat Autònoma de Barcelona.
- VITRAL, Lorenzo. (1999). A negação: teoria da checagem e mudança lingüística. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 15, n. 1.
- WILLIS, David. (2012). A minimalist approach to Jespersen's Cycle in Welsh. In: Jonas, D., J. Whitman and A. Garrett (eds.), *Grammatical Change: Origins, Nature, Outcomes*. Oxford: Oxford University Press.
- ZAGONA, Karen. (2002). *The Syntax of Spanish*. Cambridge University Press.
- ZANUTTINI, Raffaella. (1995). *Reflexes of clausal structures in the syntax of negation: a comparative study of romance languages*. Georgetown University.
- ZANUTTINI, Raffaella. (2001). Sentential Negation. In: BALTIN, M.; COLLING, C. (eds.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*, 511-535. Oxford: Blackwell.
- ZANUTTINI, Raffaella. PORTNER. Paul. (2003) Exclamative Clauses: At the Syntax-Semantics Interface". In: *Language*, vol.79, n.1, março de 2003, p. 39-81.
- ZEIJLSTRA, Hedde H. (2006). The Ban on True Negative Imperatives. In: *Empirical Issues in Syntax and Semantics* 6: 405-424.
- ZIEGELMEYER, George. (2009). Negation of non-indicative mood in Hausa, Fulfulde and Kanuri. In: CYFFER, Norbert; EBERMANN, Erwin; ZIEGELMEYER, Georg. (ed.). *Negation Patterns in West African Languages*. John Benjamins Publishing Company. Typological Studies in Language, 87.
- ZUBIZARRETA, Maria Luisa (1998). *Prosody, focus, and word order*. Cambridge, Mass: The MIT Press.